



Centro do Rio de Janeiro.
Arcos de Santa Teresa. Lapa.
A Glória ao fundo.

.....

UM PASSEIO PELA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



Mesa Diretora

Biênio 2003/2004

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador João Alberto Souza
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Marcelo Crivella

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 42

UM PASSEIO PELA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Edição revista e anotada por
Gastão Penalva e prefaciada por
Astrojildo Pereira

Joaquim Manuel de Macedo



Brasília – 2005

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 42

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2005

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Macedo, Joaquim Manuel de, 1820-1882.

Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro / Joaquim
Manuel de Macedo ; prefaciada por Astrojildo Pereira. --
Ed. rev. e anotada / por Gastão Penalva. -- Brasília :
Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

544 p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 42)

1. Rio de Janeiro (RJ), descrição. 2. Usos e costumes,
Rio de Janeiro (RJ). I. Título. II. Série.

CDD 918.1541

.....

.....

Sumário

Joaquim Manuel de Macedo,
prefácio de Astrojildo Pereira
pág. 11

Aos meus leitores
pág. 23

INTRODUÇÃO
pág. 27

O Palácio Imperial
pág. 31

O Passeio Público
pág. 81

Convento de Santa Teresa
pág. 135

Convento de Santo Antônio
pág. 159

A Igreja de S. Pedro
pág. 227

SEGUNDO VOLUME

O Imperial Colégio de Pedro II

pág. 287

A Capela e o Recolhimento de N. S. do Parto

pág. 371

A Sé do Rio de Janeiro

pág. 429

Passeio suplementar I

pág. 505

Passeio suplementar II

pág. 517

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 533



Joaquim Manuel de Macedo

.....

Joaquim Manuel de Macedo

ASTROJILDO PEREIRA

NASCIDO a 24 de junho de 1820, na Vila de Itaboraí, perto da Corte, aqui se estabeleceu Joaquim Manuel de Macedo, desde jovem, aqui estudando, aqui se formando, aqui vivendo permanentemente e aqui falecendo, a 11 de abril de 1882. Médico, professor, jornalista, político militante, copiosa e variada é a sua obra de romancista, comediógrafo, o poeta, folhetinista, historiador, alcançando a sua bibliografia mais de quarenta volumes publicados, além de numerável colaboração esparsa em jornais e revistas. Alguns dos seus romances, como se sabe, desfrutaram e ainda desfrutam de larga popularidade. Nem todos — por exemplo: O Rio do Quarto — tem como cenário o Rio de Janeiro; e um deles, Mulheres de Mantilha, pertence ao gênero histórico, desenvolvendo-se a sua ação no Rio colonial do século XVIII. Outros — é o caso das Memórias do Sobrinho do meu Tio — são mais panfletos políticos... intencionais e combativos, e Macedo não possuía força bastante para poder convertê-los em verdadeiros romances. O que ele deixou de melhor, ou de menos mau, em matéria de romance, é assim mesmo vazado em geral nos moldes do mais delambido romantismo, e a sua leitura nos parece hoje quase sempre demasiado melosa e enjoativa. Todavia, devemos reconhecer em alguns deles, aqui e ali, uma tal ou qual vivacidade na

maneira espontânea e corrente de conduzir a narrativa; vivacidade, aliás, mais de folhetinista do que de romancista. Sejam, porém, quais forem as restrições que possamos fazer ao romancista, não podemos negar a sua importância como atilado cronista dos costumes cariocas — fluminenses, como se dizia então — durante boa parte do Segundo Reinado.

* * *

Reli agora A Moreninha. Não me lembra senão muito vagamente a impressão que me deixou a sua primeira leitura, isto há mais de trinta anos; desta vez, porém, a coisa foi bem difícil. Tentei reler também O Moço Loiro, duas vezes e meia mais longo que A Moreninha: não pude ir além da metade do primeiro volume. Tudo aquilo é oleogravura de qualidade bastante ruim; e então os diálogos, e principalmente os diálogos de amor, emitidos em falsete, soam falso demais. Certamente, não podemos esquecer que se trata das primeiras tentativas não só do autor, como também do próprio romance brasileiro, e que tanto A Moreninha quanto o O Moço Loiro representam já um pequeno progresso em relação a tentativas anteriores — e até posteriores — de outros romancistas da fase romântica. Mas não podemos tampouco esquecer que Joaquim Manuel de Macedo pouco progrediu em relação a si mesmo. Os seus últimos romances e novelas foram escritos passados cinco lustros depois de publicada A Moreninha — e os seus méritos de romancista não ficaram muito acrescidos com eles. Por exemplo, duas dessas novelas — Os Quatro Pontos Cardeais e A Misteriosa — que eu não conhecia e li agora, começam menos mal, com certa desenvoltura e com o falsete dos diálogos apreciavelmente reduzido; mas do meio para o fim a coisa desanda que não tem mais medida: situações forçadas, arranjos de carpintaria, mistificações, etc., etc. Ora, estas duas novelas foram escritas depois de 1870, muito depois das Memórias de um Sargento de Milícias e de alguns dos principais romances de Alencar, e quando Machado de Assis já aparecia e se firmava como grande prosador, quer no folhetim, quer no conto. A propósito, recordo a opinião de Sílvio Romero, ao meu ver errônea, segundo a qual não seria difícil encontrar algum reflexo do Macedo de A Moreninha e de O Moço Loiro no Machado

de *A Ressurreição* e de *A Mão e a Luva*. Pelo contrário, creio eu, é no Macedo dos últimos anos que poderemos vislumbrar um ou outro reflexo do jeito e da intenção de Machado. Tal é, pelo menos, a impressão imediata que me ficou de certas passagens da novela *Os Quatro Pontos Cardeais*, conforme se pode ver na seguinte caracterização de Estanislau, o *Alma-fechada*: “Os mais severos dizem dele: – É egoísta, mas homem de bem.” Ao que o romancista acrescentou: “Esta apreciação tem o defeito de parecer um pouco contraditória; nós, porém, vivemos no mundo das contradições.”

O Sr. Pedro Dantas, no seu excelente ensaio sobre o romance brasileiro, chamou Joaquim Manuel de Macedo de “romancista de donzelas e para donzelas”; acho a definição muito boa, sobretudo se dermos à palavra *donzela*, um duplo significado, meio pejorativo, de donzelas de corpo e de espírito. O que não padece dúvida, porém, é que Macedo, com todos os seus defeitos, ainda é um “intérprete autorizado dos nossos sentimentos, cronista metuculoso e fidedigno da nossa vida social nos meados do século passado”, para utilizar-me da justa qualificação formulada por aquele crítico. E é nesta qualidade, como disse de início, que o devemos incluir entre os romancistas da cidade.

A *Moreninha*, estréia em livro, de Macedo, saiu dos prelos em 1844, e *O Moço Loiro* no ano seguinte, 1845, e em ambos a ação é sempre “atual”, isto é, decorre no próprio tempo em que eles se publicaram. De modo idêntico, a ação de *Os Quatro Pontos Cardeais* e de *A Misteriosa* se passa na mesma época da sua publicação em 1871. O material que vamos examinar se refere, por conseguinte, ao período compreendido mais ou menos entre 1840 e 1870. Esta discriminação de datas tem importância, evidentemente, porque nos permite acompanhar as transformações operadas em certos hábitos e aspectos da cidade, e bem assim a repercussão de certos acontecimentos sobre a sociedade fluminense de então. Naturalmente, o Rio de Janeiro de 1870 já não é o mesmo de 1840, como este já não é também o Rio de antes da Independência, aquele pandemônio de acampamento assinalado por Spix e Martius. A capital do Império é um centro político, econômico e intelectual em pleno desenvolvimento, e a sua fisionomia social vai se transformando paralelamente.

A rica D. Maria do Sargento de Milícias andava de “cadeirinha”; já os personagens de O Moço Loiro andam de “ônibus”, democraticamente; e logo no início d’A Misteriosa vemos a Sílfi de saltar de um “bonde” na rua Gonçalves Dias, ainda mais democraticamente. No tempo de A Moreninha, os sinos davam ainda o sinal de recolher às 10 horas da noite, coisa incompreensível no tempo de A Misteriosa, com a cidade iluminada a gás. Comparem-se as modas femininas; Macedo é sempre muito minucioso neste particular. Uma das moças que aparecem na A Moreninha quase nem podia sentar-se, tão atrapalhada se achava com a “coleção de saias, saiotes, vestidos de baixo, e enorme variedade de enchimentos”, que lhe cobriam o corpo. A jovem Honorina, de O Moço Loiro, comparece a um baile, e os seus requintes de elegância deslumbram o romancista, que a observa dos pés à cabeça: “dois largos bandós de lindos cabelos negros desciam até dois dedos abaixo das orelhas e para trás se voltavam, indo suas extremidades perder-se por entre longas tranças de perfeitíssimo trabalho, que se enroscavam terminando em cesta; uma grinalda de flores brancas salteadas de pequeninos botões de rosa se entretecia nesse belo tecido de madeixas; duas rosetas de brilhantes pendiam de suas orelhas; nenhum enfeite, nenhum adorno ousara cair sobre seu colo que, nu, alvejava, arredondado, virginal e puro; um vestido de finíssimo blonde, que deixava transparecer o branco cetim que cobria o corpinho todo talhado em estreitas pregas, que desenhavam elegantes formas, era debruado por uma longa fila de flores semelhantes às dos cabelos, as quais ainda se deixavam de novo ver formando uma cercadura em que acabavam as mangas curtas, justas, e singelas; esse vestido cruelmente comprido para esconder dois pequenos pés calçando sapatinhos de cetim, se terminava por uma simples barra bordada de branco; no braço esquerdo da moça fulgia um bracelete de riquíssimos brilhantes; e enfim suas mãos calçavam luvas de pelica branca, guarnecidas de armiño e com borlas de seda frouxa.” Legítima descrição de crônica... Agora, a desconhecida de A Misteriosa, em passeio pela cidade: “A Sílfi trazia à cabeça, pela frente, a quarta parte de um chapelinho azul claro do qual vinham quase beijar-lhe a fronte meia dúzia de margaridas, tão pendentes que pareciam estar dizendo ‘colhe-nos ou caímos!’ — e por de-

trás, uma enchente de anéis de ouro, uma cauda de fios de ouro encaracolados, que lhe descia pelas espáduas brancas a fazer lembrar pó de arroz.” O vestido da misteriosa dama era muito complicado, afirma o romancista, e acrescenta: “tenho-o impresso na imaginação a perseguir-me como fantasma sinistro; mas não me é possível explicar de modo claro aquele labirinto ornamentoso, em que me perdi; sei que havia vestido de caxemira duplo, e cada qual de sua cor, e túnica ainda de outra cor, primeira saia com folhos e franzidos de canudos, segunda saia de apanhados com cordões e borlas, e além disso, vieses aqui, franjas ali, cabeças de passamanes acolá, o azul, o encarnado, o preto, a misturarem-se... e um maldito corpinho afogado e as mangas compridas a me esconderem o que eu desejava ver...” Remate do vestido: “cinto de fita grossa com fivela grande, de aço.” E é precisamente sobre a moda feminina reinante em 1871 que o romancista borda umas considerações moralizantes, em que aponta a “escola filosófica do sensualismo” como responsável pelos vestidos de saia arregaçada mostrando o pé, e prevê coisas muito piores, pois a exibição dos pés até o tornozelo é ainda uma incompleta vitória da filosofia sensualista, “que firmará o seu triunfo absoluto, quando as senhoras, obedecendo ao império de nova moda, se mostrarem com o rosto sem véu, e as pernas à mostra ao menos até à altura dos joelhos”. Vemos hoje que a negra revisão do romancista se realizou de maneira cabal, com o mais absoluto triunfo daquela escola filosófica.

Os primeiros personagens de *O Moço Loiro* que o autor nos apresenta, rapazes da melhor sociedade fluminense, acham-se no restaurante de famoso hotel da Rua Direita, e participam da exaltada discussão que ali se travava — ali e em toda a cidade — entre delmastristas e candianistas, isto é, entre os partidários da Delmastro e os da Candiani, duas cantarinas do teatro lírico italiano, cujos espetáculos pode-se dizer que empolgavam e apaixonavam a opinião pública. Conforme já tem sido observado, a predileção do público fluminense pelo teatro se tornou uma das características da vida social de todo o Segundo Reinado. Temos prova disso nas frequentes referências ao teatro e à gente de teatro — desde os grandes nomes da ópera e do drama até às alegres francesas do Alcazar — que encontramos nas obras de ficção dos melhores escritores desse

período, quase todos, de resto, igualmente homens de teatro, como é justamente o caso de Macedo, dramaturgo e comediógrafo dos mais aplaudidos. Na releitura e leitura que fiz agora dos dois romances e das duas novelas, que estamos aqui percorrendo, marquei mais de uma passagem dessa natureza. O primeiro capítulo de O Moço Loiro se intitula mesmo “Teatro Italiano” e, tendo começado por aquela discussão no hotel da Rua Direita, transcorre quase que até ao fim dentro do teatro onde se representava a Ana Bolena de Donizetti. Nas páginas iniciais d’A Moreninha, os estudantes reunidos numa “república” falam em assistir ao “primeiro drama novo que representar o nosso João Caetano”. Estávamos na época do teatro supersério, quando só a tragédia ousava fazer concorrência a ópera. Já no tempo de Os Quatro Pontos Cardeais e de A Misteriosa a nota dominante, pelo menos entre certa camada de freqüentadores de teatro, era fornecida pelo Alcazar, que deixou fama bastante escandalosa nos anais da cidade.

Fora do teatro, a sociedade só podia normalmente se divertir dentro de casa, nos saraus e partidas familiares, então muito mais numerosos e freqüentes do que hoje, ao que suponho, e com certeza muito diferentes, sob vários aspectos, dos de hoje. Dançava-se a quadrilha, a valsa de corrupção, a polca de sapateado. No intervalo das danças, a gente mais jovem se entregava aos jogos de prendas; ao passo que a gente de mais idade, ou mais viciada, não só nos intervalos, mas durante todo o baile, jogava o gamão, o vultarete, o écarté — quase sempre a dinheiro. Costume outrora generalizado e penso que inteiramente perdido, desde muito, era o do chá servido à noite, antes de dormir. Jantava-se então muito cedo, de sorte que por volta das dez horas da noite servia-se o chá na sala de jantar, ou a todos os convidados, quando se tratava do final de um sarau, ou, diariamente, a toda a família e a alguns convidados mais íntimos, parentes e amigos. Sobre o chá servido ao terminar um sarau de casa rica, assim se exprime o romancista, no O Moço Loiro: “O chá começou a servir-se às dez horas e meia da noite; a hora do chá é, nos saraus, a hora das satisfações, dos longos cumprimentos, e de certos prazeres que lhe são muito peculiares.” Muitas vezes, fosse nos saraus, fosse em família, a modinha e o recitativo vinham completar tais prazeres. Ainda no Moço Loiro se diz que numa dessas reuniões familiares — “depois do

chá, D. Inácia cantou uma modinha, D. Rita — um romance, e Brás-mimoso — um lundu”. O lundu e a modinha andavam no próprio ar que as moças casadouras e sentimentais respiravam. O lundu está esquecido e é hoje apenas objeto de pesquisas por parte de eruditos e especialistas; e a modinha, na sua feição própria, tradicional, vai pelo mesmo caminho, reformada ou deformada, na sua expressão mais íntima. Coisa, afinal de contas, muito natural: estamos na era prodigiosa da eletricidade, e ninguém pode pretender conservar imutavelmente o sentido e o sentimento de ritmos antigos sob a forma industrial do disco e do rádio. E ainda bem — atrevo-me eu a acrescentar.

O que não encontrei, neste Macedo que andei agora relendo ou lendo, foi a menor descrição de festas ou cerimônias religiosas, nem de festas populares de outra natureza. O senso do folclórico não era certamente o seu forte, pois a não ser as referências e até a transcrição literal de modinhas e lundus, nada mais nos mostra o romancista neste sentido.

A pitada de rapé — eis um hábito bem antigo, também hoje completamente desaparecido. Não era vício só de homens idosos, mas também dos moços, e a sua aplicação podia mesmo ser feita com elegância de gestos e até com malícia de intenção. O estudante Fabrício, de A Moreninha, conta-nos para que servia o rapé, em certas circunstâncias — por exemplo, para chamar a atenção de alguma esquiva beldade: — “tossi, tomei tabaco, assoei-me, espirrei, e a pequena.., nem caso.” O espirro provocado por uma pitada de rapé estava sujeito a interpretações imprevisíveis. Uma das amigas d’A Moreninha conversava numa roda de moças acerca dos ciúmes do seu namorado, dizendo que este último lhe proibia uma porção de coisas, inclusive que saudasse com um “Dominus tecum!” a qualquer moço que espirrasse perto dela. Mas o rapé ao que parece não era encarado simplesmente como um vício mais ou menos elegante, pois havia quem lhe atribuísse virtudes terapêuticas de tônico cerebral. Tal era a convicção do estudante Augusto, namorado d’A Moreninha, o qual, em momento de certa perturbação e entorpecimento, “entendeu que, para melhor decidir naquela conjuntura, devia avivar o cérebro com uma boa pitada de rapé”.

Outra miudeza, que anotei em mais de uma página — e que além de curiosa me parece bem expressiva da sisudez dos hábitos patriarcais de então: o modo arquicerimonioso por que os personagens, mesmo

amigos e íntimos, mesmo os namorados, se tratavam entre si. Os rapazes só se dirigiam às moças com um solene “senhora dona”; e as moças aos rapazes com um “vossa senhoria” ainda mais solene. Os filhos só chamavam aos pais de “vossas mercês”. N’A Moreninha dá-nos o romancista o modelo de um bilhetinho de amor escrito por mão de moça e que assim começa: “Senhor, uma jovem que vos ama, e que de vós escuta palavras de ternura, tem um segredo a confiar-vos...” Há nisto, evidentemente, muito pieguismo ao gosto da pior maneira romântica; mas há também, creio que não menos evidentemente, uma pequena ressonância de toda aquela sisudez patriarcal...

Os escravos passam pelas quatro obras de Macedo que aqui nos interessam como seres passivos, sem qualquer participação ativa e autônoma nos acontecimentos. Tudo com a maior naturalidade, sem nenhuma intenção oculta do autor; mas, por isso mesmo talvez, com uma significação mais pungente e mais terrível... Macedo possuía a mentalidade da época e para a mentalidade da época o escravo não era propriamente um ser humano, mas um ser intermediário entre o homem e o animal doméstico, para uns mais próximo do homem e para outros mais próximo do animal doméstico. Todavia, a mentalidade de 1870 já tinha avançado alguma coisa em relação à mentalidade de 1840. Fiel cronista dos costumes e dos sentimentos do seu tempo, Macedo havia por força de espelhar, nos seus romances escritos em períodos diferentes, as diferenciações que se iam produzindo na mentalidade coletiva acerca da situação dos escravos. No A Moreninha e no O Moço Loiro, obras publicadas entre 1840 e 1850, os escravos aparecem principalmente na qualidade de servidores domésticos, de moleques escudeiros (o Rafael do A Moreninha), de mães-pretas (a Lúcia de O Moço Loiro), de moleques de estimação, como o Tobias, — “cria de D. Joaninha, o alfenim da casa, o São Benedito da família”, — do qual encontramos minuciosa e romântica descrição no A Moreninha, em carta de Fábriço para Augusto: “Pinta na tua imaginação, Augusto, um crioulinho de 19 anos, todo vestido de branco, com uma cara mais negra e mais lustrosa do que um botim envernizado, tendo dois olhos belos, grandes, vivíssimos, e cuja esclerótica era branca como o papel em que te escrevo, com lábios grossos e de nacar, ocultando duas ordens de finos e claros dentes que fariam inveja a uma baiana; dá-lhe a ligeireza, a inquietação e a rapidez de um movi-

mento de macaco, e terás feito a idéia desse diabo de azeviche, que se chama Tobias.” Em 1871, ano em que foi escrita e publicada a novela Os Quatro Pontos Cardeais, ao lado das referências a escravos transmissíveis por herança, a escravos alugados, a escravas metidas nos enredos amorosos das amas casadouras, já aparece a concepção do escravo-homem sob a forma de referências à abolição em geral e ao projeto de lei do ventre livre em particular — coisas que horrorizam o espírito rotineiro e mesquinho de Estanislau, o Alma-fechada. Quando este antipático personagem exclama que “o ventre é, como os braços e a alma dos escravos, propriedade do senhor” — semelhante argumento contra aquele projeto de lei não só está em concordância com a sua psicologia, como serve também para tornar mais nítida a oposição de mentalidades existente entre escravistas e abolicionistas. Oposição de mentalidades que exprimia uma correspondente oposição de interesses e que tendia a se agravar de mais em mais, com a influência que todos sabem sobre a paisagem social do país.

Romancista de donzelas e para donzelas, Macedo põe o casamento no princípio, no meio e no fim de todas as coisas. Tudo, nos seus romances, gira em torno do casamento, visa ao casamento, acaba em casamento. Tudo — inclusive o amor. A novela Os Quatro Pontos Cardeais dá-nos uma idéia a bem dizer simbólica da “vontade de casar” que domina as donzelas de Macedo: Deolinda namorando ao mesmo tempo quatro pretendentes, certa de que um deles não escaparia ao seu estratagema do mirante quádruplo. Tamanho era o seu pavor de ficar solteira. Mas os romances de Macedo não faziam senão traduzir um sentimento de ordem geral. As moças da sociedade não podiam sequer pensar noutra coisa: “nesta vida não nos dão licença de pensar senão no casamento”, dizia uma delas no O Moço Loiro. Para elas o casamento não era só um objetivo natural — porque era o objetivo único e exclusivo. Nada havia a fazer fora do casamento. Daí a aceitação passiva, por parte das moças, de qualquer casamento que lhes fosse imposto pelos pais ou pelas circunstâncias. E daí que a idéia do casamento se tornasse uma obsessão e a obsessão se convertesse em luta — em luta nem sempre fácil e muitas vezes desesperada. A fuga de D. Brites com o caça-dotes Lucindo da Luz, personagens da referida novela, esconde, por baixo da aparência a um tempo romântica e grotesca da cena, uma situação na realidade pejada de patético. D. Brites era uma senhora já quarentona bem puxada,

feia, surda e coxa, mas possuidora de alguns haveres. Muito religiosa, vivia satisfeita com a sua condição de tia. Conformada humildemente com a sorte: o celibato, dizia ela, era um modo “de ser agradável ao Senhor”. Pois bem: o velhaco do Lucindo, explorando, com diabólica habilidade, o seu fanatismo religioso, em poucos dias conseguiu seduzi-la e fugir com ela — para casar. O casamento — objetivo já morto e enterrado dentro dela — renasceu de repente com a força prodigiosa que só o sentido profundo da libertação pode dar. E aí temos a explicação de tudo: o casamento era a libertação, a única forma admitida de libertação para sair de um estado social e moral que ameaçava as donzelas com o estigma humilhante do celibato. Aí temos também como e por que podemos encontrar, nos romances de Joaquim Manuel de Macedo, uma interpretação fidedigna dos sentimentos da época no concernente à situação da mulher; e como podemos perceber, no fundo dessa interpretação, o eco sentimental de conceitos e preconceitos estratificados durante centenas de anos sob o signo da formação patriarcal da sociedade brasileira.

* * *

Da sua obra propriamente de cronista ou folhetinista, deixou-nos Joaquim Manuel de Macedo dois livros publicados: Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro (1862-1863) e Memórias da Rua do Ouvidor (1878). São dois livros de leitura agradável, creio mesmo que bem mais agradável e até mais proveitosa, ainda hoje, do que a dos seus romances. Aí, no folhetim de meneio fluente e espirituoso de cada semana, estava Macedo, o bom dr. Macedinho, no seu elemento natural. A pequena história da cidade, com os episódios pitorescos, curiosos, sentimentais e às vezes picarescos da sua vida no passado, com as novidades e as sensações das coisas contemporâneas, e tudo isso, passado e presente, a desenrolar-se sem maiores complicações no mesmo cenário de perene deslumbramento — eis a mina fácil, à flor da terra, onde o cronista encontrava o material mais adequado ao seu gênio, ao seu gosto — e as suas possibilidades. Poder-se-ia talvez dizer que os seus romances são apenas a transposição romanesca e piegas desse material de puro folhetim. Não por outra razão, quero supor, admitimos e suportamos melhor certas páginas de toque mais tipicamente folhetinesco que deparamos na sua obra de ficção.

De um modo ou de outro, no romance ou no folhetim, como também no teatro, em que foi igualmente fértil, o que permanece em Macedo, ao par da ingenuidade romântica tão do gosto de certas camadas de leitores, é a sua qualidade de cronista da vida fluminense. Ele não é um grande romancista, nem um grande escritor, nem mesmo um grande cronista, mas é com certeza um cronista amável, honesto e útil.

Em Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro, o folhetinista nos pega pela mão e nos leva a ver o Paço Imperial, o Passeio Público, o morro do Castelo, que já naquele tempo se falava em demolir, o Colégio Pedro II, os conventos de Santa Teresa e de Santo Antônio, a igreja de S. Pedro, a igreja e o recolhimento do Parto, a igreja da Sé, etc., contando-nos a história e a tradição de cada um desses edifícios, instituições e sítios. De cada um e a propósito de cada um, fornece-nos, com diligente e amena erudição, muitas e curiosas informações de natureza histórica, artística ou literária, entremeadas a cada passo por epigramas e alusões a certos costumes políticos da época, por oportunas reminiscências pessoais, por anedotas divertidas e maliciosas, e sobretudo por velhos casos romanescos, que o cronista recolheu da tradição popular ou desfiou por conta e risco da própria fantasia. Tais digressões nos distraem frequentemente por atalhos imprevistos; mas também aqui por estes atalhos vamos encontrar mais de um motivo de interesse e satisfação.

Logo no início do passeio, o amável guia nos advertiu com simplicidade e honradez: “Procurei amenizar a História, escrevendo-a com esse tom brincalhão e às vezes epigramático que, segundo dizem, não lhe assenta bem, mas de que o povo gosta; juntei à história verdadeira [...] ligeiros romances, tradições inaceitáveis e lendas inventadas para falar à imaginação e excitar a curiosidade do povo que lê”... Devemos convir, em plena consciência, que não poderíamos exigir mais, nem maior rigor, no plano de um simples passeio pelas ruas da cidade, e devemos ainda confessar, ao cabo da jornada, que na realidade gostamos muito de tudo.

Joaquim Manuel de Macedo amava com infinita ternura esta boa cidade do Rio de Janeiro. Era com desvelos de enamorado que ele estudava e esquadrinhava a sua história — a história da sua formação e do seu desenvolvimento, a história das suas ruas e das suas casas, a história da sua gente e dos seus costumes. Em Um Passeio pela Cidade, traçado e realizado em plena maturidade, e mais tarde nas Memórias da

Rua do Ouvidor, redigidas quando a velhice já lhe chegava, deixou ele impresso com especial carinho o preito do seu muito e comovido querer à terra carioca, que então se confundia com a do seu berço no mesmo comum designativo de terra fluminense. E é nesta fidelidade amorosa pela cidade, de que as suas melhores páginas se acham impregnadas, que reside, ao meu ver, o mérito essencial do fecundo escritor.

.

Aos meus leitores

V

OU ENTREGAR ao domínio e à apreciação do público reunidos em livro os artigos que sob o título “Um Passeio” tenho publicado e espero continuar a publicar nos folhetins do *Jornal do Comércio*, e embora não haja novidade na obra, julgo que sem inconveniente podem-se permitir ao autor algumas palavras a respeito do seu trabalho.

Quero dar aos meus leitores uma simples explicação com toda a franqueza e verdade.

Determinei escrever o que sabia e conseguisse saber sobre a história e tradições de alguns edifícios, estabelecimentos públicos e instituições da cidade do Rio de Janeiro, abundando quanto pudesse em informações relativas aos homens notáveis e aos usos e costumes do passado; porque entendi que com este meu trabalho presto ao meu país um serviço e pago-lhe um tributo de patriotismo, pois que concorro com o meu contingente, fraco embora, para salvar do olvido muitas cousas e muitos fatos cuja lembrança vai desaparecendo.

Procurando desempenhar a tarefa que tomei sobre os ombros, tenho lido e vou lendo, tenho consultado e vou consultando as obras dos antigos e modernos cronistas e historiadores da nossa terra, e, o que mais importa, sem dó nem piedade, tenho maçado e atormentado a todos os

bons velhos que me honram com a sua amizade ou que têm a paciência de tolerar e atender às minhas impertinentes perguntas.

Ainda assim, escapam-me erros e omissões que vou corrigindo quanto posso e que outros mais bem informados corrigirão, se eu o não fizer.

Evidentemente o meu trabalho sairia mais limpo de senões, se menos indiferença houvesse pela matéria dele, e se não se observasse tanta avareza de conhecimentos da parte de alguns e tanta preguiça da parte de muitos.

Eu declaro alto e bom som que estou pronto para reconhecer e emendar os meus erros; o que me falta é quem os queira apontar, e me ensine a corrigi-los.

Encetando este trabalho, tive a simplicidade de supor que contaria repetidas ocasiões de agradecer a espontaneidade do favor de muitas informações curiosas. Já perdi essa ilusão! Até hoje ainda não mereci um só esclarecimento que não fosse pedido e procurado, e quando saio a esmolar informações não poucas vezes recebo em resposta um Deus-lhe-favoreça que por certo me desanimaria, se, em compensação, não fosse tão penhorador o obséquio com que tenho sido tratado por diversas pessoas.

Entretanto, o assunto de que me ocupo nesta obra é, sem questão, interessante e útil, e somente pode ter sido amesquinhado pela minha inabilidade de escritor.

Essa inabilidade sou o primeiro a confessar; mas devo e quero desculpar-me de dois defeitos principais que além de outros muitos se encontram nos meus passeios.

Creio que alguém já censurou este trabalho, porque o tenho escrito quase sempre em tom brincalhão e às vezes epigramático, e porque misturo em um ou outro ponto a verdade histórica com tradições inaceitáveis, e em alguns casos com ligeiros romances e lendas imaginadas.

Darei a razão do que fiz e porque assim continuarei a fazer.

Há dezanove anos que escrevo e ouço publicar os meus pobres escritos, e até hoje, graças a Deus, ainda não tive a vaidade de tentar escrever para aproveitar aos eruditos e aos sábios. Não me pesa esse pecado na consciência.

Os eruditos e os sábios rir-se-iam de mim.

Até hoje só tenho escrito com a idéia de aproveitar ao povo e àqueles que pouco sabem.

Ora, escrevendo eu também para o povo esta obra, cuja matéria é árida e fatigante, não quis expô-la ao risco de não ser lida pelo povo, que prefere os livros amenos e romanescos às obras graves e profundas.

Que fiz eu? Procurei amenizar a história, escrevendo-a com esse tom brincalhão e às vezes epigramático que, segundo dizem, não lhe assenta bem, mas de que o povo gosta; juntei à história verdadeira os tais ligeiros romances, tradições inaceitáveis e lendas inventadas para falar à imaginação e excitar a curiosidade do povo que lê, e que eu desejo que leia os meus Passeios; mas nem uma só vez deixei de declarar muito positivamente qual o ponto onde a intenção se mistura com a verdade.

Acertei ou errei, procedendo assim?

Decida o público, que é o meu juiz, e qualquer que seja a sua decisão quer me absolva, quer me condene,

.....Fico contente,
Que a minha pátria amei, e a minha gente.

.....

Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

CREIO que não digo uma grande novidade, asseverando que nós os brasileiros conhecemos muito pouco a nossa terra, e que não nos esforçamos bastante por conhecê-la, como aliás é preciso.

Não pensem que me refiro a essas vastas províncias centrais, e ainda mesmo a algumas das que são banhadas pelo Atlântico, e que estão apenas um pouco menos conhecidas do que o Celeste Império.

Deus me livre de lamentar a falta em que nos achamos a respeito delas. Deus me livre!

Tenho bem de memória que em 1859, quando pela primeira vez apareceu a idéia de se mandar uma comissão científica brasileira explorar essas províncias do Império, fez-se disso objeto de escárnio e de sarcasmo, e a pobre comissão, que partiu no ano seguinte da nossa capital, levando consigo quantas pragas e maus agouros puderam lançar sobre ela os homens práticos e sabichões do Estado e do próprio governo, que já não pouco havia despendido para fazê-la encetar os seus trabalhos, ficou em breve tão desestimada que até às vezes achou-se sem recursos para prosseguir nas explorações; e por fim de contas, foi obrigada a parar em meio da obra, porque era inevitável que se apagasse a lâmpada, quando não lhe puseram mais azeite.

Dizem, e eu creio, que a nossa comissão científica, ao tempo em que suspenderam a subvenção, já se achava quase a ponto de desorganizar-se por si mesma, e sustentam que os seus trabalhos não corresponderam às despesas feitas; parece-me, porém, que em tal caso o mais acertado seria procurar remover os embaraços que a amesquinhavam, dar-lhe mais seguras condições de harmonia e de vigor, e fazê-la continuar em zeloso labor, mesmo porque as mais avultadas despesas estavam feitas, e a verdadeira economia aconselhava aproveitar o dinheiro empregado e a experiência do noviciado dos exploradores.

Mas entendeu-se que isso de comissão científica era peta, e acabou-se a história.

Devemos contentar-nos com as comissões dessa natureza que têm sido e hão de ser mandadas ao Brasil por nações estrangeiras; nós não temos a menor necessidade de conhecer a nossa própria casa: basta que os estranhos nos ensinem o que ela é e o que temos dentro dela.

Afirmam que a tal comissão importou e devia importar um enorme desperdício dos dinheiros públicos; porque o único resultado que prometia era alguma coleção de bichinhos para o museu nacional, que provavelmente também se entende que nos faz carregar com uma despesa de luxo. Vê-se daí que os nossos homens práticos aborrecem a história natural, que é, segundo eles, um gênero especial de poesia. Mas a comissão científica tinha ainda a incumbência de muitos outros e importantíssimos trabalhos, e, portanto, não procedia àquela observação, que, aliás, eu consideraria muito justa; porquanto, era puerilidade indesculpável tomar-se tanto incômodo para se arranjar lá por aqueles desertos uma coleção de bichinhos, quando aqui mesmo da capital do império se poderiam organizar, até entre os próprios homens práticos e os nossos grandes políticos, umas poucas de coleções de bichos de proporções colossais que ainda não foram classificados pelos naturalistas.

Mas, repito, não é das províncias centrais e longínquas que pretendo falar. Dessas temos notícia de que fosforizam as suas eleições periodicamente, e é o que basta. Quanto ao mais, representam um mundo que ainda está à espera do seu Colombo; e não admira que assim

exista ignorado, quanto é certo que nem conhecemos bem a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Note-se que esta incúria seria escusável ao montanhês de Minas, ao guasca do Sul, ao caipira do Paraná; o que, porém, muito mais surpreende é que os próprios cariocas não estejam ao fato da história e das crônicas da capital, de que tanto se ufanam.

Disse um escritor francês, cujo nome agora me não lembro, que entre os franceses são os parisienses os que conhecem menos Paris. No Brasil não se pode dizer coisa semelhante, porque os provincianos, como os cariocas, desconhecem do mesmo modo a nossa boa Sebastianópolis.

Se no outro tempo era grande essa antipatriótica falta de curiosidade, agora é muito pior: os paquetes a vapor e a facilidade das viagens ao velho mundo tiram-nos à vontade de passear os nossos, e é mais comum encontrar um fluminense que nos descreva as montanhas da Suíça e os jardins e palácios de Paris e Londres do que um outro que tenha perfeito conhecimento da história de algum dos nossos pobres edifícios, da crônica dos nossos conventos e de algumas das nossas romanescas igrejas solitárias, e até mesmo que nos fale com verdadeiro interesse dos sítios encantadores e das eminências majestosas que enchem de sublime poesia a capital do Brasil.

Hoje em dia uma viagem a Lisboa é coisa mais simples do que um passeio ao Corcovado.

Entretanto, eu estou convencido de que se podia bem viajar meses inteiros pela cidade do Rio de Janeiro, achando-se todos os dias alimento agradável para o espírito e o coração.

O passado é um livro imenso cheio de preciosos tesouros que não se devem desprezar; e toda a terra tem sua história mais ou menos poética, suas recordações mais ou menos interessantes, como todo o coração tem suas saudades. A capital do Império do Brasil não pode ser uma exceção a esta regra.

Vamos dar princípio hoje a um passeio pela cidade do Rio de Janeiro? É um convite que faço aos leitores do Jornal do Comércio. Se o passeio parecer fastidioso ou monótono, não haverá o menor inconveniente em dá-lo por acabado no fim da primeira hora; se agradar, continuaremos

com ele até... até... quem sabe até quando? Provavelmente conversaremos de preferência a respeito dos tempos que já foram e, portanto, não é preciso que nos lembremos já do futuro, marcando o fim da nossa viagem amena.

Vamos passear.

Não se incomodem com os preparativos de uma viagem, que talvez seja longa: eu tomo isso à minha conta. Não tenham medo de se verem metidos por mim dentro dos ônibus, gôndolas ou carros da praça; desejo muito dar o maior prazer que for possível aos meus companheiros de passeio, para condená-los a semelhante martírio.

Se algum dos meus leitores é, por infelicidade, paralítico, se algum outro quebrou as pernas na luta, no litoral de dezembro último em qualquer dos pontos do império onde a Vestal foi festejada com o emprego da força material, se ainda outro está tão atarefado com os cinco ou seis cargos em que se consagra ao serviço da pátria que não tem tempo de dar um passo na rua, ainda esses mesmos não serão privados de passear comigo. Não há incompatibilidade que afetem o nosso passeio. Não preciso pedir o braço, apenas peço a atenção dos meus leitores. Eu passearei escrevendo, eles lendo, e ainda assim — oh! fatal idéia! — pode bem ser que eles se fatiguem primeiro do que eu.

Acendamos pois um Havana (da Bahia), ou um Manilha (do Rio de Janeiro), e... passeemos.

Excluamos do nosso passeio toda a idéia de ordem ou sistema: regular os nossos passos, impor-nos uma direção e um caminho fora um erro lamentável que daria lugar a mil questões de precedência em que, sem dúvida, os frades barbadinhos seriam os primeiros a fazer ouvir bem fundados protestos em nome da igreja de S. Sebastião.

Independência completa da cronologia! Um passeio cronológico obrigar-nos-ia a começar dando um salto do Pão de Açúcar ao morro do Castelo, e um salto desses somente com ligeireza e com as pernas dos volantins políticos se poderia dar.

Passeemos à vontade: a polícia o permite e as posturas da ilustríssima câmara o não proíbem.

Estamos no nosso direito: passeemos.

.....

O Palácio Imperial

E I
IS-NOS em frente do palácio imperial, no largo do Paço.¹

Por onde viemos para chegar aqui, e como nos achamos de improvisado neste lugar, é o que não importa saber, nem eu poderia dizê-lo.

Consolemo-nos desta primeira irregularidade do nosso passeio; além de nós, há por esse mundo muita gente que se acha em excelentes posições sem saber como. O nosso século é fértil em milagres desta ordem. Tem-se visto no correr dele até quadrúpedes que voam.

Paremos agora um pouco, e conversemos por dez minutos.

É justo que estudemos com interesse a história do palácio imperial; antes, porém, cumpre dizer duas palavras a respeito do lugar em que ele está situado.

Esta praça tem mudado tanto de proporções como de nome, e ainda mais vezes de nome do que de proporções.

A sua extensão primitiva não a posso determinar; no último quartel, porém, do século passado, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa deu-lhe regularidade e limites positivos, fazendo construir um belo cais de cantaria granítica à imitação de outro feito em Lisboa pela marinha

1 Praça Quinze de Novembro.

real, e ficou então a praça formando um quadrilongo de setenta e cinco braças de comprimento sobre quarenta e cinco de largura.

Esse cais tinha defronte do palácio uma rampa destinada a facilitar os desembarques, e de espaço a espaço, assentos de pedra. Tudo isso desapareceu desde 1841 ou 1842, por ordem da câmara municipal, que projetou construir outro cais mais ao mar. Lá se foram, porém, dezenove anos, e ainda estamos à espera dele!

Entretanto, as obras de aterro têm já estendido bastante a praça, de modo que agora se acha não pouco afastado da praia o chafariz, que, levantado primeiro no meio daquela, fizera o vice-rei Luís de Vasconcelos substituir por outro à face do mar.

Não nos queixemos da nossa edilidade: ela já fez o que pôde, e que infelizmente se reduziu, pouco mais ou menos, a cousa nenhuma. Lembra-me, porém, que para começo de trabalhos do novo cais se construiu uma trincheira de tábuas, seguras por pregos que tinham as pontas para o mar e as cabeças para terra, e o mar, aproveitando-se daquela bem ordenada pregadura, em um dia em que fez mareta, atirou com as tábuas à praia, de maneira que ensinou à câmara municipal que até os mesmos pregos devem saber onde põem os pés e onde têm as cabeças. Não tenho ainda certeza de que esta lição aproveitasse.

O governo tomou a seu cargo a obra do novo cais, e há esperanças de que mais diligente se há de mostrar; no entanto, as dimensões da praça excedem já muito às que tinha no fim do século passado e por não poucos anos conservou.

Falei das proporções. Agora tratarei dos nomes.

A praia em que se termina esta praça teve primitivamente o nome de – praia da Senhora do Ó – e hei de em breve dizê-lo porquê; mas o nome mais antigo dos que tem tido esta praça é lugar do Ferreiro da Polé; a origem de semelhante denominação perde-se na noite dos tempos. Quer me parecer que não podia ser simpática.

No fim do século décimo-sexto, ou no princípio do seguinte, chamou-se praça do Carmo, porque era dominada pelo convento levantado pelos carmelitas.

De 1743 em diante, recebeu o nome de terreiro do Paço, em razão de se haver construído nela a casa dos governadores, e os carmeli-

tas não brigaram com o conde de Bobadela por essa mudança de denominação, porque, enfim, palavras não adubam sopas, e frades não fazem questões de pouco mais ou menos.

Por último, largo do Paço ficou sendo chamada. Não aposto, porém, que conserve por muito tempo o mesmo nome, a menos que o Estado se resolva a levantar outro palácio no mesmo lugar, pois o que existe, desde alguns anos recebeu do cupim formal intimação para procurar um substituto.

E antes dessas instantes intimações do cupim, já ao dever e ao patriotismo cumpria ter lembrada a necessidade urgente de uma tal substituição.

Este palácio que estamos vendo nem tem no seu aspecto exterior bastante majestade, nem em suas disposições e ornatos interiores suficiente magnificência para mostrar-se digno do chefe do Estado e digno da nação. Há na cidade casas de particulares que incontestavelmente ostentam mais riqueza e oferecem mais cômodo do que ele.

Nas monarquias, o esplendor da majestade reflete sobre toda a nação, e a casa do monarca, o palácio do chefe do Estado, que atrai todas as vistas, que abre suas salas aos representantes das nações estrangeiras e a todos os cidadãos, deve ser grandioso como a idéia que representa.

Não me digam que o Brasil não tem dinheiro para levantar um palácio. Oh! se tem. O patronato acha sempre recursos financeiros para fazer presentes à custa da pátria amada, e só o dever e o patriotismo terão sempre de esbarrar diante do monstro chamado *déficit*.

O corpo legislativo não pode continuar a descuidar-se desta evidente necessidade. Além de tudo, o palácio está arruinado e a nação deve oferecer ao seu primeiro cidadão um edifício que, pelo menos, se adivinhe logo o que é, quando se olhar para ele.

Comecei falando mal do palácio, antes de descrevê-lo e de contar a sua história.

Vou emendar o meu erro.

Para um palácio, este envelheceu depressa, pois que apenas conta cento e dezoito anos de idade, tendo sido, portanto, construído quase dois séculos depois da fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Não vos admireis de que o governo de Portugal deixasse correr tanto tempo antes de fazer edificar uma casa para os governadores desta capitania; porque também o Brasil é nação independente desde 1822, e ainda não mandou construir um palácio para o imperador.

Até ao fim do século XVII, os governadores da capitania do Rio de Janeiro não tiveram casa própria para sua residência, à exceção, sem dúvida, do primeiro, que foi Salvador Correia de Sá, que seguramente havia de levantar, como os seus companheiros colonizadores, o seu competente rancho no morro do Castelo. Os que depois se foram seguindo moraram onde puderam ou melhor lhes pareceu.

Em 1698, ordenou el-rei de Portugal que para residência dos governadores do Rio de Janeiro se comprasse a casa da Rua Direita, que depois ficou sendo chamada dos Contos, e que ainda hoje é assim por alguns dos nossos velhos denominada, porque para ela se passou a provedoria, e debaixo do seu teto se recolhiam os cabedais da coroa, importantes em avultados contos de réis.

Atualmente está o Correio Nacional estabelecido nessa casa, que bem merece conservar o nome dos Contos, pois que a respeito dela podem-se referir contos largos, e por sinal que até foi incendiada, quando em 1710 os franceses atacaram a cidade.

Oportunamente conversaremos sobre este caso.

Chegou, enfim, a época do palácio que estamos estudando. Lê-se sobre o seu pórtico principal a inscrição que recorda o ano em que foi construído, e o nome daquele a quem o devemos:

“Reinando El-Rei D. João V, nosso Senhor, sendo governador destas capitanias e da de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, do seu conselho, Sargento-Mor de Batalha dos seus Exércitos. Ano de 1743.”

Se não conheceis bastante que homem era esse Gomes Freire de Andrade, depois conde de Bobadela, informai-vos das melhores obras antigas de que se ufana a capital do Brasil, e avaliareis as proporções desse ilustre varão pela altura dos monumentos e pela importância dos trabalhos que executou.

Se ainda não vos basta isso, ide ao paço da nossa municipalidade, e aí encontrareis o seu retrato conservado pela mais justa gratidão

e permitido muito excepcionalmente por el-rei de Portugal, que reconheceu os direitos que ele tinha a essa patriótica manifestação, de que até então somente os soberanos podiam ser objeto.

Quereis ainda conhecê-lo melhor? Apreciai-o na morte, depois de havê-lo admirado na vida. O conde de Bobadela achava-se com a saúde alterada, quando os espanhóis, em 1762, tomaram a colônia do Sacramento, e logo depois desbarataram uma esquadilha que em socorro dos portugueses ele mandara. Estes desastres e a injusta murmuração com que o ofenderam os negociantes do Rio de Janeiro, que muito sofreram em seus interesses com a perda da colônia, o afrontaram de paixão tão grave que morreu em janeiro de 1763.

Realmente, já não há Bobadelas no nosso tempo! Nem com a lanterna de Diógenes seríamos capazes de encontrar um ministro que morresse de desgosto por causa de um desastre desses. A medicina pode descansar completamente: a moléstia de que morreu o conde de Bobadela já não aparece hoje em dia, nem mesmo com caráter esporádico.

Não esqueçamos, porém, a história do palácio.

Palácio? É preciso atender ao modo por que nos exprimimos. Palácio não. Casa dos governadores sim. Uma carta régia proibiu chamar palácio à casa da residência dos governadores. Palácio, pois, deveríamos chamá-la somente mais tarde, se não estivéssemos há mais de um século de distância daquela ordem de el-rei, e por isso livres de culpa e pena.

Um pouco de favor da virtude da paciência. Trata-se agora da descrição.

O palácio (perdi o medo à carta régia) passou por algumas modificações, que convém lembrar cronologicamente.

Constava ele, como ainda hoje, de quatro faces octogonais. A principal, que olha para o mar, oferecia à vista três corpos separados por pilastras e com três janelas em cada um deles. Tinha um só andar, e inferiormente três pórticos de pedra mármore branca, sendo o do centro formado por duas colunas rematadas superiormente por graciosas cambotas, e os dos laterais mais estreitos e de forma vulgar. De um e outro lado destes, abriam-se janelas de peitoril. Cada um dos pórticos descansava sobre uma escadaria própria, de mármore branco.

A face do norte apresentava, ao ligar-se com a anterior descrita, um pórtico fronteiro a outro igual da face do sul, dando entrada para o saguão, e além desse, mais dois para serventia particular, e entre eles duas cocheiras e dezenove janelas de peitoril. No pavimento superior, havia vinte e quatro janelas como as da fachada principal.

Na face do sul, que olha para o atual paço da Câmara dos Deputados,² havia, além do outro pórtico, vinte e três janelas de peitoril e mais uma porta para serviço particular, e no pavimento superior vinte e três janelas, das quais sete eram de peitoril e colocadas quase a meio da fachada.

A face do fundo apresentava nove janelas de sacada no andar superior, e inferiormente um pórtico ladeado por quatro janelas de peitoril.

A entrada do palácio era nobre: duas filas de colunas conduziam à escada, que agora é nobre, também constando de dois lances no mesmo sentido e outros dois em sentido oposto. Como era, porém, no tempo do conde de Bobadela, não sei: não nos ficou memória da escada primitiva, sem dúvida porque no século passado ainda não se conhecia no Brasil a importância extraordinária que tem uma boa escada.

Depois do conde de Bobadela, chegou a seu tempo a vez do vice-rei conde de Resende aumentar as proporções do palácio. O primeiro, como simples governador, tinha-se contentado com um só andar, além do pavimento inferior. O conde de Resende, que era vice-rei, elevou-se a maior altura, e fez construir um segundo andar de doze janelas de sacada que se vê ao meio do primeiro da face do norte.

Abro um parêntesis nesta descrição, que não me custa nada, porque apenas tenho o trabalho de copiá-la de um livro cujo título não declaro, para ver se passo por autor da obra, e interrompendo por momentos o fio do discurso, entro em certas explicações que não me parecem desnecessárias.

Visto que, com as obras dos dois condes, o palácio já tem não menos de cento e vinte e cinco janelas, convém dizer o que se via nesse tempo mais próximo a elas.

2 A Câmara dos Deputados funcionou na Antiga Cadeia Velha até a construção do edifício atual, no mesmo sítio.

Da face principal via-se o mar, isso já ficou dito; da face do norte via-se o chafariz ainda no meio da praça, e já então, ou mais tarde, a casa dos Teles defronte.³ Os Teles foram homens notáveis no Rio de Janeiro pela sua riqueza e pela sua posição. A sua fama ficou perpetuada por um arco, que tomou o nome deles, e que não é mais do que um passado. A face do fundo namorava o convento dos carmelitas, que um dia havia de acabar por conquistar. A face do sul, enfim, tinha em sua frente a casa da câmara e cadeia, que é hoje o paço da câmara dos deputados, e além dessa, a casa da ópera, que se tornou uma dependência do palácio.

Ainda aqui não fecho o parêntesis.

Preciso dizer quem morava na casa dos governadores e dos vice-reis; pois que, além deles, mais alguém se achava estabelecido debaixo do mesmo teto.

Moravam com eles a justiça e a fazenda.

Os vice-reis ocupavam mais de meio da galeria superior, além do segundo andar, para o lado da praça.

Para o mesmo lado, todo o resto da casa até ao canto fronteiro ao convento do Carmo servia de assento ao tribunal da relação.

No pavimento inferior e sob esses domínios da relação ficava a fábrica moedal, como a chama Pizarro, e o quarto do canto que olha por um lado para a casa da câmara, e por outra para o convento dos carmelitas, era habitado pelo provedor da moeda.

Estava, por assim dizer, todo o governo da terra reunido no mesmo ponto, e a um grito do vice-rei levantar-se-iam a relação com a espada de Astréia, a câmara municipal, que representa o povo, o provedor da moeda, que forjava o encanto do mundo, e até podia acudir o carcereiro da cadeia com a competente guarda.

E para tudo isso, bastava um grito. Hoje grita-se horas inteiras, de noite, nas ruas da cidade, e é um milagre, quando aparece a patrulha!

³ Ainda existe a passagem que se chama arco do Teles, ligando a praça Quinze de Novembro à rua do Mercado. Tem o nome de travessa do Comércio.

Era agora ocasião de fechar o parêntesis que abri ainda há pouco. Acho-me, porém tão fatigado que suponho conveniente deixá-lo ainda aberto, enquanto descanso.

II

Fiz muito bem não fechando o parêntesis que abri ao terminar o meu artigo precedente.

Antes de prosseguir na descrição cronológica do palácio imperial, preciso dar ainda algumas explicações que se referem aos costumes do tempo dos vice-reis.

É verdade que a *Justiça* e a *Fazenda* moravam com o vice-rei debaixo do mesmo teto; convém, porém, saber que o vice-rei e o tribunal da relação tratavam-se tão cerimoniosamente que nem ao menos se falavam, passando de umas a outras salas pelo interior da casa.

Nos dias da reunião do tribunal, que era presidido pelo vice-rei, o carro deste vinha recebê-lo à entrada principal do paço e o levava a apear-se à porta que se abria para o *terreiro do Paço*, e que era a que pertencia aos domínios da relação.

Mandava a regra que o vice-rei não fosse exercer tão importantes funções, fazendo a pé um passeio, embora tão curto, e que se comunicasse com o tribunal da relação aos olhos de todos, e não pelas *portas travessas*. Já naquela época tinha-se medo da influência dos corredores e das ante-salas.

Com a fábrica da moeda, ou não havia tantas cerimônias, ou, além dos seus domínios no pavimento inferior, tinha ela no primeiro andar ainda uma sala para o lado da travessa do Paço; porque aí se via uma grande balança, pendendo de uma *mão de ferro*, e destinada ao serviço daquela fábrica.

A balança desapareceu, quando se mudou a fábrica para o edifício em que hoje se acha. Ficou, porém, a mão de ferro, que somente no reinado do Sr. D. Pedro I foi arrancada como se se quisesse dizer que, depois de fundado o governo constitucional, não devesse mostrar-se mão de ferro no palácio do chefe do Estado.

Agora fechei definitivamente o parêntesis, e para que não haja a menor dúvida a esse respeito, fechei-o com uma potente *mão de ferro*.

Vou continuar a descrição interrompida.

Era vice-rei do Brasil o conde dos Arcos, quando, a 14 de janeiro de 1808, entrou no porto do Rio de Janeiro o brigue de guerra *Voador*, trazendo a notícia da próxima chegada da família real portuguesa. O brigue fizera honra ao nome que lhe tinham dado: *voara* para dar aquela nova ao vice-rei, ainda a tempo de serem por ele tomadas algumas providências.

O conde dos Arcos não descansou mais um momento, e enquanto mandava ordens para descerem de S. Paulo e Minas todos os víveres que se pudessem logo conduzir, despejava ele próprio o palácio e preparava não só as suas salas e as que tinham servido à relação, mas ainda as que eram ocupadas pelo expediente da casa da moeda, para receber tão comodamente quanto fosse possível os augustos hóspedes.

Em breve, porém, viu-se que eram indispensáveis proporções mais vastas ao *palácio real*. Começou-se, pois, por unir a ele o convento do Carmo e a antiga casa da câmara e cadeia. Ao convento foi ligado o palácio pelo passadiço que ainda existe e que tem três janelas de sacada para o largo do paço, três outras para a Rua da Misericórdia e se apóia sobre dois arcos que facilitam a comunicação entre o largo e a rua que ficam designados. À casa da câmara uniu-se o palácio por um outro passadiço de que apenas resta a memória.

Ainda novas obras foram executadas no tempo do *reino do Brasil* pertencendo a essa época o pequeno corpo de janelas de peitoril que se observam na face do sul.

Em que pese aos meus companheiros de passeio, abro aqui outro parêntesis, e de novo interrompo a minha descrição.

Não sou tão alheio às leis da cortesia que me exponha a deixar desalojados e na rua os frades do Carmo, os desembargadores da relação e os presos da cadeia. Os carmelitas trocaram o seu convento do terreiro do Paço pelo hospício dos barbadinhos italianos, na Rua da Ajuda, onde permaneceram até que se extinguiu o seminário de Nossa Senhora da Lapa, para o qual passaram de propriedade.

Os barbadinhos foram ocupar as casas dos romeiros de Nossa Senhora da Glória.

A *relação* não se achava mais nas suas salas do palácio, quando chegou a família real: tinha-se estabelecido, desde algum tempo, na casa da câmara municipal. Mas dali mesmo teve de retirar-se, alugando-se primeiro, e enfim comprando-se para ela a casa da rua do Lavradio em que até hoje continua a funcionar, e que pertencia a João Marcos Vieira da Silva Pereira, fazendeiro de Campo Grande. Convém lembrar que ainda então não existia, e só muito depois se abriu a rua que tomou o nome da Relação, tribunal que, aliás, em 1808, foi elevado ao grau de Casa da Suplicação do Brasil.

Provavelmente todas estas mudanças incomodaram não pouco aos desalojados. Mas é seguro que aos presos nem sequer um só instante ocupou o espírito e cuidado de um novo asilo. Para eles, porém, tomou-se casa destinada a outros, que, sou capaz de jurar, não lamentaram a perda que sofreram.

Os presos foram removidos para o Aljube, que o bispo D. Francisco Antônio de Guadalupe fizera preparar exclusivamente para reclusão dos eclesiásticos que merecessem uma tal punição.

Quem não mudou de casa em consequência da chegada da família real, apesar de pensarem alguns o contrário disso, foi a câmara municipal.

A câmara já tinha deixado a sua casa própria, cedendo-a para a relação e se fora estabelecer naquela parte da casa do Teles que fica na esquina da rua hoje denominada do Mercado. Em consequência de um incêndio que chegou a devorar também boa porção do seu arquivo, passou a ocupar uma casa da rua do Rosário, entre as da Quitanda e Ourives, e aí se achava em 1808. Da rua do Rosário, mudou-se para o consistório da igreja do Rosário, onde, em 1824, recebeu as assinaturas de todos os cidadãos que declararam aceitar e querer a constituição oferecida pelo Sr. D. Pedro I. Do consistório da igreja do Rosário, enfim, foi mostrar-se no seu paço no campo hoje da *Aclamação*.

Dizem que duas mudanças equivalem a um incêndio. E então, quatro? A câmara municipal não esquentava lugar, estava sempre em movimento constante. Desde alguns anos, porém, estabeleceu sua resi-

dência definitiva no lugar mencionado, e enfim, está quieta, e tão quieta que parece dormir por uma eternidade.

Mas não penseis, meus bons companheiros de *passeio*, que somente as repartições, estabelecimentos públicos e religiosos tiveram de fazer mudanças inesperadas e súbitas naquela época. Essas ao menos eram exigidas pela necessidade de hospedar-se mais comodamente a família real, e portanto, efetuavam-se com satisfação geral, sem relutância da parte dos proprietários, sem violência da parte da autoridade, e a um simples convite deste ou com entusiástica espontaneidade daqueles.

Com a família real, porém, chegaram em grande número fidalgos, empregados e criados de todas as ordens, e tantos eram que faltavam casas para receber a todos eles.

Os criados de menor graduação tiveram mesa e ninho na famosa *ucharia*, que se transformou desde logo em um imenso formigueiro, no pavimento inferior do convento do Carmo que se ligara ao palácio. A *ucharia* não somente serviu para matar a fome a muitos pobres, mas ainda para encher os cofres de muitos ricos.

Os fidalgos, empregados e criados de outras ordens acharam a sua providência nas muito mais famosas *aposentadorias*.

Quero em poucas palavras dar-vos uma idéia do que foram as *aposentadorias*, especialmente em 1808.

Adeus, direito de propriedade!

Não houve habitantes da cidade do Rio de Janeiro que dormisse tranqüilo na sua casa *própria*, e que acordasse com a certeza de anoitecer debaixo do mesmo teto. Quanto mais bela e vasta era uma casa, mais exposta ficava ao *quero absoluto* dos privilegiados.

Havia um juiz *aposentador*.

A *aposentadoria* era um arranjo de uns à custa de outros, que se executava em cinco tempos:

1º tempo. O privilegiado dirigia-se ao *aposentador* e dizia-lhe que precisava da casa tal da rua tal;

2º tempo. O aposentador encarregava um meirinho de ir satisfazer o desejo do privilegiado;

3º tempo. Saía o meirinho com um pedaço de giz na mão, e chegando à casa designada escrevia na porta P. R. (*Príncipe Regente*).⁴

4º tempo. O proprietário ou morador da casa mudava-se em vinte e quatro horas;

5º tempo. O privilegiado *aposentava-se* e ficava muito à sua vontade.

Esta sem-cerimônia era, na verdade, desesperadora.

Compreende-se que era indispensável tomar providências para que não ficassem no meio da rua aqueles vassallos fiéis e bons servidores que tinham acompanhado a família real ao Brasil. Mas entre essa necessidade e os abusos inauditos que se praticaram sob o pretexto das *aposentadorias*, havia uma distância enorme que cumpria ser prudentemente considerada.

Dir-me-eis que ao menos os aposentados pagavam o aluguel das casas que tomavam. Pois estais enganados. Muitos deixaram de cumprir esse dever, e houve alguns (e até um titular entre esses) que não só não pagaram o aluguel de que se trata, como, tendo de acompanhar el-rei em sua volta para Portugal, arrancaram as portas e as tábuas dos assoalhos das casas em que estavam morando, a fim de fazer os caixões necessários para levar as suas baixelas e o mais que lhes pertencia, e que com eles devia tornar ao velho mundo.

Ainda bem que este exemplo tristíssimo não foi seguido pela maioria dos privilegiados.

Mas as desregradas aposentadorias tornaram-se logo em um tormento insuportável. Houve senhor *aposentado* que se apaixonou três ou quatro vezes consecutivas por diversas casas e, para contentá-lo, despediram-se também consecutivamente quatro famílias dos tetos sob os quais se abrigavam.

Havia luxo de abuso, luxo de prepotência, luxo de escândalo.

No meio das festas brilhantes e repetidas com que se solenizava a chegada da família real, que foi tão proveitosa para o Brasil, o povo começava a murmurar e a queixar-se. O príncipe regente, como todos os monarcas, ignorava a maior parte das violências que em seu

4 Iniciais que o povo logo interpretou por ponha-se na rua.

nome se praticavam. Então, como dantes e como depois, os verdadeiros opressores do povo levantavam uma barreira que não deixava a verdade chegar aos ouvidos do soberano.

Dava-se em 1808 a história de todos os tempos.

Entretanto, a originalidade de um magistrado veio dar causa a que o príncipe regente soubesse o que se estava praticando em seu nome e em mal da população.

Era então juiz de fora e interinamente *aposentador* o célebre desembargador Agostinho Petra de Bittencourt.

Era uma homem verdadeiramente original, mas um magistrado justo e severo.

Andava ele já muito aborrecido com os *arranjos de aposentadorias* e cansado dos abusos em que, por obediência, se via coagido a tomar parte.

Um dia, estava o desembargador Petra a meditar nos sofrimentos do povo, quando lhe entrou pela sala um fidalgo que o visitava pela quarta vez.

Na primeira visita, esse fidalgo tinha pedido a *aposentadoria* em uma boa casa que designara. Na segunda, pedira nova aposentadoria em outra casa melhor. Na terceira, tinha vindo exigir mobília.

E não contente ainda com tudo isso, apresentava-se pela quarta vez, declarando que lhe convinha muito um excelente criado, ou talvez escravo, que servia a um homem que designou.

O desembargador Petra, sem dar a mais simples resposta, fez chamar sua senhora à sala, e apenas a viu chegar, disse-lhe:

– Apronte-se, Sr^a D. Joaquina, estamos em vésperas de separar-nos. Este nobre fidalgo já me pediu casa, depois mais casa, depois mobília, agora criado; amanhã provavelmente há de querer que eu lhe dê mulher, e como não tenho outra senão a senhora, e não há remédio senão servi-lo, apronte-se, Sr^a D. Joaquina, apronte-se!

O fidalgo saiu furioso, protestando vingar-se, e foi direito ao príncipe regente queixar-se da zombaria de que fora objeto. Mas o desembargador Petra, interrogado pelo príncipe, tais cousas disse e tão claramente manifestou a verdade, que as violências cessaram, e o sistema das *aposentadorias* foi mais suavemente executado.

Por ocasião da sua elevação ao trono, o Sr. D. João VI reformou ainda este sistema, concedendo aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro as *aposentadorias passivas*.

Faço aqui ponto final a respeito das *aposentadorias*.

Creio, porém, meus companheiros de *passeio*, que podemos conversar ainda alguns momentos, visto que não temos pressa nem razão alguma para andar correndo.

Falei-vos do desembargador Petra. Disse-vos que era ele um homem original, e não devo contentar-me com a única anedota que a seu respeito referi.

Aí vai outra.

Naqueles tempos de que nos estamos lembrando neste *passeio*, somente de calções e meias de seda se apresentavam no paço os homens da corte. O triunfo das calças teve lugar apenas em 1840, com satisfação indizível de todas as pernas finas e de todas as pernas grossas demais.

Os calções e as calças podiam bem servir não só para representar duas épocas distintas, mas ainda dois princípios que se contrariam. Teríamos em tal caso os calções representando a aristocracia, e as calças a democracia.

Se aceitarem a idéia, pode bem ficar determinado que o último e fiel representante da aristocracia no Brasil foi um antigo inspetor de quarteirão da freguesia de São José, homem constante, que até o último dia da sua vida, anos depois de 1840, usou de calções de ganga amarela.

Vamos, porém, à anedota.

Somente de calções e meias de seda ia-se naquele tempo ao paço fazer a corte ao rei, e os magistrados usavam, por mais requinte de tafularia, levar aberta a beca para mostrar os calções e as meias de seda.

Preparava-se o desembargador Petra, um dia, para ir ao paço. Achava-se já de calções, porém ainda em mangas de camisa, e eis que lhe aparece, de súbito, um grande criminoso contra quem havia dado ordem de prisão e que lhe trazia um requerimento a despachar.

O desembargador, em vez de receber o requerimento, abre a boca e brada: “Está preso!”

O criminoso volta as costas, corre pela porta afora. Mas o desembargador Petra, em mangas de camisa e sem chapéu, como estava, deita igualmente a correr pela rua atrás do fugitivo, gritando: “Pega ladrão! Pega ladrão!”

O povo acudiu à voz da justiça. O criminoso foi cercado, preso e recolhido à cadeia. E o desembargador Petra, muito satisfeito do resultado da diligência, voltou para casa, tomou a beca e foi para o paço.

Quero ainda contar-vos uma outra anedota relativa ao mesmo magistrado. Será a última. Antes, porém, de o fazer, desejo, assim a modo de prólogo ou introdução de uma história, oferecer-vos breves considerações.

O mal que se está experimentando sempre nos parece mais grave ou doloroso do que o mal que já se experimentou. Esta nuance do nosso egoísmo faz-nos geralmente muito injusto para com o nosso tempo.

Andamos agora incessantemente maldizendo do patronato e queixando-nos dos repetidos e vergonhosos milagres que ele operava. Causa-nos espanto a cara horrível do patronato de hoje. Ah! Façam idéia da face medonha do patronato daqueles tempos em que o arbítrio era a lei, a vontade de um ministro valia mais do que todos os interesses do país e todas as conveniências públicas.

Ao menos, agora, cada um de nós tem nas “publicações a pedido” dos jornais diários e em cada tipografia uma elevada tribuna em que solta a voz e fala como um deputado. E dantes? Dantes, quem falava ou escrevia fora do compasso marcado pela batuta do governo fazia uma viagem à África, ou, pelo menos, deixava o seu nome escrito no livro do carcereiro.

Morto por um raio seja eu, se troco o meu tempo pelo tempo do mando e quero, se troco o direito que tenho hoje de pensar em voz alta, de discutir e de censurar, pelo antigo dever de uma cega obediência e de um silêncio de catacumbas.

Patronato sempre houve, e patronato há ainda. Mas o patronato de outrora difere muito do patronato de hoje.



UMA VISTA DO LARGO DO PAÇO

E PALACIO DOS VICE-REIS NO TEMPO DO CONDE DE RESENDE.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

Eis algumas das diferenças que se podem notar entre o velho e o novo.

O patronato do outro tempo usava de calções, e o da atualidade de calças.

O patronato do outro tempo andava de dia e se mostrava ufano no meio da praça: o da atualidade anda de noite, e, de ordinário, se esconde pelos becos. No entanto, o novo sai de carruagem, como acontecia ao velho.

O patronato do outro tempo dizia sempre: *ordeno isto!* O patronato da atualidade, diz: *arranjemos isto!*

Ao patronato do outro tempo tirava-se o chapéu com todo o respeito e consideração; ao patronato da atualidade manda-se ao diabo sem a menor cerimônia.

O patronato do outro tempo ostentava-se, apoiando-se na coluna do arbítrio; o patronato da atualidade esconde-se atrás do sofisma.

O patronato do outro tempo aparecia aos olhos do povo nas janelas do palácio, trajando brilhante fardão. O patronato da atualidade vive embrulhado em um grande capote e agachado embaixo da mesa de cada um dos ministros.

Em uma palavra, o patronato do outro tempo era franco e patentemente ousado, e o patronato da atualidade é manhoso e só tenebrosamente ousado.

Notai, porém, que a franqueza do patronato velho não era uma virtude, era, pelo contrário, um defeito profundo do sistema. Essa franqueza era a ostentação do arbítrio.

Dir-me-eis que o patronato novo, por isso mesmo que é manhoso, sofisticado e disfarçado, torna-se muito perigoso. Convenho. Ao menos, porém, quando o percebemos e descobrimos, temos o direito de pôr-lhe a calva à mostra e de maçá-lo sem dó nem piedade.

Concordo ainda em que, não poucas vezes, no nosso tempo ousa o patronato erguer-se com a audácia antiga, porque a vaidade e a filúcia de alguns figurões os faz crer que eles nasceram predestinados para serem tutores e curadores obrigados do povo, e que, portanto, devem todos curvar-se ao império de sua vontade e ainda em cima render graças a Deus pelo favor e benefício imenso que da sua irresistível in-

fluência resulta para o país. Mas, em que lhes pese, cada cidadão tem na constituição do Império um baluarte inexpugnável contra as intoleráveis pretensões desses reizinhos improvisados, e no direito de censurar uma arma sempre poderosa e temida para atacar os abusos e os patronatos dos tais senhores.

Concluo: sempre houve, ainda há, e muito, e nunca deixará de haver mais ou menos patronato. Dantes, porém, as vítimas sofriam as injustiças dos potentados sem queixar-se nem murmurar, e agora quem sofre pode levantar a voz, fazer-se ouvir, achar um eco na opinião pública, e muitas vezes consegue ver triunfante o seu direito, e fugirem desapontados e pagãos os altivos afilhados dos mais orgulhosos padrinhos.

Última consequência: viva a constituição do Império!

Está concluída a introdução ou terminado o prólogo da anedota que agora passo a referir.

Na época em que viveu o desembargador Petra, a Câmara Municipal marcava o *maximum* dos preços dos gêneros de primeira necessidade e fiscalizava o mercado, impedindo que se vendessem ao povo gêneros alimentícios deteriorados.

Aquele desembargador presidia a Câmara Municipal como juiz de fora, que era, e portanto, a seu cargo principalmente estava o cuidado de garantir ao povo gêneros alimentícios em bom estado e por um preço não exagerado.

Nesse ponto, era o desembargador Petra muito severo, e um certo mercador de farinha de mandioca, fornecedor das casas de alguns fidalgos mais influentes, tinha sido por ele mais de uma vez condenado, em consequência de vender farinha avariada ao povo, e ainda em cima, de ter urna balança infiel.

O negociante, cansado de sofrer a retidão do juiz, apelou para os milagres do patronato.

Um dia em que o desembargador Petra dava audiência, aproximou-se dele o negociante de farinha e apresentou-lhe um aviso ou portaria do ministro em que era ordenado ao juiz de fora que não incomodasse mais o fornecedor dos fidalgos.

O desembargador leu primeiro para si e depois em alta voz a ordem do governo, e em seguida beijou respeitosamente o aviso ou portaria e disse:

– Pode ir descansado e furtar à sua vontade: o governo o autoriza a roubar ao povo. Eu hei de cumprir as ordens do governo, e V. Mce. fará muito bem si furtar dez vezes mais do que furtava até agora.

Realmente, em um país governado pelo sistema absoluto, não se podia ferir de um modo mais positivo e forte do que o fez o desembargador Petra um escandaloso patronato dos grandes.

Também é verdade que o severo magistrado contava na corte uma numerosa falange de furiosos inimigos. Mas tinha por si a confiança do príncipe real, e zombou sempre de todos eles.

Creio que por hoje basta de *passeio*. Mas, desta vez, fecho o segundo parêntesis que abri, e prometo que dora avante divagarei muito menos.

III

O antigo convento dos carmelitas exige agora também um breve estudo. Fazendo parte do palácio desde 1808, não pode ficar esquecido sem ofensa à exatidão histórica.

Um simples passadiço converteu aquele edifício de casa de frades em paço real; mudando-lhe, porém, a natureza, não lhe pode mudar o parecer, e o antigo convento conservou e conserva ainda a primitiva feição monástica que o apresenta sempre arquitetonicamente desarmônico com o palácio a que se ligou.

É um aditivo que não tem relação alguma com o corpo a que foi adicionado: é um adjetivo que não concorda com o seu substantivo nem em gênero, nem em caso, nem em número: discordância completa no que diz respeito à arquitetura.

Mas pouco importa isso. Hoje em dia já estamos acostumados com essas extravagâncias que das obras de pedra e cal passaram a fazer-se sentir em obras de um outro gênero. É raro o ano em que não vemos determinarem-se discordâncias tão notáveis como aquela. Não há lei de orçamento de receita e despesa do Império que não arraste

uma cauda de aditivos que se harmonizam tanto com ela como o antigo convento do Carmo com o resto do palácio.

Ao menos, porém, em 1808, uma necessidade indeclinável impôs a anexação que deu lugar àquela desarmonia arquitetônica, e atualmente nada pode desculpar a abusiva repetição dessas discordâncias administrativas.

Ora, eis aí. Insensível e involuntariamente começo a divagar outra vez! Bom foi que a tempo o conhecesse para não me adiantar muito.

Aqui vai em poucas palavras o que era o antigo convento do Carmo. Creio que não haverá quem possa notar nele mudanças sensíveis operadas nestes cinquenta e dois anos já passados: conservou-se quase absolutamente o mesmo, o que entre nós não admira em uma casa, mas admiraria muito em um homem, porque os homens...

Pior! O antigo convento do Carmo nada tem de comum com os homens políticos.

O edifício que asilava os carmelitas começa na extrema da rua da Misericórdia, um pouco adiante da esquina da rua da Assembléia, dantes chamada da Cadeia, estende-se por toda a largura do largo do Paço até à entrada da rua Direita,⁵ onde termina com a igreja que, acompanhando o destino do convento, passou a ser capela real, como é ainda hoje capela imperial.

Pela frente da praça apresenta o edifício, além do pavimento inferior, dois andares que tinham janelas com balcões de ferro e rótulas de madeira, e que eram duas ordens de dormitórios.

Vinha logo em seguida a igreja de Nossa Senhora do Carmo, que é a capela imperial. Em primeiro lugar, levanta-se a torre, cuja entrada, que era a portaria do convento, é precedida por um alpendre sustentado por colunas de pedra. A torre é quadrangular e terminada superiormente por uma abóbada pontiaguda, em cujo cimo se observa um globo que serve de apoio ao símbolo da redenção. Um galo metálico, que é atravessado pelo pé da cruz, gira horizontalmente, obedecendo à ação dos ventos, e indica a direção destes.

5 Primeiro de Março.

Segue-se à torre uma capelinha consagrada ao Senhor dos Passos.

Três portas dão entrada para o templo. Sobre o pavimento dessa levanta-se um outro com pilastras, entre as quais abrem-se três janelas de peitoril. Acima deste pavimento ainda um terceiro, sobre o qual está montada a empena que remata em seu ápice pela cruz, e lateralmente por vasos de pedra que coroam as pilastras extremas. Entre as pilastras que sustentam a empena estavam as armas reais, como hoje estão as imperiais.

Antes de penetrar no interior da capela imperial, devo fazer duas observações: A primeira refere-se a uma alteração por que passou o antigo convento há cinco anos. A segunda não passará de uma pergunta filha da minha ignorância, e de uma idéia inocente que despertou em meu espírito o galo metálico da capela.

Há cinco anos reinava epidemicamente na capital do império a febre das empresas. O pensamento era bom, o desejo do progresso material justificadíssimo; o excesso, porém, a que se chegou fez da saúde moléstia. Tratou-se também com ardor nessa época de abrir até ao largo do Paço a rua do Cano,⁶ que devia ser toda de novo disposta, ladeada de casas magníficas, alinhada, embelecida e transformada na mais elegante das ruas da cidade.

Sorria tanto a idéia deste melhoramento, foi ele reputado tão facilmente realizável, que se atacou logo a *única* barreira que separava o largo do Paço da rua do Cano, isto é, a extrema esquerda do antigo convento do Carmo. S. M. o Imperador, desejando facilitar a realização da empresa, mandou prontamente romper o edifício naquele ponto. Abriu-se, pois, a comunicação entre a rua e a praça, e passado algum tempo uniu-se ainda o palácio com a capela imperial por meio de um passadiço de madeira que tem tanto de simples como de pouco elegante.

E a empresa não foi adiante, pelo menos até agora: *tropeçou no vácuo* e ficou derreada. Não se incomodem com a frase *tropeçou no vácuo*. A falta de dinheiro é um vácuo, e é na falta de dinheiro que os empreendedores tropeçam mais desastradamente.

6 Sete de Setembro.

A rua que devia se chamar *Sete de Setembro* continua como dantes a ser do *Cano*, e enquanto se conservar feia e *torta* como é, convém que não lhe mudem o nome; porque *Sete de Setembro* quer dizer Independência do Brasil, e a nossa independência é *muito bonita*, e nós a queremos *direita e bem direita*.

Segunda observação.

O galo metálico que gira horizontalmente sobre a torre da capela imperial, obedecendo à ação do vento que sopra, não pode deixar de exprimir algum pensamento filosófico, alguma lição moral.

Que significa aquele galo inconstante, que assim se volta para todos os lados, e que ora mostra o bico ao sul, ora ao norte, ora ao ocidente, ora ao nascente? Que significa esse galo que lisonjeia e atraiçoa a todos os ventos? Não sei; e somente quem o empoleirou na torre no-lo poderia dizer.

Aproveitando-me, no entanto, da existência do famoso galo e da sua incessante mobilidade, servir-me-ei dele doravante para um termo de comparação que me parece apropriado.

A inconstância e volubilidade de muitos políticos excedem tanto às proporções de possíveis modificações concienzosas de princípios, que a todos antes se afiguram contradanças executadas ao som da orquestra mágica da ambição e do egoísmo.

São mudanças determinadas por conveniências que não se confessam, mas que excitam os contradançadores a voltar as caras ora para um, ora para outro ponto, conforme o vento político que sopra.

Assim, pois, serve-me às mil maravilhas o *galo da capela*, e quando aí por essas ruas eu encontrar alguns desses homens políticos que andam aos saltos de um para outro partido, dizendo hoje que é branco o que ontem diziam que era preto, e achando sempre razão em quem está de cima, direi a mim mesmo, ou aos amigos que passearem comigo nessa ocasião: “Ali vai um galo da capela.”

Penetro agora no sagrado recinto.

Tem a capela imperial três altares de cada lado, e entre estes e o altar-mor duas capelinhas fronteiras: na da esquerda é onde se expõe o Santíssimo Sacramento, e onde a família real vinha ouvir missa, tendo para isso duas tribunas.

No lado direito da capela-mor está a tribuna da família imperial.

O teto da capela-mor da igreja dos carmelitas foi decorado por José de Oliveira, o mais antigo dos pintores fluminenses. A Virgem do Monte Carmelo que nele está representada era uma obra de mestre. Diz o Sr. Porto Alegre,⁷ em uma memória apresentada ao nosso Instituto Histórico, o seguinte: “Na reforma do convento os mais hábeis artistas da capital se escusaram de retocar aquela obra, mas os carmelitas descobriram um caiador que a destruiu completamente; seu estado atual é uma restauração feita pelo Raimundo, que antes se escusara, mas que no tempo de el-rei fora obrigado a fazê-la.”

O teto da capela do Senhor dos Passos, que representa o des-cimento da cruz, é obra do célebre Manuel da Cunha, outro pintor fluminense, que, nascido escravo, se enobreceu pela arte em que primou e de que legou à pátria belos tesouros, como são o retrato do conde de Bobadela, que está no paço da câmara municipal, o Santo André Avelino, da igreja do Castelo, a capela contígua à sacrista de S. Francisco de Paula e muitos outros.

Em 1817, o Sr. D. João VI mandou pintar de novo e dourar a capela real, obra que se executou com tanta presteza como feliz desempenho, e para a qual concorreram os melhores artistas que então possuía a capital, e notavelmente o nosso habilíssimo José Leandro de Carvalho, pintor histórico e o mais fiel retratista da época, *tendo neste gênero, diz também o Sr. Porto Alegre, um dom particular, pois bastava ver o indivíduo uma única vez para conservar perfeitamente de memória suas feições e pintá-lo ao vivo.*

José Leandro fez todos os quadros da capela real, e no concurso que houve entre diversos pintores levou a palma na execução do quadro do altar-mor da mesma capela, no qual retratou de uma maneira admirável toda a família real.

Em 1831, foi esse quadro delirante e violentamente condenado pelo ódio ao passado. A gratidão nacional e a arte ressentiram-se por certo desse descomedimento repreensível, que seria uma indignidade, se não fosse a loucura de um dia de vertigem. Mas a gratidão nacional não se apagou com o quadro destruído, a arte pôde regenerar a obra do

7 Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de S. Ângelo, poeta e pintor (1806-1879).

mestre. O mestre, porém, que foi testemunha do insulto, sentiu-o tanto que perdeu a saúde com o abalo e veio a morrer não muito depois.

Faz-me conta supor que me perguntam agora como, em um país tão novo e ainda abatido pelo jugo colonial, pôde, em 1808, o príncipe regente vir encontrar artistas de tanto merecimento como esses que executaram a reforma da capela real em 1817.

Pois sabei que desde a última metade do século XVII já as artes contavam fiéis e esclarecidos intérpretes no Rio de Janeiro. Os artistas acudiram como por encanto à voz de Bobadela e de Luís de Vasconcelos, e ensejo terei de demonstrar esse fato na continuação deste *passaio*.

E sabei mais que não foram somente pintores amestrados que a família real portuguesa teve de admirar, chegando ao Brasil.

Nos púlpitos e no coro da então capela real, fizeram-se desde logo sentir grandes e brilhantes inteligências que a corte portuguesa mal podia esperar que estivessem florescendo no Brasil e que devessem por ela ser admirados.

Nos púlpitos apareceram, entre outros, muito notavelmente, São Carlos, Sampaio, e Mont'Alverne, três franciscanos, três frades da ordem que professa a pobreza e que eram a imensa riqueza da nossa tribuna sagrada. No coro avultava não menos o padre José Maurício Nunes Garcia, indisputavelmente um desses homens privilegiados em cujo espírito Deus acende a flama do gênio.

Dir-se-ia que a natureza virgem e portentosa do Brasil supria com suas inspirações patrióticas e arrebatadoras as academias e os mestres abalizados que faltavam na América portuguesa a esses e a todos os belos talentos. Certo é que eles excederam a expectativa da família real e dos fidalgos portugueses, que reconheceram não ter deixado na culta Lisboa quem os levasse a palma na eloquência e na música sagrada.

São Carlos foi, além de brilhante orador, um literato profundo e grande poeta. A sua oração fúnebre pelas exéquias da Rainha D. Maria I é um verdadeiro e magnífico triunfo de inteligência. O seu poema a *Assunção*, uma glória da pátria. São Carlos era ainda notável pela facilidade com que improvisava sermões, quando era inesperadamente arrancado da sua cela para subir à sagrada tribuna.

Sampaio arrebatava o seu auditório por uma graça natural, que falava a todos os corações. Às vezes, interrompia o fio do discurso para aproveitar um incidente que ocorria, e de que tirava sempre surpreendente partido.

Um dia em que rebentara uma forte trovoadá na ocasião em que ele se achava pregando, Sampaio, ao escutar o ribombo de um horrível trovão, cortou de súbito a ligação das idéias em que ia, e em uma apóstrofe ardente e bem cabida, inspirada pelo estampido que ouvira, encheu de assombro e deixou em êxtase a todo o concurso que se reunira na igreja.

A um desses dois pregadores refere-se um belo repente que não deixarei de lembrar aqui.

Solenizava-se na capela real a Santíssima Senhora das Dores. Um incômodo não tinha permitido vir assistir à festa a Rainha D. Maria I. Não se contava com ela. O orador subira ao púlpito e ia já em meio do sermão, quando, aparecendo a rainha, teve de tornar a começá-lo. Então, voltando-se para a tribuna real, exclamou, repetindo o verso de Virgílio:

“Infandum, regina, jubes renovare dolore...”

Mont’Alverne foi dos três ilustres franciscanos o que fulgurou ainda nos nossos dias, floresceu em todo o reinado do primeiro imperador. Algum tempo depois, porém, achou-se em vida sepultado no horror da cegueira, e não tornou ao púlpito. O Sr. D. Pedro II conseguiu fazê-lo pregar de novo, e no dia 19 de outubro de 1854 Mont’Alverne entoou o seu canto do cisne em um eloqüentíssimo panegrico de D. Pedro de Alcântara na capela imperial. Esse sermão foi um acontecimento que abalou a população da capital, e o que se passou então na capela não se pode explicar nem descrever. Sentiu-se. Não se diz.

O padre José Maurício Nunes Garcia conquistou naquela época a reputação de um fertilíssimo, severo e notável compositor de músicas sacras, e era, além disso, recomendável pelo seu nobre caráter, como por sua instrução.

As composições do padre José Maurício eram clássicas, magistrais, e ainda hoje se admiram. O príncipe regente estimava muito o grande músico brasileiro. Em uma dessas festas grandiosas que então se

celebravam na capela real, o Sr. D. João VI sentiu-se tão arrebatado, ouvindo executar a música de uma nova missa do padre José Maurício, que uma hora depois o mandou chamar ao paço, e aí, em plena corte, o encheu de louvores, e tirando da farda do conde de Vila Nova da Rainha o hábito de Cristo, com a sua própria mão colocou-a no peito do seu estimado e eminente mestre de capela.

A boa vontade e os sentimentos generosos do rei nem sempre eram imitados pela sua corte: o padre José Maurício teve nela desafiçoados, especialmente depois que chegou de Lisboa o mestre Marcos Portugal, que se tornou bem depressa seu decidido rival. Os profissionais estão no caso de julgar qual dos dois tinha mais merecimento, e as boas e conscienciosas autoridades na matéria sempre ouvi darem preferência ao compositor brasileiro.

Em certa ocasião, o padre José Maurício e Marcos Portugal tiveram de medir artisticamente as suas forças.

Devia-se solenizar na fazenda de Santa Cruz a degolação de São João Batista. O rei quis música nova, e os seus dois mestres de capela foram chamados a satisfazê-lo.

Era uma luta artística que ia ter lugar, e em resultado Marcos Portugal empregou um mês para compor as matinas, ao tempo que o padre José Maurício compôs em quinze dias uma grande missa e credo que ainda hoje se executam com aplausos dos mais profundos entendedores.

Neukomm, o discípulo predileto de Haydn, o compositor daquela famoso concerto que foi executado por três mil artistas na inauguração da estátua de Gutenberg, Neukomm, que viera para o Rio de Janeiro com a colônia artística dirigida por Lebreton, dizia a quem o queria ouvir que o padre José Maurício era o *primeiro improvisador de música que ele tinha conhecido*, e a propósito, contava o seguinte fato.

Em uma das muitas reuniões que tinham lugar na casa do marquês de Santo Amaro, faziam-se provas de diversas músicas que Neukomm acabava de receber da Europa. O célebre Fascioti cantou uma barcarola que foi ardentemente aplaudida, e o padre José Maurício, que estava ao piano, começou em seguida a variar sobre o motivo, e de arte tal o fez que todos e ele próprio esqueceram-se do tempo que passava, e no meio de geral admiração deram por si ao toque da alvorada.

Esse mesmo Neukomm, ao receber a notícia da morte do padre José Maurício, exclamou chorando: “Ah! os brasileiros nunca souberam o valor do homem que possuíam!”

Prometi não divagar, e talvez pensem que tenho divagado: protesto e juro que não. Tratando de descrever, devo dizer o que vejo, e ao estudar a capela imperial, não me é possível deixar de ver nos púlpitos e no coro os vultos venerandos desses homens ilustres que são glórias nacionais.

São Carlos, Sampaio, Mont’Alverne e José Maurício são monumentos.

Acabei de referir-me, ainda há pouco, às festas pomposas que se faziam na capela real no tempo da regência e do reinado do Sr. D. João. Com efeito, eram elas notáveis pelo brilhantismo e magnificência com que as mandava celebrar aquele príncipe eminentemente religioso.

Não tive, porém, ocasião de falar de uma solenidade piedosa que tinha em parte lugar na capelinha do Senhor dos Passos, que é, como disse, uma dependência da capela imperial.

Na segunda sexta-feira da quaresma costuma, como ainda hoje se observa, sair à rua, partindo da igreja da Misericórdia, a procissão do Senhor dos Passos; mas a sagrada imagem que principalmente se venera nessa procissão não é do templo donde sai naquele dia.

Na noite da véspera dessa sexta-feira, o Senhor dos Passos da capelinha de sua invocação era solenemente conduzido pelo rei e pela corte para a igreja da Misericórdia, e este ato de devoção continuou a ser praticado pelos augustos filho e neto do Sr. D. João VI.

Entretanto, cumpre não atribuir o começo deste devoto costume à época da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Muito antes de 1808, primeiro os governadores e depois os vice-reis, eram os que com os oficiais de maior patente levavam sobre seus ombros a imagem do Senhor dos Passos, na quinta-feira à noite, da capelinha do convento do Carmo para a igreja da Misericórdia.

Outrora, a procissão saía na sexta-feira, parava e fazia as orações dos *sete passos* diante de oratórios que havia nas esquinas de certas ruas, e de alguns dos quais ainda hoje restam vestígios. No fim da pro-

cissão, a imagem do Senhor recolhia-se, como atualmente se recolhe, à capela imperial.

Achareis que vos estou contando cousas que todos sabem. Ah! lembrai-vos que os tempos que vão passando levam consigo, pouco a pouco, as usanças, os costumes, as idéias e também algumas cerimônias religiosas dos nossos antigos, e que, portanto, convém ir conservando a memória de todos esses traços que caracterizam e nos mostram as feições do nosso passado.

E por falar no passado, veio agora mesmo doer-me na consciência a idéia de uma omissão que me podem lançar em rosto. Descrevendo o palácio e falando do convento do Carmo, que passou a fazer parte dele, não disse uma única palavra sobre a história *antiga* desse convento.

Ainda bem que foi uma falta que pode ser facilmente corrigida. Vou tratar disso imediatamente.

VI

Sou agora obrigado a dar um salto enorme, um salto do ano de 1808 e da época do reino do Brasil, da que me ocupava estudando o palácio imperial, para dois séculos e mais alguns lustros antes. Assim é preciso fazer, visto que me comprometi a dar a *história antiga* da casa que foi convento dos carmelitas.

Irei referir de envolta com alguns fatos registrados nas crônicas do tempo uma ou duas tradições populares. Colhi os primeiros nos livros e memórias que consultei, e as segundas contou-mas um padre velho que morreu há dez anos. Daqueles não é lícito duvidar; a estas pode negar-se crédito sem receio de molestar o padre, que já não tem que ver com as cousas deste mundo.

Sem mais preâmbulos.

O famoso Mem de Sá acabava apenas de lançar os fundamentos da esperançosa Sebastianópolis: seu sobrinho Salvador Correia de Sá tecia ainda no alto do morro do Castelo os primeiros fios daquele ninho de águia que foi o berço da atual capital do Império. A cidade nascente, modesto grupo de palhoças e casinhas humildes, não tinha ainda descido

do a banhar seus pés de princesa nas mansas ondas do formoso golfo que do seu trono da colina dominava; a povoação começava apenas, e já aqui e ali surgiam e se mostravam no vale algumas piedosas ermidas que a devoção erguera de improviso.

Cada uma delas era tão simples como a oração que sai da alma de um menino e sobe ao céu nas asas do anjo da inocência; e eram todas flores divinas abertas no seio daquele novo paraíso que se mostrava aos olhos dos portugueses.

Havia a ermida de Nossa Senhora da Conceição, a ermida de Nossa Senhora da Ajuda, a ermida de Nossa Senhora do Ó, três turíbulos em que se queimava o puro incenso da devoção aos pés da Mãe de Deus.

Creio que a mais antiga dessas ermidas, ou antes, a primeira que se levantou fora do morro do Castelo foi a de Nossa Senhora do Ó, e é exatamente dessa que me cumpre falar.

A ermida de Nossa Senhora do Ó estava situada na *vargem*, diz assim uma memória do tempo, ou mais positivamente à borda do mar, e no mesmo lugar em que depois se levantou o convento do Carmo.

A praia que ficava fronteira à ermida chamava-se *praia da Senhora do Ó*, nome que, como já ficou dito, perdeu logo que se foram ali edificando algumas casas.

A ermida estava em terras pertencentes a uma mulher cujo nome não chegou até nós. O piedoso devoto que ergueu naquela solidão essa igrejinha modesta e graciosa fora um ermitão que também não pode ser lembrado pelo seu nome.

Nos primeiros quatro lustros que correram depois da fundação da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, era a ordem religiosa dos jesuítas a única que tomara um posto e começara a lançar raízes na nova colônia. Essa primazia de direito competia aos irmãos de Nóbrega e de Anchieta, que também muito haviam contribuído para a expulsão dos franceses em 1567.

Mas o ermitão de Nossa Senhora do Ó contava que não tarde viriam igualmente os carmelitas estabelecer-se no Rio de Janeiro; por qualquer motivo ele os amava, e por eles esperando, pedira e obtivera a favor da ermida de Nossa Senhora do Ó a doação do monte que foi de-

pois chamado de *Santo Antônio*, e que então se chamou o *monte do Carmo*, porque para os *carmelitas* o destinava o ermitão.

Até aqui a história. Falaram as crônicas do tempo. Agora começa a tradição e fala o padre velho.

Quem era aquele ermitão? Envolvia-se algum segredo na fundação da ermida? Por que, de preferência, e tanto se lembrava o ermitão dos carmelitas?

A tradição popular adivinhou ou improvisou o seguinte.

Um jovem português, cedendo aos votos de seus pais e aos impulsos do próprio coração, determinara trocar o mundo pelo claustro e acolhera-se ao convento do Carmo de Beja, em Portugal.

Passados alguns meses, em uma pomposa solenidade que teve lugar na igreja do convento, o jovem viu uma donzela de maravilhosa beleza e abraçou-se de amor por ela. Nem a oração, nem os jejuns, nem os cilícios puderam vencer e destruir essa paixão que subitamente lhe rebentara na alma.

O jovem reconheceu que uma mulher se levantava diante da sua vocação de outrora, e que a força o arrastava do claustro para o mundo.

Ainda era tempo: fugiu ao claustro.

O mais velho dos carmelitas do convento, ao vê-lo sair, disse-lhe em tom profético: “Trocas a mãe de Deus pela filha do homem: não serás feliz! Um dia lembrar-te-ás do Monte Carmelo!”

Apesar disso, o mancebo saiu, mas seus pais o repeliram.

Um ano depois, a família inteira da formosa donzela teve de passar ao Brasil para estabelecer-se na cidade de Salvador! O mancebo apaixonado acompanhou na mesma caravela a dona do seu coração.

Os dois jovens amaram-se e souberam que eram amados. Sorria-lhes o futuro, quando, na cidade do Salvador, um cavalheiro de nobre estirpe, colono português considerado, pediu a donzela em casamento. O pai mandou, a filha chorou, mas teve de obedecer. O amante pensou morrer. Viveu, porém, ainda para amar com o mesmo ardor a mulher que pertencia já a outro.

O marido teve conhecimento daquele amor que era já um devário; mas conteve-se, porque não podia duvidar da virtude da esposa.

No fim do ano de 1566, Mem de Sá chamou os bravos a pelear contra os franceses do Rio de Janeiro.

O marido da bela moça alistou-se entre os guerreiros e fez-se acompanhar de sua mulher. Tinha a idéia de ficar na nova colônia que se ia fundar e de assim ver-se livre do importuno apaixonado de sua esposa. Quando, porém, o navio em que ia levantou a âncora, o mancebo apareceu a seus olhos.

O marido turvou-se. Guardou, porém, silêncio.

A expedição chegou ao seu destino, e no dia 20 de janeiro de 1567 travou-se a peleja entre os portugueses e os franceses.

No momento de avançarem os portugueses para atacar a praça do Uruçumirim, o marido voltou-se de repente para trás e viu que sua esposa olhava antes para o antigo amante do que para ele. Corou e tremeu: corara de vergonha e tremera de raiva.

Ao travar-se o combate o marido chegou-se ao amante de sua mulher, bateu-lhe no ombro e disse-lhe:

– Quero ver se sabes ser valente como queres parecer apaixonado.

O amante olhou para o feliz rival com surpresa e furor, e imediatamente atirou-se na peleja como um leão.

O marido tivera um mau pensamento, excitando o amante a procurar a morte dos bravos; ao vê-lo, porém, batendo-se com arrojo sublime, arrependeu-se, teve pejo, imitou-o, foi um segundo leão.

E marido e amante caíram cobertos de feridas.

A vitória coroou o esforço dos portugueses.

Dias depois, na rude povoação que havia perto do Pão de Açúcar, e que ficou sendo chamada *Vila Velha*, estavam em duas cabanas diversas dois moribundos prestes a exalar o derradeiro suspiro.

À cabeceira de um deles velava uma mulher, uma mulher que durante um mês inteiro, sem descansar, sem dormir, cuidou do marido e rezou por ele. Não lhe valeram cuidados nem orações: ficou viúva, e aborrecida do mundo e da vida que até então vivera, resolveu-se a ficar na solidão do Rio de Janeiro, pedindo e obtendo uma sesmaria no vale junto ao morro do Castelo, onde se fundara a nova cidade.

Na outra cabana, a luta entre a vida e a morte mais longa tinha sido ainda: um pobre mancebo sem mãe, sem esposa, sem irmã que olhasse por ele, esteve suspenso entre a eternidade e o mundo, sem consciência do que sofria, delirante ou sem voz, e enfim abandonado pelo próprio prático que alguns remédios lhe aplicava. A seu lado ficou somente um padre que rezava de joelhos diante de uma imagem sagrada.

Ao amanhecer o dia em que se contava que expirasse o mancebo, abriu ele os olhos e falou.

Não delirava. Tinha passado a febre. Estava salvo.

– Obrigado, meu padre! – disse com voz sumida.

– Agradecei a quem vos salvou – respondeu o padre, mostrando a imagem.

O mancebo olhou e viu: era uma imagem de Nossa Senhora do Ó.

Seguiu-se uma convalescença de alguns meses. No fim deles o mancebo agradeceu ao padre os cuidados que lhe devia, e pediu-lhe que lhe desse a imagem de Nossa Senhora do Ó.

O padre hesitava.

– Ouvi-me em confissão, meu padre – disse o mancebo.

E então de joelhos aos pés do ministro do Senhor, abriu-lhe o seu coração e patenteou-lhe todos os seus segredos, todos os seus erros e um profundo arrependimento.

O padre absolveu-o, abençoou-o, e fazendo-o levantar-se, perguntou-lhe:

– E que pretendeis fazer agora, meu filho?

– Tocando a beira da sepultura, devorado pela febre, exaltado pelo delírio, eu escutava incessantemente uma voz terrível repetir a meus ouvidos as palavras do frade carmelita: “Tocas a mãe de Deus pela filha do homem: não serás feliz! Um dia lembrar-te-ás do Monte Carmelo.” Eu me sentia condenado e desejava a morte, quando uma noite, no meio de violenta agitação, voltando os olhos, eu vos vi, meu padre, ajoelhado a rezar diante daquela imagem sagrada. Contemplei-a também em êxtase, pareceu-me ver em seus olhos o anúncio da minha salvação: tive fé, esperei e fui salvo.

– E então, agora?

– Meu padre, fiz votos de erguer nesta terra inculta uma ermida a Nossa Senhora do Ó, que me arrancou das garras da morte, e de provar o arrependimento que me acompanha da ingratidão com que fugi do tranqüilo e sagrado asilo do Carmo, procurando alcançar na nova cidade que se está fundando um terreno espaçoso que guardarei para os carmelitas, que não deixarão de vir estabelecer-se no Brasil.

O padre tomou a imagem da Senhora do Ó nos braços, beijou-a fervorosamente nos pés, e depois entregou-a ao mancebo.

Passados apenas dois dias o mancebo tinha já escolhido o sítio onde queria levantar a ermida. Soube, porém, que o lugar estava compreendido na sesmaria concedida à viúva de um nobre português que morrera das feridas que recebera no combate do dia 20 de janeiro.

O mancebo não desanimou: o seu desejo era santo, e para realizá-lo foi pedir algumas braças de terra à sesmeira.

Bateu à porta da cabana da triste viúva, e mandaram-no entrar.

Estremeceu, ouvindo a voz que lhe falara. Mas entrou na cabana.

Uma mulher, formosa sempre, mas pálida, aflita e abatida, mostrou-se a seus olhos. Era ela: era a sua antiga amante, que, ao vê-lo, soltou um grito de espanto.

O mancebo parecia um velho sexagenário. Sua barba era longa, e assim como os seus cabelos, tinha embranquecido toda.

Reconheceram-se ambos. Nenhum dos dois, porém, falou de amor, nem sonhou com os gozos do mundo. Uma sepultura e um arrependimento, dois abismos onde as lembranças do passado aparecem sempre negras, separavam os amantes de outrora.

O mancebo de cabelos brancos disse ao que vinha.

A viúva, pálida e aflita, deu-lhe sem hesitar a licença pedida para a construção da ermida nas suas terras.

– Adeus! – disseram ambos a um tempo. E levantaram para o céu os olhos.

Com os lábios, diziam-se o último adeus na Terra, com os olhos emprazavam-se para se encontrarem no Céu.

Em pouco tempo, a ermida de Nossa Senhora do Ó foi erguida a poucas braças do mar e defronte da praia que por alguns anos conservou o nome de *Praia da Senhora do Ó*.

O mancebo de cabelos brancos fez-se ermitão. Viveu ainda alguns anos. Nunca mais, porém, tornou a ver a bela viúva que com tanta paixão idolatrara.

Aquele – adeus – que a um só tempo um e outro se tinham dito fora, com efeito, a sua despedida no mundo. Ambos, porém, aproximaram-se enlaçados pela morte, pois que morreram no mesmo dia e à mesma hora, e foram enterrados na mesma ermida de Nossa Senhora do Ó.

E assim foi que teve princípio a ermida de Nossa Senhora do Ó.

A tradição popular, conservada e transmitida pelo padre velho de que falei, termina aqui.

Filha somente e toda ela da imaginação ou pela imaginação exagerada e desnaturada, esta tradição assenta ao menos sobre dois fatos incontestáveis.

A ermida de Nossa Senhora do Ó data daquela época, a mais antiga da cidade do Rio de Janeiro.

A existência do ermitão que a fundara está marcada em memórias desse tempo.

Em 1589, chegaram ao Rio de Janeiro os primeiros monges beneditinos, e por ordem de Salvador Correia de Sá (o velho), foram acolhidos na ermida de Nossa Senhora do Ó. Mas logo no ano seguinte transferiram a sua residência para o monte, onde levantaram depois o seu mosteiro, e que ficou sendo chamado o *morro de São Bento*.

Bom foi que tão depressa tivessem mudado de residência; porque no mesmo ano de 1590 entraram a barra do Rio de Janeiro alguns carmelitas, e desembarcando na praia da Senhora do Ó, foram acolher-se à ermida que os beneditinos acabavam de deixar.

Pelo que se vê, na cidade do Rio de Janeiro e em outras, os frades têm muita predileção pelos sítios elevados ou pelas montanhas. Dir-se-ia que muito aborrecidos das coisas da terra, procuram assim co-

locar-se mais afastados dos homens, entre o mundo e o céu. Se esta explicação não serve, não posso acertar outra melhor.

Os carmelitas, porém, fizeram uma exceção àquela regra e preferiram o vale às alturas.

O ermitão que para eles tinha pedido e alcançado o monte, a que por isso chamara do *Carmo*, perdeu o seu tempo e os seus cuidados.

Os carmelitas acharam tão bonita e tão cômoda a situação da ermida de Nossa Senhora do Ó, que por ela desprezaram o monte do Carmo, e para logo trataram de construir ali mesmo uma casa mais espaçosa.

Ganharam com essa resolução principalmente os frades menores da ordem de São Francisco, que em 1607 tomaram para si o monte, que, mudando de donos, mudou também de nome e começou a chamar-se *morro de S. Antônio*.

Mas a ermida de Nossa Senhora do Ó, apesar das obras com que fora aumentada, estava ainda longe de oferecer as proporções de um convento. Em regra geral, os frades gostam muito do seu cômodo, e os carmelitas parecem-se nesse ponto com todos os outros das diversas ordens.

Assim, pois, determinaram os frades do Carmo construir um edifício digno deles, e em pouco tempo, e com insignificante dispêndio, viu-se olhando para o mar uma espaçosa casa com dois andares de dormitórios, tendo cada um deles treze janelas rasgadas.

Os bons frades tiveram, ou de graça ou por módico preço, quanto lhes era preciso para tão grande obra. A madeira sobrava, a pedra nada custou, porque os carmelitas a mandaram tirar das Enxadas, cuja pedreira lhes fora doada. A mão-de-obra era para alguns sobejamente paga com uma bênção daqueles religiosos, e para os outros um serviço que por um fraco estipêndio se prestava então; e além de todas estas facilidades, vinha ainda o recurso das esmolas e dos donativos dos fiéis, que não importava menos.

A obra concluiu-se. Mas, ou porque na execução dela se abalassem as paredes da ermida contígua, ou porque construída esta em terreno pouco sólido, não pudesse ter longa duração, certo é que não

muito depois sobreveio uma horrível catástrofe, que teve conseqüências funestas.

Um dia, celebravam os carmelitas uma solenidade religiosa, a ermida estava cheia de devotos, e eis que de repente estala o teto que as paredes abandonam, e estas e aquele caem, abatem e esmagam um crescido número de indivíduos.

Este fatal acontecimento explicava-se fácil e satisfatoriamente por alguma das duas hipóteses que há pouco estabeleci. O povo porém, que é poeta, embora não escreva linhas medidas, prefere quase sempre o sobrenatural ao real, e em matéria de explicações costuma pedi-las antes à imaginação do que à razão.

Um do povo inventou ou sonhou, alguns aperfeiçoaram o invento ou o sonho, e muitos acreditaram e foram transmitindo de pais a filhos e de filhos a netos uma segunda tradição a respeito da ermida de Nossa Senhora do Ó.

Eis aqui, pouco mais ou menos, o que diz a tradição popular.

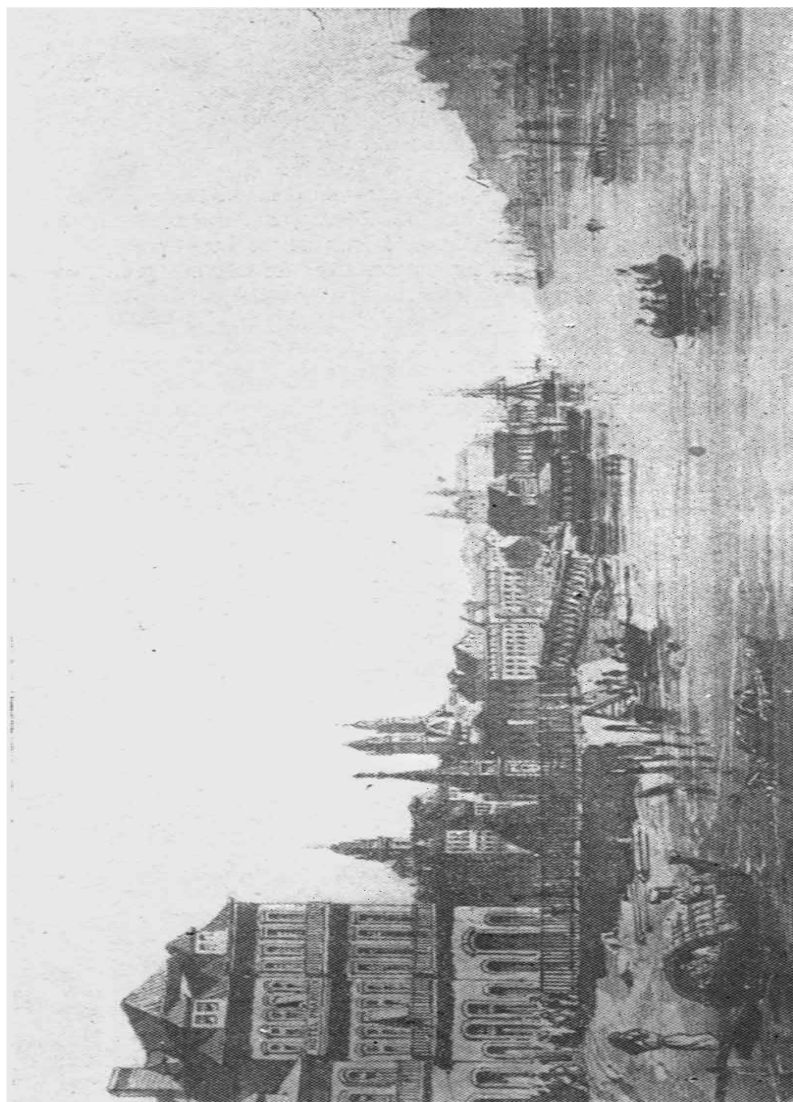
O ermitão que levantara aquela igrejinha e a triste viúva que doara o terreno descansavam desde seis anos em suas sepulturas, no seio dela. Mas suas almas, pensando ainda no mundo, velavam a horas mortas da noite à porta da ermida.

O ermitão e a viúva, como se ajustados estivessem para deixar iguais disposições, tinham recomendado em seus testamentos que durante sete anos, no aniversário de sua morte, se acendesse uma vela em suas sepulturas e se dissessem três missas por suas almas.

Seis anos haviam já passado.

Os carmelitas faziam construir com ardor e esmero o seu convento, que estava a ponto de terminar-se, e no entanto, pretendiam alguns homens das vizinhanças que à meia-noite ouviam-se ali gemidos pungentes, e diziam que eram as almas do ermitão e da viúva que lamentavam, sem dúvida, que os frades que cuidavam tanto em preparar excelente casa para sua vivenda esquecessem o teto sagrado, a ermida que ameaçava ruína.

Aqueles gemidos eram lúgubres presságios.



Aspecto do embarcadouro no Rio, vendo-se o prédio do Hotel Pharoix.

Sinistras previsões eram murmuradas a medo por alguns, e uma boa velha que passava por viver vida santa afirmava, tremendo, que não tinha ainda acontecido uma grande desgraça na ermida, porque a Senhora do Ó esperava primeiro ver passar o sétimo aniversário da morte do ermitão e da viúva.

E o dia daquele sétimo aniversário chegou, e aconteceu que também nesse dia teve de celebrar-se uma solenidade pomposa na ermida.

A festa não impediu que se acendesse uma vela sobre a sepultura do ermitão e outra sobre a sepultura da viúva, que eram na nave da ermida.

As missas, porém, que deviam ser não menos de seis, tiveram de ser ditas em um altar que havia no consistório da pequena igreja.

A festa começara. As missas continuavam e as velas ardiam.

Enfim, a sexta, a derradeira missa chegou ao seu termo, e quando no altar do consistório o celebrante pronunciou a última palavra, na nave da capela apagaram-se, de súbito e por si mesmas, as velas das sepulturas, e imediatamente a ermida abateu e desabaram todas as suas paredes.

Aqui termina a tradição, que julguei não dever desprezar, embora seja eu o primeiro a negar-lhe crédito.

Livre da tradição popular, que perturba um pouco ou mesmo muito a verdade da história, prossigo desafrontado na fiel narração dos fatos.

Sobre as ruínas da ermida de Nossa Senhora do Ó, construíram os carmelitas um templo que se mostrou em harmonia com as proporções do seu convento. Essa igreja, porém, foi ainda reedificada, começando as obras da reedificação no ano de 1761, no tempo do ilustre conde de Bobadela.

O nosso afamado mestre Valentim, o artista que era grande naquela época, e que grande seria também na atualidade, concorreu com o seu imenso talento para a renovação e embelezamento da igreja dos carmelitas.

É justo não esquecer que nenhuma destas mudanças e construções fez pôr de lado a antiga devoção de Nossa Senhora do Ó, que,

aliás, continuou sempre a ser profundamente venerada na igreja que substituíra a sua ermida.

Nada mais me ocorre agora para dizer acerca da *história antiga* do convento do Carmo, que desde 1808 faz parte do palácio imperial.

Farei, porém, um protesto, antes de concluir.

Talvez alguém há que me lance em rosto o haver misturado com a narração de fatos autenticados nas nossas memórias históricas duas tradições populares, que, aliás, se reduzem a uma única, e que evidentemente pecam por inverossímeis e por falta de fundamento.

Mas, tradições como essas abundam nas arquivos da imaginação e da credulidade de todos os povos, e encontram-se em todas as nações.

Que mal faz perpetuá-las? São as poesias do povo, os velhos amam-nas, os meninos as aprendem de cor, os poetas as escutam cobiçosos, a terra da pátria se enfeita com elas.

Terei ainda de referir mais algumas, e destas, a maior parte colherei muito conscienciosamente nas páginas dos anais mais sérios e áridos que possuímos.

Quem não gostar de um *passeio* assim dado, não passeie comigo.

E não zombem do povo, não. Não se riam da inocente credulidade do povo.

Há credulidades de sábios doutores que não ficam aquém da credulidade do povo.

Eu podia apresentar um milhão de exemplos. Contentar-me-ei, porém, com um só que vem a propósito, pois que se refere à igreja dos carmelitas.

Pergunto: havia doutores e homens notavelmente ilustrados na ordem carmelitana?

Respondo: havia incontestavelmente.

Pois agora, escutem.

Segundo informa nos seus *Anais do Rio de Janeiro*,⁸ Baltasar da Silva Lisboa, depois de concluída a igreja dos carmelitas, foi enriquecido

8 V. a reedição dessa obra raríssima feita recentemente pelo Departamento de História da Prefeitura Municipal.

o seu altar-mor com algumas relíquias que constaram, além do Santo Lenho, de *três cabelos de Nossa Senhora e da touca de Santana*.

A religião católica, única verdadeira e santa, a religião puríssima de Jesus Cristo, devia, porventura, receber a imposição de semelhantes puerilidades, o nome sagrado da Virgem Imaculada, desse divino símbolo do mais angélico amor, devia ser assim profanado?

Donde nasceram tais profanações, senão da credulidade?

E se não foi a credulidade que as determinou, ai meu Deus! — a conseqüência seria mil vezes pior.

Basta.

A minha excursão pelos domínios do passado chegou ao seu termo.

Voltarei em breve a continuar o estudo do palácio imperial, considerando-o em uma época muito mais recente.

V

Na manhã do dia 26 de abril de 1821, quando o príncipe regente do Brasil acabava de receber as últimas despedidas de seu augusto pai, e a nau *D. João VI*,⁹ abrindo suas brancas asas, começava a cortar as águas do plácido janeiro para levar a Lisboa a família real, dois velhos criados do rei conversavam, olhando para a cidade que também deixavam.

— Pobre cidade: — dizia um deles. — Como vai ficar agora, achando-se privada do rei e da corte?

— E o palácio! — acrescentava o outro. — Que salas desertas. Que tristezas e que saudades!

— E o futuro ainda pior há de ser para ele, porque, por ora, ainda lhe resta o príncipe D. Pedro com um arremedo da corte do rei; mas, em breve, também o príncipe tornará à mãe pátria que não pode

9 Uma das duas últimas naus portuguesas. A outra foi a *Vasco da Gama*, salva do naufrágio pelo vapor *D. Afonso*, da esquadra brasileira, ao mando de Joaquim Marques Lisboa (marquês de Tamandaré).

querer que o herdeiro do trono ande aqui exaltando as cabeças dos brasileiros. E em tal caso, a que ficará reduzido o tal palácio?

– A casa dos vice-reis como dantes – tornou o outro.

– O que já não é pouco – observou o primeiro criado que falara.

– Não pensa o rei assim – disse, sorrindo, um terceiro criado que se aproximara.

Os dois voltaram-se e tomaram diante daquele que viera intrrometer-se em sua conversação uma atitude respeitosa, pois que tinham reconhecido um dos cortesãos mais queridos e da maior privança do Sr. D. João VI.

– Como pensa então Sua Majestade? – perguntou um dos dois criados, já de antemão resolvido a aplaudir o juízo do soberano.

– Ainda há pouco o rei, abraçando ternamente o príncipe, despediu-se dele, dizendo-lhe algumas palavras em que lhe deixou uma profecia e um conselho; e nem uma nem outro podem alentar muito as esperanças dos portugueses.

– Mas o rei é o melhor dos portugueses.

E nem por isso o seu patriotismo o torna cego ao futuro, em cujo livro sabe ler como um profundo político.

Os dois cortesãos curvaram-se em sinal de aprovação.

O outro continuou.

– O rei disse ao príncipe estas palavras, que eu recolhi e deco-rei: “Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal. Se assim for, põe a coroa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela.”

Os corações dos dois velhos criados do rei revoltaram-se contra o conselho, e ainda mais contra a profecia; mas seus lábios de cortesãos tiveram sempre um sorriso para acolher as palavras do soberano. O contágio do liberalismo português ainda não tinha podido romper o cordão sanitário da corte.

Enfim, era preciso dizer alguma coisa que servisse para melhor esconder o descontentamento íntimo.

– E... visto isso... o palácio...

– O palácio continuará a ser palácio real, e não será impossível que se torne imperial.

A conversação parou aí; estava tomando um caráter tão triste para aqueles fiéis cortesãos e leais portugueses, que em verdade não podia continuar.

Em 1822, um ano e cinco meses depois, a profecia do rei achava-se realizada e o seu conselho nobremente seguido.

O Brasil era um império independente e livre.

A nova organização política do país deu imediatamente lugar a uma modificação no palácio, que passara a ser imperial; porque, havendo necessidade de se preparar um edifício em que celebrasse as suas sessões a Constituinte brasileira, escolheu-se para esse fim a antiga casa da câmara municipal e cadeia, e conseqüentemente destruiu-se o passadiço que desde 1808 a ligara ao palácio.

Coisas deste mundo! Uns trinta anos antes dessa época brilhante e gloriosa, tinham estado presos na cadeia, que era naquele mesmo edifício, alguns dos comprometidos na famosa conjuração de Tiradentes, os criminosos de lesa-majestade que haviam tramado em Minas Gerais o primeiro movimento revolucionário, que devia realizar a independência pelo menos de uma parte do Brasil; e passados trinta anos, em 1822, duas das vítimas, dois dos condenados, o padre Manuel Rodrigues da Costa e José de Resende Costa Filho, vinham entrar nesse mesmo edifício para tomar parte nos trabalhos da assembléia constituinte do Brasil independente, como deputados pela província de Minas Gerais!

A cadeia velha transformara-se em templo das leis; as vítimas e os condenados de 1792 eram triunfadores e heróis em 1823.

Eu faço idéia da impressão que sentiriam e das recordações que teriam o padre Rodrigues da Costa e José de Resende ao verem-se pela primeira vez, em 1823, debaixo daquele mesmo teto que tão lúgubre lhes parecera em 1792.

Não quero, porém, perder de vista o assunto que ainda neste passeio me deve ocupar.

Pelo andar do tempo, continuou o palácio imperial a receber outras modificações.

No reinado do primeiro imperador, levantou-se o segundo andar da face principal com três janelas guarnecidas por uma varanda de ferro.

No atual reinado do Sr. D. Pedro II, e por ordem de Sua Majestade, foram reformados os dois corpos laterais da fachada principal, sendo cada um deles coroado com um ático, parecendo por isso haver dois terraços em lugar de telhados.

No interior do palácio, limitar-me-ei apenas a lembrar as alterações que o pensamento que dominou em épocas diversas imprimiu plasticamente na sala das audiências do governador e dos vice-reis, e do trono do rei e do imperador.

O conde de Bobadela mandou representar no teto daquela sala o gênio da América, e José de Oliveira, pintor fluminense, mostrou o gênio aspirando lume ao entrar no templo da humanidade, na grande aliança que caminhava com o sol, do oriente para o ocidente.

Por ordem do rei, simbolizou Manuel da Costa o reino unido, sustentando o escudo glorioso de Portugal.

O primeiro imperador encarregou a Francisco Pedro de substituir aquele símbolo, que ali se tornara anacrônico, pelas armas do novo império diamantino.

Logo depois da declaração da sua maioridade, o Sr. D. Pedro II mandou pelo Sr. Manuel de Araújo Porto Alegre executar no paço as obras que ainda há pouco referi, e então aquela sala cresceu de pavimento e altura, e no seu teto fulgurou o Anjo Custódio, protetor do império, rodeado das províncias e do Brasil genuflexo, que recebe da sua mão celeste o influxo da proteção divina.

A descrição do palácio imperial deve parar aqui. Convenho em que, ao ler-se a epígrafe deste e dos precedentes capítulos, esperariam muitos que eu tivesse de falar de salas suntuosas, de brilhantes e admiráveis trabalhos de arte, e de todas essas riquezas que deslumbram os olhos daqueles que visitam os palácios reais e imperiais do velho mundo. Mas, que hei de fazer? O nosso palácio imperial é uma casa pobre que faz honra à modéstia do imperador, e que, entretanto, assinala também ou a pobreza, ou a incúria inexplicável do Estado.

Mas por que dei por finda a descrição, não se segue que eu deva recolher-me tão cedo deste *passeio*, que apenas acabo de começar. Aproveitaremos o tempo que nos sobra, conversando um pouco sobre coisas que dizem respeito ao mesmo palácio.

Conversemos.

À primeira vista, surpreende a qualquer o fato de haver o rei deixado passar treze anos sem cuidar de fazer construir para si um verdadeiro palácio em lugar dessa casa dos governadores em que se hospedara a família real portuguesa; e ainda mais admira que a nação se tenha descuidado de oferecer ao seu imperador um palácio digno dela e dele, achando-se constituída há perto de meio século.

Ora, ao que parece, o rei não tinha muita vontade de voltar para Portugal e, portanto, não se explica, por uma idéia de residência passageira o fato de ter-se ele contentado com esse palácio provisório.

Quanto aos imperadores, a explicação seria ainda mais difícil para o Estado, que deve dar um palácio ao seu chefe.

Mas o motivo de ambos esses descuidos é, no entanto, porventura, bem simples.

O príncipe regente, depois rei do Reino-Unido, por muito pouco tempo residiu ordinariamente no palácio de que tenho tratado.

No mesmo ano da chegada da família real portuguesa ao Brasil, Elias Antônio Lopes, notável negociante da praça do Rio de Janeiro, ofereceu ao príncipe regente uma casa e chácara que possuía em S. Cristóvão. A oferta foi aceita, as armas reais foram colocadas sobre a porta principal da casa e a família real passou a residir quase sempre nessa chácara, que ficou sendo chamada, como ainda hoje se chama, *Quinta da Boavista*.¹⁰

Como o Sr. D. João, também os nossos dois imperadores preferiram, com razão, S. Cristóvão ao largo do Paço, e a necessidade de um palácio na cidade pareceu assim menos urgente.

Eis aí por que a casa, que a princípio se chamou dos *governadores*, tem podido atravessar mais de um século, merecido três promoções,

10 Essa doação foi feita ao rei como presente de Ano Bom. Mas, ao que consta, no governo de D. Pedro I, Elias Lopes cobrou-a por bom preço.

pois que passou a ser casa dos vice-reis, depois palácio real e, enfim, palácio imperial, e se mantém ainda com o mesmo título, apesar da sua insuficiência, da sua mesquinhez, do seu estado de ruína e, em uma palavra, apesar do cupim que a conquistou toda.

Entretanto, deve-se dizer, tal qual é, o palácio da cidade encerra já importantes recordações históricas.

Em relação ao passado, a lousa pesada do tempo esconde na sepultura do esquecimento, sem dúvida, muitas lembranças interessantes. Metade, porém, da nossa história contemporânea lê-se nas janelas e nas salas desse palácio.

Pelas salas daquela casa, a nossa imaginação, ruminando os anos do último século, vê passar vultos dos governadores e dos vice-reis, cuja bengala era o símbolo do despotismo do governo e da escravidão do povo. Há ainda quem suspire pelas delícias daquele tempo. Eu, porém, apesar dos Freires de Andrade, Lavradio e Luís de Vasconcelos, dou graças a Deus por ter nascido em uma época em que tenho direito de pensar, falar, escrever e proceder com toda a liberdade que me garante a Constituição do Império. São gostos...

De uma das janelas da face principal daquele palácio, o governador conde de Bobadela e o bispo frei Antônio do Desterro, em um dia do ano de 1759, estiveram olhando atentamente para o trapiche que havia no lugar onde depois se estabeleceu o arsenal de guerra, enquanto se embarcavam os padres jesuítas expulsos do Brasil por ordem de D. José I.

Em que pensava então o bispo, Deus o sabe. Rezava, talvez, pedindo o perdão daqueles que, depois de terem prestado tão grandiosos serviços ao Brasil, tinham esquecido pelos bens da terra a piedosa e simples missão dos missionários dedicados e civilizadores. O conde, porém, meditava, sem dúvida, no que pode conseguir a força de vontade e a energia política de um homem como foi o Richelieu português, o famoso marquês de Pombal.

A edificação da casa dos governadores coincidiu com o começo de uma época que se recomenda à memória agradecida dos fluminenses. Porque é exatamente desse tempo que data o empenho de alguns administradores pelo embelezamento e progresso da cidade do Rio de Janeiro: as nossas melhores obras públicas foram realizadas do meado

do século décimo oitavo em diante, e as ordens para a execução delas as-sinaram-se naquela casa.

Em 1808, a monarquia lusitana asilou-se no palácio da Sebastianópolis, fugindo à pressão e ao ímpeto vitorioso das falanges do conquistador moderno; e então a antiga casa dos governadores foi o ponto onde se concentraram as vistas de todos os portugueses, e especialmente as mais ardentes esperanças dos brasileiros, que, entusiasmados ao ver a terra de Santa Cruz elevada de colônia a metrópole, não podiam mais admitir a idéia da perda dessa supremacia.

E dentro do palácio, em uma de cujas salas a realza fizera levantar um trono onde até bem pouco se mostrava a cadeira pesada dos vice-reis, perdeu-se no mistério de secretas confidências e nos disfarces de intrigas cuidadosamente manejadas, a história de uma longa e porfiada luta entre a corte e o príncipe regente, depois rei. Entre a corte desmoralizada, interesseira e prepotente que oprimia o povo, procurava fazer do país uma *fazenda sua*, e via com olhar vesgo o rápido desenvolvimento da antiga colônia; e o rei, que amava o Brasil, que desejava o bem do povo, mas que, sem energia para atuar, sem vigor, tolerava a luta, aplaudia e sustentava uma ou outra autoridade que sabia corajosa resistir à influência dos grandes da corte e, no entanto, continuava a deixar-se cercado daqueles mesmos que abusavam, prevaricavam, zombavam das leis e riam-se dos clamores do povo.

Contai agora as janelas da face lateral do paço, que olham para o largo. Contai-as, começando da extrema que faz ângulo com a fachada principal. Contastes até sete? Parai aí.

Essa sétima janela recomenda-se por uma suave e patriótica recordação a todos os brasileiros e muito especialmente aos fluminenses.

Foi nessa sétima janela que apareceu, no dia 9 de janeiro de 1822, José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara, à frente dos outros membros, seus colegas, aos olhos de uma multidão de patriotas, que esperavam ansiosos a resposta do príncipe regente à representação que a municipalidade lhe fora dirigir em nome do povo, pedindo-lhe que resistisse aos decretos do governo de Lisboa e que *ficasse no Brasil*.

Foi do alto dessa janela que José Clemente Pereira, como presidente do Senado da Câmara, falando ao povo, exclamou:

“O príncipe regente, atendendo à representação que em nome do povo o Senado da Câmara acaba de ter a honra de dirigir-lhe, respondeu pelo modo seguinte: – Como é para bem de todos, e felicidade geral da nação, diga ao povo que *fico*.”

O *Fico* era a revolução gloriosa da independência do Brasil, revolução que estava já acesa nos corações dos brasileiros; que se dirigia, encaminhava e desenvolvia nas lojas maçônicas, nos *clubes* dos patriotas e até no convento de S. Antônio, na cela de frei Sampaio, que se fazia já sentir nas ruas e nas praças, onde o povo se reunia exaltado, e que, enfim, rebentava dentro do próprio palácio adotada pelo príncipe, que tinha de soltar o brado *independência ou morte* nas margens do Ipiranga.

Do dia 9 de janeiro em diante, a causa da revolução nacional contou os dias por acontecimentos e por triunfos, e no palácio imperial não se trabalhava menos por ela do que nos clubes. Quando o príncipe chegou à margem do Ipiranga, a 7 de setembro, em São Paulo, já tinha passado o Rubicon no Rio de Janeiro.

A 12 de outubro de 1822, o príncipe regente foi aclamado imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil na capital do novo império; mas a essa grande e brilhante solenidade quase que ficou estranho o palácio imperial.

A aclamação teve lugar no campo que então se chamava de Santana, e que estava coberto de povo e tropa. O imperador mostrava-se radiante, na varanda do palacete que havia nesse campo. A chuva caía com violência, mas apesar dela veio o imperador a pé e embaixo de pália, seguido por toda a corte vestida de gala e pela multidão entusiasmada, para a capela imperial, onde foi entoado o *Te-Deum* em ação de graças pela regeneração política do Brasil e aclamação do seu imperador.

Com água às vezes pelos joelhos, esse préstito magnífico seguiu pela rua dos Ciganos,¹¹ praça da Constituição,¹² rua hoje do Teatro, largo de S. Francisco de Paula, rua do Ouvidor e rua Direita até à capela. Com a chuva do céu, caíam ao mesmo tempo enchentes de flores sobre o pália, e as aclamações estrepitosas não deixavam ouvir o ruído da tormenta.

11 Constituição.

12 Praça Tiradentes.

Entre os entusiastas, que eram todos, tornou-se notável uma turma de mancebos, alguns dos quais ainda vivem hoje. O imperador os vira à porta do palacete, sorriam-se encontrando-os à entrada da rua dos Ciganos, saudava-os, vendo-os cada vez mais entusiasmados, junto ao teatro de São João, que logo depois se chamou de S. Pedro,¹³ e enfim, esbarrando de novo com eles à porta da capela, parou um instante e disse-lhes:

“Os senhores tiveram hoje o dom da ubiqüidade. Foi milagre do patriotismo.”

No dia 1º de dezembro de 1822, efetuou-se o ato solene da sagração do primeiro imperador do Brasil; e então ficaram gravadas no palácio imperial lembranças faustosas desse notável acontecimento. Foi no palácio publicada a lista dos primeiros agraciados com a ordem imperial do Cruzeiro do Sul, primeira ordem americana, instituída nesse dia, e com a qual o imperador agraciou muitos dos mais notáveis propugnadores da independência. Antônio Carlos, Cipriano Barata, o Sr. Montezuma, hoje Visconde de Jequitinhonha, e alguns outros mereceram essa bela distinção, não ficando também esquecido o benemérito Capitão-mor José Joaquim da Rocha, cujos serviços à causa da independência foram tão relevantes, como grande a sua modéstia. O Sr. D. Pedro I, ao entrar no saguão do palácio imperial na manhã daquele dia, viu, entre os cidadãos que em número extraordinário se achavam ali, um filho do Capitão-mor José Joaquim da Rocha, e parando diante dele, perguntou-lhe alegremente:

– Seu pai já chegou ao paço?

– Já aí está, senhor – respondeu o mancebo.

– Pois se o encontrar primeiro do que eu, diga-lhe que foi hoje agraciado com a dignitária da imperial ordem do Cruzeiro do Sul, como prêmio justo e devido a um dos patriarcas da independência da nossa pátria.

O povo respondeu com um viva estrepitoso às palavras do imperador, que assim honrava o cidadão patriota.

13 Hoje João Caetano.

Do fim de 1833 a 1834, o palácio imperial foi durante algum tempo habitado por S. M. o Imperador, ainda menor e por suas augustas irmãs. A mudança de sua residência, da Quinta da Boavista para o palácio da cidade, traz-nos à memória dias tormentosos e uma página triste de nossa história.

Os excessos do partido restaurador, que perturbava a ordem e conspirava contra o governo, provocaram excessos ainda mais lamentáveis do partido dominante e do próprio governo. Às maquinações e violências dos restauradores respondeu o governo, deixando, em dezembro de 1833, as turbas mais ardentes e menos escrupulosas do seu partido atacarem impunemente a Sociedade Militar, que era a representante dos restauradores, quebrarem e destruírem toda a mobília e, em seguida, levarem igual destruição às tipografias, de cujos prelos saíam jornais inofensivos à política que então dirigia os negócios públicos.

Dias depois, espalhou-se que o partido restaurador premeditava romper em uma nova revolta, apoderando-se primeiramente dos augustos pupilos da nação. Fosse apenas um pretexto, ou tivesse realmente algum fundamento, certo é que essa notícia deu motivo a que o governo suspendesse o venerando José Bonifácio de Andrada do exercício da tutoria do imperador e das princesas e a que todos os juizes de paz da capital, escoltados de uma força de cem homens da polícia e de duas peças de artilharia, partissem para S. Cristóvão, varejassem o paço da Quinta, prendessem o tutor e, enfim, acompanhassem a família imperial, que foi trazida em triste triunfo para o palácio da cidade.

Passado algum tempo, arrefecido o fogo dos partidos, tornou o imperador a ir habitar a Quinta da Boavista, e o palácio, em que por meses residira, voltou àquela grande e melancólica solidão em cujo seio passou durante quase toda a época da minoridade.

Em 1840, o imperador foi proclamado *maior*, e o palácio imperial abriu suas salas à corte, que se apressou, mais do que nos nove anos que haviam decorrido desde 1831, a vir cercar o trono da majestade.

Em 1844 celebrou-se o casamento da princesa imperial a Sr^a D. Januária com o Sr. Conde de Aquila, Príncipe das Duas Sicílias,¹⁴ que fi-

14 D. Luís de Bourbon, conde de Aquila, irmão da imperatriz D. Teresa Cristina, com a qual veio para o Brasil em 1843.

caram residindo, em todo o tempo que estiveram no Rio de Janeiro, naquela parte do palácio imperial que fora outrora convento dos carmelitas.

No reinado do Sr. D. Pedro II, o Brasil tem visto com ufania o palácio imperial hospedando dignamente as ciências, as letras e as artes.

Em uma das salas principais do palácio celebrava a Imperial Sociedade de Medicina, celebrava o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil as suas sessões aniversárias.

Desde o dia 15 de dezembro de 1848, o mesmo Instituto Histórico recebeu no segundo andar do antigo convento do Carmo as acomodações necessárias para a celebração de suas sessões ordinárias e para a sua biblioteca e arquivo, e além desta graça muito especial, que tanto o distinguiu, o imperador, seu primeiro sócio, começou, dessa data em diante, a presidir constantemente os seus trabalhos e a tomar neles parte com um interesse tão glorioso como patriótico.

No pavimento inferior do palácio imperial, têm sido, em algumas salas, hospedados artistas de merecimento. Em uma delas via-se, ainda não há muitos anos, o habilíssimo Petrich, manejando o cinzel e o martelo, dar vida ao mármore e transformar a pedra informe em belas estátuas.

E apesar de todas estas recordações, apesar dos grandes vultos do passado, dos nomes ilustres e dos acontecimentos importantes que nos faz lembrar, o palácio imperial não pode e não deve ser conservado. Não há conserto nem reparações que lhe aproveitem.

Não é, repito pela última vez, não é digno nem da majestade, nem da nação.

Todas as artes devem dar-se as mãos para erigirem um palácio novo. O patriotismo o exige. A necessidade instantemente o recomenda.

O que estamos vendo no meio do largo do Paço não é um palácio, é uma casa antiga e na mais completa ruína.¹⁵

15 Acha-se hoje esse edifício perfeitamente restaurado e conservado. Nele funciona a Repartição Geral dos Telégrafos.

.....

O Passeio Público

F

I

AZEI de conta que vos achais agora comigo no aprazível terraço do Passeio Público do Rio de Janeiro.¹⁶

O dia foi calmoso. Em compensação, porém, a tarde é bela e fresca. O sol derrama sobre a terra seus últimos raios. Anuncia-se a hora do crepúsculo. A viração festeja docemente as verdes folhas das árvores que sussurram com um leve ruído.

Imaginaí tudo isto. Embalar-vos-eis com uma ficção que já tem sido e será mil vezes uma verdade.

Sentemo-nos nestes bancos de mármore e de azulejos. Voltemos as costas para o mar. O espetáculo dessa natureza opulenta, grandiosa, sublime, absorve-nos-ia em uma contemplação insaciável. Cerremos por algum tempo os olhos à majestade das obras de Deus. A hora do crepúsculo é suave, melancólica e propícia aos sonhos do futuro e às recordações do passado.

Deixemos o futuro a Deus no Céu e aos poetas na Terra.

16 V. *O Brasil Pitoresco*, de Charles Ribeyrolles, edição da Livraria Martins, de S. Paulo, 1941.

Lembremos antes o passado, e, ligados pelo mesmo pensamento, vamos buscar no último quartel do século décimo oitavo o princípio da história deste jardim público.

Suponhamos ainda e finalmente que por unanimidade de votos me escolhestes para vosso orador: foi uma eleição inteiramente livre, sem cabala, sem *fósforos*, sem intervenção da polícia, sem duplicatas, sem anulações de votos *fatais*, um verdadeiro milagre constitucional. Tenho consciência da pureza do meu mandato.

Falo em nome de todos vós.

O célebre Luís de Vasconcelos e Sousa, que no dia 5 de abril de 1779 substituíra o marquês de Lavradio no governo do Brasil, via com a mais profunda mágoa começar o seu vice-reinado debaixo de maus auspícios.

Moço ainda e, portanto, sem aquele prestígio de uma longa experiência que se assinala nas rugas da fronte e nos cabelos grisalhos, que aliás nem sempre são companheiros da sabedoria e da prudência, viera suceder a um administrador provecto, hábil e feliz, que deixava o seu nome recomendado à memória do povo pelos serviços que prestara à agricultura, pela proteção que dera às letras nascentes no Rio de Janeiro, e pelos cuidados com que se empenhara em prover às despesas, à polícia e ao desenvolvimento e asseio da cidade capital da grande colônia portuguesa da América.

A lembrança do marquês de Lavradio fazia já não pouco difícil a posição do novo vice-rei, e ainda como para torná-la mais embaraçada, sobrevieram logo dois lamentáveis sucessos, uma calamidade e um flagelo inesperados, que encheram de desgosto a população.

Alguns meses apenas tinham passado depois da chegada de Luís de Vasconcelos ao Rio de Janeiro, quando, em consequência de chuvas aturadas e violentas, romperam-se os aquedutos das fontes públicas, deixando os habitantes da cidade em luta com a carestia d'água, que somente de longe se podia trazer.

Então o pretinho que passava pela rua gritando – Ii! – fazia pagar por um preço relativamente fabuloso o pote d'água que levava à cabeça, e isso era um tormento para os pobres e um motivo de lamentações para os ricos. Se não compreendeis bem a significação desse grito

dos vendedores d'água, que ainda se ouvia no Rio de Janeiro em uma época muito recente, eu vo-lo explico. Logo depois da fundação da cidade de S. Sebastião, eram os índios ou gentios que vendiam água aos colonos e a anunciavam na sua língua, bradando: – Ig! Ig! – palavra que foi corrompida mais tarde pelos africanos escravos.

Mas, ainda pior do que a ruína dos aquedutos, aconteceu imediatamente que se desenvolvesse uma terrível epidemia que espalhou o terror e o luto no seio da bela Sebastianópolis. Era uma febre de caráter maligno, acompanhada de afecções cerebrais e da medula, e que, quando não terminava com a morte dos doentes, deixava a estes um legado cruel de paralisias e de deformidade.

Chamou-se então a essa epidemia – *zamperini* ou *zamparina*, como dizia o povo, que foi quem assim a denominou.¹⁷

Permiti que eu interrompa por alguns momentos a minha narração, para dizer duas palavras a respeito de certas denominações populares dadas a algumas epidemias.

Como as moléstias epidêmicas atacam a muitos indivíduos ao mesmo tempo, o povo, que não entende a tecnologia médica e vê naquele fato alguma coisa que se parece com a *moda*, dá ao mal reinante o nome que está mais em moda.

Assim, em 1779, chamou à epidemia que ceifava a população, *zamperini*, porque então se penteavam os cabelos e se usavam diversos objetos e vestidos à *Zamperini*, que foi aquela célebre cantora veneziana que chegou a Lisboa em 1770, levada pelo notário apostólico da nunciatura, e a quem no teatro da rua dos Condes iam todos aplaudir, notavelmente o padre Macedo, que lhe dirigiu sonetos e odes como qualquer outro pecador inspirado o faria.

Assim, também chamou-se em 1847, *polka*, e em 1851, *shot-tisch*, nomes de duas danças muito em voga nesse tempo, a duas epidemias que apareceram.

No princípio do nosso século, se não estou em erro, desenvolveu-se na cidade do Rio de Janeiro uma catarral tão violenta que os

17 Essa moléstia figura indevidamente no quadro clínico daquelas que vitimaram o artista mineiro Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. V. Gastão Penalva, *O Aleijadinho da Vila Rica*.

afetados à força de tossir acabavam por corcovar-se; a essa moléstia, porém, não deu o povo um nome da moda, e chamou-a muito apropriadamente *carcunda*.

Talvez me acusem de prolixo e divagador por entrar em explicações que não têm relação alguma com a história do Passeio Público. É uma injustiça: convém guardar as lembranças que vou registrando, e que podem para o futuro prevenir confusões possíveis. Por exemplo, não se poderia dar o caso de se confundirem as *carcundas* catarrais com os *carcundas* políticos, denominações que foram ambas empregadas neste século? Pelo menos, os absolutistas devem me agradecer o empenho com que esclareci um fato que livra a qualquer deles de ser confundido com uma catarral, e que era muito possível que acontecesse.

Fique, pois, bem determinado e sabido: a nossa população nunca até hoje se lembrou de fazer uma alusão política, quando trata de alcinhar alguma epidemia e, entretanto, se o fizesse, não era novidade no mundo, porque em França já o povo deu o nome de um ministro antipático a uma moléstia epidêmica que reinou em Paris. Não digo que andasse bem procedendo assim, não; mas é impossível deixar de reconhecer que às vezes aparecem ministros e ministérios que são tão funestos ao país como a peste mais flageladora e mortífera.

Prossigo sem mais demora a narração que interrompi.

A cidade do Rio de Janeiro estava, pois, em uma situação duplamente dolorosa. Mas, se alguém então desanimou não foi por certo Luís de Vasconcelos, que deu prontas e enérgicas providências para o abastecimento d'água, assim como tomou medidas higiênicas para combater a *zamperini*, mandou socorrer os enfermos pobres, e ainda teve tempo e força para ordenar o começo dessa série de obras importantes que perpetuaram o seu nome.

Luís de Vasconcelos reunia a grandes qualidades de administrador maneiras tão afáveis, tanta cortesia e bondade, que soube depressa conquistar as simpatias do povo. Em breve estas simpatias se transformaram na mais bem fundada estima e consideração; porque o ativo e infatigável vice-rei empreendeu grandes trabalhos em proveito da cidade, e para levá-los ao cabo soube cercar-se de todos os homens esclarecidos e capazes de coadjuvá-lo que encontrou no Rio de Janeiro.

Um dos seus prediletos era o mestre Valentim.

Observar-me-eis que eu não disse ainda quem era o mestre Valentim. Tendes razão.

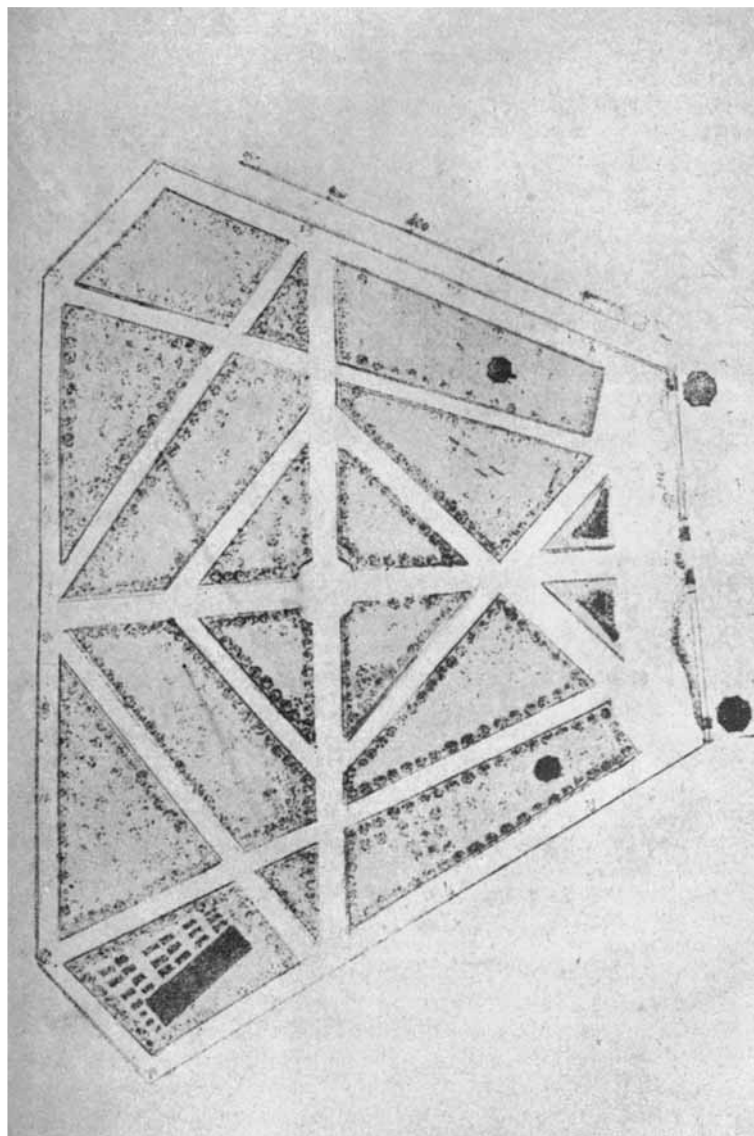
Valentim da Fonseca e Silva era filho de um fidalgo português e de uma rapariga do Brasil, e teve o seu berço ou no Rio de Janeiro ou mais provavelmente na província de Minas Gerais, onde seu pai era contratador de diamantes. Foi levado por ele para Portugal, donde voltou órfão e ainda jovem, repellido pelos parentes, e trazendo por herança única o vício minhoto que sempre conservou na fala. Aprendeu no Rio de Janeiro a arte torêutica, e foi um arquiteto e um entalhador de primeira ordem. As igrejas do Carmo e da Cruz, a capela-mor da de S. Francisco de Paula e o chafariz do largo do Paço documentam o seu merecimento ainda hoje.

Devemos agradecer aos parentes do pai de Valentim o ímpeto de vaidade com que empurraram para o Brasil aquele pobre menino, que entre nós se fez um grande homem e que honrou a pátria com seu imenso talento.

O mestre Valentim queixava-se de que Luís de Vasconcelos, que se dizia tão seu amigo e que tantos tributos pedia à sua capacidade artística, desse-lhe sempre mais elogios do que dinheiro; parece, porém, que não havia muito fundamento nas queixas do artista, a quem jamais sobrava o ouro, porque, amando muito o belo sexo e tendo especial predileção por estrangeiras, pagava uma fingida e interesseira gratidão por preço tanto mais elevado quanto era maior a impressão que causava o seu rosto feio e exterior pouco simpático.

Mas Luís de Vasconcelos tinha em grande estima o mestre Valentim; aprazia-se com as suas originalidades e com a sua franqueza de artista e confiava muito na sua probidade e inteligência, fazendo-se até às vezes acompanhar por ele, quando saía a examinar o andamento das obras que estava mandando executar.

Corria ainda o ano de 1779, e em um dia, ao cair da tarde, o vice-rei, que da janela do palácio vira o mestre Valentim dirigindo os últimos trabalhos do chafariz que do meio da praça fora removido nesse ano para junto do mar, ordenou que o fossem chamar, e, apenas o viu aparecer, convidou-o a segui-lo em um passeio pela cidade.



Planta do primitivo Passeio Público

Montaram ambos a cavalo, e Luís de Vasconcelos, tomando a dianteira, depois de demorar-se um pouco observando a obra do cais que se principiara a construir em frente do palácio, partiu para o morro de Santa Teresa, onde se renovavam os aquedutos. Encaminhou-se pelas ruas de S. José e da Ajuda,¹⁸ ladeou o convento das freiras, preferindo à rua dos Barbonos¹⁹ o seguir pelo largo da Ajuda,²⁰ e pela margem de uma feia lagoa que dali se estendia até ao fim da atual rua do Passeio.

O mestre Valentim sorria-se maliciosamente vendo o vice-rei tomar aquela direção. É verdade que o boqueirão da Ajuda, cujo seio se compreendia no espaço que vai desde a ponta do Calabouço²⁰ até ao monte de Nossa Senhora da Glória, oferecia uma vista magnífica; mas a lagoa que ali se encontrava era repugnante: formada pelas águas da chuva que ficavam estagnadas, mostrava-se de feio aspecto, às vezes exalava um cheiro desagradável e, na opinião de muitos, passava por ser um foco de peste. Chamavam-na lagoa do Boqueirão.

Por que fizera caminho por aquele sítio o vice-rei? Por que se sorria maliciosamente mestre Valentim? Eles lá o sabiam.

O lugar era desestimado; a povoação da cidade interrompia-se naquele ponto, onde apenas se viam três ou quatro humildes casinhas, e entre essas uma quase à beira da lagoa, e que, diante da porta e a dez passos, tinha uma bela palmeira e junto desta uma cerrada moita de arbustos. Mas nem a palmeira, nem a moita de arbustos teriam feito notar a pobre casinha, se à sua janela não aparecesse muitas vezes o mais lindo rosto de moça morena que porventura havia na cidade.

Quando o vice-rei passou, a moça correu à rótula para vê-lo, e o mestre Valentim sorriu-lhe pela segunda vez.

Chegaram enfim os cavaleiros e subiram o morro de Santa Teresa. Examinaram as obras e conversaram tão longamente a respeito dos aquedutos que começava a escurecer, quando desceram. Mas Luís de Vasconcelos, não querendo ainda voltar a palácio, rodeou o outeiro das Mangueiras, que então existia, ocupando o lugar da rua que teve de-

18 Chile.

19 Evaristo da Veiga.

20 Onde estão hoje a Polícia Marítima e o Museu Histórico. No local deste existiu o antigo Arsenal de Guerra.

pois o mesmo nome, e partiu a galope em direitura ao Botafogo, prolongando tanto o seu passeio que eram nove horas da noite, quando de volta passava diante da romanésca ermida de Nossa Senhora da Glória.

A lua estava brilhante, a viração soprava docemente, a cidade parecia ir tranqüilamente adormecendo.

– Mestre – disse o vice-rei – acabaremos a pé o nosso passeio. Valentim sorriu-lhe pela terceira vez e apeou-se.

Os criados tomaram conta dos cavalos e partiram adiante.

O vice-rei e o artista ficaram sós e foram seguindo. Ao chegarem de novo junto do monte das Mangueiras, que era um espigão do morro de Santa Teresa, Luís de Vasconcelos parou e disse:

– Temos montes demais na cidade, mestre. Eis aqui um outeiro que podia bem desaparecer, sendo substituído por uma rua que facilitaria a comunicação do bairro que deixamos com a rua dos Barbonos e com aquela a que o marquês, meu feliz antecessor, legou o seu nome.

– Sr. vice-rei – observou o artista – a cidade tem montes demais, como V. Ex^a diz; creio, porém, que ela ainda precisa mais de aterros do que de arrasamentos.

– E por que não faremos aterros à custa do outeiro que arrasarmos?

O artista não respondeu, porque sorria pela quarta vez ao ver que Luís de Vasconcelos tomava pelo mesmo caminho por onde viera.

– Má direção vamos seguindo, Sr. vice-rei – disse ele; terá V. Ex^a de passar pela margem da lagoa do Boqueirão, que a esta hora, dizem, derrama em torno miasmas pestíferos, e a *zampferini* ainda não cessou de todo. Talvez fosse melhor ir buscar a rua do Lavradio.

– Onde mora o espanhol D. Pascoal, que toca guitarra excelentemente, acompanhando as suaves cantigas de sua filha Pepita, cujos brilhantes olhos pretos e formosa cabeça fazem o encanto de certo artista meu amigo. Não é assim, mestre?

– É por certo assim, visto que V. Ex^a o diz. Mas quer me parecer que a menina Susana, que mora na casinha da lagoa do Boqueirão, é ainda mais bonita e tem voz mais suave do que a Pepita.

O vice-rei voltou-se para trás, encarou Valentim e perguntou:

– Então...

– Então é que eu juro por minha alma que os vice-reis também têm coração, e que V. Ex^a gosta muito da menina Susana.

Luís de Vasconcelos bateu no ombro de Valentim e disse-lhe:

– Os vice-reis também têm coração. Mas às vezes não se perdoa a eles o que se desculpa em um artista. Vamos. Acabemos a noite como a começamos: seja uma noite de imprudência, e ao mesmo tempo de segredo.

Estavam perto da lagoa, quando pararam, ouvindo a voz doce e melancólica de Susana, que cantava uma balada, da qual repetirei uma estrofe, porque tem a cor e a simplicidade daquela época.

Em S. Bento deu um'hora,
No Colégio deram duas;
Vede que horas são estas
Que eu por ti ando nas ruas!

– Ah! meu bem! não venhas cá,
Não venhas, prenda querida,
Vede que eu sou impedida,
Tenho impedimento forte.

– Quem ama não teme a morte,
Quem teme, não sabe amar;
A cada passo que dá
Pisa logo no perigo.

Vive sempre a suspirar
Anda sem sossego ter:
Assim mesmo, desta sorte,
A noite te venho ver!

Não modifiquei em uma única palavra a poesia deste canto; reproduzo-a com todo o seu merecimento especial e com todos os seus defeitos, até mesmo de gramática; sinto não poder também dar uma idéia da música, que, aliás, ouvi por vezes em minha infância, e que então me pareceu cheia de doçura e de melancolia.

E o pior é que o gosto e a originalidade desses cantos, cuja música tinha um caráter que a fazia distinguir da música característica de todas as outras nações, têm-se ido perdendo pouco a pouco, sacrificada ao canto italiano, cuja imitação é, desde alguns anos, o pensamento dominante dos nossos compositores. As *modinhas* e os *lundus* brasileiros quase que já não existem senão na memória dos antigos; foram banidos dos salões elegantes e com todos os costumes primitivos, à semelhança das aves que, espantadas dos bosques vizinhos do litoral pelo ruído da conquista dos homens, fogem para as sombrias florestas do interior. Lá se acham proscritas, e felizmente ainda conservadas com a sua patriótica pureza no seio dos vales e no trono das montanhas, onde a população agrícola as asila em seus lares, vive com eles, alimentando a flama das recordações passadas que o estrangeirismo apagou nas cidades.

Para a música característica brasileira isso é uma verdadeira calamidade, e a Ópera Nacional, recentemente criada, se quiser ser nacional, deve opor-se à continuação de tão grave erro, excitando os nossos novos e talentosos compositores a escreverem naquele gosto que, bem aproveitado pela arte, pode produzir obras originais e de incontestável merecimento.

Mas... é conveniente não deixar o vice-rei tanto tempo esquecido na rua.

Luís de Vasconcelos, que tinha parado por alguns instantes a ouvir as primeiras notas do canto de Susana, disse logo depois a Valentim:

— Mestre, é verdade: amo aquela mulher. Agora, porém, não há aqui nem vice-rei nem artista; devemos supor que há somente dois curiosos um pouco apaixonados, um pouco imprudentes, mas em todo o caso honestos. Vamos ouvir de mais perto o canto de Susana; há ali uma moita de arbustos que nos será propícia. Veremos e ouviremos sem ser vistos.

— Já falou alguma vez àquela menina, Sr. vice-rei?

— Nunca.

Mestre Valentim seguiu Luís de Vasconcelos, que, cauteloso, penetrou na moita de arbustos e foi colocar-se tão perto da palmeira que se achou quase ao lado de Susana.

Porque Susana estava lá, sentada na relva junto ao tronco do coqueiro e inundada pelo clarão da lua que fazia realçar a sua formosura. Era uma moça que não tinha ainda vinte anos. Cabelos negros, ondedados e tão longos que lhe caíam aos pés. Olhos grandes, pretos e cheios de fogo celeste. Tez morena e fina, lindíssimo e voluptuoso colo. Braços magníficos. Mimosa e delicada na cintura. Pequenas mãos, e quase tão pequenas como os pés.

Era verdadeiramente encantadora e perigosa.

Acabara de cantar, e descansava a guitarra a um lado, vendo chegar um mancebo que para ela corria.

– Susana!

– Vicente!

– Quem chegou aí? – perguntou uma velha que estava sentada à porta da humilde casinha.

– É o primo Vicente, minha avó.

– Vejam lá! – disse a avó.

O mancebo correu a beijar a mão da velha, e voltou logo a sentar-se aos pés da moça.

– Estava cuidadosa – disse a moça. Hoje te demoraste muito.

– Tardei muito, Susana. Mas a culpa teve o bom padre-mestre frei Veloso, que levou mais tempo do que costuma a dar-me a sua lição de botânica. Que excelente homem é aquele sábio franciscano! Professava a pobreza de sua ordem; mas a ninguém conheço mais rico de sabedoria e de virtudes. Como sabe animar os moços! Chegou hoje a dizer-me que espera ver-me em breve sentado entre os membros da Academia Científica do Rio de Janeiro, que foi, há sete anos, fundada sob os auspícios do vice-rei marquês de Lavradio.

– Também, não sei para que servem tantas instruções em gente pobre! – disse a velha da porta onde estava sentada. Eu nunca soube ler nem escrever e, contudo, tive sempre muito juízo, e tu, Susana, tu, a quem teu tio, o meu infeliz filho, o defunto padre João Peres, ensinou tanta coisa, nem por isso deixas de ter a cabeça cheia de lantejoulas.

– Ah! minha avó – respondeu a moça sorrindo – é porque o tio padre nunca pôde conseguir fazer-me aprender o seu latim, como desejava: foi só o que me faltou para ficar ajuizada.

– E o teu emprego, Vicente? – perguntou a velha.

– Minha avó, canso de esperar e nada consigo. Procurei obter um que vagara na alfândega e o deram ao filho de um desembargador. Outros dois que requeri, um no hospital militar e o segundo nas obras que se estão executando na cidade, foram dados a quem deles menos precisava.

– Isso é mau, Vicente. É mau, porque eu tenho já noventa anos e não posso ir muito adiante; e, morta eu, quem protegerá Susana, moça e solteira, como está? Vicente, é preciso cuidar em ter um emprego e em casar com tua prima.

Vicente beijou a mão de Susana que entre as suas apertava, e Valentim sentiu que o vice-rei estremecera e sufocara um gemido.

– Minha avó – disse Vicente – eu irei amanhã pedir a frei Veloso para tomar-me debaixo da sua proteção.

– Em teu lugar, primo – acudiu Susana – em vez de ir ter com frei Veloso, eu me dirigiria pessoalmente ao vice-rei.

– Ao vice-rei! – balbuciou o mancebo.

– Sim. Então, que mal havia nisso?

Vicente começava a turvar-se. Susana ou não deu por isso, ou quis provocar o namorado.

– O vice-rei Luís de Vasconcelos é bom e compassivo.

– Achas?

– Todos o dizem.

– E tu, Susana?

– Também me parece.

– Por quê?...

– Porque no seu rosto lê-se a generosidade e a grandeza d'alma.

Mestre Valentim sorria. O vice-rei escutava comovido. Vicente, agitado, começava a esquecer a presença de sua avó.

– Tens continuado a ver o vice-rei, Susana?

– Ainda hoje.

– E ele a ti?

– Como eu a ele.

– E o vice-rei olhou para ti?

– Por que não?

– Susana! Susana! É horrível! Mas devo dizê-lo... eu vou perder-te. O vice-rei ama-te!

Luís de Vasconcelos fez um movimento de cólera e despeito, ao mesmo tempo que a velha e a moça exclamaram:

– Vicente!

– Juro que disse a verdade – continuou o mancebo, tremendo. Não é de hoje que o sei, e hoje, como em outros muitos dias, impelido pelo meu ciúme, acompanhei de longe o vice-rei e vi a atenção e o enlevo com que ele te devorava com os olhos: Susana! Susana! Não há luta possível entre Luís de Vasconcelos e Vicente Peres. O vice-rei te ama. Tudo está perdido para nós ambos, porque eu terei de ser esmagado, e tu...

Susana cortou-lhe a frase, cerrando-lhe os lábios com a sua mão delicada e leve.

– Não sejas mau, Vicente. Tu calunias o vice-rei, supondo-o um sedutor, e me injurias também, julgando-me capaz de sacrificar-te a ele. É verdade: o Sr. Luís de Vasconcelos passa muitas vezes por este sítio, olha-me com atenção e acha-me talvez bonita; mas, graças a Deus, não pensa, nem pensará em fazer-me infeliz.

– Tu o defendes?

– Certamente. Não sei por que, mas eu o estimo. Seu rosto me inspira confiança. Há nele uma expressão de honestidade e nobreza que não engana.

– Oh! isto é demais!

– Tu te exasperas, primo! Quanto mais quando souberes que eu sonhei esta noite com o vice-rei...

– Susana!

– Sonhei. Por que hei de mentir ou esconder um sonho inocente? Foi um sonho deleitoso, um sonho de moça. Sonhei que um gênio benigno me aparecia risonho e afetuoso. Era um gênio, mas tinha o rosto do vice-rei. Não tinha voz, falava-me porém com os olhos. Era apenas uma sombra, mas não me assustava, nem eu lhe fugia. A um movimento de sua mão branca e transparente tu apareceste, e ele nos ligou com um laço de flores. Minha avó, que ali estava, chorando, abençoava ao gênio e a nós. Não sentíamos mais nem pobreza nem receios do futuro. O gênio

levou-nos para fora, e tirando dos ombros uma túnica cor de angélica que trazia, estendeu-a sobre a lagoa do Boqueirão, que, de súbito, se transformou em um lindíssimo jardim. Depois, o gênio... a sombra foi-se esvaindo... esvaindo, até desaparecer de todo; e felizes, contentes, nós corremos como duas crianças travessas pelo jardim. Depois, ah! Vicente! Depois, eu desatei a chorar, porque nesse imenso jardim procurei debalde e não encontrei este coqueiro, a cuja sombra, um dia, pela primeira vez, de joelhos aos pés de minha avó, tu lhe disseste o que eu já sabia... que me amavas. O sonho parou aí, porque... eu acordei, chorando.

O que sentiu Luís de Vasconcelos, ouvindo a narração daquele sonho, ninguém pôde saber. Apenas mestre Valentim supôs que o vice-rei por mais de uma vez enxugara as lágrimas.

– Estás ouvindo, Vicente? – disse a velha comovida e soluçando.

– Estou – respondeu o mancebo. E juro que acredito tanto na inocência e na pureza de Susana como na salvação da minha alma. Mas um sonho é uma ilusão que nada pode na vida, e a realidade que receio me espanta e me atormenta.

– Confia em mim, meu primo.

– E se amanhã, ou em breves dias, o vice-rei, abusando do seu poder e da sua influência, ousasse perturbar a paz, a serenidade do teu coração e tentasse...

A moça não o deixou acabar. Ergueu-se e falou. E à medida que falava, a velha, que também se erguera, veio se chegando para o coqueiro.

Susana respondia a Vicente:

– Eu diria ao vice-rei sem hesitar nem tremer: senhor, sou pura e feliz; tenho um noivo a quem amo, um noivo que minha avó abençoa, tenho um amor que um padre que era meu tio e tio do meu amado abençoou no momento de morrer. É um amor sagrado diante de Deus, como a minha pureza é uma flor do céu. Esta pureza e este amor não hão de ceder ao capricho de um vice-rei. Contava com a vossa generosidade, faltou-me ela; agora conto com a minha virtude, conto com Deus, contarei, enfim, com a morte.

– E eu lhe diria – exclamou a velha, cujos cabelos soltos alvejavam ao clarão da lua: Sr. vice-rei, tive uma filha bela como Susana; há vinte anos um fidalgo rico e poderoso apaixonou-se por ela, e não po-

dendo desposar a filha de uma pobre mulher sem nome, seduziu-a: ao capricho do sedutor seguiu o seu desprezo pela vítima, e a miséria e o opróbrio desta..., desse crime proveio uma filha, é Suzana, que custou a vida a sua mãe. Eis uma velha história que se parece com a que quereis principiar. Não entreis, pois, em minha casa, porque nela já há de sobra vergonha, desonra, desgraça e morte. Não entreis, porque tereis de tremer diante da maldição de uma velha que tem chorado vinte anos!

– Minha avó, sossegue! – exclamou Vicente.

– Mau! – disse Susana. Tu fizeste hoje chorar nossa boa avó, e foste injusto com o vice-rei, que é nobre e generoso.

– Perdoai-me ambas! – balbuciou o mancebo.

– Sim... sim – disse a velha. Mas por hoje basta. Amanhã, Vicente, falarás a frei Veloso, e, empregado ou não, casar-te-ás com Susana antes do fim do ano.

Vicente beijou a mão de sua avó com ardor e comoção. Susana correu adiante e entrou para casa sem despedir-se do noivo, que, momentos depois, partiu apressado em direitura à rua da Ajuda, onde morava.

Luís de Vasconcelos e mestre Valentim saíram da moita de arbustos e caminharam em silêncio. O artista não ousava dirigir uma única palavra ao vice-rei.

Ao chegarem à entrada do palácio, Luís de Vasconcelos voltou-se e disse:

– Amanhã ao meio-dia temos que conversar, mestre Valentim.

O resto da noite foi de meditação e talvez de luta para o vice-rei, que não dormiu e levantou-se cedo no dia seguinte. Os olhos um pouco injetados e grandes olheiras roxas anunciavam em Luís de Vasconcelos longas horas de vigília e de sofrimento; seu rosto, porém, mostrava-se animado e sereno.

Às 10 horas da manhã sentou-se o vice-rei na sua cadeira da sala das audiências, onde recebeu logo depois um engenheiro e diversos empregados.

Às onze horas entrou na sala Vicente Peres, que o vice-rei mandara chamar! O mancebo vinha pálido e trêmulo.

– Sr. Vicente Peres – disse o vice-rei. – Frei José Mariano da Conceição Veloso precisa de uma pessoa inteligente e instruída que co-

adjuve o seu secretário frei Solano para facilitar-lhe os trabalhos da *Flora Fluminense*,²¹ de que se está ocupando. O senhor é entendido em botânica e discípulo do ilustre franciscano. Vá dizer-lhe que eu o nomeei seu subsecretário e que lhe mandarei pagar o seu ordenado.

Vicente Peres ficou surpreendido. O vice-rei continuou:

– E porque este serviço dentro de alguns anos achar-se-á terminado, e não é justo que o senhor fique desempregado, pode dentro de três dias vir receber a sua nomeação para o emprego que lhe destino na Alfândega do Rio de Janeiro.

– Senhor! – exclamou o mancebo, curvando-se.

– Nada de agradecimentos – tornou Luís de Vasconcelos. – Eu sei que o senhor é um moço morigerado e que com ardor se dá ao estudo. Estimo-o por isso. Se quiser, porém, dar-me um sinal de gratidão, escolha-me para uma das testemunhas do seu casamento, que em breve deve ter lugar.

Vicente Peres saiu confundido e ao mesmo tempo louco de prazer.

Ao meio-dia chegou mestre Valentim.

– Mestre – disse-lhe o vice-rei, sorrindo. Já temos onde aproveitar a terra do desmoronamento do monte das Mangueiras. É na lagoa do Boqueirão, que vamos transformar em um jardim público. Dei a um engenheiro as ordens para tratar imediatamente de fazer esgotar essa lagoa. O jardim fica por sua conta, mestre. Note, porém, que eu me empenho em que nos ornamentos do nosso jardim seja reproduzido um certo coqueiro que indispensavelmente teremos de derribar.

– É um sonho que se realiza, sr. vice-rei.

– Silêncio, mestre Valentim! Não há sonho, nem gênio, nem loucura da noite passada. Haverá somente um *Passeio Público*, que a cidade do Rio de Janeiro vai ganhar.

.....

Esta historieta, tradição ou coisa que o valha, que aliás daria origem um pouco romanesca ao nosso *Passeio Público*, só poderia ter trans-

21 *Flora Fluminensis* ou *Flora do Rio de Janeiro*. Obra editada pela Tipografia Nacional em 1825, com onze volumes atlas.

pirado por uma indiscrição de mestre Valentim, ou porque Susana houvesse adivinhado o segredo do gênio do seu sonho de moça. Em qualquer dos casos, acaba, porém, de um modo que não desmente, antes faz honra ao caráter generoso de Luís de Vasconcelos. Se ainda assim não quiserem aceitar a tradição por lhe faltar seguro fundamento, roguem-me pragas ou critiquem-me à vontade, que nem por isso deixarei de *passear*.

II

No meu último *passeio* abundei muito em louvores ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, e não me dói a consciência por ter assim procedido. Tenho, para abonar o meu juízo, não somente o testemunho valioso de antigos escritores, como o das grandes obras que ele fez construir na cidade do Rio de Janeiro, e que duram ainda, perpetuando a memória daquele ativo administrador.

A Câmara Municipal da capital do Brasil pensou também como eu penso, e a prova disso aprecia-se perfeitamente na sala das suas sessões, onde se acha o retrato de Luís de Vasconcelos, fazendo companhia aos de Estácio de Sá e do conde de Bobadela, únicos dos administradores que governaram o Rio de Janeiro no tempo colonial e mereceram essa honra.

Entretanto, preciso é dizê-lo, aquele vice-rei não fazia sentir menos ao povo que o poder de que se achava armado era absoluto e violento. Ressentia-se talvez o seu caráter do sistema de governo que então pesava duramente sobre a população, e às vezes esquecia Luís de Vasconcelos a sua bondade natural, as suas disposições generosas, esquecia-se do seu próprio coração, enfim, para mostrar que empunhava a bengala de vice-rei, e em momentos de capricho ou de mau humor, punha o arbítrio e a violência no lugar da justiça.

Ora, se Luís de Vasconcelos, o vice-rei querido, louvado e abençoado, fazia dessas, podemos bem imaginar o que fariam os outros!

E chorem lá por aquele santo sistema do *mando e quero*.

Aqui vai um exemplo do que podia o capricho e a violência de um vice-rei.

Um dos montes da cidade do Rio de Janeiro tem uma ladeira que ainda hoje conserva o nome de um homem que viveu no tempo de Luís de Vasconcelos. Por que não apontarei claramente o lugar, uma vez

que o fato não importou uma desonra para a vítima? O monte é o da *Conceição*; a ladeira é a de *João Homem*.

Um dia, nas horas de mais ardente calma descia o vice-rei do monte da *Conceição* por aquela ladeira, quando encontrou a *João Homem*, que era levado em uma *cadeirinha* para o alto do monte. Os dois escravos condutores da *cadeirinha* suavam em bicas, porque *João Homem* era gordo e pesado, e o calor era intenso.

Luís de Vasconcelos, que vinha de mau humor, irritou-se, vendo os escravos arquejando de fadiga: mandou-os parar, fez sair da *cadeirinha* a *João Homem*, ordenou-lhe que tomasse o lugar de um dos negros, obrigou a este a ir sentar-se dentro da *cadeirinha*, e lá foi o senhor, ajudando a carregar o escravo pela ladeira acima.²²

— É para ensiná-lo a ser mais humano — disse o vice-rei. E depois prosseguiu em seu caminho muito contente de si.

Talvez que hoje alguns possam rir-se do tormento por que passou *João Homem*; afirmo, porém, que naquele tempo, nem o povo riu-se e nem *João Homem* queixou-se.

Mas a que vem isto para a história do *Passeio Público*? Tendes razão. Foi um incidente que não tem aplicação ao caso. Eu, porém, me empenhava em impedir que se confundisse o juízo que fiz das qualidades pessoais e dos serviços do vice-rei Luís de Vasconcelos, com o juízo que faço daquele bárbaro sistema de governo, que abria espaço a tantos vexames, tantas violências e tanta opressão que envileciam o povo.

Vereis, porém, em breve, que ainda mesmo na história das obras do *Passeio Público*, não faltou uma amostra do poder arbitrário do vice-rei.

O mestre Valentim da Fonseca e Silva mal acabou de receber as ordens de Luís de Vasconcelos, correu a trancar-se em casa, e pôs-se a meditar no plano das novas obras de que se achava encarregado; e com tanta felicidade e inspiração, que poucos dias depois apresentou ao

22 “Este fato, aliás referido com outras circunstâncias, é também atribuído ao vice-rei conde de Resende. Entretanto, das informações que pude obter, e que com o maior cuidado estudei e comparei, fui obrigado a concluir que Luís de Vasconcelos, e não o conde de Resende, deve carregar com a responsabilidade dessa violência.” Nota do autor.

vice-rei o risco e os modelos de toda a parte arquitetônica do projetado jardim, que foram imediatamente aprovados.

– Agora mãos à obra, mestre! – disse o vice-rei.

– Mas, senhor – observou Valentim – perdoe-me o que vou dizer, que não tenho em mente a menor hesitação no cumprimento das ordens que recebo. Vejo, porém, que vossa excelência tem empreendido tantos e tão grandes trabalhos que não sei onde haverá recursos para executá-los todos. Vossa excelência faz milagres. Mas o dinheiro não abunda, e faltam-nos absolutamente os trabalhadores necessários.

– Farei aparecer dinheiro e gente. Fica isso a meu cuidado. Vá, mestre, multiplique-se e saiba que é minha vontade ver pronto esse jardim antes que eu seja substituído no governo do Brasil.

Não havia que replicar: o mestre Valentim saiu do palácio e foi logo procurar o seu amigo Xavier dos Pássaros ou Xavier das Conchas.²³

23 “Errei gravemente nesta informação. Xavier dos Pássaros foi um artista muito diferente de Xavier das Conchas, e é certo que foram ambos contemporâneos e que serviram e floresceram no tempo do vice-rei Luís de Vasconcelos. O primeiro distinguiu-se na Casa dos Pássaros (edifício onde depois se estabeleceu o Real Erário e se conserva hoje o Tesouro Nacional), casa que o vice-rei mandou construir para estabelecer nela um museu de história natural, e onde o artista primava no trabalho de encher e preparar pássaros. O segundo, Xavier das Conchas, ilustrou-se no Passeio Público do Rio de Janeiro. Assim, pois, errei, confundindo este com o Xavier dos Pássaros.

O Xavier das Conchas era militar e cultivava a arte em que se mostrou tão notável unicamente por gosto e amor.

Corrigindo deste modo o erro que cometi, vou ter ainda o prazer de apresentar aos meus leitores uma breve notícia do berço pátrio, da família e da vida do nosso Xavier das Conchas.

Francisco dos Santos Xavier, muito mais conhecido por Xavier das Conchas, filho legítimo de Veríssimo dos Santos e de D. Inácia de Arão, nasceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1739 e foi batizado na freguesia de N. S. da Candelária.

Destinando-se à carreira militar, assentou praça de soldado na mesma cidade do Rio de Janeiro a 12 de setembro de 1752, e foi logo depois destacado para a ilha de Santa Catarina, onde se conservou em serviço ativo trinta e dois anos, quatro meses e vinte dias, subindo sucessivamente aos postos de cabo de esquadra, condestável, almoxarife das fortalezas e ajudante de auxiliares. Durante esse tempo, desempenhou diversas comissões difíceis e importantes, e entre outras, a de examinar se era possível estabelecer navegação entre a serra e a costa do mar, rompendo-se as lagoas para fazer comunicar a vila da Laguna com o rio Tramandaí. Executando esta comissão, Francisco dos Santos Xavier caminhou a pé cerca de cinquenta léguas por pântanos, desertos, rios e lugares quase intransitáveis, conseguindo apresentar, em 17 de fevereiro de 1765, um roteiro em que deu informações detalhadas de todo o terreno.

Perguntais-me quem era esse homem que tinha não menos de duas alcunhas e que por ambas era conhecido?

Infelizmente não me é possível dar-vos a respeito dele informações completas e minuciosas. Sei apenas que, depois de Valentim, era Xavier o artista mais engenhoso e delicado do Rio de Janeiro. Nem me é

Sendo sargento, comandou, por espaço de nove anos, a fortaleza de N. S. da Conceição da Barra do Sul, em Santa Catarina, e fez à sua custa nessa fortaleza um armazém e dois quartéis. Foi promovido em 27 de junho de 1776 a ajudante do terço de infantaria e cavalaria de Santa Catarina e teve de andar pelas freguesias, disciplinando os soldados.

Tendo obtido três meses de licença, veio Xavier muito a propósito ao Rio de Janeiro, porque o vice-rei Luís de Vasconcelos, conhecendo o seu grande préstimo, o encarregou, por portaria de 18 de outubro de 1787, de notáveis trabalhos na obra do Passeio Público que então fazia executar, e mandou que se lhe pagassem os seus soldos, enquanto ele se demorasse na cidade do Rio de Janeiro ocupado naquele serviço.

Sabe-se como foram e como são hábeis em delicados trabalhos de conchas, penas e escamas os catarinenses. Sem dúvida, Francisco dos Santos Xavier aprendeu essa arte mimosa durante os longos anos em que esteve em Santa Catarina; e tão famoso se tornou em tais trabalhos, que mereceu ser conhecido por Xavier das Conchas. Como se houve o artista nas obras de que foi encarregado no Passeio Público já ficou dito na descrição que deixei no lugar competente.

Xavier, por portaria do mesmo vice-rei Luís de Vasconcelos, datada de 17 de outubro de 1787, confirmada por patente dada pela Rainha D. Maria I, a 13 de fevereiro de 1789, foi promovido a capitão de infantaria, governador da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro e encarregado da inspeção da real fábrica de armas da mesma fortaleza; e sendo, a 15 de julho de 1790, por portaria do vice-rei conde de Resende reformado no posto de capitão com meio soldo dessa patente, continuou todavia no comando da fortaleza, onde foi encarregado de algumas importantes comissões, como, por exemplo, do fornecimento dos petrechos bélicos para as naus e fragatas da esquadra real, e coube-lhe também a guarda dos presos da Inconfidência e de outros.

Por portaria do vice-rei datada de 16 de outubro de 1801, foi promovido a tenente-coronel com o soldo de sargento-mor, continuando a comandar a fortaleza da Conceição, e sendo-lhe contado aquele soldo desde 18 de março de 1801, por carta régia de 18 de maio de 1802.

Francisco dos Santos Xavier casara e enviuvara em Santa Catarina, e daí trouxera para o Rio de Janeiro dois filhos, frutos da sua legítima união. Nesta cidade passou a segundas núpcias a 15 de janeiro de 1790, e foi sua mulher D. Rosa Francisca de Vasconcelos Vahia, filha do mestre-de-campo Bartolomeu José Vahia, e irmã daquele que foi depois, no império do Brasil, conde de Sarapuí.

Sendo tenente-coronel, e ainda governador da fortaleza da Conceição, faleceu Xavier a 5 de julho de 1804.

Xavier dos Pássaros chamava-se Francisco Xavier Cardoso Caldeira. Faleceu pouco depois da chegada da família real. Ganhava no seu ofício, um conto de réis por ano.” – Nota do Autor.

dado dizer-vos qual das províncias do Brasil pode ufanar-se de ter sido seu berço pátrio. Certo é, porém, que Xavier das Conchas era brasileiro.

O motivo das suas duas alcunhas é que não ficou nem podia ficar esquecido, porque nunca houve alcunhas que assentassem mais e que melhores testemunhos de sua significação deixassem.

Xavier tornara-se famoso pelos trabalhos delicadíssimos de penas de pássaros, e ainda pelos de conchas que executava. Em uma ou outra das casas mais antigas do Rio de Janeiro conservam ainda pessoas de bom gosto algumas das obras primorosas desse homem notável.

Foi a esse artista que o mestre Valentim se dirigiu.

– Xavier – disse-lhe Valentim – não te venho dizer que nos vai chover dinheiro. Obra, porém, vamos ter de sobra. O vice-rei quer transformar a lagoa do Boqueirão em um jardim público; eis aqui o plano e o risco dos trabalhos de que estou encarregado. Estás vendo nas extremidades desta varanda dois pavilhões? Faço-te presente deles.

– Para quê?

– Para orná-los, está visto, para que havia de ser?

– Entendo: queres em um o Xavier das Conchas, e no outro e Xavier dos Pássaros, não é?

– Adivinhaste. Faremos tudo muito brasileiro... muito brasileiro...

– Oh lá! tu o apaixonado das estrangeiras...

– Em amor não há patriotismo, Xavier. Vênus nasceu no mar para não nascer em terra alguma. Mas vamos ao que importa. Posso contar contigo?

– Que dúvida?

– Era o que eu queria. Vai ao mato caçar passarinhos, vai à praia apanhar conchas, e adeus.

Os engenheiros tratavam de dessecar e de aterrar a lagoa do Boqueirão. O outeiro das Mangueiras ia pouco a pouco sendo arrasado. Os artistas estavam justos, e já trabalhavam.

Pela sua parte, Luís de Vasconcelos cumpria a sua palavra, fazendo aparecer dinheiro e trabalhadores.

Eis aqui como ele operou esse milagre:

As rendas da câmara municipal eram pequenas, e, como o disse o próprio vice-rei, *poucas são as rendas da fazenda real*. Mas a cidade abundava de vadios. Que fez Luís de Vasconcelos? Lembrando-se que, pela carta régia de 8 de julho de 1769, se mandara construir no Rio de Janeiro *uma casa de correção, que sendo utilíssima ficou em esquecimento, ao mesmo tempo que não deixava de ser bem projetada para se reprimir o vício, promover o trabalho e tirar da ociosidade uma espécie de lucro e de ganho em utilidade daqueles mesmos que os desprezaram, por isso sendo impossível fazer-se esta regulação sem haver um edifício próprio que admitisse as seguranças que lhe são precisas, seguiu o meio-termo de mandar para a ilha das Cobras todos esses vadios que se encontravam em algum comisso, fazendo-os trabalhar nos seus ofícios, e passando o rendimento e produtos das obras que se vendiam para um cofre.*²⁴

Além desse dinheiro recolhiam-se também no mesmo cofre as quantias que pelos açoites dos escravos pagavam os senhores no calabouço. E assim ia o vice-rei ajuntando boas somas, que aplicava às diversas obras públicas, e especialmente às do Passeio Público.

O povo, portanto, era quem fazia à sua custa o jardim que devia mostrar-se no lugar dantes ocupado pela *lagoa do Boqueirão*.

O dinheiro estava por esse modo arranjado. Os trabalhadores foram recrutados em grande parte pelo mesmo sistema.

Luís de Vasconcelos era de opinião, e ele o escreveu, que a cidade do Rio de Janeiro estava cheia de vadios, o que fazia dos vadios que tinham ofício e que não trabalhavam, já ficou dito: dava-lhes um asilo forçado na ilha das Cobras e os obrigava a exercer suas profissões em proveito das obras públicas.

Aos vadios que não tinham ofício mandou ele servir de trabalhadores no Passeio Público. Eram trabalhadores baratíssimos, pois que não recebiam por salário senão o pão que os devia alimentar. O seu serviço era prestado como uma punição imposta à ociosidade.

Dizem as tradições do tempo que a prepotência pusera então de mistura com os verdadeiros vadios muitos homens laboriosos, artesãos, caixeiros e empregados no comércio. Pode ser que haja exageração

24 “As palavras que aí vão grifadas lêem-se no ofício do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa para ser entregue ao seu sucessor. V. *Revista do Instituto Histórico*, tomo 4.º, 1ª série, pág. 25.” — Nota do autor.

nessas notícias tradicionais. Se elas, porém, não são exatas, atestam em todo o caso a opressão do povo e o despotismo do governo.

O certo é que o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa operou o milagre que tomara a peito realizar. Fez aparecer dinheiro e trabalhadores, e tanto ativou as obras que no fim de quatro anos viu abrir-se o Passeio Público ao bom povo da cidade do Rio de Janeiro.

Admira realmente que em tão pouco tempo se executassem tantos trabalhos cuja dificuldade e importância ainda hoje podemos apreciar. Atualmente, quatro anos seriam apenas suficientes para a resolução da obra, a encomenda, apresentação e aprovação dos planos e dos orçamentos. Porque o primeiro ano empregaria o governo a considerar e reconsiderar a matéria. O segundo ano seria dedicado à escolha dos engenheiros e ao exame e estudo dos riscos e dos relatórios que eles apresentassem. Durante o terceiro ano, o ministro respectivo dormiria sobre o caso e, no quarto, enfim, depois de três meses de consultas, de cinco de hesitações, de mais três de dúvidas inesperadas, chegaria o último mês, no qual o ministro mandaria dar começo aos trabalhos, ficando um dia inteiro a admirar o esforço inaudito de sua patriótica atividade!

Dizem que todas essas delongas administrativas que entorpecem o desenvolvimento material do país, no império do Brasil, provêm das condições do sistema representativo. Não admito semelhante explicação. Penso também que no governo absoluto é mais fácil a pronta execução de qualquer projeto, porque o impulso parte de uma só vontade, e de uma vontade que não receia oposição, e que pode cortar arbitrária e imediatamente todos os obstáculos; e que pelo contrário, no governo representativo estudam-se as conveniências públicas, pesam-se os recursos do Estado, consulta-se finalmente a nação, ouvindo-se os seus representantes, para levar-se a efeito depois a idéia que se deseja realizar. Se não é assim, é pelo menos assim que deve ser. Mas, entre a demora imposta pela necessidade de se refletir e de se consultar os poderes competentes e a procrastinação soporizada que a preguiça e o desmazelo determinam há uma distância imensa, que se escapa aos olhos daqueles que nasceram com a proveitosa sina de passar a vida inteira dando apoiados a tudo quanto dizem os bons e os maus, e os péssimos ministros de Estado.

Os administradores preguiçosos e desmazelados desculpam-se com o sistema, como se desculpam em outros casos *com o que nunca se deveriam desculpar*, porque, mimosos como a sensitiva, preferem o descrédito do sistema representativo e dos mais nobres princípios a levarem um beliscão, que, aliás, é indispensável para arrancá-los do sono que dormem, sono de arganazes no inverno.

Mas onde vou eu a discorrer sobre espinhos, quando me está chamando a aprazível mansão das flores? Nada mais de incidentes nem de divagações. Começo já a descrição do Passeio Público do Rio de Janeiro, tal qual ele se mostrou no ano de 1783.

O Passeio Público, no espaço que compreendia, representava um hexágono de lados irregulares. Tinha, porém, de frente, na rua do seu mesmo nome, cerca de oitenta e seis braças, e de fundo, do portão da entrada até o gradil do terraço, dando sobre o mar setenta e quatro braças e sete palmos. Ficava-lhe a um lado, que era o da mão direita de quem entrava pelo portão, o largo da Lapa, e ao outro o largo da Ajuda, e, como apenas ficou indicado, corria-lhe pela frente a rua do *Passeio*, que ligava aqueles dois largos, e no fundo terminava acima do mar por um elegante terraço cuja base recebia às vezes os beijos, às vezes os embates violentos das ondas, ou namoradas ou embravecidas.

Pelos três lados que olhavam para a terra, o Passeio Público era fechado por um alto muro, interrompido em intervalos regulares por janelas com grades de ferro, e mais notável pela sua robustez do que pela graça, que, aliás, devia ter.

No meio da face que concorreu para formar a rua do *Passeio*, rasgava-se o muro, dando lugar ao portão da entrada que era todo de ferro e firmado em dois pilares de pedra lavrada. Sobre o portão ostentavam-se as armas reais portuguesas, olhando para a rua, e no reverso delas via-se um medalhão de bronze dourado com as efígies da Rainha D. Maria I e de seu esposo o Rei D. Pedro III, e ainda a epígrafe seguinte: “*Maria I et Pedro III, Brasili regibus, 1783.*”²⁵

Do que fica exposto conclui-se que, embora tenham já passado perto de oitenta anos depois da abertura ou inauguração do nosso

25 Esse portão monumental está hoje conservado no interior do jardim.

Passeio Público, nenhuma modificação tem este sofrido nem em suas dimensões, nem em suas disposições exteriores.

Penetrarei agora no seio do jardim.

Uma rua principal nascia à entrada do Passeio e ia morrer entre duas pirâmides e diante de uma pequena cascata, de que logo falarei, deixando bem no centro do jardim e no meio do seu correr um limitado terreiro quase circular com quatro bancos de pedra, separados por ela e por mais duas ruas laterais que vinham abrir-se no mesmo terreiro.

Diversas outras ruas largas e bem construídas concorriam com aquelas para dividir-se o passeio em maciços de forma regular, cercados por gradaria de taboca e ostentando o tesouro de mimosos e floridos arbustos e a vegetação tropical, representada por árvores que haviam de ser corpulentas e frondosas, e que teriam de oferecer sombra e frescor ainda nas horas canhosas do dia.

Ao tocar a rua principal o ponto que a terminava, um largo espaçoso se fazia ver, e aí duas mesas de pedra abrigavam-se debaixo de um teto de jasmins, e adiante delas, e um pouco mais para o centro, mostravam-se dois pequenos lagos artificiais, do meio de cada um dos quais erguia-se uma pirâmide de cantaria, que de cada face da sua base deixava correr uma pena d'água com doce murmúrio. Paralelos às margens dos lados havia bancos de pedras.

Uma das pirâmides tinha a inscrição: “À Saudade do Rio”. A outra: “Ao amor do Público”. Quem sentiu a saudade e quem se lembrou do *amor do público*, a que foram consagradas as duas pirâmides, não me é dado dizer.

Alguns passos além das pirâmides e fronteiro à rua principal, levanta-se um outeiro artificial, vulgarmente chamado cascata, e que era ali o mais belo triunfo de mestre Valentim.

O outeiro fora todo formado de pedras sobrepostas como ao acaso, mas com admirável efeito, rebentando dentre elas ervas e arbustos apropriados. Algumas aves graciosas feitas de bronze pousavam sobre as pedras e soltavam dos bicos água cristalina, que se precipitava mais murmurante que ruidosa. Quase na base do outeiro, dois jacarés também de bronze, parecendo recrear-se entrelaçados fora do seu ninho, mostravam-se soberbos, lançando pelas bocas abertas cópia d'água

claríssima, que ia com a que deitavam as aves ajuntar-se em um tanque semicircular que rodeava a cascata, e onde se reproduziam as imagens dos jacarés. Sobre o cume do outeiro, enfim, elevava-se um magnífico coqueiro de ferro, pintado ao natural, e tendo mais de vinte palmos de altura.

Antes de passar adiante, permitam-me que me vingue da aridez da minha descrição, conversando um pouco.

As duas pirâmides dos pequenos lagos artificiais bem poderiam ter-se queixado ao vice-rei Luís de Vasconcelos, por não lhes haverem dado mais alguns palmos de altura. As árvores que junto delas hoje se mostram orgulhosas as abafam e amesquinham, e acabarão talvez um dia por cobri-las com a sua copa.

Em compensação, o outeiro é uma grande obra de arte que não deixará jamais esquecer o nome de mestre Valentim.

Também o artista tomou a peito executar essa obra com verdadeiro primor. Foi Valentim que, depois de modelar aquele grupo de jacarés, vendo que falhara a primeira fundição, quis em pessoa dirigir a segunda, que deu o resultado feliz, louvado por quantos entendedores e mestre o estudam.

O coqueiro de ferro também foi obra do mesmo mestre, que muito nela se esmerou para agradar ao vice-rei. Se a tradição não mente, aquele coqueiro teve uma origem misteriosa, e serviu para abrandar o pranto da bela Susana, que em sonhos chorara a perda da palmeira querida, a cuja sombra trocara juramentos de amor com Vicente Peres. Mas o grande coqueiro pouco tempo resistiu ao furor das tempestades. O vento impetuoso quebrou-lhe os ramos, e tão estragado deixou-o que, no princípio do século atual, o vice-rei Conde dos Arcos o mandou arrancar e substituir por um busto de Diana em mármore.

Apesar de ser de ferro, a árvore de amor cedeu ao vento!

A moralidade da história não pode ser muito lisonjeira para os namorados.

E infelizmente não foi somente a palmeira que teve de desaparecer do formoso outeiro: as aves de bronze que pousavam sobre as pedras da cascata sofreram o mesmo destino. Como acabaram elas? Não me é possível dizê-lo ao certo. Mas, se em todo o caso, exigis uma expli-

cação, inventarei a que me parece mais verossímil, e que mais serve para absolver de uma indesculpável incúria algum dos governos passados.

É ao conde dos Arcos que devemos lançar a culpa da perda daquelas aves graciosas. Para que mandou esse, que foi o último dos vice-reis do Brasil, colocar sobre o outeiro a intrépida Diana? Diana, como todos sabem, é caçadora, e, portanto, caçou as aves.

Se não vos serve esta explicação, também não vos darei outra.

Já conversamos: vou continuar, a descrição.

Do jardim podia-se subir para o terraço por quatro escadas de pedra, duas centrais e contíguas à cascata, e as outras duas nos pontos extremos.

O terraço era espaçoso e cheio de elegância. Mas as obras de arte que o enriqueciam quase que se sentiam abater ante a magnificência da natureza, que daquele lugar se admira.

Entretanto, aquelas obras não careciam de merecimento.

Logo, ao chegar-se ao alto das escadas centrais, encontrava-se por detrás do outeiro um menino que parecia querer voar e que segurava um cágado que vomitava água em um barril de granito lendo-se o dístico: *Sou útil inda brincando*, em uma faixa trazida pelo menino.²⁶

O terraço era avarandado e lajeado de mármore. Uma grossa parede o defendia dos ímpetos arrojados do mar. Um parapeito o cercava todo, tendo vários alegretes com flores que entremeavam diferentes bancos de pedra comum, e ornados com vasos de mármore.

Nas extremidades do terraço levantavam-se dois pavilhões quadrangulares, ambos iguais e semelhantes nas proporções e forma exterior, e distinguindo-se apenas pelas estátuas que os coroavam; pois que o pavilhão do lado direito era dominado pela estátua de Apolo, que vibrava a lira, e o do lado esquerdo pela de Mercúrio com o caduceu. As arestas de um e outro eram guarnecidas por simples pilastras ornadas superiormente por vasos de mármore, dos quais nasciam ananases de ferro. As cobertas eram piramidais e de uma simplicidade agradável.

26 Ao que consta, o menino que hoje existe na entrada do jardim em frente à praça Paris não é o primitivo. Trata-se de uma reprodução em chumbo, metal de que se fabricara o antigo.

Iguais e semelhantes no exterior, como disse, os dois pavilhões diferiam completamente nos seus ornamentos do interior.

O teto do pavilhão da direita dividia-se em cinco grandes quadros, dos quais o culminante era quadrado e os quatro laterais trapezóides, e todos eles enfeitados de arabescos, palmas e flores, sobre fundo branco, tudo tão perfeitamente acabado que produzia uma suave ilusão, avultando o seu merecimento por serem as palmas, flores e arabescos formados de penas de diversas cores.

As sobreportas, do mesmo modo, se mostravam ornadas de baixos-relevos de pássaros do Brasil, formados das próprias penas deles. A meia altura das paredes, enfim, apreciavam-se lindos quadros elípticos feitos a pincel, representando diferentes fábricas e oficinas do país.

No pavilhão da esquerda notava-se idêntica disposição nos ornamentos. Estes, porém, eram de outra natureza. Nos cinco grandes quadros de teto as conchas substituíram as penas, e o fundo em vez de ser branco, tomava a cor azul. Nas sobreportas viam-se baixos-relevos de peixes dos nossos mares, feitos com as suas próprias peles e escamas. Os quadros elípticos representavam as maiores armadas que tinham até então entrado na baía do Rio de Janeiro, o incêndio de embarcações, e finalmente formosas vistas de sítios romanescos do litoral e do interior.

Todos estes encantos de arte gozavam-se também de noite, ao clarão de oito lampiões trabalhados com esmero e colocados na extensão do terraço.

Em duas pequenas casas construídas dentro do jardim guardavam-se muitos outros lampiões, que serviam nas iluminações das grandes festas públicas; mas, depois da chegada da família real ao Brasil, todos eles foram dali tirados para se aplicarem à iluminação do palácio e do largo do Paço.

Eis o que foi o Passeio Público do Rio de Janeiro na sua época primitiva no tempo do seu fundador, o vice-rei Luís Vasconcelos e Sousa. O que em seguida ele passou a ser tratarei de referir no próximo *passeio*.

Enquanto, porém, nos vamos recolhendo para casa, ouvi-me ainda duas palavras pronunciadas em tributo de gratidão à memória dos

dois artistas que mais concorreram para o nosso até hoje único jardim público da cidade do Rio de Janeiro.

Convém ligar os nomes de Valentim e de Xavier às produções que ao talento de cada um deles devemos, e depois de o ter feito, atirarei no meio de vós uma consideração um pouco séria e filosófica, que aceitareis ou rejeitareis conforme for de vossa vontade.

O menino alado que segurava o quadro e as estátuas dos pavilhões eram de mestre Valentim, a quem se atribuem também os quadros elípticos, especialmente do pavilhão esquerdo, que passavam por primorosos.²⁷ Todo o trabalho de penas, conchas e escamas pertencia ao Xavier dos Pássaros ou das Conchas e encantavam pela sua delicadeza e perfeição, chegando os baixos-relevos a parecerem antes obras da natureza do que da arte.

Valentim e Xavier tinham-se compreendido e ligado pelo mesmo pensamento, e haviam executado as suas difíceis tarefas em tudo e por tudo muito *brasileiramente*, como propusera aquele mestre. Este fato, que hoje não teria uma grande importância, era naquela época a manifestação de um sentimento nobre e generoso, que, por assim dizer, pressagiava a independência do Brasil.

A poesia e as artes começavam a quebrar o jugo colonial, e inspiradas pelo patriotismo, lançavam no espírito público os germes da nossa futura regeneração política. José Basílio da Gama, no *Uruguai*, tinha já enriquecido a poesia com a originalidade, as imagens, as descrições e a cor da pátria; José de Santa Rita Durão ostentava-se mais brasileiro ainda no seu *Caramuru*, que ele escrevia pouco mais ou menos nos mesmos anos em que se executava a obra do Passeio Público do Rio de Janeiro; dirigidos pelo mesmo sentir, inflamados pelo mesmo amor, mestre Valentim e o Xavier das Conchas escreviam também os seus

27 “Descrevendo os dois primitivos pavilhões do Passeio Público do Rio de Janeiro, disse eu que os quadros elípticos passavam por ter sido obra de mestre Valentim. Não é exato. Mestre Valentim não foi pintor. Infelizmente não sei ao certo quem foi o artista a quem se deveram aqueles belos trabalhos, de que não há mais notícia alguma.” – Nota do autor.

Esses quadros, e mais outros de igual formato que existiram no Passeio, atribuem-se ao pintor José Leandro e lembram, pelo modo por que são enquadrados, as telas desse mesmo artista que se encontram na igreja do Parto.

poemas especiais e cheios de patrióticas idéias, na cascata e nos pavilhões do Passeio Público.

Os idealistas, ainda sem o pensar talvez, preparavam a revolução que, prematura e imprudentemente, quiseram realizar os poetas e patriotas de Minas Gerais em 1789, e depois foi consumada pelos heróis do Rio de Janeiro e do Ipiranga.

Quem não enxergar nos poemas do *Uruguai*, do *Caramuru* e depois, no da *Assunção* de Frei S. Carlos e nas obras de Valentim, de Xavier das Conchas e de outros artistas a independência do Brasil, que no fim de alguns lustros passou dos cantos dos poetas e dos quadros e trabalhos da arte para os *clubs* dos políticos, não enxerga a luz da verdade e a origem real dos fatos

III

O primeiro dia em que se abriu o Passeio Público aos habitantes da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro foi, como era natural, de júbilo e de festa para a população, e de justa ufania para o vice-rei e para os artistas a quem era devida aquela abençoada obra. Contraria-me não pouco a falta de informações fidedignas a respeito das festas que tiveram lugar então; porque não hesitaria em descrevê-las, se para o fazer me achasse habilitado.

Nem sei mesmo em que dia e em que mês do ano de 1783 foi passado esse apazível fato. Mas bem podia ter sido o mês de agosto, e no dia de S. Bartolomeu, porque, pelo correr da noite, rebentou uma tremenda ventania, que pôs o mar em fúria e a terra em susto.

Mestre Valentim, depois de receber os cumprimentos do vice-rei e de faltar-se com o seu amigo Xavier das Conchas de ouvir, no Passeio Público, elogios às suas obras, recolhera-se à casa, levando consigo o irmão-artista, o bom Xavier, para regalar-se com ele, fazendo honra a uma excelente ceia que mandara preparar.

Os dois amigos tinham-se apenas sentado à mesa e, depois do primeiro prato, enchido os copos de rubro e odorífero vinho, quando as janelas da casa bateram com estrondo ao impulso do vento desenfreado, que começou a rugir como um tigre embravecido.

Mestre Valentim estremeceu e tornou-se pálido.

– Que é lá isso? – perguntou Xavier.

– É a tempestade – murmurou Valentim.

– Que nos importa agora a tempestade! Tens medo de ver cair sobre nós esta casa, derribada pela violência dos tufões? Ah! Reparo agora que ela não é de pedra e cal; mas está, sem dúvida, feita com boas madeiras do Brasil e as nossas boas madeiras valem pedra e ferro.

– E que tenho eu com a fortaleza desta casa? Que mal me vai em que ela seja ou não derribada pelo vento?

– Essa é boa! Então não havia mal em ficarmos ambos esmagados? Que diabo é, pois, que te preocupa?

– O meu coqueiro, Xavier! O meu coqueiro! Esta ventania vai atirá-lo da cascata abaixo. É uma tempestade como nunca vi.

Xavier desatou a rir.

– Sim. Ri, ri e bebe vinho. Os pavilhões estão fechados, e o vento nem depenará os teus pássaros, nem escamará os teus peixes. Não é assim, egoísta?

Xavier ria-se cada vez mais, e comia e bebia sem lhe importar a tempestade.

– Mas quem disto tem culpa é o Sr. Luís de Vasconcelos! – exclamou Valentim. Quis por força um coqueiro enorme sobre a cascata, um coqueiro artificial que lhe lembrasse uma palmeira que ele bem podia maldizer, e eis aí o resultado.

– Mestre – disse Xavier – come e bebe, e deixa o vento. Por mais que te exasperes e grites, não o farás cessar. Ceiemos, e amanhã iremos ver como passou à noite o coqueiro.

Valentim deixou-se finalmente convencer, e acabou por zombar dos seus próprios temores. Ceou, pois, conversou, riu-se e gracejou até depois da meia-noite, que foi quando Xavier lhe disse adeus e retirou-se.

A tempestade tinha completamente serenado. A noite mostrava-se clara e fresca. A lua brilhava no céu.

Mestre Valentim não se pôde conter. Saiu de casa, penetrou no Passeio Público por uma portinha que havia ao lado esquerdo, perto

do terraço, e cuja chave ainda tinha em seu poder. Correu para a cascata e soltou um grito de prazer, vendo de pé, firme e sem a menor quebra e dano, o seu delicado coqueiro.

Foi tão grande o seu prazer que partiu logo em direitura à casa de Xavier, e bateu-lhe à porta com quanta força pôde.

Xavier dormia, já a sono solto. Acordou, porém, sobressaltado, levantou-se, e abrindo uma janela, perguntou de mau humor o que dele queriam a tais 10 horas.

– Sou eu, Xavier – disse-lhe Valentim.

– Oh! Mestre. Que aconteceu?

– Uma felicidade: venho dizer-te que o meu coqueiro está salvo.

– Maldito seja o teu coqueiro, que te fez cortar-me o mais belo sono que tenho dormido em minha vida! – exclamou Xavier, trancando a janela.

Valentim voltou para casa, rindo-se às gargalhadas da peça que acabava de pregar a Xavier.

Do que se passou no dia da abertura do Passeio Público do Rio de Janeiro nada mais posso adiantar. Contentem-se, pois, os curiosos com a notícia da tempestade e do susto de mestre Valentim, que são fatos positivos, embora de pouca importância.

O Passeio Público teve indubitavelmente a sua época de brilhantismo e de encanto no vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa. Mas, logo depois, sobreveio-lhe um longo período de lamentável desprezo, durante o governo do vice-rei conde de Resende, e em seguida experimentou, ora insuficientes cuidados, ora um tristíssimo abandono, até que finalmente agora vai reaparecer mais belo que nunca, segundo o apregoa a fama, graças a uma reforma inteligente, artística e digna da capital do império.

Luís de Vasconcelos amava tanto a sua obra como um pai ama a sua filha, e soube despender sempre com ela extremosos cuidados. Não se limitou a enriquecer o jardim com ornamentos interiores. Engraçou-o ainda pelo exterior, fazendo abrir e alinhar bonitas ruas por onde se pudesse ir ter a ele. Foi assim que dispôs a rua que, correndo pela frente do Passeio, tomou do Passeio o nome, sendo apenas de lamentar que em suas proporções tão estreita ficasse. E além da rua do

Passeio, a outra que cai perpendicularmente sobre esta no ponto em que se mostra o portão, e que então se chamou rua das *Belas Noites* em vez de rua das *Marrecas*, que é como hoje se chama. Abertas as ruas, o vice-rei promoveu nelas a construção de casas, determinou e adiantou algumas edificações, que aliás não pôde concluir, como tinha em mente e, enfim, não perdeu ocasião de excitar alegria e festas no seio do seu pequeno paraíso.

O povo procedia neste caso muito de acordo com o vice-rei. Bem entendido, neste caso, de acordo espontâneo e muito de coração. Porque em todos os outros casos não tinha remédio senão mostrar-se também de acordo com ele, quer quisesse quer não, visto que não era admissível que um vice-rei alguma vez deixasse de ter toda a razão em tudo e por tudo. E pouco admira que naqueles tempos todos aplaudissem o juízo infalível do poderoso delegado do rei absoluto, quando ainda hoje são muitos os que piamente acreditam que a infalibilidade não está nos homens, está no poleiro, na influência do poder e, até, às vezes, simplesmente no feitiço do tesouro público.

O povo tomou amor ao seu belo jardim desde o primeiro dia.

Ainda há velhos a quem lembram as festas brilhantes que ali se fizeram em 1786, em aplauso do casamento do príncipe que 22 anos depois veio assentar o trono da monarquia portuguesa na cidade do Rio de Janeiro. Iluminações, músicas e danças aparatosas foram então executadas, durante algumas noites, no Passeio Público, e não faltaram poetas que nessa ocasião se fizessem ouvir inspirados no meio de enchentes de flores... flores vegetais e humanas.

Além dessa, algumas outras festas públicas tiveram lugar no Passeio, do ano de 1786 em diante, e a prova ficou no grande número de lampiões que para aquele fim se guardavam nas duas casas que se levantaram dentro do jardim, como já ficou dito.

Mas essas noites oficiais, embora deslumbrassem a população e lhe dessem fervorosa alegria, eram naturalmente de curta duração, davam ao Passeio Público apenas uma vida artificial e um encanto que não podia ser perene.

Ora, o que mais nos importa conhecer é a vida normal, a animação de todos os dias e de todas as noites que tinha aquele jardim, no tempo a que me refiro.

Quereis, pois, fazer idéia do que era para o povo do Rio de Janeiro o Passeio Público naquela época, e ainda em outras posteriores, a despeito do desmazelo dos governos? Perguntai qual foi a origem da denominação de *Belas Noites*, dada à rua que depois muito prosaicamente chamaram das *Marrecas*.

Aquele nome *Rua das Belas Noites* queria dizer que o Passeio Público fizera o povo do Rio de Janeiro gostar pouco da *lua nova* e aborrecer a *minguante*.

Por quê? Eis aqui todo o segredo desse desamor e desse aborrecimento por aquelas duas fases da lua.

Nas noites de brilhante luar, dirigiam-se alegremente para o Passeio Público numerosas famílias, galantes ranchos de moças, e por consequência, cobiçosos ranchos de mancebos; e todos, depois de passear pelas frescas ruas e pelo ameno e elegante terraço, iam, divididos em círculos de amigos, sentar-se às mesas de pedra, e debaixo dos tetos de jasmims odoríferos ouviam *modinhas* apaixonadas, e *lundus* travessos, cantados ao som da viola e da guitarra, rematando sempre esses divertimentos com excelentes ceias dadas ali mesmo.

Toda essa multidão contente e festiva tomava de preferência, para chegar ao Passeio Público, a rua que ficava e fica fronteira ao portão do jardim. A lua *crescente* ou *plena* brilhava no céu. Os grupos docemente ruidosos de moças sucediam-se uns aos outros ao longo daquela tão curta como afortunada rua. Os cantos soavam. Sentia-se o prazer geral no concurso de todos para os mesmos inocentes gozos. Oh! que nome quereis que fosse dado a essa rua? Que outro nome mais bem cabido do que o "*das Belas Noites*"?

E como essas famílias, aquelas moças e aqueles mancebos deixariam de desamar a lua *nova*, e aborrecer a *minguante*, que eram as fases da lua menos propícias às suas suspiradas reuniões no jardim?

Conversai com os nossos velhos, e ouvi-los-eis falar das suas agradáveis noites e das afamadas ceias do Passeio Público com mais entusiasmo do que vós outros falais do vosso *Cassino*, do vosso *Clube Fluminense*, dos vossos jantares do Jardim Botânico, das vossas festas de hoje, enfim, tão descoradas e tão fatigantes à força de serem tão cerimoniais e tão calculadas.

E, notai bem, quinze dias, ou antes, quinze noites pelo menos em cada mês, havia no Passeio Público festa do povo, alegria do povo, reunião de famílias, cantigas de moças e de mancebos, conversações animadas de velhos e velhas, versos lidos ou improvisados por poetas ou simples cultivadores do Parnaso, amores puros nascidos ao som de suas cantos, confiança e contentamento de todos, ruído, aplausos, risadas, movimento e nunca uma desordem, e jamais um desaguisado, e ainda menos um arrependimento e remorsos. O véu da noite ali não favorecia o vício, somente facilitava os santos gozos da virtude.

E, entretanto, não apareciam lá para manter a ordem nem subdelegados, nem inspetores de quarteirão, nem permanentes, nem pedrestres. Até aí não tinha ainda florescido na cidade do Rio de Janeiro o célebre Vidigal, que foi o *tutu* do seu tempo.²⁸ Passava-se perfeitamente sem as providências da polícia. Não havia desordeiros, porque subsistiam os antigos costumes do povo, e, apesar do governo absoluto, o povo tinha moralidade.

A satisfação naquelas noites era geral, e as noites faziam talvez esquecer os dias. Os gozos puros eram de todos e para todos; creio mesmo que as freiras da Ajuda passariam horas inteiras às grades das janelas do seu convento, estendendo os olhos ávidos para apreciar com eles, e de longe embora, os inocentes prazeres da terra que eram negados a elas, pobrezinhas, a pretexto de que poderiam arredar os seus pensamentos do Céu.

Ainda bem que nesse tempo os frades do Carmo não moravam ainda a poucos passos do Passeio Público, como depois tiveram de ir morar. Aliás, duvido que resistissem com paciência àquele martírio de Tântalo de que puderam triunfar as freiras da Ajuda. Porque, enfim, os frades não são freiras, e às vezes têm suas fraquezas e cedem à tentação do Diabo, que em regra geral é mais feliz, tentando os homens do que as mulheres.

Foi uma verdadeira pena que esse contentamento do povo da cidade do Rio de Janeiro não se fizesse sentir sempre o mesmo, inalterável, até o fim do Governo Luís de Vasconcelos. Infelizmente, porém, a

28 “Célebre oficial de polícia cuja atividade, zelo e muitas vezes despótica sem cerimônia, deixaram uma fama que dura até hoje.” – Nota do autor.

conjuração de Tiradentes em Minas Gerais, denunciada em março de 1789 ao visconde de Barbacena, veio dar motivo a toldarem-se e enegrecerem-se os últimos tempos do vice-reinado daquele notável administrador do Brasil.

Luís de Vasconcelos mostrou na perseguição dos conjurados a mesma energia e fervoroso empenho de que dera provas em todos os outros atos de sua administração. Multiplicou os *segredos*, não abriu um só instante o coração à piedade, turvou o seu espírito com a suspeita, e procurando todos os vestígios e todas as possíveis ramificações da conspiração de Minas, encheu a cidade do Rio de Janeiro de receios aterrorizantes.

A mão pesada do absolutismo ergueu-se terrível e vingativa. Tremeram a um tempo inocentes e culpados. O povo não se lembrou mais de folgar e de rir, e as flores do Passeio Público logo começaram a murchar.

E ainda mais que o sucessor de Luís de Vasconcelos e Sousa mostrou sempre ser mais um vice-rei de espinhos do que um vice-rei de flores.

D. José Luís de Castro, conde de Resende, era um homem desconfiado, melancólico, violento e caprichoso, e, portanto muito naturalmente, deu pancadas de cego com a sua bengala de vice-rei.

Estreou no seu vice-reinado recebendo o sinistro festejo de uma iluminação de mau agouro; porque, apenas alguns dias depois de ter tomado posse do Governo do Brasil, ardeu toda a casa em que a câmara municipal celebrava as suas sessões, e que era na mesma praça do palácio em frente a este, no correr das casas dos Teles, ficando exatamente na esquina da atual rua do Mercado. O fogo que consumiu a casa devorou também o arquivo municipal, escapando somente os livros e papéis que por casualidade se achavam em poder do Escrivão da Câmara e do Juiz de Fora.

O povo, que já andava triste, viu naquele incêndio um presságio funesto, e o conde de Resende pareceu tomar a peito verificar o presságio.

O novo vice-rei foi uma verdadeira praga que caiu sobre a cidade do Rio de Janeiro. Além dos males que fez, destruiu ou amesqui-

nhou os benefícios que achou feitos. Dissolveu a academia científica criada sob os auspícios do marquês de Lavradio e perseguiu duramente os seus membros. Desprezou completamente o Passeio Público, fundado por D. Luís de Vasconcelos, condenou-o a um abandono que o foi arruinando pouco a pouco, e julgou-se, talvez por estes e muitos outros fatos semelhantes, um administrador modelo.

E o pior é que têm aparecido bastantes cópias desse modelo fatal!

O Passeio Público do Rio de Janeiro entrara, portanto, definitivamente, em uma época de decadência.

D. Fernando José de Portugal, depois marquês de Aguiar, sucessor do conde de Resende, nenhuma providência tomou a favor do infeliz jardim público, e nem ao menos socorreu o coqueiro de mestre Valentim, que se ia desganhando e quebrando, e fazendo convencer a todos que os governos desmazelados são mais funestos do que os mais desabridos furacões e as mais furiosas tempestades.

A D. Fernando José de Portugal sucedeu no vice-reinado do Brasil, D. Marcos de Noronha de Brito, conde dos Arcos, a quem também o Passeio Público não ficou devendo grande coisa. Este vice-rei limitou-se a substituir por um busto de Diana em mármore o famoso coqueiro, que assim perdeu o domínio da cascata.

A chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, não mudou a fortuna adversa do Passeio Público. Antes, deu lugar a que se concebesse a idéia de se lhe opor um rival, e de feito, mandaram-se encetar os trabalhos necessários para ser transformada em um jardim público uma parte do campo então chamado de Santana. O pensamento era louvável e utilíssimo, sem dúvida; mas os cuidados que por algum tempo mereceu o novo passeio em projeto não deviam fazer olvidar o passeio antigo já pronto e estimado do povo.

Não quero, porém, deixar de fazer completa justiça ao governo dessa época: se ele não cuidou suficientemente, se não fez renovar-se as tardes amenas e as belas noites do Passeio Público, ao menos não desprezou este estabelecimento, como os últimos vice-reis o tinham desprezado.

Dois fatos servem para demonstrar a minha proposição.

Encontrava-se naquele tempo o ilustre carmelita Frei Leandro do Sacramento, que era um fluminense notável por sua ilustração e um naturalista muito distinto, dando lições de botânica no Passeio Público, em um *edifício oitavado muito elegante* (diz o Padre Luís Gonçalves dos Santos), que para esse fim ali se construiu do lado do largo da Lapa.

Se o edifício oitavado é um dos que ainda se acham no Passeio, protesto contra a idéia da elegância. Fosse, porém, qual fosse, aplaudo a criação daquela aula de botânica, onde o nosso Frei Leandro contava a história do reino vegetal à sombra das árvores e no meio das flores.

Foi uma aula de botânica que deu alguns excelentes discípulos, que depois vieram a ser mestres. O Brasil perdeu, ainda há poucos anos, um deles no Dr. Joaquim José da Silva.

Em 1817, reconheceu-se que o terraço do Passeio Público se achava tão arruinado pela violência dos embates das ondas, que não era mais possível adiar a sua reconstrução. Tornara-se indispensável pagar a incúria dos últimos governos com uma despesa avultada.

Meteram-se mãos à obra.

O terraço teve de passar por uma reforma geral e completa, e conseqüentemente foram sacrificados os pavilhões quadrangulares, e com eles as Estátuas de Apolo e de Mercúrio de Mestre Valentim e os delicados trabalhos de conchas, penas e escamas do Mestre Xavier.

É verdade que, segundo escreveu o Padre Luís Gonçalves dos Santos nas suas *Memórias do Brasil*, “*espera-se que os novos mirantes que se haviam de levantar tivessem os mesmos ornatos que os antigos*”. Mas, também, é verdade que essa lisonjeira esperança não se realizou, e até perderam-se os vestígios das Estátuas de Valentim e dos pássaros e dos peixes do Xavier das Conchas.

A reforma tinha sido, por certo, determinada com a melhor intenção. Como se vê, porém, acabou do modo o mais triste, com a profanação da arte.

No terraço ficou somente intato o *menino que segurava o cágado*. Talvez merecesse então piedade por ser criança. Mas, coitadinho! Coube-lhe mais tarde uma sorte igualmente lamentável.

Tais foram os dois fatos que marcaram no Passeio Público do Rio de Janeiro aquela época, que, aliás foi de tanto progresso para o

Brasil: uma aula de botânica que pouco tempo durou, e que ainda assim produziu excelentes frutos, e uma reforma que se pareceu muito com aquelas emendas que saem piores do que sonetos.

Decididamente, desandava a roda da fortuna para o Passeio Público; porque nem lhe valeram a declaração da independência do Brasil e o grau de capital do novo império assumido pela cidade do Rio de Janeiro.

As *belas noites* estavam de todo esquecidas. A rua que aquele nome tivera já desde alguns anos se chamava das *Marrecas*, em honra da fonte onde a água corria dos bicos de cinco marrecas de bronze. Essa fonte, porém, nem mesmo era uma novidade, porque a data da sua construção coincide com a do Passeio Público. A mudança do nome da rua teve, pois, outro motivo, que não foi senão o arrefecimento do amor pelo Passeio Público, em consequência do abandono em que este caiu desde o tempo do conde de Resende.

Os três últimos vice-reis do Brasil tinham conseguido vingar a *lua nova* e a *lua minguante* do desamor e do aborrecimento com que o povo as ultrajava. Seus nomes devem ser, portanto, lembrados com justa gratidão, no mundo da lua.

Entretanto, os anos foram correndo, e o Passeio Público não se regenerava.

O reinado do primeiro imperador não foi de sensível proveito para esse estabelecimento de recreio público.

A menoridade do Sr. D. Pedro II ainda menos. Creio que a única obra que então se fez no Passeio foi a substituição do gradil de taquaras que cercava os maciços por grades de ferro mandadas colocar pelo ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, se não me engana a memória. Se outras obras se executaram, foram tais que não valem a pena lembrar-se.

Ah! Não. Ainda há uma grande obra e um grande anúncio oficial que não devem ficar esquecidos.

A obra consistiu em mandarem-se arrancar as armas de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que no Passeio Público recordavam e perpetuavam a lembrança do seu fundador.

Que idéia sublime! Mas, para tornar esquecido esse relevante serviço prestado por aquele vice-rei, era melhor mandar destruir o Passeio todo. E nem assim! Porque a história da pátria subsistirá, e não há poder humano que a destrua.

O anúncio oficial foi talvez ainda mais curioso.

Tinha soado a hora fatal para o menino *útil inda brincando*.

Um dia deu-se por falta do *menino*, e debalde o procuraram.

O pequeno não se escondera para fazer travessura à vontade, como criança que era: não batera as asas nem fugira, apesar de o ter feito alado Mestre Valentim.

Nada disso: o pobre menino, com o seu cágado e a sua faixa, tinha sido vítima de um roubo.

E que fez em tal caso o governo? Anunciou que “*quem quisesse fazer outro igual e mais barato se apresentasse na administração das obras públicas*”.

O anúncio era inspirado pelo mais santo amor da economia. Mas, nem o próprio governo sabia o preço por que pagara Luís de Vasconcelos aquele menino que acabavam de roubar. Entretanto, a questão era da maior transcendência financeira, e cumpre que aquele anúncio fique registrado nos anais da história.

E lá se foi o pobre menino!

Além do ladrão, ainda alguém mais ganhou com esse fato escandaloso: foi Andrew Grant, que, na sua *História do Brasil*, confundiu com um *passarinho o cágado* que o menino segurava. Depois do roubo de que falo, podia muito bem Andrew Grant sustentar que o cágado, que vira e estudara, tinha asas como um pato e voava como uma andorinha.

A declaração da maioria do Sr. D. Pedro II veio abrir uma época nova para o Brasil. Então o Passeio Público mereceu durante algum tempo mais desvelada atenção.

Em 1841, o Coronel Antônio João Rangel de Vasconcelos, sendo inspetor das obras públicas do município da corte, não pode tolerar com a paciência, de que outros deram exemplo, o quadro lastimável do Passeio Público, e determinou melhorá-lo.

Faltavam os recursos para grandes trabalhos. Mas Rangel de Vasconcelos tinha um coração patriota e o patriotismo tem o dom de vencer todos os embaraços, quando se trata de servir ao país.

Entendendo-se com o ministro do Império, o dedicado inspetor das obras públicas empreendeu obras na verdade dispendiosas, e com sobras de outras verbas do serviço público, pôde realizar notáveis melhoramentos.

O terraço foi convenientemente melhorado e mostrou-se guarnecido por uma bela cortina entremeada de assentos paramentados de mármore e azulejos, e interrompida simetricamente por excelentes grades de ferro. Diversos ornatos aumentaram-lhe ainda a elegância.

Os antigos pavilhões quadrangulares, já destruídos em 1817, foram substituídos por dois torreões octogonais. Mas, neste ponto, foi enorme a diferença que se notou entre a obra do século passado e a que se efetuou em 1841. Em seu interior, os torreões são pintados a óleo, fingindo mármore, e nos tetos de ambos aparecem as armas nacionais, e... eis tudo.

Ah! Mestre Valentim! Ah! Xavier das Conchas!

Rangel de Vasconcelos, tendo de renovar a varanda do Passeio Público, quis render uma simples homenagem aos antigos pavilhões, levantando os dois torreões, porque lhe faltaram os meios pecuniários para dar aos pavilhões do Xavier das Conchas sucessores dignos deles.

Creio que, se nisto andou errado o patriotismo, ainda pior se houve no governo em 1817, e que melhor fora que este tivesse conservado intactas, e ainda mesmo com todas as suas rugas de velhice, aquelas obras do Xavier das Conchas.

Rangel de Vasconcelos restaurou no Passeio Público as armas de D. Luís de Vasconcelos que tinham sido arrancadas, fez aparecer igualmente a efígie de D. Pedro III e D. Maria II, conseguiu fazer voltarem a seus competentes lugares a *Diana*, o *Júpiter*, o *Mercúrio* e o *Apolo*, que dantes figuravam no Passeio e, enfim, apresentou no antigo posto um novo *menino útil* com o inseparável cágado, e com sua faixa e a sua divisa.

Se este *menino é igual* ao antigo e saiu *mais barato*, não sei.

Ao engenheiro Rangel de Vasconcelos deve, pois, a cidade do Rio de Janeiro, além de outros, esse importante serviço. Como, no entanto, ele não teria melhorado o Passeio Público, se o governo não lhe permitisse fazê-lo e não lhe desse ordens para isso, pertence também ao

governo de então boa parte da glória que por esses trabalhos e por esse nobre empenho coube a Rangel de Vasconcelos.

Mas, quando um governo realiza uma obra dessas, descansou no sétimo dia, depois de ter nos seis anteriores criado o universo: o governo pode bem descansar no fim de longos meses de trabalho.

E o governo não só descansou como também dormiu a sono solto a respeito do *Passeio Público*. Dormiu... dormiu... e dormiu.

Até que acordou, em 1860.

IV

A administração pública do Brasil tem desde muito provado com a lógica irresistível dos fatos um erro gravíssimo em que se acham incursos todos os gramáticos e lexicógrafos. Porque estes senhores pretendem que *amanhã* quer dizer *no dia seguinte, no dia imediato*, e ela em oposição foi e vai constantemente demonstrando que *amanhã* significa um período indeterminado, que se pode estender por muitos anos, e mesmo algumas vezes até às calendas gregas.

Querem alguns que as honras de tão importante descoberta não pertencem à administração pública, e somente à sonolenta preguiça, que foi quem fez o belo achado em uma hora deleitosa em que dormia nos braços do desmazelo. Mas, ainda protestam outros, dizendo que foram os devedores insolúveis que ensinaram essa lição sublime, que tanto desespera os credores.

Como quer que seja, a *significação administrativa* que acabei de fazer notar tem infelizmente o defeito de arruinar muitas coisas já feitas, de deixar em meio outras que se deviam acabar, e de esquecer ainda outras que era necessário que se fizessem.

O Passeio Público do Rio de Janeiro é um exemplo tristíssimo desse defeito da significação administrativa dada à palavra *amanhã*.

Tendo caído em completa deslembração, o Passeio Público pedia compaixão com a voz suave das brisas que murmuravam com as folhas de suas árvores, bradava socorro com a voz irritada das ondas que rebentavam nas pedras defensivas do seu terraço, e a administração pública respondia sempre *amanhã! amanhã!* – o que significa um período

indeterminado que se pode estender por muitos anos, e mesmo algumas vezes até às calendas gregas.

Está visto que sendo assim, não havia razão de queixa. Não era a administração pública que se descuidava, era o *amanhã* que não chegava.

Mas em resultado, o descaimento e a ruína do Passeio Público do Rio de Janeiro chegaram a tais proporções nos últimos anos, que a todos surpreendia ver o abandono em que se deixava o único lugar de refrigério público da capital do império.

Esse lamentável e repreensível abandono foi perfeitamente pintado em um ligeiro epigrama que ouvi a um amigo meu que, tendo partido para a Europa em 1852, chegara de volta ao Brasil em 1860.

Passeávamos juntos, eu e o meu amigo, naquele jardim público, alguns dias depois da sua chegada ao Rio de Janeiro.

– Que me dizes do nosso Passeio? – perguntei-lhe.

O meu amigo sorriu e respondeu-me:

– Na véspera da minha viagem para a Europa vim aqui, e vi à entrada do Passeio um gato morto. Estive no velho mundo oito anos, voltei, e hoje encontrei ainda o mesmo gato morto no portão do Passeio.

Com efeito, não podia ser maior o desleixo.

Um dia de chuva era de sobra para ficarem encharcadas muitas ruas do Passeio.

Os maciços estavam cobertos de capim e de ervas ruins, e as árvores de parasitas.

As grades dos jardins achavam-se despedaçadas.

Árvores preciosas e delicadas amesquinhavam-se e iam morrendo abafadas por outras que pouco ou nenhum merecimento tinham.

Dois pequenos tanques octogonais com pilastrinhas de mármore servindo de repuxos, que havia nos primeiros maciços da rua principal, e que não sei em que época foram feitos, estavam, um quase de todo, e o outro completamente aterrados, destruídos e ambos tão escondidos por debaixo de uma vegetação daninha que ninguém deles dava fé.

Os dois outros também pequenos tanques, de cujo seio nasceram as pirâmides, mostravam-se cobertos de verde limo e ofereciam um aspecto repugnante.

As belas grades de ferro do terraço, carcomidas pela ferrugem, davam testemunho da incúria da administração pública, que para não gastar com elas alguns mil-réis por ano, deixava assim perder muitas centenas de mil-réis.

A moralidade pública gemia ressentida no interior do jardim.

Perto da pirâmide – Ao Amor do Público – arranjava-se uma casinha de tábuas e coberta de zinco, onde se vendiam café e sorvetes; tudo, porém, com uma tal negligência, com exterioridades tão repulsivas, que o café e os sorvetes, em vez de excitar o desejo, provocavam o enjôo.

E fora do jardim, aos pés e aos lados do terraço, de dia e de noite, o ar se empestava com exalações pútridas provenientes dos despejos que se faziam.

É triste dizê-lo: tudo isso, porém, é absolutamente a verdade.

E o único desses sinistros sinais de abandono que se podia apontar como antigo era o abuso inqualificável dos *despejos* feitos na praia vizinha do Passeio Público.

Um notável viajante já tinha, em época muito anterior, tomado nota dessa triste prova de desmazelo municipal.

M. Abel du Petit Thouars, que saíra de França em dezembro de 1837 na fragata *Vênus*, para fazer uma viagem à roda do mundo, chegara ao Rio de Janeiro, e visitando o nosso Passeio Público, escrevera em sua carteira pouco mais ou menos o seguinte:

“O lugar seria delicioso, se na praia contígua não se fizessem despejos imundos, o que aliás se observa em todas as praias da cidade.”²⁹

A *Vênus* do viajante francês fugiu, de certo, espantada das vizinhanças do nosso Passeio Público. Mas, a nossa câmara municipal,

29 V. *Du Petit-Thouars no Rio de Janeiro*, *Revista Marítima Brasileira* de novembro-dezembro de 1841 e março-abril de 1941.

nem com o espanto da deusa dos amores procurou destruir o abuso repugnante que afeava a mansão das flores.

Em 1859, a imprensa da capital clamou contra o desprezo em que se achava o Passeio Público, e repetidas vezes procurou despertar a administração, fazendo-se destarte eco das queixas do povo, como lhe ordenava o dever do seu ministério.

Em janeiro de 1860, enfim, uma boa e simpática visita arquiducal veio talvez dar motivo a que o governo voltasse os olhos para aquele estabelecimento público.

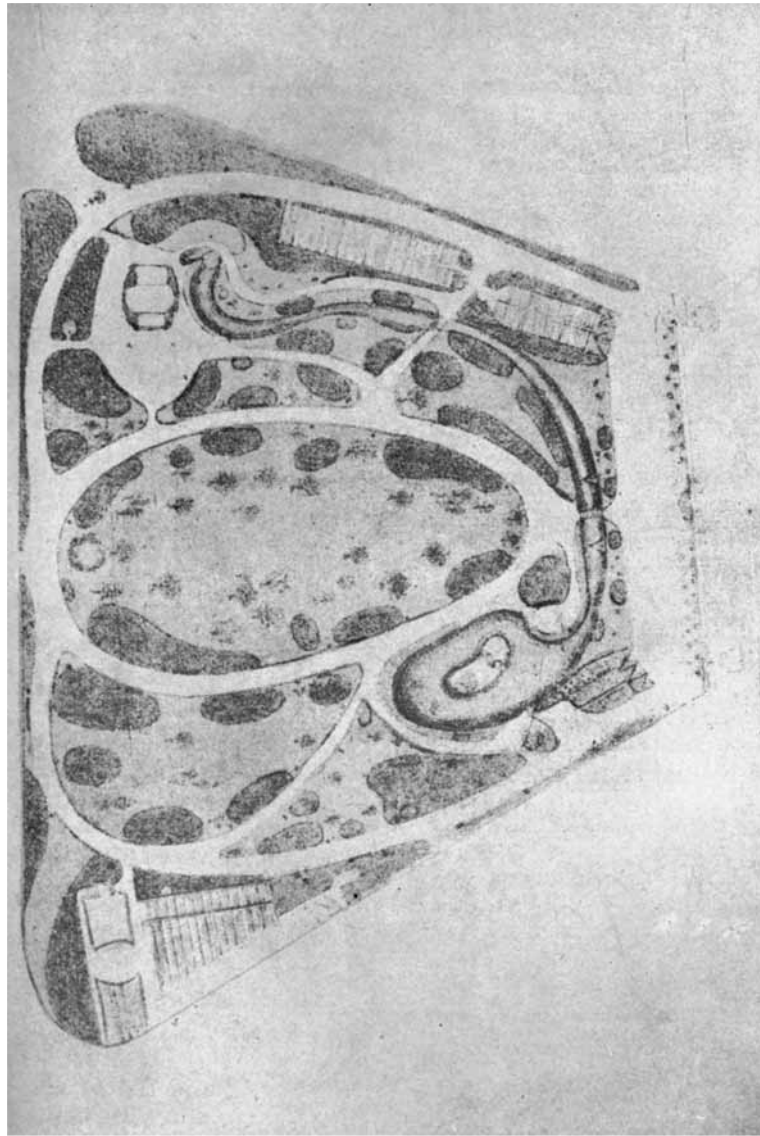
S. M. o Imperador honrava, ainda naquela época, com a sua presença algumas das províncias ao norte do Rio de Janeiro, quando aportou a esta cidade o arquiduque Maximiliano d'Áustria.

Os fluminenses receberam com alegria o príncipe ilustrado que já uma outra vez saudara a bela Niterói, visitara curioso o interior do nosso país, estudara sem prevenções os nossos costumes, e escrevendo em uma obra recomendável as suas observações, de nós se ocupara sempre sem azedume, quase sempre com justeza, e algumas vezes com sinais de estima.

Sem teatros, sem galerias de belas-artes, sem parques, sem monumentos, sem riquezas artísticas que ocupem por momentos a atenção dos estrangeiros ilustres que chegam à nossa capital, nós os fluminenses apelamos para os tesouros da nossa grandiosa natureza, e envergonhados da miséria das obras dos homens, voltamo-nos para o recurso que nos oferece a majestade das obras de Deus, e procuramos dirigir os passos dos nossos hóspedes para os arrabaldes da cidade, onde se encontram ainda objetos dignos de admiração no pouco que nos resta do muito com que a Providência Divina nos dotou.

E assim, nós os fluminenses batíamos palmas de contentamento, quando víamos o príncipe Maximiliano dirigir-se ao alto do Corcovado, à Gávea e à Tijuca, e subir ainda o pitoresco morro de Santa Teresa.

Chegou, porém, um dia em que o príncipe deixou o caminho das alturas, penetrou no seio da cidade, dirigiu-se pela rua das Marrecas, e entrando no Passeio Público, foi subir ao terraço, donde poderia apreciar ainda uma vez a magnificência da nossa baía. Mas, ah! Mal tinha o



Planta do Passeio Público, de acordo com o projeto Fialho, de 1860

arquiduque avançado quatro passes no recinto da elegante varanda, e já com ambas as mãos levava o lenço ao nariz!...

O nosso vexame foi tão grande que um brado geral soou, e o governo não teve remédio senão acordar e olhar para o *Passeio Público*.

O lenço levado ao nariz pelo príncipe Maximiliano d'Áustria serviu de motivo a novos clamores da imprensa, e concorreu no seu tanto para que se determinasse a regeneração do nosso *jardim público*.

O Sr. Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz,³⁰ que ficara na corte encarregado da pasta do Ministério do Império, compreendeu que não se podia adiar por mais tempo a satisfação dos desejos do povo, e convidando para uma entrevista o Sr. Francisco José Fialho, conseguiu que este cidadão se encarregasse da obra da reforma do nosso Passeio.

A escolha do Sr. Fialho foi certamente bem aconselhada. Além de todos os outros dotes que recomendam este nosso patricio, tem ele dado provas de um gosto apurado e de muito amor pelas belas-artes. Em relação ao mister de que se tratava, era já de todos ou pelo menos de muitos, conhecida a importância e merecimento artístico das obras do parque ou grande jardim paisagístico, que ele está fazendo executar em sua propriedade da rua de Monte Alegre, sob o risco e a direção do hábil jardineiro francês o Sr. A. Glaziou, parque ou jardim destinado ao recreio público, como são os *Mabille*, *Chateau des fleurs* de Paris e outros das grandes cidades da Europa.

Não tenho conhecimento do contrato feito pelo governo com o Sr. Fialho; anima-me, porém, a confiança de que este nosso compatriota desempenhará cabalmente a tarefa de que se encarregou, e de que nos dará, com o valioso concurso do excelente jardineiro o Sr. Glaziou, um belo Passeio Público.

Quero dar algumas idéias do que se projeta fazer, e se está com atividade realizando.

30 Barão de Uruguaiana. Fez parte da comitiva de D. Pedro II que assistiu à tomada de Uruguaiana.

A planta apresentada ao governo, e por este aprovada, representa um jardim no gênero inglês, hoje admitido em todo o mundo como o mais natural, o mais livre, e que produz mais agradáveis e completas ilusões.

O antigo sistema de alamedas em linha reta e de maciços regulares e uniformes é completamente abandonado.

O cordel e o compasso não são consultados. O olhar do artista e a ciência da botânica são os grandes instrumentos deste trabalho. Esse olhar que nivela o terreno, destruindo-lhe as ondulações, que cria nele claros-escuros, divaga muitas vezes por muito longe dos limites fixados ao lugar da sua obra; anda procurando perspectivas louças e encantadoras; cobiça os panoramas longínquos, apodera-se deles, liga-os pela arte ao jardim que deste modo parece muito maior, ilimitado mesmo.

O jardineiro-paisagista é rival do paisagista-pintor. Este faz representar em sua tela de algumas polegadas o aspecto de um terreno imenso, vastas planícies entrecortadas de rios, alcantilados montes, vales sombrios, e tudo enfim quanto a natureza criou. Aquele corta, levanta, cava o terreno entregue à sua perícia, planta e semeia onde convém cobrir o solo, ou onde é conveniente esconder o triste aspecto dos sítios; copia em sua obra e obra as obras da criação, aproveita ou improvisa rios e lagos, montes, outeiros, grutas e bosques; mas em sua cópia tudo é palpável, tudo tem a sua vida especial, tudo brilha com as próprias finitas da natureza.

Não pensem que estou poetizando: repetida a lição de um mestre na matéria, e em breve teremos um exemplo deleitoso dessas idéias na reforma no Passeio Público.

Os três pensamentos que devem apresentar-se dominando esta obra são a escolha de árvores e plantas formosas e raras; o cuidado de reunir no limitado recinto do jardim diversos encantos da natureza reproduzidos embora em ponto pequeno; e enfim, a observância esmerada das leis da perspectiva na disposição das árvores, de modo que entre elas os olhos do observador vão espriar-se ao longo e gozar ainda muito além dos limites do Passeio os panoramas admiráveis de sítios pitorescos que aformoseiam a cidade do Rio de Janeiro.

Logo à entrada do jardim, em frente ao portão, se estenderá um grande tabuleiro de relva semeado de árvores e ornado de um pequeno tanque com um repuxo.

Ruas em linhas curvas e de extensões variadas se desenvolverão por todos os lados, e maciços multiplicados, diversos no tamanho e na forma, darão o encanto da variedade, ostentando ainda grande riqueza de árvores ora em grupos, ora isoladas.

Ao lado esquerdo ver-se-á sobre um outeiro um quiosque ou pavilhão rústico, destinado às bandas de música.

Ainda do mesmo lado se mostrará um rochedo artificial, do alto do qual se precipitará uma torrente d'água que alimentará um rio tortuoso, que irá formar ao lado direito do jardim um lago com suas ilhotas habitadas por cisnes.

Não muito longe do rochedo da queda d'água, se lançará sobre o rio uma ponte rústica, e em frente do outeirinho dos jacarés de mestre Valentim, uma outra ponte; essa, porém, de mais custoso trabalho e no estilo Renascença, ou de ferro, e em todo o caso, imponente.

Ao lado direito erguer-se-á um pavilhão imperial.

Algumas estátuas, um lugar de repouso ornado de um rico vaso de Medicis e de plantas estimadas; uma abóbada vegetal, uma gôndola veneziana no lago, bancas de repouso, tabuleiros de relva, e muitas outras obras virão recomendar a reforma do nosso Passeio Público.

Muito me alegra ter ainda de acrescentar que o tanque e o outeirinho dos jacarés será conservado tal qual existe. Apenas se arrancam dentre as pedras algumas plantas ruins que ali vegetam inconvenientemente. Não sei se foi o governo ou o Sr. Fialho que teve essa boa idéia e que nos livrou de testemunhar um crime de lesa-arte; sei, porém, que M. Glaziou, o inteligente e hábil jardineiro, tece os maiores louvores àquele bem acabado trabalho do nosso Valentim, e especialmente admira o primoroso grupo dos jacarés.

Os tanques das duas pirâmides terão de ser melhorados; estas, porém, ficarão intactas e continuarão a mostrar-se como dantes, consagradas *Ao amor do público e À saude do Rio*.

As obras da reforma do Passeio Público vão sendo executadas: com diligência e boa vontade, e nas escavações feitas para se reparar o leito do rio notou-se que, depois de algumas camadas de areia e de barro, se encontra uma terra cujo aspecto e natureza indicam bem claramente que é o fundo da antiga lagoa do Boqueirão.

Em seu começo os trabalhos de que se incumbiu o Sr. Fialho provocaram reparos da parte de algumas pessoas que viram com um pesar bem explicável serem derribadas não poucas das antigas árvores do Passeio Público.

Concebe-se por certo que devia causar uma impressão desagradável o sacrifício de árvores a cuja sombra se descansou tantas vezes em horas de ardente calma. Compreende-se ainda mais aquela impressão dolorosa, quando nos lembramos do nosso clima e de que vivemos em uma cidade nua de árvores e de jardins públicos.

Mas um exame refletido e a observação do que se está fazendo no Passeio Público, devem dissipar os reparos e essa impressão desfavorável.

Primeiramente, desde que foi aprovada a planta do novo jardim e que se entrou na execução deste, tornou-se inevitável sacrificar alguma coisa do que existia, ao sistema que se ia empregar, e parecera a todos, sem dúvida, preferível antes a perda de um certo número de árvores, aliás de pouco valor, à mutilação do plano do jardim e o abandono dos preceitos da perspectiva, que de tão essencial importância se mostram em obras dessa ordem.

Além disso, cumpre notar que as melhores árvores que se mostravam no Passeio Público foram respeitadas. De muitas apenas se cortaram os ramos que amesquinhavam outras mais delicadas e preciosas, que à sua sombra não podiam medrar. Algumas ainda nem mereciam a posição que ocupavam no nosso jardim.

As árvores do Passeio Público cresciam e desenvolviam-se livres de todos os cuidados da arte. Era uma reunião de vegetais-criados sem educação, sem amor e sem direção e escolha regular. Alguns ou muitos dos mais possantes atropelavam e asfixiavam outros quase sempre mais estimáveis. Encontram-se plantas e árvores raras, enfermas e quase mortas, e que hoje se mostram já animadas e cheias de vida.

Observe-se especialmente uma palmeira muito preciosa que, achando-se de um lado abafada por algumas árvores corpulentas e por uma folhagem densa e cerrada, se revoltou contra essa prepotência vegetal e, procurando a luz, que era para ela a vida, dobrou-se toda para o outro lado, perdeu a posição perpendicular em que naturalmente devia mostrar-se e, por amor do sol, apresenta-se hoje inclinada como a torre de Pisa.

Não tenho em mente nem poderia fazer uma descrição completa do novo jardim que se nos prepara. Quis apenas dar uma idéia da obra em que se está trabalhando, e contento-me com o que acabo de dizer sobre este ponto.

Mas, além dessa grande reforma no interior do jardim, consta-me ainda que o Governo vai mandar substituir o triste e pesado muro do Passeio por grades de ferro, que lhe darão muito mais graça, e que então a rua do Passeio, que tem atualmente 45 palmos de largura, roubará ao jardim mais 27 palmos e ficará pelo lado deste flanqueada de árvores que estão em muito bom estado.

Não se deve lastimar essa porção de terreno de que tem de ficar privado o Passeio, pois que com ela se aformoseará a rua que pela frente lhe corre. Mas por que não há de o Governo pagar ao jardim o espaço que vai dele tirar, quando isso tão fácil e tão conveniente parece?

Do canto mais saliente do muro do Passeio até à igreja dos carmelitas há 25 braças e dois palmos, cujo fundo até ao cais orçará talvez por 50 braças. A reunião desse terreno ao nosso jardim público pouco dinheiro deveria custar ao Governo e ao Passeio, que, de tão pequeno e acanhado, daria mais algumas proporções.

É indisputável que seria um grande erro deixar incompleta a reforma do Passeio Público por uma consideração de falsa economia de alguns contos de réis.

Não é somente esse aumento de terreno que deve ser determinado pelo Governo. Há ainda outras despesas que não se podem dispensar.

Por que, por exemplo, hão de ficar no seio do jardim aqueles dois pavilhões octogonais que não têm nem a elegância nem as condi-

ções artísticas necessárias para que se possam achar de harmonia com os trabalhos que vão ser executados? Não é justo substituí-los por outros que melhor se recomendem?

Assevera-se que não se tocará no terraço do Passeio. Mas, neste caso, substituirá aquela grade de ferro enferrujada e arruinada. Era uma grade excelente e a deixaram perder-se por incúria. Agora, porém, está tão estragada que necessariamente deve ser substituída.

E aqueles torreões octogonais das extremidades da varanda ficarão sempre representando um contraste com os dois antigos e quadrangulares em que se extremou o Xavier das Conchas? Pois não há aí algum artista que nos venha provar que se pode fazer alguma coisa naquele gênero arquitetônico, e coisa que feche a boca aos velhos e não os deixe tirar da comparação do seu com o nosso tempo uma consequência que nos obrigue a abaixar os olhos?

As reformas que se fazem por metade, as reformas incompletas foram sempre mancadas e defeituosas. É o caso daqueles janotas caricatos que se apresentam de casaca nova, calça em estréia e botins rotos e chapéu velho e amolgado.

Não perca o Governo o ensejo que se oferece para regenerar completamente o nosso Passeio Público. Desaproveitada, desprezada esta ocasião, quando se apresentará outra?

E o tempo urge. O Sr. F. J. Fialho declarou que a sua tarefa se cumprirá a tempo de ser de novo aberto o Passeio Público no dia 2 de dezembro do corrente ano. A administração pública tem obras a executar ali por sua conta, e se, como deve, tomar a peito ainda outros trabalhos, quais os que acabei de propor, ou há de quanto antes meter mãos à obra ou deixará trancado o portão do Passeio no dia 2 de dezembro, e o Sr. Fialho sem poder cumprir a sua palavra por culpa alheia.

Se o Governo se esquecesse, nesse caso, da significação administrativa dada a *amanhã*, a população da capital ficar-lhe-ia agradecida.

Mas...

Observo agora, e infelizmente bem tarde, que tendo começado este passeio em recordações de anos passados, embora próximos,

acabei-o além dos horizontes que nos separam do futuro, fazendo uma ligeiríssima história do jardim público que ainda havemos de ter.

Passeei por um jardim que ainda não existe!

Transpus os limites que marquei aos meus passeios: abusei da paciência dos bons amigos que me acompanharam neles.

Foi um erro, confesso. Estou arrependido, e imponho-me o castigo de perder o trabalho que tive.

Façam de conta que hoje não houve passeio.

.....

Convento de Santa Teresa

N

I

OS meus anteriores passeios já vos ocupei bastante com a longa história de um palácio e de um jardim. No palácio vimos os grandes da terra, um governador, alguns vice-reis, uma rainha, um rei, dois imperadores, princesas e príncipes; vimos a falange lisonjeira e inconstante dos cortesãos, falange que, à semelhança do mar, tem o seu fluxo e refluxo, porém irregulares e só determinados pelos anúncios da próspera ou adversa fortuna da realeza; ouvimos o ruído das festas e, enfim, também os ecos das entrepitosas lutas políticas que vinham re-tumbar em suas salas.

No jardim vimos o povo, a multidão, artistas ávidos de glória, os folguedos, gozos inocentes, as flores e quadros prazenteiros; ouvimos cantos, testemunhamos os risos suaves da prosperidade, as contrações dolorosas da decadência e a alegria esperançosa da regeneração.

Basta por ora de cenas animadas pelo movimento, pelas sole-nidades e pelo encanto ardente da vida ruidosa do mundo. Vamos pro-curar painéis diferentes e sensações de outra natureza em algum daque-las piedosos asilos onde o silêncio é apenas quebrado pelo brando sus-surro das orações ou pelas harmonias de um coro religioso.

Quero levar-vos hoje ao mosteiro das freiras carmelitas reformadas, ao retiro melancólico das filhas de Santa Teresa.

Vamos, pois, subir tanto quando for preciso aquele pitoresco monte; não vos guiarei, porém, por nenhuma dessas novas ruas que o trabalho inteligente do homem civilizado tem aberto pelas encostas do morro com um declive suave e insensível, e bordado de casas de campo e de jardins galantes. Terei de contar-vos daqui a pouco uma história do passado, que iria mal se fosse referida por entre as flores e as galas da atualidade.

O monte em que está situado o convento que vamos estudar não é mais o que era dantes, nem no nome, nem nas condições, nem no aspecto. Chamou-se *morro de Nossa Senhora do Desterro* desde o princípio do século décimo sétimo; no fim do décimo oitavo, porém, trocou esse nome pelo de *Santa Teresa*, que lhe deu o convento.

No outro tempo – e o outro tempo ainda era apenas há cem anos passados – os grandes da cidade e os negociantes ricos tinham as suas chácaras na então estrada, mais tarde rua de Mata-cavalos,³¹ e em outros sítios vizinhos, e o monte de Nossa Senhora do Desterro era uma solidão imensa, e mostrava-se coberto de florestas onde somente penetravam caçadores animosos a quem não faziam recuar os casos sinistros de ataques de quilombolas.³²

Hoje o morro de Santa Teresa está encravado no seio da cidade, como uma esmeralda em um enorme diadema. É ainda um saudável e desejado retiro, por que o rumor incessante da multidão que remoinha no vale não pode chegar até aos asilos tranquilos de suas alturas, e porque a sua atmosfera deleitosa e pura contrasta com ondas quentes e pesadas do ar que no vale se respira. Não é mais uma solidão como outrora: é ainda um subúrbio da cidade. Mas a cidade quase por todos os lados o cerca, e vai pouco a pouco subindo por ele como uma insaciável conquistadora.

É daquele tempo de outrora que principalmente vos ocuparei. Deixemos, pois, as novas e belas ruas abertas ainda ontem e subamos de preferência pelo antigo *Caminho do Desterro*, que depois se transformou

31 Rua do Riachuelo.

32 Núcleos de escravos foragidos, que se tornavam selvagens.

em *Ladeira de Santa Teresa*, ladeira íngreme, demasiado fatigante e que muito mais penosa seria se, a cada passo que vai subindo, o homem não tivesse ao lado direito um encanto que lhe ocupa o ouvido no murmúrio da corrente da Carioca, que desce pelo encanamento, e ao lado esquerdo mil encantos que lhe disputam os olhos, no quadro formoso e variadíssimo da baía do Rio de Janeiro.

Não temos necessidade de subir muito: o convento de Santa Teresa ali está. Voltai-vos à direita, levantai a cabeça, aí o tendes. Foi um piedoso retiro, e ao mesmo tempo uma prisão tristíssima. É um anacronismo de pedra e cal; mas, também, em todo o caso, foi santa a sua origem, e o mosteiro pode-se dizer a flor mística nascida de uma vocação sublime.

Esperai um pouco: não nos aproximemos ainda do convento. Sentemo-nos em frente dele nestas pedras, e, antes de encetar a sua história, comecemos pela recordação de uma ermida que o precedeu.

Naquele mesmo lugar em que se levantou e ainda hoje se vê o mosteiro das religiosas carmelitas reformadas, existia dantes uma simples e pequena ermida, consagrada a Nossa Senhora do Desterro.

A antiguidade dessa ermida excede a era de 1629. Não se sabe ao certo o ano da sua fundação; ao menos, porém, conservaram as memórias daquela época o nome do bom católico a quem se deveu esse templozinho que se mostrava, no seio do deserto, como um santelmo da fé no meio da solidão tenebrosa. Foi Antônio Gomes do Desterro o fundador da ermida que mais tarde teve de transformar-se em um mosteiro de freiras.

Mas as circunstâncias e motivos que deram lugar à mudança do nome do monte e aos novos destinos da ermida não podem arrancar da história do Rio de Janeiro a sua nobre recordação.

O ano de 1710 gravou naquele sítio pitoresco a lembrança honrosa de um belo feito.

Foi ali, na subida do monte do Desterro, que se postou uma coluna de bravos para disputar o passo aos soldados franceses, comandados por Duclerc, que vinham investindo contra a cidade, e foi ali que esse punhado de valentes fez provar aos audaciosos inimigos invasores uma das primeiras refregas precursoras da sua completa derrota. O sangue

dos guerreiros, que então correu, deixou marcado o teatro de uma ação gloriosa e lavrou a carta de nobreza do monte.

Quatro anos depois, em 1714, alguns religiosos de Santa Teresa, mais conhecidos por frades marianos, vieram da cidade da Bahia à do Rio de Janeiro, com a intenção de estabelecer nesta um convento, e foram hospedar-se na ermida de Nossa Senhora do Desterro.

Em semelhante andar a ainda muito limitada Sebastianópolis ficaria bem cedo mais enriquecida de conventos do que certas cidades da Espanha. Já havia realmente riqueza demais nesse gênero dentro dos muros da cidade de Mem de Sá.

Os habitantes de Sebastianópolis poderiam então sentir falta de tudo, menos, porém, de frades, pois que contavam já quatro casas bem povoadas de religiosos, a saber: o Colégio dos Jesuítas e os conventos de S. Bento, do Carmo e de Santo Antônio ou dos franciscanos. Tão satisfeitos estavam com o que tinham, que não desejavam mais. Receberam, portanto, sem entusiasmo, antes, com desanimadora frieza, os padres marianos, que, sem dúvida, ressentidos de tão grande ingratidão, se fizeram de volta para a Bahia no fim de dois anos, deixando outra vez solitária a ermida de Nossa Senhora do Desterro.

Evidentemente, Santa Teresa não se tinha mostrado muito propícia aos religiosos que com o seu nome se honravam, talvez, porém, que assim procedesse por uma justificável parcialidade pelo seu sexo. Porque já a esse tempo a santa reformadora da ordem carmelitana bem podia do alto do céu estar vendo no berço de uma menina de pouco nascida o cálice mimoso da flor mais pura e fragrante dos seus jardins neste mundo, e nessa menina a predestinada para ser a fundadora de um mosteiro que a ele seria consagrado.

Adivinhais que teve enfim a origem do convento que temos diante de nós, e que vou vos fazer ouvir a história da mulher notável que o fez levantar.

Essa história se apresenta com as proporções de uma lenda, e fala, portanto, mais ao coração do que à razão, e mais à fé do que ao raciocínio. Não é uma tradição popular, que se escuta sorrindo e com disposição prévia para descrê-la; é, nada menos, que uma história autêntica com o testemunho do padre José Gonçalves, que a escreveu e que a devia saber perfeitamente, porque era irmão da piedosa senhora de

quem vou falar, e ainda com o testemunho jurado de frei Manuel de Jesus, religioso carmelita descalço, que foi o confessor dessa mesma senhora.

Baltasar da Silva Lisboa perpetuou nos seus *Anais do Rio de Janeiro* a relação minuciosa da vida, sofrimentos e feitos da fundadora do convento de Santa Teresa, e as freiras desse mosteiro conservam ainda por certo e religiosamente um manuscrito em que com muito detalhe tudo isso se refere.

Deus me perdoe, se estou em erro não acompanhando nem o padre José Gonçalves, nem frei Manuel de Jesus, nem Silva Lisboa, no juízo que fizeram sobre aquela exaltadíssima donzela e na credulidade, a meu ver pueril, que os levou a encher de absurdos e de ridículos episódios a história que escreveram.

A verdade não pode estar nem no sarcasmo do incrédulo que zomba da viva flama de um santo entusiasmo, nem na cegueira de certas crenças que por absurdas se desfazem, ou por grosseiras se rejeitam ao primeiro intuito.

Não posso, não devo tratar deste assunto com ligeireza e tom brincalhão. Terei de falar-vos de um entusiasmo, de uma fé e de uma vocação que se acenderam na alma de uma mulher desde os seus anos de primeira infância. A criança é neste caso veneranda como um velho, e talvez que brilhe nela ainda mais puro um raio da luz divina, porque as crianças são anjos.

Na história da fundadora do convento de Santa Teresa do Rio de Janeiro não me farei eco dos absurdos que li. Mas que razão terei para rejeitar ou cair o que encontrei nela de extraordinário?

A mulher não raciocina fria e vigorosamente como o homem. Sente, porém, melhor, e imagina com mais ardor que o homem. Excedendo-o no sentimento, excede-o por isso mesmo sempre no amor; sobrepujando-o na imaginação, sobrepuja-o por isso mesmo sempre no entusiasmo. O segredo desta superioridade está provavelmente na enervação delicadíssima da mulher.

Dai a uma mulher uma sensibilidade excessiva, o que é fácil pela sua própria organização; levei o seu amor e o seu entusiasmo ao extremo, e vê-la-eis heroína ou inspirada. Heroína, afrontando os perigos

e a morte com o sorriso nos lábios; inspirada, cercando-se de uma aureola sobre-humana, vendo e ouvindo o que não vos é dado ouvir nem ver. Passa-se realmente o que ela vê e ouve? Não podeis, como os filósofos, dizer que sim; mas quem vos autoriza a dizer que não? Apelaís para a razão? Mas a razão humana é limitada, e tudo quanto Deus pode fazer por uma criatura nem vós podeis compreender, nem vos é lícito negar.

Há sem dúvida ilusões filhas do exaltamento da imaginação e do sentimento; mas no meio delas há também a grande verdade que acende o entusiasmo e o amor. Há o arrebatamento da alma em um santo fogo que é a inspiração. Há prodígios que o espírito humano observa e não explica. Há, enfim, mistérios cuja decifração pertence somente a Deus.

A impostura, o charlatanismo e a hipocrisia procuram às vezes arremedar a inspiração. A prudência convida-nos, portanto, a desconfiar do que nos parece extraordinário, e a crítica examina os fatos antes de aceitá-los. Mas, como observa Lamartine, a crítica lança-se por terra diante da sinceridade de uma criança.

Escutai, pois, a história um pouco extraordinária da piedosa fundadora do convento de Santa Teresa.

No ano de 1715, e aos 15 de outubro, exatamente no dia em que a Igreja celebra a festa daquela santa reformadora da ordem dos carmelitas, nasceu na cidade do Rio de Janeiro uma menina que na pia batismal recebeu o nome de Jacinta. Foram seus pais José Rodrigues Aires, natural do Porto, e Maria de Lemos Pereira, natural desta cidade de S. Sebastião.

Desde os mais tenros anos a menina se fez notável por um precoce desenvolvimento de inteligência, por uma fácil e grande percepção, por uma imaginação vivíssima, e naturalmente também por uma esquisita e excessiva sensibilidade. Diz-se que era pálida e bela, e tão nervosa que ainda muito cedo começou a experimentar cruéis sofrimentos que a medicina poderia bem atribuir à exagerada predominância daquele temperamento.

Jacinta, apenas tinha deixado o berço e principiado a compreender o que ouvia, foi logo sujeita a uma educação toda religiosa. Ainda falava mal e já repetia de cor as suaves orações da Igreja, adormecia à

noite escutando lendas e histórias de santos, e de manhã acordava alegre para acompanhar seus pais a ouvir missa. Trazia ao pescoço uns bentininhos com a imagem de Nossa Senhora, que sua mãe lhe dera, dizendo-lhe que por eles ver-se-ia sempre livre de perigos e desgraças.

Entre as lendas que com interesse e prazer ouvia, é provável, ou pelo menos muito possível, que Jacinta tivesse também ouvido a história de Santa Teresa, a santa do dia do seu nascimento, sua advogada de predileção, e por quem chamava sempre que um temor a assaltava ou que uma dor vinha atormentá-la.

Assim, pois, a educação ligava-se com a organização dessa menina para acender-lhe o entusiasmo na alma e o amor no coração.

E o entusiasmo e o amor bem depressa se inflamaram.

Aos oito anos de idade, ou ainda muito mais cedo se se deve acreditar nos padres cujo testemunho lembrei, já era mais contemplativa e meditabunda do que se podia esperar em uma criança. Em suaves visões que a deixavam em prolongados êxtases, via às vezes Nossa Senhora, às vezes Santa Teresa, que lhe apareciam e me falavam.

Quem tem idéia dos costumes e do sentimento dos últimos séculos conceberá facilmente que fora impossível que com as histórias de santos que se contavam à menina não se misturassem também contos sinistros de aparições e perseguições do Diabo, animado pelo desejo de levar à perdição os pecadores a quem tentava.

Naturalmente Jacinta, com imaginação tão exaltada, e ao mesmo tempo com a sua infantil credulidade, teve de tremer mil vezes em face do demônio perseguidor.

Um dia em que voltava da escola, Jacinta sentiu-se arrebatada junto da igreja do Rosário, e imediatamente arrojada e submergida em uma lagoa que perto havia. A pobre inocente nesse dia não trazia ao pescoço os seus bentininhos; fez, porém, o sinal-da-cruz e achou-se logo sobre a água. Bradou por Santa Teresa, que lhe apareceu de súbito na figura de uma menina formosa, e estendendo-lhe as mãos, tirou-a da lagoa.

Mais tarde, era pelo inimigo tentador atirada do alto da barreira do morro de S. Antônio e cruelmente apedrejada. Mas logo salva pela santa da sua devoção.

Em outro dia, cena igual se passava com ela na barreira chamada de Santa Rita, e uma porção de barro que se despegara como que a encerrava em uma sepultura. Ao seu primeiro grito acode Santa Teresa, ainda na figura de formosa menina, que a arranca do abismo e senta-se com ela, fala-lhe, e ouvindo-a lastimar-se da perda de algumas pedras de um broche, corre sobre ele os dedos e de novo lho entrega perfeito e com as pedras que faltavam.

Como esta, muitas outras visões teve Jacinta, e por outros duros casos de perseguição do demônio disse ter passado. Mentia ao dizê-lo? Com que fim e movida por quem? Não havia mentira nem realidade: havia a exaltação das idéias, a imaginação, o entusiasmo criando todo esse mundo em que faziam viver essa menina extraordinária.

À medida que os anos iam passando, aumentava a devoção, multiplicavam-se as visões e os êxtases, demonstravam-se mais fortes os sofrimentos nervosos e começava a mais austera penitência.

Jacinta ainda não era moça, e já com repetidos jejuns e com o tormento dos cilícios se martirizava. Passava de noite longas horas em orações e dava o exemplo de uma angélica paciência, chorando a morte de seu pai sem levar a dor ao desespero. Moça, enfim, e bela, como fora galante criança, nenhum mancebo tocou-lhe o coração, que era somente de Deus. A donzela tinha desde muito escolhido o seu esposo e abraçava-se de amor por ele. Era uma noiva de Cristo, e desejosa de consagrar-se toda ao esposo amado, pensou no retiro religioso em que o amor e os gozos fruem-se em orações e penitências.

Desejou entrar para um convento. A mãe da piedosa donzela opôs-se aos desejos da filha. Criou-lhe obstáculos e dificuldades, negou-lhe a sua permissão e exigiu obediência. Jacinta obedeceu sem queixar-se; mas guardou inalterável e firme a sua resolução e não continuou menos no exercício da penitência a mais austera e constante.

As visões e os êxtases reproduziam-se freqüentemente. Entre outras, uma vez Jacinta viu aparecer-lhe Jesus, curvado sob o peso da cruz, olhando-a com amor, e logo depois, tirando o lenho sagrado para descansá-lo por momentos sobre os ombros dela.

Na razão direta da exaltação do espírito aumentavam também as enfermidades do corpo de Jacinta. Os fenômenos nervosos tomavam

proporções assustadoras que, aliás, se explicavam então, ora pela influência maléfica do Demônio, ora por divinos milagres.

Aos 15 anos de idade a donzela sofreu um acesso nervoso que a deixou em completa insensibilidade e como se estivesse morta durante 48 horas, de modo que as disposições para o seu enterro já estavam tomadas, quando tornou a si.

As notícias de todos esses casos corriam de boca em boca pela cidade, e naturalmente eram exageradas pela imaginação do povo, que começava a considerar Jacinta uma santa, uma escolhida do Senhor.

Não faltou o prestígio do milagre para autenticar a santidade da donzela. Disse-se então, por exemplo, que tendo uma escrava dado à luz uma criança aleijada dos pés, Jacinta a curara e tornara perfeita com o simples e instantâneo contato das suas mãos.

Havia em tudo isso alguns fenômenos sem dúvida admiráveis, de mistura com falsas apreciações, devidas à ignorância e à rude credulidade daqueles tempos. As próprias relações de alguns dos êxtases da donzela indicam bem que ela sofria essa terrível enfermidade a que os médicos dão o nome de catalepsia.

O espírito dos poucos ilustrados observadores, prevenido e dominado pelo encanto do sobrenatural, via menos do que era indispensável para compreender e explicar a verdade dos fatos, e muito mais talvez do que realmente se passava, para encher de absurdos a relação que deixaram.

Jacinta, porém, não era uma hipócrita. Os seus sentidos podiam iludi-la, o seu entusiasmo cercá-la de ficções que lhe pareciam realidades. Mas, do mesmo modo que Joana d'Arc e outras personagens célebres, era sincera, quando referia suas visões e seus êxtases. A sua inspiração produzia maravilhas.

Sobretudo, é digna de atenção e de curioso estudo uma certa semelhança que se encontra nas visões, nos êxtases e nas perseguições do Demônio, que se referem a Jacinta, com o que neste mesmo sentido se encontra na história de Santa Teresa. Fazendo notar esta semelhança, não é minha intenção aplicar à história de Santa Teresa as observações que acabo de escrever a respeito da exaltada ou inspirada donzela fluminense; quis apenas indicar que Jacinta, tendo pleno conhecimento da vida daquela santa podia talvez em suas visões e em seus êxtases repro-

duzir com a imaginação o que já tinha gravado em seu espírito. Como quer que fosse, a virtude imensa da donzela inspirada, a sua reputação e a constância com que guardava o propósito de retirar-se para um convento, não só acabaram por triunfar da oposição materna, mas levaram uma outra jovem a imitar e seguir aquele exemplo. Francisca, irmã de Jacinta, uniu-se a esta por novos laços e marchou pelo mesmo caminho.

As duas irmãs preparavam-se para embarcar em um navio com destino a Lisboa, onde, conforme uma licença obtida, tinham de escolher o convento a que se deviam recolher, quando se tornou impossível a viagem em consequência dos graves resultados de uma queda que deixara Jacinta perigosamente enferma.

Melhorando um pouco, depois de muitas semanas de dolorosos sofrimentos, Jacinta, que não podia ainda vencer a distância que a separava da matriz de sua freguesia, apoiava-se no braço de sua irmã e ia com ela ouvir missa e entregar-se aos exercícios da devoção na ermida de Nossa Senhora do Desterro, onde estavam habitando os religiosos capuchinhos italianos, que ali ficaram até o ano de 1742.

Um dia, voltando da ermida as duas irmãs, adiantaram-se pela estrada de Matacavalos, e por acaso notaram uma antiga chácara que nesse lugar havia, e que se denominava da Bica. A chácara estava abandonada e sem cultura, a casa em completa ruma; o sítio, porém, era então solitário e recomendou-se muito às religiosas donzelas por ser contíguo ao monte de Nossa Senhora do Desterro e vizinha à ermida.

Jacinta mostrou grande empenho por aquela chácara, e vencidas algumas dificuldades, obteve-a mediante a intervenção de seu tio materno Manuel Pereira Ramos, que a comprou ao tenente-coronel Domingos Rodrigues Távora, seu proprietário.

Que pretendia fazer Jacinta? Qual era o seu pensamento? Ninguém o adivinhou talvez.

Corria o ano de 1742, quando isso se passava; e no dia 25 de março, Jacinta, chamando para junto de si o padre José Gonçalves, seu irmão, confiou-lhe um projeto que devia ser por ela em breves horas realizado e que até então cumpria ficasse abafado em profundo segredo. O padre habituado a considerar a irmã uma serva querida de Deus, respeitou esse segredo religiosamente. Na madrugada do seguinte dia, Jacinta saiu, acompanhada do padre José, dirigiu-se à ermida de Nossa Se-

nhora do Desterro, onde ouviu missa, confessou-se e comungou, e de volta seguiu para Matacalvos, e entrando na casa arruinada da chácara, disse para sempre adeus aos lares paternos e ao resto do mundo. O único tesouro que trouxera consigo fora uma imagem do Menino-Deus. Mas na casa não encontrou nenhum nicho, nenhum oratório. Não se desconsolou por isso. Com a auxílio do padre José, improvisou junto de uma parede um altar provisório, feito de varas convenientemente dispostas e ornado de flores e de ervas odoríferas que ela foi colher perto de uma fonte que no quintal havia. Foi aos pés desse altar singelo e rude, mas certamente agradável ao Senhor, que Jacinta rezou as suas primeiras orações naquele retiro. Levantando-se no fim de uma hora, abraçou seu irmão repetiu-lhe as últimas despedidas que o encarregava de levar a seus parentes e amigos, e pediu-lhe que dissesse a sua irmã que da sua vontade dependia vir, se quisesse, encontrá-la e acompanhá-la naquele abrigo ameno e puro que do mundo a separava.

Jacinta não tinha esquecido sua irmã, quando tomara a resolução de retirar-se perpetuamente para o asilo que preparara. Muito escrupulosa, porém, não queria que por sua influência direta Francisca desse um passo que só a mais decidida vocação devia determinar. Queria esperar pela irmã, e não conduzi-la.

Francisca não tardou em mostrar-se ao lado de sua irmã. Logo no dia seguinte o padre José Gonçalves a veio trazer ao retiro do Menino-Deus.

As duas irmãs, arrancando-se aos tumultos da cidade, aos gozos do lar doméstico e ao amor dos parentes para viver na solidão e no silêncio, para entregar-se mais livremente à penitência e para consagrar suas almas só ao amor de Deus, quiseram até esquecer seus nomes de família, tomando outros que já eram do Céu.

Assim, do ano de 1742 em diante, chamaram-se essas piedosas donzelas Jacinta de S. José e Francisca de Jesus Maria.

II

Por mais que se esconda no seio profundo do bosque, a baunilha se anuncia ao longe pelo ativo perfume que em torno derrama, e de que as auras que passam voando levam as asas embalsamadas. O retiro a que se acolhe às vezes a virtude, a modéstia com que esta se furta à admiração do

mundo, não a ocultam jamais tão completamente que além dos muros de um e dos véus da outra não se faça sentir a sua fragrância celeste.

A casa arruinada da *chácara da Bica* tinha-se tornado objeto do mais vivo interesse e de veneração para os habitantes da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: nela se asilavam as duas flores precursoras do Carmelo brasileiro.

A fama das virtudes das duas exemplares donzelas, e especialmente a reputação de santidade que sem o pensar havia adquirido Jacinta de S. José, transformaram aquele velho e humilde teto em um recolhimento prestigioso, santificado pelas orações e aplaudido pelos anjos.

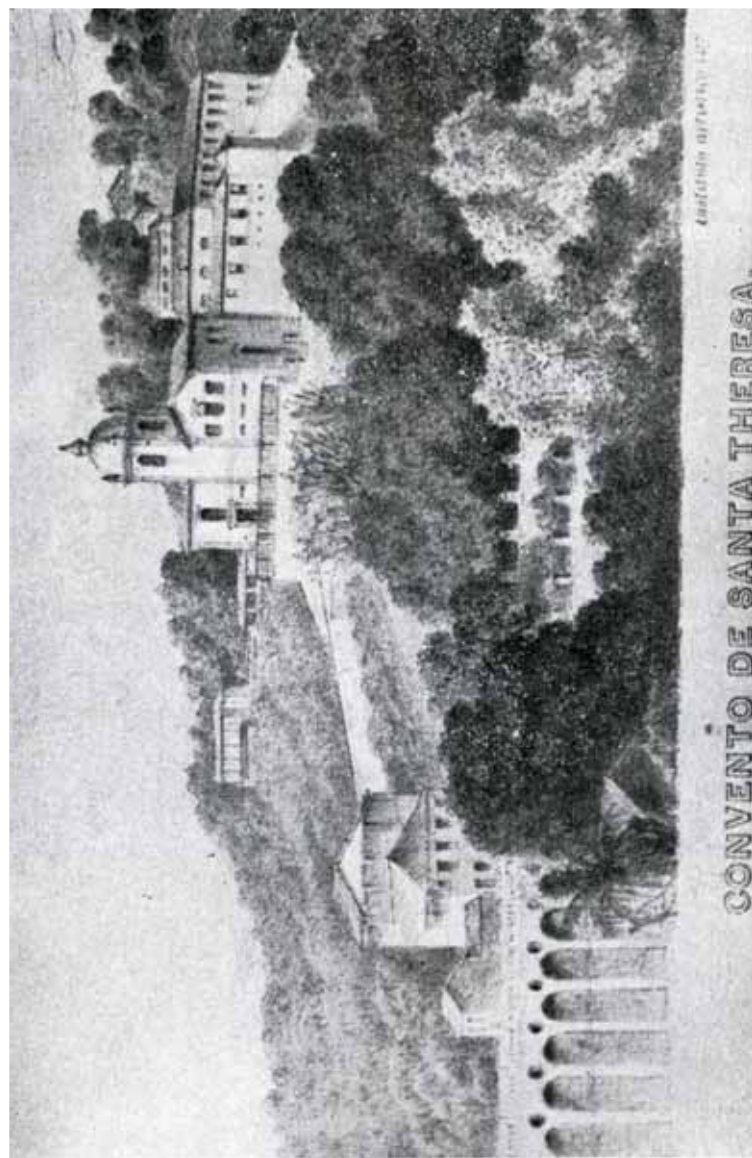
Ninguém via as duas religiosas, à exceção do padre José Gonçalves e do confessor que as dirigia; ouviam-se, porém, as suas vozes, entoando cantos e rezando o ofício de Nossa Senhora.

Depois de terminadas algumas obras indispensáveis para tornar verdadeiramente habitável a casa arruinada, Jacinta determinou fazer levantar ali mesmo uma capela consagrada ao Menino Deus. Sentia que lhe faltavam recursos para realizar um tal empenho. Contando, porém, com o auxílio da Providência, vendeu algumas jóias que possuía e com o produto delas ousou encetar a construção da capela.

Era então governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade, depois conde de Bobadela; e sabendo ele do que se passava, e vindo no conhecimento de que o bispo d. frei João da Cruz tinha dado autorização para aquela pia e modesta obra, quis também ter nela a sua parte e concedeu uma subvenção mensal, que junta às esmolas dos fiéis, facilitaram a Jacinta de S. José e a Francisca de Jesus Maria os meios de executarem o seu pensamento.

Os trabalhos progrediam com uma atividade infatigável. Os operários aproveitavam todas as horas do dia, e à noite, ao clarão do luar, os curiosos viam os vultos brancos de duas mulheres silenciosas que sobre seus ombros carregavam pesadas pedras para junto das paredes que se levantavam. Eram elas as duas irmãs que esqueciam o cansaço, e o sono, e a delicadeza do seu sexo, levadas pelo desejo ardente de verem mais depressa acabada a sua capela.

Em 1743, no dia de S. Silvestre, o cônego doutoral Henrique Moreira de Carvalho, com autorização do bispo, benzeu a nova capela, e



no dia da Circuncisão do Senhor, do ano de 1744, as duas irmãs vestidas de capas e saias pardas, e com um véu preto na cabeça, receberam ali o pão dos fortes.

Do lado do Evangelho, sobre o presbitério da capela, Jacinta fizera colocar um postiguinho com o seu raio de folha, e ainda um pano que impedia a vista, para servir de confessionário.

Esta capela subsiste ainda hoje, e encontrá-la-eis na rua de Matacavalos, entre as do Lavradio e dos Inválidos. Se quiserdes visitá-la, entrareis por um simples portão em um pátio de triste aspecto. No fim do portão achareis uma varanda que não menos triste vos parecerá. Da varanda passareis à capela de limitadíssimas proporções. Vereis sobre o presbitério dois velhos postigos; sobre o altar a imagem santa do Menino Deus; para trás do altar, e do lado do Evangelho uma portinha baixa e estreita que se abre para a sacristia pequenina e acanhada, como o corredor de uma casa humilde.

Não gastareis na vossa visita mais de dez minutos, e voltareis desagradavelmente impressionados pela pobreza ou quase miséria em que se deixa a capela do Menino Deus, e pela ruína que a ameaça e que nos ameaça de perder nela, além de um puro e sagrado seio de orações, um teto histórico e recomendável por suavíssimas recordações, e por um passado cheio de mística poesia.

No Brasil ainda não começou a demonstrar-se verdadeiro empenho em conservar igrejas, capelas, simples casas ou simples objetos que se recomendem por algumas recordações históricas. Destruímos esses tesouros do passado sem dó nem piedade, e quando os não destruímos, deixamos que o tempo os destrua sem nos lembrarmos de que há uma espécie de indiferença que um pouco se aproxima do vandalismo.

A capela do Menino Deus parece condenada por essa fatal indiferença, e nem lhe vale o sentimento religioso, que a devia defender.

Praza ao céu que estas minhas palavras consigam despertar o zelo que dorme, e fazer com que apareçam alguns católicos dedicados que auxiliam os últimos devotos que ainda não abandonaram aquele humilde, mas sagrado teto.

A capela do Menino Deus nunca chegou a ser o jardim do Carmelo brasileiro. Ali, porém, nasceu e foi acariciada, cultivada e forta-

lecida a idéia da fundação do primeiro convento de carmelitas descalças no Brasil. Ali passaram oito anos as duas irmãs em solidão completa, sós e sem saudades do mundo. Ali sofreu Jacinta duros martírios, multiplicando-se extraordinariamente os seus padecimentos nervosos e as lutas com o Demônio, e ali também ela fruiu gozos celestes do amor divino nas suas visões admiráveis e no embevecimento de uma devoção profunda. Ali enfim, novas irmãs e novas esposas de Cristo foram encontrá-la mais tarde, atraídas pelo encanto da virtude e da religião.

A primeira que bateu à porta do recolhimento do Menino Deus foi Rosa de Jesus Maria, que se acolheu àquele retiro aos 15 de março de 1748. Mas, a 14 de julho do mesmo ano, Francisca de Jesus Maria saía pela mesma porta para entrar pela do Céu.

A irmã de Jacinta morreu com a mais perfeita contrição: morreu sorrindo, como se saudasse a hora do seu triunfo. No meio de aflições dolorosas que precederam ao seu pensamento, adivinhou-se-lhe o padecer, mas não se lhe ouviu uma queixa; e dizendo-lhe o confessor que podia gemer para desafogo da dor, ela entreabriu os lábios e murmurou somente: “Ai, meu Deus!”

Refere a crônica fenômenos surpreendentes que se observaram nessa piedosa donzela ainda depois de morta; e eu não hesitarei em lembrá-los, embora reconheça que não me cumpre discuti-los.

Disse-se que o rosto da finada se mostrara risonho, que seus olhos tornaram a abrir-se e brilharam com o fulgor da vida; que seu corpo perdera a rigidez cadavérica, e que durante dois dias se conservara incorrupto. Acrescenta-se que o povo corraera em multidão a testemunhar o milagre; que os terceiros de S. Francisco, excitados por tais boatos, acudiram a exigir a defunta, protestando ter Francisca pertencido à sua ordem; e que então Jacinta, adivinhando o motivo de um zelo tão inesperado, e desejando que ficassem na capela os restos mortais de sua irmã, com fé viva em Deus se voltara para o cadáver e lhe falara, dizendo: “Francisca, veste-te de corrupção!” E que a estas palavras o corpo, de súbito, se corrompera e se tornara hediondo e fétido, retirando-se logo os terceiros de S. Francisco sem mais repetir suas instâncias.

Em troca da irmã que perdera, viu Jacinta, nos últimos meses daquele mesmo ano e nos dois anos seguintes, chegarem mais dez irmãs espirituais ao recolhimento; e contando as novas flores que recendiam

naquele jardim, compreendeu que era tempo de transformá-lo em berço do Carmelo brasileiro, e começou a fazer praticar as regras de Santa Teresa, por isso mesmo que pareciam mais severas e difíceis.

O governador e o bispo foram visitar o santo retiro, e tão completa pobreza encontraram, que tiveram de descansar, sentando-se no degrau da porta por não haver cadeiras. O Governador Gomes Freire de Andrade resolveu auxiliar eficazmente a construção de um convento, que se determinou levantar ao lado da capela de Nossa Senhora do Desterro, no monte do mesmo nome, e recomendou ao bispo que tratasse de obter as licenças do rei e de Sua Santidade; e o Bispo d. frei Antônio do Desterro concedeu que as religiosas trocassem a saia e a capa de droguete castor pardo e véu de fumo, que até então haviam usado, pelo hábito de estamena parda e capa de baeta branca e touca desta mesma cor, modificando assim o hábito das carmelitas descalças em atenção ao clima ardente do Brasil.

No dia 21 de junho de 1750, foi lançada a primeira pedra do mosteiro de Santa Teresa; e um ano depois, Jacinta e suas companheiras ouviram missa e receberam o pão sacramental, pela última vez, na capela do Menino Deus, e foram habitar a casa do Desterro onde em algumas acomodações provisórias deveriam ter o seu noviciado.

O breve de Sua Santidade, chegado então, dispunha que as religiosas professassem a regra de St^a Clara. Jacinta de Jesus, porém, insistiu em querer para si e suas irmãs as instituições de Santa Teresa. Freire de Andrade, protetor destas religiosas, empenhava-se em realizar os seus desejos. O bispo, pelo contrário, sustentava a conveniência da disposição do breve, e não se queria prestar a intervir em favor da pretensão das reclusas.

O Bispo d. frei Antônio do Desterro obedecia a um conselho da consciência, procedendo assim, porque entendia que a regra de Santa Teresa tinha graves inconvenientes para ser observada escrupulosamente no Brasil, à vista de certas condições naturais do país. Parece, porém, que a discordância de opinião entre ele e o governador acabou por tornar-se em uma luta caprichosa, pela qual não pouco sofreram as reclusas.

É notável a carta que, a 22 de abril de 1753, dirigiu o bispo ao governador. Ei-la aqui: “Esteja V. Ex^a certo de que o mosteiro do Desterro há de ser mosteiro de religiosas carmelitas reformadas, e que se há

de servir a Deus nele, e que Deus lho há de pagar a V. Ex^a: nisto tenho eu fé; mas se Jacinta de S. José há de ser freira nele ou não, para isto nem tenho fé, nem tenho luz; mas é grande e infinita a misericórdia de Deus, e sua divina onipotência.”

E esta profecia realizou-se, porque o mosteiro do Desterro tornou-se convento de carmelitas descalças. Mas, nem o conde de Bobadela pôde vê-lo, nem Jacinta de S. José conseguiu ser freira professa, nem o Bispo d. frei Antônio do Desterro testemunhou aquele fato, pois que todos morreram antes que isso tivesse lugar.

Entretanto, a diretora das reclusas, Jacinta de S. José não se dobrava à manifestação da vontade do bispo. Parecia-lhe que em suas visões recebia do Céu uma ordem para prosseguir no seu empenho. Quando o silêncio reinava para todas as suas companheiras, a voz de um anjo, a voz de St^a Teresa, a voz de Deus soavam aos seus ouvidos e lhe diziam: “Avante!” A flama da inspiração cada vez mais brilhante se acendia em sua alma.

Em novembro de 1753, Jacinta deixou inopinadamente o mosteiro, e embarcando-se para Lisboa, dali voltou em 1756, chegando ao Rio de Janeiro a 17 de abril e trazendo consigo um breve apostólico que satisfazia as suas aspirações, e que obtivera por pedido feito por el-rei a Sua Santidade.

Mas, nem assim, pôde vingar a suave esperança de Jacinta.

Os anos correram em lutas estéreis e em objeções mutiplicadas.

No dia 1^o de janeiro de 1763, o conde de Bobadela, estrênuo protetor das reclusas, exalava o último suspiro e antes de morrer manifestava a pena que sentia por não ter podido consumir os seus desejos em prol da instituição das carmelitas reformadas, dizendo: “A casa de Bobadela fica feita; mas as minhas filhas ficam ainda sem casa.”

A casa de Gomes Freire de Andrade estava, com efeito, pronta na Igreja de Nossa Senhora do Desterro. O seu cadáver foi encerrado em um jazigo do presbitério dessa capela, e sobre a campa não se lhe gravou epitáfio algum.

Quase seis anos depois, a 2 de outubro de 1768, Jacinta de S. José morria placidamente no meio de suas irmãs, que a cercavam banhadas em pranto.

A história desta piedosa donzela é um longo canto de amor celeste e de puro misticismo; um longo gemido de dores e sofrimentos na Terra. Não é a história de uma mulher, é a lenda de uma santa. A imaginação e as prevenções de alguns dos seus contemporâneos encheram de absurdos e ridículos episódios a relação da sua vida. Mas, indubitavelmente, passaram-se nela fenômenos extraordinários, e é pelo menos impossível duvidar do entusiasmo que exaltava a donzela, da inspiração que enlevou o seu espírito e das virtudes que lhe deram reputação de santidade.

Jacinta não foi carmelita descalça: foi, porém, a verdadeira fundadora do Carmelo brasileiro.

Como era de prever, os restos mortais daquela religiosa inspirada descansaram na igreja de Nossa Senhora do Desterro. A flor murchou, desfolhou-se e caiu no seio do próprio jardim.

A Rainha d. Maria I, por decreto de 11 de outubro de 1777, confirmou licença e graça concedidas por el-rei seu pai às religiosas reclusas; e enfim, o Bispo do Rio de Janeiro D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, com pomposa solenidade, lhes deu clausura canônica em 16 de junho de 1780, e pontificando no seguinte dia na igreja do novo convento, vestiu aquelas dedicadas filhas de Santa Teresa canonicamente de seus hábitos e lhes abriu o noviciado.

A 23 de janeiro de 1781, tomaram o véu as primeiras freiras professoras de Santa Teresa do Rio de Janeiro.

Três dias antes dessa solenidade, os habitantes de Sebastianópolis acudiram a testemunhar um espetáculo novo para eles, e que talvez mais nunca se repita.

Para se proceder ao ingresso do convento e a outros atos relativos à profissão das novas esposas de Cristo, tiveram as noviças de recolher-se ao mosteiro das religiosas de Nossa Senhora da Ajuda, e desceram, pois, procissionalmente do monte do Desterro, seguindo até aquele convento acompanhadas por imensa multidão que as olhava misturando uma explicável curiosidade com o respeito o mais profundo. As noviças, confusas e tímidas, atravessavam as ruas de um mundo que já não era delas, e por baixo de seus véus ardiavam-lhes as faces com o fogo de um santo pejo, quando ouviam as aclamações de um povo essencialmente religioso.

Na véspera do dia solene, voltaram elas seguidas do bispo e entraram para o convento que começava a ser de Santa Teresa.

Viram-se então, naquela comovedora cerimônia da tomada do véu, religiosas que tinham entrado moças e envelhecido no recolhimento, e jovens que ali haviam achado um berço, pois que apenas com alguns dias de nascidas, ou com dois anos de idade, tinham sido trazidas por seus pais ao piedoso retiro.

Era uma vitória, depois de longos anos de constância e luta. Era a flor mimosa da mais ardente esperança de Jacinta de S. José que desabrochava enfim sobre o jazigo da donzela inspirada, triunfo de além-túmulo, como o triunfo dos poetas.

Trinta e nove anos tinham corrido depois que Jacinta de S. José e Francisca de Jesus Maria se haviam retirado para o asilo da chácara da Bica, e vinte depois que o mosteiro de Nossa Senhora do Desterro abrigara as primeiras religiosas dirigidas por Jacinta.

Eis aqui a história que me propus a contar-vos. Agora levanto-nos e vamos de mais perto ver o convento que temos diante de nós.

Uma ladeira calçada de pedra nos conduz ao mosteiro. Deixamos à mão direita uma casa de sobrado, que é destinada ao capelão das freiras, e subindo por uma escada de pedra, entramos em um pátio cercado de grades de ferro e que se estende aos pés da igreja e do convento.

O mosteiro é pequeno, e no exterior não se recomenda por condições arquitetônicas; antes se ressentia da necessidade que houve de se aproveitar a igreja primitiva de Nossa Senhora do Desterro.

A face principal do convento, que, aliás, consta de dois únicos pavimentos, apresenta dez janelas, olhando para a barra, e defendidas por grossas e rudes grades de ferro. Na extremidade do lado esquerdo liga-se à torre, e esta à igreja.

A igreja tem uma porta lateral à esquerda. Do mesmo lado, e um pouco para trás, fica a sacristia, a que se prende um muro.

Junto da torre está a portaria, e sobre esta uma única janela com a sua grade de ferro.

O edifício é solidamente construído, e na altura em que se mostra, dominando o mar e a cidade, parece, tranqüilo e impávido, desprezar a violência das tempestades que às vezes revolta a face de um, e enfurece o coração da outra.

Por detrás do mosteiro, alarga-se a cerca ou quintal, todo murado, e tendo em seu seio tetos de abrigo para as religiosas que ali vão em horas de recreio ou nos três suaves dias que a regra anualmente lhes impõe para higiênico descanso e passeio.

Penetremos na igreja.

Ela é pequena, triste e pobre.

Tem três altares. O altar-mor é consagrado à Sacra Família. O do lado do Evangelho à Nossa Senhora do Carmo. O do lado da Epístola à Santa Teresa.

No fundo da igreja, vêem-se dois coros, um inferior e outro superior, defendidos por grades e por véu denso e preto.

No coro superior, o curioso descobre, através do véu, sombras imóveis à hora da missa. São as freiras, que logo depois se fazem sentir entoando o *tantum ergo* no momento solene de levantar-se a Deus.

O coro que fica por baixo desse é reservado para os dois officios extremos da freira. Para a profissão e para o enterro, para o véu e para a mortalha; para a perpétua despedida do mundo e para a eterna despedida do mosteiro. É ali que a freira recebe a solene consagração dos votos que um dia antes fizera no capítulo, e que mais tarde o seu cadáver terá de receber as orações dos finados.

Além da porta lateral que dá entrada aos fiéis para a igreja, há outra do mesmo lado, na capela-mor, comunicando com a sacristia, que é de uma extrema simplicidade, e apenas se faz notar por um quartinho escuro que tem no fundo e no ângulo mais próximo do arcaz.

Esse quartinho é um dos dois locutórios das freiras, que vêm às vezes falar a seus parentes, fazendo ouvir a sua voz ou recebendo a voz do visitante através de um ralo coberto com um véu.

Como disse, o convento consta de dois únicos pavimentos, para os quais se entra pela portaria.

A portaria tem dois altares, um que pertence a Nossa Senhora do Carmo e outro a S. Elias. A mãe de Deus e o profeta do monte Carmelo fazem a guarda do mosteiro.

No pavimento inferior, vê-se o claustro com arcaria, que forma no seu centro um pátio, onde as freiras cultivam algumas flores com que ornaram os altares do interior. Além do claustro, acham-se aí as catacumbas e a cozinha. Uma porta comunica o pátio com a cerca.

Neste pavimento, além de diversos altares, está a capela do capítulo.

No pavimento superior, há um segundo locutório, que fica exatamente por cima do que existe no fundo da sacristia. Há dez altares, e destes, sete dos passos do Senhor; e há as celas das freiras e das noviças separadas em duas filas por um longo corredor, que dantes se chamava o corredor escuro, e que ainda hoje é assim designado, embora as últimas obras executadas no mosteiro lhe tenham dado luz bastante para fazê-lo perder aquela triste denominação.

Cada cela tem a sua janela abrindo para o pátio, ou para receber o ar e a luz. Três rudes tábuas, e sobre elas um enxergão e uma esteira, um duro travesseiro e uma simples cobertura, formam completamente o leito onde descansa a freira; e esse leito e um banquinho muito baixo, onde ela escreve ou coloca objetos de trabalho, resumem toda a mobília e todos os ornatos da cela.

As celas são em número de vinte e uma, e nem devem ser mais, porque também só vinte e uma podem ser no máximo as freiras do mosteiro de Santa Teresa. Além dessas, há apenas três reservadas para as noviças.

Não há enfermaria no mosteiro. A religiosa que adoece é tratada na sua cela e tem o direito de escolher o médico de sua confiança.

No seu aspecto interior, o convento apresenta o quadro da maior pobreza e humildade. Não se vêem ali nem ornamentos de arte, nem objetos próprios para o cômodo da vida. As freiras não têm ao menos bancos e cadeiras em que se sentem e repousem. Sentam-se e descansam no chão.

Reina a mais perfeita igualdade entre as filhas de Santa Teresa. A superioridade da priora sente-se somente na direção e governo do

mosteiro. Em tudo mais são irmãs, e vestem as mesmas roupas, um escapulário pardo, hábito também pardo e manto branco, todos de sarja, uma touca branca e um véu preto ou branco, conforme elas são ou coristas, ou conversas e noviças. Calçam todas simples sandálias e não trazem meias.

As freiras não têm escravos nem criadas para seu serviço: são as servas de si mesmas. Outrora, aproveitavam o tempo que não consagravam à oração para entregar-se a delicados trabalhos de arte, e eram notáveis no Rio de Janeiro em obras de flores artificiais.

O Bispo d. frei Antônio do Desterro, quando se opunha a que essas religiosas fossem sujeitas à regra de Santa Teresa, porque a reputava perigosa em um clima como o do Brasil, dizia muitas vezes que o convento das carmelitas reformadas poucos anos se poderia conservar como tal, porque teria de tornar-se em um hospital de inválidas.

Entretanto, a regra severa de Santa Teresa é escrupulosamente observada no mosteiro, com a única modificação do tecido do hábito; os preceitos, os jejuns, o silêncio e a devoção austera se cumprem com o maior zelo, e aquelas esposas de Cristo não desanimaram ainda.

A morte inevitável tem visitado repetidas vezes o convento e feito secar com o seu enregelado sopro muitas flores daquele jardim do Senhor. Novas religiosas, porém, vão logo pedir o véu das carmelitas; donzelas na primavera dos anos correm a entrar no mosteiro, e vêm sem pesar a tesoura da austeridade cortar seus negros e longos cabelos, que lhes caem aos pés em enchentes de belos anéis. E ainda atualmente, enfim completo se acha o número das freiras de Santa Teresa, tendo apenas, há quatro meses, começado o seu noviciado a última candidata que se apresentou.

O exame do obituário do convento mostra igualmente que a regra de Santa Teresa não encurta a carreira da vida às suas filhas; das primeiras religiosas que tomaram o véu, a maior parte chegou a uma idade muito avançada. É, porém, notável que ultimamente se comece a observar o contrário, e que as novas freiras vão prematuramente descendo a povoar os jazigos do mosteiro.

Esta observação pode talvez despertar considerações que se referem às condições higiênicas, cuja falta a cidade do Rio de Janeiro ex-

perimental, e ainda aos novos costumes e à educação amolecida e defeituosa que recebe a mocidade.

Basta. Não perturbemos por mais tempo a solidão e o silêncio desse asilo religioso e respeitável. Desçamos o monte de Santa Teresa para subi-lo mais tarde uma outra vez, quando em passeio mais festivo e brincalhão eu tiver de levar-vos a outros sítios onde o riso e as alegrias do mundo podem cabidamente fazer-se sentir.

Qualquer que seja a minha opinião individual sobre os conventos de freiras, onde votos perpétuos se pronunciam, onde não há recursos para um arrependimento possível, e então se paga a Deus à força o que Deus só aceita quando se lhe dá com o coração cheio de vontade; qualquer que seja a minha opinião sobre esses mosteiros de freiras, que são para muitas, sem dúvida, asilos tranquilos e enlevadores, e que podem também ser para outras muitas sepulturas em que se enterram vivas, prisões onde se abafam os gemidos e se escondem as lágrimas que pareceriam sacrilégios; qualquer que seja a tal respeito a minha opinião, repito, eu rendo tributos de verdadeira admiração a essas criaturas que se tornaram proscritas do mundo para aproximarem-se do Céu, a essas venerandas religiosas que, no recolhimento de sua devoção, de suas orações, de sua penitência, pedem a Deus ainda mais por nós do que por si mesmas.

.....

Convento de Santo Antônio

A

I

FALANGE monástica, organizada e disciplinada por S. Francisco de Assis, falange que no século XVIII chegou a contar 115 mil frades e 28 mil freiras, e que no século anterior não podia ser muito menos numerosa, devia naturalmente lembrar-se de mandar uma expedição à cidade do Rio de Janeiro, onde tinha conquistas a fazer e vitórias a alcançar no serviço de Deus.

Os jesuítas, os beneditinos e os carmelitas já haviam levantado as suas casas e hasteado as suas bandeiras na cidade fundada em 1567. Os franciscanos tinham-lhes cedido a dianteira como pobres e humildes que eram; chegara, porém, o tempo em que, por sua vez, deviam estes também aparecer na terra que escapara de ser francesa e calvinista.

A falange capucha, aliás, já estabelecida em diversos pontos do Brasil, enviou de Pernambuco para o Rio de Janeiro, em vez de uma expedição imponente, uma simples patrulha composta de dois frades, Antônio das Chagas e Antônio dos Mártires, que chegaram a 22 de outubro de 1606, e aproveitando-se da doação feita da ermida de Santa Luzia para aí se fundar a residência dos franciscanos, tomaram conta

dessa capela e, no ano seguinte, receberam nela o custódio da casa principal da Bahia e alguns outros de seus irmãos.

Não há quem mais vezes mude de residência do que a gente pobre. A pobreza arranja-se perfeitamente em qualquer cantinho. Mas não é qualquer cantinho que se arranja com a pobreza. Esta desconsoladora regra foi experimentada no Rio de Janeiro pelos franciscanos, que andaram durante um ano de um para outro lado, a procurar uma casa em que permanentemente se estabelecessem.

A ermida de Santa Luzia foi desde logo abandonada. Por quê? O custódio pretextou que não achava nem suficientes os cômodos do hospício, nem favorável a sua situação. Mas onde quer que fosse, teria da mandar construir um convento, como também ali o poderia fazer, e situação mais aprazível do que a da ermida de Santa Luzia dificilmente chegaria a encontrar.

Parece que o prelado dos franciscanos já naquele tempo conhecia a gíria política dos nossos estadistas de hoje, que quase sempre explicam as suas retiradas dos ministérios por cansaço ou moléstia, ainda que se achem de perfeita saúde e capazes de trabalhar vinte e cinco horas por dia na vinha da pátria. O cansaço e a moléstia são em tal caso os densos véus com que se encobrem verdades e fatos inconvenientes que a prudência ou o pejo mandam calar. Fr. Leonardo de Jesus, o prelado dos franciscanos, fez em 1607 o que fazem hoje os nossos estadistas, e inventou dois pretextos para esconder uma triste realidade.

Asseveram alguns que os jesuítas, cujo colégio estava situado no monte do Castelo, não viram com bons olhos a vizinhança dos capuchos. E como entre os frades das diversas ordens os ciúmes são mil vezes piores do que entre as moças, sobrevieram desgostos e desinteligências tão fortes, que os recém-chegados preferiram deixar a ermida de Santa Luzia a ficarem ali tão perto, expostos à má vontade daqueles reis da montanha.

Não vos devem admirar essas lutas e oposições a separarem religiosos que deviam pregar e seguir a mesma doutrina. Também a quase totalidade dos nossos homens políticos combate, briga e desatina, bem que um único pensamento esteja no espírito de quase todos, e uma única ambição os devore. Tanto nos frades como nos políticos, a questão é de exclusivismo; uns contendem pelo privilégio no serviço de

Deus, os outros pelo privilégio no serviço da pátria, excesso de virtude em ambos os casos.

Desculpem-me, se abundo demais nestas comparações dos frades com os nossos políticos. Acho tantos pontos de analogia entre uns e outros, que não posso resistir à tentação de fazê-los notar.

Abandonando a ermida de Santa Luzia, os franciscanos foram dar consigo na casa da Misericórdia. Mas, logo depois, passaram-se para a ermida de N. S. da Ajuda, que então existia no princípio da rua que depois se chamou dos Barbonos, e exatamente no ângulo que ali forma a cerca do convento das freiras.

Mais tarde, em passeios que ainda teremos de dar, contar-vos-ei a história dessa ermida, bem como da de Santa Luzia e da Misericórdia. Agora convém não esquecer os franciscanos, que já se acham em terceira residência.

O governador e a câmara do Rio de Janeiro correram em auxílio dos pobres capuchos; e visto que os carmelitas não se haviam aproveitado do monte que se reservara para eles, e que por isso se chamava do Carmo, por escritura de 9 de abril de 1607, fizeram aos franciscanos doação desse morro, que em breve tomou o nome de Santo Antônio, e que ficou sendo desses frades, e ao mesmo tempo deles não sendo.

Não protesteis contra este *esse et non esse*. Aqui tendes a sua explicação nas seguintes palavras da escritura da sua doação:

“Que os religiosos de S. Francisco haviam elegido o sítio e lugar que se acha no outeiro do Carmo defronte da vargem abaixo de N. S. e sobre a lagoa de S. Antônio; e porque os mesmos religiosos não eram pelo seu instituto capazes de propriedade e domínio, se fazia esta doação ao papa e à igreja romana, etc.”

Os franciscanos deram-se por satisfeitos: levantaram uma capela e um hospício provisório junto do monte, e para aí efetuaram a sua quarta mudança. Dispuseram a obra do seu convento e igreja anexa, lançaram a primeira pedra desses edifícios no dia 4 de junho de 1608, e concluídas as principais acomodações, mudaram-se pela quinta, e enfim, pela última vez, para a sua nova casa em 7 de fevereiro de 1615, e no dia seguinte celebraram a primeira missa solene na sua igreja, aliás, ainda in-

completa, e cuja Capela-Mor só ficou pronta em dezembro do ano seguinte.

Contei-vos em poucas palavras uma longa história de dez anos. Pode ser que ela não vos inspirasse interesse por culpa e defeito do narrador; mas, na qualidade de vosso cicerone obrigado, precisava preparar-vos com estas idéias preliminares para levar-vos a visitar o convento de S. Antônio.

Já vedes que temos, como nos dois precedentes passeios, uma encosta que subir. Esta, porém, é mais breve e mais suave, e lá em cima, na casa da pobreza, espera-nos um lauto banquete para matar a fome de nossa curiosidade, uma opulenta mina de belas recordações e de tradições mais ou menos admissíveis. Todas, porém, interessantes, que nos cumpre explorar com cuidado e zelo.

Aquele convento de S. Antônio deve-nos ser simpático. À parte as considerações religiosas, a casa onde floresceram Rodovalho, S. Carlos, Sampaio e Mont'Alverne não pode deixar de ser muito presada ao Brasil.

Em uma das celas desse mosteiro foi concebido e escrito um grande poema, em outra ajudou-se a preparar a obra monumental da independência do Brasil. A poesia e o patriotismo não devem merecer menos por se apresentarem vestidos com o burel do franciscano.

A ordem de S. Francisco de Assis está entre nós em completa decadência. Os conventos despovoados de frades vão-se transformando em tristes solidões. Os últimos esforços da dedicação, do empenho desvelado e da constância admirável de alguns religiosos capuchos que, chamados ao Governo desta província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro, conseguiram banir repugnantes abusos e uma deplorável situação moral que, em época ainda não muito afastada, se observaram, podem apenas adiar a ruína inevitável e preparar com a regeneração da moralidade de seus conventos um nobre sudário e a mortalha gloriosa para o cadáver da congregação dos capuchos no Brasil.

O quadro da adversidade desperta antes interesse do que indiferença por aqueles que a experimentam. Pelo esplendor do passado, portanto, e ainda pela sua má fortuna da atualidade, o convento de S. Antônio da cidade do Rio de Janeiro deve chamar a nossa atenção e tornar-se objeto de estudo desvelado em alguns dos nossos passeios.

Subamos, pois, a ladeira de S. Antônio. Aí nos fica à mão direita essa pesada mole de granito que se chama o chafariz da Carioca,³³ e que há de ainda convidar-nos a um passeio especial. Vamos subindo e deixemos agora à mão esquerda o que o padre Luís Gonçalves dos Santos³⁴ designou com o nome de “caixa com forma de torre”, que recebe a água que vai ter ao chafariz.

Subamos sempre, depois de ver outra vez ao lado direito o elegante portão de ferro em que vem terminar a excelente escada de pedra que substituiu a ladeira da ordem terceira dos franciscanos, demos alguns passos mais, e volvendo para esse mesmo lado, subamos a escada também de pedra que nos conduz ao adro do convento e das igrejas dos frades e dos terceiros de S. Francisco.

A posição é magnífica. O convento domina uma parte da baía e grande parte da cidade. Em frente, apenas o monte do Castelo se levanta como uma barreira; mas, em vez de amesquinhar-lhe o panorama aumenta ainda talvez a beleza deste.

O aspecto interior da igreja do convento não é imponente. Tendo, porém, ao lado esquerdo a dos terceiros e ao direito a face principal do mosteiro, representa este conjunto um edifício de vastas proporções, e notável ao menos pela sua grandeza.

Hoje nada temos que ver com o domínio dos terceiros franciscanos. Entremos, pois, e já, na igreja dos frades capuchos.

O templo é um pouco sombrio. Mas, quanto a mim, não perde por isso a majestade da casa do Senhor. Todas as portadas são de mármore, e as portas e o teto de jacarandá. Não sei quem teve o mau gosto de mandar pintar com tinta vermelha aquelas portas, roubando-lhes assim a beleza natural e severa da preciosa madeira; mas o atual provincial fez restituí-las ao seu antigo estado, e o jacarandá ostenta outra vez a sua grave formosura.

A igreja é simples e seus altares ornados de trabalhos de talha de um estilo pesado. A Capela-Mor mostra-se enriquecida com dezeno-

33 Demolido lamentavelmente na administração do Prefeito Alaor Prata, por alargamento da praça.

34 Autor de uma excelente história da cidade do Rio de Janeiro. Tinha a alcunha de padre Perereca.

ve painéis da vida de S. Antônio, representando seus belos feitos e milagres por sua intervenção operados. O coro é espaçoso; em frente, aparece o órgão, que é um dos melhores que existem no Rio de Janeiro. Olhando para o fundo do coro, o órgão apresenta um espaldar com um crucifixo que tem aos lados as imagens de Nossa Senhora e de S. João. Por detrás do órgão, levanta-se uma estante coral de jacarandá, que é de uma execução severa. Aos lados seguem-se as estantes e cadeiras ou assentos também de jacarandá, e preparados de modo que oferecem todos os cômodos possíveis e imagináveis, como era de esperar em uma obra meditada e realizada por frades, que são os homens comodistas por excelência.

A igreja tem três altares: o do lado do Evangelho consagrado a Nossa Senhora da Conceição, o do lado da Epístola ao patriarca dos franciscanos, e o Altar-Mor a S. Antônio.

Não posso ir adiante sem recordar uma tradição que se refere àquela imagem de S. Antônio, e sem lembrar-vos as honras e os despachos que esse milagroso santo mereceu outrora do governo.

Começo pela tradição.

Aquela imagem de S. Antônio é obra de um dos frades da ordem. Trabalhava nela esse religioso com fervor e devoção, e tinha-se saído bem na disposição e execução de todo o corpo da imagem. Chegando, porém, à cabeça, não pôde ajustar ao corpo uma só das muitas que teve de ir fazendo, porque, apesar de todo o seu cuidado e empenho, umas cabeças excediam e as outras não chegavam à medida.

Se a imagem continuava sem cabeça, o frade perdia a própria, porque não podia explicar o motivo da sua súbita e desastrada imperícia.

Os frades estavam em movimento: não havia cela em que não se discorresse sobre a inexplicável infelicidade do artista religioso.

Mas, uma noite, e já bem tarde, soa inesperadamente a campainha da portaria. Todos os frades achavam-se no mosteiro. Podia, porém, aquele sinal ser um chamado de socorro para algum triste moribundo.

Corre-se à portaria, abre-se a porta e ninguém se apresenta. Olha-se em torno e não se vê pessoa alguma. Mas, quem o pensaria? Encontra-se depositada no chão uma cabeça de S. Antônio!

Indaga-se, procura-se pelas circunvizinhanças o portador do singular e precioso presente, e não se acham nem vestígios de alguém que tivesse vindo ao convento.

A notícia do extraordinário caso espalha-se logo pelo mosteiro. Acodem todos os frades à portaria. A cabeça do santo é levada ao corpo da imagem, que já estava pronto, serve perfeitamente, e como se de propósito, tivesse sido feita para ele.

Mas de quem e donde viera a cabeça do santo? Nunca se pôde resolver este problema, e as antigas tradições fazem supor que os franciscanos a consideraram obra sobrenatural, executada por mãos sobrenaturais.

Tal é a tradição que existe a respeito da cabeça da imagem de S. Antônio, que se venera no Altar-Mor da igreja do convento dos capuchos do Rio de Janeiro.

Agora as honras e despachos do governo.

O S. Antônio do convento dos franciscanos do Rio de Janeiro tinha praça e soldo de simples soldado de infantaria. Nem ao menos era cadete, o que indica que a sua estirpe não brilhava pela nobreza, e por conseguinte, valia menos aquele bom santo português do que qualquer fidalgoote empregado.

Era um santo *sans culotte*, como diriam em França os revolucionários depois de 1789. Era um santo jurujuba, como se diria no Rio de Janeiro em 1831. Era um santo popular, enfim, e está visto que, por ser popular, não mereceu menos aos olhos de Deus.

Esta consideração deve ser um pouco desagradável aos fidalgos. Mas tenham eles paciência. Contentem-se com o domínio da terra, domínio que às vezes partilham com o Diabo, que também é fidalgo. O véu pertence exclusivamente à virtude, quer tenha sangue azul, quer não.

E S. Antônio ficou soldado raso até o ano de 1710, em que um perigo iminente que ameaçou a colônia portuguesa no Rio de Janeiro, e a necessidade do seu potente auxílio o fizeram dar um salto de soldado a capitão de infantaria do primeiro regimento da cidade, regimento chamado – velho. O santo querido das moças ficou assim – capitão velho.

Era o caso do ataque dos franceses comandados por Du Clerc contra a cidade do Rio de Janeiro. O Governador Francisco de Castro e Morais, que tinha as melhores razões para não confiar em si mesmo, agarrou-se com S. Antônio e deu-lhe a patente de capitão.

O santo não entrou no combate; mas, como prudente general, presidiu à ação de cima do seu monte, pois que a sua imagem foi colocada sobre a muralha do convento. Os franceses foram batidos e ficaram prisioneiros, e S. Antônio, recolhido à sua igreja, caiu outra vez no esquecimento, viu-se preterido pelos oficiais e soldados de duas gerações, e somente um século e quatro anos depois, aos 26 de julho de 1814, subiu ao posto de tenente-coronel, sendo aos 13 de agosto do mesmo ano condecorado com a grã-cruz da Ordem Militar de Cristo.

S. Antônio gastou, portanto, dois séculos, pouco mais ou menos, para chegar a tenente-coronel e grão-mestre da Ordem de Cristo no Brasil. Há pecadores obstinados muito mais felizes, que da noite para o dia se vêem elevados a grandezas muito mais subidas na Terra, e sem poderem dizer como nem por quê.

E de 1814 a 1861, lá vão 47 anos em que o santo permanece no seu posto de tenente-coronel. Não sei bem quantas dúzias de ministros da Guerra temos tido durante estes nove e meio lustros. Sei, porém, que nenhum deles se lembrou de contemplar nas promoções o tenente-coronel de 1814.

Quer isto dizer que passou felizmente o tempo em que os homens, levando a sua devoção até o ridículo, amesquinhavam, sem o pensar, os escolhidos de Deus, conferindo-lhes postos e condecorações cá da Terra, e supondo talvez que dessarte os honravam muito.

Os homens sempre foram e sempre hão de ser crianças. Se os tempos passados tinham dessas puerilidades, o nosso faz-se não menos notável por outras que não ficam atrás.

Passemos da igreja à sacristia, onde teremos também alguma coisa que ver e alguma coisa que contar.

No mesmo estilo da igreja, a sacristia é, contudo, mais importante e curiosa debaixo do ponto de vista da arte. Creio que não

há na cidade do Rio de Janeiro um templo cuja sacristia seja igual a esta.

O teto é coberto de painéis com molduras douradas, e reproduzindo na pintura alguns dos principais fatos da vida do santo. O chão é de mármore de diversas cores e embutido. Como as da igreja, as portadas são de mármore e as portas de jacarandá com trabalho de talha. Além do mais, e sobretudo o mais, ostenta-se o arcaz vasto e magnífico, todo de jacarandá, onde um entalhador danoso esmerou-se em fazer brilhar a sua perícia, como de igual modo se houve em um espaldar que se vê acima do arcaz, e que é daquela mesma madeira.

Cumpre notar que todas estas obras foram executadas pelos religiosos capuchos no tempo em que a sua ordem, como algumas outras monásticas, davam o exemplo do cultivo esmerado das artes liberais e contavam entre os frades não poucos arquitetos, pintores, entalhadores, músicos e artistas de todas as espécies, o que prova muito bem que estava reconhecido que o nível, o compasso, a paleta, o buril e a batuta não desonravam nem humilhavam os antigos monges, ante quem mil vezes curvavam a cabeça os príncipes da Terra.

Em um armário que existe perto daquela sacristia acham-se cuidadosamente guardadas e conservadas quatro jarras de pau com uma delicada pintura de flores, e tão bem acabado trabalho que, apesar de velhas, iludem a vista, observadas mesmo a curta distância, parecendo de fina porcelana da Índia.

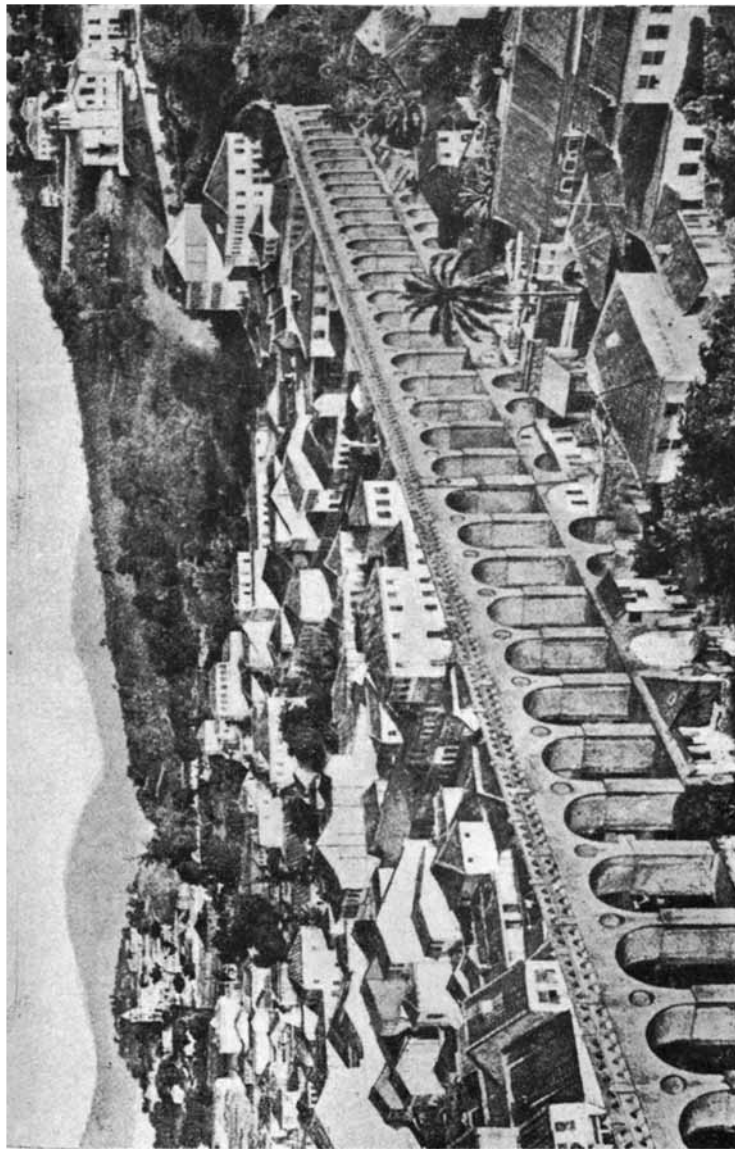
Estas jarras foram devidas a uma inocente travessura de frade.

Eis aqui o caso.

Como é natural, os religiosos esmeravam-se em ornar muito a sua igreja no dia da festa de S. Antônio, e tinham já por costume mandar pedir emprestadas para esse fim umas lindíssimas jarras de porcelana da Índia que possuía um devoto freqüentador do convento.

O bom devoto emprestava as suas belas jarras com o maior prazer, e talvez até que estimasse bastante vê-las uma vez no ano figurar no altar de S. Antônio.

Durante não poucos anos, o pedido era tão certo da parte dos frades como o empréstimo da parte do devoto.



O Aqueduto da Carioca, segundo uma estampa de princípios do século XIX

Em um ano, enfim, no dia que se seguiu ao da festa de S. Antônio, estavam na igreja o sacristão, desarmando o altar e um religioso, frei Francisco Solano, conversando com ele.

– Agora, cuidado com as jarras do devoto – disse o sacristão, tirando-as do altar com toda a delicadeza que pode.

– Com efeito – observou frei Solano. Seria uma infelicidade, se uma dessas jarras se quebrasse.

– Certamente. Porque não há outras tão lindas e tão ricas na cidade, e não poderíamos haver por preço algum uma ou duas, iguais ou semelhantes, para restituir ao dono.

– Pois é preciso não pedi-las emprestadas outra vez.

– Sim... mas...

– Quando têm de ser entregues estas jarras? – perguntou frei Solano, considerando-as atentamente.

– Hoje mesmo.

– Mas eu preciso que elas me sejam confiadas por quatro ou cinco dias.

– Para quê?

– É um segredo meu.

O sacristão conveio no pedido de frei Solano; e este, levando para a sua cela as quatro jarras, tirou-lhes escrupulosamente o molde, e com o mesmo escrúpulo, copiou a pintura que as ornava.

No dia da festa de S. Antônio, do ano seguinte, o constante devoto vinha subindo a ladeira do convento um pouco admirado de não lhe terem sido pedidas as suas jarras, como nos anos anteriores.

– Desconfiariam os frades da minha boa vontade? – perguntava ele a si mesmo. Já teriam comprado jarras tão bonitas como as minhas?

Assim refletindo, chegou o devoto ao adro e entrou na igreja, e depois de fazer a sua oração, adiantou-se para a Capela-Mor, pôs os olhos no altar e recuou dois passos, exclamando:

– As minhas jarras!

Tornou a olhar, aproximou-se mais do altar, observou com todo o cuidado e repetiu:

– São as minhas jarras!

Mas o devoto tinha a certeza de não as haver emprestado, e confundido, portanto, com o que via, saiu da igreja, correu a casa, foi direito a um armário onde guardava as suas jarras e viu-as, com espanto, no seu lugar.

Voltou ao convento imediatamente, tornou a entrar na igreja e a olhar para o altar-mor.

– Mas, por fim de contas, são as minhas jarras – disse ele.

Acabada a festa, dirigiu-se o devoto ao sacristão e pediu-lhe encarecidamente que lhe explicasse aquele mistério.

O sacristão, sorrindo, foi tirar as jarras do altar e veio apresentá-las ao devoto.

– Bem vê que não são as mesmas – disse.

– Como? São as minhas – exclamou o devoto.

– Nesse caso, aí as tem. Tome conta delas.

O devoto, a esforços do sacristão, recebeu as jarras, e ficou ainda mais admirado.

– Então?

– Não são as minhas – disse, entregando outra vez as jarras. Não são. Mas a única diferença é que as minhas são de porcelana, e estas são de pau.

– Há ainda outra diferença – observou o sacristão.

– Qual?

– É que as suas vieram da Índia, e estas foram feitas aqui no convento por frei Francisco Solano.

Este ligeiro episódio das jarras de pau, aliás, absolutamente verdadeiro, impõe-me a obrigação de dizer duas palavras sobre o frade artista que as fez.

Frei Francisco Solano era um homem de grande habilidade, e no convento se tornou notável por diversos espaldares e quadros de santos que executou e que ainda existem.

Não era, nem podia ser um grande mestre. Nunca saiu do Brasil, não teve a educação artística das academias, nem a frequência de pintores abalizados. Nos seus quadros adivinha-se e saúda-se o gênio.

Notam-se, porém, ao mesmo tempo, os senões devidos à falta de escola, aprecia-se a beleza do colorido; às vezes, porém, repara-se em alguma desproporção das formas das suas figuras. Entretanto, é impossível deixar de reconhecer talento e inspiração nas obras da sua paleta.

Há ainda outra razão para não se deixar no esquecimento o nome de frei Francisco Solano.

Quando, no fim do século passado, outro franciscano, o célebre frei José Mariano da Conceição Veloso, se ocupava da sua importantíssima *Flora Brasileira*, trabalho imenso que perpetuará o nome desse nosso compatriota, foi reconhecida a necessidade de dar um ajudante ao notável botânico.

O padre-mestre frei Veloso não sabia desenhar, e não podia prescindir do desenho na sua obra. Pediu, pois, que lhe fosse dado um ajudante desenhador, e por proposta sua, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa escolheu frei Francisco Solano para desempenhar esse mister.

Frei Solano tornou-se então o companheiro inseparável de frei Veloso. Seguiu-o em suas excursões pelo interior e pelas florestas, tomou parte em suas laboriosas vigílias de gabinete, e são, enfim, dele, todos os desenhos de plantas que se encontram na *Flora Brasileira*.

Frei Francisco Solano ocupou os maiores cargos da sua ordem, chegando a ser ministro provincial em 1814, e tendo então por secretário, durante o triênio, o ilustre frei Sampaio.

É bom que as nossas vilas e povoações do interior vão brilhando com o reflexo do esplendor de seus filhos, e portanto, marcarei o berço desse franciscano.

Frei Francisco Solano foi natural da vila de S. Antônio de Sá, e filho legítimo de Jorge Antônio da Costa Mendonça, natural da freguesia de S. João de Itaboraí.

Acabamos de estudar a igreja e sacristia dos frades franciscanos. Cumpre que passemos agora ao convento.

Não será, porém, acertado deixarmos o convento para outro passeio?

Descansemos um pouco. Vamos respirar as suaves brisas da tarde neste aprazível e excelente adro, e depois iremos bater à porta do mosteiro.

II

Com toda a sua pobreza franciscana, os frades capuchinhos conseguiram levantar o mais espaçoso e o melhor dos mosteiros que existem na cidade do Rio de Janeiro, e tiveram a habilidade de levar ao cabo em poucos anos essa grande obra, sem que ficassem as caudas dos seus hábitos presas aos livros do *há de haver* dos credores, como acontece a tantos pobres que, ambicionando vaidosos as glórias dos proprietários, fazem construir elegantes casas que chamam suas, mas de que pagam um aluguel pavoroso nos tanto por cento de juros que de quatro em quatro meses vão levar aos escritórios dos verdadeiros donos das suas propriedades.

Desculpem-me estas liçãozinhas de moral e economia. Não é de reparar que eu pregue de vez em quando o meu sermão, quando estou passeando em um mosteiro e conversando a respeito de frades.

O convento de S. Antônio da cidade do Rio de Janeiro é um grande edifício que apresenta dois andares, além do pavimento inferior.

A portaria do convento está ao lado esquerdo da igreja, e nela se acha um nicho com uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, de um trabalho delicado.

Temos, passando da portaria ao claustro, uma escada de pedra à mão esquerda, para subirmos ao primeiro andar, e em frente toda a extensão do claustro. Prefiro começar a minha descrição pelo pavimento inferior. Deixemos, pois, a escada de pedra para subi-la mais tarde.

O claustro é vasto e todo cercado de arcaria que forma uma varanda imensa, aberta em torno de um pátio quadrangular.

No fundo dessa extensa varanda abrem-se diversas capelas com as suas competentes sacristias, representando igrejas em miniatura.

Seguiremos a ordem em que se acham as capelas do claustro, começando pelo lado direito à entrada da portaria.

A primeira capela é consagrada a Nossa Senhora dos Prazeres e de um trabalho muito bem acabado. Junto ao supedâneo desta linda

capela está sepultado em uma cova com campa de mármore o benfeitor do convento, João Gonçalves Vale, o qual, a pedido do padre-mestre frei Joaquim de Santa Leocádia, concorrera com a despesa necessária para o ornato interior da capela e para a compra de paramentos.

A segunda é a capela da Porciúncula.

A terceira é a das Dores de Nossa Senhora, cuja imagem se acha cercada de sete quadros que recordam os sete passos da paixão de Cristo.

A quarta é a do Senhor da Cana Verde, e no seio dela acha-se o túmulo do príncipe D. João Carlos, que morreu a 4 de fevereiro de 1822, quando a princesa real, que devia ser logo depois a nossa primeira imperatriz, se retirou com ele, que tinha apenas onze meses de idade, para a fazenda de Santa Cruz, a fim de achar-se mais longe da cidade, onde a cada momento se esperava o choque dos partidos e o começo da luta entre os propugnadores da independência do Brasil e os inimigos desta.³⁵

A quinta é a da Sacra Família. Dentro desta capela estão guardados os túmulos que encerram os restos mortais dos príncipes D. Afonso e D. Pedro, esperanças do Brasil, que murcharam tão cedo.

A sexta é a do Senhor do Bonfim, aberta em frente da quadra em que se sepultam os religiosos. É no altar dessa capela que tem lugar o ofício de sepultura por eles.

A sétima é a do Nascimento de S. Francisco. Vêem-se sobre o altar diferentes imagens e figuras. O menino recém-nascido está deitado em um presépio, tendo ao lado seus pais de joelhos. No retábulo lêem-se, em um pequeno quadro, os seguintes versos, composição de frei S. Carlos:

35 Além de D. Pedro Carlos, acham-se ainda sepultados no convento de S. Antônio, segundo a relação de frei Pedro Sinzig, O. F. M., na sua belíssima obra descritiva do mosteiro S. Francisco de Assis, dentre outras, as seguintes pessoas: O cardeal Lourenço Callepi, arcebispo de Nisibi; o ex-governador do Espírito Santo Dr. Antônio Pires da Silva Pontes, bem como o da Paraíba e de Goiás, Fernando Delgado Freire Castilho; Gregório de Castro Moraes, mestre-de-campo, morto na invasão dos franceses em 1710; o marquês da Vila Real da Praia Grande, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador de Mato Grosso e Pernambuco; Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; o conde da Barca, João Paulo Bezerra, Ministro de Estado; o visconde de Cezimbra, Manuel da Cunha Souto Maior, almirante; o conde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Menezes, Ministro da Marinha e domínios do ultramar, e o cônego Francisco da Costa Curvenil.

Em Assis Belém se mostra
Com assombrosos sinais:
Qual Jesus, Francisco nasce
Entre brutos animais.

A oitava capela é a de Morte de S. Francisco. Sobre o altar está a imagem do santo, deitado, com as mãos cruzadas no peito e cercado de religiosos, entre os quais se vê a madre Jacoba. Todas as figuras são de barro e coloridas. No retábulo há outro pequeno quadro com estes versos, compostos ainda por aquele mesmo poeta:

Adverte, não é Jesus,
É Francisco que aqui jaz,
A quem semelhante faz
Nascimento, vida e cruz.

A nona capela é consagrada a S. Joaquim.

A décima e última é a de Santana. Esta capela denomina-se o capítulo e é de todas a maior, estendendo-se em frente do altar um espaçoso salão. As paredes são ornadas com grandes quadros de diferentes santos em tela e com molduras douradas. No fundo do salão levanta-se a cadeira magistral. Aos lados mostram-se os bancos e assentos para os religiosos. A capela de Santana foi outrora a casa dos estudos, quando havia frades colegiais.

As dez graciosas capelas de que acabei de fazer uma simples menção já tiveram sua época de florescimento e de esplendor, em seguida a de um triste abandono, e agora, enfim, a de uma regeneração sem grande esperança de futuro, mas em todo o caso louvável.

O outrora o convento de S. Antônio, regurgitando de frades, não tinha altares de sobra na igreja para tão grande número de sacerdotes e, então, cada uma daquelas capelas era ou por devoção especial ou de preferência tomada por um ou alguns religiosos, e todos à porfia se esmeravam em ornar e aformosear suas capelas.

Veio depois o tempo sinistro da decadência. As celas começaram a mostrar-se desertas, a flama do zelo a apagar-se. As portas das capelas foram se trancando. As chaves enferrujaram-se. Os altares não bri-

lharam mais à luz de festas solenes. A ruína apareceu, nascendo do abandono e do desânimo.

A solicitude e a devoção que despertam outra vez vão restaurando os altares estragados, substituindo os velhos por novos paramentos, e, deixem-me dizer, assim galvanizando aquele cadáver que resta das glórias do brilhantismo do passado. A tarefa é árdua, difícil e imensa. Não pode, porém, ser mais generosa nem mais nobre, por isso que toda a esperança de futuro para os frades capuchos do Brasil não vai além de vidas, das quais as mais novas já estão em meio, e deve apagar-se à beira da sepultura do último dos atuais frades.

Mas não nos deixemos levar pelas reflexões, nem nos retiremos ainda desta importante e histórica varanda onde se encerra o livro grandioso do mosteiro, livro em que as páginas são lousas, tesouro precioso de recordações despertadas por humildes covas.

Passamos ainda há pouco muito rapidamente pela quadra das sepulturas dos religiosos. Voltemos a ela. Cuidado, porém... Encostemo-nos às paredes para não pisar sobre as campas venerandas que cobrirão para sempre os despojos de vidas ilustres que fizeram a honra do convento e a ufanía da pátria.

Aí está, perto da capela do Senhor do Bonfim, a sepultura de frei Fabiano.

Não nos demoremos diante dela.

Terei de falar-vos desse religioso, tipo de caridade e de paciência, quando subirmos ao teatro de suas admiráveis ações, quando entrarmos na sala dos sofrimentos e dos gemidos: na enfermaria.

Em frente à capela da Sacra Família, como dormindo o sono eterno defronte do seu seio sagrado, onde também dormem sono igual os dois augustos filhos daquele que tanto o honrou e exaltou em seus últimos anos, descansa Mont'Alverne, o célebre professor de filosofia e o derradeiro daquela esplêndida plêiade de oradores da igreja brasileira, plêiade que formou, além de outros, o grande padre Caldas, que foi o primeiro a morrer, e depois dele, S. Carlos, Sampaio, o padre Januário e ele, Mont'Alverne.

S. Carlos e Sampaio! Ei-los ali. Descansam sepultados entre as capelas das Dores de Nossa Senhora e do Senhor da Cana Verde. Tive-

ram os dois frades por berço pátrio a cidade do Rio de Janeiro, abraçou-os a ambos a mesma vocação, vestiram o mesmo hábito, floresceram no mesmo convento, foram irmãos pela ordem e irmãos pelo gênio. Contemporâneos, ambos engrandeceram o púlpito do Brasil. Ninguém profere o nome de um que não se lembre logo do nome do outro. Os mesmos sentimentos religiosos e patrióticos os uniram estreitamente na vida. A morte não ousou separá-los de todo.

S. Carlos faleceu em 1829 e foi encerrado na sepultura que ali vedes. Um ano depois, exalava Sampaio o último suspiro, e o seu cadáver ia descansar junto da cova de seu irmão, na sepultura contígua. Uma única parede separou os seus leitos eternos, as suas celas da morte.

Esta coincidência de serem tão perto um do outro enterrados os dois inspirados pregadores da ordem seráfica do Rio de Janeiro, deu lugar a uma lembrança feliz, despertada pela dor e pelo reconhecimento do mérito indisputável daqueles eloqüentíssimos franciscanos.

No triste dia do enterro de frei Sampaio foi o cônego Januário da Cunha Barbosa prestar ao seu defunto amigo os últimos ofícios de religião e caridade, e notando que davam ao ilustre finado uma sepultura imediata à de S. Carlos, desfez-se em pranto, e quando pôde falar, aplicando muito cabidamente as palavras consagradas pela Igreja em uma antífona dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo, exclamou:

– *Gloriosi Principes terrae, quomodo in vita sua dilexerunt se, ita et in morte sunt separati.*

Não perturbemos por mais tempo a morada silenciosa da morte. Vamos continuar o nosso passeio por onde menos aflitivas ou dolorosas sejam as impressões que tenhamos de receber.

Aí está o refeitório. Entremos.

É uma grande sala oblonga, simples e pobre. Uma fila de mesas pequenas bem toscas se estende de cada lado, por todo o correr da sala. No meio desta, e à mão direita de quem entra, levanta-se a tribuna ou o púlpito donde se fazem as leituras da regra durante a refeição. No fundo, como único ornato, vê-se um painel da ceia do Senhor, painel que, aliás, não é de notável merecimento artístico. Adivinha-se que não foi Leonardo da Vinci nem Nicolau Poussin o autor desse quadro.

A sala do refeitório deve parecer bem triste atualmente aos frades religiosos do convento de S. Antônio; porque, se dantes, cada uma de suas mesas era convenientemente ocupada, e nenhuma chegava a mostrar-se de sobra, hoje vazias ficam muitas, e à sala, como aos frades que a ela acodem na hora da refeição, bem se poderia aplicar o mil vezes repetido verso de Virgílio:

Apparent rarinantes in gurgite vasto.

Ao lado direito do refeitório há uma porta que abre caminho para a menos simpática das divisões e acomodações da casa: para o cárcere.

Não acrediteis, porém, que o cárcere dos frades capuchos do Rio de Janeiro seja uma terrível masmorra, uma sepultura dos vivos, um medonho inferno cheio de aparelhos de tormento. Lá se foi, graças a Deus, o tempo desgraçado desses horrores, em que primaram os dominicanos com as suas inocentíssimas proezas da inquisição, que tinham a sacrílega sem-cerimônia de chamar *santo ofício*. O cárcere do convento de S. Antônio é uma sala onde o ar e a luz penetram livremente, onde o asseio se observa com prazer, e onde o frade que delinqüiu fica trancado e rezando, se reza, ou maldizendo da sua vida, se maldiz.

É verdade que um cárcere sempre é um cárcere. Mas ah! se em vez de passeardes comigo pela capital do império, empreendesses uma viagem instrutiva pelas vilas do interior das nossas províncias, entrando na conta a do Rio de Janeiro, que é a mais civilizada de todas, e visitásseis suas cadeias; cair-vos-ia, eu o juro, a alma aos pés, observando a *inconstitucionalidade*, o estado miserável desses focos de peste, onde se amontoam detidos de envolta com sentenciados, simples suspeitos de mistura com celerados, respirando todos ondas pesadas de um ar corrupto e repugnante; e então reconheceríeis que o cárcere do convento de S. Antônio é um céu aberto em comparação das nossas cadeias, e que os presidentes das províncias não valem os provinciais nem os guardiões dos capuchos.

Demos por terminada a nossa visita ao cárcere do convento, e voltemos sobre os nossos passos. Protesto-vos, porém, que não haveis de atravessar outra vez a sala do refeitório sem que eu vos conte coisas novas a respeito dela.

Tenho de referir-vos pelo menos duas anedotas que esta sala me está lembrando, e ainda a notícia de um breve pontifício que não pode ficar esquecido.

Disse-vos ainda há pouco que o salão que se estende em frente do altar de Santana se denominava o *capítulo*. Devia, porém, acrescentar então que essa denominação era apenas um título honorífico; porque, de fato, não era ali, e sim nessa sala do refeitório que se reunia, como ainda se reúne, o capítulo dos frades capuchos da província de N. S. da Conceição do Rio de Janeiro.

Ora, sabendo todos nós que o capítulo se celebra periodicamente no convento para se proceder à eleição dos prelados, podemos fazer idéia do que se terá passado a portas fechadas nesta sala do refeitório.

Asseguro-vos que do alto do púlpito que ali vedes, qualquer dos frades capuchos poderia dar lições de arte da cabala eleitoral a todos os forjadores de *fósforos* e de duplicatas, a todos os inspetores de quarteirão, a todos os empalmadores de listas e até a todos os chefes de partido e ministros de Estado do império do Brasil.

Os frades de todas as ordens foram sempre mestres cabalistas por excelência. Mas os capuchos tomaram nesse ponto a dianteira a todos os outros.

Vou dar-vos conta de uma esperteza eleitoral de frade capucho; e para que não duvideis da história, não só publicarei o nome do protagonista, como vos afirmo que se conserva no convento a memória do fato.

O padre-mestre frei Cosme de S. Antônio via chegar a seu termo o triênio em que fora provincial e desejava muito que no capítulo que tinha de celebrar-se no dia 3 de fevereiro de 1776 saísse eleito para seu sucessor o padre-mestre frei José de Jesus Maria Reis. Mas, apesar de todos os pedidos, promessas, lamúrias, ameaças, intrigas e maneios, a grande maioria dos vogais sustentava o outro candidato. E se os votos valessem, como deviam valer, certo era o naufrágio da candidatura de frei José.

O velho frade provincial nem assim desanimava. Sabia já nesse tempo o que hoje todos estão vendo, isto é, que se abafam e nulifi-

cam os votos da maioria com a violência ou com um ardil, embora desregrado e feio.

Um mês antes da eleição, frei José de Jesus Maria foi ter com o seu protetor e disse-lhe:

– Padre-mestre, estamos perdendo tempo e trabalho. Minha derrota é inevitável. Abandonemos o campo.

– Abandonar o campo! Só se eu não me chamasse frei Cosme de S. Antônio. Hei de ensinar a esses fradinhos de ontem o que pode conseguir a habilidade de um frade velho.

– Mas que espera?

– Eu não espero. Conto fazê-lo provincial.

– Como, se a grande maioria dos vogais é contra nós?

– Que lhe importa o meio? Cale-se. Não fale mais em eleição. Não peça mais votos e deixe o resultado por minha conta.

Frei José retirou-se e cumpriu à risca a ordem de frei Cosme.

No dia seguinte, entrou pela barra do Rio de Janeiro um navio proveniente de Lisboa.

Frei Cosme saiu do convento e voltou horas depois, trazendo um maço de cartas e de ofícios, e dando demonstrações de uma alegria e de uma animação que não deixaram mais o seu semblante.

Frei Cosme não cabalava mais como até então. Mas por que risonho?

– É impossível – diziam os frades uns aos outros. – É impossível que o nosso velho e astuto provincial não tenha preparado algum recurso terrível para arrancar-nos a palma da vitória. Sorri com malícia, olha para nós com ar de escárnio... Ali há coisa.

O que frei Cosme queria era exatamente preocupar os seus adversários com prevenções que os incomodassem. Continuou, pois, a conservar-se misterioso, e nem a frei José disse a mais simples palavra a respeito dos seus planos. Cabalista de fama o velho frade compreendia o valor do segredo.

Chegou o dia 3 de fevereiro, que estava marcado para a eleição. Ao aproximar-se a hora do capítulo, os vogais foram entrando para

a sala do refeitório. Só faltava frei Cosme, que apareceu muito risonho no último momento, e foi tomar o seu lugar.

Reunido o conclave com todas as formalidades da lei, e tendo o presidente declarado aberta a sessão, imediatamente frei Cosme pediu e obteve a palavra; e tirando da manga uma folha de papel dobrada em quatro partes, disse com voz segura, fazendo entrega do papel:

– Em virtude desta ordem de Sua Majestade, declaro suspensa a ação capitular e devolvida a eleição ao delegado da Santa Sé.

Disse e sentou-se.

Os vogais sentiram-se como feridos por um raio. Logo depois, levantaram-se indignados, abriram a porta da sala e quase todos saíram, abandonando o conclave.

Era com isso que frei Cosme contava. Aberta a porta, abandonado o conclave, este não podia mais reunir-se nem proceder à eleição canônica, segundo o disposto nas constituições.

Quatro ou cinco vogais tinham ainda ficado na sala, e o mais velho, dele exigiu que fosse lida a ordem do rei.

O presbítero abriu o papel que frei Cosme entregara e ficou pasmo. Não havia ordem alguma. Era uma folha de papel em branco!

– Isto é incrível! – bradaram.

– Já é tarde, meus irmãos – disse frei Cosme. – Se vossas caridades tivessem, como deviam, exigido a tempo a leitura da ordem, tinha eu perdido o jogo e ficado com cara de tolo. Agora, porém, a porta foi aberta, o conclave suspenso, e portanto, manda a lei que a eleição seja devolvida ao delegado da Santa Sé.

E assim foi. E o que mais admira é que frei Cosme escreveu ao núncio apostólico, residente em Lisboa, participando-lhe o ocorrido, e apresentou-lhe, por intermédio de personagens influentes na corte, os nomes dos religiosos cuja eleição desejava. E tendo continuado interinamente no governo da província, recebeu no fim de dois anos o breve de núncio com o competente *exequatur* régio, nomeando provincial ao padre-mestre frei José de Jesus Maria Reis, e provendo aos demais cargos no sentido dos desejos de frei Cosme.

Direis a isto que o triunfo de frei Cosme foi um escândalo e um abuso inqualificável. Boa consolação!

Mas o pior é que o exemplo do frade tem tido imitadores às dezenas. Olhai para o nosso mundo político e vereis dúzias de freis Cosmes triunfando como ele triunfou.

A segunda anedota que devo referir não se passou na sala do refeitório, mas proveio de uma eleição que ali teve lugar.

Acabava, não sei em que ano do século passado, de ser eleito guardião do convento de S. Antônio do Rio de Janeiro um frade rabugento e severo. Os frades moços, que tinham ficado não pouco aflitos com o resultado dessa eleição, passaram bem depressa a murmurar e agitar-se em consequência da austeridade e do zelo ativíssimo que na manutenção da disciplina mostrava o novo guardião.

Um dia, estavam os desgostosos reunidos em número de mais de trinta, e lastimavam-se com acrimônia.

– As queixas e os lamentos são estéreis – exclamou o mais exaltado dentre eles. – Devemos proceder com decisão e vigor.

– Que podemos fazer? – perguntaram os outros.

– Vamos depor o guardião.

– É uma revolta!

– Embora. Vamos todos. O rabugento velho tremerá vendo a nossa atitude e o nosso ousado pronunciamento, e acabará por ceder à força. Vamos!

– Quando?

– Já. Imediatamente!

– Falta-nos um chefe. Quem falará por nós?

– Eu.

– Vamos! – bradaram os jovens frades.

– Esperem. Eu vou capitaneá-los. Prometam-me, porém, antes de tudo, apoiar a minha voz e sustentar-me a todo o transe na contenda.

– Nós o prometemos – disseram todos.

– Pois bem. Sigam-me.

Os trinta frades avançaram entusiasmados até à porta da cela do guardião. O chefe dos revoltosos lançou um último olhar cheio de orgulho e de confiança à sua tropa, e voltando-se logo, bateu com força à porta da cela.

– Quem está aí? – perguntou o guardião.

– Sou eu, ou somos nós, padre-mestre – respondeu com voz ameaçadora o chefe da revolta.

OuvIU-se o ruído dos passos do velho frade.

– Venha! Venha! – gritou o chefe.

O guardião abriu a porta, e mostrando-se com ar severo e digno, perguntou ainda de dentro:

– Que querem?

– Viemos declarar que vossa caridade não é mais guardião, pois que está deposto.

– Deposto? E por quem? – perguntou o velho religioso, avançando um passo.

– Deposto em meu nome e em nome de toda esta comunidade – tornou o impávido chefe, voltando o rosto e estendendo o braço para mostrar os companheiros que o seguiam, e... Quem o diria? O chefe dos revoltosos achou-se absolutamente só. Um por um, todos os seus bravos camaradas tinham se esgueirado!

Mas o jovem religioso, sem confundir-se e sem perder a cabeça com tal desapontamento, encarou de novo o guardião e disse-lhe, sorrindo:

– Ah! padre-mestre. Confesse que lhe preguei um grande susto!

O guardião sorriu também e respondeu:

– Sim, sim... Mas não caia noutra. Pode retirar-se sem receio. E doravante, não se fie em frades para dirigi-los em empresas desta ordem.

Aí tendes duas anedotas cuja veracidade asseguro.

O assunto que mereceu as honras de um breve do Santo Padre é muito mais sério, É, sem mais nem menos, a história da *alternativa*. Preparai-vos para ouvi-la, enquanto descanso um pouco.

III

Aqueles que não têm estudado a História do Brasil, e que mal apenas conhecem dela os fatos contemporâneos ou recentemente passados, atribuem às lutas que tiveram lugar na época da proclamação da nossa independência e às manifestações que de alguns anos a precederem as novas e as ardentes aspirações dos brasileiros acendidas depois da chegada da família real à terra de Santa Cruz, e a essa mudança provisória da sede da monarquia portuguesa; atribuem, enfim, ao primeiro quartel do século XIX o princípio do ciúme e da rivalidade entre os portugueses e os brasileiros.

É um erro que convém que desapareça, erro que se deve corrigir, por que, além do mais, calunia a nossa independência, que foi um acontecimento admirável pela sua importância e majestade, e ainda mais, pelos seus resultados civilizadores, nobres e generosos.

A origem daquela rivalidade é igual e semelhante à de outras da mesma natureza que se observam no mundo. Onde houve colonização dominadora e subsequente regeneração política do país colonizado, onde houve conquista estrangeira e posterior triunfo da nacionalidade ofendida, rompeu e existe o ciúme entre o povo conquistador e o povo regenerado.

É por isso que existe rivalidade entre franceses e ingleses, entre espanhóis e portugueses, entre italianos e austríacos, entre espanhóis e americanos das antigas colônias de Espanha, entre ingleses e americanos do norte, entre muitos povos ainda.

A independência do Brasil, porém, em vez de dar nascimento ao ciúme a que me refiro, preparou, ao contrário, o seu arrefecimento. Nos anos de maior fervor das idéias de separação do Brasil, nos dias de esforço e luta, naturalmente o ciúme tomou proporções que lhe deram até o caráter de ódio. Mas, conseguida a vitória, reconhecida a independência, começou a civilização do país a dar os seus frutos, e a rivalidade foi e vai, pouco a pouco, se extinguindo, e os dois povos vão apertando os seus laços de fraternal amizade, porque, de fato, eles são irmãos pelos costumes, pela religião, pela educação, pela língua, pelo sangue, pelas virtudes e até pelos defeitos.

Hoje podemos falar sem receio dessa rivalidade, que não existe mais no espírito dos homens esclarecidos, e que apenas amesquinha ainda os corações dos homens menos civilizados das duas nações.

Quando começou a rivalidade entre brasileiros e portugueses? Ninguém poderia marcar-lhe a data. Não erraria, porém, aquele que dissesse que começou no dia em que os portugueses naturais do Brasil começaram a sentir a supremacia que sobre eles exerciam os portugueses naturais de Portugal; isto é, que começou, mais tarde, logo no século XVII, dois séculos antes da independência do Brasil.

Nos anais e nas crônicas das nossas províncias achareis antigas provas dessa rivalidade, provas deixadas em lutas de todo o gênero, e até em vestígios de sangue.

Para não amontoar citações e lembranças históricas limito-me às seguintes, que são irrecusáveis e positivas.

Em 1645, os pernambucanos, pondo-se em campo contra os holandeses, doeram-se por ver à sua frente João Fernandes Vieira, que era europeu, e que só conservou o comando dos independentes pelo prestígio que lhe deu a vitória das Tabocas.

No princípio do século XVIII, a guerra civil dos *emboabas*, em Minas Gerais, escreveu com letras de sangue a história da inimizade dos paulistas e dos portugueses. Ainda no começo desse mesmo século, a guerra civil chamada dos *mascates*, em Pernambuco, deu testemunho daquela rivalidade com uma violência terrível.

Em 1707, os naturais de Portugal residentes na cidade do Rio de Janeiro dirigiram ao rei uma representação em que se queixavam dos *filhos da terra*, que os excluía nas eleições dos oficiais da Câmara “em tal forma (diz o documento) que, tanto nos pelouros do Senado da Câmara não supõem introduzidas aquelas pessoas do seu empenho, logo se congregam, unem e ajuntam, fazendo ranchos, a fim de embaraçar e perturbar com público escândalo as eleições, etc.” E mais abaixo diz ainda o mesmo documento:

“Não dando outra causa isso mais que serem os suplicantes filhos deste reino de Portugal, como se Portugal fora a Barbaria e de Portugal lhes não tivera ido aos suplicados aquilo de que se podem jactar, etc.”

Estes quatro fatos, além de muitos outros, demonstram que é de antiga data essa triste rivalidade. Não se a sentia, porém, somente no seio agitado da população e do século, e ia não menos fortemente refletir no interior dos próprios conventos dos religiosos!

Nas contendas eleitorais dos frades capuchos do Rio de Janeiro, o ciúme entre os brasileiros e portugueses era sempre motivo de desgostos e de recriminações e ressentimentos. Os frades portugueses, que eram em número muito mais avultado, monopolizavam as prelazias e cargos superiores da ordem, e chegou a tal extremo esse espírito de exclusivismo que os religiosos brasileiros pediram à Santa Sé uma providência qualquer a bem dos seus direitos.

O padre-mestre ex-provincial e procurador geral da província de N. S. da Conceição do Rio de Janeiro, frei Fernando de S. Antônio, achava-se em Roma em 1719, e aí gozava de grande crédito pelas suas virtudes e sabedoria; e, comissionado pelos capuchos brasileiros, pediu e obteve do Papa Inocêncio XIII, para a corporação franciscana do Rio de Janeiro, um breve que, mandado observar pelo beneplácito régio, foi aceito por todos os religiosos e pela mesa definitiva em sessão de 23 de outubro de 1719.

É esse o breve chamado muito propriamente da *alternativa*, e que vigorou até à declaração da independência do Brasil.

Segundo as disposições do *breve da alternativa*, quando havia um noviço para professar e era português, esperava este que outro noviço brasileiro concluísse o tempo do tirocínio para professarem ambos no mesmo dia. E do mesmo modo, em caso contrário, esperava o brasileiro pelo português, de maneira que o número dos religiosos europeus não excedesse o dos brasileiros, e vice-versa.

Quando em um capítulo saía eleito provincial um capucho nascido na Europa, no seguinte o sucessor tinha necessariamente de ser natural do Brasil, sob pena de nulidade de eleição, seguindo-se depois ao brasileiro outro que devia ser português, *sine qua non*.

A respeito dos guardiões, estabelecia-se a mesma regra.

Se, por qualquer circunstância, vagava algum dos cargos antes de terminado o tempo marcado nos estatutos, o cargo era preenchido

por um substituto brasileiro ou português, conforme era português ou brasileiro o frade a quem se dava o substituto.

Para os colégios de estudos, enfim, os colegiais que se designavam eram em número igual, brasileiros e portugueses.

Tal foi o *breve da alternativa*.

As disposições singulares e curiosas desse breve, indicam bem claramente a que ponto havia chegado o ciúme entre brasileiros e portugueses nos conventos dos franciscanos da província de N. S. da Conceição do Rio de Janeiro.

A história da *alternativa*, que acabo de contar, é um novo e seguro fundamento para a proposição que emito e que vou repetir.

A rivalidade que tanto separava os brasileiros dos portugueses não teve a sua origem nas lutas da independência do Brasil, e, muito pelo contrário, a independência que nos engrandeceu e exaltou, a independência que nos deu um governo livre e nacional, o sol do Ipiranga, que foi para nós o sol da civilização, tem conseguido banir, pouco a pouco, essa rivalidade e esse ciúme que hoje se tornaram tão fúteis, tão mesquinhos, tão inconvenientes, que chegaram a ser inconfessáveis.

Não há mais nem pode mais haver metrópole nem colônia para Portugal e o Brasil. O Brasil e Portugal são duas nações irmãs, e embora separadas pelo Atlântico estendem seus braços e apertam as mãos amigas e nobres, não só sem ressentimento mas ainda com amor.

É tempo agora de irmos subindo pela escada de pedra que vimos ao lado esquerdo da portaria, e logo ao vencê-la, temos de parar um instante para contemplar um quadro que orna a parede principal e que representa a fé e a caridade.

A escada leva-nos ao primeiro andar, e termina dando entrada para uma sala que se chama o *salão da portaria*.

Nesta sala três quadros grandes em tela e com molduras douradas desafiam a nossa atenção; e não me sendo possível dizer-vos os nomes dos pintores que os executaram, limitar-me-ei a expor-vos o assunto de cada um deles, a dar-vos a leitura de algumas *oitavas* que os es-

clarecem e que devem ser conservadas em lembrança do poeta que as compôs e, enfim, contar-vos a história de um desses quadros, que não deixa de ser curiosa.

O quadro que está ao lado direito representa S. Francisco de Assis humilhado aos pés do bispo de Assis, no ato em que este queria beijar as mãos do santo patriarca.

O do centro, que é o maior e o mais importante, figura a morte de S. Francisco, que está estendido no chão com os braços cruzados sobre o peito, cercado de religiosos e da madre Jacoba, a qual, segundo refere a tradição, assistiu ao passamento do santo.

Deixemos, por ora, de parte o terceiro quadro, que é o do lado esquerdo.

Aqueles dois primeiros painéis, que merecem por certo alguma apreciação, impressionaram um frade capucho ainda muito moço e que já patenteava no convento de S. Antônio um talento brilhante. O jovem religioso foi ter com o provincial e pediu-lhe licença para compor alguns versos que fossem depois escritos por baixo das pinturas. A licença foi obtida, e as telas em que o pincel do pintor reproduzira aquelas cenas receberam novo encanto da musa de um poeta.

Asseverando eu agora que esse poeta foi São Carlos, e que as oitavas por ele escritas foram algumas das primícias do seu belo gênio, está visto que todos me estais pedindo esses versos do cantor da Assunção.

Não me farei rogar.

O quadro de S. Francisco humilhado aos pés do bispo de Assis tem as seguintes oitavas:

I

Este quadro que admiras, bem traçado,
Destreza do pincel mais primoroso,
Prazer causa ao espírito humilhado,
Terror e confusão ao orgulhoso.
O varão que aqui vês representado
Vence agora de humilde o ser vaidoso,

Que em lutas de vaidade, só caído
Se consegue o laurel de ter vencido.

II

Lançado está por terra e satisfeito,
Porque o pastor que atento o assistira
Formou do seu fervor um tal conceito
Que tudo à mão de Deus atribuíra.
Por ver acreditado este direito,
Em ondas de prazer, glória respira
O justo, que de gosto transportado
Vê que em tudo é Deus glorificado.

III

Assim este exemplar de santidade
Guardava à risca as leis do abatimento,
Reconhecendo a Deus suma bondade
Em tudo, com profundo acatamento.
Não descobre a cegueira da humildade
Nas honestas ações o luzimento;
E por mais que bem obre (ó coisa rara!),
Sempre tem para si que nada obrara.

IV

Tu, pois, que estás a ver atentamente
Primores de humildade tão subida,
Não pares só na vista; se és prudente,
Regula pelo exemplo a tua vida.
O retrato é motivo bem urgente
Pra excitar-te a vontade adormecida;
Que a virtude, inda mesmo assim pintada,
Repreende a conduta relaxada.

As oitavas que se lêem no quadro ao centro, que figura a cena
do passamento do patriarca, são estas outras:

I

Este que vês, cadáver animado,
Que sobre a dura terra jaz despido,
É da Itália o assombro venerado,
É o crédito de Assis esclarecido:
O Serafim Francisco, que o costado,
As mãos e pés o fazem conhecido,
Servindo de inscrição (de amor efeito)
Chagas nas mãos e pés, chagas no peito.

II

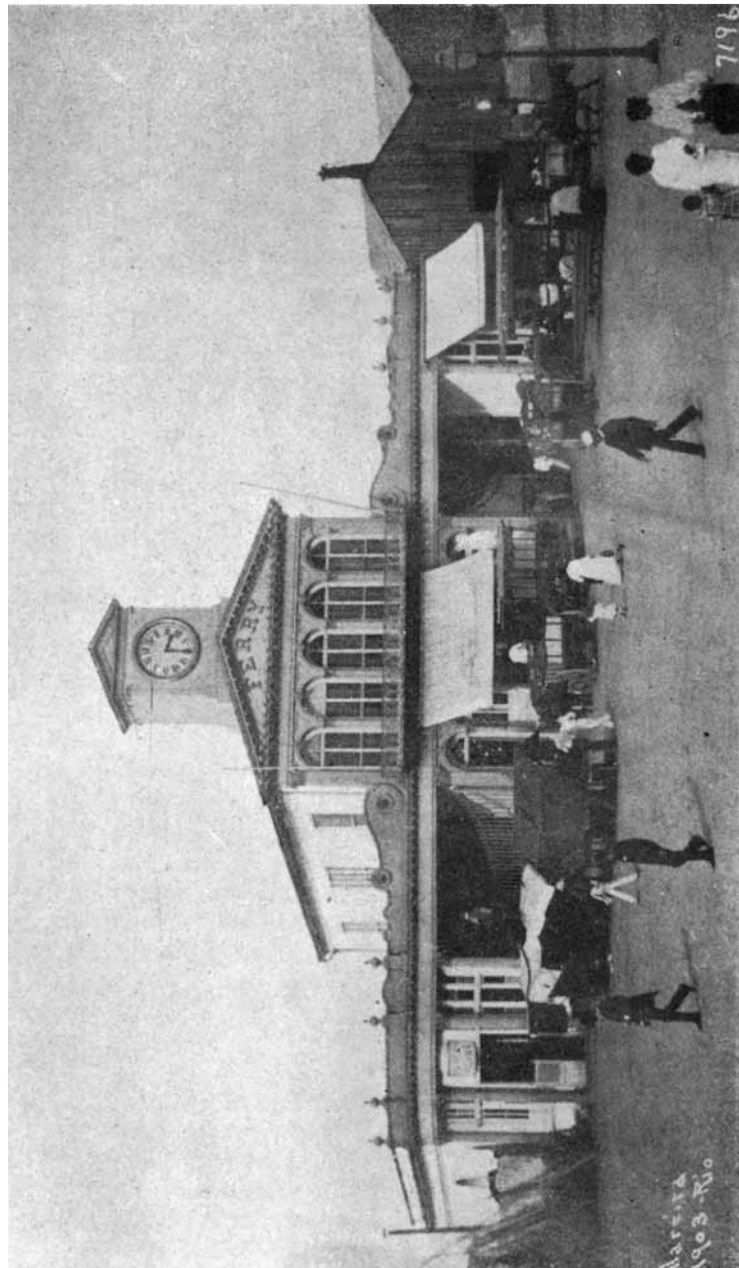
Nos paroxismos últimos da vida,
Já vacilante o edifício humano,
No leito jaz; porém a alma assistida
Do celestial alento soberano,
Na infalível do corpo despedida.
Não receia da morte o golpe insano,
Pois na desunião do corpo e alma,
Espera conseguir da glória a palma.

III

Mas o corpo modal na dura ânsia
(Pensão de toda a humana criatura),
Da vida à morte vê curta distância:
Antes que o cubra a térrea sepultura,
Aos seráficos filhos, com instância,
Roga o lancem despido à terra dura.
Pra que se veja em ato tão profundo
Que o mundo deixa como veio ao mundo.

IV

Alcança o que deseja, e já do leito
O concurso seráfico o levanta,
E da humildade o exemplar perfeito
No chão depõe a obediência santa.
Amante cruza os braços sobre o peito



Sede da Cia. Barras Ferry e estação principal no Rio, ocupada posteriormente pela Cia. Cantareira e Viação Fluminense

E os olhos põe no céu, onde se encanta.
Seguindo o corpo e os olhos desta sorte
Da Terra o porto e dos Céus o norte.

V

Ó seráfico espírito que amante
De Cristo intentas imitar os passos!
Pois vendo a Cristo padecer constante
Na cruz em que rompeu da vida os laços,
Para seres a Cristo semelhante,
A cruz para morrer formas os braços!
De amor invento foi, pra seres visto
Na vida e morte imitador de Cristo.

VI

Quem não dirá, de assombro suspenso,
Ao ver-vos, Serafim crucificado,
Que ou em vós está Cristo convertido,
Ou estás vós em Cristo transformado!
Se Cristo em cruz por nós morreu ferido,
Por Cristo em cruz morreis também chagado.
Se em Cristo chagas fez o amor mais fino,
Em vós, chagas abriu o amor divino.

VII

Jacoba, que Francisco e aos seus em vida
Sempre favoreceu com mão piedosa,
Festa de amor, tragédia esclarecida,
Por aviso do Céu, se acha amorosa.
Mortalha e cera traz, bem advertida,
Prevendo em Roma a morte gloriosa.
E de Francisco aos pés com tanta pena
Assiste, qual amante Madalena.

VIII

A vista do espetáculo estupendo,
Do Serafim os filhos amorosos,

O rigor da saudade já prevendo,
O trânsito do pai sentem chorosos.
Quando dos olhos lágrimas correndo,
Do peito saem suspiros lastimosos,
Tributando-lhe juntos nesta mágoa
Os peitos fogo amante, e os olhos água.

IX

Inspira o céu ao guardião Aiguerio,
Que amortalha a Francisco com decência
No hábito que trouxe, por mistério,
Da matrona Jacoba a diligência.
Assim lhe diz com reverente império
Que o aceite em virtude da obediência:
E Francisco, com ânimo sujeito,
Prontamente obedece ao seu preceito.

X

Ó singular modelo de humildade!
Ó raro paradigma da pobreza!
Ó pasmo superior da sanidade!
Ó tocha da mais bela luz acesa!
Ó esfera em que arde a caridade!
Ó relevante cifra da pureza!
Quem soube, como vós, sempre constante,
Ser pobre, santo, puro, humilde e amante?

XI

Na morte, depois dela, e mesmo em vida,
Sempre por santo foste venerado,
E por santo, três vezes quem duvida?
Sois Serafim no empíreo laureado.
Da vossa consonância às mais unida, é Deus louvado;
No céu três vezes santo,
Pois sois santo três vezes, não me espanto
Canteis qual Serafim três vezes santo.

XII

A número os prodígios superiores
Intentar reduzir deste portento
É querer numerar do campo as flores
E as estrelas contar do firmamento.
Só poderão contar vossos louvores
Voz seráfica, angélico talento;
Que pra assunto tão alto e soberano
É limitado o entendimento humano.

Não foi o poeta quem trasladou para os quadros as oitavas que compusera; e explicam-se por isso não poucos erros de ortografia que nessa cópia se notam, assim como é certo que São Carlos se queixa-va de erros ainda mais graves que o copista cometera e que ofenderam a substância da composição.

Guardemos, no entanto, com amor estes versos do jovem inspirado. Tudo quanto respeita e se refere ao nosso São Carlos deve necessariamente ser-nos grato.

Chegou a vez do terceiro quadro, que nos apresenta o milagre que fizera S. Francisco, ressuscitando um bispo na ocasião em que o cadáver deste, colocado sobre a peça, ia ser encomendado pelo cabido.

Este painel não tem no salão da portaria a mesma data dos dois anteriores, e veio muito depois deles substituir outro, que caíra no desagrado do bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco.

Sabe-se que o patriarca São Francisco de Assis apareceu como um enviado do Céu, no meio das vicissitudes e duras provas por que passou a igreja nos últimos anos do século décimo-segundo e nos primeiros do seguinte, em que as heresias, o desprezo da moral evangélica e a corrupção dos costumes faziam a vergonha do próprio clero e de muitos bispos. São Francisco entendeu que a verdadeira caridade deve principiar por casa, e atacou os abusos, as irregularidades do clero e dos bispos, e conseguiu os triunfos que o tornaram admirável aos olhos do mundo.

Um antigo pintor, querendo, ao que parece, aludir a esses fatos, e usando daquela liberdade que o mestre Horácio reconhece como um direito dos poetas e dos pintores, pintou um grande quadro alegórico, no qual era representado o santo patriarca empunhando, como o profeta de Terbes, uma espada, e na ação de degolar com ela um bispo que ele sustinha pelos cabelos.

Não sei se a alegoria era de bom gosto. Certo é, porém, que esse painel foi por muitos anos conservado no salão da portaria do convento de S. Antônio.

Mas veio um dia em que o bispo D. José Joaquim Justiniano deu aos capuchos do Rio de Janeiro a honra de uma visita, e entrando no salão da portaria, estacou diante do quadro tremendo e ofensivo da dignidade dos bispos.

– Que quadro é este? – exclamou. – São Francisco de Assis nunca praticou ação semelhante!

– É uma simples alegoria – disse o provincial.

– Simples? É uma alegoria insultuosa e indigna. É uma pintura indecente, que não deve existir em um convento!

O bispo estava irritadíssimo, e ordenou logo depois que o painel fosse arrancado e inutilizado.

A ordem foi cumprida, e o quadro do bispo ressuscitado substituiu o do bispo em ação de ser degolado.

Era a substituição da imagem terrível da morte pela imagem risonha da vida.

Tempos depois, o bispo D. José Joaquim Justiniano tornou ao convento de S. Antônio; e, vendo o novo quadro que tomara o lugar do antigo, disse, com uma alegria beatificadora:

– Este sim! Este sim!

IV

O primeiro andar do convento de S. Antônio do Rio de Janeiro ainda nos deve dar precioso entretenimento para um longo passeio.

Tínhamos parado no salão da portaria, que estudamos já suficientemente.

Sigamos agora por este extenso corredor, e no fim dele entre-mos no salão chamado dos guardiões.

É, como o primeiro, uma pequena sala a que impropriamente se empresta o nome de salão. Tem duas portas que abrem para um terraço que domina a entrada da barra e grande parte da cidade. É simples, sem ornamentos, conforme o preceito da ordem seráfica. Pode, porém, ufanar-se de possuir em suas paredes quatro verdadeiras preciosidades, que são os retratos de Rodovalho, São Carlos, Sampaio e Mont'Alverne, devidos à paleta do Sr. Tironi.

Daqueles quatro admiráveis oradores do púlpito brasileiro só Mont'Alverne nos deixou uma coleção de uma parte dos seus sermões. Os tesouros da inteligência dos outros perderam-se, ou completamente, ou em sua máxima parte.

Frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho era natural de Taubaté, província de S. Paulo, e, dizia Mont'Alverne, que era Rodovalho o frade mais sábio da província de N. S. da Conceição do Rio de Janeiro. Foi um orador profundo e muito conceituado. Morreu a 2 de dezembro de 1817, e não me consta que se saiba o fim que levaram os seus sermões.

Ainda há quem se lembre de ter ouvido Frei Rodovalho pregar; e sei de um ancião que ocupa uma alta posição oficial, e que é muito notável por seus conhecimentos e ilustração, que conserva de cor quase toda a oração fúnebre que aquele célebre franciscano pregou na igreja da Misericórdia nas exéquias do Marquês de Lavradio.

S. Carlos fez presente de cerca de setenta sermões que tinha conservado a um clérigo secular da sua amizade, que o freqüentou muito nos seus últimos dias de vida. E o padre cujo nome não quero declinar sumiu um legado tão precioso que era mais da pátria que dele próprio.

Sampaio morreu de um ataque apoplético e deixou em sua cela um caixão contendo mais de trezentos sermões. O provincial que então servia, e que era Frei Joaquim de São Daniel, arrecadou o caixão em que ninguém mais pôs os olhos; e quando, em 1852, faleceu, algumas horas antes de morrer, ou na véspera do dia do seu passamento, ofereceu esse rico tesouro a um jovem religioso seu discípulo.

Mas a última vontade de São Daniel não foi cumprida. O caixão de sermões foi arrecadado pelo provincial que nessa época servia, e cujo

nome não declino porque ainda existe, e sem dúvida ainda guarda zeloso aquela riqueza, de que não houve mais notícia, e que, eu o penso, pretende por sua morte legar à corporação a que pertence.

Muito melhor e louvável fora que o respeitável religioso entregasse ainda em sua vida, e quanto antes, esses desejadíssimos trabalhos do ilustre Frei Sampaio. A isso o convida o dever do patriotismo e da religião.

Entretanto, penso que para glória e crédito da sua ordem, e também para a glória da pátria, devem os frades capuchos empenhar-se em obter aquele precioso caixão ou, pelo menos, em reunir e publicar em uma coleção esses poucos sermões que existem impressos em folhetos e alguns manuscritos que restem dos numerosos trabalhos desses grandes pregadores, para que os vindouros possam ao menos fazer idéia da robusta, esclarecida inteligência de tão distintos brasileiros.

Foi pena que se esbanjassem tantos e tão preciosos tesouros.

Frei Sampaio especialmente era de uma fertilidade pasmosa. Sentava-se à mesa, dobrava duas, três ou quatro folhas de papel, cósia-as, tomava a pena e escrevia sem parar, com uma letra sempre igual, miúda e de caráter antigo. Não emendava nem riscava, e acabava o discurso exatamente no fim da última página do folheto que preparava.

Sampaio gostava de ter dinheiro; e como não lhe sobrassem os meios, escrevia sermões para os padres, que lhes iam encomendar ao preço de quatro mil-réis. Faça-se idéia dos triunfos que se alcançaram aí pelos púlpitos da cidade e das freguesias do interior, à custa de Frei Sampaio.

Era de uso naquele tempo que os pregadores franciscanos pagassem ao convento, de cada sermão de Evangelho, uma dobra³⁶, e de cada prática, quatro mil réis. O ônus era pesadíssimo, porque então não se gratificavam tão bem como hoje os oradores sagrados.

Os frades capuchos pregadores revoltavam-se todos contra semelhante tributo, e era já objeto de divertido e tolerável empenho no convento o ver qual deles podia escapar, por inocente astúcia, ao pagamento da dobra ou dos quatro mil-réis.

36 Moeda antiga de diferentes cunhos e valores. A dobra de ouro valia 16 mil-réis, e a meia dobra oito.

Contava muitas vezes Mont'Alverne que um dos maiores desapontamentos por que passara fora devido àquele empenho.

Tinham-lhe ido encomendar um sermão para uma festa que no dia 15 de agosto se devia celebrar na igreja dos Terceiros do Hospício.

Mont'Alverne declarou que pregaria, se se guardasse inviolável segredo a respeito do nome do pregador. Aceita a condição, preparou o seu sermão; e no dia da festa, saiu do convento, pregou e voltou para a sua cela sem que um só dos frades, e menos o guardião, concebesse a menor suspeita sobre o caso.

À noite, havia no convento uma solenidade a N. S. da Assunção, no altar da enfermaria; e Mont'Alverne, chegando para tomar parte nela, ainda um pouco cedo, começou a passear e a conversar num salão com o guardião, que era Frei Joaquim de São Jerônimo.

Passados apenas alguns minutos, entra no salão um devoto freqüentador do convento de S. Antônio, homem estimável, que tinha em grande apreço os bons pregadores, e que, por sinal, felizmente ainda hoje vive, e lembrar-se-á deste caso.

O bom devoto, logo que põe os olhos em Mont'Alverne corre para ele entusiasmado e exclama:

– Ah! padre-mestre. Que magnífico sermão pregou hoje vossa caridade! A admiração foi geral, e eu ainda me acho comovido e arrebatado.

Mont'Alverne estava, dentro de si, maldizendo do entusiasmo do seu admirador; e este, cada vez mais ardente e enlevado, relatou tudo quanto testemunhara.

O guardião, desatando a rir, voltou-se para Mont'Alverne e disse-lhe:

– Venha a dobra, padre-mestre. Venha a dobra.

E Mont'Alverne teve de pagá-la.

Frei Sampaio foi mais feliz do que Mont'Alverne.

Estava ele para pregar um sermão de angústia na igreja da Misericórdia, e dias antes, saindo da sua cela, viu o guardião, que era então um outro célebre pregador, Santa Leocádia, passeando triste como se estivesse contrariado.

– Que tem, padre-mestre? – perguntou Frei Sampaio.

– Ah! – disse Santa Leocádia. Não se pode mais ser prelado nestas casas. Os frades não dão aos prelados se não desgostos e angústias.

– Deveras? – tornou Frei Sampaio, sorrindo.

– Ria-se, ria-se. Mas se fosse guardião, havia de entristecer-se como eu e de viver sempre angustiado.

– Pois, padre-mestre, eu lhe juro que não se queixará de mim por lhe dar o meu quinhão de angústias.

– Estou certo disso, padre-mestre. Estou certo e nunca pensei o contrário – respondeu Santa Leocádia.

Três dias depois, foi Sampaio pregar o seu sermão e, de volta, recolheu-se à sua cela. Tinha, porém, apenas acabado de entrar quando lhe apareceu Santa Leocádia.

– A dobra, padre-mestre – disse o guardião.

– Que dobra? – perguntou Frei Sampaio, mostrando-se admirado.

– Ora! A dobra do sermão que pregou.

– Ah! padre-mestre guardião – disse Frei Sampaio. – De pagar essa dobra estou eu livre, porque preguei um sermão de angústias e há três dias lhe jurei, e vossa caridade recebeu meu juramento, que eu não lhe daria o meu quinhão de angústias.

O guardião pôs-se a rir, e Frei Sampaio não pagou a dobra.

Relevai-me estas ligeiras anedotas, que se referem a esses nossos grandes pregadores. E retirando-nos do salão dos guardiões rendamos justos louvores ao atual provincial dos franciscanos do Rio de Janeiro, porque foi ele que mandou fazer aqueles quatro retratos que perpetuam as imagens de tão eloqüentes e sábios oradores brasileiros.

A capela dos Três Corações, que em seguida passamos a visitar, tem o altar copiosamente enriquecido de relíquias e ossos de santos, que os provinciais, quando iam a Roma votar, em capítulo geral, traziam obtidos do papa. As paredes mostram-se ornadas com diversos bustos de santos, cada um dos quais apresenta um relicário ao peito. O teto é pintado a óleo e é aí notável um quadro do mistério da Trindade.

Além das salas e da capela que temos estudado, constava ainda o primeiro andar do convento de S. Antônio de numerosas celas que

outrora não eram de sobra, porque então abundavam os religiosos, e que, nestes últimos tempos, tão desabitadas ficaram que uma parte delas foi cedida para o Arquivo Público, que desde 1854 se acha ali estabelecido, tendo-se rasgado muitas celas, que se transformaram em salas, dispostas convenientemente para o serviço desta utilíssima instituição.

O Arquivo Público absorveu as antigas acomodações da secretaria e consistório do convento, que eram no primeiro andar e que, em consequência dessa patriótica hospedagem, o atual provincial fez mudar para o segundo, como teremos de ver.

A necessidade de prover com os arranjos precisos o Arquivo Público, ia sendo causa de desaparecer, como desapareceram muitas outras, a cela que fora habitada pelo Padre-Mestre Frei Francisco de Santa Teresa Sampaio.

A situação em que se achava esta cela a condenava ao doloroso sacrifício. O digno provincial, porém, Frei Antônio do Coração de Maria Almeida, que por algum tempo a tinha também ocupado, desde 1844, salvou-a desse grande perigo e dela conserva a chave bem como das que pertenceram a São Carlos e Mont'Alverne.

A cela que foi habitada por Frei Sampaio está situada junto de um salão que corre por cima da sacristia para o jardim, da qual olham as suas janelas de grades de ferro.

A cela de Frei Sampaio é histórica e cheia de importantes e curiosas recordações.

Em 1821 e 1822, reuniu por vezes em seu acanhado recinto um clube de patriotas, e depois da proclamação da independência foi muito freqüentada pelo Sr. D. Pedro I, imperador do novo Império.

Quando, no Rio de Janeiro, se tratou de impedir a retirada do Sr. D. Pedro, então príncipe regente, para Portugal, o Capitão-Mor José Joaquim da Rocha, o Coronel Nóbrega e outros, reuniram-se repetidamente na cela de Frei Sampaio, e foi aí que prepararam alguns dos grandes acontecimentos que em seguida chegaram a ter lugar e que foram os precursores do grito do Ipiranga.

Frei Sampaio foi o redator de um jornal político que naqueles anos se publicou sob o título *O Regulador*, e em que sustentou princípios liberais moderados. Era da sua cela que mandava para a imprensa os au-

tógrafos, e ainda hoje se conserva no convento de S. Antônio um livro em cujas páginas ele, pela sua própria mão, deixou copiados os principais artigos que fez imprimir no seu periódico e em outros.

Algum tempo depois da independência, Frei Sampaio começou a desagradar aos liberais, que principiavam a manifestar aquela oposição, que só acabou triunfando em 7 de abril de 1831.

Diziam os liberais que o ilustre franciscano escrevia obedecendo às inspirações e à vontade do Sr. D. Pedro I, que o conquistara com obséquios e provas de afeição, e assentavam o seu dizer em um fundamento que a muitos parecia seguro, porque era na verdade que o Sr. D. Pedro I ia freqüentes vezes ao convento de S. Antônio, e não poucas ficava desde o anoitecer até às 19 horas da noite na ceia de Frei Sampaio, ouvindo-o ler os seus artigos, e com ele discorrendo sobre política.

Mas tudo isso já lá vai, e tudo desapareceu. Perderam-se os sermões do eloqüente pregador, por pouco que não desapareceu também a sua cela, e perderam-se até os ossos desse homem ilustre.

Direi como se extraviaram os ossos de Frei Sampaio, e tratando deste ponto, escreverei a última página em que neste passeio me ocuparei do célebre franciscano.

Quando Frei Sampaio faleceu, alguns de seus compatriotas e admiradores determinaram mandar preparar uma urna digna de receber-lhe os restos. Abriram para isto uma subscrição e encomendaram a urna a um artista de nome Adriano, que teve uma oficina de entalhador na Rua Senhor dos Passos.

Chegado a tempo competente, dirigiu-se um antigo amigo do finado ao convento de S. Antônio, onde era muito conhecido e considerado, e depois de instâncias reiteradas, obteve os ossos de Frei Sampaio.

Mas o entusiasmo tinha já esfriado. Os subscritores não concorreram com as quantias competentes. O descuido fez esquecer a gratidão. Faltou o dinheiro, quando a urna se achava pronta, e os ossos do grande pregador foram abandonados e esquecidos na oficina de Adriano.

Dói a um brasileiro escrever estas tristes verdades. Sirvam elas, porém, ao menos, para castigo da nossa repreensível incúria.

Entretanto, Adriano incomodava-se com a urna que lhe custara trabalho e despesa, e que continuava na oficina a lembrar-lhe o prejuízo sofrido. Sabendo, porém, que o Sr. Dr. José Maurício Nunes Garcia procurava uma urna para recolher os ossos de seu pai, o ilustre padre José Maurício Nunes Garcia, correu a oferecer-lhe a que tinha.

O Sr. Dr. José Maurício foi à oficina de Adriano, comprou a urna, e vendo a ossada de frei Sampaio, e reconhecendo-lhe a cabeça pelo único alvéolo incisivo que apresentava e que fazia lembrar um defeito que pelo correr dos anos experimentara em sua dentadura o célebre pregador, levou consigo essa cabeça que tão grande se mostrara, e que Adriano cedeu sem a mais leve oposição.

Os anos correram, Adriano morreu. Os ossos de Frei Sampaio extraviaram-se para sempre, e apenas a cabeça óssea nos resta, conservada pelo ilustrado médico e habilíssimo mestre de anatomia que nas suas lições de antropotomia deu uma curiosa descrição, ou antes, fez um estudo concienzoso e interessante daquela preciosa relíquia.

O Sr. Dr. José Maurício considera “o crânio de Frei Sampaio como um tipo dos melhores – das belas formações cranianas”, e declara “que ele se presta a todos os sistemas craniométricos, melhor do que nenhum dos que há podido ver”.

Debaixo do ponto de vista frenológico, o Sr. Dr. José Maurício faz ainda notar o extraordinário desenvolvimento da bossa da idealidade, que Gall e Spurzheim se extasiariam, encontrando na cabeça daquele pregador tão famoso pelos seus improvisos felizes e pela sua eloquência arrebatadora.

O estudo feito sobre o crânio de Frei Sampaio é cheio de importância e de interesse, e para as lições de antropotomia do nosso muito distinto lente jubilado de anatomia remeto os meus companheiros de passeio que desejarem devidamente apreciar.

O Sr. Dr. José Maurício Nunes Garcia é merecedor de elogios e de gratidão pela boa obra que fez, salvando e conservando o crânio de Frei Sampaio e dando dele um estudo minucioso e profundo que aproveita à ciência e também um pouco mitiga a mágoa que nos deixou o extravio dos outros ossos.

Além da cela de Frei Sampaio, que o respeito devido à sua ilustre memória fez conservar com um cuidado tão louvável, ainda os religiosos apontam e mostram com uma bem fundada e justa ufania aos visitantes do seu convento da cidade do Rio de Janeiro, outras celas não menos recomendáveis por nobres recordações da mesma natureza.

Entre essas, distinguem-se as que pertenceram a Mont'Alverne e São Carlos.

Direi alguma coisa a respeito da cela que foi habitada pelo último, o frade notabilíssimo que primou como pregador e como poeta.

A cela que pertenceu a Frei São Carlos está situada na extrema esquerda da face principal do convento e dela são as últimas duas janelas de peitoril que ali se vêem. Por cima, no segundo andar, tem ela o painel e altar de N. S. da Assunção, que havemos de contemplar mais tarde.

É notável a feliz coincidência desse altar e desse painel da Assunção, levantados exatamente sobre a cela em que habitou aquele que foi o grande e inspirado cantor da Assunção, e onde ele escreveu esse estimado poema, que perpetuará seu nome.

Entretanto, esta cela também correu o risco de ser destruída, não pela mão dos homens, mas pela flama do raio.

Em uma tarde escura e tempestuosa, achava-se Frei São Carlos na sua cela, e conversando com ele, os padres-mestres Frei Henrique de Santana, Frei Joaquim de São Daniel e alguns outros religiosos.

A tormenta ia cada vez mais redobrando de intensidade, e ao ribombar de terrível trovão, levantaram-se os frades assustados.

Frei Henrique tremia ainda mais que todos os outros.

– Que é isso, padre-mestre? – perguntou-lhe São Carlos.

– Tenho medo – respondeu Frei Henrique. – Tenho medo, e lembra-me que não estamos bem aqui em uma extremidade do convento. Acho prudente que nos retiremos.

São Carlos riu-se do conselho de Frei Henrique. Este, porém, despediu-se. Saiu, e foi logo seguido por todos os outros frades.

Frei Joaquim de São Daniel, que se deixara ficar por último, despediu-se também, e São Carlos, ou para continuar a conversação em

que estavam, ou porque não lhe agradasse o ficar só, acompanhou a S. Daniel.

E tinham apenas dado alguns passos fora da cela, quando um novo e mais terrível trovão rebentou, e a cela pareceu abismada em dilúvio de fogo.

Era o fogo do raio.

São Carlos, São Daniel, Frei Henrique e outros religiosos acabavam de escapar de serem fulminados.

O raio estragou o altar da Assunção, que veremos no segundo andar do convento. Fez rachar-se de alto a baixo uma das paredes da cela e cair uma grande pedra no mesmo lugar onde poucos momentos antes se achava sentado o Padre-Mestre São Carlos.

O suavíssimo cantor da Assunção tratou logo depois de promover os reparos do altar estragado, conseguiu em breve restaurá-lo e, em observância de um voto que por essa ocasião fez, daí em diante e até morrer, pregou em todos os anos o sermão da festa de N. S. da Assunção no convento, solenidade que se celebrava no mesmo altar que também fora tocado pelo raio, atribuindo sempre aquele padre-mestre a um milagre da Santíssima Virgem o ter escapado a tão tremendo perigo.

E justo foi que a Rainha das Virgens, a Mãe Imaculada cobrisse com o escudo da sua proteção o poeta por ela mesma inspirado, o poeta que a cantava com tanto brilhantismo e com tanta doçura, e que a ela dizia:

Eu só procuro com meus versas rudes
Teus triunfos cantar, tuas virtudes.

V

Finalmente, depois de quatro longos passeios, chegamos ao segundo andar do convento de S. Antônio da cidade do Rio de Janeiro.

Talvez cansados e aborrecidos de acompanhar-me, penseis que cinco passeios prolongados e consecutivos pelo interior de um convento devam parecer demais. Sabei, pois, que eu nutro sérios receios de que não paremos ainda no quinto, e que tenhamos de completar a meia dúzia.

E mesmo assim, não pouco me ficará por dizer, visto que sendo tão amplos os hábitos dos frades franciscanos, não podem deixar de dar muito pano para mangas. E nem é de admirar que seis passeios não bastem para se fazer o estudo completo de um espaçoso e notável convento, quando tantas e tão dilatadas viagens se têm feito dentro de limites muito mais apertados.

Só Xavier de Maistre, para não lembrar alguns outros, escreveu dois livros dando conta de uma viagem ao redor de seu quarto e de uma expedição noturna ainda ao redor do seu quarto. Façam idéia de quantos livros escreveria Xavier de Maistre, se viajasse por um convento de frades.

Direis a isso que também não fatigaria nem mesmo ao maior preguiçoso o ser companheiro de viagem de um escritor como o foi o espirituoso irmão do célebre Conde José Maistre.

Reconheço o fundamento e justeza dessa observação. E como não tenho resposta a opor-lhe, nem argumento que lhe tire ou diminua a força, faço o que está em moda: apelo para a rolha e proponho o encerramento da discussão.

Encerrou-se a discussão, e votou-se, e fico declarado, por grande maioria de votos, tão bom escritor como Xavier de Maistre, ou ainda melhor do que ele.

Não vos admireis. As maiorias são às vezes tão despóticas como Luís XIV, e tão injustas como o Sinhedrim que condenou a Jesus Cristo.

Estamos, pois, no segundo andar do convento de S. Antônio da cidade do Rio de Janeiro.

Vejo, porém, uma escada que deve levar-nos ainda a um andar superior, e deu-me vontade de sacrificar a ordem regular destes passeios, subindo ao terceiro andar antes de estudar o segundo.

Quer vos agrade, quer não, haveis de sujeitar-vos à minha vontade. Subamos, pois, a escada.

Esse terceiro andar tem uma única face, se bem que fique no fundo do convento, olha para a frente e está fronteiro à Rua da Guarda Velha.³⁷

37 Senador Dantas. Chamava-se Guarda Velha porque nela existia um corpo policial que se incumbia de montar guarda ao chafariz da Carioca, a fim de evitar distúrbios.

Examinemos o que se encontra nesse último pavimento.

Temos diante de nós uma pequena capela em cujo único altar se venera a imagem sagrada do Senhor dos Passos.

No seio dessa capela, que está quase junto da enfermaria e apenas dela separado por um muito curto corredor, estão depositados os corpos dos religiosos que chegam ao termo da sua peregrinação pelo mundo. Enquanto as almas sobem aos pés de Deus, os cadáveres são recolhidos à capela.

Entretanto, ela não foi sempre destinada para receber e guardar por algum tempo os restos mortais dos capuchos. Outrora, até o ano de 1747, ali se ofereceu habitação e descanso a um venerando religioso leigo do convento, que nesse lugar teve a sua cela durante toda a sua vida passada no Rio de Janeiro.

Perguntais-me quem foi esse homem?

Já lestes o seu nome sobre a campa de uma distinta sepultura do claustro. Tereis, porém, agora de lê-lo ainda uma vez. Deixai a capela, avançai comigo pelo corredor. Vinde.

Nesse corredor, que comunica a enfermaria com a capela do Senhor dos Passos, vê-se, à mão esquerda de quem vai para a enfermaria, uma pequena chapa de cobre pregada na parede, indicando o lugar onde se acham os despojos mortais de frei Fabiano de Cristo, e tendo a seguinte inscrição:

*Ut quondam oegris querebas, Fabiane, salutem,
Nunc etian votis auxiliare tuis.*

Mas por que na casa humilde assim tão manifestamente se exalta a memória desse finado? Por que nas sepulturas dos religiosos todas as lousas são mudas, e apenas duas, e dessas duas aquela que caiu sobre a cova desse pobre leigo, falam com a voz da inscrição, anunciando o nome do religioso cujo cadáver escondeu no jazigo?

A estas perguntas, que certamente nos estais fazendo, vou responder, contando a história de frei Fabiano, como aliás já vos tinha prometido algures.

É a lenda de um santo que me cumpre repetir, e fá-lo-ei reproduzindo fielmente o que se encontra em livros e manuscritos do arquivo do convento.

Achar-se-ão nesta história belos exemplos da sublime virtude da caridade, e além deles, prodígios que a fé pôde receber, e sobre os quais não se deve emitir opinião alguma.

Eu não discuto. Limito-me a relatar com verdade o que li em papéis que me foram obsequiosamente confiados.

Frei Fabiano de Cristo, religioso leigo do convento de S. Antônio da cidade do Rio de Janeiro, era natural do arcebispado de Braga, no reino de Portugal. Veio ainda muito moço para o Brasil, e aqui no Rio de Janeiro tomou o hábito de franciscano capucho, com o qual viveu piedosamente durante quarenta e um anos, empregando desses não menos de trinta e sete em servir de enfermeiro com uma admirável caridade, e dando sempre exemplo de singulares virtudes. Aos 71 anos de idade, pouco mais ou menos, e aos 17 de outubro de 1747, faleceu, enfim, no mesmo convento de S. Antônio, sucumbindo a uma hidropisia e com o corpo martirizado por algumas chagas.

Era um homem tão venerando e de costumes tão irrepreensíveis que todos os religiosos capuchos e ainda as principais autoridades da casa o tratavam com o mais profundo respeito.

Apesar da sua modéstia e do seu recolhimento, frei Fabiano era conhecido e amado em toda a cidade; e diz-se que, freqüentes vezes, vinham ao convento enfermos ricos e pobres pedir ao simples leigo a sua intervenção perante Deus para conseguirem o seu restabelecimento, acrescentando-se que as orações e as preces de frei Fabiano eram de ordinário atendidas, e que muitos doentes lhe deviam assim a terminação dos seus sofrimentos ou a vida.

Efeitos naturais ou favores do Céu, essas curas davam ao pobre leigo uma grande reputação de santidade.

Um fato tradicional no convento de S. Antônio exhibe o mais seguro e incontestável testemunho das sublimes virtudes da paciência e da caridade do ilustre religioso e devotado enfermeiro, que tanto se elevava pela humildade.

Achava-se num dos leitos da enfermaria um velho frade impertinente por gênio, pela idade e pela moléstia, e de caráter irascível e violento. Em uma noite, e já muito tarde, desejou tomar um caldo, e chamou o enfermeiro pelo toque da campainha.

Frei Fabiano acudiu imediatamente, e atendendo ao pedido do velho doente, não querendo incomodar o ajudante e os serventes da enfermaria, que sossegadamente dormiam, correu ele próprio à cozinha, a fim de preparar o caldo.

Alguns minutos depois, o frade recebia a sua xícara de caldo. Provando-o, porém, e não o achando do seu gosto, atirou com a xícara cheia de caldo quente ao rosto do bom e zeloso enfermeiro.

Frei Fabiano ficou com a face ferida e queimada. Insensível, porém, à dor e cheio de angélica paciência, disse:

– Perdoe-me, meu padre. Eu vou preparar-lhe outro caldo.

O frade, confundido por um procedimento tão edificante, desfez-se em lágrimas e, esquecendo a moléstia, lançou-se fora do jeito, caiu de joelhos e exclamou:

– Perdão! Perdoe-me pelo amor de Deus a ofensa que acaba de receber!

Frei Fabiano levantou o velho religioso em seus braços e chorou com ele.

No dia seguinte, o prelado, vendo o enfermeiro com o rosto ferido, e não podendo conseguir que ele lhe revelasse a causa daquele dano, impôs-lhe o preceito da obediência e mandou-o falar. Mas frei Fabiano, cedendo ao dever que o obrigava a acusar o velho frade, pôs-se de joelhos aos pés do prelado, e com um crucifixo na mão, pediu e obteve o perdão do ofensor.

Realmente, só uma grande alma é capaz de tanta virtude!

Conta-se ainda que frei Fabiano, vendo-se perigosamente enfermo, alguns dias antes do seu falecimento, despediu, com suaves consolações, os religiosos que o cercavam e anunciou-lhes o dia e a hora do seu passamento, que exatamente veio a verificar-se, como ele o predisse-ra, no dia 17 de outubro de 1747, pelas duas horas da tarde.

A notícia da morte de frei Fabiano, espalhada rapidamente pela cidade, chamou ao convento imenso povo que invadiu a capela do

capítulo, onde estava depositado o corpo, e começou a lançar-se sobre o féretro para cortar pedaços do hábito de que estava vestido o cadáver, como se no pano que arrancavam levassem preciosas relíquias.

Tornou-se bem depressa necessário revestir o cadáver com um novo hábito e reclamar força pública para conter a multidão.

No dia seguinte, o enterro teve lugar com a assistência do Governador Gomes Freire de Andrade, depois conde de Bobadela, do bispo d. frei Antônio do Desterro e das pessoas consideradas da cidade.

Contam-se coisas extraordinárias observadas no cadáver do caridoso e humilde enfermeiro. Deixarei, porém, a cargo daqueles que depuseram sobre os fatos que em seu dizer se passaram, o cuidado de contar a história desses prodígios.

Frei Fabiano foi sepultado na quadra dos religiosos, no claustro, na segunda sepultura, começando a contar da capela do Senhor do Bonfim. Na parede que fica em frente da sepultura colocou-se uma tarja de mármore com a seguinte inscrição em letras pretas, e que ainda se conserva:

Sepultura do servo de Deus, frei Fabiano de Cristo,
falecido em 17 de outubro de 1747.

Passados alguns anos, procedeu-se à exumação, e por ordem do bispo e do provincial foi selada a sepultura para ficar perpetuamente impedida, e os ossos do homem justo e caridoso, daquele que já gozava em vida grande reputação de santidade, passaram para uma caixa, sendo esta colocada na parede do corredor, defronte da capela do Senhor dos Passos, de quem tinha sido frei Fabiano o mais constante devoto.

O bispo e o provincial mandaram proceder a uma inquirição jurídica a respeito dos “numerosos milagres que fez o Senhor em testemunho da santidade daquele seu servo”, e vinte e nove pessoas deram depoimentos que se acham lançados no livro II do tombo da província, de folhas 84 a 100.

Não deixou de aparecer a idéia de pedir-se a canonização do frei Fabiano. Não se levou, porém, a efeito esse projeto por ser muito pobre a ordem dos capuchos e faltarem-lhe os recursos para as enormes despesas que seria indispensável fazer.

Eis aí a história, ou, se quiserem, a lenda de frei Fabiano de Cristo, tal como a achei e li.

Se o caridoso, paciente e humilde enfermeiro foi e é santo, não sei. Se por sua intervenção operou Deus milagres e prodígios, ignoro. Basta-me, porém, saber que foi um homem rico de virtudes, para louvar a sua memória.

No entanto, e ao menos por curiosidade, ajuntarei, a este passeio, a cópia de dois documentos que se referem a frei Fabiano e que foram escritos e assinados pelas duas principais personagens da terra naquele tempo – pelo governador e pelo bispo.

Suponho que são dois atestados pouco ou nada conhecidos. A sua publicação, portanto, não é desnecessária.

Copio-os sem comentá-los, e cada um ajuíze deles como quiser. Ei-los aí:

“D. Frei Fabiano do Desterro, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, bispo do Rio de Janeiro, do conselho de Sua Majestade, etc., etc.: Atestamos que aos 18 dias do mês de outubro do ano passado, de 1747 às 4 para as 5 horas da tarde, assistindo nós a rogo dos Revms. Franciscanos do convento de S. Antônio desta cidade ao enterro do servo de Deus, frei Fabiano de Cristo, religioso leigo do mesmo convento, o qual havia falecido no dia antecedente pelas duas horas da tarde, vimos e presenciamos o seguinte: Que, havendo falecido o dito servo de Deus, de uma hidropisia e de umas chagas antigas e asquerosas que lançavam de si matérias pútridas, depois de morto nenhum mau cheiro lançava o cadáver. Que as ditas chagas estavam rosadas, vertendo sangue líquido. Que, esfregando nós as ditas chagas com um retalho do hábito do mesmo servo de Deus, e molhando-o no seu sangue, lançava este um cheiro suavíssimo que recreava o olfato. Que o cadáver tinha flexíveis as mãos, braços, pernas e juntas do corpo, em que se fez exame. Que tinha as cores do rosto tão naturais e agradáveis e os olhos tão cristalinos como se estivesse vivo, havendo mais de vinte e seis horas que tinha morrido. O que tudo nos pareceu e aos médicos que estavam presentes serem efeitos sobrenaturais e prodigiosos. E informando-nos nós da pátria, vida e costumes do dito servo de Deus, soubemos dos religiosos do dito convento que era natural do arcebispado de Braga, no reino de Portugal, que tinha 71 anos de idade, pouco mais ou menos, e 41 de profes-

so na religião de S. Francisco desta cidade, dos quais gastara 37 em servir com fervorosa caridade na enfermaria do convento, e que finalmente fora sempre um religioso de vida inculpável e exemplar. Todo o referido é verdade, em fé do que mandamos passar a presente atestação, por nós assinada e selada com o selo das nossas armas neste nosso palácio episcopal da cidade do Rio de Janeiro, aos 2 de agosto de 1748. E eu, padre Agostinho Pinto Cardoso, escrivão da câmara eclesiástica, a subscrevi. (Assinado + D. Fr. Antônio, bispo do Rio de Janeiro. – Lugar + do selo. – Cardoso). Registrada a fl. 77 v. Do livro I do registro das letras apostólicas. Rio, 2 de agosto de 1748. – Sena.”

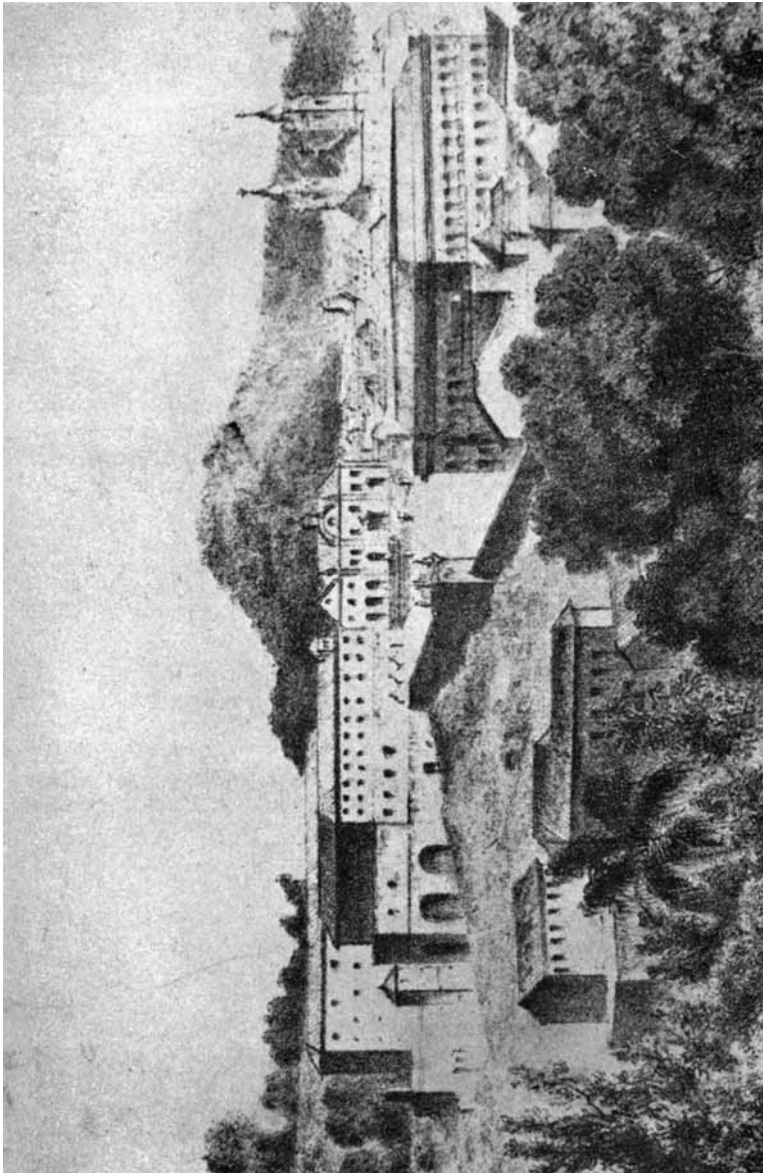
“Gomes Freire de Andrade, do conselho de Sua Majestade, sargento-mor de batalha dos seus exércitos, governador e capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Cuiabá, etc., etc.: Certifico e atesto que, indo eu ao convento de S. Antônio desta cidade, assisti ao funeral do servo de Deus, frei Fabiano de Cristo, religioso leigo do mesmo convento, vi e examinei haver falecido de hidropisia geral, e que algumas chagas que tinha, antigas e asquerosas, lançavam de si sangue puro e odorífero. Que tinha as mãos, pés e mais partes do corpo em que pôde fazer-se exame, inteiramente flexíveis. Que sendo o dito religioso em vida de cor muito macilenta, ao tempo que se fazia o ofício de corpo presente reparei que se lhe tornaram as cores do rosto tão rosadas e naturais, e os olhos tão cristalinos, melhor do que se estivera vivo, havendo mais de 26 horas que estava morto; o que tudo me pareceu e às mais pessoas presentes serem efeitos sobrenaturais e prodigiosos. Ultimamente sempre o conheci, de 14 anos que estou nestas capitanias, e geralmente de todos foi tido como um religioso de vida virtuosa e exemplar. Era natural do arcebispado de Braga, no reino de Portugal. Viveu 71 anos de idade, pouco mais ou menos, e morreu a 17 de outubro do ano passado, pela uma para as duas horas da tarde. Tinha 43 anos de corporação, havendo 36 ou 37 que servia de enfermeiro no referido convento, com ardente caridade evangélica.

“Todo o referido passou na verdade, segundo o que presenciei e as informações que tomei; em fé do que mandei passar a presente atestação, por mim assinada e selada com o sinete das minhas armas. S. Sebastião do Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1748. – Gomes Freire de Andrade.”

É tempo de sair deste corredor, onde tanto nos havíamos demorado.

Entremos na enfermaria.

É uma sala espaçosa, sala que apresenta todas as disposições necessárias para o bom desempenho do mister a que era destinada.



Aspecto do antigo Convento de Santo Antônio

Digo a que era destinada, porque atualmente, estando os frades capuchos do convento de S. Antônio reduzidos a muito pequeno número, é cada um deles, quando adoecer, tratado na sua própria cela.

Quem entra na enfermaria vê à sua mão direita uma fileira de humildes e pobres leitos, e à mão esquerda, em frente desses, contempla três altares de espaldar.

Os leitos são separados por delgadas paredes de estuque, de modo que cada um deles representa a forma de um beliche, sendo todos abertos pela frente e tendo no fundo uma porta que comunica com um gabinete pequeno e especial, e este para uma outra porta que se abre para um corredor comum a todos, por onde se executava o serviço.

Uma campanha única, a que se prendiam tantos cordéis quantos são os beliches, servia outrora para os doentes chamarem os enfermeiros e os serventes, quando eles tinham necessidade.

Em cada beliche há ainda um armário e um cabide.

Aprecia-se, por certo, em todas estas disposições, o gênio preventivo dos frades, que não esqueciam nunca as mais simples exigências do seu cômodo e bem-estar.

Os franciscanos deram sempre lições de habilidade consumada na arte de viver muito a gosto e com todas as comodidades possíveis, no meio da pobreza que professam.

Em frente dos beliches, como disse há pouco, e junto da parede, levantam-se três altares com espaldar, dois nas extremidades e um no centro.

No primeiro altar aprecia-se um eloqüente painel do Senhor da Penitência. O painel, o espaldar e os ornatos do altar foram devidos ao pincel e ao curioso trabalho do célebre frei Solano.

O altar do centro é consagrado a S. Diogo. Nem sempre o foi, porém. A imagem de S. Diogo substituiu aí a de S. Pascal Bailão, que em breve teremos de encontrar desterrado, e então contaremos a interessante história de um golpe de estado que em certa época deu o governo superior do convento de S. Antônio, pondo fora da enfermaria a S. Pascal Bailão, amado santo da ordem franciscana e enfermeiro tão nobremente famoso como frei Fabiano de Cristo.

O terceiro altar, enfim, é o de N. S. da Glória ou da Assunção. É o altar que foi tocado pelo raio e depois renovado a esforços de frei S.

Carlos. É o altar em que anualmente era celebrada, e ainda é, a festa da Assunção, tendo, enquanto viveu, pregado sempre por essa ocasião, e ali mesmo, aquele brilhante orador.

Concluindo aqui este passeio, lembrarei uma coincidência consoladora e suave, que vem muito a propósito neste lugar.

Quando frei S. Carlos adoeceu da moléstia que tinha de o levar à sepultura, ou por pedido seu, ou por feliz casualidade, foi trazido para o beliche que fica em frente do altar de N. S. da Assunção, beliche que não pode ser confundido, porque é o último.

Ali passou os seus derradeiros dias o eloqüentíssimo pregador, ali sentiu ele aproximar-se a hora da sua agonia, e ali, enfim, morreu.

O inspirado cantor da Assunção da Virgem exalou o último suspiro com os olhos embebidos na sagrada imagem de Nossa Senhora da Assunção.

VI

No precedente passeio tínhamos chegado ao último altar e ao último leito da enfermaria do convento de S. Antônio. Deixemos, pois, essa vasta e melancólica sala, antigo teatro de gemidos e de agonias, de belos atos de caridade e de brilhantes solenidades religiosas, e hoje tão solitária e muda.

Em seguimento, passemos rapidamente diante da cela chamada do enfermeiro, que é um posto vago e já naquele lugar inteiramente desnecessário, espécie de sinecura, que seria um luxo ridículo em uma enfermaria sem doentes.

É verdade que há um certo gênero de sinecura que é uma verdadeira mina de carvão. Mas essa da enfermaria do convento de S. Antônio faz exceção à regra, porque com ela não se vai a caminho do tesouro público.

Não nos demos também ao trabalho de visitar a botica do convento, que dantes era muito bem provida e inteligentemente administrada, e que depois caiu em abandono por falta dos seus naturais fregueses, que eram os frades.

Chegamos depois à enfermaria dos escravos do convento, e nela nos demoramos apenas breves momentos para contemplar uma capela de N. S. do Rosário com a sua sacristia ao lado.

Os nossos passos levam-nos agora a uma porta que abre para um pátio que se alarga na encosta do monte.

Antes de ir além dessa porta, quero contar-vos a história de uma preocupação que ainda atualmente influi não pouco sobre o espírito dos frades capuchos do convento de S. Antônio.

Tenho-vos falado tanto, neste e no precedente passeio, em enfermarias, doentes e finados, que não vem inteiramente fora de propósito uma história do esquife funéreo.

O convento tem um esquife em que os religiosos que falecem são levados à sepultura.

O esquife é antigo, está velho, e seus simples e tristes ornatos ressentem-se do uso e do tempo. É um esquife de cabelos brancos.

Por que não se renova ou substitui o velho esquife? Ah! não vos lembreis de falar em tal aos religiosos de S. Antônio.

É tradicional entre aqueles frades que o esquife, existente ainda hoje, serviu pela primeira vez para levar à sepultura o prelado que o mandara fazer.

Esse fato não passou despercebido e causou impressão.

Alguns anos depois, outro prelado determinou que se fizesse não sei que conserto no esquife, e apenas consertado este, foi logo empregado em levar para o último jazigo o zeloso frade que se lembrara de melhorá-lo.

Esta segunda coincidência pôs os religiosos em sobressalto, e não houve mais um só deles que concebesse a idéia da necessidade de se tocar de leve no fatal esquife.

Correu o tempo, e no fim de longos anos, um guardião menos fraco ordenou que se pregassem umas sanefas no esquife.

Os frades, logo que tiveram notícia de ordem de tal natureza foram temerosos repetir as tristes coincidências ao seu guardião. Este, porém, sorriu ouvindo contar o que já sabia, e não insistiu menos no que determinara.

As sanefas tiveram de ser pregadas no esquife, que assim ornado prestou o seu primeiro serviço, recebendo o cadáver ao pobre guardião.

A terceira coincidência impressionou tão fortemente os religiosos capuchos, que nunca mais se consertou e se renovou o esquife, que

conserva ainda agora, e já lá vão dezenas de anos, as mesmas sanefas que nele mandara pregar o infeliz guardião.

Creio que vós estais rindo deste prejuízo dos frades capuchos do Rio de Janeiro. Mas, se qualquer de vós fosse frade capucho do convento de S. Antônio hesitaria certamente antes de ordenar que se concertasse o famoso esquite.

Contei-vos uma ligeira história à porta do pátio e vou contar-vos outra um pouco menos curta, e talvez do mesmo gênero, aqui mesmo no pátio.

E por que no pátio?

Porque ali naquele paredão estamos vendo um nicho de pedra e cal, e dentro dele uma imagenzinha de S. Pascal Bailão, que dantes ocupava o altar central da enfermaria e que foi desterrada para fora do convento por motivos muito graves.

A imagem não desperta atenção debaixo do ponto de vista artístico. Tornou-se, porém, famosa no convento, como ides ver.

Pascal Bailão foi um espanhol notável por suas virtudes. Tomou o hábito da ordem seráfica, fez-se enfermeiro do seu convento e enfermeiro quis ser durante toda a sua vida, tornando-se um exemplar de caridade.

Diz a crônica de S. Pascal Bailão que ele foi um escolhido de Deus e que, por Deus iluminado, predizia aos seus irmãos a hora fatal em que deviam morrer, a fim de que eles se preparassem para a jornada dalém-túmulo.

Morreu Pascal Bailão, foi canonizado e a sua imagem teve altares nos conventos dos franciscanos.

Em seu caráter de santo enfermeiro, recebeu S. Pascal Bailão muito bem cabidamente um altar na enfermaria dos frades capuchos do Rio de Janeiro.

Mas, que havia de acontecer? S. Pascal Bailão procedeu no convento de S. Antônio como procedera no seu convento da Espanha.

É tradicional entre os religiosos capuchos de S. Antônio que sempre que tinha de falecer algum frade da comunidade na véspera, por volta da meia-noite, ouviam-se três pancadas rijas, cujo estrondo, partindo do meio da enfermaria, retumbava em todo o convento e enchia de pavor os religiosos.

Ora, no meio da enfermaria estava o altar de S. Pascal Bailão.

Aquele sinal era um presságio infalível e fatal. Vinte e quatro horas depois, havia um frade de menos na comunidade.

Uma vez, soaram as três pancadas à meia-noite, mas nenhum dos religiosos que se achavam no convento estava doente. Impressionados, porém, pelo tremendo anúncio, todos se confessaram, e especialmente os velhos se encomendaram a Deus.

O dia seguinte correu sem novidade. A noite chegou, e nem um só dos religiosos se sentia doente. Ainda até as 11 horas nada ocorreu. Alguns minutos, porém, antes da meia-noite, ouviu-se bater à portaria, e daí a pouco, viu-se entrar no claustro o cadáver de um frade que estava com licença em uma vila próxima e que falecera de repente, naquele dia.

Era o presságio terrível que se verificava.

Naturalmente os frades andavam temerosos, e de cada vez que as três pancadas se ouviam, derramava-se terror geral no convento.

S. Pascal Bailão trazia em susto constante os religiosos capuchos do Rio de Janeiro.

Sendo em outubro de 1796 eleito provincial frei Joaquim de Jesus Maria Brados, intentou este, de acordo com o seu secretário, o padre-mestre frei João Capistrano de S. Bento, mudar a imagem de S. Pascal Bailão para outro lugar, na esperança de ver cessar a continuação de um sinal que punha sempre o convento em alarma, e para esse fim mandou construir o nicho de pedra que estamos vendo e que fica em frente do jardim da enfermaria.

Na tarde de um dos primeiros dias do mês de maio de 1799, teve lugar a trasladação da imagem, ato que foi celebrado com toda a pompa e presidido pelo provincial e pelo secretário, que conduziram em seus braços a imagem do santo.

E acabava apenas a solenidade, quando o provincial sentiu-se acometido de violenta febre, e imediatamente depois, o mesmo aconteceu ao secretário.

Não houve remédio que triunfasse da moléstia que a ambos atacara.

O provincial faleceu no dia seis de maio daquele mesmo ano. O secretário morreu no dia seguinte.

E nunca mais se ouviram as três pancadas que soavam, partindo do meio da enfermaria.

Foi assim que S. Diogo tomou o altar de S. Pascal Bailão, e que S. Pascal Bailão foi desterrado para o pátio e encerrado em um nicho de pedra e cal defronte do jardim da enfermaria.

Não sei que fundamentos seguros têm a parte miraculosa da história que acabo de contar. Não sei avaliar o quinhão com que concorreu para ela a imaginação exaltada dos religiosos. Sei, porém, e afirmo que tudo quanto disse é tradicional no convento de S. Antônio da cidade do Rio de Janeiro.

Deixemos o pátio e continuemos o nosso passeio, entrando de novo no segundo andar do convento.

Eis aí o salão da biblioteca, salão vasto e bem disposto, que pode ser constantemente banhado de ar, e que, pela sua situação, está tão exposto ao vento como livre da poeira que se levanta das ruas da cidade.

Apesar destas felizes condições, os livros da biblioteca, que cobrem as quatro paredes do grande salão, foram em grande parte atacados pela traça, que soube pressurosa aproveitar-se de não poucos anos de abandono.

Enquanto se lia pouco, a traça trabalhava muito.

Pois, foi pena, porque a biblioteca é muito rica de obras antigas, especialmente sobre assuntos teológicos, Filosofia, História e Geografia.

Atualmente trabalha-se com atividade no convento em limpar e reencadernar os livros e em organizar com a precisa regularidade o seu catálogo.

É o único meio de não se perder toda essa riqueza.

Saindo da biblioteca, vamos um pouco além encontrar um corredor que nos levará ao salão dos provinciais. Antes, porém, de chegar a esse salão, devemos entrar na secretaria e no consistório do convento, que ficam no corredor e que foram preparados por ordem do atual e zeloso provincial, o padre-mestre frei Antônio do Coração de Maria e Almeida, quando uma parte do primeiro andar da casa teve de ser cedida para o Arquivo Público.

A secretaria da província está em uma sala pequena, mas decente e bem ordenada, graças aos inteligentes trabalhos que ali foram ultimamente executados, assim como no consistório que lhe fica contíguo.

O arquivo do convento estava no mais triste desprezo. O bolor, o bicho e o tempo foram muito tranqüilamente destruindo verdadeiras preciosidades, de modo que há poucos anos, quando o atual provincial mandou encadernar os livros dos diversos conventos da província e as coleções regulares dos antigos manuscritos, achou-se falta de muitos, estrago de outros, e perda da antiga crônica do convento.

No consistório torna-se digno de atenção o altar, onde se vê: uma relíquia do santo lenho em um nicho de primorosa execução, que ao convento de S. Antônio legou o cardeal Callepi.

Creio que não há o menor inconveniente em dizer algumas breves palavras a respeito deste cardeal.

D. Lourenço Callepi, arcebispo de Nisibi, era o núncio apostólico junto à corte de Portugal, quando teve lugar, em 1807, a invasão desse reino pelo exército francês.

A família real portuguesa preferiu retirar-se para o Brasil a entregar-se à mercê da política e do despotismo do célebre conquistador moderno.

D. Lourenço Callepi obedeceu ao dever do importante cargo que exercia, e logo que lhe foi possível, deixou a Europa e atravessou o Atlântico para continuar no Brasil a sua nunciatura. Chegou à cidade do Rio de Janeiro no dia 8 de setembro de 1808, e foi por ordem do príncipe regente hospedado dignamente no mosteiro de S. Bento.

D. Lourenço Callepi foi, portanto, o primeiro núncio apostólico que se apresentou no Brasil.

Em 1816, o Papa Pio VII declarou Callepi cardeal presbítero da santa igreja romana, e a 23 de junho do mesmo ano, o Rei D. João VI pôs o barrete cardinalício na cabeça do venerando ancião, tendo lugar a solene celebração desse ato, que era pela primeira vez observado na América, na sala do trono do palácio real do largo do Paço.

D. Lourenço Callepi bem pouco tempo usou do barrete cardinalício, porque, no dia 10 de janeiro do ano seguinte, 1818, caiu fulminado por um ataque de apoplexia, e foi sepultado com grandes honras no convento de S. Antônio, conforme o desejo que ele próprio manifestara, no caso de falecer na cidade do Rio de Janeiro.

Frei Francisco de Santa Teresa S. Paio foi o orador sagrado que se encarregou da oração fúnebre do primeiro purpurado que se sepultou no Brasil.

Chegamos finalmente ao salão dos provinciais, que não excede em proporções ao salão dos guardiães.

E ainda aqui temos por único, mas precioso, ornamento do salão quatro grandes quadros, que são também, como no dos guardiães, quatro retratos.

Mostram-se nas faces das quatro paredes as imagens de uma santa, de um rei e de dois imperadores.

A escolhida do Senhor que se acha retratada, se fielmente ou não, ignoro, é Santa Isméria. Retrato fei de outro qualquer copiado, ou simples quadro de imaginação, a obra é de frei Solano, a cuja paleta deve tanto o convento de S. Antônio.

Os outros retratos são o do rei o Sr. D. João VI e dos dois imperadores do Brasil, o filho e o neto do mesmo rei.

O retrato do Sr. D. João VI é obra do célebre José Leandro, e tanto basta para o seu completo elogio.

Já vos disse o essencial do que sei a respeito desse nosso muito notável artista e, portanto, não me demoro em discorrer de novo sobre ele.

Em outro tempo, e por um antigo voto dos príncipes da casa de Bragança, costumavam os soberanos portugueses daquela casa assistir em todos os anos à festividade do patriarca S. Francisco e jantar no convento com os religiosos, concorrendo também com uma esmola para a solenidade.

Diz-se que esse voto se fizera no empenho de vencer a triste fatalidade que persegue a casa de Bragança, fatalidade pela qual se vêem morrer quase todos os primogênitos varões herdeiros da coroa.

O Sr. D. João VI, desde a sua chegada ao Rio de Janeiro até ao seu regresso para Lisboa, cumpriu pontualmente esse voto dos seus maiores. No dia 4 de outubro de todos os anos, ia com a família real assistir à festa do patriarca, para a qual dava uma esmola de seiscentos mil-réis. Jantava depois com os religiosos no refeitório, e o pregador do dia era quem o servia à mesa.

Mas, além do cumprimento desse voto, o Sr. D. João VI mostrava ter em grande estima os frades capuchos, e, ou fosse efeito de especial

devoção que tivesse com S. Francisco, ou de simpatia pelo convento a que pertenciam os grandes pregadores da época, certo é que não poupava manifestações de interesse, o que muito aproveitava aos capuchos, porque, conforme a regra, todos os cortesãos do príncipe regente e depois rei, ostentavam um verdadeiro entusiasmo pelo santo patriarca, por S. Antônio. Pelo convento, pelos frades, e creio que mesmo até pelo monte.³⁸

38 Sobre este assunto escreve Vieira Fazenda nas *Antigualhas e memórias do Rio de Janeiro*, tomo 95, vol. 149:

“Esta romaria régia ao convento situado outrora a cavaleiro da lagoa de S. Antônio era devida, ao que dizem, a um voto feito por D. João IV, quando simplesmente duque de Bragança.

“Caçava este em Vila Viçosa. Apareceu-lhe um mendigo a pedir-lhe esmola. O duque, que apesar de sangue real, tinha, como todos nós, os seus azeites, deu um pontapé no pobre pedinte. Este toma ares de nigromante e roga a seguinte praga: ‘Os primogênitos de sua casa terão vida breve e morrerão antes de atingir a juventude.’ Aclamado em 1640 rei de Portugal, viu-lhe logo após morrer seu primogênito, o esperançoso D. Teodósio. Ficou com a pulga na orelha e fez promessa de alistar-se com os seus entre os irmãos de S. Francisco, bem como de assistir anualmente à festa do dia quatro de outubro. Seus descendentes continuaram tão piedosa prática.

“Ao chegar ao Brasil, em 1808, o filho de D. Maria I não se esqueceu de cumprir também o voto. Excessivamente amigo de frades e muito carola, D. João tinha razões para logo fazer comércio de amizade com os capuchos do Rio de Janeiro.

“Nunca pensou em ser herdeiro da coroa. Devia esse fato à morte do primogênito D. José, o príncipe querido do marquês de Pombal e falecido na flor dos anos. Lembrava-se sempre o futuro D. João VI que lhe podia cair o raio em casa e, por isso, nunca faltou à festividade da qual me ocupo.

“De S. Cristóvão vinha em carro de gala, seguido por esquadrão de cavalaria e acompanhado pela sua corte, composta de fidalgos ou cabeçudos, como lhes chamava o zé-povinho.

“No largo era saudado pelos vivas do povo embasbacado por tanto luxo. Subia vagarosamente a ladeira. Parava para ouvir o murmúrio das águas da Carioca que pelo aqueduto iam cair no reservatório em forma de torre ainda existente, e daí seguiam, para o antigo chafariz construído por Aires de Saldanha e Albuquerque. Recebido ao som dos sinos pela comunidade, debaixo do pálio, assistia à festa e ao *Te Deum*. Passava todo o dia no convento. Lá jantava.

“Para dar provas de humildade, sentava-se a uma das pequenas mesas do refeitório. Servia-se do modesto cardápio dos frades e utilizava-se dos seus pobres garfos, facas e colheres.

“Da chácara vinham, contudo, em baixelas de prata, as mais supimpas iguarias, para não dizer *menu*.

“Pois bem. Dizem cronistas que D. João mandava distribuir pelos pobres a saborosa pitança.

“Nesse dia, é excusado dizer, os pobres passavam à tripa forra, e bendiziam o príncipe, que, por amor a S. Francisco, se privava dos prediletos frangos assados.”

O Sr. D. Pedro I, nos dois primeiros anos do seu reinado, não foi tão exato como seu pai no cumprimento do voto de que falei. Depois daquele período, porém, observou constantemente a mesma prática e devoção.

O retrato do primeiro imperador do Brasil tem a data de 1824, e foi obra do hábil pintor Simplício Rodrigues de Sá, um dos primeiros filhos da nossa academia das belas-artes e discípulo do ilustre Debret, aquele artista de tão elevado merecimento e sempre tão amigo dos brasileiros.

O retrato de S. M. o Sr. D. Pedro II não tem o nome do autor e nem me foi possível saber quem executou essa obra, que, aliás, quer me parecer que em valor artístico não pode competir com os dois retratos anteriores, e especialmente longe está de disputar primazia ao do Sr. D. João VI, do nosso habilíssimo José Leandro.

Vou dar por concluídos os nossos passeios ao convento de S. Antônio da cidade do Rio de Janeiro. Permitir-me-eis, porém, que acrescente algumas breves informações que não quero deixar esquecidas, e depois direi enfim duas palavras em despedida.

O convento que acabamos de visitar fez-se outrora muito notável pelos religiosos mais ou menos eminentes em ciências e belas-artes que floresceram nele, e diz-se mesmo que os jesuítas o olhavam com os olhos vinhos por esse motivo.

Deixei lembrados oportunamente alguns dos capuchos de mais nomeada pertencentes a este convento, e quero agora mencionar os nomes de alguns outros.

Frei Bernardo do Quintaval foi um desses homens que ainda se conservam na memória de seus irmãos, apesar de terem morrido há bastantes anos. Era formado em medicina e químico de grande merecimento. Aborrecido no mundo, e querendo consagrar-se ao serviço de Deus, vendeu quanto possuía, deu aos pobres o dinheiro que realizou, veio para o Brasil, e entrando para o convento de S. Antônio do Rio de Janeiro, professou para o humilde estado de leigo, e encarregado logo da enfermaria na qualidade de primeiro enfermeiro, ilustrou-se pela sua caridade e pela sua perícia, sendo sempre ouvido e consultado pelos médicos, que muito o consideravam.

Além de muitos fatos que abonam o seu saber e a sua experiência em medicina, conta-se de frei Bernardo do Quintaval que achando-se um dia almoçando no refeitório da enfermaria com os convalescentes, entre os quais estava frei Francisco de Mont'Alverne, apareceu-lhe um jovem religioso, de manto e chapéu, que vinha despedir-se dele e dos outros, porque havia obtido do provincial uma licença de quinze dias para ir passar fora da cidade. Frei Bernardo encara-o, levanta-se apressado, pede-lhe que espere e corre à botica. Mas, voltando logo depois, apenas entra na sala, vê cair o jovem religioso, sucumbindo a um ataque de apoplexia fulminante.

– Cheguei tarde! – disse frei Bernardo, mostrando uma lançeta que trazia da botica.

Frei Bernardo do Quintaval morreu no dia 20 de agosto de 1822.

Era dantes costume celebrar-se no convento de S. Antônio, como em outros estabelecimentos e nos colégios de instrução secundária, uma festa literária e anual que se chamava defesa de conclusões.

Em uma dessas solenidades, que se efetuou em um dos anos da primeira metade do século passado, os frades capuchos, tendo previamente mandado exemplares de algumas teses filosóficas aos homens mais ilustrados da cidade, reuniram no seu convento o governador, o bispo, os religiosos mais instruídos das outras ordens, e algumas notabilidades literárias.

O lente de filosofia ocupou a sua cadeira, e quatro jovens religiosos estudantes tomaram os lugares dos defensores das teses; e depois de um longo e belo debate, acudiu a atacá-los um notável padre jesuíta que tomou a peito confundi-los. O lente veio em breve em auxílio dos seus alunos. Sendo, porém, muito velho e doente do peito, no fervor da luta começou a lançar sangue pela boca e teve de retirar-se.

A vitória estava, pois, do lado do jesuíta, ou pelo menos indecisa, quando outro jovem religioso, que contava apenas dezenove anos de idade e dois de colégio, levantou-se e pediu licença para sustentar a tese. Travou-se então, e de novo, a luta. Ao jesuíta argüente reuniram-se mais dois padres da mesma Ordem, e a discussão prolongou-se até ao último momento sem que o estudante perdesse um palmo de terreno.

O auditório aplaudiu com entusiasmo o talentoso e admirável mancebo. O bispo convidou o provincial a que desse por concluído o curso para aquele religioso, e mandou-lhe passar a patente de leitor de filosofia.

Infelizmente, pouco tempo depois, morreu esse esperançoso jovem, que se chamava frei Antônio de Mont'Alverne.

Uma vez que falei nas defesas de conclusões, quero lembrar, por curiosidade ao menos, que em outra dessas solenidades e no mesmo convento, um frade, já padre-mestre, frei Fernando de S. José de Meneses, sustentou vigorosamente uma tese contra a infalibilidade do papa. Concluído o ato, o vice-rei Luís de Vasconcelos, que estava presente, mandou trancar no cárcere o padre-mestre. A ordem foi imediatamente cumprida; mas frei Fernando, auxiliado pelos religiosos, conseguiu evadir-se. Fugiu para Lisboa, onde alcançou o seu perdão, e voltou algum tempo depois, firme, porém, na sua opinião, apesar de ser frade.

O convento de S. Antônio recorda-se ainda com saudade de frei Antônio de São Elias, que era um grande músico e, sobretudo, um organista do mais elevado merecimento. Alguns dos nossos velhos falam com entusiasmo de São Elias. Quando, em 1808, a família real portuguesa chegou ao Brasil, e começaram as festas suntuosas da capela real, foi esse frade muitas vezes chamado para tocar ali, e os maiores entendedores da matéria não pouparam elogios ao rei dos organistas, como o chamava o padre José Maurício.

Uma vez, foi frei Antônio de São Elias encarregado pelo guardião do convento de compor umas matinas para a festa da ressurreição, que devia ter lugar no convento, no dia de Páscoa, às duas horas da noite. São Elias obedeceu, e às cinco horas da tarde do sábado da Aleluia, reuniu no coro os religiosos músicos para ensaiar as suas matinas. Mas, ou fosse erro do compositor ou dos executores, notou-se tal desacordo em uma fuga, que alguns rivais de São Elias começaram a sorrir. Este, irritado, fecha o órgão, arrebatou as músicas, foge com elas e rasga-as.

E às duas horas da madrugada do dia seguinte, cantavam-se outras matinas, compostas de improviso por frei Francisco de Santa Eu-

lália, que teve a satisfação de as ver acompanhar no órgão pelo próprio São Elias.

A partitura dessas matinas ainda se conserva no convento.

Entre os muitos cantochonistas que teve o convento, distinguuiu-se sobre todos frei João de Santa Clara Pinto. Suas composições, que os capuchos guardam com amor, são, ao que dizem, modelos de gosto e de harmonia. E as últimas que saíram da sua pena bem inspirada, três hinos para a festa de S. Antônio, passam entre os mestres por admiráveis.

Frei João de Santa Clara Pinto e frei Francisco de Santa Eulália eram naturais do Rio de Janeiro.

A comunidade dos capuchos, pobre, como requer o seu instituto, era outrora tão auxiliada pelas esmolas que espontaneamente lhe vinham trazer os fiéis e pelas que colhiam os religiosos espalhados pelo interior do Rio de Janeiro, que lhe sobravam os meios para acudir aos desfavorecidos da fortuna.

Além da refeição quotidiana que muitos pobres recebiam na portaria, à hora do refeitório, havia uma mesa particular onde outros pobres, por assim dizer, adotados pelo convento, vinham jantar à mesma hora, sem que alguém o soubesse, além do guardião e do leigo empregado nesse serviço.

Muitas famílias necessitadas recebiam também auxílios do convento, que no princípio de cada mês mandava levar-lhes boa provisão de diversos gêneros alimentícios. Segundo notas particulares existentes no convento, ainda em 1827, sendo guardião o padre-mestre frei Joaquim de S. Jerônimo Sá, cinquenta famílias indigentes recebiam esse grande benefício.

Hoje não se pode observar o mesmo fato, pelo menos com o desenvolvimento e a extensão do tempo passado. As circunstâncias são outras, são diversas. Ao esplendor do passado seguiu-se uma triste decadência.

Agora as minhas duas palavras em despedida.

Ninguém se lembrará de acusar-me de má vontade para o convento de S. Antônio da cidade do Rio de Janeiro.

Sou amigo de não poucos religiosos, tanto franciscanos como de outras Ordens, mas faltaria à verdade, se fizesse protestos de amor pelas instituições monásticas.

Não negarei jamais os serviços relevantes que em outros tempos prestaram à humanidade muitos conventos e diversas Ordens.

Mas todas as instituições têm seu tempo, todas florescem mais ou menos, depois envelhecem e tornam-se anacrônicas, quando não se reformam ou não se transformam, conforme as exigências da civilização e do progresso.

Se erro pensando assim, peço a Deus que me perdoe e que me ilumine.

Não sou, portanto, favorável às ordens monásticas. Tenho, porém, não direi que é pela ordem dos franciscanos, mas pelo convento de S. Antônio da cidade do Rio de Janeiro, uma espécie de veneração que provém talvez das recordações do passado.

Não posso olhar para esse convento que não me venha logo encantar a lembrança daquelas gloriosas recordações, daqueles pregadores inspirados de que se ufanam o Rio de Janeiro e todo o Brasil, daqueles eloqüentes frades que souberam pregar o Evangelho e a liberdade – a lei de Cristo, enfim.

Doeu-me, por isso, extremamente, observar em uma época não muito antiga, pois que não fica aquém de vinte anos a indisciplina e um lamentável desregramento laborando funestamente no convento, onde vivia ainda, embora cego, o representante das glórias do passado dos capuchos fluminenses, o célebre Mont'Alverne.

Doía-me ver a miséria ao pé do túmulo.

Felizmente, o convento moribundo ergueu a fronte e lavou o pó da desmoralização que o estava conspurcando, restabeleceu a disciplina, e desde alguns anos, se faz notável pela ordem, regularidade e observância dos preceitos do seu patriarca.

Esta regeneração não é a vida certamente, não é uma brilhante esperança de futuro, é somente o esplendor da consciência ao pé da sepultura, é a agonia da resignação, e o cumprimento do dever em face da morte e, portanto, é porventura mais nobre ainda do que se fosse a expressão da confiança no futuro.

Os últimos frades capuchos que habitam o convento de S. Antônio do Rio de Janeiro fazem como os antigos romanos dos derradeiros tempos da República. Antes de receber o golpe da morte, compõem com todo o esmero os seus vestidos para caírem decentemente.

E fazem bem, procedendo assim.

.....

A Igreja de S. Pedro

I

SE OS NOSSOS clérigos seculares e os frades beneditinos e carmelitas, porventura, de algum modo se ressentiram de que, antes de ocupar-me com o templo especial dos primeiros e com o mosteiro e convento dos segundos, eu dirigisse em primeiro lugar não poucos passeios ao convento de S. Antônio ou dos nossos religiosos franciscanos, positivamente não têm razão para isso.

Creio que nenhum se queixou, nem se podia queixar, não só porque não há aqui matéria de preferência, pois que vou passeando e hei de continuar a passear sem regra nem sistema, como porque, se acaso se desse uma questão de precedência, eu me decidiria ainda a favor dos franciscanos.

Perguntam-me por quê? É muito simples a resposta.

Foi frei Henrique, um religioso franciscano, o primeiro que fez ouvir a palavra de Deus e que celebrou o santo sacrifício da missa em uma praia do Brasil, quando Pedro Álvares Cabral, desembarcando em Porto Seguro, rendia graças ao Altíssimo pelo descobrimento da nova terra que ele chamou então ilha de Vera Cruz.

Assim pois, antes dos clérigos seculares que acompanharam os primeiros donatários de capitanias hereditárias do Brasil, já tinha aparecido e deixado a lembrança de seu nome nesta bela parte da América meridional um frade da ordem seráfica. E o gentio que foi encontrado pelos portugueses, quarenta e nove anos antes de ter visto a roupeta do jesuíta, havia já contemplado o vasto e negro hábito do franciscano.

Mas realmente não foi esta consideração histórica que me determinou a visitar em primeiro lugar o convento de S. Antônio. Visitei-o então pela mesma razão por que hoje vou visitar a igreja de S. Pedro, isto é, porque devo, quero e hei de passear por onde me parecer, e nos meus passeios demorar-me um pouco onde houver coisas que referir e recordações que avivar.

Vamos, pois, à igreja de S. Pedro.

Quando estudastes geometria, meus bons amigos, aprendestes certamente em uma definição muito cediça que “linha reta é o caminho mais curto de um ponto a outro”.

Declaro que desconfio da verdade desta definição, porque, sem dúvida alguma, a experiência já tem demonstrado que o caminho mais curto de um ponto a outro nem sempre é pela linha reta, ou então teremos de reconhecer que se chega muitas vezes mais depressa a um ponto dado, desprezando as retas e preferindo as curvas.

Os políticos são, neste caso, decididos inimigos dos geômetras, e apreciam os caminhos mais curtos de um modo diverso. Julgam que as retas ou são cheias de perigos que podem demorar as viagens, ou terrivelmente maçantes pelas conveniências e considerações que se devem respeitar no caminho, e de ordinário preferem seguir as curvas que os livram de muitos embaraços, e enganam assim os tolos, que os supõem viajando para o norte, quando eles têm os olhos fitos no sul.

A linha reta dos geômetras é, portanto, uma famosa peta, ou, como já disse um espirituoso escritor francês, linha reta é coisa que não existe.

Estudemos o caso também conosco.

Ficamos ultimamente no convento de S. Antônio, e tendo agora de dirigir-nos à igreja de S. Pedro, que devemos fazer para chegar mais depressa àquele ponto?

Observando a definição dos geômetras, procuraríamos seguir a linha mais reta possível e, portanto, desceríamos pela escadaria da ordem terceira de S. Francisco e, atravessando o largo da Carioca, iríamos pela rua da Vala³⁹ até à de S. Pedro, por onde chegaríamos enfim à igreja.

Pois bem. Afirmo-vos que não é esse o caminho mais curto que se nos oferece, e declaro-vos que, para chegarmos mais depressa, deixando o morro de S. Antônio, havemos de ir à igreja de S. José, da igreja de S. José voltaremos à de Nossa Senhora do Parto, e daí então subiremos pela rua dos Ourives até à igreja de S. Pedro.

Protestais contra o meu plano itinerário? Perdeis o vosso tempo. Os abusos do sistema eleitoral desacreditaram completamente no Brasil o recurso dos protestos. Já não há protestos que prestem. O que hoje em dia opera recursos inacreditáveis é a sublime descoberta das duplicatas. Arranjai, portanto, uma duplicata de passeio, se não quereis sujeitar-vos ao meu gosto, à minha direção e até mesmo ao meu capricho.

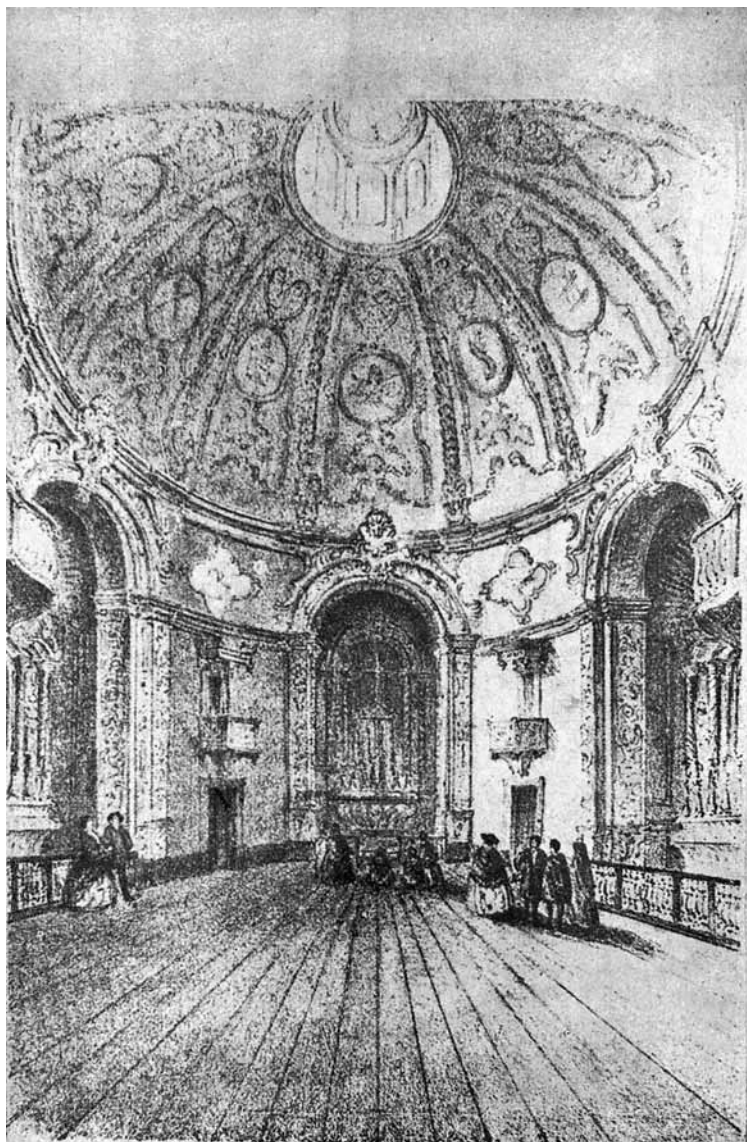
Partamos para a igreja de S. José, e aproveitemos o caminho conversando um pouco.

Cumprindo-nos hoje visitar o templo que na cidade do Rio de Janeiro foi pelos padres erigido a S. Pedro, o príncipe dos apóstolos, não é por certo fora de propósito dizer duas palavras sobre a história dos padres no Brasil.

Não tenho conhecimento do nome de clérigo secular algum que viesse ter ao Brasil e no Brasil ficasse, antes do ano de 1532. Neste ano, porém, fundou Martim Afonso de Sousa as duas colônias de S. Vicente e de Piratininga, e, visto que Pero Lopes de Sousa, irmão daquele, nos diz que nas duas vilas se pôs tudo em boa ordem de justiça, do que a gente toda tomou grande consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrifícios, celebrar matrimônios, etc., não me resta dúvida alguma da assistência de padres nessas colônias nascentes, porque, do contrário, não se celebrariam matrimônios.

Três anos depois, começaram a chegar ao Brasil alguns e talvez não poucos padres, acompanhando os primeiros donatários ou os delegados destes, que vinham lançar os fundamentos das suas capitanias hereditárias.

39 Uruguaiana.



Interior da igreja de S. Pedro

Mas, preciso é confessá-lo, os padres entraram com o pé esquerdo na terra de Santa Cruz e não era muito de presumir que entrassem com o direito.

Os padres que naquela época foram chegando não deviam ser dos mais recomendáveis, nem pela sua ilustração, nem por uma grande moralidade, porque os donatários, que no reino recrutavam nas últimas camadas da sociedade a gente de que precisavam para criar os seus estabelecimentos coloniais, por certo que não teriam mui zeloso cuidado na escolha dos clérigos que fizeram vir.

E aqui chegados, esses padres, livres completamente de todo o freio da disciplina, separados do reino pelo Atlântico, misturados constantemente com a gente que tinha vindo com eles e com a gente que encontravam na nova terra, isto é, em relações contínuas quase sempre com a desmoralização e sempre com a selvaticueza, tornaram-se em breve tempo os que eram bons em maus e os que eram maus em péssimos; em uma palavra, perverteram-se os que ainda não se achavam pervertidos, e pouco a pouco asselvajaram-se todos.

Entretanto, esta repreensível e vergonhosa situação era, não direi desculpável, mas, pelo menos, muito explicável. O batalhão clerical estava espalhado por diversos pontos, e em nenhum deles reconhecia chefe a quem obedecesse e respeitasse. Vivia em abandono e lutando com privações, não via quadros de virtude, esbarrava a cada passo diante do espetáculo dos desregramentos e dos vícios dos colonos, ou da natureza bruta e também da natureza nua do gentio.

A torrente era, pois, violenta e arrebatadora, e os padres, que são pecadores como todos os outros filhos de Adão e Eva, deixaram-se, levar uns por gosto e por fraqueza outros; de modo que em 1549, quando se organizou o governo-geral da América portuguesa, encontraram-se nas colônias existentes todos ou quase todos os padres estragados pela corrupção e divorciados da Igreja, tendo cada um deles a sua caboclinha ao lado.

Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, e os jesuítas que com ele chegaram em 1549 confessaram muito francamente que, no empenho da regeneração moral das colônias, foi o clero que lhes custou mais a fazer tomar o bom caminho.

O padre Nóbrega, chefe dos jesuítas, escrevia, falando da relaxação dos costumes: “Os seculares, com toda razão, tomam o exemplo dos sacerdotes, e o gentio o de todos.”

O infeliz Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, dizia em 1552, em uma carta ao rei, tratando dos abusos dos eclesiásticos: “Nos princípios, muito mais coisas se hão de dissimular que castigar, maiormente em terra tão nova.”

Eis aqui por que eu comecei dizendo que os padres tinham entrado com o pé esquerdo na terra da Santa Cruz.

E também já nessa época a terra tinha perdido o seu nome sagrado, e recebido outro de inspiração toda mercantil. O santo madeiro levantado por Cabral em Porto Seguro estendia debalde os seus dois braços sobre a imensa colônia portuguesa. O tráfico do pau-brasil fizera esquecer a invocação da cruz. Não se adorava o Cristo, rendiam-se cultos a Pluto.

Mas tornemos aos padres.

Dizem que o oficial é quem faz o soldado. Asseguram os entendidos nas coisas militares que não há soldados maus nem covardes, quando são comandados por bons e intrépidos oficiais.

Eu creio que se pode dizer do clero o mesmo que se diz do exército.

São os bispos que fazem o clero. Desde que os bispos, além de sábios e moralizados, são zelosos, dedicados e severos, os padres vão seguindo as suas pisadas, e brilham também por sua vez pelo zelo e pela dedicação.

A criação do bispado da Bahia começou a melhorar pouco a pouco, mas sensivelmente a situação do clero; e por certo que se devia, contar com a sua desejada regeneração, se algumas lamentáveis ocorrências e um subsequente e fatal acontecimento não viessem perturbar a obra santa de Pedro Fernandes Sardinha.

O nosso primeiro bispo intrigou-se com o governador-geral que sucedera a Tomé de Sousa, e a tal ponto se perturbaram as relações entre ambos que o bispo foi chamado a Lisboa, e como é sabido, naufragou e caiu nas mãos do gentio feroz, que o devorou sem piedade.

Facilmente se compreende a falta que deveria ter feito o bispo logo no princípio do seu empenho regenerador do clero, falta que só se preencheu três anos e meio depois da morte do venerando mártir.

Os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foram lançados no tempo do segundo bispo D. Pedro Leitão. Continuou, porém, o sistema de mandar para o Brasil degradados e gente sem escolha, ou antes, colonos escolhidos desajeitadamente. E ainda mais, sobreveio poucos anos depois o domínio espanhol, e como uma das suas lamentáveis conseqüências, o enfraquecimento do prestígio e da força da autoridade em muitos pontos do Brasil, e o natural desgosto da população colonizadora.

Não é, pois, de admirar que também entrassem os padres com o pé esquerdo no Rio de Janeiro.

Os bispos habitavam na cidade do Salvador; as outras cidades e vilas nascentes distavam muito daquela capital, as comunicações eram difícilimas, e por conseqüência, ressentia-se de tudo isso a disciplina.

Onde estava o bispo mostravam-se mais zelosos e dignos os padres. Onde ele não estava, onde se sentia fracamente a sua influência, a desordem e os abusos continuavam.

Os primeiros sacerdotes que tomaram a seu cargo o curativo das almas dos habitantes da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1567, foram jesuítas, e desses não posso lembrar-me sem gratidão pelo que fizeram naquela época, e ainda durante muitos anos além dela, o que, aliás, não implica com a profunda convicção que tenho das suas perniciosas tendências e dos males que fizeram em tempos posteriores.

O primeiro pároco da então única freguesia de que constava a cidade de S. Sebastião foi o padre Mateus Nunes, presbítero do hábito de S. Pedro, que entrou no exercício do seu cargo em princípios de 1569.

No entanto, vieram chegando à nova colônia diversos clérigos seculares.

Em 1577, recebeu a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro um prelado independente da jurisdição do bispo da Bahia. Desde essa época, porém, até a criação do bispado do Rio de Janeiro, as desordens,

as lutas e as desinteligências com os diversos prelados que se sucederam foram de tal natureza e importância, que eu não posso senão reconhecer e lamentar a profunda desmoralização dos colonos e dos padres da nascente povoação.

O primeiro prelado foi o padre Dr. Bartolomeu Simões Pereira, que, depois de resistir a uma oposição odienta e desregrada, teve de retirar-se, provavelmente em 1592, para a capitania do Espírito Santo, onde acabou, dizem as memórias do tempo, com suspeitas de envenenado.

O segundo prelado foi o padre dr. João da Costa, que, perseguido como o seu antecessor, no Rio de Janeiro, pensou ir achar sossego na vila de S. Paulo: mas aí mesmo viu-se injuriado e até apupado na rua, e morreu sob o peso de desgostos e de afrontas, depois de deposto do seu cargo por sentença da relação da Bahia.

O terceiro prelado foi o padre dr. Mateus da Costa Aborim, que, do ano do 1607 ao de 1629, experimentou a mesma oposição, que, aliás, tornou ainda mais forte pelos seus próprios excessos e violências, atacando a autoridade civil e até excomungando a câmara municipal. Lutou, pois, com energia e às vezes com descomedimento e morreu, dizem alguns, envenenado, como o padre Bartolomeu Simões Pereira.

Seguiram-se ao padre Dr. Aborim, interinamente, porém, o d. abade de S. Bento, frei Máximo Pereira, por nomeação do bispo da Bahia, protestando o clero da cidade do Rio de Janeiro não demitir de si a eleição do prelado interino em qualquer outra vacância. E no fim de quatro meses o padre Pedro Homem Albernaz, por nomeação do clero. Frei Máximo Pereira retirou-se para Lisboa e o padre Albernaz serviu até 1632, escapando ambos às intrigas e às hostilidades já acostumadas pelo cuidado que tiveram de deixar apenas sentir a sua influência no exercício do cargo que ocuparam.

O novo prelado que o rei nomeou foi o padre dr. Lourenço de Mendonça, que, a 9 de setembro de 1632, começou a exercer as suas funções e, daí a quatro dias, experimentou logo os efeitos de um ódio inexplicável que se demonstrou em libelos infamatórios, em uma tentativa de assassinato por meio de um barril de pólvora que fez arder parte da casa do prelado num ousado plano de o prenderem e abandonarem fora da barra em um navio desaparelhado, artil criminoso de que conse-

guiu escapar a vítima, e na acusação enfim de um fato escandaloso, pelo qual teve o padre Mendonça de responder ao Santo Ofício, merecendo ser por este absolvido.

Ao padre Lourenço de Mendonça foram-se sucedendo: O padre Pedro Homem Albernaz, outra vez interinamente, a quem se imputou grande parte na desordem dos jesuítas com a câmara e que, em verdade, tomou com decisão o partido deles, excomungando a todos os que tivessem concorrido para a expulsão desses religiosos.

O padre dr. Antônio Marim Loureiro, que escapou a uma tentativa de assassinato em São Paulo, e vendo-se exposto a horríveis perseguições no Rio de Janeiro, partiu para a capitania do Espírito Santo, onde (escrevem Pizarro e outros, não sei com que fundamento) lhe foi propinado um veneno que o privou da razão.

E além de dois que serviram interinamente: O padre Dr. Manuel de Sousa e Almada, nomeado a 12 de dezembro de 1658. Foi por mais de dez anos hostilizado e atacado como os seus antecessores, chegando a ousadia dos inimigos a assestarem uma peça de artilharia carregada com bala, na noite de 5 ou 6 de março de 1668, contra a casa de sua residência, e a lançarem-lhe fogo, conseguindo felizmente o prelado escapar a tão indigno atentado e inacreditavelmente os perpetradores deste à devassa que então se tirou e de que teve de pagar as custas a própria vítima que, cansada de tanto sofrer, determinou retirar-se para Portugal.

O padre Dr. Francisco da Silveira Dias, natural do Rio de Janeiro, provou a fortuna adversa dos outros prelados e provocou o ressentimento e a inimizade do povo, deixando-se dominar e iludir pelos jesuítas a ponto de, a instâncias e persuasões do reitor dos padres da companhia, fazer publicar uma tremenda excomunhão contra os que cortavam mangue nas marinhas fronteiras às terras desses padres.

E com o nome do padre Silveira Dias fecha-se a lista dos simples prelados do Rio de Janeiro, que subiu à categoria de bispado, recebendo no mês de dezembro de 1681 a jurisdição prelatícia o padre Sebastião Barreto de Brito, vigário da paróquia da Candelária, a quem o bispo d. José de Barros de Alarcão nomeara governador do bispado.

Essas desordens vergonhosas, essas tentativas de crimes horrolosos, esses crimes inauditos que se realizaram, esses fatos escandalo-

sos, enfim, que se repetiram impunemente durante cem anos, patenteiam bem claramente a desmoralização da cidade do Rio de Janeiro.

Eu disse que ia conversar sobre a história dos padres no Brasil, e Deus me livre de atribuir exclusivamente aos padres do Rio de Janeiro, que naqueles cem anos viveram, as culpas de tantos e tão abomináveis atentados.

A culpa deve recair mais ou menos sobre todos. Deve recair sobre as autoridades civis, que eram ou deviam ser quase sempre coniventes com os criminosos, pois que estes logravam sempre escapar ao castigo e se exaltavam com a impunidade. Também deve recair sobre os prelados, que quase todos ultrapassavam os limites de suas atribuições, invadindo com abuso e arrogância a esfera da autoridade civil. Deve-se atribuir aos jesuítas, que lavravam sempre a mina em benefício próprio, e não hesitavam em comprometer os prelados e expô-los à animadversão pública, desde que isso podia aproveitar aos seus interesses. Deve-se atribuir também, e muito, aos clérigos seculares, que, uns por ambição de cargos mais ou menos importantes e outros por indisciplina e desenfreamento, fomentavam a desordem e atiçavam a anarquia.

Em uma palavra, a desmoralização era geral. Clero, nobreza e povo estavam todos pervertidos.

Como, porém, e por que bastou a presença dos bispos para fazer serenar toda essa tempestade que incessante se desfechava sobre as cabeças dos simples prelados?

Esta pergunta é muito grave e exige uma resposta tão longa como bem fundamentada, resposta que agora não posso ou não quero dar, mas que provavelmente darei, quando chegar nos meus passeios ao palácio da Conceição.

Todavia, apesar dessa depravação dos costumes, os padres, que também se achavam profundamente afetados da moléstia geral no Rio de Janeiro do século XVII, começavam pelo menos a mostrar-se devotos; e se por um lado se aviltavam com a mais repreensível indisciplina, por outro se abraçavam com os santos do Céu, e especialmente com o príncipe dos apóstolos.

E neste momento chegamos muito a propósito à igreja de S. José, que no tempo de que vos falo era apenas uma simples ermida.

Dizia eu, pois, que os padres do Rio de Janeiro não se descuidavam do culto e da devoção, e tanto foi assim que no princípio do século XVII reuniram-se eles de acordo comum e resolveram fundar uma irmandade dos clérigos de S. Pedro.

Que bom padre teve essa idéia não sei. Em que ano foi ela realizada também ignoro. Mas é verdade que a irmandade dos clérigos de S. Pedro é uma das mais antigas na cidade do Rio de Janeiro e devia ter tido princípio antes de 1539, porque nesse ano um tal Gonçalo de Távora, por verba testamentária, mandou dizer algumas missas a S. Pedro na ermida de S. José. Ora, na ermida de S. José foi que os padres estabeleceram a sua irmandade, que, sem dúvida, começou com o caráter de simples devoção.

O desamor aos papéis velhos, o descuido e o abandono a que entregam livros, apontamentos e memórias ao bolor e à traça tornaram os primeiros tempos da nossa história em uma noite mais ou menos profunda, em que se anda às apalpadelas à procura de tudo, e até mesmo à procura do berço da irmandade do santo príncipe dos apóstolos, do santo que tem as chaves das portas do Céu.

Não pude dizer o ano em que começou a devoção de São Pedro, e não posso marcar o ano em que teve princípio regular e legal a irmandade que do prelado do Rio de Janeiro, Manuel de Sousa e Almada, recebeu o seu compromisso.

E – coisa singular! – monsenhor Pizarro, que nas suas *Memórias do Rio de Janeiro* lança sobre todas estas coisas a maior luz possível, desesperado de não poder determinar as suas datas com o testemunho dos vivos, apela para o testemunho dos mortos, e com os mortos se arranja. Assim, no primeiro caso, foi o defunto Gonçalo Lopes de Távora que lhe disse com a sua verba testamentária – a devoção de São Pedro começou antes de 1639. E na questão do compromisso da irmandade, é ainda o defunto Francisco Dutra de Leão, falecido a 25 de agosto de 1661, quem, determinando no seu testamento que o acompanhasse no seu enterro a irmandade de S. Pedro dos clérigos, e não sendo obedecido “por isso não estar em uso”, ensina a monsenhor Pizarro que para isso não estar em uso era necessário que muito antes do ano de 1661 já estivesse organizada a irmandade.

Realmente é bem triste que se ande a pedir aos mortos explicações das coisas deste mundo.

Organizada a irmandade dos clérigos de São Pedro, continuou o príncipe dos apóstolos a ser por ela festejado na ermida de São José durante todo o resto do século XVII. Está, porém, decidido que ninguém pode, nem mesmo as imagens dos santos, morar em casa alheia.

A irmandade de S. José achou-se, de súbito, fatigada da hospitalidade que prestava a irmandade de S. Pedro, e desde que assim se sentiu, começou a manifestar cada vez mais franca e bem claramente a sua má vontade.

Por fim de contas, brigaram em nome de São Pedro e de São José as competentes irmandades.

Não vos admire essa briga de devotos e de filhos da mesma Igreja. Muito pior do que a irmandade de S. Pedro sucedeu ao cabido da Sé, que andou da igreja de S. Sebastião para a da Santa Cruz e desta para a do Rosário, sempre aos empurrões, e maltratado e humilhado, até que descansou de tantos trabalhos, acolhido na capela real e hoje imperial.

E nem vos pode surpreender essa briga de católicos em nome de santos, porque não há abuso que se não tenha cometido à sombra dos mais sagrados objetos. Para não amontoar desagradáveis recordações, basta lembrar as torturas e as abominações praticadas e as horrorosas fogueiras da Inquisição, acesas pelos dominicanos em nome do Deus de piedade, de misericórdia e de perdão.

As questões e desinteligências entre as irmandades de São Pedro e de São José acabaram como naturalmente deviam acabar. Os donos da casa venceram. São José ficou na sua ermida e São Pedro foi despedido e posto na rua.

Já nesse tempo, estava criado o bispado do Rio de Janeiro, e o nosso segundo bispo, D. Francisco de S. Jerônimo, foi presente, no dia 23 de setembro de 1705, à mudança da irmandade de São Pedro da ermida de São José para a igreja de N. S^{ra} do Parto, onde permaneceu tranqüila durante perto de trinta anos.

Ainda então não havia sido fundado o recolhimento de N. S^{ra} do Parto, e longe estava a noite pavorosa de 24 de agosto de 1789, em

que o incêndio por pouco não devorou de todo e a um tempo a casa do recolhimento e a igreja contígua.

Mais de cinquenta anos antes dessa catástrofe, a imagem de S. Pedro ocupava já o altar-mor da sua pequena, porém, interessante igreja.

É coisa enfadonha passar sempre a vida em casa alheia.

A irmandade dos clérigos de São Pedro acabava de ganhar um poderoso protetor no bispo D. frei Antônio de Guadalupe, e animada por ele, determinou fundar um templo consagrado a São Pedro.

O padre Francisco Barreto de Meneses doou, por escritura de 9 de outubro de 1732, celebrada na nota do tabelião Manuel Salgado Cruz, um terreno com dez e meia braças de testada e treze de fundo, na rua então chamada do Carneiro, à igreja de S. Pedro, para a obra da qual o bispo Guadalupe concorreu logo com alguns mil cruzados.

A construção do novo templo foi deliberada por termo de 2 de agosto de 1733, e a primeira pedra foi lançada pelo bispo protetor.

Servia nesse ano de provedor da irmandade o Padre João Álvares de Barros, vigário colado na freguesia de N. S^{ta} do Pilar de Iguaçu, que, aliás, não teve o prazer de testemunhar a conclusão da obra, pois faleceu a 9 de setembro daquele mesmo ano, e por expressa recomendação testamentária, foi enterrado no lugar que deveria ser o recinto da igreja de S. Pedro.

Dir-se-ia que, ainda depois de morto, o ativo e dedicado provedor queria velar pela pronta execução daquele templo que fora objeto dos últimos e desvelados empenhos da sua vida.

Compreendeis, meus caros e bons companheiros de passeio, que uma igreja, ainda mesmo pequena como é a de S. Pedro, não se pode levantar em um dia. Enquanto, pois, o arquiteto dirige a obra que planejou, os pedreiros levantam as paredes, os entalhadores preparam os ornamentos com que a sua arte deve enriquecer e embelezar os altares, procuremos nós tomarmos conhecimento com essa nova e muito veneranda personagem que acabei de apresentar-vos como fervente protetor da irmandade dos clérigos de S. Pedro.

É um bispo, é frei Antônio de Guadalupe.

Deveras que seria imperdoável não saudarmos com respeito e gratidão este bispo venerando e prestimoso.

Fá-lo-emos, pois, recordando alguns dos seus grandes serviços.

Deixai-me, porém, descansar alguns momentos.

II

A 27 de setembro de 1672, nasceu na vila de Amarante, no reino de Portugal, aquele que devia ser, cinqüenta e três anos depois, o quinto bispo do Rio de Janeiro.

D. frei Antônio de Guadalupe, filho do desembargador Jerônimo de Sá da Cunha e de D. Maria Cerqueira, ambos de nobre estirpe, foi destinado a seguir a brilhante carreira de seu pai; e depois de tomar o grau de bacharel em ciências canônicas na Universidade de Coimbra, e de passar em seguida pelas necessárias provas no desembargo do paço em Lisboa, foi escolhido para exercer o cargo de juiz de fora do cível na vila Trancoso.

O jovem magistrado reconheceu em breve ou que não entendia bem as leis dos homens, ou que certos homens as não queriam entender como ele. Acreditou que a justiça devia ser igual para todos e que os privilégios da nobreza não deviam ter tanta força que entortassem as leis em seu benefício; e teve, em consequência, de sofrer viva oposição dos privilegiados de Trancoso, até que, aborrecido de pesar direitos na balança de Astréia,⁴⁰ convenceu-se de que somente podia ter fé na balança de S. Miguel.

O direito torto dos grandes da terra espantou o jovem magistrado, que se resolveu a ir caridoso rezar por esses opressores e por todos os descendentes de Adão e Eva, e transformou-se de juiz em frade, recolhendo-se à clausura da observância de S. Francisco, em Lisboa.

E foi um frade exemplar, como tinha sido um magistrado imparcial e reto.

Frei Antônio de Guadalupe era já muito vantajosamente conhecido como orador sagrado eloqüente e consciencioso, quando

40 Filha de Júpiter e de Têmis, deusa da justiça.

el-rei D. João V o nomeou para a mitra fluminense aos 25 de novembro de 1723,⁴¹ sendo esta nomeação confirmada pelo papa Benedito XIII, em 20 de fevereiro de 1725, e a 13 de maio seguinte sagrado o novo bispo, que tomou posse, por seu procurador, em 2 de agosto do mesmo ano.

De novembro de 1723 ao ano de 1725 não perdeu D. frei Antônio de Guadalupe o seu tempo. Procurou antes aproveitá-lo esmeradamente. E quereis saber como?

Admirai a *pobreza de espírito* deste ilustrado religioso.

D. frei Antônio de Guadalupe, formado em ciências canônicas, considerado como um clérigo sábio, célebre pelos seus triunfos no púlpito, notável pelos profundos conhecimentos que tinha bebido nos livros em vinte e dois anos de estudo e de meditação no plácido retiro do claustro, D. frei Antônio de Guadalupe, que era velho e mestre, apenas teve conhecimento da sua nomeação para chefe da igreja fluminense, partiu para Braga, onde foi ouvir e aprender os ditames do pastoral ofício com o arcebispo primaz das Espanhas, D. Rodrigo de Moura Teles, exemplar dos prelados.

Ou esse ato de D. frei Antônio de Guadalupe foi uma pasmosa puerilidade, ou os tempos estão muito mudados.

Por que não se improvisavam então, como hoje se improvisam, sábios e beneméritos? Que se observa hoje? Vejamos.

Sai um mocetão da academia de S. Paulo ou de Pernambuco, formado em Direito, e, se é nhonhô, isto é, se é filho, sobrinho ou parente chegado de algum senhor velho, de algum membro daquela classe de privilegiados que atiraram D. frei Antônio de Guadalupe da magistratura para o convento – se é nhonhô, disse, encarta-se logo na presidência de alguma província. Da presidência da província, salta para a câmara temporária, da câmara temporária pula para o ministério. Uma questão de três pulos dados em alguns meses; e em duas palhetadas e meia, o nhonhô, que não foi ouvir as lições de nenhum mestre, que não

41 Pizarro diz aos 25 de janeiro de 1722; mas eu encontro em um livro que tem certo caráter oficial a data que apresento. Não pude examinar quem está em erro. – Nota do autor.

teve noviciado, nem tempo para ler mais do que os prólogos de alguns livros, é declarado estadista de fama e salvador da pátria!

Como diabo se arranja esta magicatura?

Eu só lhe acho uma explicação.

Vivemos no século do vapor, e atualmente tudo se faz a vapor, até mesmo os estadistas e os salvadores da pátria.

E é também por isso que o Brasil vai a vapor. Para onde? Não sei. Só Deus o sabe.

Em D. frei Antônio de Guadalupe teve o bispado do Rio de Janeiro um dos seus mais zelosos e beneméritos pastores.

Um dos grandes empenhos deste ilustre bispo foi moralizar e instruir o clero fluminense, e conseguiu-o em máxima parte, não admitindo ao estado clerical senão candidatos recomendáveis por seus costumes sãos e por sua vida honesta, não distribuindo empregos e honras senão aos que de uns e de outras se tornavam mais dignos pelo seu merecimento próprio. Não dando ouvidos nem aos segredinhos da intriga, nem às solicitações do patronato, e não alimentando um só instante os ciúmes entre os padres nascidos em Portugal e os nascidos no Brasil, que, aliás, mutuamente se hostilizavam de um modo inconvenientíssimo.

Bastaria este procedimento para a glória e recomendação do nome de D. frei Antônio de Guadalupe. Ele, porém, fez mais, e deixou-nos em livros de pedra e cal a história dos seus eminentes serviços.

Para evitar que os eclesiásticos que fossem por seus delitos condenados à reclusão se misturassem com os seculares criminosos, para dar-lhes enfim uma casa de prisão especial, fundou o Aljube, para onde se transferiu a cadeia geral em 1808, e onde atualmente se reúne o tribunal do júri do município da corte.

Como prisão destinada exclusivamente aos padres, o Aljube tinha proporções tão vastas, que eu não sei mesmo o que pensava o bispo, quando o mandou construir.

D. frei Antônio de Guadalupe foi ainda o fundador do seminário episcopal de S. José, a que deu princípio em provisão de 3 de fevereiro de 1739, a benefício da mocidade e do Estado, e isentando-o da jurisdição paroquial.

Também ao mesmo bispo se deve a fundação do seminário dos órfãos de S. Pedro, que depois tomou o nome de seminário de S. Joaquim e, há alguns anos, passou a ser Imperial Colégio de Pedro II.

Enriqueceu com diversos presentes e dádivas algumas igrejas da cidade, e especialmente concorreu para a obra da igreja de S. Pedro com a avultada esmola de alguns mil cruzados, como já ficou dito, e depois doou, para o serviço e ornato do mesmo templo, diversas peças de prata.

De como pôde fazer tanta coisa em tão pouco tempo D. frei Antônio de Guadalupe, explica-se pelos milagres da solicitude, da energia e da dedicação.

Infelizmente para o Rio de Janeiro, D. frei Antônio de Guadalupe foi chamado para a mitra de Viseu. Embarcou-se, e saiu no dia 25 de maio de 1740, a bordo da nau *Nossa Senhora da Glória*, capitânea da frota. Chegando, porém, a Lisboa, morreu poucos dias depois de haver desembarcado, pois que exalou o último suspiro no dia 31 de agosto de 1740, nos braços dos seus irmãos, os religiosos do convento de S. Francisco.

Eis aqui o dístico com que o magistral cronista perpetuou a memória desse venerando bispo:

*Templa Deo, purisque scholae me Praesule, justis;
Proemia dona malis proemia, carcer adeste.*

Temos tomado conhecimento com o ilustre D. frei Antônio de Guadalupe, de quem, aliás, terei ainda de falar algumas vezes. Agora cumpre continuar a história da igreja de S. Pedro.

No presente passeio deixei lançada a primeira pedra da igreja de S. Pedro. E como ignoro o nome do arquiteto que deu o plano desse templo, e não tenho a referir circunstância alguma que ocorresse durante a execução do trabalho, julgo melhor dar desde já a obra por acabada, e conduzir os meus companheiros de passeio ao lugar em que essa igreja se levantou, e ainda hoje se mostra, como é de esperar que por muitos séculos se conserve.

Vamos, pois, subindo pela rua dos Ourives, que parece condenada a perder dentro em pouco o seu nome, ou pelo menos a razão do nome que recebeu. Porque é um fato que ela se vai despovoando de ourives.⁴²

42 Das poucas ruas cariocas que até há pouco conservaram o nome primitivo. Da Rua do Ouvidor para o fim, passou a chamar-se Miguel Couto, depois da morte desse cientista.

Chegamos, enfim. É aqui. A igreja de S. Pedro está situada na rua dos Ourives, canto da rua de... Como a chamarei eu?

É uma rua que tem tido pelo menos quatro nomes.

Em 1619, ou antes desse ano, chamava-se Rua do Carneiro, por morar nela (entre as dos Ourives e da Quitanda) uma senhora muito respeitável e estimável de nome Ana Carneiro.

Diz o monsenhor Pizarro que, com a fundação da igreja de S. Pedro, perdeu a rua aquele nome. Creio, porém, que há mais tempo já o havia perdido, porque, segundo se lê em um dos livros do tombo da Ilma. Câmara Municipal, essa mesma rua denominava-se, em 1705, rua de Antônio Vaz Viçoso, e em 1717, rua do desembargador Antônio Cardoso, passando finalmente a chamar-se rua de S. Pedro.

Segue-se destas diversas denominações que a rua mudava de nome conforme as celebridades que iam nela residindo, o que me faz esperar que não perderá mais nunca o nome de S. Pedro, que há 128 anos lhe foi dado. Porque, apesar de todos os dotes e merecimento que possam ter, as celebridades deste mundo não ousaram disputar primazia ao porteiro do Céu.⁴³

Daí, quem sabe?

Estamos, pois, em frente da igreja de São Pedro. Como, porém, eu protestei e protesto que não respeitarei nenhuma espécie de sistema nem de regularidade nos meus passeios, em vez de dar-vos agora a descrição desse pequeno, mas elegante templo, vou continuar a ocupar-me da irmandade dos clérigos de São Pedro e de duas instituições que a ela se prendem.

A irmandade dos clérigos de São Pedro começou sendo composta exclusivamente de padres. Pelo correr dos anos, porém, quebrou-se algumas vezes esse exclusivismo, sendo por especial favor admitidos nela alguns indivíduos seculares que contribuíam com a esmola de quatrocentos mil-réis, naquele tempo, sem dúvida, muito avultada.

O primeiro secular que invadiu a irmandade dos padres foi Pedro de Sousa Pereira, provedor da fazenda real, e depois deste, Martim Correia Vasqueanes, governador da praça em 1666, e Martim Correia

43 Chama-se também Caminho da Força.

Vasques, mestre-de-campo de um dos terços de infantaria, e que em 1679 ocupou o Governo do Rio de Janeiro.

Já se vê que não bastavam quatrocentos mil-réis para que qualquer abrisse as portas da irmandade dos clérigos de S. Pedro. A honra era subida, e somente a alcançavam aqueles que gozavam de grande poder e influência na terra.

Vieram, porém, as obras da igreja de São Pedro desfidalgar a irmandade pela precisão que houve de dinheiro, e não só se facilitou a muitos a entrada para ela, como se reduziu a jóia ou esmola a duzentos mil-réis. Acabando-se enfim por admitir no seu grêmio seculares de ambos os sexos.

Apesar de se achar de posse de uma igreja sua, a irmandade dos clérigos de S. Pedro não passou logo a gozar uma vida tão plácida como provavelmente calculava. Não teve mais de sofrer as impertinências da irmandade de S. José. Mas viu-se em luta com o vigário da freguesia, depois com o cura do Sacramento, e até se achou não pouco embaraçada, tendo de cumprir certas honras fúnebres que eram e são pelos estatutos concedidas aos irmãos seculares.

Determinava um artigo dos estatutos da irmandade que os irmãos sacerdotes carregassem para a sepultura os irmãos seculares finados. Fez disso questão o padre José da Fonseca Lopes, mestre de cerimônia do bispado, apelando para o ritual de Paulo V e para Bauldry, de modo que ficou suspensa aquela disposição até que, ouvida no assunto a Sagrada Congregação dos Ritos, foi decidida a gravíssima questão em favor da irmandade, que pôde assim ver os irmãos sacerdotes carregando os irmãos seculares finados.

Hoje em dia, e creio que em todo o sempre, tanto na irmandade de S. Pedro como fora dela, faz-se e fez-se menos cerimônia e dificuldade em carregar aos ombros os vivos, ou fazer dos ombros escada para os vivos, principalmente quando estes, além de vivos, são vivatões.

A irmandade dos clérigos de S. Pedro reputava-se isenta de todo e qualquer direito paroquial, fazendo todas as suas funções dentro e fora da igreja sem a concorrência do pároco territorial, porque assim o estabelecia um artigo dos seus estatutos, reformados em 1732 pelo bispo D. frei Antônio de Guadalupe. Mas chegou o dia em que o vigário da freguesia, Inácio Manuel da Costa Mascarenhas, veio perturbar esse privilégio da

irmandade, querendo que, de mistura com o corpo da irmandade, fossem sacerdotes não irmãos acompanhar o cadáver de um irmão secular.

Travou-se questão veemente, e para evitar novas e iguais disputas, acudiu o bispo D. frei Antônio do Desterro com uma provisão que decidiu todas as dúvidas em favor da irmandade.

E, levado do empenho de prevenir outras desagradáveis contestações para o futuro, o mesmo bispo isentou, por provisão de 15 de setembro de 1762, a irmandade da jurisdição paroquial, concedendo-lhe os privilégios em direito permitidos para que ela, por seus provedores e legítimos substitutos, pudesse celebrar todos os atos festivos e fúnebres independentemente do pároco.

Esta provisão foi confirmada pelo Papa Pio VI, no breve apostólico de 8 de março de 1776, que mereceu o beneplácito régio por aviso da secretaria de Estado dos negócios do reino de Portugal, de 18 de agosto de 1780, tendo sido executado nesta cidade e julgado por sentença definitiva do ordinário, publicada a 7 de junho de 1781.

Não obstante a isenção concedida, rebentou inesperadamente outra contestação entre o cura da freguesia da Sé e a irmandade, por ocasião de encomendar-se um irmão dentro da própria igreja de S. Pedro.

Ao ato da encomendação achou-se presente o cura da Sé, que era então o Padre bacharel Antônio Rodrigues de Miranda, pretendendo ter a primazia no ofício que se ia celebrar, direito que lhe foi negado pelo padre provedor da irmandade, que era o Cônego João de Figueiredo Chaves Coimbra.

O cura bacharel e o provedor cônego travaram-se de razões, e a disputa assumiu um caráter tão sério, ou antes, desceu a uma briga tão baixa, que o cônego provedor teve a feliz inspiração de mandar fechar as portas da igreja, a fim de evitar que, com o testemunho do público, o escândalo se tornasse muito maior.

A questão foi levada ao conhecimento do Bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, que, depois de ouvir a irmandade e reconhecer os seus direitos, sentenciou contra o cura bacharel.

O que mais me admira, recordando estes fatos, é que todas estas disputas rompessem entre os vigários e a irmandade de S. Pedro, sempre por causa de defuntos!

Apesar dos leves embaraços criados por estas contestações sem fundamento nem importância, exceção feita de questão da independência paroquial, que devia naturalmente ser de muita significação para os vigários da freguesia da Candelária, foi a irmandade de S. Pedro se desenvolvendo e robustecendo pouco a pouco.

De uma simples instituição que era, a princípio, passou a irmandade a compreender três instituições. De um único patrimônio que possuía, passou a ter e a administrar três patrimônios.

As três instituições são: a irmandade propriamente dita, o coro e os socorros aos sacerdotes e irmãos pobres.

Os três patrimônios correspondem às três instituições.

Continuo a história da irmandade em particular, e em seguida falarei de cada uma das outras duas instituições.

A irmandade de S. Pedro teve a sua época de florescimento no século passado, a começar do bispado de D. frei Antônio de Guadalupe, e chegou animada e esperançosa até alguns anos depois de 1830.

Durante esse século de prosperidade, preencheu sempre os seus fins, prestando à religião, ao Estado e aos membros que a compunham todos os serviços que eram possíveis esperar dela.

Não posso deixar de trazer à memória dos meus companheiros de passeio um fato que seria uma ingratidão condenar ao esquecimento.

Quando, em 1823, o governo imperial, escutando um brado patriótico de muitos brasileiros, aceitou uma contribuição mensal para compra de navios de guerra que deviam servir na luta gloriosa da independência, a irmandade de S. Pedro não se esquivou, como, aliás, podia fazer, ao cumprimento de um santo dever de patriotismo; e por deliberação da sua mesa administrativa, de 26 de fevereiro daquele ano, sendo então provedor o ilustrado Cônego Luís Gonçalves dos Santos, assinou uma contribuição de oito mil-réis por mês, no espaço de três anos.

A quantia pode parecer pequena aos ricos. Não o era, porém, para a irmandade; e além de tudo, a manifestação dos sentimentos patrióticos que ela apresentou com esse ato é de sobra para fazer-lhe honra.

Em 1828, querendo o Sr. D. Pedro I estabelecer ou reunir em uma sala da Academia das Belas-Artes uma coleção de quadros recomendáveis pelo seu merecimento, a irmandade de S. Pedro, que tinha

então por seu provedor o Monsenhor Duarte Mendes de Sampaio Fidalgo, ofereceu um quadro de S. Pedro e S. Paulo, que passava por primoroso, e cujo autor sinto que não tivesse ficado em lembrança. Sendo, porém, certo que o ministro do Império mostrou em um ofício de agradecimento dar muito apreço àquela oferta.

Sujeita às condições humanas, a irmandade de S. Pedro chegou ao termo dos seus tempos felizes com a administração do falecido vigário de Santa Rita, José Francisco da Silva Cardoso, e desde então foi pouco e pouco decaindo, e por tal modo, que ao sistema desvelado dos administradores que tivera sucedido o abandono e anarquia, tornando-se a própria igreja famosa pelo desleixo e incúria com que a deixavam em um estado realmente vergonhoso.

É quase incrível o que se passou e se observou na igreja de S. Pedro até ao ano de 1853, em que foi eleito provedor o Monsenhor Antônio Pedro dos Reis, que, enérgico e decidido, encetou uma verdadeira obra de regeneração, cortando por todos os abusos.

Para se fazer uma simples idéia do extremo lamentável a que se viu reduzida a irmandade de São Pedro, copiarei algumas linhas de um ou outro artigo do relatório que o Monsenhor Antônio Pedro dos Reis entregou ao seu sucessor e a nova mesa administrativa, em 1856. Tratando das obras da igreja, diz esse documento:

“Todos vós vos recordareis ainda do estado de vergonhosa e mesmo de criminosa indecência a que tinha chegado o belo templo da vossa venerável irmandade! Templo que, pertencendo a uma corporação de sacerdotes, devia primar entre outros administrados por seculares, principalmente quando a fervorosa piedade dos antigos irmãos fundadores o tinha dotado com um patrimônio suficiente para sua conservação e decência. Pois, bem: esse templo imundo e quase em ruínas, com o qual tinham acabado de gastar quase oito contos de réis, como se vê das contas do ano de 1852, nós vô-lo entregamos agora digno do culto etc.”

Falando da prata da igreja, diz o ex-provedor:

“É doloroso, senhores, o que sou obrigado a informar-vos a respeito do artigo prata. Quando tomamos posse desta administração, não encontramos nos armários da nossa igreja alguns objetos de prata, e entre esses duas lâmpadas que possuíamos. Achamos, sim, os inven-

tários de 1851 para traz falsificados nesses artigos, e o que primitivamente parecia ter sido escrito – duas lâmpadas de prata – estava borrada ou escrito (emendado para) – duas almofadas de damasco: o roubo de pedaços e de peças de prata e outros objetos estragou-os de tal forma que, para poderem servir, foi preciso fazer-se uma despesa de novecentos e tantos mil-réis em consertos e algumas substituições de peças roubadas e indispensáveis. Fazendo esta exposição, senhores, mui longe estou de querer fazer pesar sobre meus irmãos que fizeram parte das mesas transatas qualquer desar na sua probidade e honradez. Não. Estou convencido que todo este deplorável acontecimento só proveio das facilidades com que tudo abandonavam para não se incomodarem muito.”

O arquivo da irmandade mostrava-se em espantosa confusão. A administração econômica, ruinosa e tristíssima. Tudo enfim indicava desmazelo, desprezo e incapacidade administrativa.

O Monsenhor Antônio Pedro dos Reis mostrou no triênio em que foi provedor o quanto podem uma dedicação vigilante, uma vontade firme, uma constância inabalável e a disposição decidida de bem-servir, sem atender a comprometimentos e desafeições.

O Monsenhor Antônio Pedro dos Reis foi como um novo fundador; ou pelo menos foi o restaurador da irmandade de S. Pedro.

A administração seguinte (de 1856 a 1859) sustentou todas as reformas da sua antecessora e prosseguiu no mesmo caminho, encetando novos trabalhos cujo resultado foi o brilhantismo com que hoje se mostra a irmandade, e a harmonia e decência que se observam nas cerimônias que se praticam.

Esta administração dotou a irmandade com um órgão novo, que mandou vir da Alemanha. Desterrou da igreja de S. Pedro a música profana, fazendo louvar o Senhor em sua casa com música religiosa. Como sinal de reconhecimento aos seus irmãos benfeitores, mandou colocar na sacristia e salões da igreja os seus retratos para perpetuar-lhes a memória. Determinou celebrar na igreja de S. Pedro, pela primeira vez, e em seguida em todos os anos, os mistérios da paixão e morte de N. S. Jesus Cristo.



Largo do Machado, esquina da Rua do Catete, vendo-se a casa térrea onde funcionou o CAFÉ ARAPONGA



Tipo de ônibus, de fabricação francesa, usado no Rio de Janeiro em 1850

Lutando com uma dívida de 9:000\$, tomada por três anos a juros de 10%, e com outra e enorme dívida de cera, que tinha necessariamente passado de administração em administração, conseguiu pagar a primeira e mais os juros, que subiam a 1:800\$. Pagou ainda a segunda, que se tornara célebre. Comprou o novo órgão na importância de 6:000\$. Fez grandes melhoramentos com a aquisição de paramentos novos, cortinas ricas para as portas e roupa branca para a sacristia. E entregou enfim a administração, deixando a irmandade sem dívidas.

Sem dúvida alguma, as administrações que têm de seguir-se a essa ilustrar-se-ão, prestando serviços de igual magnitude, como a atual o está fazendo.

O patrimônio especial da irmandade de S. Pedro consta atualmente do seguinte: cinqüenta e seis apólices de um conto de réis e duas de quatrocentos mil-réis, e oito moradas de casas, oue rendem 7:160\$329.

Além deste patrimônio, a irmandade tem uma fonte de renda nas anuidades dos irmãos não remidos, e nas jóias dos novos irmãos e de certos mesários.

Adivinho que vos achais fatigados, e que me íeis pedir para terminar aqui este passeio.

Vou fazer-vos a vontade, anunciando-vos outro um pouco menos árido e um pouco mais divertido, na próxima ocasião.

III

A instituição do coro da irmandade de S. Pedro tem a data de 1764, e foi devido à piedade de Manuel Vieira dos Santos, um bom católico, que habitava em Minas Gerais, por detrás do morro do Rio do Peixe, termo da vila de Sabará.

Manuel Vieira meditava desde alguns anos criar na capitania das Minas uma colegiada para o serviço e louvor de Deus. Que série de dificuldades veio embarçar a realização do seu piedoso intento nessa parte do Brasil, não estou no caso de apreciar. Certo é, porém, que, inabalável na sua idéia, conseguiu esse homem fazer efetuar na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro o que não lhe fora possível executar em Minas.

Aos 13 de junho de 1764, passou Manuel Vieira dos Santos, no arraial de N. S^{ra} da Penha, termo de Vila Nova da Rainha, uma procuração ao seu irmão Domingos Tomé da Costa, e à venerável ordem terceira de S. Francisco, no Rio de Janeiro, autorizando-os especialmente para em seu nome instituírem nesta cidade “meio coro de música em a irmandade do Senhor S. Pedro, para os que lhes aplicava de esmola a quantia de quarenta e dois mil cruzados, para a dita irmandade por juros etc.”.

A 2 de agosto de 1764, lavrou-se a competente escritura no consistório da igreja de S. Pedro; e como nesse documento se acham especificadas todas as circunstâncias e condições da doação, julgo conveniente reproduzi-lo aqui na sua quase totalidade, ficando todos os meus companheiros de passeio com a mais completa liberdade de darem um salto por cima da escritura se não julgarem conveniente lê-la e apreciá-la:

“Fazia doação de hoje para sempre de 42 mil cruzados à dita irmandade, para na igreja dela se estabelecer perpetuamente um coro, que se comporia de cinco capelães, um presidente e quatro meninos de coro, com as cláusulas abaixo declaradas que valeriam como postas no limen da presente instituição; que, para fundo e patrimônio do dito coro, aplicava ele instituidor 42 mil cruzados, os quais logo a dita irmandade poria a juros, com as seguranças necessárias, ou empregaria em bens estáveis e rendosos, para os seus réditos se distribuírem pelos reverendos capelães e mais pessoas destinadas para o presente coro, e que os dois mil cruzados, de que mais faria doação à dita irmandade, esta os despenderia no que fosse preciso para os preparos do mesmo coro, e para pagar as porções dos reverendos capelães e mais pessoas destinadas, enquanto o fundo ou patrimônio não produzisse réditos suficientes; que ele instituidor nomeava a dita irmandade *imperpetuum et solidum* administradora do dito coro, a qual cedia e traspassava de hoje para todo o sempre o direito de padroado do dito coro, para o efeito de a ela pertencerem as nominatas e apresentações de todos os reverendos capelães. Porém, que no presente limen reservava e queria que na capela-mor da dita igreja se lhe designasse uma sepultura para jazigo do seu corpo, para nele ser sepultado, quando suceda morrer nesta cidade. E falecendo nas Minas, onde se acha, queria fossem trasladados para a dita sepultura a

sua custa; que para primeiros capelães no limen da presente instituição poderia a dita irmandade nomear e apresentar quaisquer reverendos sacerdotes que bem lhes parecessem idôneos, depois de cujas primeiras nominatas, sucedendo vagar qualquer das referidas capelarias por morte, renúnciação, delito, ou por outro qualquer modo dos expressos em direito, seria a dita irmandade obrigada a nomear e apresentar para a capelania vacante o parente ou consangüíneo dele instituidor, concorrendo nele os requisitos necessários, com preferência aos mais, para o que vagando alguma capelania por algum dos referidos modos, fixará a dita irmandade editais nos lugares públicos, por trinta dias, dentro dos quais, aparecendo algum parente ou consangüíneo dele instituidor, concorrendo nele os requisitos necessários, preferirá ao que estiver em grau mais próximo, sem preferência entre os provenientes por linha masculina ou feminina. E estando em igual grau, poderá a dita irmandade gratificar a qual delas lhe parecer. E quando dentro do dito mês dos editos não comparecer parente ou consangüíneo algum dele instituidor, poderá a dita irmandade nomear para a capelania vacante a pessoa que lhe parecer ser idônea, sobre cuja eleição onera ele instituidor as consciências dos mesários que a esse tempo servirem, a quer que esta ordem inviolavelmente se observe *in perpetuum* que reconhecendo os inconvenientes contingíveis em serem manuais e amovíveis as capelarias, principalmente nas expulsões dos providos que pela maior parte se fazem por ódios, vinganças e sem justificadas causas, de que se poderão originar multiplicados pleitos, é vontade dele instituidor que as presentes capelarias sejam perpétuas, não havendo causa suficiente por onde a dita irmandade os deva expulsar; que havendo-a, o poderá fazer. E que, como para o referido é preciso autoridade ordinária *in limine*, quer outrossim, ele instituidor, que os reverendos provedores e mais mesários desta irmandade apresentem a instituição ao Ex^{mo} e Rev^{mo} bispo deste bispado, do qual implorem a sua autoridade para a ereção das ditas capelarias antes de formarem os estatutos para o seu regime, e que, feitos estes, lhos apresentem juntos com esta, que no princípio deles se incorporará para o dito senhor haver por bem de os confirmar: que, querendo ele instituidor favorecer aos estudantes e mais pessoas pobres, a fim de se poderem ordenar a título das presentes capelarias, é sua vontade que para elas possam ser nomeadas e apresentadas quaisquer pessoas de limpo

sangue, tendo 21 anos de idade, e daí para cima, contanto que se ordene dentro de dois anos inclusive; que todos e quaisquer capelães que forem providos nas ditas capelanias terão obrigação de rezar as Horas Canônicas de manhã e à tarde, congruentes às festas de cada dia, com mais ou menos pausa, conforme a celebridade, e que outrossim terão obrigação de dizer missa quotidiana, que será celebrada no fim do coro, de manhã, a que vulgarmente chamam missa conventual, assim como se pratica nos mais coros desta cidade, com a declaração que, por ora, enquanto não houver maior número de capelães do que o estipulado, será a dita missa rezada. Porém, correndo o tempo e havendo maior número de capelães do que o estipulado, se praticará com a dita missa o mesmo que se pratica no coro da freguesia de N. S^{ta} da Candelária, e os ditos reverendos capelães não poderão receber esmola alguma anual pela dita missa, e menos lhes será livre a aplicação dela, por ser vontade indispensável do instituidor que pela sua alma seja aplicada, e também sua vontade que todos os dias se lhe cantem dois *Memento*, um de manhã, outro à tarde, e aos sábados, no fim de Completas, uma ladainha cantada a N. Senhora, com verso e oração. E no oitavário de defuntos será o mesmo coro obrigado a fazer-lhe um ofício de nove lições com missa cantada, tudo pela alma do instituidor e de seus parentes; que todos os reverendos capelães serão obrigados à residência pessoal do coro às Horas Canônicas, sendo-lhes só permitidas em cada ano as faltas que por direito são permitidas aos reverendos capelães ou cônegos das catedrais ou colegiadas, e fazendo mais faltas em cada um ano, além das referidas, se procederá contra eles na forma que se procede contra os reverendos cônegos, até sentença de privação inclusive; que a dita irmandade terá obrigação de dar contas todos os anos do rendimento, receita e despesa, e sobras, havendo-as, e, como a administração das presentes capelanias, as une ele instituidor *insolidum et in perpetuum* à dita irmandade, que é da jurisdição eclesiástica, não só por ser ereta por autoridade ordinária, mas também por ser administrada por clérigos: quer o instituidor que a dita irmandade dê as referidas contas todos os anos ao Ex^{mo} e Rev^{mo} Sr. Bispo desta diocese, ou aos seus reverendíssimos ministros, aos quais pede queiram tomar todos os anos e exatamente as ditas contas, e achando sobras em cada um ano, as incorporarem ao fundo e patrimônio, em ordem a se ir aumentando o rendimento, e por consequência o

número das capelarias; que a dita irmandade fará, como já se disse, os estatutos que achar são convenientes para o bom regime do presente coro com declaração que serão em conformidade das cláusulas acima apontadas, sem que neles possam estabelecer coisa alguma que direta ou indiretamente se encontre a elas; que a dita irmandade passará carta de nominata ou apresentação aos providos, com as quais os ditos recorrerão ao Ex^{mo} e Rev^{mo} Bispo deste bispado para as mandar confirmar, sem o que não poderão tomar posse das ditas capelarias; e que, como por ora a dita irmandade tem esta administração do dito coro sem prêmio, quer, e é sua vontade que, havendo rendimentos suficientes, tenha a mesma irmandade por prêmio o mesmo que se pratica no coro da igreja da Candelária; e para a celebração desta escritura impetraram eles, reverendo provedor e mais mesários, licença do dito Ex^{mo} e Rev^{mo} Sr. bispo desta diocese, que lhe foi concedida por despacho dado em a sua petição, como dela melhor se verá, que ao diante se copiará. E por esta mesma escritura, disseram eles ditos reverendos provedor e mais mesários, se obrigam quanto é necessário e em direito se requer de fazer a diligência de pôr a juro em poder de pessoas que sejam reputadas e conhecidas por abonadas, ou empregarem em bens estáveis os referidos quarenta mil cruzados, com a brevidade que lhes for possível, e com a mesma cuidar-se se louve o Senhor no referido coro. E logo no ato desta mesma escritura, pelo dito Domingos Tomé da Costa foi entregue a dita quantia de quarenta e dois mil cruzados em boas moedas de ouro corrente neste reino e estado, que eles, ditos reverendo provedor e mais mesários contaram, receberam e acharam certos, sem falta alguma.”

Tal foi a origem do coro da igreja de S. Pedro. O ouro das minas, o ouro arrancado ao seio da terra foi sujeito ao sagrado fogo da piedade, e perdendo a sua natureza metálica, transformou-se em cantos e orações que se erguem ao Senhor.

Na forma da provisão de 11 de novembro de 1764, passada pelo bispo, D. Frei Antônio do Desterro, instituiu-se o coro com seis capelães.

Mas o exemplo de Manuel Vieira dos Santos achou imitadores.

Em 1770, o Cônego Manuel Freire fez para o mesmo fim doação à irmandade de S. Pedro de duas casas de sobrado situadas no fim da rua do Ouvidor, para o lado da praça da Sé Nova, que é a que

hoje e desde muito se chama largo de S. Francisco de Paula, e que então se chamava da Sé Nova, pelas obras da nova Sé, que acabaram servindo para o edifício em que está estabelecida a escola militar,⁴⁴ e que nos deixaram um provérbio que sempre se faz lembrar, quando se trata de obras públicas.

Com a doação devida ao Cônego Manuel Freire, aumentou-se mais um capelão aos seis que compunham o coro da irmandade, e esta ficou com o encargo de uma missa rezada pela alma do instituidor, no dia do aniversário da sua morte, e de um *memento* cantado no coro.

Em 1790, Belchior Soares deixou por seu falecimento um legado à irmandade para subsistência ou aumento de outro capelão do coro, uma casa na rua do Sacussará, que depois se denominou rua da Quitanda, e que outrora assim se chamara por um motivo que eu não ignoro, mas não quero dizer, porque estou tratando de um assunto muito sério e não devo provocar o riso aos meus companheiros de passeio.⁴⁵

Finalmente, o Bispo D. José Caetano, em consideração do aumento das rendas do patrimônio do coro, elevou a dez o número dos beneficiados ou capelães, e aumentou as côngruas destes.

O Bispo D. Frei Antônio do Desterro, em provisão de 29 de novembro de 1764, deu estatutos para o regime do coro, estatutos que foram reformados com aprovação do nosso atual e venerando bispo em 1854, como se vê da provisão de S. Ex^a Rev^{ma} de 27 de outubro desse ano.

44 Ou Escola Central, hoje Politécnica. Houve, antes desse, outro edifício chamado a Casa da Aula.

45 Vieira Fazenda (ob. cit.), assim explica a origem desse nome:

“O trecho entre a Rua do Carmo (7 de Setembro) e a do Ouvidor (então de Gadelha) recebeu diversos nomes, tais como travessa de Lucas do Couto, de Tomé da Silva, do Malheiros e do Sacussará. Davam este último nome ao canto onde tem sede o estabelecimento Borlido. Houve quem pensasse que Sacussará é de origem tupi! “Conta-se a seguinte anedota:

“Certo morador da rua passou mal a noite por força de incômodos para os quais a medicina moderna emprega os preparados de *bamamelis virginica* (hemorróidas). Ao chegar de manhã à janela, dá de cara com um vizinho, cirurgião (*sic*) inglês. Este inquire do doente a causa dos seus males. ‘Oh! Isto não é nada. Faz isto (aconselha ao doente um remédio) e seu...sará.’

“O inglês dera o nome aos bois. Serviu-se de um termo que as conveniências mandam calar.”

O patrimônio da instituição do coro da irmandade de S. Pedro se compõe de cento e treze apólices de 1:000\$, de duas de 800\$, de cinco de 600\$, de uma de 400\$ e de quinze moradas de casas que rendem 14:550\$000.

Cumpre notar que o número de apólices relativamente avultado que aparece, tanto no patrimônio do coro, como no da irmandade, é em sua máxima parte o fruto da conversão de prédios que a irmandade e o coro possuíam. A venda desses prédios e a compra de apólices foram uma medida financeira da administração do monsenhor Antônio Pedro dos Reis, medida que deu em resultado um aumento de renda, o que é uma útil e excelente lição que deve ser aproveitada por todas as corporações de mão-morta, quando o país, mostrando-se em mais animadoras condições econômicas, puder oferecer-lhes as vantagens que em 1854 e 1855 ofereceu à irmandade de S. Pedro.

Tenho dito quanto sei a respeito da instituição do coro os irmandade de S. Pedro. Passo, portanto, a contar a história da terceira e última instituição, que é a dos socorros aos sacerdotes e irmãos pobres, que me parece, em verdade, a mais interessante de todas, por alguns episódios e algumas circunstâncias que a ela se prendem, e de que não dão conta as memórias e os manuscritos que se podem consultar; mas que eu consegui ler em alguns bons e conscienciosos arquivos de oitenta e noventa anos, arquivos que pouco a pouco vão desaparecendo, como desapareceremos todos.

Em 25 de julho de 1756, o irmão secular Antônio Fernandes Maciel fez à irmandade de S. Pedro doação da quantia de 800\$, para que com os juros desse dinheiro se dessem anualmente, no dia de Todos os Santos, dezesseis esmolos de 1\$ cada uma a dezesseis pobres de mais necessidades, à eleição da mesa, preferindo-se na distribuição os próprios irmãos. Ficando, além disso, a irmandade obrigada à pensão de quatro missas anuais e dois responsórios por alma do instituidor.

Esta doação era em verdade tão insuficiente para produzir socorros aproveitáveis aos irmãos necessitados, e além disso, as condições com que ela se fizera tão facilmente permitiam que as fraquíssimas esmolos fossem dadas a pobres que não pertencessem ao grêmio da irmandade de S. Pedro, que não é admissível referir àquele ano de 1756 o princípio da instituição de que vou tratar.

A instituição dos socorros aos padres e irmãos pobres da irmandade de S. Pedro começou em 1812, e foi devida à caridade do sargento-mor Alexandre Dias de Resende.

Quero dizer-vos alguma coisa a respeito deste homem piedoso, cuja história deixaram esquecida os nossos escritores, e apenas hoje se pode colher da memória dos bons velhos, últimos representantes que nos restam do século passado.

Alexandre Dias de Resende era homem pardo. Seu pai tinha sido um carpinteiro laborioso e econômico, que lhe deixara uma pequena fortuna, que ele soube aumentar pouco a pouco, entregando-se ao comércio, de modo que, além da sua casa mercantil, adquiriu também a propriedade de uma grande chácara no caminho de Mataporcos⁴⁶ para S. Cristóvão.

Entre parêntesis: o sítio que atualmente e desde muitos anos é chamado Mataporcos começou provavelmente a ser denominado Mata dos Porcos, porque ali havia um arvoredor silvestre terminando no mangue, e nessa mata se criavam numerosas varas de porcos, que se matavam para alimentação dos habitantes da cidade. É de crer que depois se corrompesse a denominação primitiva. E fecho aqui o parêntesis.

A fortuna ou tal qual riqueza de Alexandre Dias de Resende era explicada pelos invejosos e murmuradores de um modo menos honroso para ele. Diziam que, descobrindo um tesouro enterrado junto de uma árvore no lugar do Jogo da Bola, no morro da Conceição...

E abro de novo outro parêntesis: o Jogo da Bola de que se trata neste caso ficava perto da antiga fortaleza da Conceição, e não se deve confundir com outros dois Jogos da Bola que então existiam, um perto do lugar em que hoje se vê a igreja de Sacramento, e outro nas imediações da atual Rua de Bragança. Os Jogos da Bola eram lugares de numerosa e alegre reunião. Conclui-se disto que no século passado jogava-se muito a bola na cidade do Rio de Janeiro. Hoje, porém, não havendo tantos jogos da bola, dá-se mais freqüentemente no vinte.

E torno a fechar o parêntesis.

46 Estácio de Sá.

Diziam, pois, que Resende, descobrindo um tesouro enterrado junto de uma árvore no lugar do Jogo da Bola, no morro da Conceição, de todo o dinheiro se apoderara, sem respeito aos direitos de quem se devia considerar seu verdadeiro dono. Entretanto, a vida inteira de Resende faz crer que essa história de tesouro enterrado não passou de um aleive levantado contra aquele a quem não perdoaram o acidente da cor, apesar do merecimento que tinha, e que lhe deu força para conquistar uma certa consideração.

Depois do conhecimento dessa calúnia, forjada para nodoar a reputação de Resende, não admira saber-se que este era objeto de sátiras e de zombarias. E como nas pequenas povoações – e a cidade do Rio de Janeiro não era grande naquele tempo – é costume darem-se alcunhas a muita gente, não pôde Resende escapar à regra terrível, e era chamado o *Focas Tirano*.

Nada disso, porém, pôde amesquinhar ou obscurecer as boas qualidades de Resende.

Quando o terceiro vice-rei do Brasil, homem que tinha nove nomes, D. Luís de Almeida Portugal Soares Eça de Alarcão Melo Silva e Mascarenhas, e de quem, apesar disso, não se pode dizer que maior foi o nome do que a pessoa, quando o marquês de Lavradio, terceiro vice-rei do Brasil, organizou completamente os quatro terços ou regimentos auxiliares da cidade do Rio de Janeiro, dispôs que o quarto regimento fosse o regimento dos pardos,⁴⁷ e foi Alexandre Dias de Resende nomeado capitão ele uma das companhias do quarto terço, o que indica bem que Resende era digno de estima e de confiança.

Mas o quarto terço ou o terço dos pardos teve por comandante o Major Melo, oficial português, austero na disciplina. Às vezes, porém, tão violento e desatencioso, que sacrificava, sem o pensar, a própria disciplina.

Os pardos do quarto regimento, repetidamente vítimas do gênio desabrido e frenético do seu comandante quiseram ver na escolha de um tal chefe uma prova da má vontade que lhes tinha o marquês de Lavradio, e procurando a origem da suposta má vontade do vice-rei, foram descobri-la em um fato que eles interpretaram como lhes convinha.

47 À semelhança do antigo Batalhão Naval, cuja quarta companhia era a dos pretos.

Este episódio não tem relação alguma com a história de Resende. Como, porém, ele dá idéia de um dos principais defeitos ou de grande fraqueza do marquês de Lavradio, que, aliás, foi um vice-rei que prestou imensos serviços ao Brasil, vou ocupar-me dele para deixar o marquês bem marcado com a sua notável fraqueza, como oportunamente o apresentarei com as suas muito belas qualidades de homem e de administrador.

O marquês de Lavradio era famoso pelo amor que tributava ao belo sexo e pelas travessuras, às vezes bem repreensíveis, que fazia para satisfazer a sua paixão. A sua fama a este respeito era tal que em um tempo em que muito se ocupava da polícia da cidade e do asseio das ruas e praças dela, encontrou o marquês em certo dia um doido tão célebre na cidade pelos seus repentes e ditos espirituosos, que o seu nome ainda hoje não está esquecido. O doido chamava-se Romualdo.

O marquês de Lavradio, ao encontrá-lo, fez parar o cavalo em que ia e, sorrindo para o doido, perguntou-lhe:

– Romualdo, que dizem de mim aí pela cidade?

O doido encarou o vice-rei, riu-se também para ele, e respondeu sem hesitar:

– Dizem que V. Ex^a limpa as ruas e suja as casas.

É escusado dizer que o vice-rei fez o cavalo partir a galope.

Agora o caso de que murmuravam os pardos do quarto regimento.

Havia naquele tempo na cidade do Rio de Janeiro uma senhora muito formosa e de uma das mais nobres famílias, mas tão fácil e pouco recatada, que com vergonha das próprias loucuras trocara por outro e esquecera o seu nome de família, como eu o quero deixar esquecido ainda hoje. Maria era o seu nome batismal, e com esse ficará somente.

Maria tinha tido já não poucos amantes, e o último, o Coronel Antônio Carlos Furtado de Mendonça, irmão do visconde de Barbacena, deixou-a, para ir tomar conta do Governo de Minas Gerais, por nomeação do marquês de Lavradio. O coração da bela moça pareceu a alguém ter então ficado em uma espécie de viuvez. Ninguém lhe conhecia amante nem preferido. Mas o marquês, apesar disso, e a despeito do seu brilhanismo e da sua influência de vice-rei, não conseguiu fazer-se amar.

O marquês, depois de perseguir debalde a cruel moça veio, enfim, a descobrir que ela amava perdidamente a um mancebo pardo que era um dos cômicos da casa da ópera.

Que delito cometeu esse moço, não sei. Contam, porém, que ele fora preso, e que da cadeia ia representar ao teatro, e findo o espetáculo, voltava do teatro para a cadeia.

Quem sabe se esta prisão não era uma exigência da família ofendida, e se o marquês de Lavradio, em vez de ser acusado de uma condescendência que se tornara em injusta opressão, carregou com a culpa de uma ignóbil vingança que não caía em seu coração?

Mistérios do passado!

Mas em todo o caso, o preso ainda gozava mais do que o vice-rei. Porque em todas as noites, uma mulher engraçada e elegante, trazendo a cabeça envolvida em longo manto, passava repetidas vezes em frente da janela da cadeia, donde o amado preso lhe pagava com suspiros aqueles ternos passeios noturnos.

O vice-rei esperou, desesperou, teve de consolar-se com outras belas menos cruéis da ingratidão da formosa Maria.

Entretanto, os pardos do quarto regimento pretenderam que o marquês de Lavradio estendera a todos os pardos o ódio que tivera do cômico, seu rival preferido, e por isso escolhera o Major Melo para comandá-los.

Falta por certo fundamento para tal suposição. Mas, ainda mesmo infundada, ela subsistiu.

Enfim, o marquês de Lavradio foi substituído no vice-reinado do Brasil por Luís de Vasconcelos e Sousa.

O Major Melo continuou a comandar o quarto regimento.

Entra de novo em cena Alexandre Dias de Resende.

O Capitão Resende foi um dia indignamente desatendido por um dos soldados da sua companhia. O caso era grave e exigia uma forte punição.

Ressentido da ofensa, o Capitão Resende foi à casa do major, e, expondo a triste ocorrência, declarou que julgava não dever prescindir de uma satisfação.

O Major Melo olhou para o capitão com desprezo, e disse-lhe com um tom de inconvenientíssima zombaria:

– Homem, vocês são mulatos, lá se entendem.

E voltou-lhes as costas.

O capitão Resende, ainda mais ultrajado pelo seu comandante do que pelo soldado, correu ao palácio e fez-se anunciar, pedindo uma audiência do vice-rei.

Luís de Vasconcelos recebeu-o imediatamente, e, ouvindo as queixas que o ofendido lhe vinha apresentar, prometeu-lhe justiça pronta, despediu-o e mandou logo chamar o comandante do quarto regimento.

O Major Melo, acudindo ao chamado do vice-rei, e sendo por ele interrogado a respeito do motivo da queixa do capitão, confessou tudo sem hesitar, e até sem defender-se.

Então Luís de Vasconcelos repreendeu-o severamente, lançando-lhe em rosto o seu descomedimento e o insulto com que ultrajara o Capitão Resende, e acabou por ordenar-lhe que se recolhesse preso a uma das fortalezas.

Ouvindo a ordem de prisão que acabava de receber, o Major Melo não se pôde conter e exclamou:

– Preso! Pois deveras V. Ex^a me manda prender?

O vice-rei respondeu sossegadamente:

– Homem, nós somos brancos, cá nos entendemos.

O Major Melo foi preso, perdendo o comando do regimento dos pardos. E, mandado servir no Sul, lá ficou por muitos anos, voltando somente ao Rio de Janeiro depois da chegada da família real.

E cheguei apenas ao meio da história do Capitão Alexandre Dias de Resende, e já o nosso passeio de hoje se acha com proporções tais que, se eu quisesse estendê-lo até à conclusão da história, seria obrigado a transformá-lo, de simples passeio que deve ser, em viagens de longo curso, que não convém que seja.

Devo, portanto, parar aqui.

Façam de conta que deu a hora no relógio da casa e que o Sr. Presidente me convida a interromper o meu discurso, reservando-me a palavra para a próxima sessão.

IV

No meu antecedente passeio tive de interromper, obrigado por força maior, a história que vos contava de Alexandre Dias de Resende. Mas, se não tendes memória infeliz, deveis lembrar-vos que deixamos esse bom homem elevado a capitão, e à frente da sua companhia do regimento dos pardos.

De uma só ligeira penada termino as minhas informações a respeito da carreira militar de Resende, dizendo-vos que ele chegou a sargento-mor, e com essa patente morreu em 1812.

Mas não penseis que somente na vida da militância foi que Resende teve de provar amarguras e decepções.

Ides ver que ele foi tão infeliz com os padres da irmandade de S. Pedro, como tinha sido com o Major Melo.

Resende era devoto de S. Pedro, e tinha pelos padres verdadeira veneração. Desejava sempre se aproximar deles, e tanto o desejou, que um dia sorriu-lhe docemente a idéia de entrar para a irmandade do príncipe dos apóstolos.

A princípio hesitou, depois foi pouco a pouco tomando ânimo, e por fim de contas não se pôde conter e manifestou a sua ardente ambição ao Padre Luís Gonçalves dos Santos, que achou muito razoável a pretensão, e comprometeu-se a propor o candidato à irmandade.

Convocou-se a mesa. Correu a notícia de que Resende ia ser proposto para irmão de S. Pedro, e no dia aprazado achou-se plena a mesa da irmandade no consistório da igreja.

Resende, cheio de esperanças e de alegria, esperava o resultado da sua pretensão, passeando na sacristia. Começou, porém, em breve, a incomodar-se com a demora prolongada do despacho.

Era que havia discussão renhida no consistório.

Irmãos padres e irmãos seculares estavam quase todos em movimento e excitação.

Não podiam tolerar a idéia de ver o pardo Resende irmão de São Pedro.

Entretanto, alguns seculares mais hábeis diziam, sorrindo:

– A irmandade é dos senhores padres; eles, pois, que decidam.

E lavavam as mãos, como Pilatos.

Enfim, o Padre Francisco dos Santos Pinto, que depois foi senador do império, e o Padre Francisco Antônio pronunciaram-se de tal modo, que a mesa repulso a pretensão de Alexandre Dias de Resende.

O Padre Luís Gonçalves dos Santos desceu à sacristia e comunicou a decisão da mesa ao triste Resende. Este desatou a chorar e retirou-se, dizendo:

– Paciência! Os senhores padres não me querem. Paciência!

Esta humildade não foi um fingimento. O futuro mostrou que Resende nem ao menos modificou as suas disposições generosas a respeito dos padres.

Alguns anos depois, um vizinho da chácara que Resende possuía no caminho de S. Cristóvão principiou a inquietá-lo, e acabou por tornar-se tão incômodo, que Resende vendeu a chácara, e com o produto da venda fez construir duas casas de sobrado na Rua de S. Pedro, ficando uma delas no canto da Rua Direita.

Causava alguma surpresa o ver-se que Resende, que já a esse tempo se achava bastante velho, se metesse em obras tão dispendiosas e que indicavam projetos de futuro.

O Padre Luís Gonçalves fez-lhe sentir isso um dia, mas Resende respondeu, sorrindo:

– É um segredo que só deve ser conhecido depois da minha morte.

E passados alguns momentos, como tratando de outro assunto, acrescentou tristemente:

– Tenho muita pena dos senhores padres, que, sendo pobres e estando doentes, não podem celebrar.

O dia da revelação do segredo chegou finalmente.

A 9 de agosto de 1812 faleceu o sargento-mor do regimento dos homens pardos, Alexandre Dias de Resende, e aberto o seu testamento, encontrou-se a seguinte disposição:

“Declaro que entre os bens que possuo, são duas moradas de casas que fazem dois sobrados no canto da Rua de S. Pedro, uma com frente para a Rua Direita, e outra com frente para a dita Rua de S. Pedro, as quais deixo à irmandade de S. Pedro, para esta tomar logo conta delas, e fazer assistência aos Rev^{mos} sacerdotes que se acharem enfermos sem poderem celebrar, fazendo-se-lhes uma mesada ao arbítrio da mesma irmandade obrigada a pagar a décima. E no caso de que a dita irmandade as queira vender, então passarão para a Misericórdia, opondo-se esta a tal determinação, e tomando logo conta delas, para do seu rendimento se sustentarem os pobres clérigos.”

E Alexandre Dias de Resende morreu sem fazer parte da irmandade de S. Pedro. E enriquecendo-a com este legado, não lhe impôs ônus algum nem em benefício da sua alma.

É completamente inútil dizer que a irmandade de S. Pedro não discutiu um só instante se o legatário das duas casas tinha sido branco, pardo, preto, amarelo ou azul, e aceitou logo o caridoso legado.

A mesa da irmandade de S. Pedro, em 1812, não pode ser de modo algum responsável pelo que anos antes fizera outra mesa, repelindo Alexandre Dias de Resende. Mas, em todo caso, é curioso o que então se observou.

Coisas deste mundo! – sempre é bom dizê-las.

Alexandre Dias de Resende, como benfeitor da irmandade de S. Pedro, teve um ofício de corpo presente na igreja de S. Pedro, e os padres levaram sobre seus ombros o caixão do pardo Resende para a igreja da ordem terceira de S. Francisco da Penitência, de que ele era irmão!

E, ainda melhor, ao chegar o acompanhamento ao cruzeiro do convento de S. Antônio, apresentaram-se os terceiros para receberem o caixão, os padres declararam que o não entregavam senão a presbíteros como eles. Trocaram-se palavras duras e azedas, pondo termo à desagradável cena os frades de S. Antônio, que tomaram o caixão às costas.

Vejam, pois: iam brigando pelo Resende morto os mesmos que o tinham desprezado vivo!

A irmandade de São Pedro celebra anualmente, no mês de novembro, um ofício solene por alma de Alexandre Dias de Resende, presentes os seus ossos que se acham encerrados em uma urna.

A administração da irmandade, em 1852, mandou tirar e colocar na sacristia o retrato de Resende, como, em 1857, por proposta do tesoureiro do patrimônio dos padres e irmãos pobres, o Sr. Padre Manuel Agostinho José da Silva, e com aprovação da mesa, se deliberou que fossem também tirados e conservados os retratos dos outros benfeitores.

Aqui está, pois, toda a história de Resende, e nela a da origem da instituição dos socorros aos padres e irmãos pobres da irmandade de São Pedro.

A instituição começou, portanto, com o patrimônio a 9 de agosto de 1812.

Mas o caridoso instituidor desse patrimônio não só legou duas casas, como ainda um belo exemplo que achou alguns piedosos imitadores.

Assim, contam-se ainda os seguintes benfeitores da mesma instituição:

Manuel Rodrigues dos Santos, que legou, em 1827, 2:000\$000.

Antônio Rodrigues dos Santos (irmão do precedente), que deixou 4:000\$ em 1829.

O Cônego Alberto da Cunha Barbosa, que, em 1845, legou 2:000\$000.

E finalmente, o Padre Luís Antônio Muniz dos Santos Lobo, que deixou 2:000\$ em 1857.

O patrimônio dos padres pobres rende atualmente 16:238\$072. É uma verdadeira instituição de caridade, que tem já prestado muitos serviços, conforme a natureza e fins da sua criação, e afiançam-me que se pode asseverar, sem receio de cair em erro, que os padres, para quem ela se destina, estão a coberto de privações nos casos de enfermidade.

O nome do Sargento-mor Alexandre Dias de Resende está, com razão, perpetuado nos arquivos da irmandade de S. Pedro e nos corações dos padres que o abençoam como um benfeitor.

Ora, pois! Cheguei finalmente ao desejado termo da história das três instituições da irmandade de S. Pedro.

Podemos agora desembaraçadamente lançar uma rápida vista d'olhos sobre a igreja, para dizer o que é ela e o que contém.

Vinde. Não tenhais medo de encher de pó as calças, nem de teias de aranhas as casacas. Há nove anos que a igreja de S. Pedro está limpa, e se pode entrar nela como nos seus belos tempos.

Pelo seu exterior, a igreja de S. Pedro distingue-se de todas as outras da cidade do Rio de Janeiro.

É uma igreja de forma circular como algumas de Roma,⁴⁸ tendo o seu zimbório pequeno mas proporcionado e elegante. As portas são de mármore e executadas com talento e gosto. Sobre a porta principal vêem-se as armas do príncipe dos apóstolos.

Domina em toda a igreja o estilo barroco da arquitetura do décimo oitavo século.

A igreja tem duas torres e abre o seu pórtico de mármore para um pátio defendido por grades de ferro. Esse pátio, outrora regular, apresenta hoje dimensões mesquinhas e irregulares, porque foi necessário sacrificar parte dele às justas e retas dimensões na Rua de S. Pedro.

No interior do templo predomina ainda e sempre o estilo barroco em todos os ornatos, aliás, habilmente executados. Toda a obra é de sólida construção de pedra e em abóbada.

A igreja tem três altares.

No altar-mor, além da imagem do venerável príncipe dos apostólicos, que ocupa o seu devido lugar de honra, vêem-se, ao lado direito S. Paulo, ao lado esquerdo Santo André, e no mais alto degrau do trono, a imagem do Senhor dos Aflitos.

O altar do lado do Evangelho é consagrado a N. S^{ra} da Boa Hora, a cujos pés está a imagem de S. Antônio, e em dois nichos laterais vêem-se as imagens de N. S^{ra} da Conceição e de S. José.

48 É a do Rosário de Ouro Preto, modelo de arquitetura em forma elítica.

O altar do lado da Epístola é dedicado a S. Gonçalo de Amarante, que tem, em um degrau inferior do seu trono, a imagem de Santana, e aos lados S. João Nepomuceno e S. Pedro mártir.

Não são notáveis estas imagens pela sua execução artística. Ao menos, porém, vai sê-lo a nova de S. Pedro, que está sendo executada em mármore branco pelo hábil Sr. Despré, e cujo desenho me pareceu muito bonito.

Foi o bispo D. Frei Antônio de Guadalupe quem colocou no altar do lado da Epístola a imagem de S. Gonçalo de Amarante, por louvável devoção ao santo padroeiro da terra de seu berço.

Esta demonstração do bispo deu logo a S. Gonçalo de Amarante um grande número de ardentes devotos, e por súplicas do padre João de Araújo e Macedo e de outros, foi criada a respectiva irmandade com permissão dos irmãos de S. Pedro, que para esse fim lavraram o termo de 7 de outubro de 1741.

Diz um antigo anexim que se beijam as pedras por causa dos santos. Neste caso, porém, o anexim falhou, observou-se o contrário, e o tempo veio demonstrar que se venerava o santo por causa do bispo.

Desde que D. Frei Antônio de Guadalupe deixou o Brasil e foi substituído no bispado do Rio de Janeiro, caiu pouco a pouco, ou antes, logo e logo S. Gonçalo de Amarante em um triste esquecimento e abandono, e por modo tão sensível, que o seu culto acabou por ficar a cargo da irmandade dos clérigos.

Dir-se-ia que os antigos devotos de S. Gonçalo de Amarante, cansados da sua devoção, e desconfiando que outros santos eram mais milagrosos e de mais potente influência do que ele, se puseram a entoar em coro aquela cantiga com que as moças de Santarém atordoam o padre Froilão Dias, no drama *Alfageme de Santarém*.

S. Gonçalo de Amarante,
Bem lhe reza minha tia.
Casamenteiro é de velhas,
Vá pra outra freguesia.

Mas eu penso que não o tiveram na conta, nem de casamenteiro de velhas. Porque, se o reputassem tal, duvido que houvesse santo que mais culto recebesse.

O infortúnio do S. Gonçalo de Amarante, da igreja de S. Pedro, oferece uma lição proveitosíssima, mostrando-nos a conveniência de não acreditar facilmente em certas devoções que se observam no mundo, e de procurar distinguir bem os devotos sinceros e leais dos devotos que beijam os santos por causa dos bispos.

Tomem, portanto, nota desta história de S. Gonçalo de Amarante, que é boa, e que se parece bastante com outras histórias que se estão sempre passando fora das igrejas, nos palácios, nas casas dos grandes, e às vezes, até mesmo nas cabanas dos pobres.

Agora, chamam a nossa atenção o presbitério e o coro da igreja que estamos visitando.

O presbitério é de mármore, tendo a frente ornada de labores, e sempre em relação com o estilo barroco dominante.

O coro é proporcionado ao tamanho da igreja, e nele se faz notar o órgão que passa, creio que com razão, por ser o melhor que existe na cidade do Rio de Janeiro.

A irmandade possuía um órgão antigo, mas vendeu-o por quatrocentos mil-réis, substituindo-o pelo novo, que lhe custou seis contos de réis, livre dos direitos da alfândega.

O novo órgão consta de duas, ou antes, de três peças distintas, e como que separadas: os teclados, o órgão propriamente dito e o fole.

São três os teclados, dois para as mãos e um para os pés, sendo os primeiros de marfim e ébano e o último de carvalho; bem como é de carvalho envernizado a caixa.

O órgão propriamente dito tem a caixa de carvalho envernizado e ornada com pilastras da ordem coríntia, e de cada lado um anjo de madeira, obra do Sr. Despré, e consta de doze jogs de canudos.

Estas duas peças se comunicam por baixo do banco do organista, que assim toca com o rosto voltado para o altar.

O fole está colocado fora do coro, e um pequeno registro ligado a uma campainha adverte ao tocador do fole, quando há falta de vento.

Este órgão foi fabricado em Hamburgo por Schulz, sendo o plano e a colocação do instrumento devidos ao Sr. Napoleão Lebreton.

Desculpem-me o tempo que gastei com a descrição do órgão. Tenho a maior consideração por todas as entidades que se fazem admirar, quando se enchem de vento e, portanto, era uma injustiça que não tratasse com a mesma atenção o órgão de S. Pedro.

Passemos do corpo da igreja à sacristia por esta porta lateral que temos à mão direita.

A sacristia, que também abre uma porta para o exterior, comunicando-se com a Rua dos Ourives, é uma sala em cujas proporções se guardou a necessária harmonia com a igreja.

Na sacristia excitam a nossa curiosidade os retratos que a ornaram e de que vou dar-vos conta imediatamente.

O primeiro retrato é do Bispo D. Frei Antônio de Guadalupe, o grande protetor da irmandade de S. Pedro, e infeliz instituidor da devoção de S. Gonçalo de Amarante.

O segundo retrato é do sargento-mor Alexandre Dias de Resende, o caridoso instituidor do patrimônio dos padres e irmãos pobres da irmandade de S. Pedro.

O terceiro é o de Manuel Vieira dos Santos, que acabou cego na terra, mas que do mundo feliz da eternidade vê perfeitamente o desenvolvimento da instituição do coro de S. Pedro, que à sua caridade é devida.

O quarto retrato é o do padre Francisco Barreto de Meneses, que doara o terreno em que se levantou a igreja de S. Pedro.

O quinto é o do padre Luís Antônio Muniz dos Santos Lobo, um dos benfeitores da instituição e do patrimônio dos padres e irmãos pobres.

O padre Luís Antônio Muniz dos Santos Lobo foi um sacerdote muito respeitável e um cidadão que prestou ao país não poucos serviços. Foi, por bastantes anos, membro da assembléia provincial do Rio de Janeiro, a qual presidiu por vezes. Na primeira eleição que se efe-

tuou logo depois da declaração da maioria de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, mereceu ser eleito deputado à Assembléia Geral pela mesma província do Rio de Janeiro. Não pôde, porém, assinalar-se na câmara temporária, em consequência da dissolução da câmara, que se efetuou estando ainda esta em sessões preparatórias, o que deu lugar a que o ilustre Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que presidia a assembléia, denominasse esse fato uma dissolução prévia.

O padre Santos Lobo ocupou também durante algum tempo a presidência da província do Rio de Janeiro.

Foi sempre contado entre os membros distintos do Partido Liberal, e era por todos estimado e respeitado, porque não houve jamais quem pusesse em dúvida a sua inteligência esclarecida, o seu patriotismo, a sua honradez e o seu coração cheio de bondade.

Morreu este digno cidadão no ano de 1857, e os seus restos descansam na cidade de Magé.

Continuo com a resenha dos retratos.

O sexto retrato é o do venerando bispo atual do Rio de Janeiro, o Sr. Conde de Irajá.

O sétimo, enfim, é o do Monsenhor Antônio Vieira Borges, outro benfeitor da instituição e do patrimônio dos padres e irmãos pobres.

Destes retratos, alguns dos quais talvez seja de simples fantasia, suave engano desculpável pela gratidão que o inspirou, sei que o do sargento-mor Resende é obra do Sr. Mafra,⁴⁹ o estimável artista, digno secretário e professor da nossa Academia das Belas-Artes. O do Monsenhor Antônio Vieira Borges, trabalho do Sr. Istaloni. Os do Bispo D. Frei Antônio de Guadalupe e de Manuel Vieira dos Santos, obras do Sr. Manuel Pereira Reis,⁵⁰ e os do padre Francisco Barreto de Meneses e do padre Luís Antônio Muniz dos Santos Lobo devidos à paleta do Sr. Pedro Américo de Figueiredo e Melo.

49 Maximiniano Mafra.

50 Pintor e matemático, autor do primeiro desenho da bandeira republicana.

O Sr. Mafra e o Sr. Istaloni são artistas desde muito tempo conhecidos e apreciados, e não precisam que eu me ocupe em dar informações a seu respeito.

Os Srs. Reis e Américo são jovens, e ainda novos em suas carreiras, e a ambos dedicarei algumas linhas.

Não creio que os retratos de que falei, e que a irmandade de S. Pedro deve a estes dois jovens, possam considerar-se obras de um grande valor artístico. Premissas animadoras, porém, de belos talentos, servem para dar-nos uma idéia da natureza feliz, da inspiração e da habilidade desses nossos patrícios.

O Sr. Manuel Pereira Reis, atualmente professor de desenho na Escola de Marinha, é natural da província da Bahia. Filho de um livreiro estabelecido na cidade de S. Salvador da Bahia, o Sr. Pereira Reis, impellido pelo coração, divertia-se horas inteiras a desenhar, copiando as estampas que encontrava nos livros e que mais o impressionavam. As suas disposições foram logo conhecidas e o seu talento aplaudido. Em 1855, o flagelo do cólera-morbo roubou-lhe seu pai. Em março de 1856 veio para o Rio de Janeiro, e matriculando-se na Academia das Belas-Artes, foi nela um dos melhores alunos e obteve diversos prêmios, sendo no primeiro ano aprovado com louvor no exame de matemáticas, que ele fez em presença de S. M. o Imperador.

O Sr. Manuel Pereira Reis conta hoje vinte e três anos de idade, e é, como disse, professor de desenho da Escola de Marinha, o que é uma prova do seu merecimento.

O Sr. Pedro Américo de Figueiredo e Melo é natural da província da Paraíba do Norte, donde veio para o Rio de Janeiro em 1855, em consequência das proezas que fazia, pintando quanto lhe vinha à cabeça, sem ter mestre que o dirigisse. Realmente, era um menino que parecia ter nascido artista. Tinha tanta imaginação como espírito, e já manejava a caricatura com habilidade.

Em 1855, matriculou-se na nossa Academia das Belas-Artes, e a frequentou com notável aproveitamento e assiduidade até meados do ano de 1858, tempo em que começou a não comparecer por ter sido atacado de teimosos incômodos do fígado.

Entretanto, fora sempre o primeiro estudante da sua turma, e em todas as aulas que tinha cursado constantemente obtivera prêmios. No primeiro ano fizera, como fez depois o Sr. Pereira Reis, exame de matemáticas em presença de Sua Majestade o Imperador e também merecera aprovação com louvor. E, enfim, estudando as belas-artes, não se descuidara nunca de aprofundar os seus conhecimentos nas matemáticas e na ótica.

Um jovem de tantas esperanças não devia parar no caminho por onde tão brilhantemente avançava.

Sua Majestade o Imperador, à custa do seu bolsinho, mandou o Sr. Américo completar os seus estudos na Europa; e em março de 1859, partiu o nosso talentoso patricio para o velho mundo, e ainda agora lá está em Paris, onde tem feito muitos progressos, especialmente na pintura histórica.

Atualmente tem o Sr. Pedro Américo de Figueiredo e Melo vinte anos de idade.

À vista do que acabo de dizer, não será por certo de admirar que daqui a dez ou vinte anos vá muita gente, por uma curiosidade muito explicável, à Igreja de S. Pedro apreciar alguns dos primeiros frutos do talento ainda não muito cultivado desses dois mancebos de quem o Brasil espera ter justos motivos para ufanar-se.

Tenho fé em que eles não hão de desmentir uma tão bela e tão fagueira esperança.

Nada me falta para acrescentar a respeito da sacristia da igreja de S. Pedro; e achava-me muito disposto a sair da sacristia e a subir ao consistório, mas um dos meus companheiros de passeio puxou-me neste momento pelas abas da sobrecasaca e bradou-me aos ouvidos:

– Basta! Por hoje basta!

Não se pode resistir a tão solene manifestação de fadiga, e por consequência... basta, por hoje basta.

V

Subamos ao consistório da igreja de S. Pedro pela competente escada que se levanta ao lado esquerdo da sacristia.

Não há quem ignore a importância que têm as escadas, quando se precisa delas para subir às alturas a que se deseja chegar. Cobrem-se de flores e de ornamentos os degraus, animam-se e forram-se de seda os corrimões, fazem-se protestações de perpétuo reconhecimento a esses meios indispensáveis para a elevação de quem ainda está de baixo, e que, de ordinário, quebra os corrimões e dá um pontapé nos degraus depois que se acha de cima e com a certeza de não cair. A decepção por que em tal caso passam as escadas é cruel. Mas não há nem desengano nem experiência que aproveite completamente ao mundo. Por isso que, ao tempo que uns tomam juízo ensinados pelo desengano e ilustrados pela experiência, aparecem outros muitos dispostos e prontos a serem enganados, e a servirem de novos fundamentos à lição que transpira daqueles suavíssimos versos de Virgílio:

*Sic vos non vobis mellificatis apes,
Sic vos non vobis fertis aratra boves,
Et coetera.*

Não sei se compreendestes bem as observações que acabo de fazer sobre as escadas. Se, porém, apesar da sua simplicidade, ainda precisais de explicações, ide pedi-las a respeito das flores e ornamentos dos degraus, das sedas dos corrimões e dos protestos de perpétuo reconhecimento a todos os políticos e estadistas que ainda não são senadores. E a respeito dos pontapés nas escadas, a muitos daqueles que já têm cadeia no salão da vitalícia.

Por conseqüência, a importância das escadas não admite contestação. Infelizmente, porém, não se entende essa regra com as escadas de pedra e cal, nem com as de pau, e somente com as de carne e osso; e a escada do consistório da igreja de S. Pedro não desafia, pois, interesse algum. Porque é uma simples, estreita e curta escada de pau, e nem ao menos excita a curiosidade pelo esmero da obra.

O consistório da igreja de S. Pedro é, nada mais e nada menos, que uma sala de limitadas proporções, confinando-se com outra sala ou com um largo e espaçoso corredor, que vai terminar dando entrada para o púlpito. Qualquer destas salas, ou antes, o consistório e o vasto corredor que se segue, ressentem-se ainda do estado de abandono em que ficou por muitos anos a igreja de São Pedro, e estão reclamando

um concerto pronto, e cuidados e desvelos da administração da irmandade.

O consistório tem em sua face principal um altar que não brilha pelo merecimento artístico. Nesse altar venera-se, como é natural, o príncipe dos apóstolos, representado por uma imagem, aliás imperfeita, e que terá, sem dúvida, de ser substituída, quando se tratar do necessário concerto daquela parte do templo.

À direita do altar, vê-se um quadro da ressurreição da viúva do Levita, e à esquerda, outro, representando a morte de N. Senhora. O primeiro, cópia de uma gravura em miniatura, é do Sr. Pedro Américo de Figueiredo e Melo.

O segundo, que é por certo também uma cópia, é do Sr. Manuel Pereira Reis, que a executou ainda antes de entrar para a Academia das Belas-Artes.

No corredor que faz seguimento ao consistório, acham-se um retrato do Sr. D. João VI e um quadro da Ceia do Senhor.

O retrato não traz, não conserva o nome do artista que o executou. Bem pode ser, porém, devido à paleta feliz do nosso José Leandro.

O quadro, cópia de uma gravura de Rafael Morghen, que, aliás, também a copiara de um painel de Leonardo da Vinci, é ainda do Sr. Manuel Pereira Reis.⁵¹

Tudo quanto disse no nosso último passeio acerca dos trabalhos destes dois jovens artistas e das premissas do gênio de ambos, premissas que serão conservadas na igreja de São Pedro, tem inteiro cabimento em relação aos três últimos quadros de que acabo de falar.

É na sala do consistório, isto é, no mesmo consistório que se reúne a irmandade de S. Pedro, para celebrar as suas sessões e, portanto, não poucas interessantes histórias poderíamos aqui encontrar, se tão facilmente não as esquecesse a memória dos homens.

Uma, no entanto, ainda até hoje se conservou na lembrança de alguns irmãos de S. Pedro, e que se não é igual àquela travessura elei-

51 Existem ainda, na sacristia, retratos pintados por Décio Vilares e pelo pintor espanhol Miguel Navarro y Canizares, chegado ao Rio em 1881.

toral do velho padre provincial de S. Antônio que vos referi no competente passeio, é pelo menos digna de um bom cabalista.

Vou contar a história.

Um padre, ainda em anos deste século, pretendia ser admitido no coro de S. Pedro. Deu-se o caso de uma vaga, apresentou-se candidato e foi reprovado pela mesa da irmandade.

Um cabalista não desanima com as derrotas. Ao contrário, sente-se excitado por elas, e nutre desejos ardentes de novos combates em que, além de colher a palma da vitória, tire desforra das zombarias dos adversários.

O padre calou-se e esperou; e logo que outra vaga apareceu no coro de S. Pedro, apresentou-se candidato e começou a trabalhar. Com a experiência que colhera na primeira campanha em que fora vencido, tomou todas as precauções, e estudando o campo inimigo, pois que outro candidato também pretendia o lugar suspirado, reconheceu que ainda essa vez teria de ser vencido por dois votos!

Pois bem, o homem não desanimou. Reforçando os seus pedidos e empenhos, tranqüilizou-se a respeito da segurança dos votos que lhe tinham sido prometidos e ficou sem mais se esforçar por conquistar outros, à espera do dia da mesa da irmandade.

Enfim, o dia estava a chegar, e o padre moveu-se na véspera de tarde.

Que faz ele? Marca para o ataque que já havia planejado três padres de sua escolha, três padres membros da mesa e que deviam votar no seu adversário. Vai à casa de um amigo, porque não quer despertar desconfianças, executando ele próprio o seu movimento estratégico; procura, pois, um amigo, entrega-lhe três bilhetes de 10\$000 e recomenda-lhe que, sem falar no seu nome, vá à casa dos três padres e a cada um deles encomende uma missa para o dia seguinte, às dez horas da manhã, devendo elas serem celebradas uma na ermida de Nossa Senhora da Glória, outra na matriz de Nossa Senhora da Glória e a terceira, enfim, na igreja da Lapa.

O amigo saiu. As missas foram encomendadas, e a esmola de 10\$000 a cada um dos padres fê-los sorrir com razão, porque, principalmente naquele tempo, 10\$000 eram uma espórtula avultada e um pouco rara.

No dia seguinte, reuniram-se os irmãos de S. Pedro às 10 horas do dia, esperaram até às 10 e meia pelos três padres que faltavam, cansaram de esperar, instalou-se a mesa e às 11 horas da manhã, o padre cabalista ganhou por um voto o lugar vago do coro de S. Pedro.

De volta para casa, o padre encontrou o amigo que o esperava.

– Então? – perguntou este.

– Ganhei por um voto – respondeu o padre.

– Ah! É porque soube empregar os meios.

– Sim. Mas está vendo que empreguei somente meios justos e santos... Mandeí dizer três missas por minha intenção.

Nada mais temos que ver no consistório da igreja de S. Pedro.

Desçamos. É mais fácil descer do que subir. Perguntem aos ministros de Estado.

Temos agora, do lado do Evangelho da igreja e contíguo ao corpo desta, um longo corredor destinado, creio eu, a guardar objetos que servem nas cerimônias do culto. Nada teríamos que apreciar aqui a não serem os dois retratos que ornaram uma das paredes do corredor.

São os retratos do cônego Manuel Freire, um dos benfeitores da instituição do coro, e do cônego Alberto da Cunha Barbosa, um dos benfeitores da instituição dos socorros aos padres e irmãos pobres da irmandade de S. Pedro. Ignoro qual o artista que tirou estes retratos.

Um pequeno corredor comunica a sacristia da igreja de S. Pedro com um limitado pátio, em torno do qual existem, convenientemente abrigados, diversos armários, contendo alfaia e ornamentos da igreja. Em um desses armários conservam-se com zeloso cuidado seis grandes ramos de flores artificiais. trabalho delicado e digno de atenção e de elogios, feito pelas freiras de Santa Teresa. Nessas flores a natureza foi perfeitamente imitada, e devem-se apreciar ainda mais as finas tintas empregadas, tintas que resistem à ação do tempo, conservando as flores o seu viço primitivo.

No fundo do pátio há uma saleta onde se acham também armários. Estes, porém, destinados aos capelães que neles guardam as suas vestes próprias do culto e os seus livros.

Esse pátio é histórico. Recorda-nos o ruído alegre da vida e o triste silêncio da morte.

Ides ver que não estou fazendo poesia.

Houve tempo em que junto desse pátio tinha lugar o refeitório dos órfãos de S. Pedro, que depois se chamaram seminaristas de S. Joaquim e, portanto, aqui se sentia o rir dos meninos, a vivacidade dessas felizes criaturas que quase nunca se lembram do passado, que sonham com um futuro somente cheio de folguedos e festas, e que, a despeito de toda a disciplina, são sempre mais ou menos ruidosas e travessas, como é sempre ruidosa e travessa a vida naquela idade.

Depois o silêncio sucedeu ao ruído.

O refeitório transformou-se em jazigo. O pátio foi cercado de catacumbas, e onde soavam as risadas alegres dos meninos, correram lágrimas dos olhos daqueles que vinham chorar os seus finados.

Mas as catacumbas são também páginas importantes daquele grande livro da história que sempre se pode ler em um campo fúnebre.

É verdade que essas catacumbas desapareceram, como felizmente todas as outras que havia no centro da cidade. Ficou, porém, a lembrança delas, ficou o arquivo que nos recorda os mortos.

Lembremos, pois, um ou outro dos homens notáveis, cujos restos mortais foram enterrados nas catacumbas que em torno desse pátio existiam.

Aqui foi sepultado o monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo. Era natural da cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu a 12 de outubro de 1753. Fez os seus primeiros estudos nesta mesma cidade e foi concluí-los em Portugal, onde se formou em cânones na universidade de Coimbra. De volta à sua pátria, mereceu logo depois a glória de ser contemplado na brutal perseguição que o enfezado opressor vice-rei Conde de Resende desencadeou contra os homens de letras. Para escapar à tempestade, aproveitou-se da autorização que obtivera do bispo para visitar o bispado do Rio de Janeiro e, então, em longas e demoradas viagens, foi recolhendo os difíceis e preciosos elementos que lhe serviram para escrever a obra que perpetua o seu nome, as *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*, obra de um valor imenso, filha de investigações repetidas e perseverantes, e que, apesar de ressentir-se de falta de método, é uma fonte

riquíssima de esclarecimentos e de informações, fonte onde eu, por exemplo, tenho bebido a fartar, e ainda não me sinto saciado.

Monsenhor Pizarro publicou esta obra de 1820 a 1822. Consta ela de nove volumes, sendo o oitavo dividido em duas partes, o que em realidade eleva a dez o número dos volumes.

Esse ilustre brasileiro foi eleito deputado à Assembléia Geral em 1825. Serviu, pois, na nossa primeira câmara temporária, que o honrou, elegendo-o seu presidente.

No dia 14 de maio de 1830, passeava Monsenhor Pizarro pelo Jardim Botânico da lagoa Rodrigo de Freitas, quando, de súbito, caiu morto fulminado por um ataque de apoplexia.

Também aqui foi sepultado o grande mestre e compositor de música brasileira, o ilustre padre José Maurício Nunes Garcia, natural da cidade do Rio de Janeiro, onde também fez todos os seus estudos de humanidades, de matérias eclesiásticas e da arte divina em que tão emnente se mostrou.

Tornou-se esse homem desde logo notável em todas as aulas que cursou, foi mesmo designado para substituto do seu mestre de filosofia racional, o Dr. Goulão, e lecionou durante algum tempo, contando entre os seus discípulos o depois célebre padre Luís Gonçalves dos Santos. Conquistou, porém, as mais belas palmas dos seus triunfos no cultivo e exercício da música.

Em um dos meus passeios já dei algumas informações a respeito desse ilustre fluminense, e não devo nem quero repetir o que já escrevi.

Acrescentarei apenas a relação de um fato que pouco terá de importante, mas que não deixará de servir a quem quizer escrever a biografia completa do padre José Maurício.

Em 1817, morava o padre José Maurício Nunes Garcia em uma pequena casa de sobrado e sótão, que ainda hoje existe na Rua da Lampadosa,⁵² quase ao canto da Rua de S. Jorge,^{52-A} e defronte do lugar que era ocupado pela pequena igreja de S. Jorge, e que hoje o é por algumas casas novas e assobradadas, recentemente construídas.

52 Luís de Camões.

52-A Gonçalves Ledo.

Tinha naquele ano chegado ao Rio de Janeiro a sempre lembrada Princesa D. Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, esposa do Príncipe Real o Sr. D. Pedro e depois primeira imperatriz do Brasil. Em um dos navios da esquadra que acompanhara S. A. Real viera uma banda de música que se fazia notar pela grande habilidade dos instrumentistas que a compunham.

Essa banda de músicos alemães tivera licença para ir estudar e ensaiar as suas peças de música em uma espécie de pátio que havia ao lado da igreja de S. Jorge, e portanto, defronte da casa do padre José Maurício.

Na primeira tarde, ao começarem os músicos o seu estudo, o padre José Maurício veio debruçar-se à sua janela, e aí ficou até que os músicos se retiraram. O mestre acabava de apreciar a perfeição com que eram executadas as obras de hábeis compositores.

Na tarde seguinte, os músicos reuniram-se outra vez. Antes, porém, de começarem a tocar, inesperadamente receberam um maço de papéis de música que de presente lhes mandava o padre José Maurício. Examinando os papéis, encontraram uma coleção de sonatas ou de *divertimentos*, como os chamou o seu autor. No primeiro momento, apenas por civilidade começaram os músicos a ensaiar os *divertimentos*. Em breve, porém, a curiosidade os excitava, logo depois uma espécie de encanto se apoderava deles e, enfim, o mais vivo entusiasmo os arrebatava a todos.

Esses *divertimentos* não se conhecem no Brasil. Os músicos alemães os levaram consigo, e o original que ficou em poder do padre José Maurício perdeu-se muitos anos depois. Informam-me, porém, que uma cópia deles existe no repertório ou arquivo musical do conde de Farrobo, em Portugal.

O padre José Maurício morreu a 18 de abril de 1830, pelas 6 horas da tarde, na casa nº 18 da Rua do Núncio, onde então morava. O grande compositor de músicas sacras expirou cantando o hino de Nossa Senhora.

O padre Luís Gonçalves dos Santos apenas soube do falecimento do seu antigo mestre, correu a oferecer-se para amortalhá-lo por suas mãos. Já achou, porém este piedoso dever cumprido pelo Sr. Dr. José Maurício Nunes Garcia, digno filho daquele homem ilustre.

Existe um retrato muito fiel do padre José Maurício Nunes Garcia, devido ao amor filial e à habilidade daquele mesmo Sr. Dr. José Maurício, a chamado do qual o Sr. Manuel de Araújo Porto Alegre, no dia do falecimento do abalizado mestre, fez também tirar uma máscara em gesso das suas feições, máscara que se acha no Museu Nacional, fazendo boa companhia às de Dante, Tasso, José Bonifácio, Antônio Carlos e Januário Arvelos.

No dia 1º de dezembro de 1844, faleceu, e no seguinte foi sepultado na igreja de S. Pedro o cônego Luís Gonçalves dos Santos, que quarenta e cinco anos antes havia entrado para a irmandade do príncipe dos apóstolos.

Era ele natural da cidade do Rio de Janeiro, onde também fora educado, e desde os seus primeiros anos mostrou a mais decidida aptidão para a carreira das letras, em que, aliás, teve de vencer não pequenos embaraços em consequência de desarranjos de fortuna experimentados por sua família.

De estatura muito menos que ordinária, extremamente magro, sofrendo quase constantemente ataques de asma, e apesar disso escrevendo e estudando sem cessar, o padre Luís Gonçalves dos Santos era um argumentador infatigável e ardente, falava com facilidade e exaltação, e talvez por tudo isso, lhe deram a desagradável alcunha de padre Perereca, pelo qual era de todos conhecido.

A ele se deve uma obra importante, as *Memórias para servir à História do Brasil*, trabalho minucioso que dá conta de todos os fatos passados desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil até o ano de 1821.

Além desta obra, foi o cônego Luís Gonçalves um dos primeiros a escrever defendendo os direitos do Brasil na época que precedeu imediatamente a independência, abundando muito em outros escritos e notavelmente em um opúsculo combatendo a maçonaria, e esses outros em que, com ardor e talvez violência, arcou com o benemérito padre Diogo Antônio Feijó, quando este atacava o celibato clerical.

Não quero estender mais a lista dos mortos cujas recordações encontro no obituário da irmandade de S. Pedro. Não posso, porém, esquecer, e lembrarei por último o cônego Manuel de Freitas Magalhães, a quem devo, além de um tributo ao seu merecimento real, uma dívida

que não importa coisa alguma para os meus companheiros de passeio, mas que para mim importa muito, porque o cônego Manuel de Freitas Magalhães foi o meu primeiro mestre, e mestre somente por amizade e dedicação a meu pai. Dir-me-ão que o público nada tem que ver com isso. Convenho. Creio, porém, que um homem, depois de escrever doze páginas para o respeitável público, pode muito razoavelmente ter o direito de escrever duas ainda para o mesmo público, e principalmente para o seu coração.

Em uma palavra: ufano-me de saber pagar minhas dívidas.

O padre Manuel de Freitas Magalhães era natural da vila do Espírito Santo, na província do mesmo nome, e filho legítimo de João de Freitas Magalhães e de Ana da Encarnação. Foi batizado no dia 17 de fevereiro de 1787, tendo nascido no mesmo ano.

Veio para o Rio de Janeiro em abril de 1822, na época ardente e entusiástica da independência, e fez-se notável, pronunciando-se manifesta e vivamente pela causa da pátria e ligando-se desde logo ao Partido Liberal, a que prestou serviços durante o reinado do Sr. D. Pedro I.

Deixando a capital do império, estabeleceu-se, em 1825, na vila de Itaboraí, onde permaneceu até o ano de 1835, em que, depois de um brilhante concurso, foi escolhido para vigário da freguesia de S. Gonçalo.

Desde a primeira legislatura provincial até à sua morte, foi sempre eleito membro da assembléia provincial do Rio de Janeiro, e por alguns anos presidiu a esta câmara.

Em 1839, achando-se vaga a vigararia de Itaboraí, tornou o padre Manuel de Freitas Magalhães a apresentar-se em concurso, e conseguiu o que ele dizia mais desejar no mundo: ser vigário dessa paróquia, à qual tinha sempre conservado o mais decidido amor.

Lembra-me que no dia de sua posse da igreja dessa freguesia, em 1839, o conselheiro José Clemente Pereira, ouvindo-o, no meio de um banquete, manifestar esses sentimentos, exclamara, sorrindo:

– Meu vigário, acuso-o de adultério. Porque, estando casado com a freguesia de S. Gonçalo, entreteve amores ocultos com a de S. João de Itaboraí.

Durante os poucos e saudosos anos que o cônego Manuel de Freitas Magalhães foi vigário de Itaboraí, o seu pensamento e empenho dominantes foram a harmonia e união de todos os habitantes de sua freguesia. Guardando consigo os seus princípios políticos, nas épocas de lutas eleitorais ninguém trabalhava mais do que ele. O seu único trabalho, porém, era com o fim de manter a ordem, de destruir intrigas e de impedir inimizades, e às vezes conseguiu restabelecer amigáveis relações perturbadas pelo antagonismo político.

A sua casa e a sua mesa estavam francas a todos. Não há neste ponto a menor exageração. Tornou-se por vezes curiosa e objeto de gracejo de amigos o fato de chegar-se o vigário Freitas a alguns desses para procurar saber quem eram algumas pessoas que acabavam de jantar à sua mesa, e uma vez, quem era um homem que dormira em sua casa!

Também os habitantes da freguesia de Itaboraí pagavam com o mais decidido amor a dedicação do seu vigário. E quando chegavam as grandes festas do ano, e mesmo durante o correr dos meses, os presentes obsequiosos eram em tão grande número, que ele dizia que já não tinha onde guardá-los; e nos jantares que sempre costumava dar nos dias de festas, o bom vigário exclamava, falando à numerosíssima companhia que cercava a mesa:

— Aqui o convidado sou eu. Porque este lauto banquete foram os senhores que me ofereceram.

Estou narrando fatos de que ainda há testemunhas presenciais que se podem contar por dezenas, e das quais não haverá uma única que não abone a minha verdade.

Em 1842, o cônego Manuel de Freitas Magalhães, instado por alguns comprovincianos, parentes e amigos seus, partiu para sua província natal, e pretendendo a honra de representá-la na assembléia geral, teve de sustentar uma luta porfiada e calorosíssima com o presidente da província, que também se apresentara candidato. A câmara dos deputados anulou essa eleição. O cônego Freitas já se achava no Rio de Janeiro. O presidente da província do Espírito Santo já era também outro, e na nova eleição a que se procedeu, em 1843, o cônego Manuel de Freitas Magalhães obteve todos os votos do eleitorado, à exceção de um só! — eloqüente e brilhante manifestação do voto livre dos seus comprovincianos.

O combate eleitoral de 1842 tinha, no entanto, afetado profundamente o cônego Freitas, que voltou da sua província triste e doente. Os habitantes da freguesia de Itaboraí foram em grande número recebê-lo no porto da Vila Nova de S. José d'El-Rei, e ele, desfazendo-se em lágrimas, atirou-se nos braços destes seus amigos.

Desde esse tempo, começou o cônego Freitas a prever e anunciar a sua morte próxima, e deu-se então um fato que não me animaria a referir, se não pudesse prová-lo com o testemunho de pessoas muito respeitáveis.

Em 1843, pouco antes de partir para a corte, onde devia tomar assento na Câmara dos Deputados, o cônego Freitas acordou uma manhã pensativo e melancólico. Alguns amigos instaram com ele para que dissesse o motivo da sua tristeza e, enfim, o obrigaram a falar.

— Esta noite — disse ele — no meio de um sonho, ouvi perfeitamente uma voz que me bradou: “O mês de outubro te há de ser fatal.”

Como bem se pode pensar, zombou-se da causa da melancolia do vigário cônego Freitas, e procurou-se por todos os modos distraí-lo. Ele, porém, não se esqueceu mais do sinistro anúncio da voz misteriosa do seu sonho.

Indo para a corte, hospedou-se na casa de seu íntimo amigo o Ex^{mo} Sr. Conselheiro Dr. Tomás Gomes dos Santos, a quem por vezes referiu o seu triste sonho.

Chegou, enfim, o mês de outubro, e no dia 15 desse mesmo mês, um ataque repentino pôs termo aos dias do cônego Manuel de Freitas Magalhães, cujas últimas palavras, dirigidas ao seu muito prezado amigo, foram as seguintes:

— Então, Tomás, morro ou não?

E em poucos minutos morreu, com efeito, nos braços do Sr. Conselheiro Dr. Tomás Gomes dos Santos.

Termina aqui o nosso último passeio à igreja de S. Pedro.

SEGUNDO VOLUME

.....

O Imperial Colégio de Pedro II

A

I

INDA temos conventos e muitas igrejas que visitar. É, porem, indispensável que a variedade dos assuntos venha em meu socorro, para que eu tenha ainda companheiros e não me ache só nos meus passeios.

Levar-vos-ei hoje ao Imperial Colégio de Pedro II. Mas em vez de seguirmos já para a Rua Larga de S. Joaquim, onde existe o externato, ou para o Engenho Velho, onde se acha o internato deste importante estabelecimento,⁵³ voltaremos ainda à Rua de S. Pedro e pararemos defronte do sobradinho antigo e humilde que é contíguo à igreja de S. Pedro, e dela uma dependência.

Assim como há grandes e caudalosos rios que em sua nascente são apenas tênues arroios, assim também se vêem belas e consideráveis instituições, cujo berço modesto e pobre mal deixara adivinhar o seu futuro brilhantismo.

O Imperial Colégio de Pedro II está neste caso.

53 Num prédio que ainda existe, à Rua S. Francisco Xavier, próximo ao largo da Segunda-Feira.

Diz-se e pode ler-se, pois está escrito, que este colégio foi fundado no dia 2 de dezembro de 1837. Certo é, porém, que a sua verdadeira origem data de um ano que não me é possível bem determinar e que, no entanto, foi positivamente anterior ao de 1739 e posterior ao de 1733.

E mais ainda, a sua origem primitiva seria tudo quanto quisessem, menos fidalga.

Essa bela instituição, de que hoje tanto nos ufanamos, é filha de humildes pais. Porque há um século e vinte e alguns anos deram-lhe o ser a caridade, que nunca foi altiva, e um simples sacristão-mor, que provavelmente não era de nobre estirpe.

E o brilhante colégio que não se lembre de protestar contra estas verdades, negando esta sua procedência e sustentando que nunca teve parentesco com o seminário de S. Joaquim. Porque é público e está provado que ele lhe herdou os bens sem que os recebesse por legado expresso em testamento, e por consequência, herdou-os por ser parente legítimo, e é incontestavelmente da família.

Vou resumir em duas palavras o capítulo da nossa história do outro tempo, capítulo que trata deste assunto, e que infelizmente não se encontra nem nos livros nem nos arquivos, mas cuja veracidade julgo poder assegurar, porque pude lê-lo escrito na lembrança de três velhos muito respeitáveis, sendo um deles sacerdote, e todos absolutamente concordes na relação do que tinham ouvido de seus pais e de seus maiores.

Logo que se inaugurou a igreja de S. Pedro, foi escolhido para sacristão-mor desse templo um homem cujo nome ficou esquecido, talvez um padre e, em todo o caso, homem de costumes sãos e de reconhecida virtude.

O sacristão-mor não tinha fortuna, e o pouco que podia ganhar dividia com os pobres. Era um pobre a dar esmolas, partindo pelo meio o pão que apenas para ele chegava.

Doía-lhe, sobretudo, a sorte dos meninos órfãos, que, perdendo seus pais, ficavam na miséria, em dúplice miséria, sem pais e sem pão.

O sacristão-mor conhecia e socorria um homem pobre, viúvo, doente e com dois filhos ainda muito pequenos. E meninos de doze e treze anos de idade. Um dia, foi ver o seu protegido e encontrou-o morto. Os dois órfãos choravam e mal pensavam quanto deviam chorar!

O caridoso sacristão levou consigo os dois meninos e durante a noite gastou horas inteiras a refletir sobre a vida que os esperava. Ele não tinha meios para educá-los. Que faria dos dois órfãos? Pensando nestes, pensou também que muitos outros estariam nas mesmas circunstâncias.

Tanto pensou, que o anjo da caridade veio inspirar-lhe uma idéia feliz, embora um pouco difícil, e cujo resultado se mostrava muito problemático.

Mas, apesar de todas as dúvidas que a enublavam, a idéia, a inspiração fez sorrir ao homem caridoso, que dormiu tranqüilamente, resolvido a executar o projeto que concebera.

Dias depois, viu-se o sacristão-mor sair de casa, em pleno dia, conduzindo os dois meninos órfãos, a quem vestira de hábito e murça de baeta branca, pondo-lhes ainda no lado esquerdo do peito uma cruz de baeta encarnada.

Ninguém se riu, ninguém se lembrou de deixar ouvir o mais leve epigrama, vendo passar aquele grupo singular. Apenas levados por um explicável impulso de curiosidade, alguns curiosos foram seguindo de perto, e em respeitoso silêncio, o ancião e os dois meninos.

O sacristão-mor, comovido e um pouco receoso do bom êxito do seu projeto, dirigiu-se em primeiro lugar à casa do governador, e apresentando-lhe os seus dois filhos adotivos, disse-lhe com uma simplicidade que as lágrimas que derramava enchiam de eloquência:

– Senhor, estes dois meninos são pobres órfãos a quem a morte privou dos pais. Precisam do pão que alimenta o corpo e do pão que alimenta o espírito. Acolhi-os eu, que sou quase tão pobre como eles. Posso, graças a Deus, repartir com eles o prato da minha mesa. Faltam-me, porém, os recursos necessários para educá-los. Muitos outros infelizes estarão em circunstâncias idênticas. E veio-me a idéia de sair com estes a pedir esmolas para fundar um pequeno hospício, onde recebam alguma instrução e educação religiosa os órfãos, que bem podem

vir a chamar-se de S. Pedro. Porque foi rezando ao senhor S. Pedro que este pensamento nasceu na minha alma.

O sacristão-mor entregou então uma folha de papel ao governador, que, depois de examiná-la, e vendo que era uma subscrição em que ele era convidado a assinar em primeiro lugar, tomou logo a pena, escreveu o seu nome, e adiante a quantia de 400\$000.

Da casa do governador, partiu o sacristão-mor com os dois órfãos a falar ao bispo D. Frei Antônio de Guadalupe, que prontamente assinou na subscrição uma quantia igual à que assinara o governador.

Depois do bispo, seguiram-se os negociantes e homens e senhoras ricas, que foram contribuindo com esmolas mais ou menos avultadas, de modo que, no fim de poucos dias, já se mostrava animadora a colheita para os órfãos de S. Pedro; e assim achou-se o sacristão-mor em circunstâncias de realizar a bela obra que tinha concebido, rezando ao senhor S. Pedro.

Mas onde, quando e como principiou esta instituição é o que não me é possível dizer, porque tanto não pude conseguir saber, apesar de todas as minhas investigações e de todos os tributos em que pus a paciência e a memória dos meus bons informantes.

É positivo que o bispo D. Frei Antônio de Guadalupe não só patrocinou a idéia do sacristão-mor da igreja de S. Pedro, mas ainda veio a merecer as honras de fundador do colégio dos órfãos de S. Pedro, porque, com a influência que lhe davam o seu merecimento, a sua posição e a sua autoridade, tomou a peito dar, e deu à obra da caridade um desenvolvimento que o sacristão-mor não podia realizar.

O zeloso e benemérito bispo comprou ao padre Manuel Marques Esteves o terreno contíguo à igreja de S. Pedro, e nele fundou o seminário que se dizia dos órfãos de S. Pedro (assim escreve Pizarro), por provisão de 8 de junho de 1739.

As palavras de que se serve Pizarro, que se dizia dos órfãos de S. Pedro, prestam-se a duas interpretações. Ou indicam que havia já um colégio com esse título, e eis aí o colégio fundado pelo sacristão-mor, ou Pizarro assim se exprimiu, porque quando escreveu, já o colégio tinha outro nome e se chamava de S. Joaquim.

Mas não resta dúvida a respeito da existência da instituição, um pelo menos, ou alguns anos antes de 1739, porquanto o mesmo Pizarro, dando conta da fundação do seminário de S. José, e dizendo que ela foi efetuada por provisão de 3 de fevereiro de 1739, acrescenta logo depois que: “ao mesmo tempo que se trabalhava naquela casa colegial, continuou a ultimar o zeloso bispo a primeira por ele fundada para educação e instrução da desgraçada e desvalida mocidade de meninos órfãos e pobres do bispado, a quem a falta de mestres, de protetores e de outros meios mais prontos negava a esperança de serem úteis a si mesmos, à pátria e às sociedades, tanto eclesiástica como civil. Com esse fim, comprou ao padre Manuel Marques Esteves, etc.”.

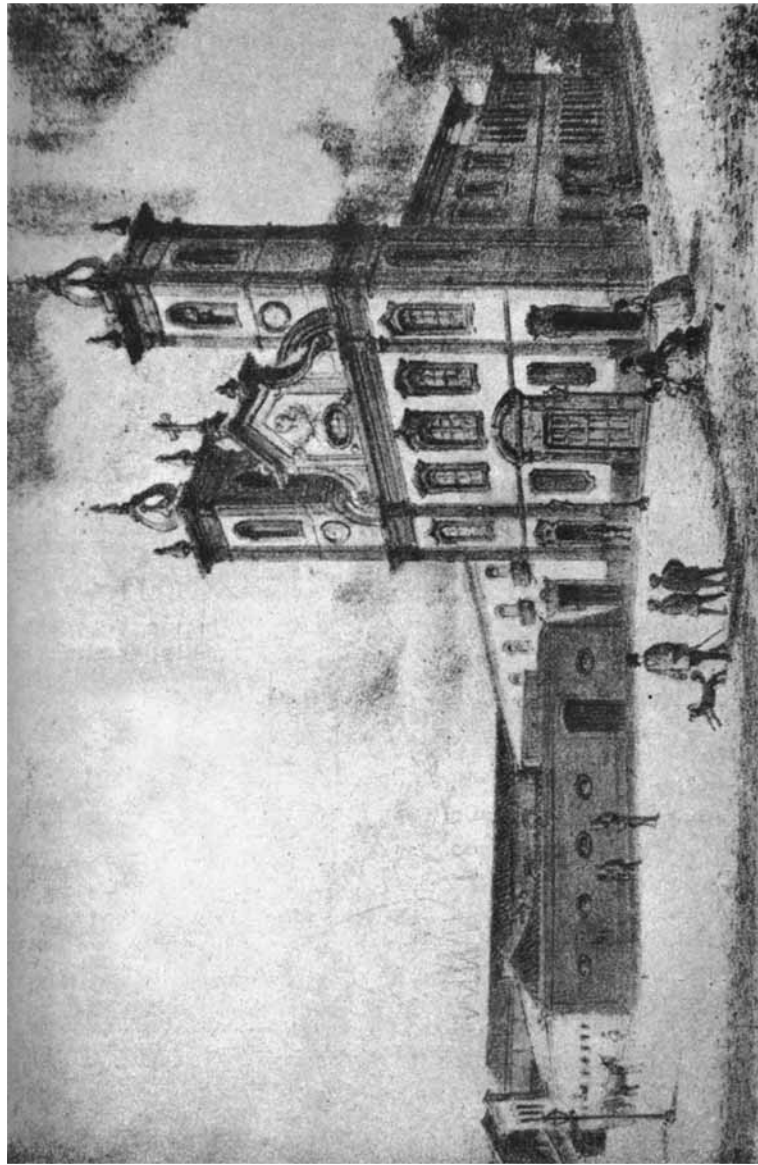
Portanto, quando se fundou o seminário de S. José, estava já fundado o colégio que se dizia dos órfãos de S. Pedro; e Pizarro atribui a fundação desta primeira casa colegial ao bispo e não ao sacristão-mor da igreja de S. Pedro, ou porque ninguém mais viu a sobrepeliz do sacristão, desde que aparecera a mitra do bispo, ou porque o modesto e humilde sacristão, em proveito da obra caridosa que concebera, imediatamente deixou o bispo tornar-se o fundador do colégio.

Nem seria esta a primeira vez em que um general recebesse exclusivamente os louvores e as honras de uma vitória, para alcançar a qual um simples soldado tivesse vencido alguma dificuldade antes dele.

Em todo o caso, bom foi que o Dispo D. Frei Antônio de Guadalupe abraçasse e desenvolvesse a idéia do sacristão-mor.

Como já notei, Pizarro nos diz que para fundar o colégio, o bispo comprou ao padre Esteves o terreno contíguo à igreja de S. Pedro. Creio, porém, que não foi somente comprado o terreno, mas também um sobradinho nele existente, que é o mesmo que ainda hoje ali se vê.

Esta minha persuasão nasce das próprias condições da casa. É inadmissível que o bispo Guadalupe fizesse construir para um colégio um sobradinho tão acanhado, tão mesquinho e tão impróprio para o fim que se tinha à vista. Se, porém, estou em erro, e aquela construção foi devida ao bispo, ruim gosto, nesse caso, teve S. Ex^a Reverendíssima.



Igreja de S. Joaquim (demolida na administração do Prefeito Passos), e o Externato do Colégio de Pedro II (antiga sede)

Quem quiser pode ir ver e examinar a humilíssima casa de que se trata, e quem não se animar a fazê-lo conceba um sobradinho para o qual se sobe por uma escadinha, e que todo se resume em uma salinha e em alguns quatinhos, e com todos os seus cômodos acabados em inhos e em inhas, e terá feito uma idéia completa do colégio dos órfãos de S. Pedro, fundado pela provisão de 8 de junho de 1739.

Nesse colégio, que ficou desde logo isento da jurisdição paroquial, foram criadas uma aula de gramática latina, uma de música e uma de cantochão, sendo o seu primeiro reitor o padre Sebastião da Mota Leite.

Apesar da insuficiência da casa, aí ficaram os órfãos de S. Pedro durante 27 anos, e por consequência, é claro que muito limitado devia ser o número dos meninos que então se aproveitavam da instituição.

Também é claro que a instrução que nesse colégio se oferecia aos pobres órfãos era demasiadamente limitada, e parecia tendente a dispô-los e prepará-los para a vida eclesiástica.

Fracos eram os recursos do estabelecimento, e quase que provinham todos de uma única fonte, a caridade pública, que provavelmente começou desde o princípio a ser despertada pelos próprios colegiais, que saíam a pedir esmolas.

Diz-se que não tendo o colégio nessa época patrimônio algum, e não chegando para sua sustentação a colheita de esmolas, concorriam os estudantes às festividades religiosas e aos enterros para que eram convidados, percebendo por isso espórtulas que revertiam em benefício do estabelecimento. Este uso iremos encontrá-lo durante algum tempo ainda no seminário de S. Joaquim.⁵⁴

Diz-se também que já nessa mesma época recebia o colégio alunos contribuintes; e se assim era, não sei como se acomodavam os colegiais naquele sobradinho contíguo à igreja de S. Pedro.

A 12 de maio de 1742 o Bispo D. Frei João da Cruz reformou os estatutos que tinham sido dados ao colégio pelo seu antecessor D. Frei Antônio de Guadalupe⁵⁵ e procurou abrandar um pouco algumas

54 Baltasar Lisboa, nos *Anais*, confirma essa usança.

55 “Anos após a criação do colégio dos órfãos de S. Pedro, retirou-se o bispo Guadalupe para Portugal, transferido para a mitra de Viseu, falecendo pouco depois em Lisboa.” – Escragnole Dória – *Memória histórica do colégio de Pedro II*.

disposições mais rigorosas desse regulamento, que era quase todo copiado de outro observado em um colégio semelhante que havia na cidade do Porto.

A infância da importante instituição dos órfãos de S. Pedro durou vinte e sete anos, cuja história é hoje quase toda tradicional e em muitos pontos obscura. Não há nem documentos, nem livros em que ela possa ser estudada, e somente é lícito afirmar que o colégio marchava embaraçadamente e lutando com todas as dificuldades do noviciado e da pobreza.

Entretanto, a instituição estava fundada. A árvore muito nova ainda não estendia em torno grandes e vigorosos ramos, a cuja sombra pudesse vir acolher-se um elevado número de órfãos. O solo, porém, era fértil, e o que mais faltava devia pouco a pouco ser conseguido.

Um velho de nome Manuel de Campos Dias,⁵⁶ tinha levantado no ano de 1758 uma capela consagrada a S. Joaquim, no sítio em que principiava a Rua do Valongo, e notando as proporções acanhadas da casa do colégio dos órfãos de S. Pedro, ofereceu para estes a capela que fizera erigir.

Secundando esta ação piedosa, um homem cujo nome não chegou até nós, mas que se sabe ter sido morador de Minas Gerais, fez também, pelo mesmo tempo e para o mesmo fim, doação de algumas braças de terra que possuía junto daquela ermida, e que deviam servir para se edificar ali um seminário.

Era então reitor do colégio o padre Jacinto Pereira da Costa, que recebeu as doações feitas e deu princípio às obras do seminário, que ativou tanto, que as entregou muito adiantadas ao seu sucessor o cônego Antônio Lopes Xavier

Este novo reitor concluiu a parte principal do seminário e teve a satisfação de ver no seu reitorado, em princípio de dezembro de 1766, mudarem-se os órfãos de S. Pedro para a sua nova casa

Entretanto, perderam os meninos nesse dia a denominação por que eram conhecidos, e os órfãos de S. Pedro ficaram desde então

56 Homem-bom da cidade, possuidor de sólidos haveres, proprietário no Valongo, atual Rua Camerino e adjacências do bairro da Saúde.

sendo chamados a princípio órfãos de S. Joaquim, e enfim, seminaristas de S. Joaquim.

O sobradinho contíguo à igreja de S. Pedro foi depois de algum tempo destinado a hospedar o sacristão-mor da competente igreja, e ainda hoje, creio eu, continua a ter este destino.

Debaixo das vistas e da proteção dos bispos, foram os diversos reitores do seminário de S. Joaquim ampliando este estabelecimento, e pouco a pouco fazendo construir a igreja de S. Joaquim, conforme eram mais ou menos animadores os recursos que oferecia aos órfãos a caridade pública.

Pouco a pouco também conseguiram eles ir preparando o pequeno patrimônio que teve depois o seminário e que constou de nove prédios, que se deveram a alguns legados pios, e às sobras das despesas do estabelecimento, sobras que a economia dos reitores pode muitas vezes fazer aparecer.

Mas o patrimônio dos órfãos de S. Pedro ou de S. Joaquim começou logo sob maus auspícios, porque o primeiro ou um dos primeiros benfeitores, que foi o padre Sebastião da Mota Leite, legou em proveito do colégio e dos colegiais uma chácara que nunca pudesse ser vendida nem obrigada a coisa alguma. Fez-se, porém, o contrário disso, ficando o seminário sem a chácara, como depois ficaram os pobres órfãos privados de tudo quanto era propriedade sua.

A 20 de julho de 1777, o Bispo D. José Joaquim Justiniano Castelo Branco determinou que o seminário de S. Joaquim recebesse gratuitamente meninos órfãos pobres até o número de vinte e seis. Esse número, porém, foi elevado a vinte e nove no ano de 1795, em consequência de três legados de 1:200\$000 cada um, feitos por Domingos de Sousa Guimarães, sob a condição de se criarem no seminário mais três lugares perpétuos para meninos pobres.

Mas o seminário contava três classes de alunos. A primeira era a dos meninos ricos chamados pensionistas, que pagavam oitenta mil-réis anuais. A segunda a dos menos ricos chamados meio-pensionistas, que contribuíam com quarenta mil-réis anuais. E a terceira dos pobres, que eram gratuitos, ou antes, que pagavam tanto ou mais que os outros. Graças ao concurso da caridade pública, e graças também ao seu trabalho, como daqui a pouco terei de mostrar.

Nos primeiros tempos, as duas classes de ricos e menos ricos contribuía com sessenta mil-réis anuais a primeira, e com trinta mil-réis a segunda.

Até aqui nada há que notar. Chamavam-se alunos gratuitos no seminário de S. Joaquim os seminaristas que não tinham pais ou protectores que pagassem imediatamente a sua anuidade. Embora com o seu patrimônio e com as esmolas que eles próprios obtinham, fizessem igual ou maior pagamento, isso pouco importa.

Daqui por diante, porém, encontraremos diferenças e distinções que estão em completa desarmonia com os sentimentos de uma verdadeira caridade.

Vou principiar pelo princípio. Façam de conta que batia à porta do seminário de S. Joaquim um menino que queria entrar para ali. Havia lugares vagos em qualquer das três classes de seminaristas. Abria-se a porta.

O menino devia ser admitido com certas formalidades e eis aqui o que se praticava.

Se o menino era rico, o reitor o conduzia à igreja, cujas portas se abriam ao público, e depois de benzer os hábitos de seminarista, que o novo aluno trocava pelos seus vestidos seculares, fazia-o escolher e tomar o nome de algum santo, como se praticava nas casas professas, e enfim entoava um *Te-Deum* com toda a solenidade.

Mas se o menino era pobre, arranjavam-se todas essas cerimônias à capucha, no coro da igreja, e dispensava-se o *Te-Deum*.

Por consequência, os louvores a Deus eram rendidos pelo dinheiro que o menino rico vinha pagar e não pelo novo aluno que o seminário recebia, e que ia educar de modo conveniente ao Estado.

Passo a dizer-vos como se vestiam os seminaristas de S. Joaquim.

No interior do seminário traziam uma túnica de linho branco apertada com um cinto preto e calçavam meias brancas e sapatos pretos. Os pobres, porém, usavam a princípio sapatos de couro branco e traziam cinto de couro preto, em vez de cadarço dessa cor, com que se cingiam os ricos.

Nas solenidades dentro e fora do seminário os hábitos eram os seguintes: túnica, murça e barrete de baetilha branca, cinta de cadaço preto, uma cruz vermelha ao lado esquerdo da murça.

Dessas vestes brancas proveio aos seminaristas a alcunha de *carneiros*, por que eram conhecidos na cidade, e que provavelmente lhe foi posta pelos estudantes dos outros seminários, que, aliás, também foram alcunhados, como oportunamente direi.⁵⁷

O Padre Plácido Mendes Carneiro, sendo reitor do seminário de S. Joaquim, fez desaparecer completamente as diferenças que se notavam nos hábitos dos seminaristas ricos e pobres, bem como veremos que pôs termo a outras distinções e usos inconvenientes.

Este mesmo reitor obteve do Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, por despacho de 17 de agosto de 1811, a mudança dos hábitos dos seminaristas, que ficaram usando de túnica preta, barrete e meias da mesma cor, cinto roxo com uma pequena faixa, murça também roxa com uma cruz vermelha ao lado esquerdo e sapato com fivela.

Quando os seminaristas saíam em comunidade para alguma função ou cerimônia religiosa, iam assim trajados e levavam cruz alçada, cruz que se chamava pontifical, por isso que sustentava a tiara pontifícia e as chaves de São Pedro. Aos lados da cruz mostravam-se os competentes ciriais, e os seminaristas que levavam estas insígnias trajavam sobrepelizes que o seminário lhes fornecia.

Passados alguns anos, e tendo sucedido no reitorado ao Padre Plácido Mendes Carneiro, que fora nomeado cônego da capela real, o abade de Alverca, José dos Santos Salgueiro, o Bispo S. José Caetano permitiu, a pedido deste, que os seminaristas usassem de sobrepeliz, trazendo sobre esta a murça roxa e cabeção encarnado, com o que exultaram os jovens alunos por se acharem mais bonitos e vistosos que dantes.

O mesmo reitor conseguiu também do Sr. D. João VI para os seminaristas a concessão de uma medalha de honra, que eles traziam

57 “De onde a alcunha? Na opinião de Raja Gabaglia Senior referia-se ao tempo de instalação do seminário na rua de S. Pedro, antes da construção da igreja da mesma invocação, contemporâneo da casa dos órfãos de S. Pedro. Durante algum tempo a rua de S. Pedro se chamou do Carneiro, em homenagem a distinta senhora residente na rua.” – Escragnole Dória – *ob. cit.*

pendente de uma fita de seda preta, quando usavam hábito, e presa ao lado esquerdo do peito, quando se apresentavam de casaca.

A medalha era dourada e de figura oval. Em uma de suas faces via-se em relevo um livro atravessado por um cajado, lendo-se na circunferência pouco mais ou menos a seguinte inscrição: *Pulitatum orphanotrophium divo Joachinodicatum*. E na outra face estava a efígie do rei com esta outra inscrição:

Joannes Portugalioe, Brasilioe et Algarbiorum Rex et orphanorum Pater.

Asseveram-me que estas inscrições foram ditadas pelo célebre e venerando Silvestre Pinheiro.

Já se vê que os órfãos de S. Pedro, depois de terem mudado de nome uma vez pelo menos, mudaram ainda mais vezes de vestidos. Parece, porém, que gozaram de alguma consideração no reinado do Sr. D. João VI, pois que mereceram a concessão de uma medalha de honra. Mas isso não os livrou de perderem, nessa mesma época, o seu seminário, como teremos de ver em breve.

Cabia em tal caso lembrar o ditado que diz: “Pobre, quando vê muita esmola, desconfia.”

É, porém, conveniente não atropelar os fatos, nem confundir a história.

Ainda tenho bastante que dizer antes de chegar a essa primeira violência feita aos órfãos de S. Joaquim.

Ficarei aqui, por hoje.

II

A administração do antigo seminário dos órfãos de S. Joaquim foi a princípio, e durante muitos anos, da maior simplicidade, e pouco mais ou menos como fora primitivamente a do colégio dos órfãos de S. Pedro.

O chefe supremo do estabelecimento era o bispo diocesano do Rio de Janeiro, sendo por provisão dele nomeados o reitor, o vice-reitor e os professores.

Os superiores do seminário eram quatro, a dois dos quais estava especialmente incumbida a administração.

O reitor governava o seminário, nomeava algum empregado subalterno de que havia necessidade e respondia pelo comportamento moral e religioso dos seminaristas.

O vice-reitor era o ecônomo da casa, dava todas as providências a fim de que nada faltasse daquilo que se garantia aos meninos, velava pela pontualidade dos atos da comunidade, fazia as compras necessárias, cobrava as rendas do patrimônio do seminário, bem como de uma terça parte do rendimento de um trapiche que se chamava da Ordem, e a que o estabelecimento tinha direito. Assistia ao refeitório e celebrava missa todos os dias às sete horas da manhã.

Os outros dois superiores eram um professor de latim que dava lições diárias das oito às dez horas da manhã e das três às cinco da tarde, à exceção das quintas-feiras, que eram dias feriados; e um professor de cantochão, que lecionava duas vezes por semana somente, nas tardes das quartas-feiras e sábados.

Criou-se também no seminário uma aula de música, que em pouco tempo desapareceu, deixando os seminaristas reduzidos ao monótono cantochão.

Já se vê que, em matéria de administração, nada podia haver mais simples, e em matéria de instrução nada podia haver mais pobre e limitado.

Não poderia merecer uma queixa razoável este simplicíssimo sistema administrativo. Não se sentia necessidade de uma administração complicada, nem de um grande pessoal dela incumbido.

Não me refiro ao que se passa no imperial colégio de Pedro II, que em seu governo interno está felizmente livre de notáveis complicações. Se, porém, quisesse falar de outras instituições e de diversos ramos da administração pública, provaria sem a menor dificuldade que, quanto maior é a nau, maior é a tormenta, que, quanto menos simples é o mecanismo do serviço e a teia administrativa, e mais numeroso o pessoal envolvido neles, tanto mais sensível é a atrapalhação e tanto mais larga a sangria que recebe o tesouro público, sem que o Estado colha um proveito que realmente corresponda à elevação da despesa.

É verdade que as atrapalhações administrativas devidas ao pessoal numeroso empregado no serviço, que se subdivide e se sujeita a

trinta mil seções, distinções, e mais isto e mais aquilo, são às vezes indispensáveis para se arranjamem afilhados de excelentíssimos padrinhos, e por conseqüência, não há que dizer, nem que notar. Pague o tesouro as custas e faça-se em quinze dias o que se podia acabar em dois ou três.

Direi oportunamente quais as modificações por que teve de passar a administração do seminário dos órfãos de S. Joaquim.

Quanto à instrução, que era impossível que mais resumida fosse, ainda assim era um apreciável benefício naquele tempo.⁵⁸

Os meninos que concluíam os seus estudos de latim e canto-chão no seminário dos órfãos de S. Joaquim achavam nos seminários de S. José e da Lapa, e em uma ou outra aula, recursos para completar o seu curso de humanidades.

A maior parte dos seminaristas de S. Joaquim destinavam-se ao sacerdócio, e neste seminário gastavam quatro, cinco e às vezes mais anos em aprender o latim, embora somente de latim e de cantochão se ocupassem.

Ficais, sem dúvida, tomados de espanto, depois de receber esta informação.

Comparaís os estudantes de outrora com os estudantes de hoje e vos sentis abismados, considerando a fácil compreensão da mocidade do nosso tempo.

Façamos justiça aos nossos maiores.

Houve então, como hoje há, belas inteligências e estudantes igualmente aplicados e talentosos. Hoje, porém, os sistemas de instrução

58 Mais tarde Spix e Martius, os ilustres cientistas vindos ao Brasil a mando de Maximiliano José I, Rei da Baviera, em viagem realizada e descrita de 1817 a 1820, de relação publicada em Munique em 1823, referiram-se à instrução secundária no Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

“A educação da juventude é cuidada na capital por vários colégios privilegiados. Os abastados confiam a professores particulares o preparo de seus filhos, a fim de freqüentarem a universidade de Coimbra. Isso é muito custoso por falta de professores competentes. A maioria deles pertence ao clero, atualmente de influência muito menor, no que diz respeito à educação popular, do que outrora e principalmente no tempo dos jesuítas.

“No seminário de S. Joaquim são ensinados os rudimentos de estudo e cantochão. O melhor colégio, porém, é o liceu do seminário S. José, onde a par do latim, do grego, do francês, do inglês, da retórica, da geografia e da matemática, também se ensinam filosofia e teologia.” – Escragnole Dória – *ob. cit.*

se acham aperfeiçoados, os livros sobram, os mestres não faltam e pode-se aprender muito mais, e mais depressa.

Entretanto, é preciso não confundir a verdade com o sofisma. Podeis relatar-me trinta ou quarenta fatos de meninos prodígios que em dois ou três anos, e até mesmo em alguns meses, aprenderam latim, francês, inglês, história, geografia, aritmética e geometria, filosofia, retórica e outras coisas mais, e foram aprovados com louvor em seus exames de preparatórios em certas academias do império.

Não ponho em dúvida os fatos. Mas não creio no prodígio. Todos sabem como esses milagres se arranjam, e apesar do patronato, o menino prodígio não passará de um *nihil in omnibus*.

Aprendia-se antigamente o latim durante cinco anos e mais nos seminários. Mas os estudantes saíam das aulas sabendo alguma coisa, e os padres liam o seu breviário com consciência e entendendo o que liam, o que era por certo muito melhor do que ver-se um analfabeto que, aborrecido da taverna em que é caixeiro, determina ser padre, e no fim de alguns meses toma ordens de presbitério sem saber como concorda o sujeito com o verbo, sem poder cantar uma epístola, se não entre um chuveiro de silabadas e fazendo ouvir a palavra de Deus sem compreendê-la, como um papagaio que repete: “Quem passa? É o rei que vai à caça.”

Salvas honrosas exceções, o nosso clero nunca foi grande coisa quanto à ilustração. Mas também, nunca se mostrou tão ignorante, nem tão abaixo da sua muito nobre e veneranda missão, como hoje, salvas ainda honrosas exceções.

Por consequência, era mil vezes melhor aprender latim durante quatro ou seis anos do que engrolar um *dominus vobiscum* em dois ou três meses.

Mas onde vou eu com as minhas costumadas divagações? Deixemos em paz os improvisos de padres e de acadêmicos, e vamos continuar a história do seminário dos órfãos de S. Joaquim.

Já falei da administração do estabelecimento. Vou outra vez ocupar-me com os seminaristas.

O refeitório do seminário era como podia ser o de uma casa de pobres, e ressentia-se por certo de uma ruim disposição, logo na pri-

meira comida, porque, durante muitos anos, não houve almoço prestado pelo estabelecimento. Os alunos almoçavam à sua custa e, por consequência, os pobres ficavam à mercê dos ricos ou de alguns recursos devidos à caridade, ou enfim não almoçavam, o que, aliás, raramente acontecia.

Nos domingos, porém, e nos dias de festa, fazia-se uma exceção a esta regra duramente econômica, e dava-se a cada seminarista um opíparo almoço, que constava exclusivamente de um pão com manteiga.

Ao jantar e à ceia, a mesa era simples, mas farta.

Ao jantar, que tocava ao meio-dia, havia carne de vaca cozida com couves e toucinho, carne guisada, a que os seminaristas chamavam *serrabode*; a esse prato se ajuntava arroz, e por sobremesa fruta do tempo.

Nos dias de preceito, a carne de vaca era sempre substituída por bacalhau ou peixe grosso salgado.

Um vice-reitor do seminário deixou a esse constante e invariável prato de carne cozida ou guisada o nome de *purgante da casa*, porque era de regra, que raramente falhava, que os meninos que entravam para o seminário, ainda mesmo amarelos e magros, mostravam-se no fim de dois meses corados e brilhantes de saúde, depois de haverem passado por um *pro fluvio ventris* que durava algumas semanas.

À noite, constava a ceia de um único prato e fruta do tempo, e nos dias de preceito, esse prato era simplesmente de ervas ou de arroz com camarões, que os seminaristas tinham alcunhado com uma certa propriedade chamando-o o *ponto e vírgula*.

Mas nem a falta do almoço nem a parcimônia da mesa do refeitório do seminário dos órfãos de S. Joaquim me causam verdadeira estranheza. A casa era pobre, não podia dar mais, e portanto, deviam todos ter paciência. O que, porém, se tornava muito censurável era o costume vil e indigno que fazia excluir no mesmo seminário da mesa dos alunos contribuintes os alunos gratuitos! Não se permitia que os pobres comessem *serrabode* nem *ponto e vírgula* com os ricos! Em uma instituição filha legítima da caridade, ofendia-se mortalmente a caridade para se render cultos ao ouro! Em uma casa de Jesus Cristo, dobravam-se os joelhos a Pluto e ao Diabo!

Felizmente, sendo reitor o Padre Plácido Mendes Carneiro, foram por suas repetidas reclamações abolidas essas exceções odiosas, e que deviam envergonhar aqueles que as tinham estatuído.

Além dos seus estudos de latim e cantochão, os seminaristas de S. Joaquim ocupavam-se em exercícios de piedade cristã.

Todos os dias rezavam no coro da igreja o ofício de nove lições, como os sacerdotes, isto é, desde matinas até noa,⁵⁹ de manhã, e de vésperas até completas,⁶⁰ à tarde. Este trabalho foi dispensado pelo Bispo S. José Caetano da Silva Coutinho, ficando, porém, os seminaristas sempre obrigados a recitar o ofício em todos domingos e dias-santos. Nos dias feriados cantavam a *Stella Coeli*, dava a oração um diácono e eles ouviam missa. À noite, iam para a capela do seminário às sete horas e meia, lá rezavam o terço de N. Senhora, e voltavam em comunidade para o refeitório, onde ceavam sob a presidência do vice-reitor; e enfim, depois de darem graças a Deus e de recitarem o salmo *Miserere*, retiravam-se, indo cada um para o seu cubículo.

Além destes exercícios de piedade, tinham os seminaristas durante o ano algumas grandes solenidades religiosas, que se celebravam na igreja do seminário, e em que eles tomavam uma parte muito notável.

A festa do patriarca S. Joaquim era feita com toda a pompa e precedida de novenas, nas quais pregavam os seminaristas que o reitor escolhia dentre aqueles que lhe pareciam mais capazes de desempenhar esse serviço; e é escusado dizer que acudia um numeroso concurso para ouvir e apreciar os pregadores imberbes, alguns dos quais criaram uma fama que não desmentiram depois. Na véspera da festa, havia matinas cantadas pelos seminaristas.

Notava-se com interesse que apareciam nesta solenidade alguns sacerdotes que vinham espontaneamente pagar ainda um tributo de amor e de saudade ao seminário, de que eram filhos.

A festa do patriarca S. Joaquim era, sem dúvida, a principal.

Celebravam-se, porém, ainda mais duas, a de N. S. das Dores e a de S. José, cujos festeiros eram sempre seminaristas admitindo-se, no

59 Hora canônica, recitada entre a sexta e as vésperas.

60 Última parte do ofício divino.

entanto, o concurso de devotos de fora do seminário, fazendo-se para esse fim eleição anual de juízes, procuradores, etc.

Vou agora mostrar, com a simples exposição de outros costumes e usos observados no seminário de S. Joaquim, como os pobres órfãos, os alunos chamados não contribuintes ou gratuitos, eram, de fato, contribuintes pouco mais ou menos como os outros.

Os seminaristas tinham por obrigação varrer a igreja do seminário e cuidar da sacristia, trazendo-as sempre no mais completo asseio, e dividiam entre si este serviço, fazendo semanas, de modo que cumprissem todos o mesmo dever.

Até aqui a regra era geral. Aparece, porém, em seguida, uma exceção que vai tornar, como disse, os seminaristas, gratuitos em nome, contribuintes de fato.

Os alunos pobres do seminário de S. Joaquim faziam semanas de coros, indo dois para o coro de S. Pedro, dois para o da Candelária e dois para o da Misericórdia, recebendo por esse serviço o seminário uma quantia anual.

Costumavam também sair em comunidade para acompanhar enterros, porque nos testamentos deixados por alguns finados achava-se a cláusula de uma esmola de quatrocentos, duzentos e cem mil-réis, no mínimo, legada aos pobres órfãos de S. Joaquim, com a obrigação de irem estes acompanhar ao último jazigo os restos mortais dos legatários, entoando na rua o salmo *Miserere*, e na igreja, depois da encomendação, um bem garganteado *Liberame*, dando o reitor do seminário a oração.

Ainda alguns devotos, mandando cantar missas por qualquer intenção, entendiam-se às vezes com o reitor do seminário de S. Joaquim, e lá iam os seminaristas entoar o seu cantochão mediante uma esmola mais ou menos elevada, que pertencia sempre ao estabelecimento.

Segue-se, portanto, que não podia haver gratuitos menos onerosos do que os pobres órfãos de S. Joaquim, que durante muito tempo andaram com sapatos e cintos diferentes dos que traziam seus colegas ricos, e nem ao menos comiam com eles toucinho à mesma mesa, e tinham ou recebiam à parte o seu *purgante da casa* e o seu *ponto e vírgula*, como se até nos pontos e vírgulas e nos purgantes se devesse estabelecer diferença entre pobres e ricos!

Outro costume foi por muitos anos observado, pelo qual os órfãos pobres de S. Joaquim recolham auxílios certos e às vezes avultados, que aproveitavam, aliás, a todos os seminaristas, porque vinham a pertencer ao seminário.

Saíam os pobres meninos com as suas vestes, que os faziam chamar *carneiros* e levando nas mãos uma bolsa, corriam os diversos bairros da cidade, entoando em alta voz estas palavras despertadoras da caridade pública. “Dai esmola aos meninos órfãos de S. Joaquim, pelo amor de Deus!”

E não é preciso dizer que as bolsas voltavam recheadas dos óbulos da caridade, mas também é verdade que os meninos viam-se expostos aos motejos e às zombarias dos garotos e dos rapazes sem juízo ou sem generosidade.

Semelhante prática tinha em verdade graves inconvenientes. Não era certamente a mais própria para o complemento da educação moral dos meninos, e podia mesmo facilitar a sua desmoralização.

Outros meios havia para chamar a caridade pública em socorro do seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim, e foi assim que entendeu o reitor Padre Plácido Mendes Carneiro, que acabou com esse triste costume.

Faz a maior honra à memória do Padre Plácido o fato de se encontrar o seu nome ligado a todas essas pequenas, mas importantes reformas tendentes a melhorar a posição dos alunos pobres do seminário, e a porém um termo a todas as distinções mesquinhas e repugnantes que faziam correr uma linha divisória entre os seminaristas contribuintes e os chamados gratuitos, com ofensa evidente da caridade e aviltamento dos pobres.

Tais eram os sistemas de administração e de estudos, e os costumes do seminário dos órfãos de S. Joaquim.

No princípio do século atual, tinham os seminaristas por mestres de latim o padre João Batista de Meireles, que depois foi vigário da freguesia, hoje cidade de Vassouras, e por mestres de música, piano e cantochão o Padre José de Oliveira e José Joaquim, que era ainda mais conhecido pela alcunha *Os cinco sentidos*; e tantos progressos mostravam os estudantes, e tanto crédito merecia o seminário, que logo depois da

chegada da família real, um e outro receberam uma prova de consideração da parte do príncipe regente o Sr. D. João.

Tratando-se de celebrar a semana santa na capela real, mandou o príncipe regente que o cura da capela, o Padre Antônio Pedro, escolhesse em todos os coros existentes na cidade do Rio de Janeiro cantores com boas vozes e capacidade reconhecida para ajudar às cerimônias daquela suntuosa solenidade, e só do seminário de S. Joaquim foram tirados sete meninos que depois receberam do Sr. D. João, em nome da rainha, a nomeação de capelães cantores, e desses vive ainda hoje um, que é o Sr. Padre-mestre Joaquim Severino Gomes de Abreu.

No tesouro do imperial colégio de Pedro II conserva-se ainda atualmente uma âmbula de ouro de grande merecimento artístico, que pertencera desde longa data ao seminário de S. Joaquim. O Sr. D. João, príncipe regente, notando que ela precisava de conserto, mandou efetuar este à sua custa, mostrando neste fato, aliás muito simples, que se interessava pelo estabelecimento, e depois distinguiu os seminaristas de S. Joaquim concedendo-lhes a medalha de que já falei.

Mas esta proteção da majestade arrefeceu no fim de breves anos, e em 1818, recebeu o seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim o primeiro golpe e a primeira injustiça.

Acabava de chegar, em outubro de 1817, ao Rio de Janeiro uma divisão de tropas portuguesas, e sendo necessário acomodar os soldados, e não bastando para isso os quartéis existentes e alguns que se improvisaram, transformou-se também em quartel o seminário de S. Joaquim.

Por decreto de 5 de janeiro de 1818, e sob informações e parecer do Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, foi extinto o seminário de S. Joaquim, sendo o edifício e suas dependências incorporados aos próprios da coroa, percebendo os rendimentos do patrimônio do extinto seminário o episcopal de S. José, para o qual deviam passar os alunos que tivessem vocação e habilitação para o estado eclesiástico, ficando os outros adidos ao corpo de artífices engenheiros da divisão portuguesa, que para quartel de um dos seus corpos recebera aquela casa, propriedade dos órfãos pobres.

Este arranjo violento foi uma espécie das célebres aposentadorias que logo depois da chegada da família real portuguesa fizeram o tormento dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Admira a sem cerimônia com que se arrancou uma propriedade a seus legítimos donos! Mas, ao menos naquele bom e suavíssimo tempo, o Governo não dava contas de seus atos e fazia violências sem receio de responsabilidade.

Deve-se supor, para de algum modo desculpar esse ato cruel, que o seminário de S. Joaquim se apresentava em lamentável decadência em 1818, e que, parecendo árvore incapaz de dar bons frutos, o Governo julgou acertado cortá-la pela raiz.

Admitindo-se, porém, essa hipótese, o que cumpria ao Governo fazer era regenerar a instituição, dar-lhe elementos de vida e de prosperidade, chegar terra à árvore e cultivá-la, e tratá-la com esmero e zelo para que ela frutificasse.

Se a instituição fosse filha do Governo, se o patrimônio do seminário pertencesse por alguma condição ao Governo, o decreto de 5 de janeiro de 1818 seria apenas um erro, uma medida mal aconselhada e inconveniente. Sendo, porém, a instituição inteiramente alheia do Governo, e o seminário e o seu patrimônio propriedade dos órfãos pobres de S. Joaquim, e propriedade havida por doações explícitas e claras, aquele decreto foi uma vidência que não tem explicação, e ainda menos escusa.

E, no entanto, o decreto de 5 de janeiro de 1818 teve a seu favor a informação e o parecer do Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, um príncipe da Igreja, venerando e sábio!

Quandoque dormitat Homerus.

Aquele que deveria ser o natural defensor do seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim abandonou-o no momento supremo, e concorreu de sua parte para que se desmantelasse a obra concedida e começada a realizar pelo sacristão-mor da igreja de São Pedro, e desenvolvida pelo Bispo D. frei Antônio de Guadalupe e por seus sucessores, com o auxílio e o concurso de alguns homens benéficos e piedosos.

E sobre um mal veio logo outro.

Em 1818, desapareceram, com o arquivo do seminário de S. Joaquim, os títulos e documentos do respectivo patrimônio.

O ministro conde dos Arcos acudiu em socorro do patrimônio. Está visto que devia mostrar-se algum cuidado com o espólio do seminário morto.

O Dr. José da Silva Lisboa, depois visconde de Cairu, e uma das maiores ilustrações do Brasil, foi encarregado de colher as possíveis informações sobre a origem e história da instituição sacrificada. Recebeu a missão de escrever o necrológio da defunta e fez tudo quanto pôde para desempenhá-lo. Dos dois últimos reitores que ainda viviam, o abade José dos Santos Salgueiros e o cônego Plácido Mendes Carneiro, e dos benfeitores Joaquim Antônio Insua e José Severino Gesteira, obteve algumas notícias e esclarecimentos que lhe serviram para descobrir e recolher os poucos documentos que hoje se possui a respeito do seminário de S. Joaquim.

Há, porém, coincidências e acasos singulares que o povo não deixa passar despercebidos.

Era notável e quase proverbial o constante e feliz estado sanitário do seminário de S. Joaquim. Os reitores, os seminaristas e toda a gente da casa gozavam sempre de excelente saúde, e tornara-se raro o caso de alguma enfermidade.

Observa-se mesmo que durante a terrível *zamperini* ninguém adoecera no seminário de S. Joaquim, e ainda mais notável observação se fizera, quando reinou a não menos fatal epidemia que recebeu a alcunha de *carcunda*, e que tantas vidas ceifara no Rio de Janeiro. Porque, habitando então dentro do seminário cerca de oitenta pessoas, foram quase todas atacadas do mal e não houve uma só que sucumbisse a ele.

Passou o seminário a ser quartel de soldados, e começou logo entre estes a colheita da morte.

As moléstias se multiplicaram e as vítimas foram numerosas, entrando na conta delas um oficial e o capelão do corpo aquartelado.

E além das enfermidades, ocorreu também um desastre.

Diz uma tradição que um grande muro que havia, como hoje há, para o lado da Rua da Imperatriz, rua que então se chamava do Valongo,⁶¹ veio a cair um dia inesperadamente, e esmagou embaixo de suas pedras um menino que ia passando.

Tudo isso podia muito naturalmente acontecer. O povo, porém, que é crédulo, e que se deixa dominar por idéias que a razão nem sempre aceita e explica, acreditou que o decreto de 5 de janeiro de 1818 não tinha sido nem podia ser abençoado por Deus, que é pai dos órfãos e de todos os pobres, e que, portanto, condenava a injustiça e a violência feita aos órfãos pobres de S. Joaquim.

III

A extinção do seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim era um fato consumado desde janeiro de 1818. O poder absoluto havia arrancado aos pobres órfãos uma doação feita pela caridade de não poucos benfeitores, e não se admitia nesse tempo a menor oposição ao – quero e mando – do Governo, que assim mostrava desprezar o direito de propriedade.

Entretanto, dois anos e quatro meses tinham apenas corrido e já o Governo corrigia arrependido o erro que cometera, revogando todas as disposições do decreto de 5 de janeiro de 1818.

Ignoro completamente as razões que levaram o Governo a dar semelhante passo; e como é de crer que em dois anos e quatro meses tivessem arrefecido as queixas dos benfeitores da instituição, se é que estes por ventura ousaram alguma vez murmurar, devo supor que a medida fosse aconselhada pelo reconhecimento do direito que assistia aos órfãos pobres de S. Joaquim, ou também pelo natural desejo que tinha o novo Governo do Brasil de recomendar-se à estima da população.

Porque é preciso não esquecer que as datas do primeiro e do segundo decreto nos estão indicando que o de 5 de janeiro de 1818 pertence ao Sr. D. João VI, Rei de Portugal, Brasil e Algarve, e o outro, que foi de 19 de maio de 1821, pertence ao Sr. D. Pedro, então príncipe regente e lugar-tenente do rei seu pai no Brasil.

61 Camerino, hoje.

Pode ser que não tenha importância ou significação alguma política o fato de ter o Sr. D. Pedro, príncipe regente, revogado aquela medida tomada pelo Governo do rei seu pai. Sempre é bom, porém, conservar de memória essas datas, que recordam duas épocas bem distintas e bem diversas em idéias, em aspirações e em esperanças, dúvidas e sonhos de futuro.

O certo é, em todo o caso que, logo depois da retirada do Sr. D. João VI para Portugal, o Sr. D. Pedro, por decreto da data já marcada, mandou restabelecer o seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim no mesmo pé em que dantes se achava, ordenando igualmente que o patrimônio, de que estava de posse o seminário de S. José, revertesse para aquele, como era de direito.

E como para deixar bem patente o seu interesse pela instituição que regenerava, o príncipe procurou chamar para ela o patrocínio e dedicação de alguns indivíduos cujos nomes já se achassem ligados à história do caridoso estabelecimento.

Assim lembrou-se de que um negociante de fazendas da Rua de S. Pedro, negociante chamado José Severino Gesteira, era sobrinho de outro Gesteira que gastara com o antigo seminário cerca de quarenta mil cruzados, e que Joaquim Antônio Insua, morador na Rua do Valongo, fora também benfeitor dos pobres órfãos de S. Joaquim. Mandou-os, pois, chamar a palácio, e declarou-lhes que os nomeava síndicos do seminário de S. Joaquim, e que a eles e outros benfeitores da instituição, que formariam uma junta administrativa e econômica, entregava o patrimônio do seminário, acabando, enfim, por dizer-lhes que queria que se preparasse tudo para que dignamente se fizesse a festa do patriarca, cujo dia se aproximava.

Os homens não tiveram que dizer. Aceitaram sem hesitar, e antes alegremente, a comissão, retirando-se do palácio muito penhorados das maneiras obsequiosas do príncipe regente.

A administração econômica do seminário estava, pois, arranjada e entregue a homens zelosos.

Faltava a direção superior dos estudos e da casa.

O príncipe regente apelou ainda para as recordações do passado do seminário e logo lhe veio à lembrança o nome do cônego Plácido Mendes Carneiro, que tinha já sido reitor e que com tanta solicitude, caridade e inteligência servira, e procedendo com o cônego Plácido

como havia procedido com Gesteira e Insua, não encontrou a menor dificuldade em dar um excelente reitor ao seminário, que imediatamente começou a funcionar.

Foi assim que o príncipe regente deu em muito poucos dias nova vida ao seminário de S. Joaquim. É impossível desconhecer a boa vontade do Sr. D. Pedro. Supôs ele, porém, que bastavam essas medidas para fazer prosperar a instituição, e nisso se enganou. Ou lutava com graves embaraços financeiros, que realmente se fizeram sentir naquela época, e não pôde por isso dar o necessário desenvolvimento nem acudir com recursos pecuniários indispensáveis ao estabelecimento. E em tal caso não há que observar.

Outra vez restabelecido, mas de certo não melhorado na sua organização e condições, o seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim continuou como dantes a oferecer aos seus alunos instrução limitadíssima e a arrastar uma vida difícil.

A mão da caridade não lhe trazia meios suficientes para que lhe fosse possível desenvolver-se convenientemente, e a mão do Governo não se estendia para ele a fim de elevá-lo a um grau mais nobre e que mais utilidade oferecesse à juventude, e, portanto ao país.

Um fraco batel não pode resistir a grandes e violentas tempestades, e dez anos depois da reorganização do seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim rebentou no seio do país uma borrasca política que pôs tudo em movimento, e determinou em quase tudo mudanças mais ou menos importantes.

Em 1831, na madrugada do dia 7 de abril, o Imperador Sr. D. Pedro I abdicou a coroa em seu Augusto Filho o Sr. D. Pedro II.

A abdicação do primeiro Imperador importou um triunfo completo do Partido Liberal, que lhe fizera decidida e constante oposição desde o dia da dissolução da Constituinte em 1823.

Digo decidida e constante oposição ao Imperador e não ao Governo, porque o Partido Liberal, representado pelos seus deputados nas câmaras, nunca pretendeu governar no primeiro reinado, e até olhava com desconfiança para um ou outro dos seus membros que, acudindo ao convite do monarca, aceitava uma pasta ministerial.

Aponto o fato sem entrar em considerações sobre ele. A verdade histórica é essa.

O triunfo do Partido Liberal deu incremento a novas idéias. Os pensamentos tomavam outra direção, mas os tumultos e as rusgas que se foram logo sucedendo faziam estremecer os estabelecimentos organizados e as instituições de diversas naturezas.

Os três primeiros anos depois da abdicação foram de grandes lutas, de grandes receios e de grandes dedicações.

Não haverá jamais um historiador imparcial e justo que não reconheça e proclame os serviços relevantíssimos e o patriotismo do Partido Liberal moderado, que salvou a monarquia constitucional e a integridade do império nessa época difícil.

Entre as instituições que mais vacilaram no meio da crise, notava-se o seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim que ia em uma decadência completa.

Em dezembro de 1831, o Governo olhou para esse seminário.

Era então ministro do Império o Dr. José Lino Coutinho, deputado pela província da Bahia.

O Dr. Lino Coutinho era um médico de alguma e variada instrução, e muito cedo foi ainda mais político do que médico.

A província da Bahia o mandou, em 1821, como um dos seus deputados à Constituinte de Lisboa e aí Lino Coutinho foi um corajoso defensor da causa da sua pátria.

De volta ao Brasil, teve assento na Câmara temporária, logo na primeira legislatura, e foi um dos mais vigorosos e ardentes oradores da oposição liberal.

Lino Coutinho sentava-se na câmara ao lado de Vasconcelos, o célebre lidador do nosso parlamento, e, se não era como este um discutidor profundo, mostrava-se em compensação muito mais ameno. Primava pela graça, pelo espírito, e às vezes, por um sarcasmo pungente. E o povo, que muito se aprazia de ouvi-lo, chamava-o o deputado das galerias, isto é, o deputado querido das galerias.

Em 1830, a Câmara temporária, achando-se em desacordo com o Senado a respeito do orçamento, nomeou para uma comissão que devia ir propôr ao Senado a fusão das câmaras os três Deputados Liberais Vas-

concelos, Lino Coutinho e o Sr. Limpo de Abreu, atual visconde de Abaeté. E, quando a comissão partia, o povo entusiasmado arrancou as bestas do carro e levou em triunfo os três deputados de sua confiança.

Não aplaudo o fato, não gosto de ver o povo rebaixando-se a fazer papel de cavalo ou de besta de tiro. Mas vou dizendo as coisas como elas se passaram.

José Lino Coutinho, muito estimado da população, influente na Câmara temporária, justamente apreciado por seu talento, instrução e por uma grande e bem merecida reputação de probidade, foi logo chamado pela regência permanente para o primeiro Ministério que ela organizou em 1831, e aceitando a pasta do Império, teve por companheiros no gabinete, entre outros, o Padre Feijó e Vasconcelos.

Lino Coutinho foi um ministro do Império ativo e dedicado. Apesar das dificuldades da situação, achou tempo e meios de reformar a Academia de Medicina, a Imperial Academia das Belas-Artes, e, além de muito mais, de atender à situação em que se achava o seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim.

Vou dizer o que ele fez deste estabelecimento.

Ou porque achasse que bastava o seminário de S. José para habilitar os jovens que se destinassem à carreira eclesiástica, ou porque julgasse que o de S. Joaquim, com as suas aulas de latim e de cantochão, não era o mais útil aos órfãos pobres, o certo é que mudou completamente a natureza da instituição, como se vai ver.

Por decreto de 12 de dezembro de 1831, foi reformado o seminário de S. Joaquim, dando-se a inspeção dele à Câmara Municipal, e adotando-se por fim do estabelecimento educar convenientemente e habilitar os órfãos desvalidos nos exercícios de misteres honestos e proveitosos. Admitiam-se também pensionistas que deviam pagar cinquenta mil-réis por trimestre, e determinava-se que, em identidade de circunstâncias, fossem preferidos para os lugares de alunos gratuitos os filhos de militares e empregados públicos.

Criaram-se no estabelecimento as seguintes cadeiras: de primeiras letras, pelo método de *Lancaster*, de matemáticas e de desenho, e ensinavam-se os misteres de torneiro, entalhador, litógrafo e abridor.

E ensinava-se mais o jogo das armas e o exercício e manejo da guarda nacional.

Evidentemente, pois, o seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim perdeu com o decreto de 12 de dezembro de 1831 a sua natureza primitiva. O sistema de administração e inspeção da casa estava mudado e era outro o fim da instituição.

Em consciência me parece que a reforma do seminário de S. Joaquim, executada pelo Ministro Lino Coutinho, devia e podia ser ainda mais útil aos pobres órfãos do que a antiga instituição tal qual fora por muitos anos, porque nesta a instrução secundária limitava-se apenas ao latim, e a educação era só tendente a preparar os jovens a seguir a carreira eclesiástica, que, aliás, exige, mais do que outra qualquer, uma decidida vocação, ao mesmo tempo que no estabelecimento organizado pelo Governo da regência oferecia-se instrução menos resumida e muito bem calculada para aproveitar aos jovens em qualquer dos misteres que ali também se aprendiam, e que podiam dar aos alunos meios de vida diversos, seguros e honestos.

Pode-se notar que ainda se limitava bastante o ensino de ofícios e artes, mas convém não esquecer que a 12 de dezembro de 1831 o Governo da regência começava apenas a ensaiar uma instituição que podia depois receber um grande desenvolvimento.

A reforma de que trato apresenta ainda dois pontos que eram próprios da época, duas idéias que eram frutos do tempo.

Uma delas era a inspeção do estabelecimento confiada à Câmara Municipal. Naquele tempo dava-se uma consideração muito elevada às câmaras municipais e aos juizes de paz, chegando-se até às vezes a exagerar as suas atribuições e a atarefá-los exageradamente, e daí resultavam não poucos inconvenientes. Veio depois a reação, que, em vez de parar em um meio-termo que seria muito útil, atirou-se desenfreada no extremo oposto, reduziu os juizes de paz a juizes de conciliação e fazedores de eleições, e foi pouco a pouco despojando as câmaras municipais de todas as suas atribuições até colocá-las em tão apertada dependência do Governo, que elas hoje quase que não passam de simples comissões do Poder Executivo.

E o que é verdade na matéria de que estou tratando é que o Governo não se arrependeu de ter confiado à Câmara Municipal da cida-

de a inspeção do estabelecimento que fundara, reformando o seminário de S. Joaquim, porque essa inspeção foi sempre zelosa e digna, e produziu sensíveis vantagens.

O outro fruto do tempo era o ensino do manejo da guarda nacional.

O ministro do Império de 1831 não se contentou em mandar que os alunos do estabelecimento que substituiu o seminário de S. Joaquim se preparassem para ganhar a vida com um trabalho honesto. Quis também que se habilitassem para, com as armas na mão, e como soldados da pátria, defender o país e a ordem pública em caso de necessidade.

Coisas daquela época! A guarda nacional estava então muito na moda.

Mas é preciso lembrar que não era uma guarda nacional que se limitava a fazer grandes paradas e rondas, ou montar guarda no tesouro nacional e em outros lugares.

Em 1831, pode-se dizer que todos eram soldados, ou antes, guardas do país, e em exercício ativo.

Rondavam senadores e deputados, e até o bispo do Rio de Janeiro fez rondas.

E a guarda nacional não brincava. E se duvidam, lembrem-se do ano de 1832, em que ela acudiu por vezes ao toque de rebate, e marchou impávida a combater as falanges políticas desvairadas que se arrojavam ao campo armado.

E, quem o diria hoje? Foi isso no tempo em que os oficiais da guarda nacional eram eleitos pelos guardas! Com essa utopia política salvou-se a capital do Império e o Brasil, e tivemos uma guarda nacional como não se conseguiu mais ver entre nós mesmo depois que se substituiu a utopia popular pela verdade prática dos oficiais nomeados pelo Governo.

O que era essa guarda nacional, filha da utopia, que confiança chegou a merecer, pode-se bem deduzir das respostas que deu um ministro de Estado a um deputado.

Era ministro da Justiça desde 1831 o enérgico e honradíssimo Padre Diogo Feijó, que em 1832 apresentou às Câmaras um relatório

notável pela fortaleza e valentia de proposições que atacavam de frente o espírito exaltado e violento dos partidos em oposição.

Mal tinha o ministro acabado a leitura do seu relatório na Câmara temporária, quando um deputado chegou-se a ele e perguntou-lhe, sorrindo:

– V. Ex^a tem na corte quarenta mil homens para sustentar as idéias que apresenta no seu relatório?

– Não – respondeu prontamente o Padre Feijó. – Não tenho quarenta mil homens, mas tenho quatro mil guardas nacionais.

À vista do que acabo de expor podem-se bem compreender as razões que levaram o Ministro Lino Coutinho a mandar ensinar o manejo da guarda nacional aos alunos do seminário de S. Joaquim, que ele reformara.

Não estou habilitado para informar precisamente se a princípio prosperou ou não o estabelecimento organizado pela regência, no seminário de que falo. É muito de presumir que não houvesse produzido os resultados que se esperavam, porque, se assim não fosse, não teria aparecido a reforma de 2 de dezembro de 1837, de que vou em breve falar, ou pelo menos não se acabaria com a instituição criada pelo Ministro Lino Coutinho, embora se fundasse, como era preciso e justíssimo, o Imperial Colégio de Pedro II.

Se, porém, não prosperava o ensino no seminário, a administração deste, correndo debaixo das vistas desveladas da Câmara Municipal, se apresentava em uma situação realmente animadora, graças em grande parte ou particularmente à atividade e à caridade exemplar do vereador Filipe Ribeiro da Cunha, que das obras do seminário com um cuidado especial se ocupava, sendo para isso comissionado pela Câmara.

O ensino, como disse, ia tão mal que, segundo as informações de diversas pessoas, o seminário chegou por fim a fechar-se. Mas a administração econômica corria tão regular e animada, que a casa se aumentava com obras novas e começava-se a executar o plano da conclusão da igreja.

No fim do ano de 1837, porém, entendeu o Governo do regente o Sr. Pedro de Araújo Lima, depois marquês de Olinda, sendo ministro da Justiça e interinamente do Império Bernardo Pereira de Vas-

concelos – entendeu o Governo, digo, e entendeu bem, que era tempo de criar um grande colégio público de instrução secundária, e resolveu, por decreto de 2 de dezembro desse ano, converter o antigo seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim em uma bela instituição daquele gênero, que digna e acertadamente denominou Imperial Colégio de Pedro II.

A realização desta idéia exigia prontos trabalhos na casa; e assim era preciso que a administração econômica do novo estabelecimento entrasse em exercício logo e antes de funcionar o colégio, que devia abrir as suas portas à mocidade estudiosa no ano seguinte, que era o de 1838.

O Governo nomeou, pois, um tesoureiro, entendendo que cumpria libertar a Câmara Municipal daquela administração alheia das atribuições dela.

Então, o vereador Filipe Ribeiro da Cunha exibiu na Câmara Municipal, nesse tempo presidida pelo atual conselheiro Francisco Gomes de Campos, as suas contas escrituradas com clareza, precisão e minuciosidade em um *in-folio* que deve se achar no respectivo arquivo e do qual se deprendia que haviam custado as obras feitas no seminário, inclusive a Casa nº 66 da Rua Estreita de S. Joaquim, casa em que depois habitaram os reitores do Imperial Colégio de Pedro II, para cima de cem contos de réis, e que ficavam no corpo da igreja cerca de dez contos de réis em materiais que se destinavam à conclusão do templo.

Filipe Ribeiro da Cunha tinha tomado amor ao seminário e interessava-se tanto pelo adiantamento das obras que fiscalizava, que por vezes não poupava a sua própria bolsa, ocupava-se dessa comissão como si de seus próprios negócios tratasse, e, segundo consta, causou-lhe um pesar profundo o ver passar a outrem o cuidado daquela administração.

Entendo que o Governo procedeu acertadamente tirando à Câmara Municipal uma tarefa que não lhe era própria. Pena foi, porém, que não se lembrasse de aproveitar uma vontade tão decidida e uma dedicação tão provada como a do vereador Filipe Ribeiro da Cunha, que pronto se mostraria a continuar a prestar bons serviços.

Termina aqui a história do seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim, e vai começar agora a do Imperial Colégio de Pedro II.

Mas por certo que incompleta eu deixaria aquela, se me esquecesse de dar conta do patrimônio dos pobres órfãos, patrimônio formado à custa de doações e de esmolas feitas determinadamente aos pobres órfãos, e não devidas ao Governo.

Esta informação é indispensável por duas razões.

Primeira, porque ela há de servir-me para base de uma argumentação que terei de apresentar.

Segunda, porque com a propriedade alheia e com o dinheiro dos outros não se brinca, e é preciso muita clareza a tal respeito.

Termino, pois, este passeio transcrevendo a nota seguinte, que oferece perfeito esclarecimento sobre o patrimônio de que falo.

Próprios do Imperial Colégio de Pedro II inventariados em 24 de outubro do ano de 1838, com seus valores e rendimentos.

Rua das Violas – Uma morada de casas de sobrado de duas janelas, nº 102. Está alugada a Gabriel José Gonçalves Pereira Bastos:

Rende por ano	96\$000
Valor do prédio na razão de 5% (sobrado)	3:360\$000

Loja do sobrado acima, alugada a Manuel Antônio da Silva:

Rende por ano	168\$000
Seu valor na razão de 5%	1:920\$000

Rua das Violas – Uma morada de casas de sobrado de duas janelas nº 104. Está alugada a Antônio Vieira de Sousa Meireles:

Rende por ano	168\$000
Valor do prédio na razão de 5% (sobrado)	3:360\$000

Loja do sobrado acima, alugada a José Paim:

Rende por ano	84\$000
Seu valor na razão de 5%	1:600\$000

Rua da Alfândega – Uma morada de casas térreas com o nº 309. Está alugada a Ventura Simões, preto forro:

Rende por ano	144\$000
Valor do prédio na razão de 5%	2:880\$000

Rua Estreita de S. Joaquim – Uma morada de casas de sobrado com cinco janelas de peitoril, e as lojas com três janelas e corredor separado, nº 66. Estão alugadas à condessa Sustrouvil:

Rende altos e baixos por ano	482\$000
Valor do prédio na razão de 5%	8:640\$000

Apólices entregues na recebedoria do município:

163 do valor de	1:000\$000 cada uma
2 do valor de	400\$000 cada uma

Já se vê que os pobres órfãos de S. Joaquim não eram ou não estavam tão pobres, como se podia supor.

IV

O antigo seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim tinha chegado a uma situação tal em 1837 que, ou existia apenas em nome, ou se estava debatendo na extrema fatal da mais triste agonia.

O príncipe o Sr. D. Pedro, regente e depois primeiro Imperador do Brasil, o havia regenerado em 1821, sem poder, contudo, engrandecê-lo. O ministro do Império Lino Coutinho, em 1831, viera mudar-lhe a natureza e os fins, sem conseguir por esse meio resultados animadores. E o tempo acabava por demonstrar que a instituição não podia ir adiante.

Abandonar o seminário nessa agonia longa e cruel seria, além de uma impiedade inexplicável, um erro grave, que deixaria perder o rendimento dos patrimônios, que felizmente se conservava sempre. Reanimá-lo com as suas mesquinhas condições fora um cuidado que pouco proveito oferecia.

O ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, na regência do Sr. Pedro de Araújo Lima, atual marquês de Olinda, fazendo converter o seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim em um grande colégio de instrução secundária, a que deu o nome de Imperial Colégio de Pedro II, realizou uma reforma digna dos maiores elogios e capaz de satisfazer todas as exigências do país.

Fez mais do que pudera fazer o Governo do príncipe regente o Sr. D. Pedro. Porque, salvando e mantendo a instituição, lhe deu um imenso desenvolvimento, criando um bacharelado em letras onde somente se conseguia aprender latim e cantochão. E emendou ou corrigiu o erro do ministro Lino Coutinho. Porque restabeleceu a instituição com a sua primitiva natureza e com fins, embora muito mais elevados, legítimos e próprios, correspondentes ao pensamento, que devia sempre ter dirigido aquele estabelecimento.

A data do decreto que criou o Imperial Colégio de Pedro II é, como já ficou dito, de 2 de dezembro de 1837, dia aniversário natalício de S. M. o Imperador. A inauguração, porém, do colégio somente foi efetuada a 25 de março do ano seguinte.

O tempo que correu entre 2 de dezembro de 1837 e 25 de março de 1838 foi empregado ativamente em melhorar e aumentar os cômodos da casa do antigo seminário de S. Joaquim, continuando as obras ainda depois por muitos meses, e tanto empenho mostrava o ministro Vasconcelos em vê-las acabadas, que, apesar de atarefado com as pastas ministeriais do Império e da Justiça, e com a direção da marcha política do gabinete de que era indubitavelmente o chefe, e apesar, enfim, da sua cruel paralisia dos membros superiores e inferiores, apresentava-se repetidas vezes no colégio, ativando os trabalhos com a sua presença e fazendo prontamente desaparecer as dificuldades que se opunham ao rápido desenvolvimento deles.

A 5 de fevereiro de 1858, foi nomeado o 1º prior do Imperial Colégio de Pedro II, e essa nomeação recaiu em D. frei Antônio de Arrábida, bispo de Anemúria. Os novos professores foram nomeados em abril do mesmo ano, tendo sido a 31 de janeiro publicado o regulamento contendo os estatutos do colégio, que compreenderam não menos de 239 artigos, marcando as funções do reitor, vice-reitor, professores e todos os empregados, estabelecendo o plano de estudos, dividindo

o ensino em oito aulas ou anos letivos, em que se devia ensinar gramática portuguesa, latim, grego, francês, inglês, geografia, história, retórica e poética, e filosofia. Matemáticas, compreendendo aritmética, álgebra, geometria, trigonometria e mecânica. Astronomia, História natural, compreendendo zoologia, botânica e mineralogia. Ciências físicas, compreendendo física e química. Desenho e música vocal. Especificando o enxoval dos alunos, as condições para o bacharelado, o regime econômico e tudo, enfim, quanto era de mister que fosse regulado.

Admira em verdade que neste plano de estudos fosse tão completamente esquecida a doutrina da nossa religião e a história sagrada. Mas julgou-se então suficiente incumbir nos estatutos ao capelão do colégio o cuidado de dar instrução religiosa aos alunos nos dias e horas que fossem marcados pelo Regimento Interno, e por fim de contas, se a organização do colégio ressentia-se de pouco religiosa, em compensação foram os eclesiásticos que tomaram logo o supremo Governo do estabelecimento.

Os primeiros professores nomeados foram: de história natural e ciências físicas, o Sr. Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia; de história e geografia, o Sr. Dr. Justiniano José da Rocha; de grego e de retórica, o Sr. Dr. Joaquim Caetano da Silva; de inglês, Diogo Maze; de francês, Francisco Maria Piquet; de filosofia, o Sr. Dr. Domingos José Gonçalves Magalhães; de latim, o Sr. Jorge Furtado de Mendonça; de desenho, o Sr. Manuel de Araújo Porto Alegre; de música, o Sr. Januário da Silva Arvelos.

A simples menção dos nomes do reitor e dos professores com os quais se ia inaugurar o Imperial Colégio de Pedro II devia bastar para os primeiros fundamentos do crédito do estabelecimento. Porque, em geral eram os nomeados ou recomendáveis por sua capacidade já provada nas matérias que tinham de ensinar, ou por sua reconhecida ilustração, e alguns eram até com razão considerados notabilidades.

É triste a idéia de que no Imperial Colégio de Pedro II se encontre hoje apenas um único desses dez escolhidos para a direção do estabelecimento e para o ensino das matérias de que constava o plano dos estudos. Alguns vivem ainda, felizmente, seguindo, porém, diversas carreiras. Os outros a morte já os fez desaparecer da Terra.

O distinto professor de latim o Sr. Jorge Furtado de Mendonça é o último representante dessa bela família literária que teve a glória de inaugurar o Imperial Colégio de Pedro II.

Ainda mais do que o desejo de abundar em esclarecimentos e explicações, um verdadeiro amor fraternal⁶² me convida com ardor a marcar com minuciosidade todas as mudanças que têm havido no pessoal da reitoria, vice-reitoria e professorado do Imperial Colégio de Pedro II, e muito mais me impõe o dever de visitar os jazigos dos reitores e professores que pagaram o tributo à morte; mas esse empenho me levaria agora muito longe, e eu prefiro dedicar a esse assunto um passeio especial.

No dia 12 de março de 1838 tiveram princípio os exames preparatórios dos alunos que se apresentavam para matricular-se no novo colégio, e esses exames estenderam-se até ao dia 30 do mês seguinte.

O decreto da criação deste importante colégio trouxe a data do dia aniversário natalício de Sua Majestade o Imperador o Sr. D. Pedro II. O dia da inauguração do patriótico estabelecimento foi o do aniversário do juramento da Constituição do Império, e portanto, sob gloriosos auspícios nasceu e começou ele.

Na manhã do dia 25 de março de 1838, o atual Sr. marquês de Olinda, então regente do Império, e todo o Ministério, que se compunha de Bernardo Pereira de Vasconcelos e dos Srs. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, depois marquês de Abrantes, Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, Antônio Peregrino, Maciel Monteiro⁶³ e Sebastião do Rego Barros, dirigiram-se ao antigo seminário de S. Joaquim, e no meio de um numeroso concurso de cidadãos assistiram e presidiram às cerimônias da inauguração do Imperial Colégio de Pedro II.

A inauguração do colégio precedeu mais de um mês ao começo dos trabalhos do ensino.

No dia 27 de abril principiaram a entrar para o colégio os alunos internos, cujo número chegou apenas a trinta no fim de maio, faltando ainda cinco dos que tinham sido aceitos. No número desses trinta

62 Creio que não tinha necessidade de dizer que o autor destes passeios é um e o mais obscuro dos professores do Imperial Colégio de Pedro II. – Nota do autor.

63 Barão de Itamaracá.

contavam-se sete pobres e gratuitos. No maior dos dormitórios, que então já se achavam preparados, podiam caber mais cinco leitos do que os que eram necessários para acomodar os alunos internos apresentados.

O colégio oferecia já proporções para receber sessenta e cinco pensionistas.

As aulas abriram-se no dia 2 de maio, notando-se algumas irregularidades, que foram pela maior parte devidas à falta de compêndios e livros apropriados para os estudos das diversas matérias.

O estado sanitário dos colegiais foi se mostrando satisfatório e o médico Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia, professor de ciências naturais, prestou-se a tratar gratuitamente alguns alunos, que foram acometidos de erupções de pele, aliás pouco importantes.

É completamente inútil dizer que durante os primeiros meses o serviço interno do colégio ressentia-se de muitas faltas, que foram pouco a pouco desaparecendo.

Já lá vão vinte e três anos depois do dia 25 de março de 1838, dia de festivo triunfo das letras e de faustosa conquista civilizadora, e no correr desses vinte e três anos a experiência e a sabedoria têm introduzido tantas reformas e modificações nos estatutos e planos de estudos do Imperial Colégio de Pedro II, que a história de todas essas mudanças, inovações e aperfeiçoamentos exigiria longos artigos para ser completamente desenvolvida e bem acabada.

Tenho medo de fatigar a paciência dos meus companheiros de passeio, e por isso, prefiro resumir toda a história a que me refiro, apontando simplesmente as datas e as matérias dos decretos e atos mais importantes do Governo em relação ao Imperial Colégio de Pedro II.

Submeto-me, portanto, à cruel necessidade de escrever um mal arranjado índice da legislação do colégio. Quem não tiver coragem para acompanhar-me neste trabalho pode dar por terminado o passeio de hoje, e deixar-me só, navegando por este *mare magnum*.

Eu principio.

Decreto de 2 de dezembro de 1837, convertendo o seminário de São Joaquim em Imperial Colégio de Pedro II.

Decreto de 31 de janeiro de 1838, dando regulamento ao Imperial Colégio de Pedro II.

Decreto de 5 de fevereiro de 1838, nomeando D. frei Antônio de Arrábida, bispo de Anemúria, reitor do Imperial Colégio de Pedro II.

29 de abril de 1838, data das nomeações dos primeiros professores do colégio.

Decreto de 14 de fevereiro de 1839, tomando novas disposições a respeito do enxoval dos alunos.

Decreto de 24 de março de 1839, revogando a disposição que determinava ser necessária a licença do Governo para a matrícula dos alunos que tivessem mais de 12 anos de idade.

Decreto de 4 de outubro do mesmo ano, nomeando uma comissão composta do bispo de Anemúria, bispo eleito do Rio de Janeiro e do Senador José Saturnino da Costa Pereira, para propor as alterações convenientes aos estatutos do colégio.

Decreto de 1º de fevereiro de 1841, estabelecendo novo plano de estudos, dividindo o curso em sete anos, devendo ensinar-se, no primeiro ano, gramática portuguesa, latim, francês, desenho e música. No segundo, latim, francês, inglês, geografia, desenho e música. No terceiro, latim, francês, inglês, alemão, geografia e história antiga, desenho e música. No quarto, latim, francês, inglês, alemão, grego, geografia e história romana, desenho e música. No quinto, latim, francês, inglês, alemão, grego, geografia e história média, aritmética e álgebra, zoologia e botânica, desenho e música. No sexto, latim, francês, inglês, alemão, grego, geografia e história moderna, retórica e poética, filosofia, geometria e trigonometria, física e química, desenho e música. No sétimo, latim, francês, inglês, alemão, grego, geografia antiga e história do Brasil, retórica e poética, filosofia, cosmografia e cronologia, mineralogia e geologia, zoologia filosófica, desenho e música. Convém saber que este plano de estudos foi proposto pelo Sr. Dr. Joaquim Caetano da Silva, então reitor do colégio.

Decreto de 21 de janeiro de 1842, mandando dispensar do enxoval de entrada os alunos cujos pais preferissem tomar a seu cargo dar-lhes a roupa.

Decreto de 7 de novembro do mesmo ano, suprimindo o banquete que, segundo o art. 135 do regulamento de 31 de janeiro de 1838, era dado aos professores e aos alunos que acabavam de tomar o

grau de bacharéis, no dia da distribuição dos prêmios. Entretanto, ainda alguns anos depois do de 1842, houve o banquete de que se trata.

Carta da lei de 30 de agosto de 1843, determinando que os bacharéis em letras do Imperial Colégio de Pedro II, ficavam isentos dos exames preparatórios nas academias do império.

Decreto de 20 de dezembro de 1843, estabelecendo a maneira de se conferir o grau e de se passarem as cartas de bacharéis, pouco mais ou menos nos seguintes termos:

“Apresentado o bacharelado pelo reitor ao ministro do Império em ato solene a que assistirá o conselho colegial, etc., prestará de joelhos o juramento seguinte sobre os santos Evangelhos – Juro respeitar e defender constantemente as instituições pátrias, concorrer quanto me for possível para a prosperidade do Império, e satisfazer com lealdade as obrigações que me foram incumbidas.

“Em seguida, o ministro do Império pôr-lhe-á na cabeça o barrete (de cetim branco e franja da mesma cor) da faculdade de letras, dizendo-lhe: – Dou-vos o grau de bacharel em letras, que espero honreis tanto quanto o soubestes merecer.

“O diploma consistirá em uma folha de pergaminho, contendo impressos: 1º, o título de aptidão, em que se declarará que foi aprovado em todas as matérias do curso de estudos, depois o da filiação, naturalidade e idade, certificando-se os prêmios que obteve, passado e assinado pelo reitor, vice-reitor e mais membros do conselho colegial, selado com o selo do colégio pendente de uma fita branca; 2º, o diploma propriamente dito, assinado pelo ministro do Império, conferindo ao bacharelado as prerrogativas da lei de 30 de agosto de 1843, e as que lhe forem garantidas por outras, com o selo das armas imperiais pendente de uma fita branca.”

Decreto de 25 de abril de 1844, declarando sem efeito o de 20 de dezembro de 1843 (é o precedente), e dando novas providências sobre o modo da colação do grau e de se passarem as cartas de bacharéis. Devendo o diploma consistir em uma folha de pergaminho, contendo impressa na primeira página interior a certidão passada pelo reitor, vice-reitor e mais membros do conselho colegial, em que se declarará que o bacharelado foi aprovado em todas as matérias do curso de estudos, os prêmios que obteve, sua idade, filiação, naturalidade e, na página

seguinte, a carta mandada passar pelo ministro do Império, e por ele assinada, na qual se declarará a idade, filiação e naturalidade do bacharelado, e que em consequência da apresentação feita pelo reitor e do título de aptidão obtido pelo bacharelado, lhe conferira o grau e lhe mandara passar o diploma para com ele gozar das prerrogativas da lei de 30 de setembro de 1843 e de outras que lhe forem garantidas pelas leis, levando o diploma o selo das armas imperiais, que será imposto sobre duas fitas, uma das cores nacionais, que ficará por cima de outra, e na qual se imprimirá a parte do selo que tiver as ditas armas, e a outra fita branca, que levará a parte do selo que tiver as armas do colégio.

Quanto à cerimônia da colação do grau, dispõe o decreto o seguinte: “Logo depois da distribuição dos prêmios aos alunos, o reitor, levantando-se e dizendo: ‘Principia o ato da colação do grau de bacharel em letras’ – apresentará os bacharelados ao ministro do Império, que recebe deles o juramento que se segue, prestado sobre os Santos Evangelhos e de joelhos. ‘Juro manter a religião do Estado, obedecer e defender a S. M. o Imperador, o Sr. D. Pedro II e as instituições pátrias, concorrer quanto me for possível para a prosperidade do império e satisfazer com lealdade as obrigações que me forem incumbidas.’ Em seguida, o ministro do Império proclamará bacharel em letras o candidato que ainda se conservava de joelhos, e pondo-lhe o barrete na cabeça lhe dirá: ‘A lei vos declara bacharel em letras, cujo grau espero honreis tanto quanto o haveis sabido merecer.’”

Eu quisera achar-me habilitado para informar os meus companheiros de passeio a respeito do tempo que empregou o ministro do Império, em 1844, para preparar e meditar esta reforma do decreto de 20 de dezembro de 1843. Como, porém, não estou suficientemente informado sobre este importantíssimo ponto, fique o mundo na ignorância e privado da resolução de tão grave problema.

Em relação aos diplomas dos bacharéis, fizeram-se ainda, por aviso de 12 de janeiro de 1858, algumas alterações que não passaram de mudanças de palavras e uma indispensável alteração nas assinaturas, sendo o inspetor geral de instrução pública primária e secundária do município da corte quem somente com o reitor passou a assinar o título de aptidão.

Decreto de 25 de março de 1849, dividindo as cadeiras de latim e de história em duas.

Carta de lei de 17 de setembro de 1851, autorizando a venda em hasta pública dos prédios pertencentes ao patrimônio do colégio, convertendo-se o seu produto em apólices.

Aviso de 12 de fevereiro de 1852, dando providências sobre o regime interno do colégio.

Decreto de 6 de março de 1852, mandando pôr em execução as instruções de 4 do mesmo mês para o regime econômico e administrativo do colégio.

Artigo 20 da carta de lei de 28 de agosto de 1853, exonerando o colégio do pagamento de décima dos seus prédios.

Aviso de 13 de fevereiro de 1854, determinando as formalidades com que devem ser feitos os exames.

Decreto de 17 de fevereiro de 1854, reformando a instrução primária e secundária no município da corte.

Decreto de 17 de fevereiro de 1855, aprovando novos estatutos para o colégio, e neles estabelecendo novo plano de estudos. Este, porém, foi tão depressa modificado, que não julgo necessário apresentá-lo aqui.

Decreto de 24 de outubro de 1857, dividindo o Imperial Colégio de Pedro II em externato e internato, marcando novo plano de estudos, criando uma cadeira especial de história e corografia do Brasil, e tomando muitas outras e importantes providências.

O novo plano de estudo, que é o que ainda hoje se observa, é o seguinte. Primeiro ano: doutrina cristã, história sagrada, leitura e recitação de português, exercícios ortográficos, gramática nacional, gramática latina, francês, compreendendo-se simplesmente gramática, leitura e versão fácil; aritmética, abrangendo tão-somente os princípios elementares, definições e as quatro operações sobre números inteiros; geografia, compreendendo unicamente a explicação dos principais termos técnicos e das divisões gerais do globo.

Segundo ano: latim, versão fácil e construção de períodos curtos com o fim de aplicar e recordar as regras gramaticais; francês, versão, temas e conversa; inglês, compreendendo simplesmente gramáti-

ca, leitura e versão fácil; aritmética, continuação até proporções; geografia, continuação (Ásia e África).

Terceiro ano: latim versão gradualmente mais difícil, exercícios gramaticais e temas; francês, composição, aperfeiçoamento do estudo da língua, inglês, versão mais difícil, temas; aritmética, continuação até ao fim; álgebra, até equações do 2º grau; geografia, continuação (Europa, América e Oceania); história da Idade Média.

Quarto ano: latim, versão, temas; inglês, versão, temas; geometria elementar, história moderna e contemporânea, corografia e história do Brasil, botânica e zoologia.

Quinto ano: latim, versão de autores mais difíceis, temas; inglês, composição, conversa, aperfeiçoamento do estudo da língua; trigonometria retilínea; continuação e repetição da corografia e história do Brasil; física e repetição da botânica e zoologia; grego, alemão, compreendendo apenas gramática, versão fácil.

Sexto ano: latim, continuação das matérias do ano anterior; grego, versão, temas fáceis; alemão, temas fáceis, conversa; italiano; filosofia, compreendendo a lógica e a metafísica; retórica, regras de eloquência e de composição; história antiga; química e repetição de física.

Sétimo ano: latim, composição, aperfeiçoamento do estudo da língua; grego, versão mais difícil, temas; alemão, versão, temas, conversa; filosofia moral e história resumida dos sistemas comparados de filosofia; retórica e poética; análise e crítica dos clássicos portugueses, composição de discursos, narrações, declamação; história da literatura portuguesa e nacional, repetição de química, mineralogia e geologia.

Decreto de 22 de julho de 1859, criando a cadeira de doutrina cristã e história sagrada.

Aviso de 10 de agosto de 1860, mandando recolher ao tesouro nacional as apólices do colégio, ficando a cargo do mesmo tesouro a arrecadação do rendimento do patrimônio e das pensões e matrículas dos alunos do colégio, e determinando que o pagamento dos professores, empregados e fornecedores do colégio se efetuasse naquela repartição, ficando em poder do tesoureiro o dinheiro necessário para as despesas miúdas.

Decreto de 17 de novembro de 1860, suprimindo a tesouraria do colégio.

Portaria de 19 de junho de 1861, marcando as atribuições do escrivão do colégio.

E pára aqui o meu índice.

Pára, sim. E em vez de bocejardes de impaciência e de fadiga, olhai-me com gratidão, e abri a boca somente para agradecer-me o favor que vos fiz, deixando de ajuntar a meu índice não poucos avisos e portarias do governo que se referem ao Imperial Colégio de Pedro II, e que não mencionei porque entendi que não tinham importância para entrar na história desse estabelecimento.

Agradecei-me, pois, que eu vos prometo ser um pouco menos árido no próximo passeio.

V

Rematei o nosso último passeio apresentando, em rápido quadro, o transunto de toda a legislação e das mais importantes deliberações do governo relativas ao Imperial Colégio de Pedro II. Não fiz, porém, observação alguma a respeito de matérias tão interessantes, porque receei morrer afogado, metendo-me nesse *mare magnum*.

Entretanto, há no meio de toda essa longa série de medidas, há no sistema, aliás muito complexo do colégio algumas idéias que ainda estou em tempo de considerar e cujo elevado alcance exige menção menos ligeira e mais séria.

Como ficou claramente exposto na simples determinação do plano de estudos do colégio, está adotado neste estabelecimento o sistema do ensino simultâneo, e são, portanto, os alunos obrigados a estudar diversas matérias cujo número vai sempre avultando e crescendo à medida que eles vão subindo aos anos superiores. Este sistema, aliás tão conhecido como justamente preconizado na Europa culta, ainda não pôde no Brasil triunfar das prevenções de muitos críticos que, aferrados à velha usança que não abria aos estudantes as portas da lógica sem trancar sobre eles o portão do latim, nem lhes permitia resolver os problemas de Euclides sem que tivessem primeiro tirado todas as consequências do Genuense, esses críticos, repito, não compreendem que um menino possa estudar tanta coisa ao mesmo tempo, e sem mais tir-te nem guar-te, condenam por absurdo o ensino simultâneo.

É tempo perdido atacar com argumentos esta opinião prevenida. A lição da experiência há de destruí-la pouco a pouco, e em verdade sobram já os fatos que depõem contra ela.

É justo, porém, fazer uma concessão à trilha, que é ainda uma senhora de grande poder no Brasil, onde conta numerosos apaixonados, apesar das suas rugas e cabelos brancos.

O antigo sistema servia a todos e para todos. As inteligências, ainda as mais mesquinhas, conseguiam no fim de longos anos entender o seu Horácio, e adivinhar no sermão do padre-mestre professor de retórica as figuras de Quintiliano. E, pelo contrário, no ensino simultâneo seguido no Imperial Colégio de Pedro II, não podem aproveitar bastante as inteligências menos que medíocres.

Mas que se deve concluir daqui? Concluam outros como entenderem. Eu, porém, tenho para mim que isso abona ainda mais o sistema de ensino simultâneo em um curso de bacharelado em letras.

O jovem que quer ter o curso do bacharelado em letras pretende naturalmente seguir uma carreira literária e nessa carreira não aproveitam ao país senão aqueles que têm uma inteligência pelo menos medíocre e, por conseqüência, o Imperial Colégio de Pedro II, com o seu sistema de ensino simultâneo, tem um fim duplamente útil. Porque, ao mesmo tempo que facilita o progresso das inteligências felizes, faz com que desanimem no princípio da carreira literária os desfavorecidos da natureza, os pobres de espírito, os moços sem capacidade intelectual, que, por fim de contas, ainda conseguindo uma borla e um capelo, nunca passam de doutores de letras gordas, e trelêem, porque pensam que sabem o que ignoram e porque supõem que uma borla e um capelo encham de idéias uma cabeça que nunca as teve.

Não vão concluir que eu entenda que se deva criar o impossível diante daqueles que, não tendo bastante capacidade para aprender, procuram com um estudo assíduo e com a mais louvável constância triunfar da sua natureza mesquinha. A esses convirá seguir o antigo sistema de ensino, e ninguém se lembrará de ir dizer-lhes que não o sigam.

Ouvi. Mas não creio que havia quem pensasse, ou que há homens importantes que acreditam na conveniência de se dificultar a carreira das letras aos pobres de fortuna. É uma teoria que bem merecia o

título de infernal. Não é aos pobres de fortuna: é aos pobres de espírito que convém não facilitar a carreira literária.

O templo das letras não se abre com chaves de ouro. Abre-se com as chaves da inteligência e da capacidade.

Estou convencido de que, não o sistema de ensino, mas o plano de estudos do Imperial Colégio de Pedro II, precisa ainda de revisão e de aperfeiçoamento. Não é, porém, aqui o lugar próprio para discutir esta matéria, que exige um exame muito desenvolvido.

A reforma que dividiu o Imperial Colégio de Pedro II em dois estabelecimentos, internato e externato, foi de suma vantagem para a disciplina, que apesar da mais constante vigilância, não podia ser sempre perfeita e isenta de inconvenientes em consequência da comunicação entre os alunos internos e externos. E a resolução que mandou os mesmos professores lecionar em um e outro estabelecimento atendeu à necessidade de se uniformizarem os estudos das duas casas de uma única instituição.

Do que deixo enunciado transpira sem dúvidas nem sombras a minha opinião sobre o Imperial Colégio de Pedro II, opinião conscienciosa e sem o menor vislumbre de parcialidade embora me quisessem achar motivos de suspeição.

Há, porém, ainda um ponto da questão que tem evidente interesse.

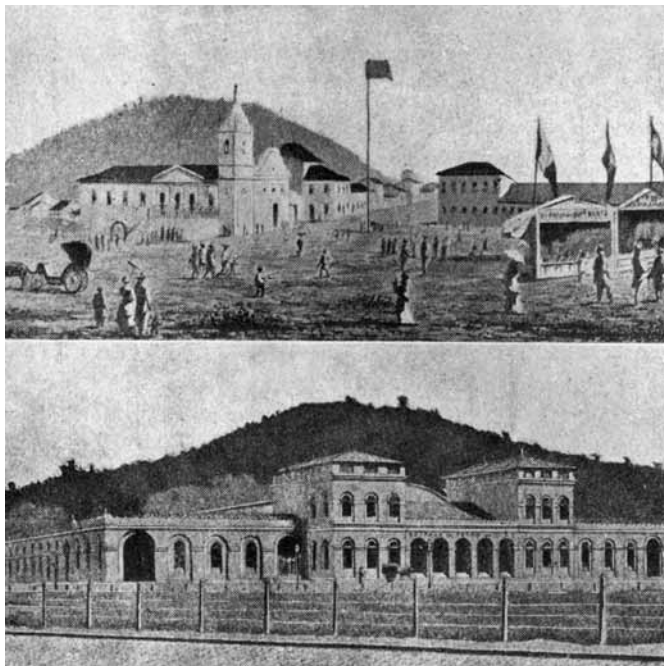
Pensam alguns, e quiçá foi escrito em algum periódico, que a fundação do Imperial Colégio de Pedro II importou em violento esbulho da propriedade dos pobres órfãos de S. Joaquim. Porque, de fato, o colégio tomou conta do seminário de S. Joaquim e de quanto a ele pertencia.

Não me parece justo este pensar.

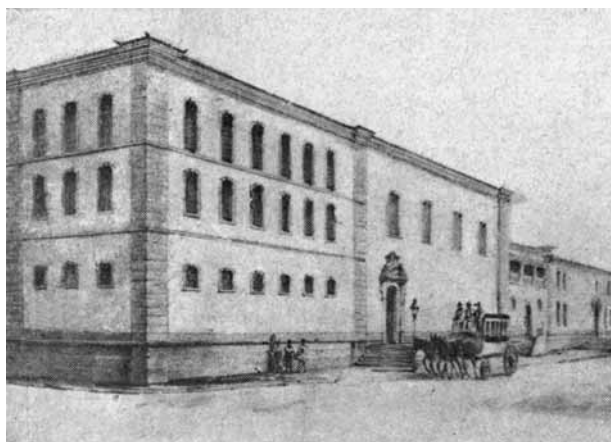
A instituição do seminário dos órfãos de S. Pedro teve por fim proporcionar àqueles desvalidos da fortuna alguma educação literária, e se quiserem, tendente com especialidade e facilitar-lhes a carreira eclesiástica.

Mas o seminário de S. Joaquim tinha caído em completa decadência, e nem os bons desejos do príncipe regente, depois primeiro imperador do Brasil, puderam fazê-lo prosperar.

A reforma do ministro Lino Coutinho viera mudar até a natureza da instituição.



No primeiro plano: a antiga igreja matriz da Freguesia de Santana em dia da festa do Divino Espírito Santo. No segundo plano: a primitiva estação da Cia. Estrada de Ferro D. Pedro II, construída no mesmo local daquela igreja, no campo da Aclamação



Convento da Ajuda, vendo-se uma gôndola da linha de Botafogo

A essa reforma seguiu-se mais do que a decadência, seguiu-se a ruína.

A fundação do Imperial Colégio de Pedro II aproveitou o que se estava perdendo, e não só regenerou o seminário, mas ainda engrandeceu-o muito notavelmente.

A natureza primitiva da instituição não foi ferida ou o foi apenas no esquecimento da aula de cantochão, que não supponho ser necessária, quando há no colégio uma excelente aula de música onde se pode aprender bastante para ficar depois um grande cantochonista em poucos dias.

Enfim, os alunos do colégio, tomando o seu barrete de bacharéis, podem ir ser padres de muito mais préstimo do que chegariam a sê-lo os antigos seminaristas de S. Joaquim, se não tivessem fora da casa mestres que os ilustrassem, e ainda assim mesmo não podiam achar na corte todas as aulas que o Colégio de Pedro II oferece.

Conseqüentemente, não houve esbulho debaixo do ponto de vista em que acabei de tomar a questão.

Mas infelizmente houve e há uma injustiça que é preciso tornar bem clara para que seja reparada.

Houve e há uma injustiça. Porque o seminário e as suas propriedades eram dos pobres órfãos e não se atendeu nem ainda se atende bastante aos direitos dos pobres órfãos.

Até 1854, eram admitidos no Imperial Colégio de Pedro II até doze alunos internos gratuitos, que deviam ser órfãos pobres.

O regulamento para o Imperial Colégio de Pedro II, de 17 de fevereiro de 1855, diz no

“Art. 14 – O governo poderá mandar admitir gratuitamente, ouvido o reitor do colégio, até vinte alunos internos (art. 90 do decreto de 17 de fevereiro de 1854), dos quais doze serão órfãos reconhecidamente pobres.

“Além destes serão preferidos:

“1º – Os filhos de professores públicos que tiverem servido bem por dez anos.

“2º – Os alunos pobres que nas escolas primárias se tenham distinguido por seu talento, aplicação e moralidade.”

Por consequência, há para os pobres órfãos doze lugares internos gratuitos.

Entendo eu que o governo, já por consideração ao direito de propriedade que assiste aos pobres órfãos e já por princípio de caridade, não pensou em amesquinhar o favor que fez aos pobres órfãos, calculando-o pela renda dos bens que a estes pertenciam.

Suponhamos, porém, que os doze pobres órfãos alunos internos gratuitos fossem contribuintes, e vejamos quanto pagariam.

As pensões anuais dos doze alunos importariam em	5:040\$000
Os seus enxovais custariam provavelmente.	<u>7:200\$000</u>
Total da despesa.	12:240\$000

Examinemos agora a quanto chega o rendimento dos bens e propriedades dos órfãos pobres de S. Joaquim, bens e propriedades que passaram para o Imperial Colégio de Pedro II:

A casa em que está o externato não seria alugada pelo governo por menos de quatro contos de réis. Estão vendo que eu vou alugando a casa por um preço desastrosamente barato. Mas o governo é bom freguês, e portanto, lá vai	4:000\$000
Aluguel de três prédios	1:800\$000

A quarta parte de nove prédios administrados pela Ordem Terceira da Penitência, conforme a instituição legada pelo benfeitor Medela ⁶⁴	4:763\$500
Juros de apólices provenientes da permuta de prédios	<u>9:828\$000</u>
Somando, enfim, tudo, nada menos que	20:391\$500

E por consequência, aí estão os doze pobres alunos internos gratuitos, sendo realmente mais contribuintes do que os contribuintes. Porque concorrem para as despesas do colégio com uma soma igual à que despendem os alunos pensionistas, e dão ainda mais de oito contos, cento e cinqüenta e um mil quinhentos, isto é, a quantia necessária para

64 Inácio da Silva Medela, fundador, com Romão de Matos Duarte, da Casa dos Expostos, em 14 de janeiro de 1738.

pagar as pensões anuais e os enxovais de mais quase oito alunos internos!

E chamam-se tais alunos, alunos gratuitos!

Eu não sei o que se há de dizer a isto. Porquanto as propriedades de casas que ainda existem, as casas que se venderam e cujo produto se empregou em apólices, e o edifício em que se acha estabelecido o externato do Imperial Colégio de Pedro II, foram o fruto de doações, de legados e de esmolas, que pertencem determinadamente e por declaração explícita dos benfeitores aos pobres órfãos de S. Joaquim, não somente aos que então existiam, mas aos que se fossem sucedendo uns aos outros, para se aproveitarem daqueles atos de beneficência e de caridade.

E a coisa ainda é pior do que se pensa, e do que mostrei até aqui.

Devo dizer a verdade, e hei de dizê-la.

É um erro supor que esses mal chamados doze lugares internos gratuitos têm sido sempre dados a pobres órfãos e por estes aproveitados.

Desde longa data, desde os primeiros tempos do Imperial Colégio de Pedro II, o patronato arrancou lugares dos pobres órfãos para dá-los de presente a meninos que não eram órfãos, e que muitas vezes nem eram pobres!

E os doze lugares iam-se deste modo reduzindo... reduzindo... Deus sabe a quantos! Reduziam-se na razão inversa da extensão do patronato, que em alguns anos chegou a ser escandaloso.

Já até se observou que um ministro mandasse matricular como aluno interno gratuito um menino que o reitor informara não estar nas condições da lei para merecer um tal favor!

E vá a responsabilidade de semelhantes abusos a quem toca.

Não são os reitores do colégio os culpados de semelhantes esbulhos dos lugares dos pobres. Os reitores são apenas ouvidos a respeito das condições dos pretendentes, que raramente eles conhecem, e o ministro do Império vai repartindo essa fatia de pão de rala dos pobres pelos filhos de quem tem melhores padrinhos.

E bom é, quando um órfão pobre acha padrinho.

Não me seria impossível apontar o caso de um personagem altamente colocado na escala social que, em anos passados, usurpou o lugar de um pobre órfão, um lugar gratuito no Imperial Colégio de Pedro II para seu filho!

E hoje, ou dão-se ainda, ou podem dar-se todos esses abusos, e podem ou não admitir-se doze órfãos pobres no Imperial Colégio de Pedro II, podem até negar-se a eles, um, dez ou todos os doze lugares. Porque o governo tem a seu favor a lei que fez para o colégio e para si. Porque o art. 14 do regulamento de 17 de fevereiro de 1855 diz: “O governo poderá mandar admitir gratuitamente”, e portanto manda, se quer mandar, ou quando quer mandar.

E os órfãos pobres que concorrem para a receita do Imperial Colégio de Pedro II com uma soma que se eleva a mais de vinte contos de réis estão na dependência de um “poderá mandar” do governo, para que doze dentre eles se aproveitem da instrução que os seus rendimentos pagam sem o menor favor, para ser dada a dezenove ou vinte pensionistas do mesmo colégio.

Sou o primeiro a defender o Imperial Colégio de Pedro II das increpações infundadas que lhe fazem críticos levianos e detratores de mau gosto. Mas não posso escurecer esta injustiça do governo, injustiça tanto mais censurável quanto é ofensiva dos direitos daqueles que contam a seu favor menos proteção e menos patronos.

Em toda a parte os ricos pagam para os pobres, e é incrível, mas certo e positivo, que no Imperial Colégio de Pedro II os pobres estão pagando para alguns ricos!

E que pobres? Os órfãos! Os órfãos que devem merecer toda a caridade na Terra. Por isso mesmo que não têm por si nem o encanto do amor, nem os milagres da providência de seus pais.

Indubitavelmente o governo ainda não meditou na injustiça enorme e na inconveniência de semelhante prática e de tais abusos. A minha voz, porém, será ouvida por ele, e os pobres órfãos serão mais bem atendidos no Imperial Colégio de Pedro II.

Dêem-lhes o que de direito lhes pertence, ao menos, e ninguém mais falará em esbulho com aparência de fundamento.

Em uma palavra: a fundação do Imperial Colégio de Pedro II foi de suma utilidade e honra o governo que a determinou. E o fato de terem passado para esse estabelecimento os bens e propriedades do antigo seminário dos pobres órfãos de S. Joaquim não pode ser considerado um despojamento. Porque o produto dessas propriedades é empregado em um fim idêntico e com um desenvolvimento muito maior. Infelizmente, porém, parece tomar o caráter de esbulho, porque é positivo e inegável que os pobres órfãos não se aproveitam do que é seu, não têm no Imperial Colégio de Pedro II a parte que deviam ter.

O regulamento de 24 de outubro de 1857, alterando algumas disposições dos anteriores relativos aos estudos de instrução secundária do município da corte, veio, quanto a mim, trazer também um grande mal aos meninos pobres da nossa capital com uma medida menos bem pensada que levou a efeito.

Havia antes dessa data, espalhadas pela cidade, algumas aulas avulsas de instrução pública secundária, uma de latim, uma de filosofia, e alguma outra ainda, e os meninos pobres que não podiam seguir o curso de estudos do Imperial Colégio de Pedro II achavam ao menos naquelas aulas alguns recursos, embora mesquinhos, para cultivar suas inteligências.

Era um benefício já feito, um benefício antigo, a que as classes pobres tinham adquirido um certo direito.

O regulamento de 24 de outubro de 1857 determinou o seguinte, no seu

“Art. 3º – O externato será estabelecido no edifício em que ora se acha o Colégio de Pedro II.

“Logo que for criado este colégio, ficam cessando as aulas avulsas das cadeiras de instrução pública secundária atualmente existentes no município da corte, na conformidade do Decreto nº 630, de 17 de setembro de 1851. Art. 1º, Disp. 7ª.”

Não é preciso dizer que o externato a que se refere este artigo é o do Imperial Colégio de Pedro II.

À primeira vista, parece que a disposição do artigo que copiei não apresenta o menor inconveniente. Porque no externato se encontram todas as aulas que se fizeram cessar e muitas outras ainda, e porque

o art. 23 daquele mesmo regulamento declara que os alunos externos gratuitos serão admitidos em número indeterminado. Podendo, por consequência, concorrerem todos os meninos pobres ao externato, e matricular-se nas aulas que quiserem. Pois que também isso ficou permitido pelo supracitado regulamento.

Mas o que aparentemente se mostrou sem desvantagem vai depois de breve reflexão parecer o que realmente é: muito prejudicial aos meninos pobres.

Não se trata daqueles meninos pobres que podiam ou podem seguir o curso de estudos do Imperial Colégio de Pedro II. A esses não contrariou de modo algum a disposição do art. 3º do regulamento de 24 de outubro de 1857.

Aqueles, porém, que não tinham meios nem disposições para pretender o bacharelado em letras achavam nessas aulas avulsas uma consolação e um socorro que hoje não encontram mais, pelo menos nas antigas e favoráveis condições.

Dantes, um jovem desfavorecido da fortuna conseguia estudar, por exemplo, latim e filosofia em três ou quatro anos nas aulas avulsas; e hoje, para obter um resultado igual, precisaria estudar sete anos no Imperial Colégio de Pedro II.

As aulas avulsas não estavam sujeitas ao sistema do ensino simultâneo, e os professores, não sendo obrigados a dar às suas lições as proporções convenientes, para não embarçar o estudo de muitas outras matérias, como acontece naquele colégio, faziam progredir rapidamente os seus alunos sem transtorno de um sistema de ensino.

No Colégio de Pedro II, porém, o estudo de cada matéria é moroso, porque não pode deixar de sê-lo, seguindo-se o ensino simultâneo de muitas matérias. E o estudante que deseja aplicar-se ao estudo de uma só matéria erra, porque perde tempo, matriculando-se na aula competente do Imperial Colégio de Pedro II.

Assim, pois, é evidente que a reforma proveniente do art. 3º do regulamento de 24 de outubro de 1857 foi desastrosa para os pobres, e satisfaz apenas uma idéia mesquinha de falsa economia.

O governo devia reconsiderar este ponto da sua última reforma. Cumpria-lhe fazê-lo, não só para dar aos meninos pobres o que eles

já tinham desde longos anos, e de que se viam de súbito privados, como para desmentir aqueles que propalam que se procura muito de propósito dificultar aos pobres a carreira das letras. Cumpria-lhe, e cumpre-lhe fazê-lo enfim, para que nunca se possa julgar e ainda menos dizer que os pobres órfãos e os meninos pobres perderam muito com a fundação de uma das nossas mais belas instituições: o Imperial Colégio de Pedro II.

Reparo agora que este meu passeio correu todo inteiro nos campos imateriais do raciocínio. Desde o começo até à terminação dele não pus uma só vez os pés em terra.

Foi um longo passeio dado sem sair à rua.

Se faltei aos meus compromissos, passeando assim, dou as mãos à palmatória, com a condição de que não seja o governo quem me aplique os bolos, porque o governo seria muito suspeito nos seus juízos sobre este meu passeio.

VI

Nos precedentes passeios contei-vos tão rapidamente quanto me foi possível a história do Imperial Colégio de Pedro II, importantíssima e patriótica instituição que tem as suas primeiras raízes no século passado, descendendo muito legitimamente dos seminários dos pobres órfãos de S. Pedro e de S. Joaquim, de quem não conservou o nome, mas herdou a fortuna.

Entretanto, essa história ficaria incompleta, se eu não vos levasse agora a visitar os edifícios onde se acham estabelecidos o internato e o externato do Imperial Colégio de Pedro II.

Creio que devemos começar pelo externato, que tem por si o direito de antiguidade.

É bem certo que o tal direito de antiguidade torna-se uma verdadeira burla sempre que o patronato se resolve a tomar a peito fazer saltar um mocinho de bigode preto por cima de um veterano de barbas brancas. Mas o patronato é fidalgo de sangue azul, não se abaixa a passear comigo e, portanto, livre dele, posso ainda prosseguir, andando direito.

Além disso, ao internato não se pode ir *calcante pede* sem grande fadiga e incômodo. Enquanto, pois, mando preparar os carros que

nos devem levar ao Engenho Velho, vamos à Rua Larga de S. Joaquim fazer a nossa visita ao externato.

No fundo da Rua Larga de S. Joaquim se levanta a igreja consagrada ao santo desse nome, e tem pelo seu lado direito a Rua Estreita de S. Joaquim, ligando-se pelo esquerdo ao antigo seminário, depois Imperial Colégio, e hoje externato do Imperial Colégio de Pedro II.

Aqui, acha ainda fundamento para cantar vitória a teoria das compensações.

A Rua Larga de S. Joaquim é tão notável pelo que lhe sobra em largura como pelo que lhe falta em comprimento. E a Estreita, apertada como um beco, sombria e úmida, estende-se bastante, como tantos outros mesquinhos e feios corredores do labirinto chamado cidade velha.

Não disputo à Rua Larga de S. Joaquim o seu qualificativo larga, pois que bem o merece. Mas o nome de S. Joaquim protesto que já o perdeu de direito.

S. Joaquim é desde algum tempo tão denominador ou dono daquela rua como o Sr. D. João VI foi Imperador do Brasil desde 1825, em que declarou que conservava para si esse título, até o ano seguinte, em que morreu, ou como ainda há pouco era Vítor Manuel, Rei de Chipre e de Jerusalém.

S. Joaquim foi sem a menor cerimônia despedido da sua igreja, e provavelmente estimou sê-lo, porque ela já tinha perdido um certo encanto de puro amor que a recomendava.

Em frente da igreja de S. Joaquim mostrava-se no Campo da Aclamação, dantes chamado de Santana, a pequena e humilde igreja desta Santa, que foi, como todos sabem, esposa daquele Santo.

Em um dia de progresso material, veio a estrada de ferro de D. Pedro II, declarou que precisava do lugar em que estava a igreja de Santana, e em 1856 foi a santa arrancada do seu altar e depois levada para uma capela provisória que se levantou sobre os alicerces que tinham sido destinados para uma cadeia na cidade nova.

Os velhos e santos esposos foram assim ainda mais separados do que estavam, e por consequência, não devia ser grande o pesar de S. Joaquim, quando aquela mesma estrada de ferro resolveu estender os

seus trilhos até à praia, passando exatamente pelo lugar ocupado pela sua igreja.

Não sei se ainda se projeta executar esse plano. Certo é, porém, que S. Joaquim abandonou a sua igreja, condenada pelo progresso material do país, e hoje tem a sua veneranda imagem no altar da capela do internato.

A igreja tem duas torres e é toda de sólida construção de cantaria; e se não é admirável debaixo do ponto de vista arquitetônico, pelo menos não se ressentia de falta de elegância apropriada.

Três grandes portas com portais de pedra davam entrada para o templo. A primeira, que fica à direita, para um largo e vasto corredor que se estende com todo o comprimento do templo. A segunda para o corpo da igreja, cujos ornatos eram no estilo barroco, que dominara no Rio de Janeiro, aparecendo em todos os templos levantados antes da nossa época.⁶⁵

Cinco eram os altares da igreja. O primeiro, à entrada e do lado da Epístola, era o altar de S. Bom Homem. O segundo, do mesmo lado, era o da Senhora das Dores, de especial devoção dos pobres órfãos de S. Joaquim. Do lado do Evangelho, o primeiro altar à entrada era dedicado à Imaculada Conceição de Maria. O segundo a S. José, e no altar-mor adorava-se a S. Joaquim.

O coro era, como ainda hoje se mostra, tão simples como espaçoso.

A terceira porta, que fica à direita, abria para outro corredor (também largo e vasto como o da esquerda), que ia terminar na sacristia, sala de muito suficientes proporções.

Do lado esquerdo, em um pavimento superior, havia uma sala, e além desta, o consistório que por uma porta dava entrada pelo coro.

Como já indiquei, a igreja deixou de ser igreja. É, porém, Deus servido que ainda hoje esteja prestando grande utilidade, porque no corredor da direita e no próprio corpo principal dela se acham esta-

65 Estilo importado da Espanha e de Portugal no século XVIII, perdura nas igrejas magníficas da Bahia e de Minas.

belecidas as aulas do Liceu de Artes e Ofícios, instituição filantrópica de que o país deve colher muito proveito, e os seus fundadores e professores bem merecida glória, se tiverem constância na sua dedicação e nobre empenho.

Ligado à igreja de S. Joaquim, o edifício do antigo seminário, e hoje do externato, se mostra com dois pavimentos, um térreo e outro superior, abrindo-se neste duas janelas de grades de ferro para a Rua Larga de S. Joaquim, e algumas outras iguais para um pátio murado que oferece uma pequena face para aquela rua e outra muito maior para a Rua da Imperatriz, estendendo ainda o edifício uma terceira face pela Rua da Prainha.

Uma porta igual às da igreja, conservando ainda, como recordação do passado, as armas do príncipe dos apóstolos, dá entrada para a portaria do colégio, pequena, porém muito decente.

A portaria do Imperial Colégio de Pedro II era o mundo do velho Manuel Babo Rebelo, porteiro contratado no princípio, talvez em janeiro de 1838, e conservado nesse lugar até o último dia de sua vida, no ano de 1855.

O velho Babo era a crônica viva da casa. E sabia e contava a história de cada pedra que servira para as obras do colégio, desde 1838. Tinha de cor o número das visitas que o ministro Vasconcelos fizera ao estabelecimento, quando se ocupava em fundar e dar vida e calor à instituição.

Babo era natural de Portugal, viera para o Brasil e chegara à Bahia, tendo apenas nove anos de idade. Um negociante o recebeu, e o pobre menino foi tratado e educado como filho pela família brasileira cujo chefe o adotara. O velho porteiro relatava tudo isso duas ou três vezes por dia. E de cada vez que o fazia, era certo vê-lo chorar e concluir dizendo: “A Sra. D. Maria foi minha mãe e queria que eu a chamasse minha mãe!”

Pelo menos, era um homem agradecido.

Mas era também um pouco original, e levava a virtude da economia até àquele extremo em que ela se torna em vício.

O velho Babo sustentava que, para conservar a saúde, lhe eram necessárias as três seguintes condições: tomar banhos gerais de

água fria, ter os pés muito frios de manhã e passear muito a pé durante o dia. E eis aqui como ele satisfazia essas condições, e especialmente a última, sem sair do colégio.

Às dez horas da noite, o Sr. Babo deitava-se e dormia a sono solto até às três horas da madrugada – Levantava-se, tomava um banho geral de água fria, e depois, conservando-se descalço sobre os tijolos de mármore da portaria durante meia hora, começava então a espirrar com estrondo tal que despertava às vezes os alunos. Depois de duas dúzias de espirros, e às vezes mais tinha o homem os seus pés frios e ficava contente.

Em seguida, e durante o dia todo, embora com intervalos multiplicados, efetuava-se o exercício de passeio a pé.

Das quatro às cinco e meia da manhã, o velho Babo passeava em toda a extensão da varanda que por dois lados cerca o pátio interior do colégio, e ainda pelo mesmo pátio, e no correr do dia, passeava na sua pequena portaria.

E passeava sempre com passo acelerado, com a cabeça baixa, olhando para o chão e contando as pisadas.

Ao cair da tarde, somava os passos que tinha dado durante o dia, e calculando como cumpria, declarava, alegre e risonho, que tinha andado a pé três ou quatro léguas!

O espírito de economia do velho Babo pode-se apreciar bem na seguinte observação.

Este célebre porteiro entrou para o serviço do colégio em 1838, trazendo uma casaca bastante usada e uma casaca em muito bom uso. Desde as seis horas da manhã até à noite, sempre estava de casaca, e morreu em 1855 sem ter mandado fazer uma casaca nova!

Entretanto, em 1854, foi obrigado a abandonar a sua casaca velha em consequência de uma terrível catástrofe.

Estavam-se caíando de novo algumas paredes do colégio. O zeloso porteiro fiscalizava por sua vontade o trabalho, quando em um momento sinistro o caiador estremeceu na escada, e tão desastrosamente se houve, que despejou sobre o velho Babo um banho, um dilúvio de água de cal.

Não houve meio de regenerar-se a casaca inundada.

À parte este defeito, que, aliás, a ninguém era nocivo, Manuel Babo Rebelo tinha qualidades que o recomendavam. Gozou sempre da confiança e da estima dos chefes do colégio e dos professores. Era muito querido dos alunos, e não menos dos empregados da casa.

A portaria tem ao lado esquerdo uma escada que nos levará ao andar superior.

Ainda no mesmo lado, uma pequena porta que dá entrada para uma saleta de espera onde se reúnem e descansam os professores, e no fundo uma grande porta de ferro que se abre para o interior do colégio.

Entrando-se pela porta de ferro, encontra-se à mão direita a vigilante sineta que marca as horas de descanso e de trabalho, e logo em seguida entra-se para o corredor da esquerda da igreja, que serve para ponto de espera, onde se ajuntam os alunos externos. Passa-se deste largo corredor para a antiga sacristia, que é hoje a sala das aulas das ciências naturais.

O primeiro professor de ciências naturais no Imperial Colégio de Pedro II foi o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia. Em 1855, esta matéria passou a ser ensinada em duas cadeiras, a primeira de zoologia e botânica, que continuou a cargo do Dr. Maia, e a segunda de física e química, para a qual foi nomeado o Sr. Dr. Saturnino Soares de Meireles. Atualmente essas cadeiras estão a cargo de outros cavalheiros, porque o Dr. Maia faleceu, e foi substituído no colégio pelo Sr. Dr. José da Silva Lisboa, e o Sr. Dr. Meireles passou a professar a mesma matéria na Academia de Marinha, tomando o seu lugar no colégio o Sr. Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides, que aí tomara o grau de bacharel em Letras.

O Dr. Maia era natural da Bahia, onde nasceu a 8 de agosto de 1808, e onde fez os seus estudos de humanidades. Em 1823, foi com toda a sua família para Portugal, e aí se matriculou na Universidade de Coimbra. Tinha já obtido o grau de bacharel em filosofia natural, quando rebentou a guerra civil entre os constitucionais e os absolutistas. O jovem brasileiro trocou o livro pela espada, e alistando-se entre os acadêmicos voluntários, bateu-se nobremente pela causa da liberdade, e vencido e perseguido, fugiu para escapar aos algozes do terrível usurpador. Enfim, a 2 de setembro de 1833, obteve o diploma de doutor em

medicina pela universidade de Paris, e, tornado à pátria, consagrou-se durante vinte cinco anos ao cultivo da medicina, das ciências naturais e das letras. Foi um dos diretores do Museu Nacional e um dos professores da criação do Imperial Colégio de Pedro II. E nos jornais da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Academia Imperial de Medicina, de que foi por muito tempo redator, e na *Minerva Brasileira*,⁶⁶ revista científica e literária, que o teve por fundador e redator-em-chefe, deixou-nos interessantes trabalhos. O Sr. Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia morreu no dia 21 de novembro de 1859.

Suspendo aqui a cansada relação dos professores do colégio, que, aliás, ultimarei no próximo passeio.

E ainda para completar a descrição do pavimento inferior do edifício que estamos visitando, me era necessário levar-vos por um corredor que começa à porta da sala do refeitório, à grande e excelente cozinha do colégio, além da qual se encontram a sala de banhos e quartos de criados, que abrem portas para um segundo pátio. Creio, porém, que podemos dispensar-nos de estender até lá o nosso passeio de hoje, que já se tem prolongado não pouco, convindo portanto dá-lo por acabado aqui.

VII

Não temos, creio eu, a menor necessidade de andar correndo. Vivemos, é certo, no século do vapor e da eletricidade, que vieram dar aos homens admiráveis asas, ainda mais leves que as do beija-flor e mais possantes que as da águia. Mas ninguém se lembra de passear em fios elétricos ou em cavalos de vapor. Ao contrário, é de regra absoluta que quem passeia não tem pressa, e quem tem pressa não passeia.

Estou, portanto, no meu direito, demorando-me ainda no pavimento térreo do externato do Imperial Colégio de Pedro II, para, ao lançar a última vista de olhos pelas salas de aulas, recordar os nomes dos professores que nelas lecionaram e lecionam, e especialmente os daqueles que já não são deste mundo.

66 *Minerva Brasiliense*.

A cadeira de retórica do Imperial Colégio de Pedro II foi ocupada pelos srs. Dr. Joaquim Caetano da Silva, Tibúrcio Antônio Craveiro, Santiago Nunes Ribeiro, Dr. Francisco de Paula Meneses, e o é atualmente pelo Sr. Dr. cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Santiago Nunes Ribeiro era natural do Chile. Vítima de uma borrasca política, viu-se ainda menino obrigado a expatriar-se, e acompanhando um seu tio e preceptor, acolheu-se ao Brasil, que lhe abriu o seio tranqüilo, benfazejo e amigo.

O tio de Santiago Nunes Ribeiro era um religioso de grande ilustração, e foi o primeiro mestre do talentoso sobrinho. Mas o religioso tinha, além da fé do altar, a fé do coração, e como disse o Sr. Porto Alegre, aquela cedeu a esta, o patriota foi maior que o frade e o proscrito sucumbiu à saudade da terra natal e aos pesares, deixando sem recursos e na mais completa orfandade o mísero sobrinho, ainda de menor idade.

O órfão de pátria e de benfeitor foi pedir pão ao comércio, e serviu de caixeiro em uma casa comercial da cidade do Rio de Janeiro durante os primeiros anos da sua juventude. Trabalhava.

Talvez me observem que estou escrevendo uma carta de nomes, paciência. Quero de boa vontade sofrer agora a pecha de maçante, para deixar informações que algum dia possam servir.⁶⁷

E bem quisera estar habilitado para escrever algumas palavras a respeito de cada um dos professores que a morte roubou ao colégio. Na impossibilidade, porém, de o fazer completamente, lembrarei ao menos o merecimento daqueles de quem tenho informações.

E os professores e ex-professores que ainda vivem contentem-se com a simples menção de seus nomes, e não tenham pressa de achar-se no caso dos outros.

A cadeira de ciências matemáticas foi ocupada pelo Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia, Sr. Dr. João Dias Ferraz da Luz, sendo ainda estudante de medicina, Dr. Lino Antônio Rebelo, Sr. Dr. bacharel Antônio Machado Dias, e o é hoje pelo Sr. José Ventura Bôscoli.

67 E realmente muito têm servido. Todos aqueles que se têm ocupado do Colégio de Pedro II, à frente Escagnole Dória, não desdouraram a excelente fonte de Macedo.

Do ano de 1856 ao de 1861, serviram sucessivamente de professores suplementares de matemáticas o Sr. Dr. Saturnino Soares de Meireles, o bacharel João Antônio Gonçalves, os srs. bacharel Eduardo de Sá Pereira de Castro, bacharel Manuel Buarque de Macedo Lima, Dr. Pedro José de Abreu, Dr. José da Silva Lisboa, bacharel Antônio Maria Correia de Sá, e serve hoje o Dr. João dos Santos Marques.

O Dr. Lino Antônio Rebelo foi um homem que, se não tivesse deixado na terra, esposa, e filhos, teria saudado a morte com um sorriso. Gasto na mocidade pelas privações, não teve forças para chegar à velhice.

Era natural de Buenos Aires, mas aos dois anos de idade já estava no Rio de Janeiro, onde estudou humanidades. Passou à Europa, e tomou em Bolonha o grau de doutor em ciências naturais e em matemáticas.

Em 1836, foi o D. Lino Rebelo nomeado lente substituto e logo depois proprietário da escola de arquitetos medidores da província do Rio de Janeiro, e um pouco mais tarde, professor de matemática do Imperial Colégio de Pedro II. Extinta, porém, aquela escola, teve de contentar-se com o limitadíssimo ordenado que lhe dava o colégio, e que era muito menos que os ordenados dos atuais professores.

Sobrecarregado de família e sem fortuna, e sem algum outro meio de subsistência, o Dr. Lino lutou oito anos com a mais cruel pobreza. Tinha talento e instrução, era de reconhecida probidade, e sofria profundamente ainda mais pelas privações que experimentavam sua mulher e seus filhos do que pelas próprias. Ainda era moço em anos, e já o seu aspecto era de um velho afável no trato, sorria às vezes. Mas o seu sorriso era tão triste, que fazia entristecer.

Em 1852, o governo imperial melhorou a sorte do Dr. Lino, nomeando-o inspetor da tesouraria da província de Minas Gerais. Mas, cinco anos depois, o Dr. Lino Antônio Rebelo deixava de existir.

A cadeira de francês foi ocupada primeiro por Francisco Maria Piquet, depois pelo Sr. Dr. Fernando Francisco Leça, que teve a sua jubilação, e o é agora pelo Sr. João Francisco Halbout, tendo também servido como professores suplementares o bacharel Antônio Gonçalves Silva e o Sr. bacharel Batista Caetano de Almeida Nogueira.

O colégio tem tido por professores de grego os srs. Dr. Joaquim Caetano da Silva, barão de Tautphoeus, e o Sr. Dr. Guilherme Teodoro Schieffler, que o é atualmente.

Foram professores de alemão o barão de Planitz, o Sr. barão de Tautphoeus, George Gael, e o é agora o Sr. Bertoldo Goldschmidt.

O barão de Planitz era um homem de instrução vasta e profunda e um professor abalizado; e apesar de algumas generalidades, gozava do respeito devido à sua ilustração e capacidade, e era muito estimado dos alunos.

Incansável no estudo e no trabalho, e por isso sofrendo não pouco em sua saúde, tinha o barão de Planitz dias de mau humor em que facilmente se encolerizava, e então chegava às vezes a parecer menino.

Uma vez, estava ele lecionando, e empenhado em fazer compreender completamente um ponto da lição aos seus alunos, levantou-se, tomou o giz, foi à pedra, escreveu o que julgou preciso, e empunhando a flecha, começou a explicar a questão. Mas uma mosca impertinente veio pousar no nariz do professor, que a espantou debalde, porque a mosca fugia e voltava, ora a pousar-lhe na face, ora no queixo, ora outra vez no nariz. Os alunos sorriam, vendo a impaciência do barão de Planitz, que, acabando por desesperar, lançou-se atrás da mosca pela sala fora, procurando matá-la a golpes de flecha.

Os alunos ficaram sem lição, e guardaram a lembrança da história da mosca.

Era, porém, tão real e notável o merecimento do barão de Planitz, que, ainda mesmo com esta e algumas outras excentricidades, não perdeu jamais a consideração que soubera desde o princípio conquistar.

A sala, que foi sacristia, oferece-nos ao fundo uma porta que dá passagem para uma escada, por onde se vai ter à casa que era da habitação dos reitores.

No centro do edifício alarga-se um belo pátio quadrado a que prestam sombra cerca de uma dúzia de graciosas amendoeiras, e onde estão dispostos os meios necessários para os exercícios ginásticos, sendo, além disso, um lugar de recreio para os alunos, de que atualmente só se aproveitam os meio-pensionistas.

Para este pátio quadrado apresenta o edifício quatro faces. Da que fica ao lado direito da entrada acabei de falar há pouco, no que diz respeito ao pavimento inferior de que estou tratando.

As faces principais e do lado esquerdo, sempre do pavimento inferior, são formadas por uma varanda defendida por grades de ferro.

Na última face, enfim, abrem janelas para o pátio duas salas de espera dos professores e duas salas de aulas separadas por um pequeno corredor. E na face do lado esquerdo a sala do refeitório, que é vasta e asseada, e uma outra sala de aulas.

Na última face, enfim, abrem janelas para o pátio duas salas de aulas também separadas por um corredor.

Lembrarei agora os nomes dos professores cuja voz se tem feito ouvir nestas salas.

De gramática portuguesa foram professores o Sr. Dr. Joaquim Caetano da Silva e depois o Sr. Dr. João Dias Ferraz da Luz, que ocupou esta cadeira quando ainda era estudante da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Atualmente, e desde muitos anos, ensina esta matéria o Sr. Gabriel de Medeiros Gomes, professor de latim.

O primeiro professor de latim do Imperial Colégio de Pedro II foi o Sr. Jorge Furtado de Mendonça, cujo título teve a data de 30 de abril de 1838. Tendo-se, porém, retirado em agosto do mesmo ano, foi a cadeira de latim dividida em duas, e estas preenchidas pelo Sr. Gabriel de Medeiros Gomes, que felizmente ainda hoje leciona e é o decano dos professores do colégio, e pelo professor público de latim, João de Castro e Silva, e pelos seguintes, que se foram sucedendo, padre Manuel Antônio da Silva, Tibúrcio Antônio Craveiro, barão de Planitz, e Bernardino José Faletti, que deixou o lugar em 1849.

Nesse ano criou-se uma terceira cadeira de latim; e enquanto o Sr. Dr. Antônio de Castro Lopes tomava o posto que ocupara Faletti, e o Sr. Dr. Antônio José de Sousa, professor atual, sucedia àquele, era nomeado para a nova cadeira criada o nosso suavíssimo poeta o Sr. Dr. Antônio Gonçalves Dias, a quem sucederam o Sr. frei José de Santa Maria Amaral, e enfim, o Sr. Jorge Furtado de Mendonça, que fora um dos professores da criação do colégio, e que hoje continua a sê-lo, entregan-

do-se aos mais sérios estudos de algumas línguas vivas e mortas, e à leitura e meditação dos poetas e dos historiadores.

Em breve, quebrou os laços que o ligavam ao comércio e dedicou-se todo às letras, adotando como um recurso a arte taquigráfica, e mais tarde, seguindo a carreira do professorado.

Ensinou filosofia em vários colégios particulares e foi professor de retórica do Imperial Colégio de Pedro II.

Escreveu em alguns jornais literários, tendo sido um dos fundadores e o último redator da *Minerva Brasileira*. Deixou algumas lindas canções eróticas e publicados alguns fragmentos de um poema *O libertador*, e outros escritos.

Santiago Nunes Ribeiro era de uma modéstia que tocava ao excesso. Triste de fisionomia, de voz muito débil e de timidez que o abatia. Mas o seu merecimento era real e incontestável.

Foi um homem que passou toda a sua vida esperando, sofrendo e quase sempre infeliz. Morreu ainda muito moço. Sentiu que ia soar para ele a hora da agonia, e saudou com um sorriso a morte.

O Dr. Francisco de Paula Meneses nasceu na freguesia de S. Lourenço, em Niterói, a 25 de agosto de 1811. Viu a primeira luz perto do sítio em que Martim Afonso, o Ararigbóia, assentara a sua aldeia depois que Mem de Sá lançou os fundamentos da cidade do Rio de Janeiro.

Mostrando muita viveza e talento desde os mais verdes anos, Francisco de Paula Meneses desejou seguir a carreira das letras, contrariando nisso a vontade de seu pai, José Antunes de Meneses, que pretendia fazê-lo seguir o curso da Academia das Belas-Artes. O pai contemporizou com o filho, esperando sempre, mas sempre debalde, vencer-lhe a vocação.

Paula Meneses matriculou-se na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, e em 1834 chegou ao termo do curso escolar, tomando o grau de doutor em medicina em 1838.

Em 1833, sendo ainda simples estudante da Academia Médico-Cirúrgica, foi mandado pelo governo para a vila de S. Antônio de Sá, que era de novo assolada pelas terríveis febres paludosas que tão fatais lhe foram. Aí, no campo da peste, o jovem estudante disputou com a morte e arrancou-lhe das garras vitimas feridas pela moléstia cruel.

Depois de tomar o grau de doutor em medicina, Paula Meneses, por duas vezes, tentou em concurso público conquistar uma cadeira na escola de que era filho; e se em nenhuma delas alcançou os louros da vitória, nem por isso saiu da luta abatido pela vergonha de uma derrota humilhante. Os vencedores olharam-no com respeito depois do combate.

Em 1844, foi o Dr. Paula Meneses nomeado pelo governo de Sua Majestade professor público de retórica do município da corte, e em 1848, professor da mesma cadeira do Imperial Colégio de Pedro II, onde também lecionou interinamente, durante alguns meses, filosofia.

Apesar do labor do magistério e dos cuidados da clínica médica, que tantas fadigas lhe custavam, achava o Dr. Paula Meneses ainda tempo de sobra e ânimo bastante para se ocupar de outros e importantes trabalhos que aproveitavam ao país. Foi sempre um membro ativo e dedicado de muitas das nossas sociedades científicas e literárias. No Instituto Histórico e Geográfico do Brasil serviu de segundo secretário durante não poucos anos. Na Academia Imperial de Medicina foi também por alguns anos o redator da competente revista. Concorreu como colaborador para diversos periódicos literários e publicou uma revista literária, de que foi o principal ou quase único redator.

Deixou numerosos discursos impressos e também diversos manuscritos, entre os quais alguns infelizmente incompletos. Compôs, e não sei onde param, uma tragédia em verso endecassílabo intitulada *Lúcia de Miranda*, um drama e uma comédia que tinha por título *A noite de S. João na roça*.

Sobressaíam entre esses manuscritos os quadros da literatura brasileira, a que faltava a última parte, de que ele mais fervoroso se ocupava, quando foi atacado pela enfermidade que o levou à sepultura em 1857, tendo então apenas quarenta e seis anos de idade.

O Dr. Francisco de Paula Meneses possuiu em sumo grau o dom da palavra. Tinha imaginação viva e compreensão fácil. Era feliz nos improvisos. Muitas vezes brilhante no discurso e gozou de uma bem merecida nomeada.

A cadeira de filosofia do Imperial Colégio de Pedro II foi ocupada pelo Sr. Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães,⁶⁸ e o é agora pelo Sr. padre-mestre frei José de Santa Maria Amaral. Mas, entre o ilustre poeta e o venerando e ilustrado beneditino, lecionaram interinamente a mesma matéria Santiago Nunes Ribeiro, Dr. Francisco de Paula Meneses e o Sr. bacharel Joaquim Pinto Brasil.

A cadeira em que não têm parado professores no Imperial Colégio de Pedro II é a de inglês. Pois que, entre interinos e não interinos, já se contam em vinte e quatro anos não menos de treze! Eis aqui os nomes desses professores: Srs. Diogo Mare, José Luís Alves, Guilherme Fairfax Norris, José André Garcia Ximenes, outra vez Guilherme Fairfax Norris, Dr. Ernesto Ferreira França, Dr. José Manuel Valdez y Palacios, Galiano Ravara, Ciro Cardoso de Meneses, Alberto Cumberworth, Simeão Pereira de Moraes Abunaiuba, bacharel Miguel Arcanjo da Silva Costa, e enfim, Dr. Filipe da Mota Azevedo Correia.

Dizem que o número treze é infeliz. Mas contra esse pueril prejuízo está protestando o Colégio de Pedro II, que se acha muito feliz com o seu décimo-terceiro professor de inglês o Sr. Dr. Azevedo Correia.

O Dr. José Manuel Valdez y Palacios, ilustrado peruano, deixou a pátria, fugindo às reações políticas e à morte, de que estava ameaçado. Trazendo consigo um filho, sobe os Andes, e através de todas as privações, procura a terra hospitaleira do Brasil, chega ao Pará, depois de correr mil perigos, vem para o Rio de Janeiro, e aqui acha ao menos tranqüilidade e pão, embora se visse abatido pela pobreza.

O Dr. Valdez teve um recurso no magistério e foi professor público de inglês no Liceu de Niterói e no Imperial Colégio de Pedro II.

Em 1842, publicou o Dr. Valdez a relação duma parte da sua viagem de Cuzco ao Pará pelos rios Vilcamayo, Ucuyaly e Amazonas, precedida de um bosquejo sobre o estado político, moral e literário do Peru em suas três grandes épocas. É um trabalho curiosíssimo e digno de ser consultado.

68 Visconde de Araguaia, autor da *Confederação dos Tamoios*.

Colaborou esse distinto peruano em diversos periódicos hebdomadários e sustentou por mais de um ano a *Nova Minerva*, onde deixou um testemunho seguro dos seus variados conhecimentos.

A vida do infeliz e nobre proscrito político foi toda de saudades da pátria natal e de trabalho incessante na pátria adotiva.

Em 1844, o Dr. Valdez descansou morrendo, deixando por únicos bens na terra dois filhos menores na mais completa pobreza. Na sua bolsa não se achou recurso para dar um lençol ao seu cadáver, que foi amortalhado e levado ao último jazigo pelos professores do Imperial Colégio de Pedro II.

A cadeira de história e geografia coube, na época da fundação do colégio, ao Sr. Dr. Justiniano José da Rocha, depois ao cônego Dr. Marcelino José da Ribeira, e em seguida, ao barão de Planitz e ao Sr. João Batista Calógeras.

Em 1849, foi essa cadeira dividida em duas: na de história e geografia moderna e média, e na de história e geografia antiga, separando-se ainda interinamente da primeira a história do Brasil.

A primeira cadeira foi ocupada pelo mesmo Sr. Calógeras, e em 1850, pelo Dr. Joaquim Manuel de Macedo.

A segunda coube ao Dr. Joaquim Manuel de Macedo em 1849, e depois ao padre-mestre frei Camilo de Montserrate e ao bacharel João Antônio Gonçalves da Silva.

A interina de história do Brasil foi confiada ao Sr. Dr. Antônio Gonçalves Dias, e em breve de novo ligada à da história moderna.

Em 1858, criou-se uma aula especial de história e corografia do Brasil, uma outra de geografia geral e encarregou-se o ensino da história média ao professor de história antiga.

Foi nomeado então professor de história do Brasil o Dr. Joaquim Manuel de Macedo, e professor de geografia o Sr. Dr. Pedro José de Abreu.

A cadeira de história moderna foi ocupada interinamente pelo Sr. Dr. Domingos Jaci Monteiro, e é hoje dela professor o Sr. Dr. Joaquim Mendes Malheiros, que foi um dos primeiros que tomaram o grau de bacharel no Imperial Colégio de Pedro II.

A cadeira de história antiga e média coube ao bacharel João Antônio Gonçalves da Silva, também um dos primeiros bacharéis do colégio, e agora vai ser ocupada pelo Sr. Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo⁶⁹.

João Antônio Gonçalves da Silva nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 26 de fevereiro de 1828. Destinado a seguir a carreira das letras, matriculou-se no Imperial Colégio de Pedro II, cujos estudos fez com grande aproveitamento, merecendo ser premiado em diversos anos. Em 1845, tomou o grau de bacharel em letras. Matriculou-se depois na Escola Militar, que freqüentou por algum tempo, deixando-a, porém, por motivos estranhos à sua vontade.

Dedicando-se ao magistério, ganhou logo uma justa reputação, ensinando diversas matérias no colégio que ainda não perdeu o nome de seu ilustre fundador: o colégio Marinho.

Em 1858, a 26 de fevereiro, no dia do seu aniversário natalício foi nomeado professor da cadeira de história e geografia antiga do Imperial Colégio de Pedro II. Em 12 de março de 1859, recebeu a nomeação de professor de francês da Escola de Marinha, e logo depois, a de latim e francês da Escola Central⁷⁰.

Em 1861, a 31 de janeiro, uniu-se pelos laços do himeneu a uma digna senhora escolhida pelo seu coração. Quando, porém, saudava a felicidade, caiu ferido por uma enfermidade cruel que devia levá-lo ao túmulo; e quatro meses e meio depois do seu casamento, e no fim de dois meses de incessantes e dolorosos padecimentos, deu a alma a Deus, no dia 18 de julho de 1861.

A dor e o pranto dos seus colegas, numerosos amigos e discípulos fizeram o mais completo elogio das excelentes qualidades do bacharel Gonçalves.

Este digno fluminense, o bacharel João Antônio Gonçalves da Silva, era ativo e severo no cumprimento dos seus deveres. Grave e muitas vezes austero na cadeira de professor, brincalhão, espirituoso e sempre alegre no seio da amizade.

69 Barão Homem de Melo.

70 Depois Politécnica.

Era um companheiro com quem se podia contar para o trabalho como para a alegria. Ninguém era mais laborioso que ele, e ninguém podia estar triste ao seu lado.

Cultivando sempre as matérias que estudara no colégio de que era filho, pôde ensinar a história e geografia, latim, francês, grego e matemáticas. Não era profundo em todas essas matérias. Tinha, porém, o dom de ensinar, e os seus discípulos aproveitavam sempre muito.

O bacharel Gonçalves pertenceu a diversas sociedades literárias. Amava bastante o teatro, e a Ópera Nacional deveu-lhe bons serviços em seu berço e nos dias de suas mais belas esperanças, pois que ele se prestou gratuitamente a ensinar aos artistas novéis dessa companhia que o amor da arte e o patriotismo improvisaram na cidade do Rio de Janeiro.

O bacharel João Antônio Gonçalves da Silva ainda é hoje e será por muito tempo saudosamente lembrado pelos seus colegas, amigos e discípulos.

A cadeira de doutrina cristã e história sagrada, criada em 1859 no Imperial Colégio de Pedro II, é ocupada pelo Sr. Cônego Félix Maria de Freitas Albuquerque.

A de italiano pelo Sr. Dr. Luís Vicente de Simoni.

A de desenho coube, em 1838, ao Sr. Manuel de Araújo Porto Alegre, que foi substituído pelo Sr. Cândido Mateus de Faria Pardal.

Têm sido professores de música: Januário da Silva Aryolos e os srs. Francisco da Luz Pinto e José Joaquim Goiano, que o é atualmente.

Têm ensinado ginástica os Srs. Guilherme Luís de Taube, Frederico Hoppe, Antônio Francisco da Gama e Pedro Guilherme Mayer; e dança, os srs. João José da Rocha, que a ensina ainda no internato, e Júlio Toussain, que a ensina no externato.

Acabei, enfim, de fazer a enumeração e de declinar os nomes de todos os professores que tem tido o Imperial Colégio de Pedro II. Provavelmente já me condenaram como o mais terrível e teimoso de todos os maçantes. Mas eu tenho cá no espírito a minha idéia e vou passe-

ando com ela. Quem se aborrecer da minha companhia pode bem me deixar sem mesmo passar pelo incômodo de uma despedida.

Sem a menor dúvida, deixei de apresentar notas biográficas de alguns antigos professores do colégio, que a morte já levou deste mundo para a eternidade. Não me acusem, porém, de injustiça por essa omissão, que é só devida à falta de conhecimento em que estou da vida e feitos desses esquecidos.

Nada mais temos a fazer no pavimento inferior do externato do Imperial Colégio de Pedro II. Voltemos, pois, à portaria, e subamos ao andar superior pela escada principal.

A escada que se levanta à mão esquerda de quem entra da rua na portaria é em dois lanços, sendo o primeiro de degraus de pedra e o segundo de degraus de madeira, e vai terminar em um corredor que abre três janelas para o pátio central do colégio.

Ao lado direito da escada fica uma sala chamada da reitoria, porque é aí que despacha o reitor do externato. Esta sala tem duas janelas de sacadas de ferro para a rua, é separada do corredor por uma parede de tabique, e além de servir para os despachos da reitoria, guarda a pequena biblioteca do externato.

Contígua a esta sala se acha a entrada para a escada da torre da igreja. Em frente a esta escada estende-se o antigo consistório do lado esquerdo do templo, longa sala que se transformou em três, separadas por paredes de tabique, e outrora reservadas para a habitação dos vice-reitores, tendo ultimamente servido para secretaria do colégio, e depois para secretaria do Instituto Comercial. Cada uma destas três salas abre uma janela para o pátio central do colégio. Da última das três passa-se, descendo três degraus, para um salão que dantes era chamado – a sala da música – porque aí dava lições dessa bela arte o competente professor.

Era também neste salão que tinha lugar o banquete dado pelo colégio aos professores e aos alunos premiados no dia da distribuição dos prêmios, no fim de cada ano. O último banquete desta ordem foi em 1849.

O salão em que estamos agora olha por quatro janelas para o pátio, e se comunica por outras tantas portas com as salas do lado direito da igreja e com a casa da Rua Estreita de S. Joaquim, que é contígua à mesma igreja.

Tendo perdido o seu antigo destino, serve atualmente o salão para os exames gerais de instrução pública e para a aula de português e caligrafia do Instituto Comercial.

A casa da Rua Estreita de S. Joaquim a que acabei de me referir é um sobrado que tem de frente cinco janelas de peitoril, três que pertencem à sala principal e duas a um gabinete. Duas alcovas e mais uma saleta de jantar resumem todas as acomodações dessa casa, que outrora serviu para a habitação dos reitores do colégio, e que, achando-se hoje desocupada, terá, segundo se diz, de receber os concertos e obras indispensáveis para se estabelecer nela o Instituto Comercial, que o externato do Imperial Colégio de Pedro II hospeda desde 1857.

Visto que visitamos as salas e a casa em que habitaram alguns reitores (dois) e os vice-reitores do Imperial Colégio de Pedro II, justo é que recordemos os nomes daqueles que ocuparam tão importantes cargos.

O primeiro reitor do Imperial Colégio de Pedro II foi D. frei Antônio d'Arrábida, bispo de Anemúria, que entrou no exercício da reitoria a 4 de março de 1838, residindo sempre no convento de S. Antônio. Diz-se que se achou logo em desinteligência com o ministro Vasconcelos, retirando-se por isso da direção do colégio a 7 de outubro do mesmo ano, e obtendo a sua demissão de reitor por decreto de 25 de junho de 1839.

O segundo reitor foi o Sr. Joaquim Caetano da Silva, nomeado por decreto de 26 de junho de 1839, e exonerado desse cargo por decreto de 28 de novembro de 1851, quando teve a nomeação de encarregado de negócios do Brasil na Holanda.

O terceiro reitor foi o Sr. capitão-de-mar-e-guerra reformado e lente da Academia de Marinha jubilado José de Sousa Correia. O decreto de 28 de novembro de 1851 marca a data da sua nomeação, e o de 28 de julho de 1855 a da sua demissão, que obteve a pedido.

O quarto e último reitor do Imperial Colégio de Pedro II foi o Sr. Dr. Manuel Pacheco da Silva, nomeado por decreto de 28 de julho de 1855. Como, porém, entrasse em exercício a 10 de setembro seguinte, serviu de reitor desde 28 de julho até aquela data o professor Sr. Jorge Furtado de Mendonça.

O decreto de 24 de outubro de 1857 dividiu o Imperial Colégio de Pedro II em internato e externato, tendo cada uma destas casas colegiais o seu competente reitor. Assim, pois, ficou ocupando esse cargo no externato o mesmo Sr. Dr. Manuel Pacheco da Silva, e foi nomeado reitor do internato, por um decreto de fevereiro de 1858, o Sr. Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego, que presidiu à criação do estabelecimento, e ainda atualmente o dirige.

Têm sido vice-reitores do Imperial Colégio de Pedro II os srs. padre José Inácio de Carvalho Freitas, de 29 de abril de 1838 a 29 de julho seguinte, servindo interinamente.

Padre Leandro Rebelo Peixoto e Castro, de 28 de agosto de 1838 a 30 do mesmo mês de 1839.

Frei Rodrigo de S. José da Silva Pereira, de 6 de março de 1840 a 25 de abril de 1853, dia em que faleceu.

Frei Luís da Conceição Saraiva, nomeado interinamente para servir no impedimento do precedente, e depois efetivo até 28 de junho de 1855.

Jorge Furtado de Mendonça, nomeado interinamente a 28 de junho de 1855, entrou logo em exercício residindo no colégio até à posse do novo reitor, o Sr. Dr. Manuel Pacheco da Silva, e sendo, enfim, exonerado a instâncias suas.

Frei José da Purificação Franco, nomeado por decreto de 18 de setembro de 1855.

A reforma do colégio, em 1857, determinou a necessidade de dois vice-reitores. O Sr. Frei José da Purificação Franco passou a ocupar a vice-reitoria do internato, e o Sr. Jorge Furtado de Mendonça, cuja nomeação, aliás, não foi apresentada, serviu de vice-reitor nos exames de 1858, e conseguiu a sua exoneração por decreto de 1º de novembro de 1859.

É hoje vice-reitor do externato o Sr. cônego Félix Maria de Freitas Albuquerque, nomeado por decreto de 2 de setembro de 1859.⁷¹

Cumpre que me deixem tomar fôlego. Este passeio foi longo e árido. Adio, portanto, o mais que tenho a dizer a respeito do Imperial Colégio de Pedro II para um último passeio, que principiará no externato e irá acabar no internato.

Até breve.

VIII

Já têm sido muitos os nossos passeios ao Imperial Colégio de Pedro II. Estou ansioso por chegar ao fim deles e, portanto, sem mais preâmbulos, vou prosseguir, e agora ainda mais rapidamente, na descrição, que deixei interrompida, do pavimento superior do externato.

Voltemos sobre os nossos passos, e passando outra vez pelo corredor onde vem acabar a escada da portaria, sigamos para o lado oposto àquele que acabamos de visitar.

Temos aqui logo junto da escada uma sala que deita duas janelas para o segundo pátio do colégio, e que serve atualmente de secretaria deste e do Instituto Comercial.

71 Dessa era, assinala Escragnoille Dória (*ob. cit.*) casos interessantes que atestam a que ponto atingia o espírito de justiça. Assim:

“Em 1859... O reitor do Internato permitia que o aluno de 11 anos filho do barão de Muritiba, o senador Manuel Vieira Tosta, em atenção ao seu estado de saúde, pudesse ir todos os domingos à casa paterna”. Mas acrescentava o ministro “menos que não deva ser retido por castigo, ou que não haja outro motivo inconveniente à sua saúde”. Favor não invalida disciplina.

Guarda o arquivo do Internato, na correspondência do Ministério do Império com a respectiva reitoria curioso documento favorável a pai de família chamado marquês de Caxias.

“Sua Majestade o Imperador, atendendo ao que representou o marquês de Caxias, há por bem permitir que Luís Alves de Lima, filho do suplicante, e aluno desse Internato, possa depois do toque de recolher sair desse Estabelecimento para dormir na casa paterna, enquanto estiver doente. O que comunica a V. Mcê. para seu conhecimento e execução. Deus guarda a V. Mcê. Marquês de Olinda.”

O favor não era gracioso. Há disso prova terrível, a da morte. O segundo Luís Alves de Lima, varão único da descendência Caxias, desaparecia adolescente e quem sabe quantos sonhos alimentava para o filho, sempre lembrado, o glorioso pai, solicitante em 1859. Não continuara Caxias, altivamente, a carreira magna do pai, o brigadeiro Lima e Silva, o regente do Império?

Contígua a esta sala estende-se um salão com quatro janelas para aquele mesmo pátio exterior, e três outras para o pátio interior do colégio. Servindo até 1857 de dormitório para os alunos internos e de sala de exames no fim dos anos letivos, este espaçoso salão está hoje ocupado pelo Instituto Comercial, e também nele se fazem os concursos e exames para o magistério público e particular de instrução primária e secundária, assim como os exames anuais dos alunos do externato, que são muitas vezes honrados com a presença de S. M. o Imperador.

Entra-se pelo fundo deste salão para um corredor que abre sete janelas para o pátio interior do colégio, e que se comunica com as seguintes salas:

Primeiro, e por uma de suas extremidades, com o vasto salão em que se celebra a distribuição dos prêmios e colação do grau de bacharel.

Segundo, com uma sala chamada do retrato, porque nela existe um retrato do Imperador. Nesta sala se reúne o conselho diretor de instrução pública, e também nela se celebram as congregações dos professores.

Em seguida a esta sala, há um pequeno corredor que vai ter a um quartinho com escada para o forro do edifício, e logo depois há uma escada por onde se desce para o refeitório.

Terceiro, com cinco salas sucessivas, tendo cada uma duas janelas para a Rua da Prinha.⁷² As quatro primeiras destas salas serviam dantes para o estudo dos alunos nas horas de silêncio. A quinta era a enfermaria.

O grande corredor termina abrindo uma porta para um pequeno quarto, e outra em frente da do dormitório, dando entrada para um extenso salão com seis janelas para o pátio interior do colégio, salão que servia também de dormitório, e no fim do qual uma escada o separa do salão chamado da música, que aliás já visitamos.

Atualmente existe uma parede de tabique, levantada logo além da escada do refeitório, e essa parede divide em dois o grande cor-

72 Atualmente, Rua Leandro Martins.

redor. As cinco salas e o salão seguinte estão destinados à habitação do reitor do externato.

Não posso continuar a descrição que vou fazendo da casa do externato do Imperial Colégio de Pedro II, sem libertar-me da lembrança de uma travessura de estudantes.

Mostrei-vos ainda há pouco o quartinho que tem uma escada para o forro do edifício.

Esse forro não tem separações, é um vão imenso, tenebroso, e em alguns pontos de altura muito irregular. É um mundo, em cujo seio caberia mais gente do que na platéia do Teatro Lírico ou no Teatro Provisório,⁷³ esse monstro de arquitetura que se tem perpetuado provisoriamente.

Em certo ano, que não foi muito depois de 1849, notaram os inspetores do colégio que nas horas de recreio diversos alunos conversavam em português, em voz alta e sem mistério, mas de um modo que eles não podiam compreender.

Os rapazes falavam da cidade de Roma como se nela tivessem estado pouco antes. Marcavam a situação de praças e de ruas a que iam dando nomes de heróis e de heroínas da história romana. Preveniam-se uns aos outros de que no meio da Rua Tarquínio havia um despenhadeiro, de que na travessa de Nero se expunha a dar cabeçadas quem não passasse com cuidado, de que na praça de Graco ou na Rua do Tibre se podia andar perfeitamente.

Os inspetores viam-se perdidos no labirinto daquelas ruas e praças desconhecidas.

Ao mesmo tempo, recebeu o reitor participação de que certos alunos internos gazeavam nas aulas, e que depois apareciam de súbito sem se poder descobrir onde se tinham escondido. O velho porteiro Babo jurava por todos os santos que nenhum aluno interno saía nem entrava pela portaria sem licença.

73 Grande barracão destinado a casa de espetáculos que existiu no campo de Santana (praça da República), entre as Ruas dos Ciganos (Constituição) e do Hospício (Buenos Aires). Foi inaugurado com a ópera de Verdi, *Macbeth*, em 1852.

O abuso repetia-se. A polícia do colégio pôs-se em atividade, e afinal conseguiu ver um aluno interno descendo furtivamente do forro pela escada do quartinho.

Estava descoberta a cidade de Roma.

O reitor impôs segredo à sua polícia, e no outro dia, dando-se por falta de alguns alunos nas aulas, mandou ele trancar a porta da escada do quartinho, e ficou à espera do resultado da peça que pregara aos gazeadores de aulas e viajantes do forro.

Acabadas as aulas, a sineta tocou a recreio, e como por encanto, apareceram todos os alunos internos, sem faltar um só.

Mas positivamente quatro deles tinham ido passear à cidade de Roma.

O reitor fingiu que se deixava enganar. Dobrou de vigilância. Cercou de espiões os gazeadores, e enfim, ao cabo de dois dias, achou-se na escada da torre a saída misteriosa por onde os rapazes desciam do forro e onde foram apanhados em flagrante delito.

Nesta história, o que há de mais curioso é que alguns dos alunos internos possuíam um estudo completo e muito minucioso da topografia do país do forro, e a mais esmerada planta da sua cidade de Roma, que estava toda dividida em ruas, praças e ladeiras, e por onde eles passeavam perfeitamente no meio da escuridão.

Um desses amantes daquela cidade de Roma é hoje um manco notável por sua bela inteligência e por sua instrução.

Quando entramos no longo corredor, para o qual se abrem não menos de nove salas, apontei-vos o salão dos prêmios. Não vo-lo descrevi, porém, cumprindo-me por isso fazê-lo agora que estou aqui a despedir-me do externato.

Para aquele salão entra-se por duas portas. Uma que o comunica com um pequeno quarto que o separa do corredor, e outra que o comunica com a sala do retrato.

O salão tem cento e sessenta e nove palmos de comprimento sobre trinta e três de largura. Lança por um lado oito janelas para a rua da Prainha e seis para o segundo pátio do colégio, e tem no fundo dois quatinhos, o da direita com uma janela para a Rua da Prainha, e o da esquerda com uma janela para a Rua da Imperatriz.

Este vasto salão servia, durante o correr do ano, de dormitório para os alunos internos, e hoje serve de sala de estudo, sendo, como disse, destinado para a solenidade da distribuição dos prêmios e da colação do grau de bacharel no fim dos anos letivos.

Esta solenidade é grave, tocante e animadora, e sempre tem sido honrada com a presença de Suas Majestades Imperiais. Começa pela distribuição dos prêmios, que os alunos recebem da mão augusta do Imperador.

Até o ano de 1854 eram três os prêmios, e havia ainda mais duas menções honrosas, constando aqueles de livros clássicos ricamente encadernados, e recebendo o aluno merecedor do primeiro prêmio uma coroa de louro e café com que o Imperador lhe cingia a fronte.

O regulamento de 1855 reduziu os prêmios aos seguintes:

Primeiro: um livro de encadernação dourada e uma coroa entrecida de louro e café.

Segundo: um livro de igual encadernação.

Terceiro: um livro de encadernação menos rica.

As menções honrosas desapareceram, portanto. Mas, em lugar delas, eram proclamados os nomes dos alunos aprovados com distinção.

O regulamento de 1857 conservou os três prêmios, consistindo todos em livros de encadernação dourada. Acabou com a coroa de louro e café, manteve a disposição pela qual o reitor proclama os nomes dos alunos aprovados com distinção.

As cerimônias da colação do grau de bacharel, que tem lugar imediatamente depois da distribuição dos prêmios, são ainda as mesmas que dantes se observavam, e de que já dei conta, quando tratei da legislação do Imperial Colégio de Pedro II.

Completam esta bela solenidade um discurso lido pelo professor de retórica e os hinos e as harmonias de uma orquestra dirigida pelo professor de música.

Eis aqui o número dos bacharéis que até o ano de 1860 nos tem dado o Imperial Colégio de Pedro II, em 1843, oito; em 1844, cinco; em 1845, onze; em 1846, seis; em 1847, oito; em 1848, dez; em 1849, trinta e dois; em 1850, dezoito; em 1851, vinte e um; em 1852, quatorze;

em 1853, vinte e dois; em 1854, quatorze; em 1855, oito; em 1856, onze; em 1857, cinco; em 1858, doze (sendo dez do externato e dois do internato); em 1859, seis do externato; em 1860, dez (sendo seis do externato e quatro do internato). Ao todo, 221 bacharéis.

Nada mais tenho que acrescentar ao que deixo escrito a respeito do externato do Imperial Colégio de Pedro II. Partamos, pois, para o internato.

Os carros nos esperam, meus bons companheiros de passeio.

– Os carros?

– Pois, que dúvida! Da cidade ao Engenho Velho há perto de uma légua de caminho, e não é agradável fazer semelhante viagem a pé.

– Mas então, como se arranjam os professores que devem ir ao internato de doze a quatorze vezes por mês? O governo paga-lhes as despesas da viagem?

– É verdade. Mas de um modo muito engraçado. O governo calculou que, fazendo-se tal viagem em ônibus ou nos carros da Tijuca, gastaria cada professor 1\$ na ida e volta. Como, porém, é muito liberal, concedeu 2\$ de ajuda de custo para cada viagem de ida e volta aos professores.

– Ah! o dobro! Ainda bem.

– Sim, o dobro. Mas o governo esqueceu que não há ônibus nem carros da Tijuca a todas as horas, e que, si os professores os têm para a ida, ficam sem eles para a volta.

– E, portanto...

– E, portanto, gasta cada um professor de 5\$ a 7\$ em cada viagem, e assim lá se vai em tálburi ou em carro, além da ajuda de custo, quase toda a gratificação mensal que percebem no internato!

E o mais interessante é que, quando um professor deixa de dar aula, perde a gratificação correspondente ao dia em que faltou, e também perde a ajuda de custo. Somados, porém, estes dois prejuízos, ficam eles ainda muito aquém da despesa que se faz com a viagem. De modo que o professor ganha mais dinheiro não indo ao colégio do que ganha quando comparece nele, o que chegaria a fazer supor que o governo paga a excita os professores do Colégio de Pedro II para não irem ao internato.

Esta inocente e brevíssima conversação que acabo de ter com os meus companheiros de passeio fez-nos passar, sem que o sentíssemos, além de casa de correção⁷⁴ e do bairro de Mata-porcos.⁷⁵ O resto da viagem é tão agradável, que não precisa ser conversada. O nosso carro vai rodando pela Rua do Engenho Velho, e portanto, por entre jardins.

Eis-nos chegados. Aí está junto do pontilhão a antiga cruz de pau com a sua caixinha das almas, que um vigário da freguesia do Engenho Velho mandou ali levantar para recolher as esmolas dos fiéis que passassem.

Dobramos para a Rua de S. Francisco Xavier, e encontramos o internato na primeira chácara que nos fica à mão esquerda.⁷⁶

O internato está estabelecido na antiga chácara do Mata, e tem ao lado direito uma casa de secos e molhados, verdadeira e completa venda da roça, e ao lado esquerdo a matriz da freguesia do Engenho Velho. E (que vergonha!), a casa de secos e molhados ou a venda da roça, apesar de velha e feia, se apresenta em estado muito menos lamentável do que a igreja, que se acha tão arruinada que entrar nela é já um perigo, e manter ali o culto divino é uma indecência.

A frente da chácara em que se estabeleceu o internato é defendida por um muro que sustenta uma gradaria de ferro. No centro, abre-se em par um portão também de ferro.

No meio de uma área espaçosa e ornada de algumas árvores que oferecem aprazível sombra levanta-se a casa do internato, que consta de dois pavimentos. Ao lado esquerdo desta, vê-se uma outra de um único pavimento, e que foi mandada construir pelo governo para habitação do reitor.

Previno-vos desde já que não encontrareis aqui as disposições vastas e apropriadas que vimos no edifício do externato. Mas a razão é simples. Lá, temos uma casa construída de propósito para o mister, em que continua e continuará a ser empregada. Aqui, aproveitou-se o que se

74 Rua Frei Caneca, ao tempo Conde d'Eu.

75 Estácio de Sá.

76 Prédio que ainda existe, próximo ao largo da Segunda-feira.

achou em uma casa particular, e a que se tem ido adicionando novos cômodos, que aliás ainda não são suficientes.

O edifício do internato apresenta de frente no pavimento inferior duas portas nas extremidades, uma no centro e quatro janelas. E no superior sete janelas com sacadas de ferro.

O pavimento superior é assobradado, e sobe-se para ele por escadas de pedra que não vão além de três degraus.

Na extrema direita está a portaria, pequena sala que tem para fora a porta da entrada e uma janela; ao lado esquerdo outra porta que se comunica com a sala da capela; do lado oposto, primeiro uma janela e depois a escada principal para o pavimento superior, e ao fundo outra porta que abre para um corredor, seguindo o qual deixam-se à mão direita dois quartos, e encontra-se um outro corredor que forma com este um ângulo reto.

O novo corredor divide o pavimento em duas partes, mas incompletamente. Para a frente abre três portas para uma sala espaçosa, que era dantes um dormitório, e é agora a capela provisória do internato, tendo no seu altar a imagem de S. Joaquim, que é a mesma da antiga igreja de S. Joaquim na cidade. Esta sala comunica-se de um lado por uma porta com a saleta da portaria, do outro lado por outra com um dormitório, onde chegaremos em breve, e abre para a frente uma outra porta e duas janelas. A capela é tão simples e modesta como decente.

O corredor não divide o pavimento inferior completamente em duas partes, porque vai acabar diante da porta de uma bela sala que se estende da frente para o fundo, por todo o lado esquerdo da antiga casa, e abre uma porta e janela para a frente e janelas para o lado esquerdo e para o fundo. Esta sala serve de dormitório e admite dezesseis leitos guardada entre eles a distância de quatro palmos. É também nela que têm lugar os exames no fim dos anos letivos.

Indo da direita para a esquerda, a outra parte da casa que o corredor divide contém uma excelente sala que é a secretaria do internato, e em seguida uma saleta ou largo e curto corredor, onde está o livro do ponto; depois, uma outra saleta que se transformou em dois quartos destinados a servirem de prisão para os alunos que essa pena merecem. E enfim, uma segunda escada para o pavimento superior.

Da saleta do livro do ponto desce-se para uma varanda com teto de zinco sustentado por varões de ferro, que cerca pela frente e pelo lado direito um pátio quadrado a que prometem encher de deleitosa sombra doze jovens e viçosas astrápeas.⁷⁷

Ao lado direito do pátio comunicam-se com a varanda cinco salas, das quais as quatro primeiras são destinadas para as aulas, estudos nas horas de silêncio, e também para recreio dos alunos. E a última é uma das da rouparia.

No fundo, o pátio termina diante de três salas. Uma, que é a segunda da rouparia, outra que é a sala de aula, e a terceira que serve de despensa.

Do lado esquerdo do pátio há uma boa sala de aula, e além desta a do refeitório, que tem 96 palmos de comprimento sobre 34 de largura, e separa-se do pátio por uma elegante varanda de arcaria.

No pavimento superior há três salas na frente. A da extrema direita é a enfermaria, a do centro um dormitório que admite dezenove leitos, e a do lado esquerdo é da habitação do vice-reitor. Das janelas destas salas os olhos do observador enlevam-se, contemplando um quadro magnífico da natureza, já um pouco embelecido pela mão do homem. À mão direita vêem-se montes soberbos, na frente e à esquerda um espaçoso vale semeado de jardins, casas de campo e outeiros graciosos.

Um corredor se estende pelo meio do pavimento superior, abre portas para as salas da frente, e para o fundo se comunica com uma outra sala de dormitório, que contém doze camas. Deste dormitório, enfim, passa-se para um espaçoso salão que se estende pelo lado esquerdo do pátio, e que tem cento e quarenta e um palmos de comprimento sobre cinquenta e dois de largura.

Este salão é um dormitório que admite setenta leitos.

Na grande área que cerca o edifício vêem-se ao lado direito deste todas as disposições necessárias para os trabalhos da ginástica.

⁷⁷ Planta americana, de flores rosadas.

Agora que concluí tudo quanto me pareceu necessário descrever no edifício do internato, terminarei este passeio com algumas breves considerações.

Tratando do externato, falei em geral do Imperial Colégio de Pedro II, e o que neste sentido referi aplica-se também ao internato.

Os alunos do internato, recebendo a sagrada imagem de S. Joaquim da antiga igreja do colégio, ficaram possuídos da justa e louvável devoção que desde o século passado excitava este velho e santo patrono, e anualmente o festejam com o possível brilhantismo, sendo muito concorrida a festa que se celebra em honra dele no internato.

Descrevendo o edifício que acabamos de visitar esqueceu-me dizer, e era preciso fazê-lo, que não somente todas as salas do pavimento inferior que cercam o pátio pelos lados direito e esquerdo e pelo fundo, mas ainda o grande salão do pavimento superior, foram construídos de 1857 a 1860 à custa do governo, que deu assim mais algumas proporções à casa insuficiente em que se estabeleceu o internato.

As novas obras têm sido executadas com habilidade, harmonizando-se tanto quanto é possível com a casa que se achou feita e adaptando-se ao fim para que elas se destinam.

São já por certo notáveis os melhoramentos. Entretanto, é indispensável que ainda muito mais se faça, e depressa.

Ora, infelizmente depressa, ou ao menos a tempo, quase nada se executa no Brasil.

Desde 1858 se observa que muitos meninos que pedem para serem admitidos no internato ficam sem conseguir o que desejam, por falta de acomodações no estabelecimento.

Nos últimos meses de 1860, a imprensa da capital bradou pela necessidade de se darem maiores proporções ao edifício do internato, e lembrou ao governo a conveniência de se aproveitar o tempo das férias, dois meses, para se adiantarem as obras necessárias.

O governo reconheceu a procedência e justiça de tal pedido, e os mandou ou fez começar os trabalhos para aumento do edifício do internato depois de abertas as aulas, em 1861!

Atualmente, e chegamos ao princípio das férias de 1861, é positivo que o internato não pode acrescentar mais um único leito nos

seus dormitórios, e que, por consequência, em 1862, só receberá tantos novos alunos quantos forem os antigos que se despedirem. E o governo, que de tudo isso tem conhecimento, o governo, que tem a certeza de que se hão de contar por dezenas os meninos que pretenderem serem admitidos no internato, ainda não mandou dar começo às obras que o estabelecimento reclama indispensavelmente para corresponder ao menos por metade às justas exigências do país.

Um falso princípio de falsíssima economia tem feito com que vão sendo executados aos poucos os trabalhos de que o internato do Imperial Colégio precisa instantemente. Em um ano, fez-se uma nova sala. No ano seguinte, uma outra, mais tarde empreendem-se novas construções, e no fim de cem anos se completará o que se poderia realizar em alguns meses com uma despesa evidentemente menos avultada.

E além desse erro grave de economia, a população vai sofrendo, e o internato é obrigado a trancar as suas portas e a despedir grande número de meninos, para quem os pais vêm pedir o cultivo da inteligência.

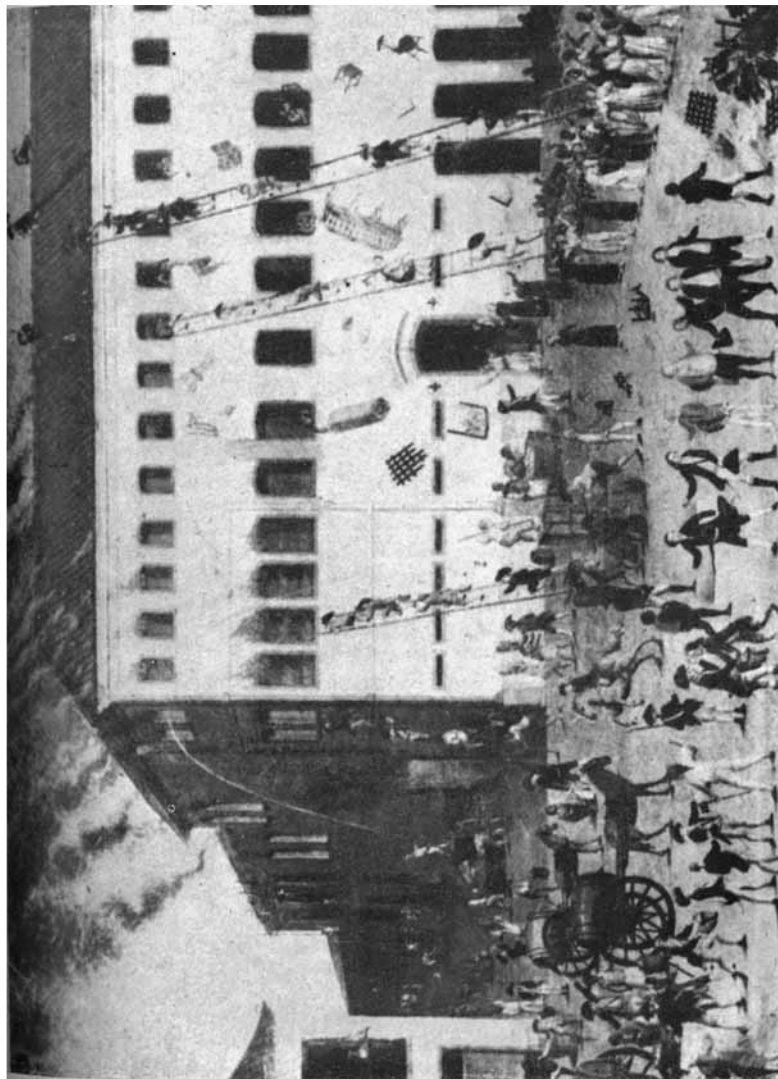
A administração pública no Brasil, quando não caminha para trás, espanta pela sua morosidade. Se escapa de ter a natureza de caranguejo, não escapa de ter a natureza de preguiça. Pois olhem, não sei qual dos dois animais é mais feio!

Em nome da mocidade estudiosa, eu peço ao governo que tenha mais atividade e mais zelo, e que se lembre das obras de que indispensavelmente carece o internato do Colégio de Pedro II.

Lembre-se ao menos o governo de que este colégio se honra com o nome do Imperador, e de que o Imperador o distingue e protege, e não perde uma única ocasião de manifestar o interesse que por ele toma.

Basta.

Outra vez aos carros, meus bons amigos! Voltemos de novo à cidade, onde nos esperam outros passeios, sem dúvida mais breves e menos monótonos do que os últimos, a que hoje ponho termo, despedindo-me do Imperial Colégio de Pedro II.



*Incêndio do Recolhimento e da igreja do Porto, ocorrido a 23 de agosto de 1789,
no governo do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos*

.....

A Capela e o Recolhimento
de N. S. do Parto

O

I

U César ou João Fernandes. Assim diz um rifão antigo, que com essa injustíssima e cruel antítese faz no nome e sobrenome João Fernandes um sinônimo de nonada, como outro fez também de Manuel de Sousa um sinônimo de tolo.

Protesto contra esses rifões revoltantes e iníquos, e comigo protesta igualmente o Brasil, que debaixo dos pontos de vista da política e da administração, tem sido elevado às grimpas por não sei quantas dúzias de Joões Fernandes e Manuéis de Sousa que se resolveram a felicitá-lo.

Mas, pela minha parte, não me limitarei a protestar; antes, estou firmemente disposto a provar com a lógica irresistível dos fatos a injustiça daqueles rifões. É um serviço que desejo prestar aos estadistas das dúzias de que acima falei, e dou parabéns à minha fortuna, porque já no meu passeio de hoje encontrarei logo ao encetá-lo um João Fernandes, que no Rio de Janeiro se tornou recomendável por uma ação meritória.

Naturalmente hei de nos meus passeios esbarrar mais tarde com algum Manuel de Sousa merecedor de elogios, e ficará por esse modo fundada com a necessária solidez a glória da maior parte dos estadistas de minha terra.

Apesar deste meu empenho há de o passeio de hoje ser feito a galope. Os meus companheiros não se arrepiem com a palavra que acabo de empregar, por nos acharmos todos a pé. Aquele substantivo cavalgar ficou definitivamente humanizado desde que nos bailes e nos salões mais elegantes galoparam noites sem conta homens tão sábios como a enciclopédia, e senhoras tão delicadas e mimosas como as violetas e as pumilas.

Passearei, pois, a galope, e é indispensável que o faça, porque, se a custo achei quem me perdoasse o vagar com que passei por um convento de frades, pela igreja dos padres e por um colégio de meninos e rapazes, não haveria quem me absolvesse e não fizesse maus juízos de mim, se eu procedesse do mesmo modo hoje que, visitando uma das nossas antigas capelas, terei de penetrar também em um recolhimento de mulheres sem voto, por consequência, recolhimento inflamável e tão inflamável que até houve uma noite em que chegou a incendiar-se.

Eia, pois, meus companheiros de passeio, a galope! Vamos ou pela Rua do Parto,⁷⁸ dantes tão famosa pelas excelentes balas que tomaram dela o nome e pelos cupidos de alfenim que ali se vendiam, ou pela Rua da Ajuda, célebre pela poderosa Floresta (casa assim chamada) onde se planejou o golpe de estado de 30 de julho de 1832, que felizmente abortou,⁷⁹ ou pela Rua de S. José, que nos lembra as primeiras campanhas da homeopatia na cidade do Rio de Janeiro, ou enfim, pela Rua dos Ourives, onde quase não há mais ourives. Vamos chegar à capela de N. S. do Parto.

Façamos de conta que viemos pela primeira daquelas ruas. Eis aí a capela, não duvideis. A verdade nem sempre é verossímil. Podeis acreditar que estais diante da pequena igreja de N. S. do Parto.

Reconheço a procedência e o justo fundamento das vossas dúvidas. Este casarão que temos à vista pode muito bem não parecer ca-

78 Rua que ligava a dos Ourives ao Largo da Carioca.

79 Chácara da Floresta, onde passa hoje a Rua México.

pela ou igreja a quem ainda não ouvisse dizer que o é alguma pessoa insuspeita e digna de crédito.

A capela apresenta aos olhos do observador duas faces. Uma, que se levanta na extrema da rua dos Ourives, indica no edificio a existência de três pavimentos que abrem para o exterior, os dois superiores cinco janelas de peitoril cada um, e o térreo apenas alguns respiradouros com grades de ferro. Liga-se esta face à outra que se estende na direção da rua do Parto, e que é rasgada por duas portas, a primeira abrindo para o corpo da igreja, e a segunda ladeada de janelas defendidas de alto a baixo por grades de ferro, que é a da sacristia. Na parte superior deste lado do edificio mostram-se quatro grupos de janelas, tendo o primeiro quatro de peitoril, duas superiores e duas inferiores, o segundo duas de peitoril, o terceiro outras duas com grades de varões de ferro, o quarto três mais juntas com balcões de grades igualmente de ferro. Os dois últimos grupos parecem pertencer a uma casa estranha ao resto do edificio, pois que até o telhado é nesse extremo muito mais baixo. As janelas não estão dispostas na mesma linha. O aspecto exterior da capela é triste e sem majestade. A arquitetura não se ocupou dele nem metade de um minuto. Torre é coisa que aí não se encontra, e o sino, escondido misteriosamente no interior da pequena igreja, faz às vezes ouvir o seu dobre, que parte de um asilo invisível como a voz que sai de uma gruta profunda.

A este casarão, à capela de N. S. do Parto, une-se outro que se levanta na rua dos Ourives e chega até à da Assembléia (que ainda há poucos anos se chamava da Cadeia), onde também oferece uma face. Consta de três pavimentos, um térreo e dois superiores. O primeiro, além de uma portaria ladeada de janelas, aloja diversas oficinas. Dos dois outros tem para a rua dos Ourives o primeiro dezessete, e o segundo ou mais alto, dezoito janelas todas de peitoril; e menos irregular para a rua da Assembléia, ambos cinco janelas também de peitoril, menos a segunda, que, tanto em um como em outro pavimento, apresenta um singelo parapeito de grades de ferro.

Hoje em dia, este segundo casarão serve para um mister que é absolutamente estranho à capela de N. S. do Parto. Como, porém, tempo houve em que se observava o contrário, e nesse casarão nos espera a lembrança de uma história que parecera um romance, julguei conveniente aproveitar o ensejo para fazê-lo notar.

Ficando assim descrito o aspecto exterior da capela e da casa que a esta se prende, aproveitarei o tempo, enquanto não chega o sacristão que nos deve abrir a porta, para contar-vos o que sei do passado desses dois religiosos tetos.

A capela de N. S. do Parto é a piedosa filha da devoção de um João Fernandes, habitante da cidade do Rio de Janeiro, homem pardo, natural da ilha da Madeira, o qual, depois de levantá-la no ano de 1653, ornou os seus altares e manteve zeloso o seu culto.

E, note-se bem, este João Fernandes não se lembrou de pedir, nem de esperar que por tão boa ação o rei de Portugal, que então era D. João IV, lhe mandasse nem hábito, nem comenda de ordem alguma. Contentou-se o pobre homem com as glórias da sua opa, o que pode muito bem servir de lição àqueles que no nosso tempo apenas acabam de assinar algumas dezenas de mil-réis, ou de prestar algum serviço para uma obra pia, ou de interesse público, ou de manifestação patriótica, vão logo calculando e sonhando com a tetéia que devem ganhar por isso, e dão aos diabos a caridade e o patriotismo, quando não ganham aquilo a que aspiram.

A morte do bom João Fernandes não arrefeceu o ardor dos devotos de N. S. do Parto, em cuja capela organizaram-se irmandades e foi exercida uma santa hospitalidade, como o podem testemunhar S. Jorge e S. Pedro. S. Jorge, que até algum tempo depois de 1753 ali se conservou tranqüilo e venerado, e que antes houvesse ficado sempre debaixo daquele teto benéfico, porque assim não passaria pelo desgosto de lhe deitarem a casa abaixo, como há bem poucos anos aconteceu para grande vergonha da sua irmandade, que não soube regenerá-la. S. Pedro, que em 1705 ali se foi hospedar, quando S. José, ou por ele a competente irmandade, sem a menor cerimônia o despediu da sua igreja.

No século XVIII ajuntou-se à capela de N. S. do Parto um notável apêndice que modificou não pouco a sua vida suave, modesta e sossegada.

Estêvão Dias de Oliveira deixara por sua morte uma avultada soma para se distribuir em benefício de sua alma, depois de satisfeitos alguns legados que dispusera.

Ah! Que regalo! Que mina de carço para certos testamenteiros da nossa época! Mas o bispo D. Frei Antônio do Desterro, fazem-

do-se então testamenteiro do legatário, e vendo cumpridas as disposições por este especificadas, aplicou, obtido para isso, o breve pontifício, mas de quarenta mil cruzados que ainda tinham ficado à fundação de um recolhimento para asilo de mulheres não virgens que, deixando a perversidade do século, fossem ali reformar os costumes repreensíveis, trocando-os por santo e regular comportamento.

No ano de 1742 foi lançada a primeira pedra do estabelecimento, que em breve se mostrou pronto para receber e guardar não poucas arrependidas.

Mas não foram somente arrependidas que para o novo asilo entraram.

Duas classes de reclusas o povoaram. A primeira foi composta de algumas velhas e matronas, umas fugindo cansadas dos enganos do mundo, outras desprezadas pelo mundo delas cansado. Eram as recolhidas voluntárias. A segunda constou de senhoras casadas e moças solteiras obrigadas a retirar-se para essa reclusão em castigo de faltas cometidas ou de supostas faltas, e em punição de desobediência à vontade de seus pais.

Tratarei deste estabelecimento em relação ao segundo fim a que foi destinado. Esquecerei as recolhidas voluntárias, que estavam no seu direito, divorciando-se e separando-se do mundo. Faziam muito bem em esconder-se de um mundo de que não gostavam e que provavelmente já não gostava delas. O que vou dizer não se entende, pois, com as voluntárias.

A segunda classe das recolhidas terá quase exclusiva menção neste passeio, que vai tocar muito de perto nos direitos e na causa social do sexo feminino.

Creio que não havia inconveniência em obrigar a amar exclusivamente a Deus uma senhora casada que tivesse amado demasiadamente a um próximo que não era seu marido. Parece, porém, que alguns lamentáveis abusos misturaram no recolhimento esposas inocentes com esposas culpadas.

Sobretudo, julgaram as senhoras que era uma iniquidade estabelecer-se uma reclusão para as esposas infiéis, onde não havia reclusão para os esposos infidelíssimos.

Devemos todos acreditar que o pensamento do bispo que fez construir aquele recolhimento era piedoso e santo. Mas certo é que os homens se aproveitaram do asilo para atormentar como acabo de dizer, algumas inocentes, e castigar algumas culpadas senhoras, que por isso rogaram pragas ao velho e venerando prelado.

O bispo denominara acertadamente o asilo que levantara recolhimento de N. S. do Parto. As senhoras, porém, em suas conversações particulares, davam-lhe o nome de recolhimento do Desterro, não porque Antônio do Desterro se chamasse o prelado, mas porque um desterro foi considerado por elas aquele asilo.

E não eram somente as senhoras casadas que maldiziam do recolhimento, também as solteiras antipatizavam com ele, pois, sofismado o fim para que se criara o asilo, encerravam-se ali meninas e moças ainda não casadas a pretexto de irem receber no piedoso retiro educação moral e religiosa.

É preciso dizer que o bispo D. Antônio do Desterro foi sempre pouco simpático ao belo sexo, e carregou com as culpas dos abusos a que deu lugar o recolhimento do Parto.

Explicarei os motivos dessa falta de simpatia, e aposto que ainda atualmente as senhoras hão de achar muita razão às suas antepasadas.

D. Frei Antônio do Desterro, prelado distinto por suas virtudes e sabedoria, e pelo seu zelo, era tão simples e humilde que, vestido sempre de monge, conservava também a coroa regular, conformando-se com o mesmo rito no ofício divino. Severo consigo, justo, mas compassivo com todas as suas ovelhas, ativo fiscalizador do proceder dos párocos, mantenedor do culto, benfeitor das igrejas e conventos, e especialmente da mitra fluminense, que lhe deve, além de outros legados, o da chácara do Rio Comprido, que todos conhecem pelo nome de Chácara do Bispo, caiu, apesar de tudo isso, no desagrado das senhoras por um pecado de mau gosto e por um pecado de rabugem.

O pecado de mau gosto foi cometido pelo bispo, quando proibiu que aparecessem nas procissões da quaresma os penitentes de açoites e outras figuras que tornavam mais divertido o espetáculo religioso. Os penitentes de açoites, sobretudo, trajando ricos vestidos e açoitando-se ou fingindo açoitar-se, davam muitas graças às procissões,

apraziam às senhoras, e o prelado teve a idéia infeliz de acabar com aquela variedade de entretenimento.

O pecado de rabugem foi pior ainda. O bispo proibiu, sob pena de excomunhão maior, que os homens se reunissem nos adros e às portas das igrejas para verem entrar e cortejarem as belas devotas. Que estas falassem e conversassem com os homens nestes lugares. E que, enfim, fossem as senhoras às igrejas por qualquer motivo desde o tanger da Ave-Maria até à hora matutina, excetuando-se desta última proibição unicamente as pobres que concorressem às missas e confissões de madrugada.

Não discutirei a procedência das acusações que as senhoras faziam ao velho bispo, e pelas quais o consideravam rabugento e impertinente. Certo é, porém, que os abusos de que algumas foram vítimas depois da fundação do recolhimento de N. S. do Parto deram até certo ponto justificado fundamento, não ao seu ressentimento contra o prelado, mas à sua inimizade ao asilo.

Se o piedoso e santo recolhimento abrisse as suas portas somente àquelas senhoras que voluntariamente fossem procurar o religioso retiro, não havia que dizer, ao menos naquele tempo. Se, além de recolhimento de velhas arrependidas, desvirtuado embora o pensamento que presidira à sua fundação, servisse para receber e educar meninas e jovens, havia muito que louvar, uma vez que a educação fosse ali bem dirigida. Mas o asilo que se levantara foi mais do que isso, foi uma terrível ameaça de pedra e cal, tornou-se em uma espécie de casa de correção feminina, em uma espécie de cadeia que fazia medo não só às más esposas como às esposas de maus maridos, e também às moças solteiras filhas de pais enfezados, cabeçudos e prepotentes.

Realmente era uma questão muito grave que se decidira contra o belo sexo à custa dos mil cruzados do finado, Estêvão Dias de Oliveira.

Naquele tempo (no bom tempo), em grande número de casos o marido não era um consorte, era um senhor, e as moças casavam sem saber com quem, viam os noivos no dia do casamento, porque os pais tomavam pelos noivos e noivas o trabalho de enlaçar-lhes os corações sem consultá-los. O pai do noivo e o pai da noiva namoravam-se mutuamente com todos os preceitos e regras da aritmética, e desde que se pu-

nham de acordo na discussão do dote, ficava resolvido que o rapaz e a rapariga se adoravam perdidamente, ainda que nunca se tivessem visto, e realizava-se o casamento.

Quantas uniões infelizes resultavam de semelhante prática pode-se bem calcular. Deviam por certo abundar os maridos tiranos e as mulheres vítimas, as mulheres infiéis e os maridos desgraçados, e verdadeiros purgatórios nas vidas que passavam muitos casais.

Está visto que era a mulher, o ente passivo, a senhora escrava, quem mais tinha de sofrer em tais circunstâncias sociais, e, sem o pensar, veio o bispo D. Antônio do Desterro acrescentar mais um tormento para as vítimas e as culpadas, fundando o recolhimento do Parto.

Em um ou outro caso, sempre por exceção, acontecia que alguma jovem mais esperta ou mais sonsinha chegava a amar algum manco sem licença do papai ou da mamãe, e tinha por isso a audácia de resistir ao projeto de casamento ajustado por estes com outro e sem consultá-la, vendo-se por isso condenada à prisão em um quarto escuro, jejuns de pão e água, e às vezes a castigos muito mais cruéis.

Mas os gemidos da vítima chegavam a incomodar os pais, e até a comover-lhes os corações. O recolhimento do Parto foi, portanto, um excelente recurso, e nele tiveram de entrar algumas donzelas desobedientes que se supunham com o direito de escolher maridos.

Acontecia às esposas ainda pior que às filhas. Umas porque realmente mentiam à fidelidade conjugal, outras porque, embora inocentes, eram aborrecidas por maridos indignos que se fingiam ultrajados na sua honra para se livrarem das pobres mulheres. Lá iam em castigo das faltas cometidas, ou sob pretexto de amores impuros, fazer penitência e corrigirem-se da perversidade do século no recolhimento do Parto.

Escusado é dizer que eu me refiro aqui somente aos pais prepotentes e testos, e aos maridos infelizes ou desmoralizados, sendo verdade que, apesar desses rudes e grosseiros costumes da sociedade dos séculos passados, muitos eram os casais que se felicitavam pela virtude e também pelo amor, e também não poucos os pais que não se ensurdeciam à natureza para serem opressores de seus filhos.

Entretanto, estas exceções não destruíam a regra que proviera daquela rudeza de costumes e da educação mais do que austera, quase

bárbara, da sociedade daqueles tempos de despotismo do governo do Estado, e despotismo do governo das famílias.

Abusou-se, pois, não pouco, e certamente, como era de prever, do recolhimento do Parto, que se tornou um espectro ameaçador para muitas senhoras, e uma arma de prepotência e de disciplina doméstica para os homens.

Não havia fervura de briga de mulher com marido que não se abatesse com o encanto das terríveis palavras – “Olha o recolhimento do Parto!”

O marido voltava para casa depois da meia-noite sem explicar o motivo da sua ausência, via sem receio descoberto o segredo das suas infidelidades, negava à mulher um vestido novo para a festa de S. Sebastião, contrariava-lhe os desejos, zombava do seu amor, e se a vítima desprendia a voz e dava princípio a uma tempestade doméstica, o nobre Adão, sem se exaltar, sem se afligir, murmurava apenas – “Olha o recolhimento do Parto” – e a pobre Eva caía fulminada, quando não corria a abraçar o marido.

A idéia do bispo D. Antônio do Desterro tinha sido, portanto, aproveitada com admirável habilidade pelos maridos, e com razão condenada e aborrecida pelas senhoras, que maldiziam do prelado e teimavam em chamar o asilo – recolhimento do Desterro.

Eu vou contando estas coisas sem o mais leve temor de acender empenhos de imitação do passado, porque a nossa atual sociedade contrasta absolutamente com a dos dois séculos anteriores. Não duvido que haja maridos a quem sorrisse o pensamento da restauração do recolhimento do Parto. Nenhum, porém, se lembraria de falar em tal. Pois hoje em dia fora mais fácil estabelecer um asilo onde as senhoras casas prendessem os maridos do que ressuscitar a antiga providência.

Mas no reinado do século décimo oitavo ainda não se falava em emancipações das mulheres. Ainda não havia no Rio de Janeiro casas de bailes, nem teatro de S. Pedro de Alcântara,⁸⁰ nem companhia italiana, nem a rua do Ouvidor anunciava as ricas lojas de modas, o poder e a influência dominadora do belo sexo.

80 João Caetano, na Praça Tiradentes.

Os maridos eram senhores ainda, e acharam tão sublime o recolhimento do Parto, que chegaram a reputá-lo insuficiente. E como não tivesse morrido mais algum Estêvão Dias de Oliveira, realizou a favor deles um vivo obra igual à que se tinha feito com o legado de um defunto.

Manuel da Rocha, e outros que a ele se reuniram, fundaram em 1764, junto à matriz da freguesia de S. Sebastião de Itaipu (ou Itaipuig) outro recolhimento, sob a dedicação de Santa Teresa, para mulheres a quem agradasse o retiro do século, ou a quem algumas circunstâncias obrigassem a ir habitá-lo por castigo de culpas. O edifício depressa ficou pronto, começou logo a ser povoado, e...

Eu peço aqui toda a atenção das senhoras que porventura fazem a honra de acompanhar-me também no meu passeio.

E Manuel da Costa, o principal fundador do recolhimento de Itaipu, recebeu desde então o título grandioso de Protetor do Bem Comum!

Como o chamaram pela sua parte as senhoras, não sei. Mas sou capaz de jurar que foram os maus maridos que inventaram aquele título, os maus maridos que desde 1764 puderam dizer às suas mulheres – “Olhem o Itaipu”!

No recolhimento do Parto ainda as pobres reclusas podiam por entre as grades da sua prisão ver o povo passar pelas ruas, ver nas janelas fronteiras e em todas as que, embora afastadas, a seus olhos se mostravam, senhoras, talvez algumas amigas que as saudassem com os lenços, talvez algum primo... algum mancebo muito amado que as consolassem, correspondendo-se com elas por meio da telegrafia amorosa. Podiam ouvir o ruído das festas, e também conversar às vezes do locutório. Mas no recolhimento de Itaipu o desterro era completo, completa para as pobres moças a solidão.

O recolhimento de Itaipu foi prosperando. Mas à medida que ele prosperava, decaía o de N. S. do Parto, e a tal ponto que, em 1787, tanto a sua administração como as obras e o material da casa acharam-se no mais lamentável abandono.

Que causas determinaram a decadência desse estabelecimento?

Disseram uns que a expulsão dos jesuítas, em 1759, arrefecera o zelo religioso dos habitantes do Brasil, ressentindo-se disso algumas piedosas instituições. Mas os fatos provam o contrário, e semelhante explicação não passou da roda das velhas confessadas dos padres da companhia.

Sustentaram outros que a decadência do recolhimento proviera da influência que exercia o belo sexo sobre o muito sensível vice-rei marquês do Lavradio. Mas ainda aqui o erro é positivo, porque o vice-rei marquês, sem dúvida muito apaixonado de todas as moças bonitas, e mesmo de muitas feias, era como S. Tomás, e queria que a seu respeito se dissesse também – façam o que ele diz e não o que ele faz.

Afirmaram, enfim, algumas senhoras que o fato era devido a um requinte de crueldade dos maus maridos, que, para mais atormentarem as suas mulheres, preferiam encerrá-las no recolhimento de Itaipu, esquecendo assim o de N. S. do Parto. As senhoras, porém, eram muito suspeitas para poderem ser imparciais juízes do caso.

O recolhimento do Parto decaiu, porque ainda não tinha rendas suficientes, e por que administradores desmazelados e sem capacidade deixaram que se fosse estragando a obra caridosa do bispo D. frei Antônio do Desterro.

Eis aí a melhor e a mais segura das explicações. Falta de dinheiro. Já viram lâmpada sem óleo conservar a sua luz? Desmazelo e incapacidade de administradores. Não estamos vendo todos os dias os resultados fatais de semelhante praga?

E ainda bem que para regenerar o recolhimento do Parto vão aparecer o vice-rei Luís de Vasconcelos e o seu braço direito, o mestre Valentim.

Mas também terá de mostrar-se, erguendo um facho de incendiária, uma mulher que violentamente se revoltou contra aquela instituição.

Deixai-me respirar. Contar-vos-ei esta curiosa história no próximo passeio.

II

O vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, apesar de ter já empreendido e adiantado diversas e importantes obras na cidade do Rio de

Janeiro, não pôde ver a decadência e a ruína em que se achavam a capela e o recolhimento de N. S. do Parto sem sentir vivos desejos de regenerar uma e outro.

Para Luís de Vasconcelos, o desejar precedia poucos instantes ao querer, e o querer se satisfazia logo pelo poder, que não tardava a mandar. E assim devia naturalmente observar-se no tempo do posso, quero e mando, que eram as três sublimes notas da música do despotismo, que no Brasil se cantava a compasso marcado pela mais infalível das batutas – o bastão do vice-rei.

Demais, o enérgico sucessor do hábil marquês de Lavradio tinha por sua vez descoberto o segredo de arranjar dinheiro, quando os cofres estavam exaustos, e de improvisar trabalhadores, quando não havia gente para o trabalho, como já ficou dito e demonstrado em um dos nossos passeios ao jardim público do Rio de Janeiro.

O desejo que teve Luís de Vasconcelos de regenerar a capela e o recolhimento de N. S. do Parto entrou, por consequência, em imediata realização. O mestre Valentim acudiu à voz do vice-rei e meteu mãos à obra. Somente um pouco desapontado por ver-se coagido a consertar e a acrescentar o edifício velho, em vez de construir um novo, que fosse digno da sua maestria em arquitetura.

Não me é possível marcar o dia em que começam as obras, no ano de 1787. Contaram-me, porém, uma história que provavelmente contém episódios inventados pela imaginação. Mas uma história a cujos fios prende-se a inauguração daqueles trabalhos, e vai toda ela acabar na catástrofe que dois anos depois ia destruindo completamente a capela e o recolhimento do Parto.

É claro que estou na obrigação de reproduzir aqui o romance do incêndio do recolhimento do Parto, para não deixá-lo ficar de todo perdido nas sombras do passado.

No momento em que terminava a cerimônia da inauguração dos trabalhos em presença do vice-rei, passou diante da capela, vindo da igreja, e pela rua de S. José, seguindo pela da Ajuda, o cortejo de um casamento, constando de duas elegantes cadeirinhas em que eram levadas a noiva e a madrinha, e do noivo, e dos parentes e amigos, que marchavam a pé.

É de regra que as noivas abaiquem os olhos e procurem esconder-se às vistas dos observadores. Mas, por exceção a essa regra, a noiva que passava abriu as cortinas da sua cadeirinha, mostrou o seu lindo rosto e, encarando o mestre Valentim, não pôde conter um sorriso malicioso.

A madrinha seguiu o exemplo da noiva. Abriu as cortinas, olhou. Mas não sorriu, brilhando apenas seus olhos com uma flama ousada e irresistível.

O cortejo foi seguindo, e Luís de Vasconcelos, que estava perto do mestre Valentim, com quem gostava muito de gracejar, principalmente a respeito do belo sexo, de que o feio arquiteto era famoso apaixonado, perguntou-lhe a meia-voz:

– Que lhe parecem aquelas moças, mestre?

– Pelo sorrir da noiva e pelo olhar da madrinha, adivinha-se que bem posso ter começado hoje a preparar aqui aposentos para ambas.

– Longe vá o agouro! – disse o vice-rei, afastando-se.

No entanto, chegara o cortejo nupcial à casa onde o esperavam o banquete e a festa.

Na sala, sentara-se a noiva ao lado da madrinha, e o cobiçoso noivo não tardou a ir ter com elas.

– Venho pedir-lhe contas de um sorriso – disse ele a noiva.

– Pois já? – observou a madrinha.

– Então? Preciso saber porque sorriu, passando em frente da capela do Parto.

– Ri-me – respondeu a noiva, porque achei muito apropriado que as obras da casa mais antipática do Rio de Janeiro fossem dirigidas pelo homem mais feio do mundo.

– Acha antipática, portanto, a capela de N. S. do Parto?

– A capela não. O recolhimento, sem dúvida.

– Mas por quê?

– Porque é um recurso da tirania dos maus maridos.

– Ah! Então receia que eu seja um grande tirano?

– Também não. Revolta-me a injustiça que sofre o meu sexo. Mas, quando mesmo eu fosse encarcerada no recolhimento do Desterro, não me conservaria aí por muito tempo.

– Que faria em tal caso?

– Incendiava-o.

– Ah! Sr. Gil Soares! – exclamou a madrinha. Tome cuidado. Veja que se casou com uma moça do fogo.

– Eu tenho as provas disso no meu coração – respondeu galantemente o noivo.

A conversação foi nesse ponto interrompida. Bastante, porém, durara, para se apreciar o caráter vivo e indiscreto da noiva.

Algumas palavras agora, para esclarecimento da história.

A noiva chama-se Matilde. Não ignoro, mas entendo que devo ocultar o seu nome de família. Contava essa moça 20 anos de idade. Tinha tido uma educação muito mais livre do que era de costume naquele tempo. Seu rosto era claro, regular, móbil e alegre. Seus cabelos castanhos. Seus olhos grandes, quase pretos, e sem contestação, formosos. Era, enfim esbelta, bonita, ardente e vaidosa.

A madrinha chamava-se Ana, e tinha o sobrenome ou alcunha de Campista, que não tirara do nome de seu pai, nem do de seu esposo. Contava perto de 30 anos, era alta, bem-feita, e, não podendo dizer-se bela, mostrava-se perigosamente voluptuosa pela cor morena carregada de seu rosto, pelo brilhantismo e audácia de seus olhos negros e por um não-sei-quê de provocador em seus sorrisos, em seus gestos e movimentos.

Ana Campista fora trazida de uma vila do interior por Leônicio Peres, seu pai, que viera se estabelecer com uma modesta casa de comércio na cidade do Rio de Janeiro e que um dia lhe apresentou um seu afilhado, Lourenço Taques, chegado uma hora antes daquela mesma vila, e disse-lhe sem consultas nem explicações:

– O Sr. Lourenço vai ser teu marido.

Lourenço ficou espantado e Ana curvou a cabeça. A notícia apanhara de surpresa os dois noivos, que eram quase desconhecidos.

Dito e feito. Dois dias depois, celebrou-se o casamento, a que Ana Campista se submeteu sem murmurar, porque seu pai era o tipo da severidade a mais violenta.

Leôncio Peres casara a filha, porque Lourenço lhe pareceu um bom partido. Ambrósio Taques casou o filho para livrá-lo de sentar praça de soldado. Nada mais simples.

O mestre-de-campo do distrito onde morava a família de Lourenço achou neste mancebo disposições para guerreiro e mandou-o recrutar; e, como o não encontrassem os seus agentes, fez trancar na cadeia da vila a Ambrósio Taques. Mas debalde, porque o enfezado velho zombou dos gritos e das ameaças do fidalgo mestre-de-campo, e não deu conta do filho.

No fim de dois meses saiu Ambrósio da prisão, escreveu logo ao seu compadre Peres e, recebendo a resposta deste, foi aos matos da fazenda, onde escondera Lourenço, e, sem dizer a este o fim a que o destinava, mandou-o para a cidade.

Este casamento assemelha-se a muitos outros daquele tempo, em que, por medo do recrutamento, os pais chegavam a casar meninos de 10 ou 12 anos com meninas que preferiam as bonecas aos maridos.

Entre parênteses. Não se lembrem os felizes viventes de hoje de persignarem-se para espantar o demônio do passado.

O demônio mudou de nome, de figura e de maneiras. Mas se recolheu ainda ao Inferno. Chamava-se mestre-do-campo e chama-se hoje aí por fora delegado de polícia, e faz pouco mais ou menos as mesmas diabruras que fazia dantes. Neste século e depois da constituição, já um dia prendeu para soldado a um bacharel em direito, prende e faz assentar praça a homens casados e a outros que têm por si isenção da lei, e que, apesar da lei recebem muito honradamente chibatadas nos lombos.

Por conseqüência, no fundo continua o mal a ser o mesmo. A única diferença que eu lhe encontro é que outrora o arbítrio era a verdadeira lei, e hoje a lei é o verdadeiro arbítrio. Se não compreenderem a metafísica desta diferença, consolem-se, porque eu também não a compreendo.

Fecho o parêntesis e continuo a história.

Lourenço Taques ficou morando na cidade, e passou em breve de caixeiro a sócio da casa comercial do sogro. Mas se deixou de ter amo no negócio, teve na vida doméstica mais do que amo: teve uma senhora despótica em Ana Campista, que, em retribuição ao amor o mais cego e complacente do esposo deu apenas a este o disfarce de uma indiferença que mais tarde se transformou em desprezo, contido apenas pelo medo que ela tinha da autoridade e do desabrimento de seu pai.

Leôncio Peres era amigo do pai de Matilde, e esta e Ana se tornaram íntimas camaradas; e nas efusões de uma recíproca e decidida confiança fizeram um contrato de aliança indissolúvel e perpétua.

As senhoras costumam celebrar com freqüência tais ajustes, e os respeitam tanto como os governos os seus tratados de aliança ofensiva e defensiva. Nestes, como em outros pontos, os governos parecem pertencer ao sexo feminino.

Tratou-se do casamento de Matilde, e quis a má fortuna desta que Ana Campista, encontrando o noivo, Gil Soares, por ele se apaixonasse perdidamente. Mas, tão fementida como hábil a falsa amiga, vendo insensível aos seus agrados provocadores porém cautelosos, o jovem, que então só parecia ter olhos, ouvidos e coração para a sua noiva, mudou de plano, sacrificou o presente ao futuro, e calculou que, não podendo desposar o homem que amava, mais facilmente o tornaria seu amante depois de casado com Matilde, cuja família tão íntimas relações entretinha com a sua. Em seguida, pois, tão interessada se mostrou pelo casamento da incauta amiga, que esta a escolheu para acompanhá-la ao altar.

O mestre Valentim havia, portanto, acertado no juízo que fizera de Matilde e de Ana Campista, vendo e apreciando a malícia do sorriso de uma e o fogo do olhar da outra.

Correram felizes e tranqüilos os primeiros meses que sucederam ao casamento de Gil Soares.

Ana Campista contemporizara com a lua-de-mel. Não deixou, porém, acabar o ano de noivado sem entrar em ação, e, tomando por pretexto os ajustes que celebrara com a amiga, principiou por lançar no seio desta amargas suspeitas de infidelidades do esposo.

A intrigante era auxiliada pelo indigno procedimento de Gil Soares, que, libertino antes, libertino continuou a ser, e bem cedo, depois do seu casamento.

Os ciúmes de Matilde irritaram Gil Soares. Para ambos, tornou-se o lar doméstico um purgatório; e Ana Campista, confidente da pobre esposa, e fazendo espiar todos os passos do marido infiel, ficou senhora dos segredos de um e de outra.

Na véspera do dia de Natal de 1787, Matilde foi jantar com Ana Campista, e depois da longa conferência que teve com ela, resolveu-se a passar a noite em sua companhia, com evidente satisfação do marido, que se despediu até ao dia seguinte, e retirou-se logo que anoiteceu.

Leôncio Peres ceou, como costumava, com o genro e a filha; mas as 9 horas da noite, saía o velho pela porta do seu quarto para adormecer profundamente alguns minutos depois.

Lourenço se admirara muito de que sua mulher não quisesse ir à missa do galo, sendo, como era, tão religiosa que nunca perdia festa alguma. Habitado, porém, a não discutir, e somente a obedecer às resoluções de Ana Campista, deu as boas noites a ela e a Matilde, e foi entregar-se ao mais tranqüilo sono.

Às 11 horas da noite, Ana e Matilde achavam-se envolvidas em longas mantilhas pretas, que escondiam completamente as formas e quase completamente o rosto de ambas.

– E teu marido não acordará? – perguntou Matilde com voz trêmula.

– Não. Lourenço é um marido modelo. Dorme um sono só. Esse, porém, dura apenas das 9 horas da noite até ao romper do dia.

– Mas... se por acaso acordasse?

– Dormiria outra vez – respondeu Ana com acento decidido e seguro.

– Sim... mas amanhã...

– Amanhã eu o faria pedir-me perdão de se ter acordado.

– Ana!

– Vamos.

E tomando a mão de Matilde, Ana Campista dirigiu-se à porta da rua, que foi aberta de manso por uma escrava fiel.

As duas senhoras saíram e começaram a caminhar apressadas.

Mantilhas! Mantilhas! Já passou o tempo das mantilhas, e as senhoras talvez não calculem o que perderam.

O belo sexo condenou e proscreeu a mantilha, porque essa imensa capa, que envolvia inteiramente uma mulher, não deixava ostentar a gentileza do corpo, nem a riqueza dos enfeites e das jóias. Condenou-a e proscreeu-a, porque a mantilha era o manto com que se cobriam geralmente as velhas, as pobres e as mendicantes.

Como a vaidade faz errar as senhoras!

Condenada e proscrita por todas as moças e por todas as senhoras faceiras, a mantilha, que era um romanesco e cômodo recurso para as jovens e matronas de todas as classes e posições no século passado, e ainda no princípio deste, tornou-se desde alguns lustros em objeto de irrisão, e nem é mais permitido às próprias mendicantes, a quem os gaiatos, ao encontrá-las assim vestidas, perseguem cruelmente, gritando: “Barata! barata!”

Entretanto, a mantilha, que se usava tanto no Brasil, e que, como todos sabem, não era um manto curto, que é o que significa esse nome, porém, sim, um manto de pano preto, e tão longo que caía da cabeça até aos pés e envolvia a mulher toda, escondendo-a desde os cabelos até à barra do vestido, a mantilha era dantes tanto um espesso véu, em que se ocultava a pobreza e a velhice, como uma nuvem, que encobria uma estrela brilhante. Era ao mesmo tempo o manto da mendicância e o disfarce da riqueza. Um expediente de amor e um recurso do ciúme.

Ah! quantos romances não pôde dar a mantilha do século passado!

E as senhoras condenaram e proscreeveram as mantilhas! Coitadinhas! Perdem-se sempre pela sua vaidade.

Mas, como eu ia dizendo, Ana Campista e Matilde caminhavam apressadamente, levando suas mantilhas tão fechadas diante do rosto, que apenas seus olhos brilhantes podiam ser descobertos e aprecia-

dos pelos curiosos, que abundavam no meio das ondas do povo que enchiam as ruas.

Admitindo que os meus companheiros de passeio principiém a interessar-se pela história que vou contando, sou obrigado a pedir-lhes perdão, porque é força que eu a interrompa por momentos, para dizer em duas palavras alguma coisa sobre as festas do Natal na cidade do Rio de Janeiro, tais como elas eram no século passado e ainda em alguns anos do atual.

As festas do Natal estendiam-se, como ainda hoje, do dia 25 de dezembro do ano que acabava até 6 de janeiro do novo que começava. Nelas, porém, predominavam os dias de Natal, de Ano Bom e de Reis.

O dia de Natal era notável pela missa chamada do galo, pelas ceias alegres que a precediam e que tão famosas eram, e pelos presépios que se abriam ao público, e a que concorriam chusmas de visitantes.

No fim do século passado, os presépios mais estimados do Rio de Janeiro eram três. O da ladeira de S. António, que os religiosos franciscanos apresentavam anualmente. O do convento da Ajuda, mais pequeno que o precedente talvez, porém mais curioso e atrativo, porque ao mesmo tempo em que se viam as figuras do presépio, se ouviam cantos religiosos e análogos ao assunto, entoados pelas freiras. E incontavelmente superior a ambos, o presépio do Livramento, na casa que fica ao lado direito da capela de N. S. do Livramento.

Estes presépios conservavam-se abertos e patentes ao público em todas as noites, desde a do Natal até à de Reis.

O presépio do Livramento era propriedade e glória do célebre cônego Filipe. As figuras que ali se apresentavam eram de barro e tinham dois palmos de altura, e de tanta fama gozava esse presépio que o príncipe regente, depois rei d. João VI, o visitou por mais de uma vez.

Como já disse, o proprietário desse presépio foi aquele sempre lembrado cônego Filipe, que se immortalizou por trinta mil simplicidades. Uma vez, por exemplo, indo esse cônego pregar em uma festa fora da cidade, hospedou-se na casa do festeiro, e, como chovesse muito durante a noite e houvesse uma goteira exatamente por cima da cama em que devia dormir o cônego, este passou a noite inteira sentado na

cama a receber no prato do rosto a água que caía da goteira. No dia seguinte, lamentou-se o pregador da sua triste e maçante vigília.

– Oh! Sr. cônego! – disse o festeiro. – Por que não afastou V. Rev.^{ma} para longe da goteira a sua cama?

– Homem! – respondeu o cônego. – Você tem toda a razão. Mas essa só lembra ao Diabo!

E como esta muitas outras.

Ao dia do Natal seguia-se o de Ano Bom, que era o das visitas, dos presentes, dos banquetes e dos obséquios.

E enfim, o dia de Reis fazia-se muito apreciado pelas cantatas de reis, que começavam na noite de 5 e repetiam-se na de 6 de janeiro.

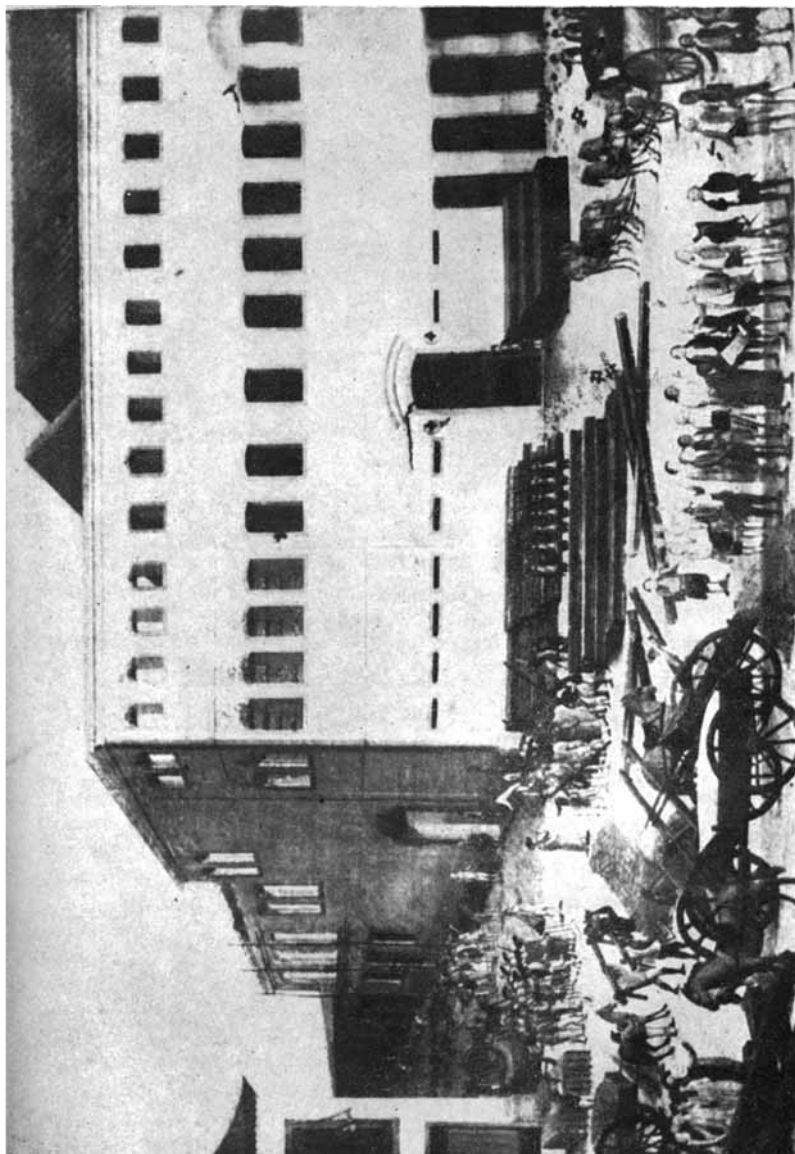
Eram numerosos os reis que corriam a cidade, cantando às portas das casas das famílias amigas, que ofereciam a esses obsequiadores ceias opíparas e riquíssimas e variadas mesas de doces. Havia cantador de reis que atacava dez ou doze ceias em uma noite e não tinha indigestão.

Os cantadores de reis compunham-se de mancebos e moças, de ordinário vestidos à camponesa, e de alguns grotescos mascarados, a quem competia alegrar as companhias, provocando risadas.

Percorrendo a cidade em diversas direções, reuniam-se enfim todos os cantadores de reis no pátio do convento da Ajuda, onde terminava a festa alegremente, em um outeiro mais ou menos brilhante. As freiras davam motes do alto das janelas e por entre as grades, e os poetas glosavam como podiam e de improviso, mas quase sempre com metificação livre.

Dou apenas uma ligeira idéia destas festas, de que espero tratar mais de espaço. Agora é impossível continuar a discorrer sobre este assunto, visto que nos cumpre acompanhar duas senhoras de mantilha que não devemos perder de vista.

Ana Campista e Matilde, depois de um quarto de hora de acelerada marcha, entraram no largo da Carioca, foram subindo a ladeira de S. Antônio, demoraram-se apenas alguns momentos diante do presépio, continuaram a subir, e chegaram enfim ao pátio da frente do convento e igreja, onde já havia muito povo, embora ainda fosse um pouco cedo para a missa do galo.



Reconstrução do Recolhimento e da Igreja do Parto, concluída a 8 de dezembro de 1789

Cheio estava o pátio. Mas tornava-se notável que a quase totalidade dos fiéis que aí se achavam se desviassem de um grupo de mancebos e de moças, que assim se mostrava isolado. Contudo, o observador conhecia bem depressa a causa dessa separação, que era um protesto dos bons contra o sacrilégio da libertinagem em uma noite de tão santas recordações.

O grupo condenado ostentava ali à face de todos a vilania dos costumes de mancebos desmoralizados e de mulheres loucas que não se envergonhavam de uma conversação licenciosa e misturada de frenéticas risadas.

As duas senhoras recém-chegadas tinham-se misturado com a multidão; e Ana Campista, estendendo o braço para fora da mantilha, mostrou a Matilde Gil Soares no meio do grupo reprovado, tendo pelo braço a mais petulante daquelas mulheres sem nome.

Basta! – murmurou Matilde, segurando-se ao braço da falsa amiga.

– Ainda não – respondeu Ana Campista.

A missa começou à meia-noite em ponto, e finda ela o povo que enchera a igreja desceu pela ladeira, como um exército que desfila.

Ana e Matilde seguiram de perto o grupo licencioso, que foi ruidosamente visitar o presépio do convento de Ajuda, seguindo daí para o do Livramento. Gil Soares não deixara um só instante o braço da mulher que acompanhava desde o pátio da igreja de S. Antônio.

– Basta! – balbuciou de novo Matilde.

– Ainda não – repetiu Ana Campista.

Voltando do Livramento, o grupo foi pouco a pouco se dissolvendo ao som de gargalhadas e de zombarias. Finalmente, acharam-se sós Gil Soares e a sua indigna companheira, que, parando à porta de uma casa de triste aparência, bateu com força, e, apenas a viu aberta, entrou com aquele marido que atraía sua mulher.

A porta fechou-se.

– Basta! basta! – disse Matilde em convulsivo tremor.

– Agora sim, basta! – respondeu Ana Campista.

E voltaram ambas para a casa, onde entraram às 4 horas da madrugada.

Lourenço Taques dormia ainda a sono solto.

As duas senhoras arrancaram as mantilhas e sentaram-se extenuadas de fadiga.

Depois de algum tempo dado ao descanso, Ana Campista rompeu o silêncio.

– Então? – perguntou.

– É um infame! – exclamou Matilde. – Hoje mesmo separar-me-ei desse monstro.

– Louca! O mundo te cobriria de ridículo ou de ignomínia.

– Oh! É assim? Pois bem, matar-me-ei.

– E o teu belo viúvo não se divertirá menos por isso.

– Sim... sim... Mas que farias tu?

– Não se trata de mim, Matilde.

– Mas. Se se tratasse?

– Não aconselharei a mulher alguma que faça o que eu faria.

A serpente ia-se arrastando para dar o bote.

– Não aconselha, porém fala. Que farias?

– Não te direi.

– Ana! Não és mais a minha amiga fiel.

– Ingrata? Depois do que acabo de fazer por ti!

– Dize, pois, que farias?

Ana respondeu em voz baixa, mas terrível.

– Vingar-me-ia!

– Vingar-me? Oh! Sim. Porém como?

Ana Campista olhou para Matilde com piedade, e depois disse-lhe:

– Vai chorar.

– Ana!

– Quem no teu caso não compreende qual é a vingança que deve tomar é uma criança, a quem só cumpre chorar.

Uma luz infernal brilhou aos olhos de Matilde, e o demônio que acendera essa luz contemplou com um rir de triunfo a exaltação e o delírio da esposa traída.

III

Estava aberto o caminho da perdição de Matilde, e para precipitá-la por ele conspiravam o ciúme, a vaidade ofendida, o amor justamente ressentido, um espírito exaltado, uma natureza ardente e a educação mal dirigida.

E além de tudo isso, velava sinistra ao lado de Matilde a traição com a máscara da amizade.

– Vingar-me-ei! – repetiu a infeliz com um tom que indicava já um pensamento criminoso.

– Sim – observou Ana Campista. – Um amor cura-se com outro amor.

Era ainda um conselho pérfido que prometia o castigo do esposo infiel com a infâmia da esposa traída, como se a desonra desta não tivesse de atenuar de certo modo a maldade daquele.

Mas o provérbio imoral fizera estremecer Matilde.

– Um outro amor! – disse ela, atraído-se. – Um outro amor! E eu que...

– Acaba. Já és amada por um belo mancebo.

– Quem to disse?

– Agora mesmo começavas a confessá-lo.

Matilde corou. Ana Campista alterou-lhe o rubor da face, envenenando com um beijo insano a rosa do pudor.

– Quem é o teu apaixonado? – perguntou.

– É Lopo de Freitas, que me requesta em toda a parte onde encontra, apesar da aspereza com que o trato.

– É um moço nobre, bonito, discreto e rico. Quantas invejariam a tua felicidade! Ah! o Sr. Gil Soares paga-te bem essa tua surdez aos protestos de amor de Lopo de Freitas.

A lembrança da ingratidão de Gil Soares era naquele momento inspirada pelo Demônio.

– Pode-se lá deixar de ser surda? – murmurou sinistramente Matilde.

Alguns momentos depois, Ana Campista perguntou:

– Vês muitas vezes Lopo de Freitas?

– Não.

– Pois é fácil vê-lo.

– Onde?

– Na ópera.

– Raramente vou à ópera.

– Queres ir comigo depois de amanhã?

– Irei.

Facilmente pode-se calcular como passaram os dois dias que correram entre a noite de Natal e a da ópera, a que deviam ir Ana Campista e Matilde.

A casa da ópera era naquele tempo defronte das primeiras janelas do lado direito do palácio dos vice-reis, exatamente a mesma casa que depois ficou sendo uma dependência do paço, e que ainda hoje se vê paralela ao edifício da Câmara dos Deputados.

Não direi agora o pouco que tenho conseguido saber a respeito dessa casa da ópera. Porque tal assunto será tratado em um dos nossos próximos passeios.

Ana Campista e Matilde não faltaram à ópera. Estavam ambas vestidas com elegância e primor, e enquanto uma, pela fascinação da voluptuosidade, fazia esquecer que não era formosa, a outra avassalava corações com o poder de sua beleza, mais fulgurosa ainda naquela noite por uma indizível exaltação que parecia em luta com o receio.

Defronte delas mostrava-se um cavalheiro radiante de mocidade. Tinha olhos pretos, a fronte alta, rosto pálido e belos dentes. Estava vestido como um peralta do seu tempo. Era Lopo de Freitas.

Acaso ou prevenção de quem facilmente se adivinha, Lopo escolhera um lugar onde, volvendo apenas os olhos, podia contemplar Matilde. Ainda não tinham sido introduzidos no Rio de Janeiro os binóculos teatrais e naquela casa da ópera um binóculo seria um pleonismo,

como atualmente se diz no Ginásio. Além disso Lopo tinha bonitos olhos e excelente vista.

É inútil dizer que o mancebo inebriava-se, devorando com um olhar abrasador o lindo rosto de Matilde, que, pela primeira vez, não se mostrava enfadada com essa adoração atrevida.

Representava-se a ópera intitulada *Guerras do Alecrim e Mangarona*, do nosso Antônio José da Silva, o chamado Judeu, a quem o horrível tribunal da Inquisição fez queimar em uma de suas infernais fogueiras.

O público aplaudia com ardor o espirituoso semicúpio, enquanto Lopo de Freitas repetia com os olhos a Matilde as finezas que D. Gilvaz e D. Fuas rendiam a D. Clóris e a D. Nize.

Entretanto, Matilde tolerava apenas, mas não correspondia ainda às demonstrações de amor do seu namorado.

D. Fuas cantou na cena os versinhos seguintes:

Se chego a vencer
De Nize o rigor,
De gosto morrer
Você me verá.
Porém, se um favor
Alenta o viver,
Quem morre de amor
Mais vida terá.

Ao terminar o canto, encontraram-se os olhos de Lopo e de Matilde, e tanto fogo havia nos do mancebo, que Matilde abaixou os seus e mostrou o rosto inundado do rubor do pejo.

A ópera auxiliava Lopo de Freitas, porque logo depois veio a cena em que D. Clóris cantou por sua vez:

Dirás ao meu bem
Que não desconfie,
Que adore, que espere,
Que não desespere,
Que à sua firmeza
Constante serei;
Que firme eu também
A tanta fineza,

Amante constante

Extremos farei.

Lopo e Matilde tornaram a olhar-se e sorriram ambos da coincidência daqueles cantos com as falas dos seus corações.

O sorriso de Matilde não escapou a Ana Campista.

– Até que enfim! – disse esta ao ouvido da amiga, ao mesmo tempo em que lhe apertava a mão.

O resto do espetáculo foi para Matilde cheio de novos sorrisos, daqueles sorrisos sacrílegos que murcham depressa, cedendo o rosto às lágrimas e o coração aos remorsos.

Algumas semanas de galanteio acabavam de perder Matilde. A vingança a impelira, a vaidade incensada e satisfeita embriagou-a. E pouco a pouco, uma paixão infrene arrastou-a ao precipício.

Ana Campista protegia um amor criminoso, que devia servir aos seus cálculos.

Lopo de Freitas pediu uma entrevista a Matilde. O prazo e o lugar foram marcados.

Uma noite, e já muito tarde, abriu-se a porta da casa de Lourenço Taques e outra vez saíram duas mulheres de mantilha, que caminharam apressadas e silenciosas e passavam diante da igreja de N. S. do Parto, quando uma delas parou, estremeceu e murmurou, tremendo:

– O recolhimento!

Mas imediatamente, parecendo ceder a uma força irresistível, disse:

– Vamos!

E continuou em rápida marcha até chegar, quase no fim da rua do Parto, a uma casa térrea, cuja porta, já entreaberta, então de todo se abriu para dar entrada às duas senhoras.

Lopo de Freitas recebeu de joelhos a Matilde, a quem Ana acabava de arrancar a mantilha.

A estrada do vício é íngreme e escorregadia, e quem uma vez começou a descer por ela, tarde ou nunca mais pode parar.

As entrevistas de Lopo e de Matilde repetiram-se muitas vezes.

A esposa indigna correu precipitada para o abismo onde a esperava o maior opróbrio.

O mundo, que tudo vê e arrasa todos os mistérios, descobriu esses amores impuros, e a murmuração e a reprovação pública marcaram com o ferrete da infâmia a mísera Matilde.

Ana Campista triunfava, pois, e contando já com a mais completa vitória, sempre, porém, hábil e astuta, começava a provocar, como involuntariamente e sem comprometer-se, a atenção e os anelos de Gil Soares.

O libertino deixou-se pouco a pouco atrair pela mulher voluptuosa que lhe acendia a imaginação adivinhadora de irresistíveis encantos. Cercou-a de cuidados, ousou fazer-lhe a confissão do seu amor, e tomou-se ainda mais vivamente apaixonado pelo desdém fingido com que Ana Campista o repeliu.

Ana esperava ainda. A mulher a quem profundamente aborrecia e a quem dava o nome de amiga, a esposa do homem que lhe inspirara uma paixão reprovada pagava-lhe com hedionda miséria o crime de haver gozado alguns dias de amor e de felicidade. Sua vingança poderia talvez estar saciada. Mas o domínio exclusivo e indispensável do coração de Gil Soares só lhe parecia seguro, quando uma barreira ou um abismo o separasse de Matilde.

Tal reparação era, portanto, a sua idéia implacável.

Uma carta anônima foi em breve patentear a vida ignominiosa de Matilde aos olhos de Gil Soares, que, arrebatado e furioso, não podendo ocultar os seus ciúmes, perdeu o mais seguro de certificar-se da verdade, porque os dois amantes, acautelando-se temerosos, interromperam as suas entrevistas.

Ana Campista, contrariada em seus planos por esse prudente proceder, receou ver arrefecer-se a paixão criminosa de Matilde, e para inflamá-la de novo, correu a derramar o veneno de pérfidos conselhos no seio da desgraçada.

Matilde seguiu de olhos fechados o caminho por onde quis conduzi-la a traição. Um dia em que foi visitar sua mãe, fingiu-se, de súbito, tão incomodada, que não pôde voltar para casa.

Matilde contava que seu marido, habituado a passar as noites em orgias, a deixasse só com sua mãe. Não calculou, porém, com as suspeitas de um marido desconfiado.

Gil Soares, com efeito, deixou-a só. Mas retirou-se suspeito.

O incômodo de Matilde desapareceu com a partida do marido. E a mãe da inconsiderada moça sorriu àquela milagrosa cura, vendo apenas um inocente capricho no que a filha ocultava um desígnio criminoso.

A mãe de Matilde morava no largo da Ajuda.⁸¹ Era uma boa velha, observadora fiel dos costumes antigos. Às 9 horas da noite rezou o seu terço, e às 10 dormia.

À meia-noite, uma voz abafada e trêmula pronunciou na rua a palavra – segredo!

Daí a poucos minutos Matilde e Ana Campista seguiam juntas para o Passeio Público, onde entraram pela porta lateral, que lhes foi aberta por Lopo de Freitas, que conseguira obter a chave.

Os dois amantes sentaram-se ao lado um do outro no banco de um dos caramanchões cobertos de jasmims.

A lua estava clara e brilhante, e o ar embalsamado de perfumes.

A noite parecia propícia aos amores.

Ana Campista passeava no terraço. Toda ocupada de seus malvados tramas, nem sentia a indignidade do seu repugnante proceder, nem se lembrava dos perigos a que se expunha. Mas, de súbito, ouviu um grito pungente soltado por Matilde, e logo, soando rouca e terrível, a voz de Gil Soares.

Ana Campista não calculara com esse contratempo. Rápida, porém, como o raio, desceu a escada do terraço, e escapando pela porta do Passeio que ficara aberta, voltou correndo para sua casa, onde, apenas chegou, caiu desfalecida de terror e de fadiga.

Lourenço Taques dormia sempre o seu aturado sono de ferro. Amante extremoso e cheio de confiança na esposa, e constante dorminhoco da noite, era um marido que convinha perfeitamente a Ana Campista.

81 Depois, da Mãe do Bispo. Hoje praça Floriano.

Mas esta mulher ousada e falsa tremia pela primeira vez. Receava que a tivessem conhecido no Passeio, que Matilde a houvesse comprometido. Receava as conseqüências de uma luta que devia ter havido entre Gil Soares e Lopo. E receava-se, mais do que tudo, da cólera de seu pai.

E foi ainda com violento esforço que dissimulou o medo de que estava possuída, quando, na manhã seguinte, recebeu Gil Soares, que veio lhe pedir alguns momentos de atenção.

Lourenço Taques já tinha saído.

Gil Soares estava pálido e agitado. Soubera da cumplicidade de Ana Campista no crime de sua mulher, e queria confundi-la antes de denunciar a sua culpa a Lourenço Taques e a Leôncio Peres.

Nas primeiras horas do seu arrebatado e justo desespero, pareceu-lhe transformado em ódio o amor que tantas vezes, desde alguns dias, e até então sempre inutilmente, o arrastava aos pés de Ana Campista.

Chegou trazendo na alma um pensamento de vingança cruel.

Ana fingiu não reparar na agitação de Gil Soares e pediu-lhe notícias de Matilde.

– Esta noite – disse Gil Soares, – teve lugar no Passeio Público a última entrevista dessa mulher com Lopo de Freitas, seu amante. O infame escapou à minha vingança, porque, aos gritos de uma esposa que me desonrou, acudiram intronetados que o arrancaram de minhas mãos.

Ana Campista não respondeu, mas fitou um olhar audacioso no rosto de Gil Soares.

– Quer notícias da sua amiga? – continuou este. – Acha-se bem guardada no seu quarto, onde não receberá nem parentes, nem amigas, até que amanhã entre no recolhimento do Parto, para ficar nele todo o resto da sua vida.

Os olhos de Ana Campista brilharam com um fogo irresistível. O seu seio, abalado por uma viva comoção, mostrou-se ofegante de ardor e voluptuosidade. Ela não arredava suas vistas magnetizadoras do rosto de Gil Soares, que, começando a experimentar a influência daquela mulher perigosa, para escapar à fascinação do seu olhar, abaixou um pouco os olhos, mas deixou-os presos ao seio que arfava tão provocadoramente.

– Minha mulher atraíçoou-me, – continuou ele – e sofrerá, portanto, o merecido castigo. Sei, porém, que ela teve uma cúmplice que eu preciso conhecer para puni-la também.

Ana Campista fez um movimento e ergueu-se. Os seus cabelos negros desataram-se e caíram em enchentes de bastos anéis sobre os seus ombros nus.

– A senhora – prosseguiu Gil Soares – amiga íntima de Matilde, necessariamente conhece a sua cúmplice. Quem é, pois, essa mulher? Quem é?

– Sou eu – respondeu Ana Campista.

– E ousa dizê-lo?!

– Sim. Fui eu que levei Matilde à perdição. Fui eu que cavei um abismo entre ela e seu marido.

Gil Soares encarou confuso, quase aterrado, a mulher que assim lhe falava, e viu-lhe no semblante a audácia, a paixão, o arrebatamento em flamas abrasadoras.

– Mas é horrível – disse ele atônito.

– Sim! – exclamou Ana, prorrompendo. – Mas eu te amava! Eu te amo, Gil Soares!

No dia seguinte, Matilde entrava para o recolhimento do Parto, e Ana Campista ficava sendo a amante de Gil Soares.

Mulher execrável, porém alucinadora, fez do inconstante e libertino Gil Soares um escravo submisso. Dominou sobre ele, tornou-se o encanto e a loucura de sua vida.

Alguns meses durou a gozar tranqüilo desses indignos amores.

Ana Campista, embebida nos triunfos da sua paixão, tinha-se esquecido de um homem que devia vingar Matilde.

Lopo de Freitas descobriu a traição de que ele e a sua amada haviam sido vítimas, aborreceu ainda menos Gil Soares do que Ana Campista. Mas, observando com a solicitude e a vigilância do ódio os passos dos seus dois inimigos, exultou, conhecendo que podia tirar deles uma desforra completa.

Sem que lhe tremesse a mão com a vergonha de uma vil denúncia, escreveu a Lourenço Taques, informando-o dos desregramentos

de sua mulher, e a Leôncio Peres, anunciando-lhe a desonra de sua filha, e julgou-se livre da ignobilidade de denunciante, escondendo-se com a capa do anônimo.

Lourenço estava em companhia do sogro, no escritório da sua casa comercial, quando as cartas de Lopo de Freitas foram entregues. E apenas leu a que lhe era dirigida, rasgou-a com raiva, exclamando:

– É impossível! É uma calúnia!

– É possível – disse Leôncio com amargura e calma. – É mesmo provável. Eu já o suspeitava.

Lourenço sentiu um ímpeto de cólera igual ao amor ardente que nutria por Ana Campista, e ia sair precipitado, mas Leôncio Peres o deteve.

– Espera – disse ele a Lourenço.

– Atraído e esperar! – exclamou o marido amante e desgraçado.

O velho riu-se de um modo feroz.

– E eu não espero? – perguntou.

– O senhor não é marido, é pai.

– Mas eu espero porque... devo ser juiz, e se for preciso, serei algoz.

Passaram alguns momentos de silêncio.

– Escuta-me, tornou Leôncio. – Eu não compreendo a vida com uma nódoa, nem admito que haja perdão para a filha que desonra seu pai.

– E então?

– Então? É que o crime de que acusam minha filha importa numa sentença de morte para ela e para mim.

– E então? – repetiu Lourenço, como se receasse ter compreendido mal o lúgubre pensamento do velho.

– Então? – continuou este. É que o juiz tem necessidade de inteirar-se de toda a verdade, antes de lavrar a sentença que deve arrancar do mundo uma filha que desonrou seu pai, e um pai que não tolera a vida com o opróbrio.

Leôncio Peres falara com voz pausada e grave. O seu rosto mostrava uma serenidade aterradora.

Pai severo e homem de justiça cruel, que não sentia que a justiça deixa de o ser, quando se torna em crueldade, Leôncio Peres tinha já tomado uma resolução irrevogável.

Essa resolução preparava um atentado nefando.

Leôncio Peres era no fundo um mau homem.

Lourenço conservava-se em pé diante de seu sogro, que tornou, dizendo:

– Assim, pois, devemos primeiro chegar à evidência dos fatos que nos revelam. Descansa em mim. Silêncio e dissimulação. Dentro de três dias eu te falarei.

Lourenço obedeceu. Não falou. Não dormiu. Mas fingiu dormir. Dissimulou, e sabia já demais, quando no fim de três dias o sogro o chamou ao escritório.

– Tudo é verdade – disse Leôncio Peres.

– Eu o sei – respondeu Lourenço.

– Uma filha que enche de ignomínia seu pai – tornou o velho. Uma esposa que mancha o nome de seu marido é uma criminosa que deve morrer. É, porém, necessário que a sua morte não pareça um castigo, porque um castigo seria a manifestação pública da infâmia.

Lourenço estremeceu.

– Vou dizer-te como hás de matar tua mulher – continuou Leôncio.

– Matá-la?... Eu?... – exclamou o infeliz.

– Bem – prosseguiu o velho. – Não serás tu o algoz. Mas, em falta do marido que devia castigar a esposa infiel, o pai saberá punir a filha.

Lourenço horrorizou-se do que lhe dizia Leôncio, e saindo logo depois, tão ativamente trabalhou, que na tarde desse mesmo dia Ana Campista, quando menos o esperava, foi por seu marido conduzida para o recolhimento do Parto.

Lourenço não dera explicação alguma a sua mulher, não a injuriou, nem a maldisse. Obrigou-a a sair com ele, levou-a ao recolhimento, e ao vê-la entrar, disse-lhe:

– É o seu lugar. Arrependa-se.

Ana desapareceu. Lourenço escondeu duas grossas lágrimas que lhe caíram dos olhos e voltou para casa.

Tinha-se realizado a profecia do mestre Valentim.

Às sete horas da noite. Leôncio Peres chegou à casa de seu genro. Onde está minha filha? – perguntou, antes de sentar-se.

– No recolhimento do Parto – respondeu o genro.

O velho lançou um olhar de desprezo e de cólera sobre Lourenço, e saiu.

Leôncio Peres não tornou a aparecer no seu escritório a quem quer que fosse, e nunca mais dirigiu a palavra a seu genro. Escondendo-se de dia a todos os olhos, saía apenas de noite para ir passear muito tempo e sempre diante da capela do recolhimento do Parto.

O ressentimento e a severidade selvagem desse velho eram implacáveis.

Vagando de noite em frente do recolhimento do Parto, onde estava encerrada sua filha, Leôncio Peres era como a sentinela de uma vingança satânica.

E era mil vezes horrível, por isso mesmo que era pai.

IV

Ana Campista e Matilde tinham-se encontrado no recolhimento do Parto. Mas um ódio inflexível as separava para sempre. Eram ambas criminosas, estavam ambas igualmente corrompidas pelo vício. Matilde, porém, era ainda menos repulsiva do que Ana Campista.

O tempo foi correndo, e pouco e pouco caiu no esquecimento a história das desordens e loucuras das duas esposas adúlteras, e foi também esmorecendo a vigilância que se tivera sobre elas.

Lopo de Freitas e Gil Soares, escravos dos encantos dessas reclusas, sentiam redobrar a paixão que os devorava, por isso mesmo que a violência erguera muralhas insuperáveis e duras grades de ferro entre eles e suas amantes.

As reclusas e os dois apaixonados conseguiram escreverem-se. Mais tarde, Gil Soares e Ana Campista, Lopo de Freitas e Matilde encontraram-se e falaram-se algumas vezes no locutório.

Libertino e audaz como Gil Soares, Lopo de Freitas seguia também como ele o mesmo caminho. Seus destinos pareciam medidos pelo mesmo pensamento. Ambos, porém, ignoravam que iam marchando no mesmo terreno, e semelhantemente Ana Campista e Matilde mal pensavam que a vida e o proceder de uma eram ali, no recolhimento, verdadeira cópia da vida e do proceder da outra.

Adiantava-se o ano de 1789. Estava chegando ao seu termo o mês de julho.

Um acontecimento tristíssimo preocupava todos os espíritos, e tinha feito ainda mais esquecer as duas reclusas.

Descobrira-se em Minas Gerais o trama da famosa e patriótica revolução chamada do Tiradentes. Havia sido presos em Minas os principais chefes da conspiração, e no Rio de Janeiro, além do infeliz Tiradentes, um outro comprometido e muitos inocentes.

Luís de Vasconcelos tornava-se suspeito e perseguidor.

A desconfiança e o terror estavam derramados na capital do Brasil. Falava-se em forcas e horrorosos castigos, espalhavam-se boatos de projetadas desordens para se soltarem e salvarem os patriotas. Os corpos militares estavam alerta. O povo vivia em sobressalto.

A monção era favorável aos atrevimentos de um amor impetuoso e louco. Matilde ardia por ver-se fora e longe do recolhimento do Parto, e desde o mês de julho trabalhou por preparar os meios de sua evasão, de acordo com Lopo de Freitas.

O pensamento dominante na alma de Matilde era aquele mesmo que manifestara no dia do seu casamento. Era um incêndio.

Lopo resistiu. Mas por fim cedeu. Na sua última conferência com Matilde ficou resolvido que esta lançaria fogo ao recolhimento na madrugada de 24 de agosto e que, aproveitando a conseqüente desordem, fugiria para ir encontrar-se com o seu amante na rampa do largo do Paço, onde, embarcando-se ambos em algum batelão, atravessariam a baía e iriam ocultar-se em algum longínquo distrito do interior. Este plano tinha sido forjado e absolutamente adotado no locutório a 21 de agosto.

Entretanto, a mesma idéia de incêndio e de evasão fora também concebida e planejada por Ana Campista e por Gil Soares, que igualmente assentavam de efetuá-la nas primeiras horas do dia 24 de agosto.

Por que essa coincidência na escolha do dia para a execução dos sinistros projetos? É fácil de explicar. Um prejuízo havia e há ainda hoje, fundado, aliás, em observações repetidas de fenômenos atmosféricos muito constantes no mês de agosto. Por esse prejuízo acredita-se na infalibilidade de furacões e ventos fortíssimos no dia de S. Bartolomeu. Ora, uma ventania era útil para dar toda a veemência ao incêndio. E portanto, as duas reclusas designaram, cada uma de sua parte, a madrugada do santo das tempestades para fazerem arder o recolhimento.

Ana Campista e Gil Soares tinham assentado encontrarem-se no locutório a fim de tomarem as últimas disposições ao começar a noite de 22 de agosto.

Como mais tarde veremos o locutório das recolhidas do Parto era na igreja que ficava por baixo do coro.

Na tarde de 22 de agosto, estava o sacristão da capela de Nossa Senhora do Parto muito cansado, varrendo a sacristia, e a lembrar-se de que ainda tinha de varrer a nave da igreja e os corredores, quando desatou a rir, ouvindo uma voz bem conhecida repetir-lhe em tom baixinho:

Reverendo sacristão,
que estás com a vassoura em punho,
varrerei por ti a igreja,
se me deres cruz e cunho.^{81-A}

— Toma lá, Bota-bicas — exclamou o sacristão atirando com a vassoura ao poeta varredor.

Bota-bicas era um doido inofensivo, às vezes divertido, que então vivia na cidade do Rio de Janeiro, tão guloso como apaixonado das libações alcoólicas. Improvisava quadrinhas, quando tinha fome ou sede.

Por que o chamavam Bota-bicas? Não sei. Certo é que o próprio doido perdeu a lembrança do seu nome de batismo, habituando-se à alcunha que lhe tinham posto.

81-A Alusão às moedas da época, com a cruz e o cunho d'armas do reino de Portugal.

Bota-bicas era uma notabilidade burlesca da cidade. Conhecia todos os seus habitantes e era de todos conhecido. O mesmo vice-rei recebera dele, uma ou outra vez, cumprimentos em consoantes.

O sacristão foi passear e Bota-bicas ficou varrendo, com a esperança de receber alguns vinténs. Acabou de varrer e deixou-se na igreja à espera do sacristão. E tanto esperou, que de cansado sentou-se, e recostando-se a uma das colunas do coro estava quase adormecendo, quando sentiu rumor e viu Gil Soares aproximar-se do locutório, a quem logo depois veio falar Ana Campista.

Curioso de ouvir a conversação de uma recolhida, Bota-bicas fingiu dormir e começou a roncar como um endemoninhado.

– Quem está aí? – perguntou Ana.

– É o Bota-bicas – respondeu Gil Soares.

– É preciso despertá-lo e fazê-lo sair.

– Mas esse doido conhece-nos, e se nos visse aqui poderia falar.

– E se nos ouvisse?

– Um homem que dorme não ouve. Aproveitemos o tempo. Sobreveio algum inconveniente que possa contrariar o nosso plano?

– Não. Depois de amanhã, à 1 hora da madrugada, um incêndio estará devorando este maldito recolhimento, e às 2 horas conto achar-me fora dele e correndo para encontrar-te.

– À meia-noite em ponto – respondeu Gil Soares. – Postar-me-ei com dois fogosos cavalos à entrada do caminho de Catumbi. É aí que te espero, Ana, para nunca mais nos separarmos, porque o asilo a que nos recolheremos é tão longe da capital como aprazível e seguro.

Nesse momento soou o toque de uma sineta.

– Adeus – disse Ana Campista. – Conta comigo. Até depois de amanhã às 2 horas da madrugada.

– Sim. Às 2 horas da madrugada.

Ana retirou-se. Gil Soares saiu da capela. E Bota-bicas deixou de roncar, e abriu os olhos.

– Fogo no Parto! – balbuciou ele espantado e levantando-se.

Era noite fechada. Bota-bicas não pensou mais no sacristão e, atirando-se para a rua, começou a correr e a bradar:

– Fogo no Parto! Fogo no Parto!

Todos aqueles que ouviam os gritos de Bota-bicas punham-se a rir.

– Ah! vocês riem-se? Pois é verdade! Fogo no Parto! Fogo no Parto!

Todos, porém, continuavam a rir do Bota-bicas e este a correr e a bradar, até que uma mão de ferro lhe travou o braço e uma voz grave e um pouco trêmula lhe disse:

– Basta, já sei. Queres tu cear e beber uma garrafa de bom vinho?

O terror de Bota-bicas dissipou-se de súbito ao encanto da-quele convite.

– Se quero!

– Acompanha-me.

O doido obedeceu prontamente, e seguindo as pisadas do homem que lhe falava e que se conservava cuidadosamente rebuçado, entrou em uma taverna do largo da Carioca e foi sentar-se defronte no misterioso personagem, junto de uma rude mesa, em um gabinete escuro e úmido que havia no fundo da venda.

– Ninguém deve entrar aqui. Preciso estar só – disse o rebuçado ao taverneiro. – Mande vir peixe, pão e vinho.

O taverneiro desapareceu imediatamente.

Bota-bicas sentiu uma impressão suavíssima, ouvindo falar em peixe, pão e vinho. Não pôde conter-se e bradou:

– Sardinhas fritas, pimentões e aguardente!

– Terás tudo isso e mais ainda – tornou o rebuçado. – Responde, porém, primeiro. Quem ainda há pouco saiu antes de ti da capela do Parto?

– Foi o Sr. Gil Soares – respondeu o doido.

– E o que fez ele na igreja?

– Conversou no locutório.

– Com quem?

– Com a filha do Sr. Leôncio Peres.

O rebuçado violentou-se para conter uma imprecisão.

O taverneiro trouxe quatro grandes postas de peixe frito, um prato de sardinhas com pimentões, farinha, pão e uma garrafa de vinho.

– Falta a aguardente – disse Bota-bicas, começando a devorar.

O rebuçado encheu de vinho um copo de quartilho, mas teve o doido que se lançava já ao licor atrativo.

– Antes de beber hás de repetir-me a conversação de Gil Soares e... da recolhida.

– Fogo do Parto! – gritou Bota-bicas.

– Não grites, desgraçado! Explica-me isso em voz baixa, ouviste? Se gritares, deitarei fora o vinho.

O doido contou tudo quanto ouvira.

O rebuçado fê-lo repetir dez vezes todas as particularidades de trama.

– Podes beber – disse, entregando o copo a Bota-bicas. A garrafa de vinho ficou logo esgotada.

– Mais vinho e meia garrafa de aguardente! – bradou o rebuçado.

Bota-bicas exultou de prazer.

– Ouve – tornou daí a pouco o rebuçado. – Não quero que fales mais em fogo no Parto.

– Menos essa! – disse o doido.

– Por quê?

– Não quero que se queime a igreja.

– Não falarás.

– Fogo no Parto! – gritou Bota-bicas.

– Não te darei mais aguardente nem vinho.

– Algum outro me dará amanhã – respondeu o doido, e tornou a gritar!

– Fogo no Parto!

Ouviam-se risadas da gente que estava na taverna.

O rebuçado tranqüilizou Bota-bicas, oferecendo-lhe um copo de aguardente.

– Gostas de genebra? – perguntou logo depois.

– Venha – disse Bota-bicas.

Às 9 horas da noite o doido estava completamente bêbedo, e saiu do gabinete quase arrastado pelo misterioso reбуçado.

– Mais um copo de aguardente – disse este.

E o pobre doido bebeu ainda e foi cambaleando pela rua, preso pelo braço do reбуçado, que o levou assim até o princípio da rua da Cadeia,⁸² e que, aí chegando, bradou por socorro com voz alterada e aflita.

Acudiram logo alguns soldados da guarda da cadeia.

– Este bêbedo ofendeu-me e persegue-me – exclamou o reбуçado.

Bota-bicas não podia defender-se, e foi conduzido pelos soldados, que o trancaram na cadeia, enquanto o reбуçado voltava tranquilamente para sua casa.

No dia seguinte Bota-bicas acordou espantado, achando-se na prisão. Lembrou-se vagamente do que lhe acontecera na véspera, sentia-se possuído de uma espécie de terror ao recordar-se do reбуçado, e voltando outra vez à sua idéia, tantas vezes gritou – Fogo no Parto! – que o carcereiro teve de impor-lhe silêncio ameaçando-o com pancadas.

O pobre doido calou-se, e, abraçado com as grades da janela da sala em que estava preso, passou o dia a olhar para a rua e a sofrer silencioso as zombarias dos meninos e dos garotos.

Ao cair da tarde, Bota-bicas viu o vice-rei Luís de Vasconcelos, que, saindo a cavalo, passava diante da cadeia. Perdendo então o medo ao carcereiro, bradou:

Bota-bicas está preso,
deves mandá-lo soltar,
Porque, preso, o Bota-bicas
não pode bicas botar.

O vice-rei pôs-se a rir e ordenou que soltassem o pobre doido.

Esta ordem foi logo cumprida, e Bota-bicas, festejado pelos rapazes, achou logo entre eles um que mais velho parecia, e que o levou

82 Da Assembléia. Ia ter à cadeia velha, depois edifício da Câmara dos Deputados.

a comer sardinhas fritas com pimentões e a beber aguardente em uma tasca do beco, hoje rua do Cotovelo,⁸³ onde o reteve até alta noite.

Esse apreciador do Bota-bicas era um caixeiro da casa comercial de Leôncio Peres.

A espécie de caridade que esse caixeiro mostrara converteu-se no mais repreensível abuso da miséria e do vício do doido.

O caixeiro evidentemente trabalhava por embebedar outra vez Bota-bicas, esforçando-se por fazê-lo beber vinho, aguardente e genebra, que não cessava do mandar vir.

Bota-bicas lutava heroicamente com o seu vício dominante. Cedendo à atração dos licores que o caixeiro lhe oferecia, levava os copos à boca, bebia algumas gotas. Mas deitava logo fora quase todo o vinho, aguardente e genebra.

– Por que não bebes? – perguntou-lhe o caixeiro.

– Não quero embebedar-me. Preciso falar ao vice-rei antes da meia-noite.

Mas o vício não ficava de todo vencido. Bota-bicas não se embebedava. Não tinha, porém, ânimo de sair da tasca.

O cheiro da aguardente encantava-o e retinha-o. Fê-lo esquecer que as horas corriam e prendeu-o à tasca por tanto tempo que o pobre doido soltou um grito e levantou-se desesperado, ouvindo os sinos de algumas igrejas darem o sinal da meia-noite.

Bota-bicas, sem atender ao caixeiro que o procurava reter, correu para o palácio e declarou que queria falar com o vice-rei.

Os soldados da guarda do vice-rei a princípio riram-se do doido. Um deles, porém, aborrecido da sua insistência, deu-lhe tal empurrão, que o fez cair estirado nas pedras.

Bota-bicas soltou um gemido pungente. Levantou-se a custo e retirou-se, murmurando:

– Não foi culpa do Bota-bicas.

Reinava o silêncio.

83 Hoje Vieira Fazenda. Nessa rua nasceu o grande historiador da cidade.

No recolhimento do Parto dormiam as recolhidas em profundo sono.

Mas, ao soar aquela hora solene da meia-noite, Ana Campista ergueu-se. Prendeu ao braço esquerdo uma pequena trouxa, acendeu uma lanterna, envolveu-a com um lenço para encobrir a luz, tomou algumas velas de que já se tinha munido, saiu para o corredor e seguia em direção à igreja, quando a porta da cela de Matilde abriu-se, e as duas esposas adúlteras acharam-se em frente uma da outra.

Matilde trazia também uma lanterna na mão direita e algumas velas na esquerda.

Ana Campista havia recuado um passo. Logo, porém, adivinhando pelos seus os desígnios de Matilde, avançou para ela e murmurou a seus ouvidos com acento ameaçador:

– Incendiária!

Matilde estremeceu, cambaleou, e cairia desmaiada no assoalho, se Ana Campista a não recebesse nos braços.

Não foi a compaixão nem sentimento algum de humanidade que impediu aquela queda. O ruído não convinha a Ana Campista, que por isso prevenira com o auxílio dos seus braços o baque de um corpo.

Logo depois, a ousada e terrível mulher descansou no assoalho Matilde desmaiada, deixou junto dela a lanterna, cuja luz apagou, e as velas que lhe pertenciam, e prosseguiu com passos rápidos e leves para a capela.

À uma hora da madrugada os habitantes da capital despertaram sobressaltados aos dobres dos sinos e ao rufar dos tambores.

O vice-rei montou a cavalo e saiu. As autoridades correram aos seus postos, os corpos militares já estavam em armas.

No primeiro momento supôs-se que rebentara uma conspiração a favor dos presos políticos comprometidos na projetada revolução de Minas Gerais.

Os tranqüilos habitantes da cidade do Rio de Janeiro hesitavam em sair de suas casas. Mas em breve encheram-se as ruas com a notícia de que se incendiara o recolhimento do Parto.

Fantasmas de negro fumo e horríveis línguas de chamas atestavam o grande infortúnio.

Uma fogueira colossal iluminava a cidade.

Ana Campista tomara com habilidade todas as suas medidas. Fora atear o incêndio no fundo da igreja, e o fogo desenvolveu-se sem ser sentido nesse lugar afastado.

Quando a luz infernal e ondas de fumo sufocante acordaram as recolhidas, já era tarde. O incêndio tinha conquistado toda a capela e invadia o recolhimento.

É inexprimível o terror e a desordem de que se apoderaram as infelizes recolhidas. Todas gritavam misericórdia, todas tentavam de balde salvarem-se.

Matilde, encontrada sem sentidos caída no corredor, tendo junto de si algumas velas e uma lanterna, foi logo reputada autora do horrível malefício.

Mas enfim, as portas começaram a ser despedaçadas, penetraram guardas e homens dedicados no recolhimento. As recolhidas arrojaram-se espantadas para a rua e Matilde foi levada nos braços de dois soldados para fora do edifício inflamado.

Entre as reclusas, uma, porém, houve que se mostrou intrépida e capaz de afrontar a morte.

O fogo abrasava a igreja toda. A reclusa heróica lembrou-se das imagens santas, e, esquecida de si própria, arrojou-se à nave coberta e cercada de flamas. Uma nuvem de fumo escureceu-lhe a vista. Mas nem assim recuou, e, voando por entre as chamas, desaparecendo na fumaça, correu ao altar-mor, tomou em seus braços a imagem de N. S. do Parto, e, sem dúvida defendida por tão sagrado escudo, apareceu sã e salva no meio da multidão, que a vitoriou entusiasmada.

O fogo consumiu todas as outras imagens.

No indizível tumulto e na desordem imensa a que o incêndio dava lugar, Ana Campista conseguira desaparecer.

Quando se fez a conta das recolhidas, deu-se por falta dela. Uns a acreditaram vítima do incêndio, outros pensaram que, aproveitando a confusão geral, ela tinha escapado a uma reclusão que aborrecia.

Mas faltava o tempo para as reflexões.

Empenhavam-se todos os esforços para atalhar o fogo. O fogo, porém, triunfava de todos os esforços do homem.

Com o estalido das madeiras, com o ruído dos tetos que desabavam, com o sussurro sinistro das chamas, misturavam-se os gritos da multidão, as reclamações dos bombeiros e as ordens dos chefes, dadas em alta voz.

Lia-se em todos os semblantes a dor, chegavam a todos os corações os gemidos e as lamentações das recolhidas, e no meio dessa aflição de tantos, desse pesar de quase todos, retumbava de espaço a espaço uma gargalhada estridente.

Era Bota-bicas, que em sua loucura ria-se daqueles que não tinham querido acreditar no seu prudente brado! – Fogo no Parto!

Enquanto o incêndio devorava assim a capela e o recolhimento de N. S. do Parto, Ana Campista corria para o sítio onde Gil Soares a devia estar esperando.

Sem temor e sem refletir no mal que havia feito, sem receio da justiça dos homens e da justiça de Deus, impávida e resoluta, Ana Campista foi, com acelerado passo, atravessando o campo do Rosário, depois o campo de Santana, e avançando sempre para o sítio desejado.

Em sua marcha rápida encontrara grupos de curiosos que se dirigiam ao lugar do incêndio. Ninguém lhe falou, ninguém procurou conhecê-la.

Uma única vez ouviu a voz de um desconhecido, que exclamou, ao vê-la passar:

– Onde irá essa infeliz?

Ana estremeceu. Aquela pergunta inesperada, aquela palavra – infeliz – soou a seus ouvidos como um presságio funesto. Era tarde, porém, para o arrependimento.

A incendiária do recolhimento do Parto continuou a caminhar, e, arfando de fadiga, saudou, enfim, de perto a entrada do caminho de Catumbi.

Alguns passos ainda, e achar-se-ia nos braços de Gil Soares.

Ana Campista caminhou um pouco mais; de súbito, porém, hesitou, parou e teve medo.

Gil Soares devia estar só e Ana começava a entrever alguns vultos exatamente no lugar onde o seu amante prometera esperá-la.

A esposa adúltera julgou ouvir um gemido abafado. Aterrada, pensou em voltar e fugir, mas faltaram-lhe as forças e ficou imóvel.

Um dos vultos avançou para ela, deixou cair uma capa em que se envolvia, e mostrando bem de perto o rosto, perguntou-lhe com voz surda e lúgubre

– Conheces-me?

A desgraçada reconheceu seu pai e caiu de joelhos.

Leôncio Peres arrastou-a para onde estavam os outros vultos.

Ana viu de um lado dois homens mascarados, do outro Gil Soares com uma mordaca na boca, atado a uma árvore, e perto dele dois cavalos selados.

O sítio era ermo. Não havia ali socorro possível.

– A cavalo! – disse Leôncio Peres à sua filha. Queriam fugir, fugiremos.

Ana estava a ponto de desmaiar.

– A cavalo! – repetiu o velho terrível e cruel.

E como não fosse logo obedecido, Leôncio fez que Ana Campista se aproximasse de Gil Soares, e, tirando um punhal do seio, tornou a dizer:

– A cavalo!

Ana pareceu não ouvir.

O velho descobriu o peito de Gil Soares, e marcando o lugar do coração, aplicou aí a ponta do punhal, que penetrou algumas linhas.

A vítima gemeu. Ana sentiu o sangue do amante salpicar-lhe as mãos e soltou um grito de dor extrema.

– A cavalo! – bradou Leôncio com a mão no punhal.

Ana Campista, trêmula e arquejante, montou a cavalo.

O velho imitou-a logo, e disse aos mascarados:

– Podeis retirar-vos. E... silêncio!

E quando não ouviu mais o ruído dos passos daqueles ferozes cúmplices de uma vingança bárbara e inumana, Leôncio Peres tocou para diante do seu o cavalo em que ia sua filha e obrigou-a a romper em rápida carreira.

Dentro em pouco Gil Soares nem mais ouviu o tropel dos cavalos.

Quando se dissiparam as trevas daquela tormentosa noite, Gil Soares foi encontrado ainda com a mordaca na boca, com os vestidos cheios de sangue e atado à árvore, como o deixara Leôncio Peres.

Debalde procuraram fazê-lo dar esclarecimentos sobre os motivos e os autores de semelhante violência. Gil Soares não se atreveu a acusar aquele pai cruel e selvagem. Porque também a si acusaria, publicando a verdade.

Leôncio Peres e Ana Campista desapareceram para sempre. O fim que ambos tiveram foi um mistério que nunca se revelou, e de que provavelmente a natureza deveu horrorizar-se.

Eis aqui a história do incêndio da capela e do recolhimento de N. S. do Parto, como a ouvi daquele padre velho de quem tenho já falado aos meus companheiros de passeio.

Mas eu estou convencido de que esse meu respeitável informante arranja de vez em quando, e apesar de ser padre, suas petas muito honradamente. E, pois que não desejo que nos nossos passeios a verdade seja sacrificada aos encantos da imaginação, vou dizer o que é preciso para impedir esse grave inconveniente.

Quem quiser prestar fé inteira à história que me contou o padre velho pode fazê-lo, na certeza de que não virá por isso grande mal ao mundo, e tenho a consolação de afirmar que muitas outras correm por aí tão autênticas e positivas como esta.

Pela minha parte, creio que o padre velho arranjou um romance em vez de contar-me uma história verídica. Entretanto, estou habilitado para assegurar que há nesse romance algumas verdades que convém indicar.

É exato que Ana Campista e Matilde existiram, foram casadas, esposas infiéis encerradas por seus maridos, em castigo das suas infidelidades, no recolhimento do Parto.

É exato que viveu no tempo do vice-rei Luís de Vasconcelos o tal doido Bota-bicas, e é absolutamente autêntica a sua prisão, como é autêntica a quadrinha pela qual o vice-rei o mandou soltar.

É exato que alguns pensaram e propalaram ter sido Matilde que pusera fogo ao recolhimento. Sobre Ana Campista, porém, recaíram ainda mais veementes suspeitas da perpetração desse crime, porque a sua fuga pareceu a muitos seguro indício de culpa.

É ainda verdade que Ana Campista desapareceu na madrugada de 24 de agosto, aproveitando-se do tumulto e da confusão a que deu motivo o incêndio para efetuar uma fuga tão afortunada ou tão fatal, que não foi possível descobrir-se o retiro a que se acolheu, ou o fim que teve essa desgraçada, de quem não houve mais notícia, apesar de todas as indagações e diligências das autoridades.

É, enfim, da mais completa exatidão o belo feito daquela recolhida que ousou arrostar as chamas para salvar a imagem sagrada de N. S. do Parto.

Resume-se nisto o pouco que sei de mais positivo a respeito do incêndio do recolhimento e da capela do Parto. Contento-me com esse pouco, e deixo as glórias do romanesco e dos alinhos de imaginação ao meu amigo e informante, o padre velho.

V

Enquanto com energia e atividade se empregavam todos os meios para atalhar o incêndio que devorava a capela e o recolhimento de N. S. do Parto, o vice-rei Luís de Vasconcelos ocupava-se também das pobres recolhidas que não podiam ficar na rua, nem acolher-se onde o seu recato não estivesse plena e religiosamente defendido.⁸⁴

Em falta de melhor asilo, foram às recolhidas hospedar-se na casa dos terceiros franciscanos, que servia de hospital, como ainda hoje o é, e ali receberam elas todos os cuidados e socorros.

Matilde seguiu o destino de suas companheiras, que sem de todo absolvê-la da culpa daquele incêndio, acabaram por considerar Ana Campista a principal criminosa.

84 As duas telas de Leandro Joaquim, que se admiram na sacristia da igreja do Parto, dão bem idéia do incêndio e das providências do vice-rei e de mestre Valentim.

Ao romper do dia 24 de agosto, o incêndio tinha sido, enfim, dominado. Mas da capela e do recolhimento só restavam as paredes enegrecidas.

Luís de Vasconcelos observava triste, aos primeiros raios do sol, os restos fumegantes dos dois edifícios, quando, ao voltar os olhos, viu a dois passos o mestre Valentim.

– Está vendo, mestre? Perdemos em poucas horas o nosso trabalho de dois anos!

– Senhor vice-rei – disse o arquiteto friamente – a fazenda real, o culto religioso e a piedade perderam muito por certo, mas a arte...

– Que tem com isto a arte?

– Não perdeu coisa alguma.

Luís de Vasconcelos sorriu e tornou, logo depois:

– Perdôo-lhe esse egoísmo de artista. Mas o seu gênio vai sofrer um novo tormento.

– Como?

– Não temos dinheiro para levantar monumentos, e pois que ainda nos ficaram as paredes da capela e do recolhimento, é preciso que as aproveitemos nas novas obras da reedificação.

– Nas novas obras...

– Que devem começar imediatamente debaixo da sua direção.

O mestre Valentim conhecia bem o homem que lhe falava, e portanto, não replicou.

Luís de Vasconcelos tinha palavra e vontade forte, e no arbítrio e no despotismo recursos vigorosos para fazer-se obedecido.

Quando encontrava um obstáculo que lhe impedia a marcha, franzia as sobrancelhas, e o obstáculo desaparecia. Em uma hora, com quatro ordenanças, realizava mais do que hoje o Ministério das Obras Públicas em um ano, com toda a sua secretaria e com todos os seus engenheiros, empregados e exército de trabalhadores.

Apesar disso, confesso que não quisera ter vivido no tempo em que a liberdade e a sorte dos brasileiros pendiam dos cabelos das sobrancelhas do vice-rei.

Porém, Luís de Vasconcelos quis, mandou e fez-se.

Quentes estavam ainda as cinzas resultantes do incêndio, e tinham já começado as obras da reedificação da capela e do recolhimento de N. S. do Parto.

Como por encanto, apareceram madeiras, materiais e trabalhadores de sobra.

E dirigindo as obras, solícito, infatigável e zeloso mostrava-se, correndo de um para outro lado, e falando e gritando, com um acento minhoto muito forte que adquirira em Portugal o feio, mas habilíssimo mestre Valentim, a quem todos conheciam mesmo de longe pelo infalível capote de pano cor de vinho, que nas horas de trabalho e em seus passeios à noite trazia constantemente, quer fizesse calor, quer frio.

O capote cor de vinho do mestre Valentim era célebre no Rio de Janeiro, e mais de uma vez tinha sido o denunciante de seu dono, em algumas empresas amorosas.

Com tanto vigor e atividade foram as obras executadas, que se acharam prontas no fim do mesmo ano de 1789, e no dia 8 de dezembro puderam voltar N. S. do Parto ao seu trono e as recolhidas ao seu asilo.

A reedificação não mudou o aspecto nem as proporções dos edifícios, o que não pouco incomodava o mestre Valentim.

– Então, mestre? – perguntaram-lhe uma vez. – Concluiu, enfim, as suas obras?

– Aquelas obras não são minhas – respondeu o arquiteto. – Aquelas obras são do vice-rei.

Na tarde do dia 8 de dezembro de 1789, toda a população da cidade do Rio de Janeiro acudiu ao largo da Carioca, à ladeira de S. Antônio e à rua do Parto para testemunhar a aparatosa solenidade da volta de N. S. do Parto e das recolhidas aos seus antigos domínios.

Houve uma brilhante procissão em que tomaram parte diversas corporações religiosas e todas as pessoas gradas da capital.

A S. do Parto foi conduzida em um rico andor carregado aos ombros do vice-rei Luís de Vasconcelos e dos homens mais graduados que a cidade contava.

Imediatamente depois do andor, vinham as recolhidas, duas a duas, com os olhos baixos e dando graças ao céus em piedosas orações.

O povo mostrava entre as recolhidas a mísera Matilde, que caminhava menos alegre e mais perturbada que todas as suas companheiras.

A procissão, que saíra da igreja de S. Antônio, onde tinha sido recolhida a imagem sagrada, seguiu logo para a capela reedificada, e aí foi a S. do Parto colocada no seu trono, e em seguida encerraram-se as recolhidas no seu asilo.

No dia seguinte, celebrou-se uma pomposa festividade religiosa na capela nova.

O vice-rei Luís de Vasconcelos fez doação do que se despendera com as obras da reedificação da capela e do recolhimento à mitra do Rio de Janeiro, ficando, pois, desde então, uma e outra debaixo da guarda e como propriedade episcopal, o que ainda mais confirmou a portaria do Ministério dos Negócios do Reino, datada de 30 de setembro de 1812.

Dezessete anos mais tarde, outra portaria, de 13 de novembro de 1829 (essa, porém, do bispo do Rio de Janeiro, passou a capela e a casa do recolhimento de N. S. do Parto para o domínio do seminário episcopal de S. José, como parte do seu patrimônio, com a obrigação de sustentar o mesmo seminário o culto religioso na capela).

Mas, a esse tempo, já o recolhimento pertencia apenas à história do passado, tendo desaparecido essa instituição em consequência de uma espécie daquelas aposentadorias que, em seguida à vinda da família real portuguesa para o Brasil, puseram a tanta gente com os trastes na rua.

O palácio real tinha, em 1808, conquistado o convento dos Carmelitas e a igreja dos mesmos, que se tornara em capela real. E pouco depois, operou a conquista do hospital da Ordem Terceira do Carmo, que ficava contíguo, e ali estabeleceu a biblioteca também real, que foi franqueada ao público. Sendo, porém, indispensável compensar a perda sofrida pela Ordem Terceira, deu-se-lhe a casa do recolhimento de N. S. do Parto para aí ser arranjado o hospital.

Essa mudança efetuou-se em 1814. Desde 1812, porém, o recolhimento já tinha deixado de existir, ou porque se calculasse com a necessidade da compensação, que se realizou dois anos mais tarde, ou

porque tivesse parecido a casa das recolhidas precisa e conveniente para algum outro mister.

A Santa Casa de Misericórdia foi o seio onde se abrigaram as meninas e moças que então ainda havia no recolhimento. É certo, porém, que nem todas seguiram esse destino, e que uma ou outra ficou vivendo no século, e recebendo uma pensão ou mensalidade paga, creio eu, pela mitra.

Ainda hoje, vê ir correndo o tempo, e rende, por isso e por outros favores, graças a Deus uma, pelo menos uma, das antigas recolhidas de N. S. do Parto. Mas não quero dizer quem é, nem onde mora, para poupá-la às visitas e perseguições dos curiosos que de ordinário se mostram sobremaneira impertinentes.

Assim, pois, o ano de 1812 pôs um ponto final ao recolhimento de N. S. do Parto.

Devemos ter saudade dele? Creio que não.

Esse recolhimento nem era um estabelecimento criado para instrução e educação de meninas, nem um convento de freiras. Abrigo de mulheres sem voto, serviu também, e muitas vezes para reclusão de filhas e de esposas condenadas por seus pais e por seus maridos.

Como simples retiro destinado àquelas que, aborrecidas do século, desejavam fugir ao mundo e consagrar-se exclusivamente a Deus, era, sem a menor dúvida, muito desnecessário, porque a mulher que, desenganada das ilusões do século, quer engolfar-se no amor divino, tem o mais completo dos retiros do mundo no exclusivismo desse amor puro e santo. Que receia ela fora das grades e dos muros de um recolhimento? A tentação do Diabo? Ah! porventura o Diabo não tem penetrado mil vezes nos recolhimentos e nos claustros? Não é o hábito que faz o monge.

Como reclusão para filhas desobedientes e esposas infiéis, era um abuso da prepotência do homem sobre a mulher e um castigo que a lei não autoriza nem pode autorizar, porque, além de tudo, permitia que o homem fosse ao mesmo tempo juiz e algoz, e que a ré, criminosa ou não, fosse julgada, condenada e punida sem que pudesse um só momento fazer-se ouvir.

Convenho em que era um excelente recurso para os maridos que se aborreciam de suas mulheres. Mas a religião não deve proteger a prepotência.

Como estabelecimento de educação para o sexo feminino, poderia ser muito útil, uma vez que fosse bem dirigido. Mas ainda bem que não perdurou, sendo o que era. Porque, se houvesse perdurado, talvez estivesse agora entregue a certas professoras de religiosa importação, que no Brasil florescem fora da lei ou acima da lei, pois que nem ao menos são sujeitas a exame das matérias que ensinam, sendo, aliás, isso a todos determinado e de todos exigido pelos regulamentos da instrução pública.

E bom foi que não tivesse sido convento de freiras, em vez de simples recolhimento de mulheres sem voto, o asilo de N. S. do Parto, porque assim contamos de menos um desses anacronismos de pedra e cal que ainda hoje existem, uma dessas tristíssimas prisões onde, a par de algumas, talvez bem poucas, respeitáveis e santas vocações, gemem em perpétuo tormento muitas pobres senhoras que poderiam ter sido dignas e virtuosas mães de família, e dado à pátria filhos prestantes e beneméritos.

Não me chamem irreligioso. A religião não pode andar em briga com a natureza. A primeira lei de Deus não pode ser ultrajada pelos homens em nome do mesmo Deus.

A mulher que por vocação, por arrependimento ou por qualquer outro motivo entender que lhe cumpre separar-se do mundo e procurar ser agradável a Deus, sujeitando-se a quantas privações e austeridades se observam nos conventos mais rígidos, pode bem fazê-lo em sua casa, e por certo que será prática mais meritória a observação de todas as regras claustrais no seio da liberdade do que dentro dos muros de uma prisão, e em consequência de um voto perpétuo, que equivale a um suicídio moral.

Os conventos são sepulturas de muitos corações que palpitam, almejando debalde a vida.

Um voto de freira é um roubo feito à sociedade. É a morte antes de se ter morrido. Nas portas dos conventos estariam bem cabidas as palavras que o Dante escreveu na entrada do seu Inferno.

Mas por onde vou eu? Fiz protestos de concisão, e estou divagando como um deputado que fala sobre o voto de graças. E em que me fui meter? Quem sabe se desabará sobre mim alguma horrível trovoadas?

Corro a abrigar-me no seio sagrado. Entro na capela de N. S. do Parto.

Já dei uma ligeira idéia do triste e feio aspecto exterior desta capela e do antigo recolhimento que se exteriormente não é feio nem triste, mostra-se, pelo menos, irregular, muito comum e sem beleza alguma de arquitetura.

Completarei agora aquela rápida e insuficientíssima descrição, estudando o interior da capela.

Do antigo recolhimento falarei mais tarde, quando visitarmos o hospital da ordem terceira do Carmo.

O nosso muito ligeiro exame e passageira apreciação hão de limitar-se à sacristia e ao corpo principal da capela.

Comecemos pela sacristia.

É ela uma sala simples e pobre, mas proporcionada em tudo ao resto do edifício de que faz parte.

Entretanto, encontram-se presos às paredes desta sacristia preciosos tesouros artísticos que devem ser conservados com amor.

Além de um retrato do atual e venerando bispo, conde de Irajá, obra de arte devida ao pincel do Sr. Silva Manuel, e de um retrato cujo autor não conheço e que perpetua o nome de frei Francisco de Gênova, missionário apostólico, capuchinho, ex-procomissário, falecido no dia 3 de abril de 1852, religioso, sem dúvida, prestante, a quem a venerável Ordem Terceira de N. S. das Mercês, em agradecimento aos seus relevantes serviços, fez retratar para conservar a sua memória, além desses dois, digo eu, ainda há um retrato do vice-rei Luís de Vasconcelos, e mais dois quadros cujo valor aumenta à medida que o tempo vai correndo.

O primeiro desses quadros representa o incêndio do recolhimento e capela de N. S. do Parto, lendo-se abaixo da pintura a seguinte nota: “Fatal e rápido incêndio o que reduziu a cinzas em 23 de agosto de 1789 a igreja, suas imagens e todo o antigo recolhimento de N. S. do

Parto, salvando-se unicamente ilesa dentre as chamas a milagrosa imagem do mesma Senhora.”

Cumpre observar que nesta nota vem marcado o dia 23 de agosto, como aquele em que teve lugar o incêndio. É um erro a que deu causa o haver-se ateado o fogo nas primeiras horas do dia 24. Todos os cronistas marcam o mesmo dia e a mesma data que marquei, exceto o padre Luís Gonçalves dos Santos, que, nas suas *Memórias*, diz na noite de 23 para 24 de agosto de 1787, o que é erro ainda maior.

O segundo quadro representa a capela e o recolhimento já reedificados, e traz, como o primeiro, a sua nota: “Feliz e pronta reedificação da igreja e todo o antigo recolhimento de N. S. do Parto, começada no dia 25 de agosto de 1789 e concluída em 8 de dezembro do mesmo ano.”

Nestes painéis se descobrem as figuras do vice-rei Luís de Vasconcelos e do mestre Valentim, e são ainda mais apreciáveis, e o serão dobradamente para os vindouros, porque aí se podem estudar os trajes da época desenhados com fidelidade e beleza.⁸⁵

Estes dois painéis e o retrato de Luís de Vasconcelos são do mestre Leandro Joaquim.

Além das obras de arte que acabo de mencionar há na sacristia uma porção de parede coberta de pés e pernas, mãos, cabeças, seios e até meninos de cera, cumprimentos de promessas devotas e agradecidas à bondade e misericórdia divina. São os testemunhos em cera dos milagres que têm dado assunto a mil epigramas de certos viajantes que, quanto menos observam, mais falham.

A capela propriamente dita contém, além do altar-mor, onde é adorada N. S. do Parto, mais quatro altares, e ainda um portátil, do lado da Epístola, e uma capelinha de N. S. das Dores, do lado do Evangelho.

A imagem de N. S. do Parto ainda hoje é, e deve ser sempre a mesma que foi salva das chamas.

Os quatro altares laterais têm um painel de Santa Cecília e alguns outros, que são todos obra de Leandro Joaquim.

85 Não só os trajes, como o mobiliário, a arquitetura e os tipos populares.

Duas palavras sobre este artista.

Leandro Joaquim foi contemporâneo do célebre Manuel da Cunha, que pintou o teto da capela do Senhor dos Passos na capela real e hoje imperial. Teve um pincel suave, como diz o Sr. Porto Alegre, e deixou muitos quadros na igreja de S. Sebastião do Castelo,⁸⁶ na de N. S. do Parto, conforme acabamos de ver, e provavelmente em outras.

Nada mais sei de Leandro Joaquim, e pena é que tão pouco se sabia dos nossos artistas.

Acabemos com o estudo da capela.

O coro chama agora, e por último, a nossa atenção. Encontram-se aí, embora em quase abandono, os sinais postremos do antigo recolhimento.

O coro da capela, aberto aos músicos que devem acompanhar com seus cantos as solenidades religiosas, está colocado entre um outro, defendido por grades de pau, que era o coro das recolhidas, e o locutório, que se mostra ainda no fundo da capela, vedado por grades também de pau.

O locutório servia também de comungatório às recolhidas e, além de comungatório, de sepulcrário a essas pobres criaturas.

Hoje em dia, está o antigo locutório reduzido a armazém de trastes velhos. Quem entra, porém, ali, ainda vê no meio de cadeiras e de armários desconjuntados o esquite em que eram por algumas horas depositados os cadáveres das recolhidas que morriam, e ainda pode contar as sepulturas que as esperavam, cárceres da morte preparados no seio de um cárcere da vida.

Não tenho mais que descrever. Restam-me, porém, algumas, bem poucas, recordações a deixar aqui registradas.

A capela de N. S. do Parto já teve o seu tempo de esplendor.

Celebravam-se nela festas pomposas, sendo entre outras muito notável a de Santa Cecília, cujo culto os músicos tinham e têm tomado a seu cargo.

86 Mudada após o desmonte da colina histórica, para a igreja nova da rua Haddock Lobo.

Ouviram-se nessa capela os nossos principais oradores sagrados. Mas, por certo, que não se pode contar no número deles um padre Fuão de tal Macedo, que andava de hábito de Rilhafoles,⁸⁷ e que ali ia pregar muitas vezes com o fim de doutrinar o povo.

Esse padre Macedo não pregava sem ajudante, e o seu ajudante era sempre algum menino por ele industriado.

O padre subia ao púlpito, e em baixo do púlpito postava-se o menino.

Começava o orador o seu discurso, e imediatamente estabelecia um diálogo com o ajudante, que em caso de aperto, por esquecimento do seu papel, tinha o recurso de responder a tudo, bradando: “Sim, padre! Sim, padre!”

Ainda vivem pessoas que ouviram alguns desses sermões em diálogo, pregados pelo padre Macedo.

Organizaram-se na capela de N. S. do Parto algumas irmandades, e entre elas floresceu bastante a de Santa Cecília, irmandade de que proveio, penso eu, a sociedade de música do Rio de Janeiro, instituição de beneficência, a que deve o Brasil a fundação de um conservatório de música, que andou manquejando por muito tempo, e ainda hoje não anda o melhor possível, sendo de esperar (a esperança é tão doce!) que dentro em pouco marche perfeitamente como convém ao país e à arte musical.

Uma das irmandades estabelecidas na capela de N. S. do Parto deve desvanecer-se de uma singularidade, pois, se não me engano, tem uma reforma do seu compromisso aprovado, e talvez sancionada por portaria ou talvez por decreto de um juiz de paz.

A reitoria do seminário de S. José, pelo direito que lhe deu o bispo com a portaria de 13 de novembro de 1829, se ocupa desde algum tempo em recuperar diversos bens pertencentes à capela de N. S. do Parto, e que, segundo parece, não eram por ela aproveitados, e conseqüentemente forçada se tem visto a demandar com o governo e com irmandades.

87 Hospício de Alienados, em Portugal.

Reivindicando a posse da casa do antigo recolhimento, mostrou aquela reitoria o seu direito ao governo, e com este conseguiu, a 15 de abril de 1861 fixar um contrato de locação da mesma casa por nove anos.

Em suas questões com algumas irmandades das estabelecidas na capela de N. S. do Parto, vai sendo igualmente feliz a reitoria do seminário de S. José.

Não tenho nem tempo, nem disposição para estudar profundamente essas questões judiciais da mitra ou do seminário de S. José com o governo e as irmandades estabelecidas na capela de N. S. do Parto. Preciso seria fazê-lo para que, no tribunal do meu passeio, desse eu a minha sentença.

Salto por cima dessas questões, e deixo a cada uma das partes o cuidado de sustentar e provar o seu direito. Mas não nosso abster-me de confessar que tenho motivos para fazer uma censurazinha, ou mesmo censurazona ao seminário de S. José e às irmandades estabelecidas na capela de que trato.

Quem entra nessa capela encontra os altares cheios de poeira, as paredes nunca espanadas, e uma falta de asseio e de cuidado que são verdadeiras ofensas ao culto.

Quem deve carregar com a culpa de tanta incúria? Sobre quem deve cair tanta poeira? Não discuto, não sei. Sustento somente que há necessidade de algumas escovadelas.

Tal foi o recolhimento, e tal foi e tal é a capela de N. S. do Parto.

.....

A Sé do Rio de Janeiro

POSITIVAMENTE não contáveis com um passeio à Sé do Rio de Janeiro.

Quando nos ocupamos do Palácio Imperial, visitastes e estudastes comigo a igreja do antigo convento do Carmo, elevada a catedral desta cidade por alvará de 15 de junho de 1808, e sem dúvida, vós supuzestes por isso livres de um novo passeio exclusivamente destinado à Sé.

Acrescentai mais uma suave ilusão ao número das vossas ilusões perdidas. Armai-vos de paciência, porque eu resolvi dar na Sé com todos os meus companheiros de passeio, e temos muito que andar.

Aqui não há apelação nem agravo. Sou senhor absoluto nos meus passeios. Há tantos subdelegados que governam como reisinhos absolutos na sua terra, que não deve admirar que eu me faça ditador na minha obra. Aqueles bichos não são melhores do que eu.

Preparai-vos, já disse. Não julgueis que o passeio à Sé vai ser feito muito cômoda e agradavelmente, seguindo pela rua do Ouvidor, parando diante da Notre Dame de Paris para admirar as sedas expostas, comprando coronéis no Desmarais, e ao chegar à rua Direita, descan-

sando um pouco nos banquinhos do Boulevard Carceller,⁸⁸ e entrando enfim na Capela Imperial para ouvir o cantochão dos cônegos, que realmente desafinam muito, porém, não tão desastradamente para o tesouro nacional como as companhias líricas italianas, que têm a sua Sé no Provisório, abismo permanente do dinheiro público.

Desenganem-se e aprontem-se. Temos que acompanhar a Sé e o competente cabido, que fizeram mais mudanças do que os franciscanos e os carmelitas, ou tantas como os inquilinos que deixam de pagar aos proprietários o aluguel das casas em que moram.

Comecemos.

A catedral do Rio de Janeiro e o corpo capitular estabeleceram-se apenas se realizou a sua instituição na primeira matriz da cidade, na igreja dedicada ao mártir S. Sebastião.

Mas onde era essa igreja de S. Sebastião?

É impossível prosseguir no nosso passeio sem deixar esclarecido este ponto.

Cumpre contar em quatro palavras uma longa história.

Os franceses são tidos na conta de homens de tanto espírito como bom gosto, e eu creio que eles merecem, desde o meado do século décimo sexto, esta reputação, porque, enquanto os portugueses, descobridores do Brasil, depois de mais de vinte anos de empenhos de colonização dos seus domínios da América deixavam deserta e desestimada a magnífica Niterói, namoraram-se da formosa cabocla tão perdida-mente os franceses, que um belo dia ousaram com mão armada apoderar-se dela.

Os portugueses trocaram, então, a indiferença por amor, e ciumentos daqueles intrusos apaixonados, vieram, no fim de cinco anos, em 1560, atacar o estrangeiro que dominava no Rio de Janeiro. Mem de Sá, o terceiro governador-geral do Brasil, foi quem dirigiu a empresa e ficou vencedor, mas chegou, viu, venceu, e... foi-se, e apenas foi-se, tornaram os franceses vencidos, porém não convencidos, a ocupar as suas posições.

88 Afamada confeitaria que existiu no largo do Paço.

Realmente fora um muito gastar de pólvora sem proveito algum. Mem de Sá regalou-se de dar pancada, e não colheu resultados reais. Deu pancada de cego. Pôs os intrusos fora de casa, mas logo retirou-se, deixando a casa sem moradores e com a porta aberta.

E que porta! – A barra do Rio de Janeiro.

Os franceses tornaram a entrar, e fizeram muito bem.

Portugal devia ter mandado um bom presente ao rei de França, que não soube ou não pôde acudir com reforços poderosos aos poucos vassalos seus que estavam sonhando com a França Antártica no Rio de Janeiro.

Mas, abandonados pelo seu governo, os franceses, no fim de outros cinco anos, viram chegar à formosa baía de Niterói Estácio de Sá, sobrinho do governador-geral do Brasil, à frente de uma coluna de portugueses, para lançá-los fora das posições que ocupavam.

Os franceses eram poucos. Tinham, porém, a seu favor o concurso valioso dos tamoios, que os estimavam.

Estácio de Sá reconheceu que a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro não era questão de pouco mais ou menos, e como trazia a incumbência gloriosa de fundar uma cidade que dominasse a majestosa baía, desembarcou junto do Pão de Açúcar, e na bela praia, que durante algum tempo se dominou de Martim Afonso e depois ficou sendo chamada Praia Vermelha, lançou, no ano de 1565, os fundamentos de uma cidade a que deu o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Convém saber, pelo sim pelo não, que o nome da cidade foi mais aconselhado pela devoção a um grande senhor da terra do que pela que era devida àquele santo mártir do Céu. Estácio de Sá, neste caso, fez de S. Sebastião um pau de cabeleira para render seus cultos ao rei de Portugal D. Sebastião. Foi um dom escondido atrás de um santo.

Não me chamem má língua. Brito Freire foi quem me revelou o segredo dessa mistificação de que foi vítima o santo, porque escreveu no livro I, § 78, da sua *Guerra Brasílica*, que “chamaram [a cidade] de S. Sebastião, vinculando a lisonja de el-rei, que era do mesmo nome daquele tempo, à devoção do santo”.

E o mais é que a lisonja sabe a açúcar mesmo ao paladar dos santos. S. Sebastião tanto gostou da lembrança de Estácio de Sá, que

chegou a descer do Céu como em breve terei ocasião de dizer, e mostrando-se no Rio de Janeiro à frente dos portugueses, deu pancada velha, e pôs em debandada os franceses e tamoios, que teimavam em resistir.

Continuemos, porém, a história. Lançados os fundamentos da cidade, isto é, resolvida a sua fundação na praia de Martim Afonso, levantou-se uma igreja a S. Sebastião. Foi um templo edificado em poucos dias, e não passou de uma casa de pau-a-pique com o seu teto coberto de palha.

Não tenhais pena de S. Sebastião pela rudeza e humildade da sua primeira igreja entre nós. Eu creio que nessa casa de palha ele foi mais sincera e piedosamente adorado do que o são atualmente todos os santos e santas em seus ricos templos e com as suas brilhantíssimas festas, anunciadas pelas gazetas a modo de espetáculos de teatros, com a declaração do mestre que vai reger a música, das moças bonitas que vão cantar os solos, e não sei mesmo se do fogueteiro que fabricou as girândolas.

Quase dois anos correram em que Estácio de Sá, com os portugueses na praia de Martim Afonso, e os franceses nos pontos que ocupavam, levaram a trocar balas e seus índios a trocar flechas com verdadeira inutilidade, até que a 19 de janeiro de 1567, chegou o governador-geral Mem de Sá em socorro do sobrinho, e como o dia seguinte, 20 de janeiro, fosse consagrado a S. Sebastião, aproveitou a coincidência para atacar os franceses, e o fez com tanto ardor que completamente os derrotou, tomando-lhes todas as suas fortificações e destruindo todas as suas esperanças de França Antártica.

Renhida e terrível foi a peleja. A vitória, porém, não podia deixar de declarar-se pelos portugueses, porque do lado contrário batalhavam os sectários de Calvino e nas colunas de Mem de Sá verdadeiros católicos, entre os quais combatia, segundo a voz da tradição, o próprio santo mártir S. Sebastião.

Declaro que neste ponto não invento um romance de mau gosto, nem repito história que me fosse contada pelo meu amigo o padre velho. Apenas e simplesmente refiro uma tradição conservada por alguns autores.

Brito Freire diz relativamente a S. Sebastião as seguintes palavras: “A quem os portugueses aclamaram padroeiro em esta guerra, porque em algumas ocasiões mais apertadas [referem às relações manuscritas do venerável padre José de Anchieta] que a favor dos nossos se vira pelejar contra os inimigos.”

Rocha Pita, ainda mais positivo, tratando da fundação da cidade do Rio de Janeiro, escreve o seguinte: “Deu-se-lhe o nome de S. Sebastião, a cujo patrocínio atribuíram todos aquela vitória, em que houve indícios certos (como é tradição constante) que fora nela capitão, sendo por muitas pessoas visto no combate pelejar diante dos portugueses um mancebo tão valoroso quanto desconhecido, que a piedade e a devoção julgou ser o glorioso santo ao qual haviam tomado por protetor, memória que sempre conservou aquela cidade nos cultos de padroeiro que lhe dedica.”

Entrego a tradição aos meus companheiros de passeio tão fielmente como a recebi. Dei aos pais a criança, e portanto, estou livre de toda a suspeita de paternidade.

Mas não se comem trutas a bragas enxutas. S. Sebastião tornara invictos, porém não invulneráveis, os portugueses. Estácio de Sá foi na peleja ferido no rosto por uma flecha, e morreu depois de não poucos dias de sofrimento, recebendo sepultura sob o teto de palha da igreja que levantara.

Mem de Sá, que era obrigado a voltar para a cidade do Salvador, capital do Brasil, resolveu primeiro mudar da Praia Vermelha para melhor posição o assento da nova cidade, e acertou escolhendo um monte que depois se chamou do Castelo, e a praia que lhe fica vizinha. Deu logo princípio aos trabalhos, e retirando-se, enfim, nomeou governador do Rio de Janeiro outro sobrinho seu, Salvador Correia de Sá.

Indubitavelmente o novo governador, Salvador Correia de Sá, prestou muitos serviços e mostrou-se digno da honra que lhe fizera e da confiança que depositara nele seu tio. Mas esta sucessão de parentes não sei se trouxe consigo um cheirinho de mau agouro... Dir-se-ia que o Rio de Janeiro estava destinado a ser uma espécie de feudo de um círculo privilegiado. Eu embirro com o domínio dos sobrinhos de seu tio sobre qualquer terra e qualquer povo. É uma simples embirração. Vamos adiante.

Roma não se fez num dia, e portanto, não é de admirar que a cidade do Rio de Janeiro não se fizesse em um ano.

Salvador Correia de Sá animou os colonos portugueses, excitou-os a levantarem suas cabanas e deu-lhes bom exemplo, construindo no morro do Castelo o seu primeiro palácio, que, sem dúvida, foi de pau-a-pique e teto de palha. Os jesuítas arranjavam o seu ninho no Rio de Janeiro, tendo um dos olhos fito no gentio, o outro no futuro e a alma ocupada ao mesmo tempo do serviço espiritual de Deus e das conveniências temporais deste mundo. Eram (e dizem que continuam a ser) uns padres que sabiam arranjar perfeitamente os seus negócios, adorando a Deus e entendendo-se com o Diabo.

A nova cidade ia-se desenvolvendo. Construía-se casas no morro do Castelo e perto do mar no sítio ocupado depois pela Santa Casa da Misericórdia e em suas circunvizinhanças.

A nascente e já desprezada povoação da Praia Vermelha ficou sendo chamada Vila Velha, até que esse mesmo nome perdeu com o desaparecimento das cabanas que a formavam e que pouco e pouco foram caindo.

O que eu não sei ao certo, mas admito como provável, é que Salvador Correia de Sá mandasse levantar no morro do Castelo alguma capela provisória. Mas é positivo que desde logo esse ativo governador meteu mãos à obra de uma nova igreja mais decente feita de grossa taipa, como permitiam as circunstâncias do tempo. Infelizmente, porém, esses trabalhos pararam com a terminação do seu primeiro governo.

No ano de 1568, ou no seguinte, Cristóvão de Barros veio substituir a Salvador Correia de Sá, e não deixou seu nome lembrado por feito algum importante no governo da nascente cidade. Em 1574 o Dr. Antônio Salema sucedeu a Cristóvão de Barros, trazendo o elevado caráter de governador-geral das capitanias do sul do Brasil, e cuidou mais em matar e escravizar índios do que no culto divino. Entendeu lá para si o sabichão magistrado que era menos digno do seu alto poder acabar a casa começada para S. Sebastião do que incendiar aldeias de gentio, fazer horrorosas matanças nesse rude povo e lançar em cadeias de nefanda escravidão alguns mil caboclos que caíram em suas mãos, quando ele já estava bem farto de sangue. Não construiu, destruiu. A

beca do famoso magistrado deixou no Rio de Janeiro um rasto de sangue e de horrores. Era uma beca que levava fogo na cauda.

Dizem que o Dr. Antônio Salema foi um grande civilizador e que pôs tudo em boa ordem nos seus domínios. Ah! meu Deus quanto aleive se tem levantado às idéias de civilização e de ordem! Eram capazes de dar patente de civilizador a um tigre, e de chamar ordeiro a um algoz!

Em 1578, Salvador Correia de Sá, tornando a ser encarregado do governo do Rio de Janeiro, deu novo impulso à obra da igreja que mandara construir no alto do morro do Castelo, e conseguiu enfim vê-la de todo acabada no ano de 1583.

Foi esta a segunda igreja de S. Sebastião no Rio de Janeiro.

Ignoro se a sagrada imagem do padroeiro da cidade foi nesse ano levada para a nova casa, ou se desde algum tempo ali já se achava em algum altar provisoriamente armado. Mas, com certeza, foram em 1583 transferidos para a igreja mencionada os ossos de Estácio de Sá,⁸⁹ que descansavam na sua sepultura da capela de Vila Velha.

A trasladação dos ossos do primeiro governador do Rio de Janeiro, o valente capitão que selou com o seu nobre sangue a vitória dos portugueses em janeiro de 1567 foi feita com todas as honras militares e religiosas, e sobre a sua campa, na igreja nova do Castelo, ficou gravado o seguinte epitáfio: “Aqui jaz Estácio de Sá, primeiro capitão e conquistador desta terra e cidade, e a campa mandou fazer Salvador Correia de Sá, seu primo, segundo capitão e governador, com as suas armas. E essa capela acabou no ano de 1583.”

Declarou o padre José de Anchieta, o muito célebre jesuíta, que Estácio de Sá falecera com grandes sinais de virtude que em toda aquela conquista tinha mostrado, e que no ato de se abrir a sua sepultura e de se trasladarem seus ossos, experimentara um servo de Deus da Companhia de Jesus que saía deles um cheiro suave como sinal de que gozava sua alma da felicidade da glória.

Pizarro pensa com razão que o tal servo de Deus da Companhia de Jesus, que experimentara o cheiro suave, fora o próprio padre

89 Encontram-se indevidamente na nova igreja dos Capuchinhos, à rua Haddock Lobo, à espera de um monumento em cuja base repousem.

José de Anchieta, e eu, pela minha parte, limito-me a dar notícia do caso com o nome da testemunha que o referiu, e abstenho-me de reflexões.

À parte a questão do cheiro suave dos ossos de Estácio de Sá, é indubitável que a sepultura desse ilustre varão tem para nós grande importância histórica. E assim o entendeu o atual imperador do Brasil o Sr. D. Pedro II, quando, ainda bem jovem, em 1842 ou 1843, depois de uma visita com que honrou a Escola de Medicina, foi pessoalmente procurar aquela sepultura na igreja de S. Sebastião do Castelo, e aí gastaria, sem dúvida, bastante tempo antes de descobri-la, pois que nenhum dos empregados da igreja tinha idéia dessa antigualha, se entre diversos estudantes de medicina que tiveram licença para acompanhar Sua Majestade não se achasse um que, por muito louvável curiosidade, tinha já descoberto aquele tesouro da história do passado, conseguindo decifrar o epitáfio do primeiro governador do Rio de Janeiro.

O estudante de que falo é hoje o Sr. Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes,⁹⁰ lente da Escola de Medicina, que se ufana de contemplar nele um dos seus mais ilustres filhos.

Estou convencido de que atualmente a sepultura de Estácio de Sá é objeto dos mais solícitos desvelos dos frades barbadinhos que se acham de posse da igreja de S. Sebastião do Castelo. Porque estes religiosos quererão provavelmente pagar, ao menos, com um tão louvável cuidado, as inocentes e civilizadoras conquistas que vão efetuando no morro onde se foram asilar.

À vista do que acabo de expor, creio que fica bem e positivamente determinado que S. Sebastião, o padroeiro da nossa heróica e leal cidade, teve o seu primeiro altar em uma casa de palha na Praia Vermelha, e o segundo em uma casa de taipa no monte do Castelo, e que nesta recebeu o cabido do Rio de Janeiro.

Esclarecido, pois, este ponto, entremos no estudo da Sé do nosso bispado.

Mas... eis aí o morro do Castelo, que pede a palavra pela ordem e exige que lhe paguemos o tributo de alguns momentos de atenção.

90 Visconde de Sousa Fontes.

É impossível não satisfazer uma tão justa exigência. A Sé não pode ser impaciente. Bem vê que é um monte que está clamando. Ah! E eu tenho bem receio que deste clamor de montanha vá nascer um ratinho.

Não importa. Direi alguma coisa da história do morro do Castelo.

Os franceses, que, por doze anos, de 1555 a 1567, dominaram na baía do Rio de Janeiro, nunca passaram de algumas ilhas e da praia, e se alguns deles subiram uma ou outra vez o monte que depois se chamou do Castelo, só o fizeram por curiosidade, ou talvez seguindo a pista de alguma bonita caboclinha.

O sítio que mais vizinho do morro do Castelo os franceses ocuparam foi o que muito mais tarde veio a chamar-se ponta do Calabouço,⁹¹ e aí deixaram eles algumas obras de fortificação que depois o governador Martim de Sá ou Martim Correia de Sá adiantou notavelmente, e dizem alguns, à custa da própria fazenda, elevando-o à categoria de forte, que recebeu o nome de S. Tiago.

O vice-rei marquês do Lavradio reconstruiu este forte e acrescentou-lhe a praça e a força. Durante muitos anos chamara-se aquele sítio ponta da Misericórdia. Mas acabou por trocar esse nome pelo de ponta do Calabouço, que ainda conserva, apesar de haver perdido a triste condição que lho fizera merecer.

O morro do Castelo não se chamou nem havia razão para ser chamado do Castelo, nos primeiros tempos. O padre Simão de Vasconcelos, falando da fundação do colégio dos jesuítas na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, não dá nome ao sítio onde se estabeleceu o colégio, e a carta régia da rainha regente, que permitiu tal fundação, diz apenas “um segundo colégio na capitania de S. Vicente”. E assim o diz, porque o Rio de Janeiro estava dentro dos limites dessa capitania.

Morro do S. Sebastião foi, sem dúvida, o primeiro nome que recebeu o monte, berço primitivo da capital do império do Brasil, e assim se encontra ele designado em algumas memórias e documentos an-

91 Onde existiu o Arsenal de Guerra e hoje se instala o Museu Histórico.

tigos. Donde lhe veio tal denominação é tão claro que nem tomo o trabalho de explicar.

Quando começou esse morro a chamar-se do Castelo não sei bem, mas é de supor que fosse no primeiro quarto do século décimo sétimo, depois que o governador Martim de Sá fez construir uma fortaleza na eminência do monte, com grande circunferência, diz Rocha Pita, e feita em um semicírculo pela parte da cidade, e pela outra fechada com a torre da pólvora.

Esta obra de defesa foi cerca de cem anos depois desprezada, e aí se colocou em tempos muito mais próximos o telégrafo, tendo sido antes de 1711 construída outra praça mais ampla e mais regular, dentro da qual, e no meio de um espaçoso pátio, se abriu uma profunda e famosa cisterna.

Pouco mais ou menos nesta mesma época, isto é, logo depois do ataque da cidade do Rio de Janeiro pelos franceses comandados por Duclerc, levantou-se um reduto que cobria o desembarque nas praias de Santa Luzia e de N. S. da Glória, e como fosse dedicado a S. Januário, deu-se a essa parte do monte que fica da igreja de S. Sebastião, ou Sé Velha, para o lado do convento da Ajuda o nome de S. Januário. Mas houve por isso mesmo não pouca gente que chamasse indistintamente todo o morro ora do Castelo, ora de S. Januário.

No reduto de S. Januário estabeleceu-se o laboratório de fogos artificiais, como diz Pizarro.

Vivemos, graças a Deus, em tempos de perfeita paz, e em que não há receios nem de invasões de inimigos externos, nem do flagelo de guerras civis. Dessas fortalezas restam, pois, unicamente vestígios, e no leito da primeira que se construíra no Castelo vê-se hoje um jardim modesto que, em letras de verde relva, se anuncia dedicado ao belo sexo pelo diretor do telégrafo ali levantado, o excelente velho coronel Gabizo, que, apesar dos seus cabelos brancos e avançados anos, folga ainda de ver engraçados e alegres ranchos de moças bonitas, apazendo-se e passeando nos seus domínios.

Com efeito, o telégrafo do Castelo, com seu jardimzinho e seu pátio, suas ruas e sua fonte, e sobretudo, com a sua feliz situação, avassalando a cidade do Rio de Janeiro e a magnífica baía de Niterói, é um dos mais freqüentados e estimados passeios da capital, e principalmente

aos domingos e dias feriados não há tarde em que uma multidão festiva, ruidosa de contentamento e atraída pelo mais formoso panorama, não vá aproveitar-se das inocentes e suavíssimas delícias que lhe facilita o sempre obsequiador coronel Gabizo, ali no trono dos seus estados telegráficos.

Naquele sítio aprazível e encantador os olhos têm sempre um quadro admirável a contemplar na majestosa natureza do Rio de Janeiro, os ouvidos têm às vezes segredinhos misteriosos e ternos a roubar a namorados que se atraçoam em seu embevecimento, os corações perigos a correr expostos à impressão das graças e da beleza de mil jovens interessantes e lindas, que bebem a água da Carioca, água encantada e mimosa que, conforme dizem muitos, e entre esses Rocha Pita, é fama acreditada em seus naturais que “faz vozes suaves nos músicos e mimosos carões nas damas”. E os pulmões, enfim, exultam, respirando um ar livre, puro, suave e bem diverso daquele com que a ilustríssima Câmara Municipal infecciona e envenena o respeitável público nas ruas imundas da cidade.

Ah! Eu contava despedir-me do morro do Castelo neste primeiro passeio à Sé do Rio de Janeiro, e reconheço agora que não se deixa este célebre monte com duas razões e meia.

Tenho ainda muito que dizer a respeito dele. Mas é de regra que não se faça um longo discurso sem molhar a palavra. A regra é parlamentar. Foi estabelecida na Câmara temporária, adotada por unanimidade de votos no Senado, e portanto, posso bem admiti-la nos meus passeios.

Vou beber um copo d’água.

No corpo legislativo quem paga os copos d’água (e são caros como brilhantes sem jaça) é o tesouro público. Neste meu passeio quem mo vai pagar é o meu velho amigo o coronel Gabizo.

Descansem, pois, os meus companheiros de passeio, enquanto molho a palavra.

II

Subir o morro do Castelo, percorrê-lo, estudar, embora muito rapidamente, a sua história e descer enfim desse velho e desprezado ca-

pitólio da cidade do Rio de Janeiro, sem ter parado, por alguns minutos ao menos, diante do antigo colégio dos jesuítas, fora o mesmo que ir a Roma e não ver o papa.

Paremos, portanto, defronte desse bem pouco bonito e não pouco interessante edifício que se mostra, como todos sabem, e quem quer vê, no morro do Castelo, à mão esquerda de quem sobe pela ladeira chamada no outro tempo do colégio e agora da misericórdia, e tal qual era no século passado, com a exceção de um alegre e elevado terraço que havia na sua extremidade do lado direito, e que recentemente recebeu teto e janelas e oferece novas acomodações na casa.

Não farei uma descrição do edifício, nem levarei os meus companheiros de passeio a visitar suas numerosas salas e seus corredores, que sucessivamente têm ouvido orações e misteriosos conselhos de jesuítas, gemidos de doentes e moribundos, lições de respeitáveis lentes e cantos e risadas de estudantes de medicina, e outra vez lamentos de enfermos e suspiros de agonizantes.

Não farei descrições, repito, e limitar-me-ei a lembrar alguns pontos principais da história dessa casa grande.

Já disse em outro lugar que os jesuítas entraram no Rio de Janeiro com Estácio de Sá, e que arranjaram logo o seu ninho na cidade nascente, fundada por Mem de Sá em 1567.

Da *Crônica da Província do Brasil*, do padre Simão de Vasconcelos, copio a lembrança desse fato.

“... No coração da cidade deu Mem de Sá sítio, onde os padres escolheram, para fundação de um colégio e logo em nome de S. A. o sereníssimo Rei D. Sebastião, de saudosa memória príncipe liberal, lhe aplicou dote de renda necessária para sustento de até cinqüenta religiosos, que aceitou e agradeceu em nome de toda a companhia o P. visitador Inácio de Azevedo. A escritura autêntica do dito dote se passou depois em Lisboa, firmada pela mão real em 6 de fevereiro do seguinte ano de 1568.”

Os jesuítas foram os mais felizes dos primeiros habitantes da cidade do Rio de Janeiro. Porque, como fica dito, tiveram logo segura a sua subsistência à custa do Estado e puderam muito desembaraçadamente meter mãos às obras do seu colégio, que levantaram e foram au-

mentando, sem que, contudo, conseguissem acabá-lo todo com a grandeza que tinham planejado, pois que, em 1759, deixaram a igreja apenas começada, e paredes e muralhas imensas que prometiam um edifício majestoso.

Os padres da Companhia de Jesus foram sempre e em toda a parte muito buliçosos e rusgientos, e no Rio de Janeiro achavam-se em luta constante com o povo, e por vezes criaram sérios embaraços ao Governo.

Ligando-se à autoridade eclesiástica, que em compensação apadrinhava os seus interesses temporais, os jesuítas a protegiam em suas pretensões de invadir as prerrogativas do poder civil.

Tratando de aumentar suas riquezas com a posse de extensos territórios, os padres da Companhia rompiam em contestações com o povo, que era apoiado pela Câmara, que chegou uma vez a ser excomungada, e tornavam-se aborrecidos pela sua ambição inexcusável.

E finalmente, defendendo com ardor a liberdade dos índios, que lhes fazia muita conta, servindo aos seus cálculos de poder e de engrandecimento, viam-se constantemente em contendas com os colonos.

Em conseqüência de uma dessas questões de índios, levantou-se uma vez o povo da cidade do Rio de Janeiro (e também em São Paulo, onde a desordem tomou caráter muito mais sério), e os jesuítas viram-se ameaçados no seu próprio colégio.

Eis o caso. Irritados pelo arrojo dos sertanejos paulistas que, perseguindo o gentio, chegavam a ir atacar e escravizar os pobres índios nas próprias missões dos jesuítas, e ainda não menos ressentidos do proceder dos colonos do Rio, que compravam aos paulistas os selvagens escravizados, mandaram os padres da Companhia dois dos seus como emissários, um a Roma e outro a Madri, para trazerem dessas cortes as providências que mais desejavam, e com efeito, receberam em 1640, do papa Urbano VII, a publicação no Brasil da bula de Paulo III a favor dos índios do Peru, declarando incorrerem em excomunhão os que cativassem, vendessem, traspasassem ou se servissem dos índios.

Era então Governador do Rio de Janeiro Salvador Correia de Sá e Benevides, homem distinto, valente capitão e chefe severo, e o Pa-

dre Albernaz exercia também nesse tempo o cargo de administrador eclesiástico e mostrava-se muito favorável aos padres da Companhia.

A bula foi apresentada a Albernaz e os jesuítas exultavam já com o seu triunfo, quando saíram a campo com embargos a Câmara e o povo, e este, não contando muito com a justiça oficial, foi de voz em grita reunir-se em frente do colégio, mostrando-se sinistramente disposto a dar uma lição tremenda aos filhos de Loiola.

O colégio dos jesuítas achou-se cercado e os sitiantes estavam-se dispondo a tomar de assalto essa Sebastopol defendida por guerreiros de roupeta. Mas os atiladíssimos padres foram sempre tão ousados com certeza de vitória, como prontos a recuar risonhos e meigos nas batalhas de um êxito duvidoso. Capitularam, pois. A bula ficou sem efeito, e eles, prometendo caridoso esquecimento do ataque do colégio *in toto pro bono pacis*, abençoaram o povo com as mãos direitas, e no fundo do coração o mandaram ao Diabo.

O que não tem remédio dá-se pelo amor de Deus.

Os jesuítas obedeceram ao provérbio.

Em desavenças sempre mais ou menos acesas com o povo, e enfim, em oposição declarada ao Governo de D. José I, no meado do século décimo-oitavo, os jesuítas, que se reputavam mais fortes que o rei, viram-se, de súbito, fulminados e proscritos pelo déspota ilustrado marquês de Pombal, e no mês de novembro de 1759, foram presos no Rio de Janeiro, depois expulsos, ficando vago e incorporado aos bens da coroa o seu colégio, como todas as outras suas propriedades.

Não me consta que alguém chorasse com saudades dos jesuítas, e por isso não posso fazer menção das lágrimas derramadas em consequência da proscricção desses padres, de quem confesso que desconfio muito, pela simples razão de que ainda não houve governo nem povo que pudesse viver com eles em boa paz.

Ao conde de Bobadela, que tomara as chaves do colégio dos jesuítas, sucedeu, como vice-rei do Brasil, D. Antônio Alves da Cunha, conde da Cunha, que governou desde 16 de novembro de 1763 até 21 de novembro de 1767, e que neste ano ativamente se ocupava de novas obras naquele edifício, com o fim de mudar para ele a residência dos

vice-reis, medida que fora aprovada por carta régia de 19 de outubro de 1766.

Provavelmente não tornarei a falar no conde da Cunha. Aproveito, pois, a ocasião para dizer deste administrador alguma coisa que o torne mais conhecido.

Devem-se a este vice-rei uma ativa e severa perseguição dos ladrões, e uma tal convicção de segurança de vida e de propriedade no Rio de Janeiro, que se dormia na cidade e seus contornos, deixando-se abertas as portas das casas! Positivamente o conde da Cunha era mais zeloso e mais respeitado do que a nossa atual polícia, a cuja sombra os habitantes da capital não dormem tranquilos, nem mesmo trancando com sete chaves as portas de suas casas.

Devem-se-lhe mais os reparos e aumentos de quase todas as fortalezas antigas e a construção de outras. A fundação de um arsenal junto ao morro de S. Bento, onde se construiu uma famosa nau chamada *S. Sebastião*. E assim como esse arsenal foi o princípio daquele que depois se elevou a Arsenal de Marinha, também se deve ao mesmo vice-rei o princípio do nosso Arsenal de Guerra, na grande casa que mandou levantar na ponta da Misericórdia para o parque de artilharia, cujas fábricas foram reguladas e providenciadas pela sua especial direção e fiscalização.

Além de muitos outros bons serviços, prestou o conde da Cunha ainda um, pelo qual se tornou verdadeiro benemérito das moças, fazendo a favor delas muito mais do que S. Gonçalo de Amarante tem feito a favor das velhas, porque determinou que os homens solteiros ou se casassem ou assentassem praça nos regimentos de linha. Calculem os meus companheiros de passeio que epidemia de casamentos grassou na cidade do Rio de Janeiro no tempo do conde da Cunha! Diz monsenhor Pizarro que “daí principiou, sem dúvida, a multiplicação de povo que em poucos anos depois foi aparecendo no termo do Rio de Janeiro e a notável cultura das terras do seu distrito, até então inúteis, por lhes faltarem os braços que as fizessem produzir”.

Tenho receio de que as senhoras solteiras do nosso tempo se declarem absolutistas e recolonizadoras por amor do conde da Cunha.

Realmente um vice-rei casamenteiro deve parecer às senhoras muito mais útil à pátria do que dez ministros constitucionais.

Entretanto, convém que se saiba que o conde da Cunha foi aborrecido pelo povo nos primeiros tempos do seu vice-reinado.

Era déspota, como todos os vice-reis o foram, mas ativo e zeloso, desejava fazer o bem e distribuía a justiça com imparcialidade e retidão. Acontecia, porém, que a sua justiça chegava ao povo transformada em patronato, em arbítrio cruel e em abusos escandalosos que opriam os governados.

À força de muito sofrerem as vítimas desabafaram, queixando-se em alta voz, e o vice-rei descobriu enfim que o ajudante oficial da sala e outros subalternos mentiam à sua confiança, desvirtuavam as suas deliberações e ordens, e para satisfazer ambições e vinganças, flagelavam o povo à sombra do seu poder e em seu nome. Era a corte do vice-rei que ostentava os vícios e a desmoralização que se observa em quase todas as cortes. Mas o conde da Cunha não deixou impunes os adúladores e falsos amigos que o cercavam e, punindo-os severa e exemplarmente, acabou o seu governo com louvor e aplauso de todos, e... abençoado pelas moças.

D. Antônio Rolim de Moura Tavares, conde de Azambuja, sucedeu ao conde da Cunha no vice-reinado do Brasil, e não aprovando a mudança da residência dos vice-reis para o antigo colégio dos jesuítas, aproveitou as obras que aí se estavam fazendo para estabelecer, como de fato estabeleceu nessa casa, o hospital militar.

Até os primeiros anos do século décimo-oitavo os soldados da guarnição do Rio de Janeiro, das guarnições dos navios de guerra e os presos eram tratados em suas moléstias na Santa Casa da Misericórdia, que recebia, por isso, da fazenda real um conto de réis anualmente. Em cumprimento da carta régia de 21 de março de 1702, cuidou-se de criar um hospital dentro do chamado Quartel das Naus, que era na rua chamada dos Quartéis da Armada, na fralda do morro de S. Bento.⁹² Em 1727, ou pouco depois, abriu-se ali o hospital, que enfim o conde de Azambuja transferiu, em 1768 ou 1769, para o colégio dos jesuítas.

Volveram-se os anos, e em uma época bem recente, resolvendo o governo do império estabelecer hospitais regimentais, desapareceram as enfermarias do antigo colégio, que, em 1832, recebeu a nova es-

92 Devia ser um prolongamento da rua Direita (Primeiro de Março), contornando a base do mosteiro do lado do mar.

cola de medicina fundada pelo benemérito e ilustre Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, ministro do império do terceiro Ministério da regência permanente.

Estavam muito a gosto e a cômodo os lentes e os estudantes de medicina ali, naquele ninho dos filhos de Loiola, quando, em 1845, foram despedidos pelo governo, que é o proprietário da casa, e que de novo instituiu nesse edifício o hospital militar, enquanto a pobre escola de medicina anda de Herodes para Pilatos e ainda não tem casa sua.

Além do hospital militar, o antigo colégio dos jesuítas hospeda ainda o imperial observatório astronômico, que foi criado por Decreto nº 457 e regulamento de 22 de julho de 1846, e que se acha estabelecido sobre a abóbada e muralhas da igreja começada por aqueles padres, e de onde os abalizados astrônomos têm no sol e na lua, nas estrelas e nos cometas, histórias muito bonitas que não vêm agora ao caso.

Eis aí, muito em resumo, os transe e viravoltas por que tem passado o antigo colégio, onde muitas vezes habitou, rezou e dormiu o padre Anchieta, que foi um santo homem, e habitaram, não sei se rezaram, mas comeram, conspiraram e dormiram não poucos Loiolas ambiciosos e mais ocupados em aumentar o seu poder e riquezas do que em servir a Deus e ao próximo.

Que casa! Depois de ter sido colégio dos padres da Companhia, esteve a ponto de ser palácio, foi reduzido a hospital, passou a ser escola de medicina e é de novo hospital e observatório astronômico. Foi teatro de travessuras de padres, escapou de sê-lo de travessuras de governos, e o foi de traquinadas de estudantes, e o será às vezes de soldados. Que casa! Se as suas paredes pudessem falar!

E quem sabe quantos segredos, quantos mistérios nos esconde ainda o antigo colégio dos jesuítas?

Conhecemos a face e o corpo exterior desse colégio. Mas, quem conhece as suas entranhas?

Ele tem entranhas, não é invenção minha.

O antigo colégio dos jesuítas está assentado sobre um solo minado. Há fundas cisternas, que ainda não foram examinadas. Há escadas que se atiram a subterrâneos sombrios e profundos. Portas muradas, que parecem encobrir abismos misteriosos. Observadores sem ciência e

sem coragem têm tentado descer a esses subterrâneos. Mas as lanternas se apagam, os pulmões não acham ar que se preste à respiração, e pedras atiradas nessas minas escuríssimas não mandam aos curiosos um só eco do seu baque.

O conhecimento da existência desses subterrâneos não é novo. Desde a expulsão dos jesuítas teve-se certeza de que tais obras havia, e o povo acreditou que os padres da Companhia tinham escondido riquezas imensas nas entranhas do seu colégio.

Que extensão tem esses subterrâneos? Que destino lhes davam os jesuítas? Não eram, não é possível que fossem cárceres. Para que serviam então?

Admira que até hoje o governo não tenha mandado examinar os subterrâneos do antigo colégio dos jesuítas. É caso este em que a curiosidade não pode pecar por exagerada.

Sinto não poder levar os meus companheiros de passeio ao fundo dos tais subterrâneos, e conto que o governo tratará em breve de fazer brilhar a luz de um escrupuloso exame nesse mundo escuro e desconhecido que os jesuítas deixaram por baixo do seu colégio do Rio de Janeiro.

Agora, meus amigos, agora que não se pode mais dizer de nós que fomos a Roma e não vimos o papa, rematarei este passeio, conversando ainda alguns momentos convosco a respeito do morro do Castelo.

Semelhante às antigas e prestigiosas instituições que, arraigadas aos costumes dos povos e defendidas pelos interesses e pelas tradições de classes privilegiadas, resistem à força potente da civilização e do progresso e à influência destruidora do tempo, e só pouco e pouco se vão desmoronando, agora pelo triunfo pacífico de novas idéias, logo pelo impulso violento de uma revolução política, o morro do Castelo, firmado em sua imensa base, tem até hoje zombado de não sei quantos projetos e planos de arrasamento com que o ameaçam desde muitos anos; e apenas vai sofrendo escavações parciais determinadas pela conveniência de alguns particulares que se utilizam do seu barro, ou cedendo ao ímpeto das tempestades e das águas, desmorona porções de sua terra com espanto e bem fundado susto dos habitantes da cidade.

Desses desmoronamentos houve dois principais que a memória do povo conserva até hoje tristemente lembrados.

O primeiro ocorreu em abril de 1759. Mas nem causou desgraças tão lamentáveis, nem foi tão considerável como o segundo. O povo teve então menos terror do desmoronamento do morro do que da inundação extraordinária da cidade.

Eis aqui a lembrança desse acontecimento exatamente como a perpetuou Baltasar da Silva Lisboa nos seus *Anais do Rio de Janeiro*.

“As trovoadas ocasionavam na cidade grandes inundações. Em 4 de abril de 1756, depois de uma hora da tarde, choveu tão grossa e copiosa chuva, precedida de veementes convulsões do ar e espantosos furacões, por três dias sem interrupção, que o temor e o susto se apoderou de tal sorte do ânimo dos habitantes, que desde a primeira noite muita gente desamparou as casas, as quais caíram, fugindo sem tino para as igrejas. Desde então, as águas cresceram por tal maneira que inundaram a rua dos Ourives e entraram pelas casas dentro, por não caberem pela vala. No dia 5 do dito mês, saindo o Santíssimo da Sé, o sacerdote que levava o Senhor foi descalço, e bem assim os irmãos da irmandade do Santíssimo. Todo o campo parecia um lagamar. Vadeavam-se as ruas de canoas, e no dia 6 uma navegou desde o Valongo até à Sé (que estava na igreja do Rosário dos pretos) com sete pessoas.”

O segundo e terrível desmoronamento do morro do Castelo aconteceu em fevereiro de 1811.

No dia 10 de fevereiro desse ano, pelas onze horas da manhã, começou a cair uma violenta chuva, que continuou incessante por sete dias. As ruas e casas ficaram inundadas. A rua da Vala conservou-se durante todo esse tempo com cinco palmos d'água, e no campo de Santana (hoje da Aclamação),⁹³ navegavam canoas. O príncipe regente ordenou que se conservassem abertas as igrejas, onde, apesar da inundação, rezavam os padres e os fiéis.

É fácil compreender o susto da população, que falava tremendo, em um novo Dilúvio.

E pior do que tudo isso, em um desses tristíssimos e amargurados dias correu uma das abas do morro do Castelo, ficando soterradas

93 Praça da República.

muitas casas da rua da Misericórdia e no beco, hoje rua do Cotovelo, e morrendo sepultadas em vida famílias inteiras.

A esta inundação formidável deu-se então o nome de água do monte, e essas duas palavras água do monte resumiram também nas conversações populares a história toda do fatal desabamento.

A família real portuguesa já estava nesse tempo no Rio de Janeiro, e o príncipe regente, receoso de maiores desgraças em alguma nova água do monte, mandou arrasar uma muralha que havia no Castelo, sobranceira à cidade.

O povo ocupou-se muito com o sinistro acontecimento. Mas depois de lamentá-lo e de chorar as vítimas, inventou até uma rude cantiga, que se refere à água do monte.

É a célebre cantiga do Bitu, que principia assim:

Vem cá, Bitu, vem cá!

E cuja segunda estrofe é a seguinte:

Que é do teu camarada?...

Água do monte o levou.

Não foi água, não foi nada,

Foi cachaça que o matou.

O Bitu, de que fala a cantiga, era um crioulo apaixonado das bebidas alcoólicas, e soldado do corpo dos Henriques. Trajava o clássico calção, capote de pano verde e chapéu de três pancadas. Vivia de duas indústrias, uma pública e outra misteriosa. A pública era muito simples. Andava cantando pelas ruas e fazendo dançar um boneco de molas que levava na mão. Os apreciadores deste precursor dos italianos de realejo pagavam-lhe a habilidade com alguns vinténs. Como, porém, o Bitu fosse muito engraçado, chamavam-no para o interior das casas as famílias que queriam divertir-se, ouvindo-o cantar e tagarelar, e daí nascia a facilidade com que esse original exercia a sua segunda indústria, que consistia em prestar-se a ser mensageiro de amor.

Que imoralidade! Que corrupção de costumes – dirão talvez, escondendo o rosto, certos homens muito sérios e perdidamente perdidos do nosso tempo.

Alto lá! Não sou dos que têm saudades das coisas do século passado, e nem mesmo da nossa primeira época neste século. Mas também não apóio as injustiças com que alguns as julgam.

Atualmente nós temos um número muito maior de Bitus do que havia no Rio de Janeiro no fim do século passado e no princípio do atual, e a diferença que se nota entre um e outros é que os Bitus do outro tempo eram mais rudes e mais farroupilhas, e os de agora são civilizados e até mesmo um pouco fidalgos.

Dantes, as intrigas de amor e os namoros teciam-se às ocultas, e o seu segredo era um sinal de respeito à sociedade. Hoje namora-se e escrevem-se cartas de amor à face do público e sem vergonha nenhuma.

Temos na atualidade excelentes Bitus que se fazem portadores de cartas de amor a tantos réis por linha.

A civilização desregrou-se neste ponto de modo tal que transformou a nobre filha de Gutenberg em mensageira de amores! Os namorados e namoradas não têm mais trabalho em arranjar bons e fiéis Mercúrios. As nossas gazetas diárias publicam com sublime dedicação quantos bilhetinhos amorosos lhes querem levar.

Temos – Gazetas-Bitus – que fazem perfeitamente o que fazia com rudeza o Bitu de outro tempo.

O que eu mais lamento no Bitu é a nódoa com que ele manchou com o seu indigno proceder a nobre farda que lhe dava o título de soldado de Henrique Dias, de soldado de um desses corpos que herdaram o nome daquele valente guerreiro e herói esclarecido, que desde o princípio até ao fim da guerra holandesa no Brasil, batalhou sempre denodada e valorosamente contra o estrangeiro invasor, sem que por isso merecesse de D. João IV o menor galardão, o mais insignificante prêmio, quando esse rei, mil vezes ingrato com ele, premiou e agraciou, depois de terminada a guerra a todos os chefes portugueses e pernambucanos.

D. João IV não tolerou talvez a idéia de ornar o peito daquele negro com uma medalha de honra! Esqueceu-se ou não pensou que no peito daquele nobre negro não haveria medalha, por mais estimada que fosse, que deixasse de ficar mais honrada.

Mas deixemos o indigno Bitu e o digníssimo Henrique Dias, e vamos tratar de fazer ponto final em nossas observações sobre o morro do Castelo.

O receio de novos e mais terríveis desmoronamentos, e o empenho de dar mais beleza à cidade e de libertá-la de uma colossal muralha que não a deixa ser francamente banhada pelos ventos do mar têm feito com que por vezes se haja projetado e tratado de organizar empresas destinadas a demolir o morro do Castelo.

Dizem que foram ingleses os que primeiro, e ainda no tempo do rei, conceberam tal idéia, e o povo rude, a gente menos sensata, pensava então que os espertalhões ingleses queriam demolir o morro para enriquecer-se com os tesouros deixados pelos jesuítas em vastos e profundos subterrâneos.

A magnitude da empresa, a necessidade de estudos completos sobre a utilidade e condições da obra e, sobretudo, a falta de dinheiro, têm impedido a demolição do morro histórico.

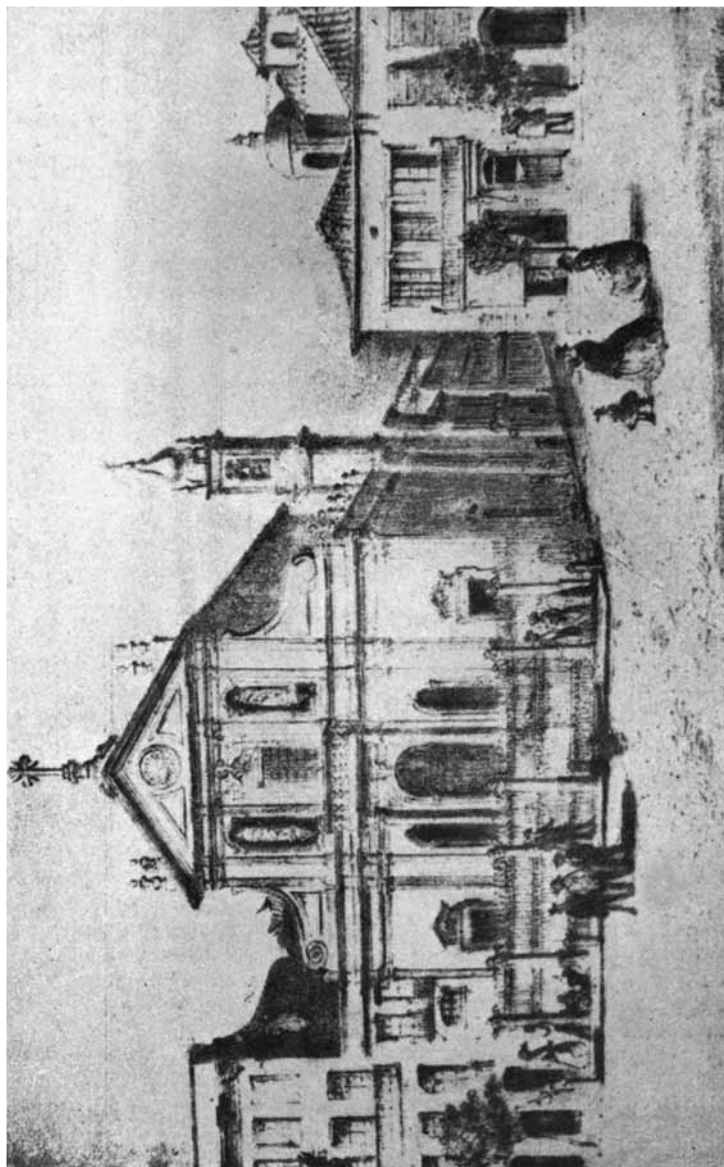
E até hoje não me consta que alguém se tenha posto em campo, defendendo o morro do Castelo, senão o Sr. Varnhagen,⁹⁴ que, na sua *História Geral do Brasil* se mostrou armado de ponto em branco e de lança em riste, declarando e sustentando que a demolição do morro do Castelo tornaria a cidade do Rio de Janeiro mais monótona e menos fresca do que se em suas encostas se plantassem árvores, destinando-as para passeio público da cidade.

Mas o Sr. Varnhagen não tem conseguido fazer prosélitos. Nem ao menos os frades barbadinhos italianos se lembram de erguer a voz para impedir a destruição da igreja de S. Sebastião e para defender as suas elásticas propriedades do morro.

Que têm com isso os barbadinhos. Se for demolido o Castelo, sempre há de haver para eles um suave asilo. Os barbadinhos italianos arranjam-se em qualquer cantinho, até porque sabem o segredo de transformar em poucos anos um pequeno cantinho em um grande cantão.

O que vai ao morro do Castelo é a anemia da praça. Não se faz fogo por falta de pólvora.

94 Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro.



Igreja da Cruz dos Militares (com o gradil, desaparecido em 1906)

E no entanto, como a ameaça da demolição é a espada de Dâmocles, que continua sempre suspensa sobre o morro desarmado, o governo não compreende obras sérias para impedir um desastroso desmoronamento, que, aliás, está muito na ordem das coisas possíveis, e se contenta em mandar especar aquele colosso.

Ah! Muita coisa neste menino-velho, chamado Brasil, anda por espeques!

Creio que é tempo de dar por terminado este passeio. No seguinte, desceremos do morro do Castelo com o cabido, levando a Sé às costas.

III

Façam de conta que os dois precedentes passeios foram dois exórdios de um discurso que devo proferir sobre a Sé do Rio de Janeiro, e não se admirem de que eu pronuncie um discurso com dois exórdios, porque conheço na minha terra grandes oradores que tomam a palavra, falam duas e mais horas e descem da tribuna no meio de bravos, apoiados e aplausos, não tendo feito outra coisa mais do que uma ou duas dúzias de exórdios.

Ao menos, eu me contentei com dois exórdios somente e já entro na matéria.

Por carta de 7 de outubro de 1639, Filipe IV de Espanha e III de Portugal, requereu à Sé Apostólica a elevação da prelazia do Rio de Janeiro a bispado e nomeou para ocupar a mitra fluminense o competente prelado administrador eclesiástico Lourenço de Mendonça, declarando, por outra carta régia de 22 de agosto de 1640, as causas por que assim deliberava.

Essas causas referiam-se às tramas urdidas contra Lourenço de Mendonça no Rio de Janeiro, e aos abusos e desmoralização que se observavam em algumas capitanias do sul do Brasil.

Contarei resumidamente essa feia história.

O Dr. Lourenço de Mendonça, natural de Lisboa e presbítero secular, nomeado administrador eclesiástico do Rio de Janeiro, chegou a esta cidade a 9 de setembro de 1632, e quatro dias depois, começou

logo a experimentar violenta oposição. Os seus inimigos chegaram ao ponto de introduzirem de noite um barril de pólvora com quatro morrões por uma janela da sua casa e de o colocarem junto ao leito do prelado, que felizmente escapou da horrível tentativa de assassinato, arrendo, porém, toda a casa, como já em outro passeio referi.

Procedeu-se, em consequência, a uma devassa cujo resultado foi contrário ao prelado, que ainda em cima pagou as custas.

Choveram depois libelos infamatórios contra o Dr. Lourenço de Mendonça, imputaram-se criminosos vícios, de que o acusaram perante o metropolitano da Bahia; e os aleivosos, não colhendo desta acusação o que esperavam, recorreram a outra de um fato escandaloso em presença do tribunal da Fé; e enfim, premeditavam levá-lo preso em um barco até fora da barra e lá abandoná-lo à inconstância e ao ímpeto das vagas, quando Mendonça, avisado de tão sinistros planos, fugiu ao perigo, embarcando-se em uma nau que o levou a Portugal em março ou abril de 1637.

Julgado inocente do crime de que o acusavam por sentença do tribunal da Inquisição, recebeu a confiança de novos cargos e teve finalmente a honra de ser nomeado bispo do Rio de Janeiro, na data já apontada.

Diz-se, e Pizarro sustenta, que o bispado do Rio de Janeiro fora então criado para defesa dos índios atropelados pelos paulistas, e que Lourenço de Mendonça tinha sido insultado por aqueles cativadores do gentio e pelo povo e câmara da cidade do Rio de Janeiro, em consequência de suas manifestas disposições e do seu empenho a favor dos míseros selvagens. Mas é preciso atender a que Pizarro, padre também, desejaria muito arredar da sua classe a responsabilidade dos criminosos e horríveis atentados que mais de uma vez puseram em risco a vida de Lourenço de Mendonça, embora, em sua consciência de escritor fiel e homem de verdade, houvesse já declarado que “entre os intrigantes mais notáveis apareceram alguns eclesiásticos (como os padres Manuel da Nóbrega, Francisco Carneiro e um frei João da Cruz), a quem a fortuna menos próspera desviou de ocupar benefícios curados.

Eu estou convencido de que em todas aquelas desordens e tramas abomináveis entrou muito notavelmente a influência maligna de padres ambiciosos, e bem quisera achar sempre pura a memória do Dr.

Lourenço de Mendonça. Encontro nela, porém, um fato que desabona o seu caráter. Mendonça era português e em 1640 seguiu o partido da Espanha e lá ficou sendo bispo d'Anel do arcebispado de Toledo. Era mais bonito mais nobre ser sacristão da última capelinha da sua terra do que bispo ou arcebispo de Castela. Depois de Deus a pátria. A pátria é o Céu da Terra.

A revolução de Portugal, em 1640, anulou as negociações para a criação do bispado do Rio de Janeiro. D. João IV e Afonso VI não trataram disso. Mas o príncipe regente D. Pedro, a quem o Brasil deveu não poucos cuidados, conseguiu do papa Inocêncio XI a bula *Romani Pontificis pastoralis sollicitudo*, de 16 de novembro de 1676, determinando a elevação do bispado da Bahia a arcebispado e das prelazias do Rio de Janeiro e Pernambuco a bispados.

“Por território do bispado do Rio de Janeiro foram demarcados os limites desde a capitania do Espírito Santo até ao Rio da Prata, correndo a costa do mar, e nessa correspondência toda a terra central a topar com a do domínio espanhol, não obstante qualquer outra separação ou desmembração da Província do Rio de Janeiro anteriormente feita, etc.”

Monsenhor Pizarro, que isto informa, acrescenta depois:

“Mas apesar da explicada demarcação, continuou a capitania de Porto Seguro, sita na latitude austral de 16°40' e longitude de 34°45', a compreender-se no termo divisório, etc.”

O primeiro bispo nomeado para o Rio de Janeiro foi Frei Manuel Pereira, homem de tantas virtudes como ilustração. Mas depois de sagrado, renunciou a sede em 1640, porque o serviço da pátria e a confiança do soberano o chamaram a exercer altas funções políticas, como secretário de Estado e um dos plenipotenciários que, com o duque de Cadaval e o marquês de Fronteira, assinaram o tratado de 7 de maio de 1661, celebrado com a Espanha sobre a colônia do Sacramento.

Na igreja de S. Domingos, em Benfica, no reino de Portugal, fizera Frei Manuel da Cruz construir uma capela dedicada ao taumaturgo português S. Gonçalo, e aí mandara abrir uma sepultura para descanso do seu corpo. A 6 de janeiro de 1685, morreu com S. Gonçalo na

boca e nos braços, como diz Pizarro, e foi sepultado na cova que para si preparara.

Apesar de ter sido político e diplomata, isto é, cultor de duas artes que são às vezes não pouco diabólicas, Frei Manuel da Cruz deixou fama de bem-aventurado. Diz-se que ao ato do ofício da sua sepultura assistira um formoso jovem que a todos admirara, e que misteriosamente desaparecera ao recolher-se o caixão ao jazigo, sem que o conhecessem nem a família, nem os amigos do finado. Acreditou-se que o jovem era S. Gonçalo.

Recomendo aos políticos da minha terra esta tradição. Façam-se devotos de S. Gonçalo todos eles. Creiam que precisam muito de um zeloso advogado no Céu, porque, pelas obras que têm feito no Brasil, ou eu me engano muito, ou, a não valer-lhes a intercessão de algum santo, irão direitinho para o Inferno.

Renunciada a mitra por D. frei Manuel Pereira foi nomeado bispo do Rio de Janeiro o padre José de Barros de Alarcão, natural de Leiria, o qual, tendo a sua eleição confirmada pelo Santo Padre Inocêncio IX, a 19 de agosto de 1680, tomou posse da mitra por seu procurador Padre Sebastião Barreto de Brito, vigário da freguesia de N. S. da Candelária, a quem coube o governo eclesiástico, até que ele chegou à cidade de S. Sabestião do Rio de Janeiro no 19 de junho de 1682, e fez a sua entrada solene no dia 13 do mesmo mês.

Não existe documento algum que ateste positivamente a época em que se instituiu o corpo capitular do bispado do Rio de Janeiro. O Bispo D. frei Antônio de Guadalupe, falando da origem do cabido no prelúdio dos estatutos que lhe deu a 21 de setembro de 1736, diz que ele fora instituído a 19 de janeiro de 1685, e o cabido em uma representação que dirigiu ao rei em 1733, firmou a criação da Sé na era de 1684. Felizmente, porém, a crítica de Monsenhor Pizarro faz-nos escapar a esta dúvida, ensinando-nos que, em 1684, o Bispo José de Barros Alarcão nomeara os sujeitos dignos de ocupar os benefícios da nova Sé, e que a instituição do corpo capitular se realizara no dia 18 de janeiro de 1685.

A corporação catedral foi criada com cinco dignidades, a saber: deão, chantre, tesoureiro-mor, mestre-escola e arcediogo, seis cônegos de prebenda inteira e dois de meia prebenda, um subchantre, quatro

capelães, quatro moços de coro, um organista, um mestre de capela, um sacristão, um porteiro da maça, um cura e um coadjutor, e pela provisão de 1^a de março de 1689 teve mestre de cerimônias.

Esta moderníssima organização do corpo capitular foi sendo pouco a pouco modificada, aumentando-se sempre o seu pessoal, que se elevou nos modernos tempos ao número que se apreciara em um quadro que apresentarei daqui a pouco.

As côngruas estabelecidas primitivamente aos ministros da Sé foram também muito moderadas e dão idéia da vida barata daqueles tempos. A provisão de 18 de novembro de 1681, em que o príncipe regente D. Pedro determinou o número dos ministros de que se havia de compor o corpo capitular, regulou as côngruas competentes, arbitrando-as assim: côngruas, do deão, 100\$; a cada uma das dignidades, 80\$; a cada um dos cônegos de prebenda inteira, 60\$; a cada um dos de meia prebenda, 30\$; a cada um dos capelães, 25\$; ao subchante, 10\$; a cada um dos moços de coro, 12\$; ao sacristão, 25\$; ao porteiro da maça, 10\$; ao mestre da capela, 40\$; ao organista, 25\$; ao cura, 73\$920; ao coadjutor 25\$, e finalmente ao mestre de cerimônias, por ordem de 1^a de março de 1689, 10\$.

É claro que, com o andar do tempo, não podiam tais côngruas deixar de ser elevadas e o foram por muitas vezes, observando-se até, por ordem de 25 de setembro de 1758, que os capitulares tiveram a dita de vencer as suas côngruas durante um ano ainda depois de mortos, para ajuda das despesas do seu tratamento na moléstia e do seu funeral. Os padres, que sabem dar nomes às coisas, chamaram a essa côngrua dalém-túmulo – o ano morto. O que eu não sei é como ainda não se lembraram de introduzir esta moda do ano morto a favor dos altos funcionários do Estado. É verdade que a indústria política inventou coisa muito melhor e mais sublime, criando as famosas ajudas de custo, misteriosa mamadeira, que é o ano vivo dos políticos velhos, e que vale às vezes por dez, e às vezes por vinte anos mortos dos ministros da Sé.

Aproveitarei agora um ligeiro quadro da corporação catedral e dos empregados da capela imperial na atualidade e com os seus respectivos vencimentos. A comparação destes com as côngruas estabelecidas

na época da instituição do corpo capitular nos fará admirar a diferença dos tempos e das coisas.

Eis aqui o quadro:

Classes	Côngruas	Gratificação
6 monsenhores	1:200\$000	800\$000
16 cônegos	800\$000	400\$000
14 capelães	600\$000	
2 mestres de cerimônias		600\$000
1 dito		1:000\$000
2 tesoureiros da sacristia		400\$000
3 organistas		500\$000
12 sacristães		200\$000
3 moços de maça		200\$000

É possível que este quadro não esteja absolutamente exato. Se o não está, asseguro que ele não peca porque eu exagerasse o número dos ministros da Sé, nem porque lhes tenha eu marcado côngruas e gratificações de mais. Copiei tudo de um documento oficial.

E a respeito das côngruas, devo acrescentar que com toda a certeza os ministros da catedral as reputam muito insuficientes, e pedem, ou estão prontos a pedir que elas sejam aumentadas, o que não é para admirar em um tempo em que todos, sem exceção, pedem mais dinheiro do que ganham e nunca se acham satisfeitos com a partilha do grande bolo.

Dizem por aí que os ministros da Sé, como todos os outros eclesiásticos, precisam menos de bons rendimentos do que os outros homens, porque pertencem, moralmente falando, ao sexo neutro, isto é, a um sexo que não é masculino nem feminino, visto que não tem descendência. Eles, porém, protestam neste caso contra as teorias e reque-rem que se olhe para os fatos.

Ora, a lógica dos fatos é irresistível.

Continuemos.

O primitivo e modesto corpo capitular foi instituído na catedral, que, conforme já disse, se estabeleceu na igreja de S. Sebastião, erigida no alto monte de S. Januário, um dos cabeços do morro do Castelo, igreja onde teve assento a primeira matriz da cidade do Rio de Janeiro.

Em tão mau estado já se achava por esse tempo a igreja de S. Sebastião do Castelo, que, em 1659, o prelado Manuel de Sousa e Almeida tratava de desfabricá-la e de passar a matriz para a ermida de S. José, e ameaçava ao senado da Câmara, que lhe representara contra essa medida, com duas excomunhões da bula da Ceia.

Com efeito, desde aquele ano talvez, e sem dúvida, desde antes de 1661, passaram a pia batismal e o sacrário da matriz de S. Sebastião para a ermida de S. José, que ficou servindo de matriz até 1734, no qual a pia batismal e o sacrário se transferiram com a Sé catedral para a igreja Santa Cruz,⁹⁵ como veremos em breve.

Cumpre-me certamente fazer uma ligeira descrição da igreja de S. Sebastião, tal qual se mostrava no ano de 1685, em que se instituiu o corpo capitular. Como, porém, isso me é impossível, limitar-me-ei simplesmente a lembrar que D. João V, permitindo por alvará de 30 de setembro a mudança da catedral, ordenou ao mesmo tempo que, conservando-se o templo para não se perder com ele a sua memória, se estabelecesse ali uma capelania perpétua e se erigisse finalmente uma irmandade do mesmo santo.

O rei mandara, mas apenas fora obedecido em parte. Porque a ereção da irmandade não se realizou senão no vice-reinado do Conde de Resende, a título de particular devoção deste, que, além de organizar a irmandade, fez renovar a igreja e reedificar as casas anexas da sacristia à custa de esmolos pedidas ao povo.

Seria aqui a ocasião a mais oportuna para descrever a igreja de S. Sebastião tal qual a vimos em anos deste século, e tal qual se acha depois que se hospedaram nela os religiosos barbadinhos italianos. Mas desconfio que teremos de ir um pouco longe, logo que nos metermos neste empenho. Peço, pois, licença para estudar este assunto em um passeio especial que será o seguinte.

95 Igreja da Santa Cruz dos Militares, na rua Primeiro de Março.

Está, portanto, adiada a descrição da igreja de S. Sebastião.

E prossigo na história, que devo contar.

À medida que corriam os anos, iam os habitantes da nova cidade do Rio de Janeiro abandonando o morro do Castelo e edificando suas casas na planície, de modo que, dentro em pouco, estava aquele reduzido a um deserto.

Como todos praticavam, também os ministros da Sé procuravam habitar no centro da povoação, e muito amigos do seu cômodo começaram a mostrar-se negligentes no cumprimento dos seus deveres.

Por outro lado, despovoando-se o morro do Castelo, principiaram a aparecer ali com facilidade latrocínios e insultos que chegavam até ao sacrilégio. Uma noite, a sentinela que velava perto da igreja de S. Sebastião sentiu notável ruído dentro dela, e medrosa ou de almas do outro mundo ou de violências dos vivos, retirou-se para um telhal vizinho, e na manhã seguinte achou-se uma porta do templo sobreposta, tendo sido roubada a caldeira de prata d'água benta. Em outra noite, desapareceram os castiçais dos altares e em uma terceira deu-se o caso do furto no cofre, onde se recolhia o Santíssimo Sacramento. O tesoureiro da Sé conservava recolhida toda a prata, não confiando mais na vigilância das sentinelas. Os ladrões não carregavam com a igreja inteira, porque não podiam levá-la às costas, e não carregavam com todo o corpo capitular, porque não tinham que fazer dele.

Além disso, o bispo D. Francisco de S. Jerônimo fazia notar em uma pastoral o incômodo dos moradores da cidade, perigo das crianças que iam a batizar e indecência com que se faziam as procissões saindo com o Santíssimo por entre valos, azinhagas e passos, em que se arriscava cair o sacerdote, e ainda o bispo, com a custódia levada em suas mãos, e finalmente achar-se a mesma Sé, por sua antiguidade, ameaçando ruína.

Tratou-se, pois, da mudança da Sé. Mas desde logo começaram as oposições, dificuldades e desinteligências.

Coisa célebre: Não houve ermida nem igreja que desejasse receber o corpo capitular no seu seio! Tinham todos receio de que os hóspedes se mostrassem absolutos senhores da casa a que se acolhessem.

Monsenhor Pizarro admira-se de que não se recebesse com ufania e gratidão semelhante honra.

O Bispo D. Francisco de S. Jerônimo representou ao rei em 1702, pedindo-lhe a mudança da Sé para a ermida de S. José, cuja irmandade nem obstava, nem defendia o ingresso do corpo capitular, como, pelo contrário, dificultavam os militares do Terço Velho da praça, recusando o uso da igreja da Santa Cruz, a que ele dirigia as suas vistas por mais apta. Como, porém, a ermida de S. José fosse declarada por engenheiros que a examinaram não ter capacidade para o corpo capitular, nem apresentar conveniências que aconselhassem novas obras para aumentar-lhe as proporções, voltaram-se de novo os olhos do bispo para a igreja da Cruz.

Pouco aos meus companheiros de passeio a história de uma longa e porfiada luta que durou até o ano de 1734, entre o bispo e o cabido de uma parte e a câmara e as irmandades de S. Pedro Gonçalves e Santa Cruz da outra. Basta dizer que os primeiros teimavam em querer mudar a Sé para a igreja da Santa Cruz e os segundos opunham-se pertinazmente a semelhante idéia.

O rei contemporizava, mostrando-se disposto a respeitar os direitos das irmandades da igreja da Santa Cruz. Pelo alvará de 13 de março de 1703, mandou que o governador da capitania, conferenciando a despesa precisa (por um orçamento) para se erigir novo templo, à vista da planta feita em Lisboa pelo Padre Francisco Tinoco, informasse competentemente a esse respeito. Em carta régia de 16 de fevereiro de 1705, dirigida ao bispo do Rio de Janeiro, escreveu, além de outras coisas, o seguinte: “Me pareceu encomendar-vos que com o vosso zelo e prudente persuasão animeis esses moradores a concorrer para esta obra [o novo templo] com as suas esmolas, para o que se fará um livro, que o juiz de fora rubricará, onde se farão os termos das promessas pelo escrivão da comarca, assinadas por ele e pelos promitentes, para que não haja falta, e do que se puder dar, me dareis conta, e para que a esse respeito se veja o que pode suprir a fazenda real, que nestes tempos, com tantas fortificações e presídios, não lhe resta muito com que concorrer.”

A idéia da edificação de um novo templo para catedral era útil. Mas não resolvia a questão instantânea. O bispo obedeceu ao rei, dirigiu ao povo uma pastoral, pedindo esmolas para a obra da Sé nova. Mas

não continuou menos a instar pela mudança já pedida e pela concessão da igreja da Santa Cruz. Mas, parecendo-lhe difícil consegui-la, apesar de se oferecerem os cônegos para comprar à sua custa as casas contíguas à mesma igreja, a fim de torná-la mais espaçosa, pediu o templo paroquial da Candelária por supô-lo menos sujeito a contradições.

Depois de novas consultas e de um longo adiamento da decisão deste assunto, facultou o rei, em data de 2 de abril de 1721, a mudança da Sé para a Candelária. Morrendo, porém, o Bispo D. Francisco de S. Jerônimo, ficou ainda suspensa a execução desta providência.

Sucedeu a este bispo na mitra do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio de Guadalupe que, conseguindo do rei o alvará de 30 de setembro de 1733, ordenando a trasladação da Sé para a sempre desejada igreja da Santa Cruz, que deveria perder este título, pondo-se no altar-mor um painel da imagem de S. Sebastião, para que este ficasse sendo como até esse tempo, titular da catedral e também pertencendo esse templo ao padroado real, como pertenciam as catedrais todas das conquistas portuguesas, viu-se ainda embaraçado o novo bispo pela câmara, que opôs dúvidas a mudança da Sé.

Mas, nestas circunstâncias, o cabido mostrou que era homem, e que homem! Nada menos que Alexandre Magno. Lembrou-se do herói macedônio, do nó górdio e do famoso *non interest quomodo solvatur*.

Os meios legais são muito bonitos e dignos de todo o respeito, quando se trata de defender a causa própria. Mas em caso em que é preciso tomar a casa alheia, faz-se da lei gato e sapato, preconiza-se o encanto do poder da força e reputa-se o *non interest quomodo solvatur* à última expressão da sabedoria humana.

O cabido resolveu, pois, inopinadamente a questão, empregando, em vez do seu latim da Igreja, o recurso diplomático e político dos fatos consumados. Precedendo o consenso do bispo, o corpo capitular, que soube guardar a respeito do seu plano inviolável segredo, reuniu-se, na noite de 23 de fevereiro de 1734, na igreja de S. Sebastião do Castelo, e levando a imagem do santo padroeiro em procissão, avançou a marche-marche para a igreja da Cruz, tomou-a, como uma fortaleza que de assalto é conquistada, colocou S. Sebastião no altar-mor, achou-se de improviso dono da casa, rezou suas orações e depois debandou-se e pôs-se ao fresco.

E... talvez não acreditem. Mas é verdade.

E apesar de ter vindo a procissão morro abaixo e a marche-marche, não consta que um só dos ministros da Sé escorregasse, nem caísse nos valos, azinhagas e passos do Castelo.

Depois de um ataque de surpresa, tão bem sucedido, os ministros da Sé naturalmente respiraram com suavidade, disseram talvez, como Mac-Mahon disse no alto de Malakoff: “A fortaleza é nossa. Agora nem todo o poder do mundo nos arrancará daqui!” E descansaram por algum tempo.

Os bons exemplos devem ser seguidos, imitemos, pois, o venerando cabido.

Descansemos um pouco, por nossa vez.

IV

No nosso último passeio vimos como o cabido da Sé do Rio de Janeiro, para cortar um nó górdio com a espada de Alexandre, improvisara uma procissão e a marche-marche entrara na igreja da Santa Cruz, e dela tomara conta, *par droit de conquête*, em nome de S. Sebastião, que ficou ocupando o altar-mor do templo com o mais completo desapontamento das irmandades da Cruz e de S. Pedro Gonçalves, que a essa conquista se opunham.

Tendo sido esta interpresa efetuada de noite e a *pas de course*, não me foi possível então dar-vos conhecimento da igreja para onde ficara desde aquele momento transferida a catedral do Rio de Janeiro. Agora, porém, que é dia claro e não temos pressa, conversarei com os meus companheiros de passeio a respeito desse templo, começando por contar-lhes a sua história antiga.

O domínio espanhol não somente foi uma calamidade política para Portugal, como também expôs todas as colônias deste reino aos ódios, vinganças e ataques dos inimigos da Espanha.

Corsários e piratas insultaram e saquearam algumas povoações do litoral do Brasil, e tornou-se, por isso, indispensável fortalecer as cidades nascentes desta grande colônia.

Na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantaram-se diversos fortes no princípio do século décimo-sétimo. Não sei ao certo em que ano, talvez no primeiro governo de Martim de Sá, isto é, de 1602 a 1608, foi construído um fortim junto do mar, na praia que ficava quase fronteira à ilha que depois se chamou das Cobras, e que a princípio se chamara da Madeira, porque, diz Gabriel Soares, dela se tira muita, a qual serve aos navios que aqui se recolhem, de consertar as velas.

A esse forte deu-se o nome de Santa Cruz, e Martim de Sá no seu segundo governo, que se estendeu do ano de 1618 a 1632 (contadas as administrações interinas, que por ausência dele exerceram alguns), o fez construir mais regularmente ou de novo (diz Pizarro), com despesa da sua fazenda.

O mesmo monsenhor Pizarro informa que o fortim da Santa Cruz fora levantado por ordem régia, e parece-me extraordinário que o rei desse ordem e não desse dinheiro para essa obra, donde concluo que a renovação foi que correu por conta da fazenda particular de Martim de Sá.

Baltasar da Silva Lisboa fala de um forte da Candelária, guarnecido por esse mesmo tempo. Não tenho idéia desse forte, e chego a pensar que é o mesmo de Santa Cruz, de que o autor citado não faz menção.

Pouco tempo durou o fortim de Santa Cruz. O abandono deixou que o mar o destruisse e entulhasse. Também a obra não podia aumentar o número das maravilhas do mundo, porquanto, apesar do seu título de fortaleza, resistiu tão fracamente aos embates das ondas, que sobre as suas ruínas, já em 1628, se tinha levantado uma capela.

No capítulo IV do tomo II das *Memórias* de monsenhor Pizarro, encontra-se na pág. 237 uma nota que se refere à origem da igreja de Santa Cruz dos Militares. Eu, porém, prefiro oferecer aos meus companheiros de passeio a notícia do princípio que teve a imperial irmandade da Santa Cruz dos Militares, oferecida à mesa administrativa desta no ano de 1856 por um irmão, e prefiro, porque esta notícia é evidentemente mais positiva e mais completa.

Ei-la, aí vai, portanto:

“No lugar em que se acha a majestosa igreja de Santa Cruz da imperial irmandade dos militares, existia, no ano de 1611, um pequeno forte denominado Santa Cruz, que fora mandado construir no ano de 1605 pelo capitão Martim de Sá, governador do Rio de Janeiro, para defesa desta cidade. O forte Santa Cruz, que foi em seu princípio dentro do mar, achava-se já fora dele e totalmente arruinado no ano de 1623, e nessa época os oficiais e soldados da guarnição da Cidade do Rio de Janeiro o pediram e alcançaram do mesmo Governador Martim de Sá para ali edificarem uma capela onde fossem sepultados. Concluída a capela no ano de 1628 com a invocação de Santa Vera Cruz, os oficiais e soldados seus proprietários se reuniram em irmandade religiosa, concorrendo os oficiais superiores com 100 rs., os subalternos com 50 rs., e os soldados com 20 rs., mensais para as despesas do culto. Sendo extraordinários os trabalhos e sacrifícios desses beneméritos, que, incumbidos da defesa da pátria, empregavam os momentos de sua folga na construção de um templo onde eternamente descansassem à sombra do divino emblema da nossa redenção. Na capela de Santa Vera Cruz, com permissão da irmandade dos militares, festejavam os comerciantes e navegantes a S. Pedro Gonçalves. No ano de 1681, a irmandade de Santa Vera Cruz, apesar de seu zelo e sacrifícios, viu-se exaurida de meios que suprissem a todas as despesas da sua capela e resolveu ceder metade dela aos festeiros de S. Pedro Gonçalves, com a obrigação de concorrerem com metade de todas as despesas ordinárias, e das obras que fossem necessárias, e assim concordaram e confirmaram por escritura pública lavrada pelo tabelião José Correia Ximenes, em 18 de março de 1682, sendo Governador do Rio de Janeiro o General Duarte Teixeira Chaves, e juiz da irmandade dos militares o capitão Manuel da Costa Cabral.

“Teve a irmandade militar de Santa Vera Cruz o primeiro compromisso em 12 de julho de 1700, sendo juiz da irmandade o General Artur de Sá e Meneses, Governador do Rio de Janeiro. Continha vinte artigos sobre sufrágios e disposições administrativas.

“Por carta de sesmaria dada pelo General Francisco de Távora, Governador do Rio de Janeiro, em 12 de fevereiro de 1716, confirmada por el-rei o Sr. D. João V, em carta régia de 3 de outubro de 1722, e mandada cumprir pelo General Aires de Saldanha de Albuquerque,

governador do Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1723, foi concedida à irmandade militar de Santa Vera Cruz toda a terra que então existisse, e aquela que o mar fosse deixando em toda a largura do terreno que ocupava a capela desta irmandade. Achando-se arruinada a primeira capela de Santa Vera Cruz, a irmandade dos militares intentou edificar uma igreja mais sólida e regular, e para isso convocaram os festeiros de S. Pedro Gonçalves, a fim de concorrerem com metade das despesas na forma contratada. Porém, como já não existiam os instituidores daquela festa, os que então haviam recusaram a proposta, e não continuaram a festejar o seu padroeiro. A irmandade dos militares havia adquirido alguns prédios por compras que fizera e por dádivas que tivera de alguns devotas, e edificado outros conjuntamente com os festeiros de S. Pedro Gonçalves, ao lado e fundos da capela.

“Não podendo por mais tempo conservar-se a capela de Santa Vera Cruz, em razão de sua antiguidade e fraca construção, deliberou a irmandade dos militares, em sessão de 20 de janeiro de 1780, que a mesma irmandade tomasse sobre si a nobre empresa de construir um novo templo e nisso empregar todos os seus recursos, e sendo convocados os festeiros de S. Pedro Gonçalves para deliberarem sobre a posse dos prédios que possuíam em comum, resolveram os festeiros que a parte que tinham nos prédios cediam e davam à irmandade dos militares, ficando esta obrigada a fazer anualmente uma festa a S. Pedro Gonçalves, cuja imagem teria altar em a nova igreja. Com a primeira pedra, lançada no 1º de setembro de 1780, deu-se princípio ao novo templo, conforme o risco e direção do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, sendo juiz da irmandade o Coronel José da Silva Santos, e protetor o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Concluída a atual igreja da irmandade dos militares, foi sagrada a 28 de outubro de 1811 com a invocação da Santa Cruz, havendo nesse dia uma missa solene a que assistiu S. A. R. o Sr. D. João, príncipe regente, que houve por bem aceitar o título de protetor da irmandade, da quel era juiz o Marechal-de-Campo João de Barros Pereira do Lago Soares de Figueiredo Sarmento.

“A igreja da imperial irmandade da Santa Cruz dos Militares está colocada na rua Direita, esquina da rua do Ouvidor, da parte do mar, tem do lado esquerdo uma grande porta e as janelas da sacristia e consistório. Está entre dois espaçosos corredores ladrilhados de már-

more, que dão entrada para a igreja, em cuja frente tem um grande pórtico lavrado. Tem três altares, sendo o da capela-mor ocupado pela Cruz sobre o monte Calvário, o do lado direito pela imagem de N. S. das Dores, e o do lado esquerdo pela imagem de S. Pedro Gonçalves. Toda a capela-mor é ornada de preciosa obra de talha, representando os martírios da paixão e morte de Jesus Cristo, e o corpo da igreja com igual obra, representando todos os instrumentos e troféus militares. Com o aumento de seus réditos, a irmandade não limitou seus benefícios somente ao funeral de seus irmãos. Conferiu pensões caridosas às viúvas e filhos. De oficiais gerais a 9\$600, de oficiais superiores a 6\$400 e de oficiais subalternos a 3\$200 mensais, e à proporção que têm aumentado os bens e réditos da irmandade, ela os distribui em socorros as viúvas e filhas dos irmãos que falecem.

“Pelo compromisso de 4 de julho de 1830 foi abolida a pensão caridosa e decretada a pensão compromissal correspondente à quarta parte do soldo, e pelo compromisso de 14 de julho de 1853 foi esta pensão elevada à terça parte do soldo de cada um irmão oficial, sendo também socorridos em sua vida com igual pensão, no caso de perdimento de soldo e reconhecida indigência.

“São admitidos a irmãos da imperial irmandade da Santa Cruz aos Militares somente os cidadãos brasileiros que forem oficiais de primeira linha do exército, pertencente à guarnição da corte e Província do Rio de Janeiro, e professem a religião católica apostólica romana.

“Sua Santidade Pio VII, pontífice de Roma, em bula de 27 de setembro de 1822, concedeu indulgência plenária a quem visitasse a igreja de Santa Cruz dos Militares no dia do seu orago, a exaltação da Santa Cruz, que pomposamente se festeja a 21 de setembro. E o Sr. D. Pedro I, imperador do Brasil, aceitou, em 21 de setembro de 1828, o lugar de protetor da irmandade, à qual, por decreto de 3 de dezembro do mesmo ano, conferiu o honroso título de Imperial. O Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil, é o atual protetor da irmandade.”

A esta notícia cumpre-me acrescentar algumas, porém muito breves observações.

Os militares que instituíram a irmandade da Santa Cruz, pertenciam ao chamado Terço Velho. Porque, somente em 1700 ou pouco antes desse ano, organizou-se o intitulado Terço Novo com quatro

companhias vindas de Lisboa para aumentar a infantaria do país e a de Santos.

A denominação de Terço Velho, dada àquele primeiro corpo de infantaria de linha, foi devida a ter sido ele formado primitivamente dos infantes com que o Capitão Estácio de Sá e seu tio Mem de Sá conquistaram o Rio de Janeiro.

Devo finalmente observar que o Governador Francisco de Távora não podia dar a sesmaria de que fez presente, a 12 de fevereiro de 1716, às duas irmandades da igreja da Santa Cruz. Porque a carta régia de 23 de fevereiro de 1713 determinara que o Governador do Rio de Janeiro não desse sesmarias dentro da cidade, por pertencer somente à Câmara, competindo ao governador dar as dos sertões. E assim o entendeu o Governo da metrópole, que, a 3 de outubro de 1720, confirmou aquela doação de Francisco de Távora, mas só a título de esmola.

Este abuso que passo a notar é uma consolação para nós outros, porque deixa ver que a sem-cerimônia com que os homens do governo fazem doações do que não é seu tem-se observado em todos os tempos, parecendo-se às vezes muito nesse ponto os nossos ministros do Governo representativo com aqueles governadores do sistema absoluto.

É uma triste consolação. Mas é preciso que nos contentemos com ela.

Agora, ainda mesmo cometendo um evidente anacronismo, continuarei a história da igreja da Santa Cruz até os nossos dias, deixando o cabido à minha espera no ano de 1731. Creio que não lhe custará muito a esperar, visto que se acha bem a gosto em casa alheia.

Se não há memória do que era, debaixo do ponto de vista arquitetônico, a antiga capela da Santa Cruz, temos ao menos diante aos nossos olhos a igreja que a substituiu, e que é talvez a mais bela que possuímos na capital.

Vou fazer a descrição desse templo, e desta vez sou exigente. Acho-me no caso de certos estadistas parlamentares que, descobrindo no prólogo de um livro novo de direito público uma tirada eloqüente, decoram-na, palavra por palavra, e aproveitam a primeira ocasião para atirá-la no meio da Câmara temporária, como se fora obra e parto feliz

da sua admirável inteligência. Temos uma dúzia dessas ilustrações que brilham pelos prólogos, que nunca passam dos prólogos, e que hão de morrer, tendo sido sempre e somente prólogos.

Eu, ao menos, declaro a todos o nome do autor que fala por mim. É o meu distinto e velho amigo o Sr. Manuel de Araújo Porto Alegre quem vai descrever a igreja da Cruz. Copio textualmente o que esse artista e poeta escreveu há alguns anos.

“Cabe-me hoje a descrição da igreja da Santa Cruz dos Militares, que pertence a época imediata à da arquitetura jesuítica, mas que se encosta mais ao estilo clássico do que os outros templos onde a escola borromínica⁹⁶ alardeou toda a pompa caprichosa de suas combinações grotescas e que hoje fazem as delícias das borboletas parisienses. E que reconquistaria de novo o trono das artes, se um grande número de abalisados mestres não se opusessem à torrente devastadora e inconstante da moda.

“Propensa ao classicismo, a igreja da Cruz é o templo que possuímos de uma arquitetura mais regular. As linhas que entram na ordenação da fachada, sem ter o peso das da Candelária, nem o recurvado dos fastígios do Carmo, de S. Francisco de Paula e de S. Pedro, conservam uma agradável harmonia em suas proporções. As áreas são bem calculadas, os ornatos distribuídos com uma inteligente economia, e as proporções das ordens, seus perfis e ligações bebidos nas obras dos mestres italianos do século atrasado, que, pretendendo realizar a grande palavra de Buonaroti,⁹⁷ quando criou o novo Capitólio, caíram nesses desvarios preconizados por Maderna e Bernini, tendo em completo esquecimento as obras de Paládio, Bramante e Samovino.

“Se compararmos a fachada da igreja da Cruz com as modernas de S. José e do Sacramento, veremos uma retrogradação horrorosa nos modernos tempos, e o quanto a arquitetura perdeu nestes dois edifícios que parecem sair da mesma forma bastarda e insignificante.

“As obras do tempo da colônia têm um caráter mais grandioso. Havia mais gosto. Ao menos elas caminhavam com o tempo e com

96 De Borromini, arquiteto italiano (1559-1667). Precursor do estilo barroco, passado depois à Espanha, a Portugal e ao Brasil.

97 Miguel Ângelo (Buonaroti), pintor, escultor, arquiteto e poeta italiano (1475-1564).

as idéias artísticas dominantes. Mas hoje que houve uma revolução completa, um retrocesso às idéias clássicas, um apurado estudo da antiguidade, e no momento em que o mundo civilizado tinha reconhecido como uma verdade eterna que o preceito de Paládio, que recomenda a simplicidade das linhas, a aplicação da harmonia grega a todos os edifícios, a esse consórcio da arte gráfica profana com a sagrada, a esse caráter de solidez, a essa beleza de contornos, aparecem de pedra e cal esses templos construídos por habilíssimos pedreiros e riscados por homens apenas possuidores de longínquas tradições, que, sem serem borromínicos, nem gregos, são uma verdadeira monstruosidade sem gosto e sem poesia.

“Na igreja do Carmo há dois portais de um trabalho esquisitíssimo, e o que deita para o beco dos Barbeiros é uma obra maravilhosa naquele estilo. E impossível será que o cinzel do escultor possa talhar o mármore com maior morbidez e graça do que ali se acham. Estas duas portas seriam consideradas como dois monumentos perfeitíssimos da arte borromínica em toda a sua pompa e em qualquer parte da Europa.

“Não sabemos a quem o provedor da ordem dos militares, o Coronel de Artilharia José da Silva Santos, encomendara o risco (da igreja da Cruz). Mas unicamente ao certo é que a obra de talha e as estátuas externas são da mão do insigne Valentim.

“O alpendre olórico da sua fachada é uma obra bem acabada. A mistura do granito e do mármore é feita com inteligência e gosto, e os ornatos externos da escola borromínica são muito bem acabados, principalmente os da porta principal.

“No interior da igreja se acha toda a pompa e magnificência do gênio de Valentim. O mesmo cinzel da capela-mor de S. Francisco de Paula. O partido tomado na distribuição das linhas gerais é felicíssimo, principalmente as das portas laterais depois da tribuna do coro, que são ornadas e distribuídas com muito gosto.

“A igreja da Cruz, situada na rua Direita, no quarteirão mais nobre e movediço da cidade, será por longo tempo um ornato desta, e um testemunho de que os homens do século passado tinham mais gosto para as artes do que os do século atual. Com raras exceções, tudo o que fazemos hoje é destituído de grandeza e de poesia.”

Esta descrição do templo da Santa Cruz dos Militares foi publicada no *Ostensor Brasileiro*. Mas, embora tenham passado não poucos anos depois que ela viu a luz da imprensa, julgo-a tão suficiente, e tanto respeito o mestre que a fez, que não me atrevo a acrescentar-lhe palavra.

A imperial irmandade da Santa Cruz dos Militares, no seio da qual fundiu-se a de S. Pedro Gonçalves, é desde muito tempo uma instituição que desempenha dignamente um duplo fim católico. Porque não só atende com esmero e brilhantismo a todas as condições do culto externo, como socorre filantropicamente as viúvas e famílias dos militares irmãos finados, pagando-lhes pensões da quarta e terça parte dos soldos que estes venciam.

Esta providência aproveita notavelmente aos pensionados. Porque, em verdade, no Brasil não há classe que mereça mais e receba menos do Estado do que a militar.

No nosso país o soldado, qualquer que seja a sua patente, se não tem outros recursos além do seu soldo, é sempre um pobre, não deixa por sua morte à mulher e aos filhos outro legado que não seja a memória de uma vida trabalhosa e árdua e a mais triste e completa pobreza, e às vezes mesmo a miséria.

Ainda bem que a nação raramente se esquece de acudir em auxílio das viúvas e dos órfãos dos seus valentes defensores, e que há uma instituição como a imperial irmandade da Santa Cruz dos Militares, que em grande parte concorre para o mesmo fim.

E esta irmandade oferece um novo e belo exemplo do que pode fazer e conseguir o espírito de associação bem dirigido e constantemente aplicado com solicitude. Homens pobres, mas dedicados e prudentes, levando a um cofre comum diminutas somas anuais, chegaram a realizar um fundo de importância elevada e um montepio considerável.

A irmandade da Santa Cruz dos Militares tinha, no fim do ano de 1861, uma receita de 596:603\$129, procedente de juros de apólices e da conta corrente do Banco Hipotecário, dos aluguéis de prédios de suas propriedades e das jóias e diversas contribuições dos respectivos irmãos, e pôde assim pagar nesse mesmo ano, 38:792\$961 de pensões às viúvas e órfãos dos irmãos finados.

Sem dúvida essa receita deve ter crescido e atualmente se apresentará um quadro ainda mais animador.

Essa prosperidade financeira dá pleno testemunho da sabedoria e do zelo com que a irmandade tem sido dirigida pelas suas administrações, que merecem por isso muitos elogios.

Pois olhem, nem todas as irmandades podem gabar-se de igual felicidade.

O culto divino está no caso do alto serviço da pátria, e há bom número de carolas que se aproveitam do serviço de Deus para cuidarem dos seus interesses materiais de um modo um pouco abusivo, assim como se contam notáveis patriotas de elevada posição social que se regalam à custa da nação, de quem se dizem beneméritos.

Que religiosos e que beneméritos uns e outros rezam o Padre Nosso unicamente por causa do venha-a-nós. Florescem por aí procuradoretinhos de irmandades a quem os santos de sua devoção têm a infelicidade de estarem sempre devendo, e apesar dos sacrifícios de tempo e de dinheiro que fazem, os tais devotos carolas agarram-se às procuradorias como sanguessugas aos corpos dos doentes, e nos atos de eleições brigam, cabalam e se esforçam para serem reeleitos, como se fossem candidatos a uma senatória!

Faz desconfiar tanta dedicação religiosa.

Faz desconfiar deveras, e pelo menos obriga um homem de consciência a ficar por alguns momentos refletindo sobre o caso.

Reflitamos, pois, meus companheiros de passeio; e para refletirmos tranquilamente façamos aqui uma pausa de suspensão.

V

A igreja da Santa Cruz dos Militares, fundada sobre as minas de um fortim por soldados que são homens de proezas, e mantida em todas as condições do culto divino, além deles primitivamente por navegantes, que são homens férteis em histórias curiosas, muitas vezes terríveis, e às vezes também mais ou menos exageradas, obtida ou conquistada pelo cabido da Sé fluminense e de novo restituída às irmandades a quem ela de direito pertencia, dava-me lisonjeira esperança de pingue

colheita de interessantes tradições. Infelizmente, porém, o seu passado é um túmulo que escondeu para sempre as memórias do outro tempo.

O descuido e o cupim têm feito perder a lembrança de muitos fatos importantes, de romanescas lendas e mesmo de crenças e prejuízos populares, que seria agradável conhecer atualmente.

O descuido fez com que não se escrevesse o que devia ser perpetuado. O cupim devorou tesouros imensos nos arquivos públicos e de não poucas instituições religiosas.

Não sei se devo atribuir ao descuido ou explicar pela ação do cupim a pobreza de tradições do passado que se nota na igreja da Santa Cruz dos Militares. Mas é certo que somente encontrei nela a lembrança de fatos contemporâneos para referir aos meus companheiros de passeio.

Além das solenidades compromissais a que está obrigada a imperial irmandade da Santa Cruz dos Militares, celebram-se anualmente nessa igreja duas pomposas festas. Uma é a do Senhor Desagravado, outra a de N. S. da Piedade, e ambas têm uma origem que convém não deixar esquecer.

São histórias do nosso tempo e que todos sabem. Não é isso, porém uma razão para condená-las ao silêncio. Porque todos as sabiam, deixaram talvez os nossos avós de escrever e perpetuar coisas do passado que se perderam completamente na memória dos homens.

Tratarei em primeiro lugar do acontecimento escandaloso de que proveio a justíssima e louvável idéia da festa do Senhor Desagravado, e contarei o princípio da história, copiando textualmente alguns períodos da erudita pastoral do venerando bispo do Rio de Janeiro, datada de 10 de agosto de 1815 e relativa a esse caso.

“Na igreja da Santa Cruz dos Militares desta corte, andando-se em obras, aconteceu que no dia 29 do mês de julho ultimamente findo, pelo meio-dia, um oficial de pintura, que trabalhava nas referidas obras fosse ao consistório onde se achava a imagem do Senhor Jesus morto. E aí abrindo a cortina que encerrava a sacrossanta imagem (ah! quem o pensara de um católico?) escarnecera, blasfemara e desacatara a veneranda imagem!

“O desacato de que falamos foi seguido de um efeito prodigioso. O seu infeliz autor, sobre sacrilégio, foi também incrédulo. E à se-

melhança daqueles que blasfemaram do Nosso Salvador na hora do seu martírio, dizendo-lhe que se era Deus, descesse da cruz para acreditar, o desgraçado dizia, ao passo que desacatava a imagem, e negava a divindade daquele que essa imagem representava. ‘Se tens poder, tira-me a vida neste momento.’

“Mal o infeliz consumara o atentado, que a razão o abandonou, como que espavorida da profundidade do abismo a que chegara. Ficou ele, diante, em pouca distância da santa imagem, estupefato, com a fisionomia notavelmente alterada e tendo aberta a boca (que acabava de insultar o Céu) e sobre ela a língua estendida!

“Depois deste sucesso, outro da mesma natureza, porém de uma maior gravidade, teve lugar. O infeliz, tornando a si, achava-se pintando a urna de N. S. das Dores na igreja, quando, precisamente às 3 horas da tarde do referido dia, soltou dois fortes gritos que assustaram grandemente os outros trabalhadores. E imediatamente caiu por terra, sem sentidos, quase morto, e sofrendo em todo o corpo horríveis contorções! Neste estado permaneceu até perto da noite, quando foi levado para sua casa. Não consta que padecesse tão grave mal em nenhum tempo, e nem se conhece nenhuma causa precedente que o motivasse.

“Quando o desacato foi feito, as pessoas que o presenciaram exprobaram-no ao seu autor. Este, sofrendo dois dias depois um novo ataque, abraçou-se com uma imagem do Senhor Jesus crucificado e o mesmo fez no dia seguinte com a imagem das Dores de Maria Santíssima a quem saudou com um afeto filial. Assevera que não se recorda do que lhe sucedera nesse infausto dia 29 de julho e nos dois seguintes. Mas está pronto a renovar a sua fé à face da igreja que scandalizara, e a dar todo o gênero de satisfação que necessária for para reparar o mal que fizera, arrependendo-se e sujeitando-se às penas canônicas.”

O infeliz de quem se trata nesta pastoral chamava-se Augusto Frederico Correia, era natural dos Açores, tinha vinte e três anos de idade e ocupava-se no gessamento da igreja da Santa Cruz dos Militares, quando, no dia 29 de julho de 1815, cometeu os horríveis excessos de incredulidade e sacrilégio, ofendendo a imagem sagrada com palavras e com ações que devem ficar no esquecimento.

No dia 12 de agosto do mesmo ano de 1815, efetuou-se na igreja da Santa Cruz dos Militares o ato solene do desagravo da imagem

sagrada de Jesus Cristo morto, conforme fora determinado na pastoral de 10 de agosto, e eis aqui uma descrição fiel dessa solenidade, descrição que copio também *ipsis verbis* de uma das nossas gazetas diárias.

“Às dez horas da manhã, achando-se reunido o clero da freguesia da Candelária, presidido pelo seu reverendo pároco, muitos cônegos e mais eclesiásticos seculares e regulares e a imperial irmandade, chegou o Sr. bispo capelão-mor conde de Irajá, e sendo recebido à porta pelo reverendo pároco, subiu com dificuldade (pelo imenso povo que se achava apinhado no trânsito, a fim de assistir ao ato) as escadas do consistório, onde já se achava o monsenhor e o vigário geral, cônegos Marinho e Chaves, mestres de cerimônias, e o delinqüente junto ao altar do lado da Epístola. S. Ex.^a Rev.^{ma} fez a oração ao Senhor depositado em cima do altar, coberto com um rico véu roxo, e foi sentar-se no fraldistório, ao lado do Evangelho, não querendo fazê-lo no meio do altar, como era do cerimonial, pelo respeito, humildade e acatamento à mesma sagrada imagem. Paramentado de amito, cruz peitoral, estola, pluvial roxo e mitra amarela, sentado no seu fraldistório, mandou ao mestre de cerimônias, o cônego Moreira, que lesse em voz alta a enérgica e devota pastoral, na qual dava provas não equívocas do seu zelo, religião e cuidado pastoral na manutenção do culto religioso, que sustenta no governo da sua vasta diocese. Acabada a leitura, o mestre de cerimônias conduziu o delinqüente aos pés de S. Ex.^a, o qual, pondo-se de joelhos, disse a confissão geral. Acabada a qual, S. Ex.^a, de pé e sem mitra, o absolveu da censura, na forma do ritual romano. O delinqüente depois recitou o símbolo dos apóstolos, com o artigo da constituição de Pio IV, na forma seguinte, pondo a mão sobre o missal: ‘Firmemente afirmo que se devem ter e reter as imagens de N. S. Jesus Cristo e da sempre Virgem Maria Mãe de Deus, e dos outros santos, e bem assim que a essas imagens se deve dar a devida honra e veneração.’ Isto feito, o delinqüente tomou o seu lugar ao lado da Epístola, e S. Ex.^a prostou-se no fraldistório com mitra e os cantores começaram a ladainha de todos os santos, cantada por todos com a maior devoção possível, estando todos de joelhos. Acabadas as ladainhas, S. Ex.^a, de pé e sem mitra, cantou o *Pater Noster* e a oração *pro Ecclesia*. E ajoelhando-se depois com ambos os joelhos, beijou com toda a reverência e acatamento a mão direita da sagrada imagem, que se achava descoberta. O mesmo praticaram o clero se-

cular e regular, a irmandade, o delinqüente e mais pessoas que se achavam presentes. S. Ex.^a mandou que a sagrada imagem estivesse todo o dia exposta à veneração de todos os fiéis, a fim de terem a doce consolação de adorar e beijar seus sagrados pés. É deste modo que S. Ex.^a Rev.^{ma} deu um público testemunho da sua devoção e respeito à religião católica apostólica romana, que felizmente e de coração professamos.”

Ainda alguns esclarecimentos, e completa ficará a história do desacatador.

Terminada a cerimônia religiosa que os meus companheiros de passeio acabam de ver descrita, quis o vigário geral esperar que o povo se retirasse para sair com o delinqüente. Mas esperou debalde. A multidão de curiosos permanecia postada em frente da igreja com o empenho de conhecer o infeliz, e conseqüentemente aquele digno sacerdote resolveu-se a escapar com o penitente por uma porta lateral do templo. Sendo, porém, pressentido e acompanhado pelo povo que murmurava, apressou-se e conseguiu entrar em sua casa na rua da Assembléia (que ainda se chamava da Cadeia), diante da qual ficaram de vigia muitos homens do povo.

Às oito e meia horas da noite o infeliz Augusto Frederico Correia, supondo-se livre de qualquer perigo, saiu da casa do vigário geral, o monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, e acompanhado de um caridoso sacerdote, seguia pela rua da Assembléia, quando, ao entrar no largo da Caneca, viu-se perseguido duma turba ameaçadora, que entre vaías bradava: “Fora, judeu! Fora, excomungado!” E em tão grande risco se achou, que se homiziou no hotel de Itália, que então era na praça da Constituição,⁹⁸ e ali ficou até à tarde do dia seguinte, em que o chefe de polícia o foi buscar e o levou em sua carruagem ao Arsenal de Marinha, entregando-o à autoridade competente, com a declaração de não o deixar preso, mas somente abrigado por alguns dias a bordo da fragata de guerra *Príncipe Imperial*.

Eis o fato absolutamente como se passou e em toda a simplicidade e nudez. Não preciso dizer quanto me horrorizou o sacrilégio perpetrado pelo miserável Correia, e quanto me horrorizo ainda à simples lembrança dele. É a única apreciação que me atrevo a fazer desse

98 Praça Tiradentes.

desacato insólito e maldito. Quanto ao mais, não adiantarei palavra. Creio firmemente que Deus Nosso Senhor muitas vezes castiga os grandes pecadores neste mundo. Mas, se os ataques e convulsões que sofreu na igreja da Cruz aquele infeliz sacrílego foram ou não foram um castigo de Deus, não sei. Bem pode ser que o fossem. Se, porém, de certo o foram, só Deus o sabe.

O que me cumpre acrescentar é que Augusto Frederico Correia era notável pela sua ignorância, e que deixou irrecusável prova disso na seguinte carta que escreveu, achando-se a bordo da fragata *Príncipe Imperial*.

“Reverendíssimo Sr. Mon. Sr. Digníssimo Vigário Geral. – Às 5½ da manhã logo que foi apresentado ao Sr. Com. desta fragata *Princete* recepi a ingusta repreensão de filho de má mulher de ladrão de cachorro e de malvado a vista de toda a guarnição e mandaram-me em mangas de camiza apresentar ao Sr. Com. da fragata *Praguachu*. Logo que voltei deram que eu estava prezo a ordem do Sr. Chefe de polícia que era para todo o serviço e de noite para o porão quem será Sr. que ature assim que o seu crime já vossa rerevendíssima é eu ter-se esforçado e mostrar a Deus Nosso Senhor e ao mundo que não sou culpado de um crime tão desgraçado em fim Mon. Sr. não se passarão cinco minutos que não me mandassem dar umas poucas de chibatadas e outra vez ordem para pessoa nenhuma falar comigo que era um ladrão malvado por isso vou depositar aos pés de vossa S.^a Reverendíssima que é impossível Sr. que eu possa persistir neste por mais tempo desta maneira o Sr. Juiz ou Chefe da polícia disse ao Sr. inspetor do arsenal de marinha que eu não era preso mas aqui logo me trataram assim e continuam a pior e se vossa reverendíssima não quizer ter compaixão do mais desgraçado de todos os homens fazer com que um reverendo me ouça de confissão por que estou resolvido a retirar-me do mundo para não pensar mais injustamente eu espero estimadíssimo mon Sr. que vos não me desampareis nesta tão arriscada uma só fala vossa faz a minha felicidade não posso mais por que vou varrer, os chiqueiros dos porcos nem reparar alguns erros que fiz Adeus mon Sr. Adeus mon Sr. a mesma recomendação faço ao Sr. Padre que mora com V. Ex.^a que também se compadeça de mim e fico até o último suspiro sendo de V. S.^a e Reverendíssimas

desgraçado muito Venerando Criado e Obrado. – Augusto Frederico Correia.”

Deixemos o pobre Correia com o arrependimento que decerto o acompanhará até à morte, se é que ainda não morreu. Foi um miserável diabo que pagou caro uma hora medonha de indigno e estupidíssimo sacrilégio. Mas do seu desacato proveio ao menos uma santa e louvável devoção.

O tremendo e medonho insulto feito à imagem de Jesus Cristo morto despertou imediatamente no Rio de Janeiro a fé de muitos católicos. O Coronel Manuel José de Castro, irmão da irmandade da Santa Cruz dos Militares, ofertou a quantia de 2:000\$ para de seu produto haver uma missa às sexta-feiras, no altar de N. S. das Dores, estando exposta a imagem do Senhor Desagravado, e este exemplo de piedade religiosa tem excitado tão importantes ofertas, que, além da missa instituída por aquele irmão, e que é sempre muito concorrida, há uma festividade anual do Senhor Desagravado, que é solenizada com grande pompa, e a que assiste com a maior devoção um grande número de fiéis.

A origem da devoção do Senhor Desagravado foi, portanto, um sacrilégio. A origem da devoção de N. S. da Piedade, na mesma igreja da Santa Cruz dos Militares, foi um horroroso flagelo.

Isto prova ainda uma vez que, estremecendo ante o espetáculo de crimes abomináveis, ou no meio das mais dolorosas provações, a humanidade acha sempre um recurso poderoso, uma suave esperança, um conforto animador, voltando-se para Deus.

No ano de 1855, a terrível peste do cólera-morbo, que invadiu pela primeira vez diversas províncias do Brasil, fazia cruéis estragos na capital do império, ceifando, principalmente na classe pobre, um grande número de vítimas.

Ao grito de angústia soltado em triste coro por milhares de famílias necessitadas, pronta e zelosamente despertaram a um tempo a caridade pública e a particular. Multiplicaram-se os hospitais, as enfermarias e postos médicos, avultaram os donativos e as subscrições, e por toda a parte abriram-se os cofres dos ricos em auxílio da pobreza.

Nessas circunstâncias difíceis, o Imperador o Sr. D. Pedro II praticou um grande ato de sabedoria e virtude, pois, rejeitando o parecer

daqueles que o aconselhavam a retirar-se da capital, não só permaneceu nela com sua augusta esposa e as sereníssimas princesas, mas ainda saiu a visitar as enfermarias dos afetados do cólera, e gastou longas horas conversando, consolando e animando os infelizes doentes, sem receio algum do contágio que, com fundamentos ou não, a tantos aterrava.

Este procedimento do Imperador deu coragem aos mais medrosos, dedicação aos menos zelosos, e inflamava ainda mais o sublime espírito da caridade, que se achava já muito nobremente excitado.

Todas as classes rivalizaram em solicitude, e o sexo feminino disputou nesse ponto a primazia ao masculino.

Viram-se senhoras deixarem suas casas e famílias para servirem de enfermeiras nos hospitais. Outras, e entre estas muitas de elevada hierarquia, saírem pelas ruas a pedirem esmolas para os pobres. Quase todas cotizaram-se, destinando a esta obra de caridade somas que deviam empregar em jóias e enfeites. E um grande número delas, reunindo muitos e muitos delicados trabalhos de suas mãos, efetuaram na Academia das Belas-Artes um leilão de caridade em proveito dos doentes pobres.

Neste fervoroso empenho de caridade mostraram-se enfim algumas esposas e filhas de irmãos da Santa Cruz dos Militares, esmolando às portas da igreja desta invocação o preciso socorro para os pobres feridos da tremenda peste; e mais tarde uma reunião de senhoras deliberou dar graças à Santíssima Virgem da Piedade, a quem tinham devotamente recorrido contra a peste, e que ouvira as suas súplicas, e conseqüentemente fora instituída uma festa anual, e uma missa rezada todos os sábados.

A mesa da irmandade foi pronta em conceder a necessária licença para que essas solenidades se efetuassem na sua igreja, e a devoção de N. S. da Piedade tem tido o mais louvável desenvolvimento.

Esta devoção tomou por protetora Sua Majestade a Imperatriz, e a festa anual que celebra é uma das mais pomposas e brilhantes do Rio de Janeiro. Senhoras estimadíssimas e de elevada hierarquia vão cantar ao coro e tudo é feito com esmero e esplendor. As missas dos sábados reúnem imenso e piedoso concurso, e além da satisfação do culto divino, a santa instituição desempenha o dever e a virtude da caridade, distribuindo sem ostentação e com a graça no fazer o bem, que só per-

tence às senhoras, escolas preciosas que matam a fome de muitas famílias pobres aqui na Terra, e são aplaudidas pelos anjos do Céu.

Com a história destas duas devoções, a do Senhor Desagravado e de N. S. da Piedade, concluo em tudo quanto posso dizer a respeito da igreja da Santa Cruz dos Militares, e agora volto ao ponto em que deixei o cabido da Sé, na noite da sua conquista da mesma igreja.

As irmandades da Santa Cruz e de S. Pedro Gonçalves acordaram sobressaltadas com a presença dos seus hóspedes obrigados, levantaram alarido igual ao de um partido em maioria que perde uma eleição, porque a polícia fez o diabo na urna. Mas a Câmara e o governador, escandalizados também, não se contentaram com palavras vãs, e queixaram-se do fato ao rei, que por provisão de 14 de dezembro do mesmo ano de 1731, estranhou aos capitulares da Sé a demasiada aceleração e pouca decência com que a horas noturnas trasladaram a imagem de S. Sebastião sem darem parte ao governador, e também declarou à câmara que nenhum direito tinha de impedir a mudança das imagens, pias e pulpitos.

O fato estava, pois, consumado, e o venerando cabido ficou na casa alheia contra a vontade dos donos.

A teoria dos fatos consumados não é descoberta do século dezenove. Em todos os tempos, a violência achou sempre desculpas, quando as conveniências e os interesses dos governos os aconselham a legitimá-la.

A oposição das irmandades proprietárias da igreja da Santa Cruz continuou sempre a incomodar os capitulares, e monsenhor Pizarro, que é um pouco suspeito pela sua mesma qualidade de monsenhor, observa nas suas *Memórias do Rio de Janeiro* que o simples uso da igreja não foi decerto a causa primária nem única da repugnância de tais corporações, mas as circunstâncias prescritas no mesmo alvará (de 30 de setembro de 1733), onde, além das declarações já referidas, acresceram as seguintes: “E as duas irmandades da Cruz e S. Pedro Gonçalves que há na dita igreja da Cruz se conservaram nela, assinando-se para a irmandade da Cruz em lugar da capela-mor, alguma das outras do corpo da igreja, para nela se colocar a Santa Cruz e celebrarem a sua missa como até agora, e em lugar das sepulturas que as ditas têm no pavimento da igreja, se fará um cemitério no lugar que parecer mais conveniente,

do qual se dará parte às ditas irmandades e as outras partes ficarão livres para se enterrarem os paroquianos e mais pessoas seculares, reservando-se as sepulturas da igreja somente para os eclesiásticos e mais pessoas a que, conforme o direito, se lhes devam conceder dentro da igreja – cujas cláusulas, parecendo odiosas aos proprietários da casa, lhes ministravam o fundamento para suplicarem a restituição dela.”

Supondo que monsenhor Pizarro tenha bem determinado os motivos da contestação, ainda assim ninguém deixará de inclinar o seu juízo para o lado das irmandades que haviam levantado a sua casa, e viam a Santa Cruz desterrada da capela-mor para o corpo da igreja. Que tinham preparado na igreja sepulturas, para que os seus finados nelas dormissem o sono eterno aos pés dos santos altares e debaixo de cobertura enxuta, e que se viam condenados a irem sepultar-se em um cemitério público, tomando os eclesiásticos e os privilegiados as suas covas da igreja.

Foi, portanto, segundo monsenhor Pizarro, uma briga por causa da Santa Cruz e dos defuntos. Mas não é menos certo que o direito de propriedade da Santa Cruz e de S. Pedro Gonçalves foi sacrificado em proveito do cabido.

Ainda bem que um dos pontos que deram motivo a esta questão foi para sempre resolvido pela carta régia de 14 de janeiro de 1801, que proibiu as sepulturas dentro das igrejas, e ainda mais pela febre amarela, que, assolando o Rio de Janeiro em 1850, obrigou o governador a tomar a utilíssima providência que acabou com os enterramentos dentro da cidade, e determinou o estabelecimento de cemitérios fora dela, e onde todos os defuntos, seculares, eclesiásticos e privilegiados, vão jazer como irmãos que são, aos lados uns dos outros, e com a certeza de não brigarem por causa dessa lei de igualdade.

Continuemos, porém, a nossa história.

Quis o rei que pela mudança da Sé não ficasse esquecida a catedral primitiva, e por isso ordenou no alvará já citado que:

1º, se erigisse ali uma confraria de S. Sebastião, a fim de que ela mantivesse a decência do templo; 2º, que houvesse um capelão efetivo com a obrigação de celebrar missa no altar-mor todos os dias, por si e por outro sacerdote em benefício das almas dos reis de Portugal; 3º, que ao capelão se daria a côngrua como pelo soberano fosse consignada

e à fábrica da igreja; 4º, que no dia 27 de janeiro de cada ano, no qual se soleniza a oitava do mesmo santo padroeiro, depois de satisfeitos os officios divinos e cantada a missa conventual na catedral nova, fosse obrigado o cabido, acompanhado de todo o clero, sem exceção do regular, a fazer uma procissão solene à igreja antiga, onde se cantaria outra missa igualmente solene. E por último, recomendou muito ao bispo e ao cabido que a manhã e o dia todo da procissão fossem de guarda.

O bispo satisfez plenamente o segundo e terceiro destes quatro artigos do alvará. Nomeou o capelão e este recebeu a sua cóngrua. O primeiro artigo deixou de cumprir-se, porque faltou zelo e boa vontade dos devotos para sustentação da irmandade de S. Sebastião, que, aliás, já existia antes do ano de 1716. Mas, quase de fato extinta, apenas, como já disse em outro passeio, reviveu muito mais tarde pelo influxo do vice-rei conde de Resende.

O quarto artigo, enfim, recebeu fiel execução, e até o ano de 1757 foi observado, tendo-se transferido para o dia designado no alvará a procissão que se fazia a 20 de janeiro. Como, porém, o Santíssimo Sacramento era levado pela íngreme ladeira do colégio da Sé nova para a velha, nas horas mais ardentes de um dia de verão, e isso causava grande incômodo aos eclesiásticos e ao povo que o acompanhava, pareceu melhor ao cabido dividir-se o corpo capitular em dois grupos, ficando um na Sé nova, onde se celebravam as horas canônicas e a primeira missa, e outro na Sé velha, satisfazendo a assistência da segunda missa juntamente com o Senado e a Câmara e ordenando-se a procissão na tarde do oitavário. O Bispo D. frei Antônio do Desterro e o Senado aprovaram esta proposição, e assim começaram a ser efetuadas as solenidades desde 1758.

As festas de S. Sebastião eram celebradas com todo o aparato e esplendor. A cidade iluminava-se à noite, como ainda agora se observava. Mas, indubitavelmente havia mais devoção em todos e mais alegria no povo.

Entretanto, nem o encanto divino destas solenidades, nem a justa devoção que merecia o santo que dera o seu nome e patrocínio à cidade, tinham podido extinguir as divergências que traziam em opposição o corpo capitular e as irmandades proprietárias da igreja da Santa Cruz.

Cartas régias de 10 de novembro de 1736 e de 5 de agosto de 1738 ordenaram ao bispo que escolhesse sítio conveniente para nele se construir uma nova catedral, determinando ainda outra, de 11 de agosto do mesmo ano de 1738, ao governador e capitão-general que, em conferência com o bispo e o brigadeiro José da Silva Páez, apontasse outra igreja para Sé-catedral, ou lugar em que de novo se edificasse, conforme parecesse melhor.

Aquelas duas primeiras cartas régias e o fato de se adiantar notavelmente a mina da igreja da Cruz livraram as irmandades da Santa Cruz dos Militares e de S. Pedro Gonçalves dos seus hóspedes obrigados.

Em cabido de 28 de julho de 1737, declarou o corpo capitular que, entre os templos existentes na cidade do Rio de Janeiro, o mais apto para servir de catedral era a igreja de N. S. do Rosário. E aprovando o Bispo S. frei Antônio de Guadalupe este conselho, foi na tarde do 1º de agosto do mesmo ano trasladado procissionalmente para esta igreja, onde o recebeu a irmandade senhora da casa.

Parece-me inútil dizer que as irmandades da Santa Cruz dos Militares e de S. Pedro Gonçalves despediram-se do cabido com o sorriso nos lábios. Mas, convém desde já declarar que os pretinhos que compunham a irmandade de N. S. do Rosário (é a frase de monsenhor Pizarro) abriram-lhe a porta da sua igreja quase com as lágrimas nos olhos.

E preciso é confessar, os pretinhos tinham alguma razão.

VI

Pela mesma razão por que, acompanhando o respeitável cabido do Rio de Janeiro em sua mudança da Sé velha para a igreja da Santa Cruz dos Militares, ofereci uma descrição desta e contei a sua história, entendo que também me cumpre destinar o nosso passeio de hoje exclusivamente à igreja de N. S. do Rosário, para a qual, como ficou dito, se transferiu a Sé em consequência da ruína daquele templo.

É verdade que a igreja de N. S. do Rosário pertencia e pertence aos pretinhos, de quem o cabido nunca fez caso algum e antes procurou maltratar por vezes. Mas eu neste ponto não posso ser solidário com o venerando cabido, e além disso, não é admissível que a má vontade dos ministros da Sé se estendesse dos pretinhos à casa de N. Senhora e nem mesmo a S. Benedito.

Também os pretos são filhos de Deus, e como tais, os que habitavam a cidade do Rio de Janeiro, logo nos primeiros tempos, colocaram na igreja de S. Sebastião do Castelo uma imagem de N. S. do Rosário, a quem tributavam desvelado culto, para perpetuidade do qual criaram, antes do ano de 1639, uma confraria em que se fundiram as devoções da Senhora do Rosário e de S. Benedito, sob o título de irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito. O prelado administrador, Manuel de Sousa e Almada, aprovou essa instituição em provisão de 22 de março de 1669, e a confraria começou a desenvolver-se zelosamente até à época em que se instituiu a Sé do bispado.

A corporação capitular não se entendeu com os pretinhos, ou estes não se entenderam com ela. O que houve entre uns e outra não sei detalhadamente. Certo é, porém, que a irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito experimentou muitos dissabores. No tomo 10, livro 1º, título 8º do *Santuário Mariano* lêem-se, por este motivo, censuras graves aos cônegos, e o próprio monsenhor Pizarro, que é nestes assuntos não pouco suspeito, dá idéia das desinteligências que houve, dizendo: “...alguns desgostos com os cônegos por serem obrigados [os pretinhos] a prestar certas propinas ao cabido, a ter por seu capelão um dos capitulares e a pagar as covas ocupadas pelos cadáveres de seus confrades, de que tudo ficaram isentos pelo alvará de 19 de janeiro de 1700, etc.”

Como quer que fosse, a irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito teve de lutar com o corpo capitular, e, fatigada da luta, resolveu deixar a igreja de S. Sebastião do Castelo, tratando de subsistir em casa própria, e, obtendo de Francisca de Pontes doação de sete braças de terra com trinta e duas de fundo, na rua então denominada de Pedro da Costa, traçou a fundação de um templo, que começou a ser erigido no ano de 1700, concluindo em poucos anos a capela-mor, e pouco depois de 1725 todo o corpo da igreja, servindo-lhe neste empenho de po-

deroso auxílio a devoção do Governador Luís Vahia Monteiro, cujo retrato ficou, por título de gratidão, conservado no consistório da igreja.

Coisas deste mundo! A corporação capitular que brigara no templo de S. Sebastião do Castelo com a irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito, foi bater à porta da igreja da mesma irmandade no ano de 1737! A porta lhe foi aberta de má vontade e só por obediência, e monsenhor Pizarro se admira de que os pretinhos não se mostrassem satisfeitos pela honra que recebiam, hospedando o cabido!

À parte o antigo ressentimento, a admiração do ilustre monsenhor não era bem fundada. Porque, não só as irmandades da Santa Cruz dos Militares e de N. S. do Rosário e S. Benedito se opuseram ao estabelecimento da Sé em suas igrejas, como ainda outras irmandades demonstravam igual oposição; e em prova disto aí está o cônego Luís Gonçalves dos Santos, dizendo em suas *Memórias* que a capela-mor da igreja de S. Francisco de Paula foi construída com acanhadas proporções, muito de propósito, pelo receio de que se passasse para esse templo a catedral.

O motivo destas oposições era evidentemente a certeza de que, com o estabelecimento da catedral em qualquer igreja, ficava o cabido exercendo e gozando nela direitos e prerrogativas que amesquinhavam as irmandades proprietárias da casa. Ora, é bem natural que ninguém deseje receber hóspedes que mandem na casa hospitaleira mais do que os donos.

O descontentamento da irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito pela obrigada hospedagem que lhe impuseram demonstrou-se imediatamente em uma queixa dirigida ao rei, que, à vista de informações dadas pelo governador e da consulta da mesa de consciência e ordens de 24 de julho de 1739, mandou, em provisão de 3 de outubro seguinte, dirigida ao bispo, “conservar interinamente a catedral e o cabido na igreja de N. S. do Rosário, enquanto se fazia nova Sé, para cuja obra de novo recomendou ao bispo que escolhesse sítio apto onde se executasse, sem ser na igreja dos pretos, por não ser decente que o mesmo prelado e o cabido estivessem celebrando os ofícios divinos em uma igreja emprestada e de mistura com os pretos”.

Não havia que dizer, nem apelação de uma tal sentença. O rei mandou. Era inevitável o sacrifício, e a obediência à risca tornara-se um

dever. Se os militares não tinham podido resistir aos cônegos, quanto mais os pretinhos!

Mas o resultado dessa situação um pouco anormal era fácil de prever. Contestações e intrigas incessantes perturbaram a paz que devia se observar na igreja do Rosário, cujas portas tinham duas chaves, uma nas mãos da irmandade e outra nas do cabido, seguindo-se daí um abre-e-fecha e um fecha-e-abre contraditório e manifestamente hostil.

O alvará de 19 de janeiro de 1700, que permitira à irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito a edificação do seu templo, isentara-a de pagar o encargo das propinas ao cabido, de ter por seu capelão algum dos capitulares, de pagar covas na igreja da Sé (de S. Sebastião), e de não reconhecer os direitos do pároco territorial, apesar de salvá-los o mesmo alvará, dizendo: "... salvo sempre o padroado real, direito da ordem e paroquial".

As contestações mais sérias provieram da interpretação diversa que as duas partes interessadas deram a esse alvará. A privação das propinas e da capelania da irmandade incomodava os capitulares e acendia a inimizade, o que não deve admirar, porque neste mundo em que vivemos as lutas mais enraivadas são quase sempre ateadas por causa das propinas. Os políticos, os homens de ciência, de artes liberais e de ofícios mecânicos, os homens de toga e os de farda, todos, enfim, brigam muitas vezes, mordem-se e atassalham-se, disputando propinas que não podem chegar a todos. Os padres não podiam fazer exceção a esta regra, e cada um deles diria com fundamento a respeito das propinas o que os fazem dizer a respeito de certos pecadinhos:

Não sou padre, não sou nada.

Sou vivente como os mais.

O que, porém, deu motivo à mais forte e disputada contenda foi a interpretação da última isenção concedida pelo alvará. Porque a irmandade a entendeu de modo a supor-se com o direito de (são palavras de monsenhor Pizarro) querer subtrair-se de prestar obediência ao legítimo pároco da freguesia da Sé, fazendo celebrar sem o seu consentimento todas e quaisquer funções por seus capelães, a quem arvoraram arbitrariamente com a distinta qualidade de párocos privativos. Longa foi sobre este ponto a disputa, que finalmente acabou, resolvida competentemente a questão em favor da irmandade, o que não impediu que

monsenhor Pizarro escrevesse nas suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, não sei quantas páginas atacando o acórdão tomado e sustentando os direitos paroquiais.

Ou por falta de meios ou por má vontade aos hóspedes, que se via obrigada a ter em casa, a irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito deixou durante muitos anos de melhorar com obras novas e indispensáveis a sua igreja, até que em 1773, Antônio da Silva Ribeiro, um dos mais zelosos protetores da irmandade e então tesoureiro dela, resolveu reformar a capela-mor para dar-lhe extensão proporcionada ao corpo da igreja, e mais apta para se celebrarem com dignidade as grandes solenidades religiosas. Em 26 de junho do mesmo ano, tiveram princípio as obras, que não se limitaram à capela-mor, mas ainda um espaçoso consistório com diversas acomodações, parte das quais deviam ser destinadas a servir de casa capitular e de quartos para os capitulares mudarem vestido e hospedarem-se mais a gosto, pelo que concorreram eles também com algumas esmolas.

Antônio da Silva Ribeiro faleceu antes de se acharem terminadas as obras, e a irmandade que as levou ao cabo no fim de alguns anos fez uma verdadeira pirraça ao venerando cabido, pois nunca lhe ofertou, nem conveio em conceder-lhe acomodação alguma do seu novo e grande consistório, temendo que o empréstimo e a generosidade fossem prejudiciais à propriedade.

Este fato prova como andam em assanhada hostilidade os cônegos e a irmandade do Rosário e S. Benedito, e disso mesmo se ressentem as *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, nas quais monsenhor Pizarro, seu autor e membro do cabido, não poupa censuras aos pretinhos, assinalando até abusos e quebras de contratos que cometera a referida irmandade, como se vê do seguinte fato, que ele perpetuou em uma nota do tomo 6º da sua obra, e que eu copio por pertencer também à história da igreja do Rosário.

“Determinando o padre Luís de Lemos Pereira, em testamento com que faleceu a 21 de julho de 1731, que seus testamenteiros se ajustassem com a irmandade do Rosário para colocar em uma capela particular da igreja a imagem de S. Vicente Ferreira, em cujo ornato mandou dispendir a quantia de 400\$, além da importância da faculdade pretendida, sob a condição, porém, de ficar a capela (ou o altar) com o

título do mesmo santo, e de se permitir junto a ela duas sepulturas para sacerdotes pobres e forasteiros que não fossem irmãos da irmandade de S. Pedro, e para anjinhos também pobres. Não obsteu essa corporação ao disposto pelo testador, recebendo com prazer grande a quantia do ajuste. Mas considerando depois na quebra dos réditos provenientes das covas, e como arrependida da outorga, cessou de facilitar gratuitamente estes jazigos aos necessitados expressos. Pouco depois de colocada a imagem sobredita em seu altar próximo (que foi o primeiro do lado da Epístola, junto ao arco cruzeiro) não tardou em sofrer a violência de uma aposentadoria, que, excluindo-a do lugar, fez substituir a Santana por dona da casa, a quem se deu a posse, e a um lado da entrada ficou o senhor da propriedade como hóspede, por muito favor. À mesma irmandade legou aquele testador uma propriedade de casa, no canto da rua da Quitanda do Marisco, pensionando-a com cinquenta missas anualmente por sua alma, que se deveriam dizer no altar de S. Vicente. Mas não consta a satisfação desse encargo, (ao menos no lugar declarado), nem ouvi no longo espaço de anos, desde 1781 a 1801 que residi na catedral, que se cumprisse a verba testamentária nos termos declarados.”

Do que acabo de transcrever conclui-se que a irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito pregou um tríplice calote à alma do padre Luís de Lemos Pereira, calote de altar, calote de covas e calote de missas, e procedeu como certos políticos candidatos eleitores, que, depois que obtêm os votos dos eleitores, esquecem os seus compromissos e zombam dos programas que apresentaram.

Se realmente as coisas se passaram assim, a irmandade não tem desculpa. Esse abuso, porém, não dá razão ao cabido contra os pretinhos, como os chama o monsenhor Pizarro, nessa prolongada luta que uns e outros sustentaram desde o ano de 1737 até 1808, em que finalmente passou a catedral para a igreja do convento dos carmelitas, que se elevou ao grau de capela real.

Reparo agora que cheguei ao ano da mudança da Sé da igreja do Rosário para a capela real sem ter feito a competente descrição daquela. Mas seria ainda tempo de corrigir esta omissão, se eu tivesse ou achasse que descrever na igreja do Rosário, que é um triste quadro de incúria e desmazelo.

Em falta de descrição, aí vai a pintura que há trinta e oito para quarenta anos fez dessa igreja o padre Luís Gonçalves dos Santos nas suas *Memórias*:

“Defronte da rua do Rosário está a igreja deste nome, que pertence a uma confraria de pretos, e esta é a que serviu de Sé Catedral do Rio de Janeiro, há sessenta anos pouco mais ou menos. O seu prospecto exterior é por todos os lados triste e miserável, pois nem rebocada está senão na frente, na qual tem uma boa portada de pedra de mármore, e o interior se assemelha mais a um grande armazém do que à casa de Deus, apesar de ter nove altares. Pois nem forrada e assoalhada é. E se os altares estão com alguma decência, é por acharem-se ali a sede episcopal, o cabido e algumas confrarias anexas à catedral. A capela-mor é nova, com forro de talha, mas não tem retábulo no altar-mor. Os pretos começaram um grande consistório, que tarde ou nunca concluíram. E os pardieiros que servem de sacristia e de guardar as alfaías da irmandade do Sacramento e outras, como também a casinha do cura, causam compaixão.”

Eis o que era a Igreja de N. S. do Rosário na época em que dali saiu o cabido e onde se conservou a matriz da freguesia, chamada da Sé, até junho de 1820, em que se transferiu o Santíssimo Sacramento para a nova paróquia defronte do tesouro nacional.⁹⁹

Pensavam alguns que a irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito deixava a sua igreja em tanto abandono pela má vontade e aborrecido constrangimento com que era obrigada a hospedar o cabido. Mas o cabido mudou-se e as coisas foram a pior.

Compreendei ou imaginai uma igreja em estado cem vezes mais lastimável do que esse de que nos deixou tão triste quadro o padre Luís Gonçalves, e ainda assim mal podereis fazer idéia do que é atualmente a igreja do Rosário.

As paredes, que há quarenta anos não estavam rebocadas, receberam, não sei quando, uma ligeira mão de cal, que resumiu todos os melhoramentos daquela casa de Deus. O interior da igreja, que tão pobre se mostrava, caiu da pobreza na miséria e é hoje um painel de ruínas, sempre em esperanças de uma regeneração que nunca chega. Os pardieiros de que fala o padre Luís Gonçalves causam repugnância pelo

99 Há pouco demolido, na avenida Passos.

seu aspecto vergonhoso. Só o consistório é que, sem ter passado por mudanças notáveis, nem adquirir sensível embelezamento, conserva-se ao menos tão bom como era, e se mostra mais recentemente caiado.

É provável que, em honra da Imperial Academia de Medicina, que ali se hospeda, dessem ao consistório essa e algumas condições higiênicas que se acham em decidida oposição com as condições pestíferas que perto se observam.

As ruas que cercam a igreja do Rosário completam o tristíssimo painel que estou apresentando. Ao lado direito, o largo da Sé, povoado de barracas e de tabuleiros de negras mercadoras de verduras, oferece todos os dias espetáculos desagradáveis pela desenvoltura das quitandeiras, e recebe o som, felizmente confuso, de vozes e de gritos, de gargalhadas e de injúrias que ofendem os ouvidos não habituados aos dialetos da indecência e da desmoralização. Em frente, onde vem terminar a rua do Rosário e se interrompe a rua da Vala,¹⁰⁰ e ao lado esquerdo pela travessa do Rosário, postam-se às vezes negros barbeiros volantes e aplicadores de ventosas de chifre, que exercem os seus misteres no meio da rua, aproveitando fregueses da sua igualha. Ao fundo no beco do Rosário, descansam carros velhos e lavam-se carros novos.

As paredes da igreja, no exterior, conservam-se constantemente úmidas até uma certa altura, tendo no chão contíguo um depósito de lama em diversos pontos, e exalando um mau cheiro de amoníaco que indica bem a causa de semelhante imundície.

Se a irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito é responsável e merece ser censurada pelo estado miserável em que se acha a sua igreja, não menos ou ainda muito mais acre censura deve cair sobre a Câmara Municipal da corte, que permite cenas indignas de um país civilizado em torno daquela igreja, e deixa que junto das paredes desta se improvisem lugares de despejo.

É mais do que ridículo, é desagradável o ver-se em uma capital como a nossa um preto sentado em um banquinho no meio da rua, com a cara entregue às mãos de outro que a ensaboa e barbeia como se estivesse na sua loja, e logo adiante um outro, com a boca na ponta de uma ventosa de chifre, a chupar o sangue de um doente que se entre-

100 Uruguaiiana.

ga a essa operação, tendo por leito a calçada da rua; e pior que tudo é cada canto da igreja transformado em latrina.

A Câmara Municipal e a polícia têm obrigação de pôr um termo a semelhantes abusos.

A igreja do Rosário, tal como se acha, e as cenas que se observam nas ruas que a cercam, são senões muito feios da cidade do Rio de Janeiro, que tem direito a ser muito bonita, e deve considerar-se uma formosa moça que tem por modistas e joalheiras a sua Câmara Municipal e a sua polícia.

Todavia, não tendo nunca sido um belo templo, não sendo recomendável por obra alguma de arte, nem pela magnificência de seus altares, nem pela riqueza de seus ornatos, a igreja da Rosário já teve o seu tempo de brilhantes e esplêndidas festas.

Não há um só dos nossos velhos, e menos se encontrará uma só das nossas velhas que não se lembre com saudades das famosas festas do Rosário.

Assim como na festa do Espírito Santo há um imperador, nas do Rosário havia rei e rainha, com a sua competente corte, e cuja realeza durava um ano, como a dos imperadores do Espírito Santo.

O negro e a negra, rei e rainha da festa do Rosário, apresentavam-se trajando riquíssimos vestidos bordados de ouro e prata, e imitando o mais possível as vestes reais dos antigos tempos. A sua corte enfeitava-se às vezes extravagantemente, mas sempre com grande luxo. O aparato parecia hoje ridículo, e era então, não direi imponente, porém muito interessante.

O cortejo real era precedido de uma música especial, e, além da solenidade religiosa, havia danças na rua, em que tomava parte a realeza improvisada, e os pretos do Rosário batiam palma, vendo bailar a seu modo o rei e a rainha da festa.

Este costume do passado observava-se não só na cidade do Rio de Janeiro, mas também em diversas freguesias do interior, onde as irmandades do Rosário eram principalmente formadas e sustentadas por negros escravos cujos senhores prestavam-se a fazer por eles as maiores despesas da festa, e faziam garbo de gastar avultadas quantias para vestir com todo o luxo o rei e a rainha do Rosário.

Esse tempo já lá vai. A realza do Rosário acabou e os impecadores do Espírito Santo dão-nos hoje apenas muito fraca idéia do que ela foi.

Nas lembranças do passado da igreja do Rosário tem o consistório respectivo justos motivos de ufania, porque foi em outro tempo um lugar de escolha, um seio ardente onde palpitaram e donde saíram manifestações de idéias liberais.

Logo depois da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, o senado da Câmara desta cidade estabeleceu o seu paço no consistório do Rosário, e foi aí que essa instituição profundamente popular tomou todas as patrióticas e gloriosas resoluções que precederam e apressaram a proclamação da independência do Brasil.

Foi do consistório da igreja do Rosário que saiu o senado da Câmara com o seu estandarte em frente, no dia 9 de janeiro de 1822, para apresentar ao príncipe regente D. Pedro a representação em que o povo pedia a este que, desobedecendo às ordens terminantes da corte de Lisboa, ficasse no Brasil.

Foi perto e quase junto desse consistório que, tendo a câmara voltado para o seu paço, no mesmo dia 9 de janeiro, com a resposta revolucionária e patriótica do príncipe, subiu a um monte de pedras que ali havia um dos filhos do ilustre capitão-mor José Joaquim da Rocha, o Sr. Inocência da Rocha Maciel, atual contador da Câmara Municipal, e em alta voz leu à multidão de povo entusiasmado o primeiro número da *Reclamação do Brasil*, periódico que acabava de sair à luz e de ser distribuído, e cujo redator foi o venerando José da Silva Lisboa, posteriormente visconde de Cairu, e que então era deputado da junta do comércio e um dos diretores da Imprensa Régia.

Foi do consistório da igreja do Rosário que, ao chegar ao Rio de Janeiro a notícia de que o governo de Portugal notificara aos seus agentes nos portos estrangeiros que tratassem de opor-se eficazmente à remessa de armas e munições bélicas para o Brasil, saiu o senado da Câmara no dia 13 de maio de 1822, e foi pedir, em nome do povo, ao príncipe regente D. Pedro que aceitasse o título e o nobre empenho de defensor perpétuo do Brasil, solene voto que foi logo satisfeito.

Foi ainda do mesmo consistório que saiu outra vez o senado da Câmara, no dia 23 do mesmo mês e ano, e dirigiu-se ao príncipe re-

gente, requerendo a convocação de uma assembléia legislativa brasileira, pedido a que atendeu o príncipe depois de ouvir o seu Ministério e os procuradores das províncias que se achavam no Rio de Janeiro.

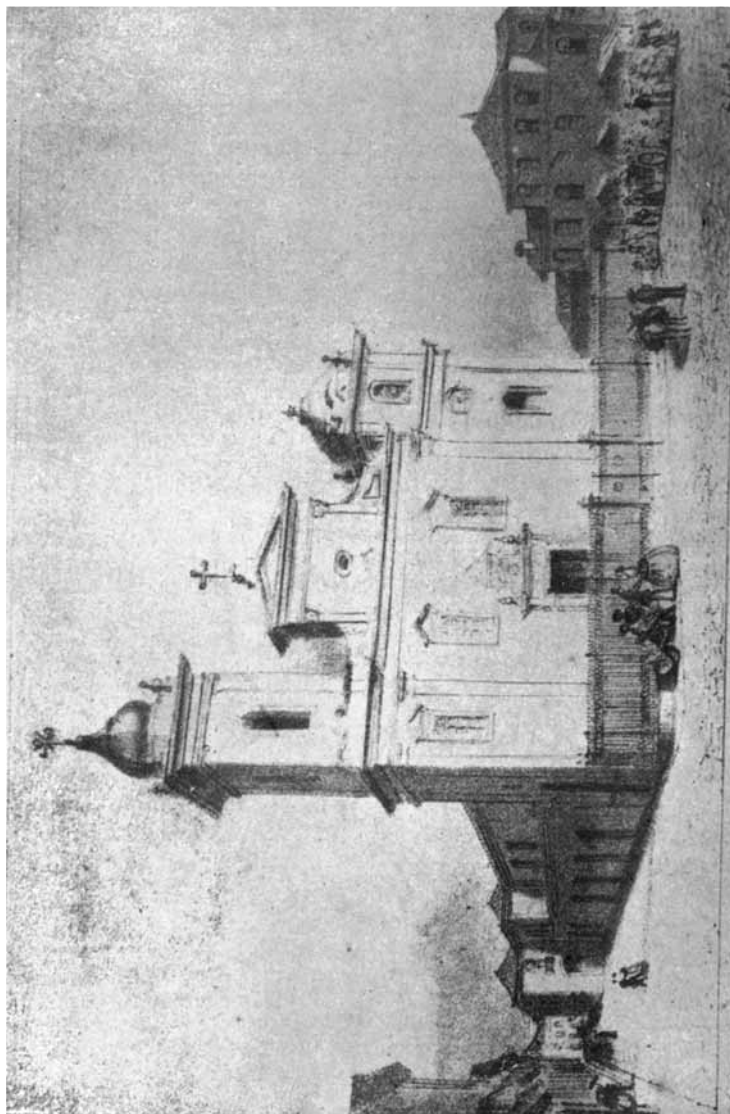
Foi no consistório da igreja do Rosário que, em março de 1824, se abriu o livro em que a todos os cidadãos do município da corte ficou lícito darem o seu voto aprovador ou rejeitador da Constituição oferecida pelo imperador D. Pedro I.

Cumpre aqui observar que todas as Câmaras municipais do império fizeram então o que fez a da nossa capital, por ordem do governo do imperador.

Era, sem mais nem menos, uma apelação para o sufrágio universal, que tinha sido posto em prática pelo imperador Napoleão, em França, quando quis, em nome do povo, acabar com o sistema republicano nesse país, e a que D. Pedro I recorria no Brasil, procurando habilmente dar à Constituição que oferecia o apoio e a legitimidade da sacramental aceitação nacional, depois do gravíssimo e calamitoso erro político da dissolução da Constituinte. A diferença das intenções dos dois imperadores tornou-se mais saliente pelo resultado de ambas as apelações. O governo de Napoleão caiu, e a constituição do Brasil perdurou, embora o Brasil não perdoasse ao seu primeiro imperador o fato de se haver desquitado do elemento popular pela dissolução da assembléia constituinte.

É verdade que poucos relativamente foram os cidadãos que concorreram ao plebiscito para que os convocara o governo. Mas o princípio nem por isso se reputou anulado. A nação foi chamada a manifestar o seu voto sobre a constituição oferecida. A sua indisputável soberania foi por esse fato reconhecida. O voto do povo, podia, pois, ter-se manifestado contra essa Constituição, e se não se manifestou então, nem depois, nem em época em que o elemento popular foi o exclusivo dominador do país, segue-se incontestavelmente que a constituição política do Brasil teve e, tem, por seu principal fundamento o apoio e a legitimidade da sacramental aceitação nacional.

Pouco depois do ano de 1824, a Câmara Municipal passou a ocupar o seu paço construído no campo de Santana, posteriormente da Aclamação. O consistório da igreja do Rosário ficou por algum tempo vago. Mas foi em breve ocupado pela Imperial Academia de Medicina, que celebra nele as suas sessões ordinárias.



Antigo aspecto da fachada da igreja de N. S. do Rosário e S. Benedito

Sic transit gloria mundi!

O famoso consistório é hoje apenas o modesto asilo de uma instituição científica, e a igreja do Rosário um templo velho que nunca foi novo.

Dir-se-ia que o cabido deixou cair a sua maldição sobre a igreja dos pretinhos, como a chamava, e que o próprio S. Benedito retirou dela a sua proteção.

E, segundo dizem muitas velhas beatas, S. Benedito ficou há poucos anos mal com a cidade do Rio de Janeiro, e chamou sobre ela um terrível castigo.

Complecarei o meu passeio de hoje com a história desse aleive que as tais beatas levantaram a S. Benedito.

Eis o caso.

S. Benedito entrava com o seu andor na procissão de Cinzas. Mas, em 1849, não sei por que, o excluíram dela.

Devia certamente haver motivo forte para essa exclusão. Porque não admito que também nas procissões e ofícios religiosos se misturem certas prevenções e privilégios aristocráticos que enchem o mundo de vento e bolhas de espuma.

Mas o certo é que S. Benedito foi excluído da procissão de Cinzas, e que, ofendido por isto, dizem as velhas beatas, resolveu punir a cidade do Rio de Janeiro, e fez imediatamente entrar no seio dela a tremenda peste da febre amarela, que a encheu de terror e de luto e povoou os seus cemitérios.

Creio firmemente que S. Benedito ressentiu-se muito menos da exclusão do seu andor na procissão de Cinzas do que da história que inventaram as suas devotas, atribuindo-lhe a introdução de uma peste na cidade do Rio de Janeiro.

Podia eu, porém, pregar dez anos neste sentido, que não conseguiria com toda a minha retórica convencer as velhas beatas do prejuízo que as leva a ofender o santo.

Tempo perdido!

Elas diriam e jurariam, como ainda hoje dizem e juram, que foi S. Benedito quem nos trouxe à cidade do Rio de Janeiro a febre amarela!

VII

Todos no Brasil têm ouvido e repetido um anexim que diz: “Velho como as obras da Sé.” Mostrarei o fundamento desse anexim, que é, por sinal, ainda muito novo, pois que foi inventado no presente século, ou, quando muito, no fim do século passado.

Em obediência às ordens do rei, por mais de uma vez reiteradas, para se fazer uma nova Sé no Rio de Janeiro, foi enfim escolhido e marcado no largo de S. Francisco de Paula o lugar onde se devia erigir o novo templo dedicado ao santo padroeiro da cidade e capitania.

O rei tinha mandado de Lisboa uma planta para o templo, executada pelo sargento-mor Carlos Manuel. Como, porém, exigisse esse plano despesas avultadíssimas para ser posto em obra, aprovou uma outra planta assaz nobre e soberba, que por sua ordem lhe mandou o governador Gomes Freire de Andrade, de acordo com o bispo.

A primeira pedra do edifício foi lançada no dia 20 de janeiro de 1749, como declara o termo de 21 de junho de 1750, lavrado no livro 2º do registro da secretaria do bispado à fl. 4, e transcrito no livro do tombo do cabido, fl. 144, não constando desse documento a inscrição que acompanhou essa primeira pedra, nem as cerimônias com que ela foi lançada.

A obra adiantava-se com empenho e ardor, e, segundo informa monsenhor Bizarro, “a vinte côvados de altura, com pouca diferença, chegaram as paredes levantadas acima de grossíssimos alicerces. E quando o seu trabalho prosseguia com esperança de se concluir em tempo breve, tendo-se já empregado na obra 96:752\$584, como importavam as verbas dos pagamentos feitos”, teve o governo de suspendê-lo, obrigado a aplicar as somas que eram destinadas para essa construção às despesas de demarcação dos limites do Brasil com as possessões espanholas na América meridional, conforme as disposições do Tratado de Madri de 1750.

No ano de 1752, interromperam-se, pois, os trabalhos da Sé nova, e interrompidos ficaram por quarenta e quatro anos.

As desinteligências do cabido com a irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito incitaram os capitulares a tratar da continuação da obra, e, aprovado esse empenho pelo vice-rei conde de Resende e pelo bispo, recommçaram os trabalhos no dia 29 de fevereiro de 1796.

Os capitulares concorreram para a obra com uma parte da cõgrua dos seus benefícios, obtiveram alguns contos de réis em moeda, muitos materiais e outros subsídios de esmola dos moradores da cidade e dos distritos da capitania, e contavam que o bispo applicasse ao mesmo piedoso fim aquelas esmolas destinadas por direito em benefício da fábrica da igreja catedral, e que o vice-rei cumprisse a promessa que fizera de mandar alguns condenados a galés prestar os seus serviços, fazendo diminuir assim as despesas com os serventes de obras. Enganaram-se, porém, com o bispo e o vice-rei, porque o primeiro apenas concedeu insignificantes auxílios, a muito suplicar do chantre José Pereira Duarte; e o segundo esqueceu as promessas que fizera, e ocupado em reparar e melhorar a Sé velha, ou igreja de S. Sebastião do Castelo, mostrava grandes desejos de fazer voltar para ela o cabido.

Está visto que, assim desamparados, não podiam os capitulares levar ao cabo o seu intento; e desanimando completamente, porque o rei, a quem dirigiram instantes rogos, não os pôde acudir com o necessário auxílio, em consequência da situação crítica em que se achava Portugal na Europa, abalada toda pelas bélicas proezas dos exércitos da França, não pensaram mais em continuar as obras da Sé nova, que efetivamente pararam no dia 27 de maio de 1797, ficando pronto o corpo da capela-mor até ao arco cruzeiro, e quase terminadas as casas laterais correspondentes.

Recolheram-se então, e ainda com a esperança de serem applicadas em melhor tempo, grande cópia de madeira já lavrada e muita pedra, que, ver-se-á, não deviam servir para a Sé.

Razão teve, pois, o povo de inventar o seu anexim. Depois de quarenta anos do começo das obras da Sé, ainda esta não se chegara a concluir, e ainda se adiavam os trabalhos. Tinham principiado as obras no reinado de D. João V, e ia já adiantado o de D. Maria I, sem que elas chegassem ao seu termo!

Monsenhor Pizarro, lamentando a má fortuna da Sé nova, e querendo mostrar que, por descuido ou desamor, era o governo o cul-

pado de tantas demoras e do abandono das obras, exclama em uma nota que se acha à pág. 58 do tomo 6^o, das suas *Memórias*:

“Quando aos governadores do Rio de Janeiro agradou a execução de alguma obra pública, ou ela se originasse do gosto particular, da necessidade, ou da devoção, tudo se prontificou, e tudo se concluiu sem obstáculos. Omitindo fatos antigos, referirei apenas alguns dos mais chegados aos nossos dias. *Verbi gratia*. Empreendeu o conde de Bobadela levantar o convento de Santa Teresa e renovar o templo junto, de N. S. do Desterro. Ultimou o seu empenho. Lembrou-se o conde da Cunha de construir entre outras obras, as casas do trem e das armas. Executou o projeto. Intentou o marquês de Lavradio melhorar a cidade, fazendo-lhe muitos benefícios. Conseguiu efetuar as suas idéias. Traçou Luís de Vasconcelos e Sousa edificar o Passeio Público, o cais novo, e renovar a igreja de N. S. do Parto juntamente com o recolhimento anexo, etc. Não encontrou óbices. Deliberou o conde de Resende aterrar o campo de Santana, adiantar a obra do cais, e reedificar o templo antigo de S. Sebastião, etc. Tudo realizou. Só a desgraçada Sé nova, que a todos devia merecer muita atenção, por ser uma casa dedicada a Deus e ao seu culto, e por pertencer ao padroado real, não teve patronos autorizados que a concluíssem ao menos na parte mais necessária a se poder dignamente celebrar ali os ofícios divinos, e acomodar o corpo capitular, separando-o da comunicação com os pretinhos irmãos da confraria de N. S. do Rosário! Adoremos a Divina Providência!”

Realmente as queixas de monsenhor Bizarro tiveram justos fundamentos. Mas na história que vou contando neste passeio, o essencial é o conhecimento dos fatos, e o fato é que a Sé nova, começada com tanto ardor e entusiasmo, acabou por cair no mais triste abandono.

E como a Sé nova nunca pôde ser o que diz o seu nome, e já desapareceram quase todos os sinais das obras que chegaram a se executar, darei delas a idéia, embora incompleta, que única nos ficou perpetuada nas *Memórias* do padre Luís Gonçalves dos Santos.

“A sua fachada era toda de cantaria e da mesma era o adro, que se elevava do chão uma braça, e cercava todo este edifício. Por um e outro lado era o templo separado das casas fronteiras por duas travessas que confinavam com o pequeno campo da Lampadosa.”

Eis aí tudo quanto achei escrito sobre a mal afortunada Sé nova.

Estavam as coisas neste estado. A Sé nova a tornar-se antiga antes de chegar ao fim das suas obras, e o cabido a brigar com a irmandade do Rosário na igreja deste nome, quando, em 1808, chegou a família real portuguesa ao Rio de Janeiro.

A chegada da família real influiu muito nos destinos da Sé. Mas, tende paciência, meus bons companheiros de passeio. Eu não sei se terei ocasião de tratar em algum outro passeio daquele importantíssimo acontecimento, e portanto, não quero perder o ensejo, e aí vai a descrição do desembarque da real família portuguesa, a quem agora acompanharemos até à igreja do Rosário, ainda então catedral do Rio de Janeiro.

Fala por mim o padre Luís Gonçalves dos Santos, que foi testemunha do grandioso espetáculo.

“Finalmente amanheceu o suspirado dia 8 de março tão claro e formoso como o antecedente; e estando as coisas dispostas para a recepção de Suas Altezas, pelas quatro horas da mais bela e serena tarde, por entre repetidas e alegres salvas das naus portuguesas e inglesas e por entre vivas que os respectivos marinheiros postos em parada sobre as vergas, davam em altos gritos, desceu o príncipe regente, nosso senhor, da nau *Príncipe Real*, que o conduzira, e se meteu no bergantim com a sereníssima senhora princesa do Brasil e com os sereníssimos senhores príncipe da Beira, infantes e infantas. E acompanhado de toda a corte com que saíra de Lisboa, e de outras personagens distintas que de terra o foram buscar a bordo, ou que das naus desembarcaram (o que tudo fazia uma comitiva muito numerosa e brilhante de escaleres, lanchas e outras embarcações menores), se dirigiu para a cidade em direitura do lugar do desembarque. Todo o numeroso povo que bordava o cais e as praias vizinhas estava como estático, com os olhos fixos no real bergantim, e no maior silêncio. Mas logo que o mesmo real bergantim passava pela frente da fortaleza da ilha das Cobras e que esta começou a salvar com a sua artilharia a Sua Alteza real, no que foi imitada pelas demais fortalezas, imediatamente rompeu o povo que estava sobre o monte do Castelo em altos vivas, acompanhados dos repiques dos sinos do colégio e de muitos fogos do ar que dali se soltaram. Entretanto, chegou o

real bergantim à rampa do cais, e logo que o príncipe regente, nosso senhor, pôs o pé em terra, ah! como poderei descrever o que tive a fortuna de testemunhar neste ditoso momento? Centenas de fogos subiram ao mesmo tempo ao ar. Rompeu imediatamente um clamor de vivas sobre vivas. Os alegres repiques de sinos e os sons dos tambores e dos instrumentos músicos misturados com o estrondo das salvas, estrépito dos foguetes e aplausos do povo, faziam uma estrondosa confusão, tão magnífica, majestosa e arrebatadora, que parecia coisa sobrenatural e maravilhosa. No meio desta assombrosa confusão de tantos e tão multiplicados sons diferentes desembarcaram todas as pessoas reais, e juntamente com o príncipe regente, nosso senhor, se prostraram diante de um rico altar, que na parte superior da rampa estava ereto, em torno do qual se achava o cabido da catedral paramentado de pluviais de seda e de ouro branco, e ali osculou S. A. real a Santa Cruz nas mãos do Revm^o chantre Filipe Pinto da Cunha e Sousa, e o mesmo fizeram todas as pessoas reais. Mas, antes desta ação, o Revm^o chantre havia feito a aspersão da água benta e dado as purificações ao príncipe regente, nosso senhor, e à real família. Levantando-se Sua Alteza o príncipe regente com a sereníssima sr^a princesa e sua augusta família, se recolheram debaixo de um precioso pátio de seda de ouro encarnada, cujas varas eram sustentadas pelo juiz de fora, presidente do senado da Câmara, Agostinho Petra de Bittencourt, pelos vereadores Manuel José da Costa, Francisco Xavier Pires, Manuel Pinheiro Guimarães, procurador José Luís Álvares, escrivão Antônio Martins Brito, e cidadãos Anacleto Elas da Fonseca e Amaro Velho da Silva, os quais, ambos, havendo sido vereadores, foram convidados para esta ação, que tanto honrou a todos.

“Então começou a caminhar a procissão do modo seguinte:

“Um numeroso e luzido cortejo das mais distintas pessoas civis e militares, que não se achavam em atual serviço, ou não tinham lugares determinados, vinha adiante, vestido de corte e com muito asseio e riqueza, e promiscuamente os religiosos de S. Bento, do Carmo e de S. Francisco, alguns Barbadinhos, seminaristas de S. José, de S. Joaquim e da Lapa, e também os magistrados, sem distinção de lugar. Seguia-se o estandarte da câmara, que era levado por um cidadão, o qual trajava vestido de seda preta, capa da mesma, colete e meias de seda branca, chapéu meio abado com plumas brancas e presilhas de pedras preciosas, e

cuja capa era ornada com bandas de seda ricamente bordada. Formavam em seguimento do estandarte os cidadãos, vestidos com o mesmo traje, duas compridas alas por um e outro lado. Vinha depois a cruz do cabido entre dois ciriais, e logo todo o clero da cidade também em duas alas e todos de sobrepelizes muito ricas e engomadas, e finalmente o cabido com pluviais. Então vinha o pátio e debaixo dele o príncipe regente, nosso senhor, com a sua real família...

“...Rodeavam a Sua Alteza real os grandes do reino, oficiais mores da sua real casa, camaristas e nobreza, e era seguido de um numeroso cortejo de eclesiásticos, militares, oficiais de marinha portuguesa e britânica, como também de outras muitas pessoas, que de Lisboa tinham vindo em sua companhia.

“O regimento de artilharia estava postado com o parque no largo fronteiro à casa da ópera, e era comandado pelo coronel José de Oliveira Barbosa. Seguiam-se em diferentes lugares, pela frente do cais, os três regimentos de linha. Os quatro regimentos de milícias bordavam as ruas desde o cais até a catedral...

“Todo o caminho por onde havia de passar o príncipe regente estava coberto de fina e branca areia, e juncado de folhas, ervas odoríferas e flores. As portas das casas se ornaram de cortinados de damasco carmezim. E das janelas pendiam ricas e vistosas tapeçarias de lindas e variadas cores, umas de damasco, outras de cetim, e outras de seda ainda mais preciosas. E toda esta brilhante armação era realçada pelo grande número de senhoras, que, vestidas e toucadas com o maior asseio e riqueza, aformoseavam e faziam mais brilhante o pomposo aparato da magnífica e triunfal entrada de Sua Alteza real. Na Rua do Rosário se via, ereto na porta de um leal vassalo, um grande coreto, onde em melodiosas vozes, tanto instrumentais como vocais, cantavam os músicos hinos de júbilo em louvor de Sua Alteza real.

“À medida que este augusto senhor ia passando pela frente de cada um dos regimentos, levantavam os seus comandantes a voz, dando por três vezes os vivas a Sua Alteza, a que os soldados e o imenso povo que cobriam as ruas, ocupavam as portas e janelas e mesmo estavam sobre os telhados, respondiam com o maior entusiasmo e contentamento...

“... Uma perene chuva de mimosas e suaves flores caía sobre Suas Altezas. Sendo lançadas pelas mãos da inocência e da formosura, excitavam as mais afetuosas sensações...

“Chegou finalmente o solene acompanhamento à catedral, cujo adro e lugares circunvizinhos se viam cobertos de povo infinito, cujas vozes que altamente saudavam a Sua Alteza com incessantes vivas, misturadas com harmoniosos repiques de sinos da catedral, de S. Francisco de Paula, e do Senhor Bom Jesus, e de outras igrejas mais distantes, se não aumentavam, certamente reviviam os mesmos transportes de prazer que sentimos por todo o caminho. O templo se achava decentemente ornado e esclarecido com profusão de luzes. Uma grande orquestra rompeu em melodiosos cânticos, logo que entrou Sua Alteza Real com a sua augusta família, e ao som dos instrumentos e vozes que ressoavam pelo santuário, caminhou o príncipe regente, nosso senhor, com muito vagar e custo, por causa do imenso concurso que dentro da igreja se achava, até ao altar do Santíssimo Sacramento, e ali saindo debaixo do pálio, juntamente com as mais pessoas reais, se prostou com a real consorte e os augustos filhos e filhas ante o trono da Majestade Divina. Entretanto, cantavam os músicos o hino *Te Deum Laudamus*, e concluído o verso *Te ergo* etc., se levantou Sua Alteza com a real família e se dirigiu para o altar-mor, igualmente debaixo do pálio, onde pondo-se Suas Altezas outra vez de joelhos sobre almofadas, que também naquele lugar estavam colocadas, renderam suas homenagens à Santíssima Virgem Senhora e ao glorioso martir S. Sebastião, padroeiro da cidade. Concluído o hino de graças e cantadas as antífonas *Sub tuum proesidium*, *O beate Sebastiane*, entoou o reverendíssimo chantre o verso *Domine, salvum fac principem*, etc., e cantou as orações respectivas a este ato, como prescreve o cerimonial. Concluída esta sagrada cerimônia, levantaram-se Suas Altezas, e benignamente deram a mão a beijar a todos quantos se aproximavam às suas reais pessoas, sem preferência nem exclusão de alguém.

“Depois de uma breve demora, voltavam Suas Altezas, acompanhadas do cabido, clero, câmara e de toda a nobreza que dentro da catedral estava, e chegando todos ao adro, entre novas aclamações do povo, que esperava ansiosamente tornar a ver Suas Altezas, se meteu o príncipe regente, nosso senhor, com o sereníssimo Sr. príncipe da Beira, em um rico coche, e o mesmo fez toda a real família em outros coches

que para esse fim estavam prevenidos, e, seguidos de guardas de cavalaria, se dirigiram para o paço pelas mesmas ruas por onde pouco antes haviam passado com tanto aplauso, indo os coches com muito vagar, pelo grande concurso de povo que nelas esperava a volta de Suas Altezas. E estando as tropas do mesmo modo postadas, por entre elas passaram os coches, e de novo fizeram as continências ao príncipe regente, nosso senhor, e à real família. Chegando Sua Alteza ao real palácio, foi ali recebido com salvas do parque de artilharia e descarga da tropa de linha, seguidas de muitos vivas dos soldados e do numeroso povo que ocupava todo o largo do Paço. Logo depois começaram a concorrer a fidalguia, o cabido, a câmara, os magistrados, os oficiais de superior patente e as pessoas mais distintas da cidade para terem a honra de cumprimentar ao príncipe regente, etc.”

Pára aqui a descrição da entrada da família real portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro. Mas a dos festejos que houve por esse motivo continua longamente nas *Memórias* do Padre Luís Gonçalves, com toda a profusão de adjetivos, às vezes mal cabidos, e com a linguagem e idéias da época. Quem quiser apreciar tudo isso recorra à obra que indico. Para os meus companheiros de passeio é de sobra a maçada que já lhes dei, e que, no entanto, há de fazer saudades aos nossos velhos do tempo daquela transmigração real.

Os fluminenses, que então festejaram tanto a chegada da família real portuguesa, mal pensavam que estavam solenizando e aplaudindo um acontecimento precursor da gloriosa independência da pátria.

Mas o *Tè Deum Laudamus*, cantado por tão justo motivo, foi a última solenidade grandiosa que o cabido celebrou na igreja do Rosário.

Três meses e alguns dias tinham apenas corrido, quando o príncipe regente, pelo alvará de 15 de junho de 1808, elevou à primazia de capela real a igreja de N. S. do Carmo, e a criou paróquia do seu real paço, ordenando outrossim que o cabido da catedral fosse logo, com a possível brevidade, transferido para ela. As disposições deste alvará, que em parte satisfaziam o cabido, porque o tiravam da igreja do Rosário, onde estava continuando a experimentar a má vontade e oposição da irmandade proprietária da casa, também em parte destruía todas as esperanças da conclusão das obras da Sé nova, porque dizia que “considerando as necessidades atuais e urgentes do Estado, a que cumpre acudir

sem demora e que me não permitem continuar as obras da nova catedral, a que dera princípio meu augusto avô, o Sr. Rei D. João V, de gloriosa memória etc.”. Palavras estas que indicavam claramente como a Sé nova ficava adiada para as calendas gregas.

Todavia, estava o cabido tão desejoso de mudar de catedral, que logo na tarde do mesmo dia da data do alvará, depois de cantar vésperas solenes na antiga Sé, se transferiu para a capela real, onde, no dia seguinte, 16 de junho, celebrou a festa de Corpo de Deus, assistindo a ela o príncipe regente e a família real na respectiva tribuna.

Os officios dessa pomposa solenidade deram brado na cidade do Rio de Janeiro, cuja população admirou a procissão de *Corpus Christi*, não só pela riqueza e pompa com que saiu, como por ver pela primeira vez o príncipe regente com o príncipe da Beira e infantes sustentando as varas do pálido, e cercados do luzido cortejo de cavaleiros, comendadores e grã-cruzes das três ordens militares do reino de Portugal, ornados com seus respectivos mantos e insígnias.

Descansou, enfim, o cabido na capela real, que se tornara e é ainda hoje a catedral do Rio de Janeiro. E como em um dos meus primeiros passeios já descrevi e falei largamente dessa igreja, julgo-me dispensado de repetir o que já disse, e penso que é chegada a ocasião de, *post* tantos labores, fazer as minhas despedidas ao venerando cabido.

Não posso, porém, dar por acabado este passeio sem informar os meus bons companheiros do destino que teve a Sé nova, que nunca chegou a ser o que indicava o seu nome.

Pela carta de lei de 4 de dezembro de 1810, foi criada na cidade do Rio de Janeiro a Real Academia Militar, e designado para o estabelecimento de suas aulas o ainda não acabado edifício da Sé nova, onde se fizeram as acomodações necessárias nos consistórios e sacristia, que melhores proporções ofereciam, e concluídos se achavam.

Assim acabaram as famosas obras da Sé, que deixaram ao povo um anexam que é hoje o tormento das obras públicas, pela aplicação justíssima que dele lhe fazem.

A Real Academia Militar tornou-se depois da nossa independência em Escola Militar, e ficou sempre ocupando o mesmo edifício,

que atualmente oferece as melhores condições e vastos cômodos para o mister a que foi por último destinado.

Nos trabalhos que em 1810 e 1811 foram sendo executados no edifício para o estabelecimento da Real Academia Militar, aproveitaram-se as madeiras que se tinham guardado, e tratando-se logo depois de edificar um bom teatro na capital, e lançando-se os fundamentos dele no Campo dos Ciganos, posteriormente chamado largo do Rocio, e enfim, praça da Constituição, empregou-se nesta obra não só toda a pedra que era destinada para a conclusão da igreja, mas ainda a das duas torres, que já estavam muito adiantadas, e que se desmoronaram.

Serviram, pois, as pedras da mal afortunada Sé nova para os imensos alicerces e gigantescas paredes do teatro, e por isso mesmo, muitos velhos daquele tempo severos respeitadores de quanto se referia a coisas sagradas, agouraram mal do futuro daquele edifício profano, e como se o futuro quisesse justificar tais agouros, já três vezes foi esse teatro devorado pelas chamas. Mas nem mesmo com três incêndios se abalaram suas grossas paredes.

Eram e são as pedras da Sé nova, contra as quais nada tem podido o fogo destruidor.

.....

Passeio suplementar I

NATURALMENTE os meus companheiros de passeio entenderam que, com o precedente, tinha terminado a série dos que eu destinei à Sé do Rio de Janeiro, e com efeito, entendendo assim, raciocinaram com todo o rigor da lógica. Mas a lógica hoje em dia não governa o mundo. Agora quem mais acerta é aquele que, estabelecidos certos princípios, conclui o que está em oposição aos princípios expostos.

Por conseqüência ainda não acabamos com os nossos passeios que têm por título a Sé do Rio de Janeiro. Como, porém, o absurdo é sempre repugnante, é de regra que se apele para o sofisma, que é o padrinho constante do absurdo e do abuso.

O sofisma vive sempre encapotado, e de ordinário encapota-se em nomes mais ou menos bonitos ou retumbantes.

Às vezes, uma reforma da Constituição chama-se *interpretação*. É o sofisma encapotado no nome interpretação.

E do mesmo modo e com uma capa semelhante, a cadeia chama-se *custódia*.

A prisão arbitrária, *averiguação policial*.

Um atentado contra a nação, *salus populi*.

O esbanjamento dos dinheiros públicos, *despesas secretas*.

Uma perpétua suspensão de garantias, *polícia*.

A ditadura nas finanças do Estado, *crédito suplementar*.

A compressão e o terror do povo, *ordem*.

A desordem no orçamento da receita e despesa do Estado, *artigos aditivos do mesmo orçamento*.

E assim por diante.

O sofisma está, portanto, na moda, e eu que resolvi apresentar-me hoje à moda, chamarei a este e a um próximo passeio – *Passeios suplementares*.

O meu último passeio era, pelo modo por que o concluí, o último que devia ter o título de Sé do Rio de Janeiro. Mas, obrigado por fatos recentes a voltar à igreja de S. Sebastião do Castelo ou à Sé velha, não quero dar o meu braço a torcer, e vou de novo passear à Sé velha, ajuntando a dois passeios que farei a ela o adjetivo – suplementares.

É um sofisma como outro qualquer.

Subamos, pois, de novo ao morro do Castelo. Subamos pela ladeira do sofisma. Muitos têm subido por ela a outras alturas. Vamos outra vez visitar a antiga igreja de S. Sebastião, e visto que aí encontramos hospedados os religiosos barbadinhos italianos, vou começar antes de tudo por dizer-vos quando e como foi a entrada desses religiosos no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro.

Eu principio.

Não sei por que o Rei D. João IV entendeu que não eram suficientes os padres jesuítas para desempenhar a tarefa das missões e conversão dos índios do Brasil. O certo é que, a instâncias dele e com faculdade da congregação *Propaganda Fide*, vieram de França para o nosso país alguns religiosos da ordem capucha encarregados daquele mister, e que dois dos que se destinaram para a capitania do Rio de Janeiro chegaram a esta cidade em 1659, segundo informa Monsenhor Pizarro, ou em 1650, pouco mais ou menos, como querem outros, e foram hospedados na casa contígua à capela da Senhora da Conceição, onde atualmente e desde muito residem os bispos diocesanos.

Consta de uma escritura celebrada na nota de 4 de janeiro de 1667, a 24 de janeiro de 1669, fl. 106 v., que o prelado administrador da diocese Manuel de Sousa e Almada doara essa capela da Senhora da Conceição, e a Câmara as terras respectivas, aos religiosos capuchinhos para sua habitação. Ignoro, porém, em que direito se fundaram o prelado e a Câmara para se fazerem doadores.

Maria Dantas fundou a capela de que se trata, à sua custa, em terras próprias, e parte do conselho, e por escritura de 6 de junho de 1655, doou tudo à religião do Carmo para se instituir ali um convento de religiosos recoletos¹⁰¹ da mesma ordem, com a condição de se lhe dar sepultura na capela-mor, a seus filhos, herdeiros e sucessores, e sob a pensão de cinquenta missas anualmente por sua alma e pela de seu marido Miguel Carvalho de Souto, o que aceitou aquela religião. Mas nem se instituiu o convento, nem se sabe o motivo da provável desistência que depois faria a religião do Carmo de tal doação. O que é positivo é que a capela e as terras passaram para os capuchos franceses e em seguida entraram para os bens da mitra, ficando a defunta Maria Dantas sem as sepulturas da capela-mor para os seus herdeiros e descendentes, sem a pensão das cinquenta missas por sua alma e pela de seu marido, e podendo lá da eternidade repetir com Virgílio o mil vezes verdadeiro *sic vos nom vobis*.

Mas o prelado Almada e a Câmara resolveram a questão. Em falta de recoletos carmelitas passou a capela aos capuchos franceses, que tão nas boas graças da corte se achavam que, pelo alvará de 11 de outubro de 1679, foram declarados sob a proteção real.

Começavam estes religiosos as suas missões e trabalhos de conversão de índios, entrando pelos sertões, quando, mais cedo do que pensavam, mudou o vento da fortuna e tornou-se para eles de favorável em contrário.

O Rei D. Pedro II não pensou como os seus antecessores. Persuadiu-se de que não podiam convir a Portugal missões francesas no Brasil, e além de proibir o ingresso de religiosos estrangeiros nas conquistas ultramarinas e na Índia, determinou que os existentes nessas províncias se retirassem para a Europa.

101 Frades da ordem reformada de S. Francisco.

E assim desapareceram do Brasil os capuchos franceses.

Seguindo os capuchinhos franceses, tinham chegado também alguns italianos ao Rio de Janeiro, e, sem dúvida, já aqui estavam antes de 1681, pois que uma ordem de 9 de dezembro desse ano lhes mandou dar pela fazenda real 80\$000 anualmente para aumento das aldeações dos índios de Campos dos Goitacazes; e parece que não foram compreendidos na proibição que fechou a porta aos religiosos franceses, porque continuaram a exercer o seu ministério em domínios de Portugal.

O Rei D. Pedro II sabia bem quais eram os hóspedes que podiam ser incômodos e até perigosos.

Em 1720, os capuchinhos italianos Frei Antônio de Perúcia e Frei Jerônimo de Monte Real, saídos da Itália para a missão de S. Tomé, arribaram ao Rio de Janeiro, onde o Governador Aires de Saldanha de Albuquerque os deteve em benefício das missões dos índios; e para sua residência lhes deu a mesma capela da Senhora da Conceição, que pertencia já ao bispo, mas que podia ser por eles ocupada, visto como se achava então vaga pelo falecimento do Bispo D. Francisco de S. Jerônimo.

Aconteceu, porém, aos capuchinhos italianos o que acontecera aos capuchos franciscanos que andaram por algum tempo sem aquecer lugar, e mudando de casa como os pássaros de ninho.

Em 1721, foram os capuchinhos italianos hospedados na Conceição. Mas, em 1725, chegando o sucessor do bispado, viram-se na rua, e tiveram de acomodar-se em outra ermida do mesmo título, fundada por Francisco de Seixas da França. Essa ermida, porém, que é a igreja do Hospício, foi comprada pelos chismáticos terceiros franciscanos, e nela se instituiu uma irmandade de homens pardos, tendo os capuchinhos de procurar novo abrigo no fim de poucos meses.

O bispo acudiu aos religiosos italianos e abriu-lhes as portas da ermida de N. S. do Desterro (depois convento de Santa Teresa). Mas, ou por que estivesse a casa muito arruinada, ou por outro qualquer motivo, apenas se demoraram nela os capuchinhos até o ano de 1739.

Ofereceu-se a esses religiosos a igreja e casa do recolhimento da Ajuda, havendo para isso determinação explícita na resolução régia de 9 de abril de 1738. Ignoro qual o destino que pretendiam dar às frei-

ras. Estou, porém, seguro de que respeitariam os seus votos, e de que não data dessa época aquela cantiga popular e um pouco livre, que diz assim em uma de suas coplas:

Se as freiras d'Ajuda
Se vissem na rua,
Era um Deus nos acuda
Na venda.

Não sei, repito. Sei, porém, que o povo não gostou do oferecimento, e murmurou, reprovando a resolução régia, e que os capuchinhos italianos, mais prudentes que o rei, renunciaram judiciosamente o benefício.

Por ordem de 23 de outubro de 1739, mandaram-se então tomar e pagar três moradas de casas térreas no sítio vizinho e fronteiro do hospício de Jerusalém e N. S. da Oliveira, para residência dos religiosos barbadinhos italianos, sob a condição de em tempo algum se formar convento, isto é, de poderem os missionários capuchos apropriar-se daquele hospício e sua competente cerca, que também se fez.

Em 1710, efetuou-se a mudança dos barbadinhos para essa nova casa e a rua onde ela se erigira tomou dos religiosos o nome dos Barbonos, que ainda hoje conserva.¹⁰²

Sessenta e oito anos ficaram os religiosos italianos habitando aquele hospício. Mas no ano de 1808, tendo-se tomado para aumento do palácio do largo do Paço o convento do Carmo, destinou-se aos carmelitas a casa ocupada pelos barbadinhos e foram estes asilados nas casas dos romeiros de N. S. da Glória, donde também saíram mais tarde, porque, não estimados pela irmandade da ermida de N. S. da Glória, tiveram de mudar de habitação, e se recolheram à igreja de S. Antônio dos Pobres, que o Imperador D. Pedro I mandou reparar à custa do tesouro nacional.

O hospício da rua dos Barbonos, depois de desocupado pelos carmelitas, foi habitado pelos frades de Jesus da Terceira Ordem da Penitência, passou em seguida a quartel de soldados e o é atualmente do corpo de municipais permanentes.

102 Evaristo da Veiga.

Passou esse hospício de uma milícia sagrada a uma milícia profana. Trocou pelas fardas os hábitos dos frades. Esqueceu as barbas dos capuchos italianos pelos bigodes dos militares, os cantos religiosos pelo rufar dos tambores e já perdeu quase todos os vestígios do seu primitivo destino.

Naquele hospício foi enterrado o autor do *Hissope*, o célebre poeta desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva, que viera de Portugal e fizera parte da alçada que condenou, em 1792, o Tiradentes e os patriotas comprometidos na famosa conjuração de Minas.

A igreja de S. Antônio dos Pobres foi dentro em pouco deixada pelos capuchos italianos, dos quais se retiraram uns para a Europa e outros para as aldeias.

Existe ainda na Aldeia da Pedra, na província do Rio de Janeiro, o padre-mestre Frei Florido, que habitara na ermida de N. S. da Glória e na igreja de S. Antônio dos Pobres, e que, indo para a Pedra, começou a catequizar os índios selvagens, conseguiu fixá-los e dominar sobre eles, levantar uma igreja e dar à aldeia um certo grau de prosperidade.

Outros missionários italianos trabalharam no serviço de Deus na povoação hoje vila de S. Fidélis,¹⁰³ e aí erigiram o templo consagrado a esse santo, templo que passa por ser um dos mais belos do Brasil.

Não disse ainda, mas convém saber que, embora tivessem chegado muito cedo ao Rio de Janeiro esses missionários somente no ano de 1738 formaram nesta cidade uma prefeitura.

Evidentemente os capuchinhos italianos não tinham sido muito felizes no Brasil. Mas não desanimaram por isso, e a prova é que, em 1840, acedendo a um convite do governo imperial que os chamava a formar uma nova prefeitura no Rio de Janeiro, donde deveriam sair os missionários destinados à catequese dos índios e às missões pelo interior do país, acudiram logo, chegando a esta corte na qualidade de prefeito frei Fidélis de Montuano, que trouxe consigo cinco outros religiosos, com os quais foi morar a princípio no mosteiro de S. Bento.

O governo imperial ofereceu à escolha dos barbadinhos recém-chegados diversas igrejas, mas frei Fidélis preferiu a todas a de S. Sebastião do Castelo; e a 18 de agosto de 1842, recebeu não somente

103 Ângelo Maria de Lucca e Vitorino de Cangiana, em 1781.

essa igreja, mas ainda o terreno adjacente medido e demarcado, como consta de uma planta levantada pelo tenente-coronel de engenheiros o Sr. Domingos Monteiro.

Eu ponho aqui de parte todas as discussões que se têm debatido a respeito dos barbadinhos italianos, todas as censuras que eles têm sofrido, e de algumas das quais não hesitei em tornar-me eco consciencioso. Esses religiosos não me devem favor, e penso que não lhes agrada o meu juízo relativo a diversos atos que hão praticado, e especialmente às suas exagerações no púlpito e no modo por que exigem que se concorra aos ofícios divinos na igreja de S. Sebastião.

Ponho tudo isso de parte, e como não os tenho poupado nas minhas censuras, não lhes farei a injustiça de desconhecer que o país lhe deve alguns bons serviços, pois são serviços reais às igrejas, os cemitérios e os colégios que eles têm criado, e a catequese de algumas cabildas de índios, por esses religiosos arrancados à vida selvagem. É pena que não procedam sempre assim. Em uma palavra, os barbadinhos italianos não são diabos como querem os seus inimigos, nem santos como dizem os seus apaixonados. São pecadores como todos nós, e muitas vezes *sicut et nos manquejant* de um olho.

Mas tudo isso fica de parte.

Eu disse que frei Fidélis de Montuano tinha recebido a igreja de S. Sebastião do Castelo, e agora vou referir o estado em que ele a recebeu e o que têm feito por ela os barbadinhos italianos. Isto é, vou descrever a igreja de S. Sebastião do Castelo como era em 1842, e como é e vai ser, convindo saber desde já que os melhoramentos que introduziu e obras que fez nela o conde de Resende não alteraram nem as suas proporções, nem o seu caráter e disposições arquitetônicas, sendo, pois, certo que debaixo deste ponto de vista o templo se conservou tal qual era desde os seus primeiros tempos.

Simples em seu aspecto exterior, a igreja de S. Sebastião do Castelo apresentava na frente uma porta principal e duas laterais. Sobre a primeira uma janela e um óculo davam luz ao coro. Duas torres formavam os ângulos da frente da igreja. Das portas laterais uma olhava para o Castelo, a outra para a barra do Rio de Janeiro. Perto da porta principal e do lado do Castelo via-se erguido um frade de pedra, como o povo chama, tendo em uma de suas faces gravadas as cinco chagas e na outra uma cruz. Era tradição, mas tradição que me parece não ter fun-

damento, que debaixo dessa pedra fora sepultado o primeiro soldado que morrera nas pelejas do dia 20 de janeiro de 1567. No fundo ligava-se ao templo uma pequena casa que era a sacristia.

Em seu interior o templo pertencia em sua arquitetura à ordem toscana. Havia três naves, no meio elevavam-se cinco pilares octangulares, de cada lado com as suas bases forradas de madeira, as paredes laterais eram de trinta palmos e as do meio, que eram sustidas por arcos assentados sobre os pilares, tinham quarenta palmos. Corria em todo o corpo da igreja uma pequena cimalha de madeira.

Os altares eram cinco, dois de cada lado e o principal. Do lado do Evangelho, no primeiro havia um painel de N. S. de Belém, que representava a adoração dos Reis Magos. No segundo estava S. André Avelino, que, por muito estragado, frei Fidélis fez substituir por outro painel em que se viam S. Francisco de Assis, S. Antônio e S. Afonso de Liguori. Os altares do outro lado pertenciam a S. João Batista e a S. Januário. Os altares eram singelos e sem obra de talha.

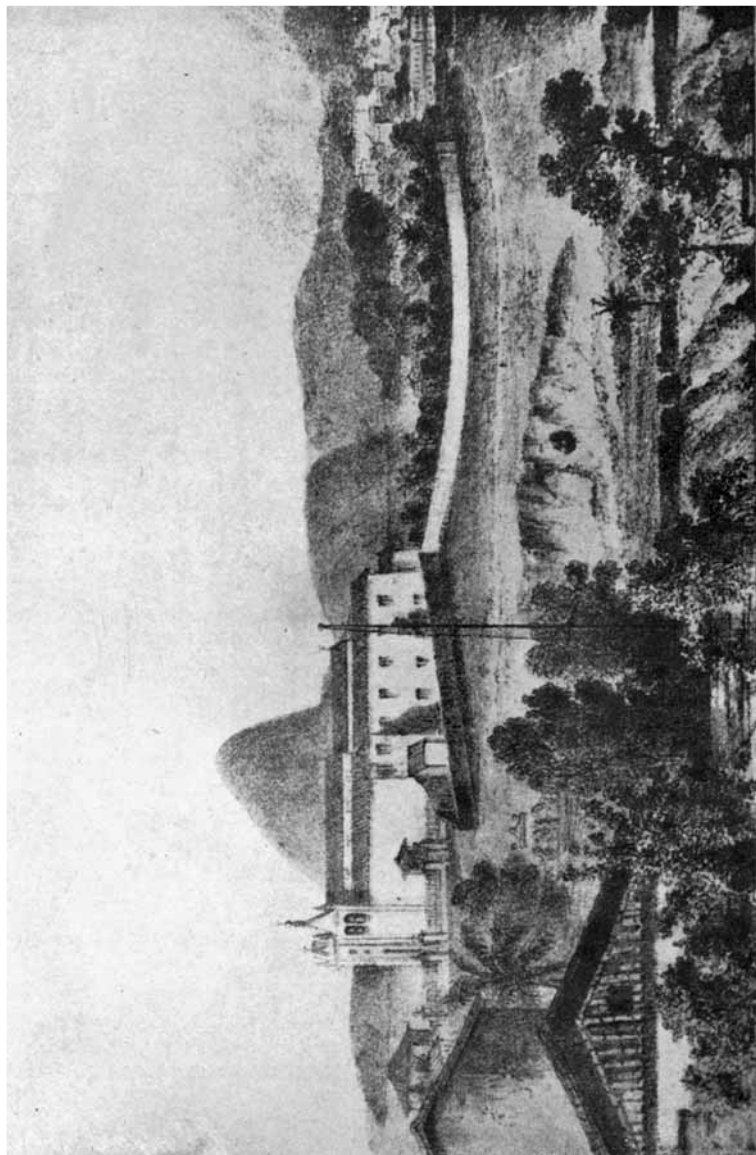
Antigamente, e ainda no século atual, o povo do Rio de Janeiro era muito devoto de S. Januário, a quem se festejava com pompa todos os anos, e igualmente de N. S. de Belém, que era honrada com especialidade em todo o oitavário do Natal.

O arco cruzeiro da igreja era de extrema singeleza, tendo apenas algum trabalho de talha. No altar-mor, o retábulo era em parte dourado e em parte pintado de amarelo. Pouco trabalho de talha nele havia, e apenas se notavam dois anjos de seis palmos de altura. Sobre o trono do altar-mor estava um nicho onde se via o padroeiro S. Sebastião, tendo a imagem quatro palmos de altura.

No meio do arco cruzeiro da capela-mor viam-se a coroa de Portugal e as armas e o escudo do Brasil.

No prebistério da capela-mor, ao pé dos degraus, que são três e eram de pedra do país, estava (e estará) a sepultura de Estácio de Sá, da qual já em outro passeio dei conta, e por consequência julgo-me dispensado de tornar a fazê-lo neste.

Fora da grade do altar-mor havia algumas pedras sepulcrais, umas tendo inscrição e outras não. Uma daquelas estava ao lado da Epístola e rezava deste modo:



Igreja de S. Sebastião, no morro do Castelo (arrasada na administração do Prefeito Carlos Sampaio)

*Francisco d'Alvarenga deitado
jaz aqui neste crucifixo e seja
ressuscitado daqui donde está
sepultado em o dia derradeiro.*

Outra, que era de pedra de Lisboa e estava ao lado do Evangelho, rezava:

*A
S
De Francisco de Caldas
e de sua mulher Helena de
Sousa e seus Herdeiros.*

Outra pedra sepulcral estava na capela-mor do lado do Evangelho, e tinha inscrição. Esta, porém, tão consumida pelo tempo que não foi possível entendê-la ou decifrá-la bem.

Limita-se ao que deixo escrito tudo quanto posso dizer a respeito da antiga igreja de S. Sebastião do Castelo.

Em 1842, achava-se esta igreja em verdadeiro estado de quase abandono e de evidente ruína. O capim e as ervas cresciam em torno do templo e ameaçavam conquistá-lo. O madeiramento do teto, as cimbalhas, os altares da santa casa de S. Sebastião, a casa toda, enfim, achavam-se podres, e expostos a cair ao impulso das tempestades. O cruel esquecimento em que se deixava uma igreja histórica, a mais antiga do Rio de Janeiro, o teto sagrado que se dedicara ao padroeiro da cidade e que encerrava em seu seio os restos do primeiro fundador da Sebastião-nópolis, dava testemunho público da nossa incúria por tudo quanto não é positivo e material.

Muito longe teria eu de ir, se quisesse descrever esse estado de ruína a que chegara a igreja de S. Sebastião do Castelo. Basta dizer que os consertos necessários eram tais, que exigiam uma completa reparação do templo.

E foi assim que os capuchinhos italianos receberam essa igreja, que, aliás, fora a da sua própria escolha. E enquanto esperavam recursos para, se lhes fosse possível, tratarem de realizar obras importantes, ocuparam-se logo de apanhar as goteiras por onde a chuva inundava todo o templo e de remendar um pouco o arruinado teto; e logo depois, auxiliados pelos meios pecuniários que lhes subministrou o governo im-

perial e pelas esmolas do povo, construíram um modesto hospício, onde se asilaram, mudando-se, enfim de duas pequenas casas vizinhas da igreja e que pertenciam e pertencem a S. Sebastião.

Entretanto, o sucessor de frei Fidélis de Montuano, o padre-mestre frei Fabiano de Scandiano, prefeito e primeiro comissário geral dos missionários barbadinhos em todo o Brasil, oficiava por vezes ao governo, mostrando a urgente necessidade da restauração da igreja, e perdia o seu papel e a sua prosa como se pregasse no deserto, porque o governo ou não lhe dava resposta, ou lhe respondia com a mais desesperadora concisão: “Não há dinheiro.”

Frei Fabiano de Scandiano foi chamado a Roma, sendo substituído na prefeitura e comissariado geral pelo padre-mestre frei Caetano de Messina, que ainda mais apertou o governo com pedidos e reclamações de meios pecuniários para restaurar a igreja. Creio, porém, que teria sido tão infeliz como o seu antecessor, apesar das promessas que lhe fizeram alguns ministros, se não viesse apadrinhá-lo uma violenta tempestade.

Com efeito, no dia 21 de novembro de 1861, desenfreou-se uma tremenda borrasca, ao ímpeto da qual sentiu-se abalar a velha igreja, que estremeceu em suas cansadas paredes. S. Sebastião susteve ainda nesse dia a sua casa, mas força foi reconhecer que ela não tardaria muito tempo a cair.

A imprensa periódica da capital registrou este fato. O padre-mestre frei Caetano insistiu em seus pedidos, que o governo dessa vez atendeu; e pondo-se logo mãos à obra que devia restaurar o templo, trasladaram-se nos primeiros dias de dezembro desse mesmo ano as sagradas imagens, com toda a solenidade, fazendo-se uma procissão, na qual levou o Santíssimo Sacramento o Ex.^{mo} Sr. Bispo de Goiás, então recentemente sagrado, e, desmanchando-se a igreja arruinada, continuaram, entretanto, os capuchinhos a officiar em uma capela provisória preparada na sacristia.

Deus escreve direito por linhas tortas.

Diz o povo da nossa capital que o fogo é um elemento de progresso no Rio de Janeiro, porque à medida que alguns incêndios devoraram casebres que afeiam a cidade, levantam-se logo depois e no mesmo lugar casas menos mesquinhas.

Para a igreja de S. Sebastião do Castelo, ou para a antiga Sé, o elemento de progresso não foi o fogo. Foi uma tempestade, que esteve a ponto de derribá-la.

Todavia, cumpre confessar que não é das coisas mais bonitas que se esteja esperando por grandes desastres para se tomar providências, aliás reclamadas por urgente necessidade.

Reparo agora que os meus companheiros de passeio estão arfando de fadiga.

Por conseqüência... adiamento no caso.

.....

Passeio suplementar II

N

O meu último passeio descrevi a igreja de S. Sebastião como ela era em 1842 e se conservou até o fim do ano de 1861. Agora vou descrevê-la como hoje se acha, e como deve mostrar-se em breve prazo, quando se terminarem todas as suas obras.

O templo não mudou em relação à ordem arquitetônica. Sofreu, porém, modificação em algumas de suas disposições.

A igreja antiga era muito baixa e escura, e, encontrando-se nela paredes rachadas e desaprumadas, que tiveram de se levantar de novo, houve ocasião de se corrigir esses defeitos.

A paredes laterais tinham trinta palmos, e têm agora quarenta de altura. As do meio tinham quarenta, e se elevam hoje a mais de cinquenta. As da capela-mor eram de trinta palmos e passaram a ter quarenta e oito. A da frente da igreja não excedia a quarenta e cinco e excede agora a sessenta.

O templo era, como disse, escuro. O coro recebia luz por uma janela e um óculo, e as naves dos altares laterais por cinco clarabóias colocadas no telhado, uma sobre cada arco. A maior altura que as novas obras deram às paredes permitiu que se rasgassem quatro janelas de cada lado do corpo da igreja, duas de cada lado da capela-mor, e mais

duas aos lados do camarim. Ao todo, quatorze janelas, e todas de cantaria.

A torre do lado direito estava rachada desde cima até os alicerces. Foi consertada, ficando sem obelisco, para não agravar mais os alicerces; e ajuntando-se-lhe um gigante do lado do mar, para dar-lhe mais segurança, sobre o gigante construiu-se uma escada, por onde se sobe ao coro e à mesma torre. A outra, do lado esquerdo, também consertada e caiada, perdeu um galo que pousava sobre ela, e que teve de ceder o poleiro a um S. Miguel de cobre. Ignoro se o galo, por ter descido do poleiro, declarou-se em oposição a S. Miguel. É este um problema que deve ser resolvido pelos nossos políticos.

Na frente da igreja corre uma cimalha, e por cima do telhado, entre as duas torres, levantou-se uma cruz de cantaria que tem nove palmos de altura. Por baixo dessa mesma cimalha há um óculo de dezesseis palmos de circunferência, e conservou-se metade da janela do coro.

No interior da igreja levantou-se o coro à altura de trinta palmos, pôs-se-lhe uma grade de balaústres, deram-se-lhe uma forma mais graciosa e alguns ornamentos de obra de talha.

A igreja tem, como dantes, três naves. Mas os pilares, que em duas ordens se erguiam e que eram octangulares, são agora redondos, fingindo colunas de mármore.

Os altares elevaram-se ao número de nove, três de cada lado, mais dois em duas capelas aos lados do altar-mor e este. Cada um dos primeiros tem um arco singelo, as capelas os seus zimbórios.

Na altura de trinta palmos corre uma cimalha de madeira de ambos os lados da capela-mor e chega até o fundo da igreja. Por baixo da cimalha daquela, a parede é forrada até o chão com tábuas de cedro, tendo colunas que descem até o soalho e correspondem ao risco do forro. Entre estas devem mostrar-se quatro painéis cercados de obra de talha. Os painéis serão de N. S. de Belém, de S. João Batista, de S. Januário e de S. André Avelino, que conservaram a memória dos antigos que estavam nos altares.

O arco-cruzeiro recebeu ornamentos de obra de talha, e por cima dele vê-se a arca santa, na parte superior da qual se mostra N. Senhora, sendo este grupo cercado de nuvens, no meio das quais apare-

cem cabeças de querubins e os dois anjos da antiga igreja, ajoelhados aos lados da arca.

As portas laterais e os dois portões da principal são novos e aquelas mais altas que as antigas.

A igreja será dividida por grades com balaústres, que fecharão os altares, a capela-mor e as capelas laterais.

Oportunamente a igreja terá um pátio cercado de grades de ferro e com dois portões também de ferro.

Terminando aqui as informações que posso dar a respeito das obras feitas e por fazer na antiga igreja de S. Sebastião é de justiça dizer que o adiantamento que elas têm tido abonam muito o zelo e a dedicação que nesse empenho há mostrado o reverendíssimo prefeito dos barbadinhos, o padre-mestre frei Caetano de Messina, aliás já recomendável por outros trabalhos da mesma natureza realizados em Pernambuco, e sobretudo, pelo importante colégio de Papacaça, por ele fundado nessa província, e onde se educam muitas dezenas de meninas.

Antes de considerar o assunto principal deste passeio, que é aquele com que o rematarei, quero deixar ainda alguns apontamentos relativos aos barbadinhos italianos.

O padre-mestre frei Fidélis mandou vir da Itália para a igreja de S. Sebastião duas imagens de santas, a de Santa Verônica Juliani capuchinha, e Santa Filomena, virgem e mártir. E vendo que muitos fiéis tomavam por elas grande devoção, lembrou-se de instituir duas irmandades que se ocupassem do culto destas santas. Bem depressa, porém, as irmandades e os religiosos barbadinhos acharam-se em desacordo, e de modo tão positivo e desagradável que o prefeito e comissário geral, frei Fabiano de Scandiano, pôs termo às desavenças, despedindo e mandando com Deus aquelas corporações.

Tenho por vezes repetido o título de comissário geral que teve o padre-mestre frei Fabiano, e tem o atual prefeito o padre-mestre frei Caetano de Messina. Parece-me, pois, conveniente explicar a origem dele e as obrigações que lhe pertencem.

O título de comissário geral é um caráter de superioridade que a sacra congregação e os superiores dos barbadinhos em Roma deram ao prefeito destes religiosos no Rio de Janeiro, a fim de que todos

os prefeitos e vice-prefeitos do império do Brasil dependessem dele e a ele recorressem nas dificuldades e dúvidas em que porventura se achassem em suas administrações, e para que também essa autoridade tratasse os negócios das missões com o governo imperial e desse de tudo parte aos chefes em Roma. A princípio, os prefeitos recorriam a Roma ou ao núncio apostólico. Mas pareceu melhor ao governo imperial tratar com um comissário geral, e exigiu que uma tal autoridade fosse criada no Brasil, para que por meio dela negociasse as coisas da missão com os superiores dos barbadinhos na capital do mundo católico.

Os novos religiosos barbadinhos que entraram no Brasil e que administraram a igreja de S. Sebastião acham-se entre nós há vinte e um anos. Tem-se dito e escrito longamente a favor e contra ele. Mas eu já protestei que não entraria em questões desta ordem, e limito-me a declarar que estimaria vê-los sempre muito ocupados com a catequese do nosso gentio e um pouco menos com a direção das almas dos habitantes das nossas cidades e povoações.

Entretanto, é certo que alguns desses religiosos têm prestado bons serviços, e ainda mesmo aqui, na capital, mostram-se dedicados no cumprimento de seus deveres religiosos, especialmente quando nos vimos flagelados pela febre amarela e pelo cólera-mórbus.

Devo lembrar o nome de um desses capuchinhos italianos que deixou suaves recordações e desceu à sepultura, morrendo de morte súbita e inesperada nessa mesma igreja de S. Sebastião do Castelo.

Era o religioso a que me refiro de família abastada, e no século floresceu como sacerdote e vigário colado na Itália. Desprezou, porém, todos os bens do mundo pelo amor de Deus e pelo desejo de se agregar à congregação dos barbadinhos, professando a regra respectiva com o nome de padre frei Paulino de Limone. Sendo destinado às missões e mandado para o Brasil, desembarcou na Bahia, e nessa província se ocupou da catequese dos índios em Rodelas durante cinco anos. Chamado depois pela obediência a esta corte, distinguiu-se na pregação da palavra de Deus. Era de todos estimado.

Tinha frei Paulino por costume ir todas as tardes fazer oração em um quarto que havia no ângulo do hospício do lado do mar. No dia 6 de outubro de 1854, pelas duas horas da tarde, rompeu uma furiosa tempestade. Ribombavam os trovões com violência, quando frei Pauli-

no, chegada a hora costumada de suas orações, dirigiu-se ao quarto mencionado. Apenas, porém, acabava de entrar nele, caiu morto, fulminado por um raio.

Agora, meus companheiros de passeio, chegamos ao último ponto com que me cumpre ocupar a vossa atenção. Não vos contarei novidade alguma, porque tenho apenas de referir fatos que se passaram recentemente aos olhos de todos na cidade do Rio de Janeiro, e que devem ficar registrados neste rápido estudo que vou fazendo.

Adiantando-se as novas obras da igreja de S. Sebastião do Castelo, e chegada a ocasião de se tocar no pavimento que devia ser melhorado e alteado, recebeu disso comunicação o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, rendendo as devidas honras ao primeiro fundador da cidade do Rio de Janeiro, resolveu ir testemunhar e ainda presidir a exumação dos restos de Estácio de Sá, que conseqüentemente foram recolhidos e depois solenemente encerrados em uma urna, em sinal do respeito e gratidão que se devem à memória do ilustre varão.

As duas cerimônias de que acabo de falar acham-se perfeitamente descritas em um artigo da redação do *Jornal do Comércio*, a 22 de janeiro de 1863, porque, além da descrição da solenidade do dia 20 do mesmo mês e ano, vem nesse artigo transcrito o ato da exumação a que se procedera no dia 16 de novembro de 1862. Sendo assim e achando eu trabalho feito, aproveito-me do labor alheio, e sem mais cerimônia, copio *ipsis verbis* tudo quanto a respeito escreveu o *Jornal do Comércio*.

Aí vai a história.

“Estácio de Sá – Publicamos em seguida a notícia circunstanciada do que se passou no dia 20 do corrente, por ocasião da nova exumação dos restos mortais deste homem ilustre.

“Efetuou-se com toda a solenidade a inumação dos restos de Estácio de Sá, primeiro governador e fundador desta cidade que há 296 anos desbaratara os tamoios, que se haviam aliado aos franceses e se achavam entrincheirados nas aldeias de Urucumirim e Paranapuça.

“Comprou Estácio de Sá a vitória à custa de sua própria vida, e, mártir, regou com sangue os alicerces da cidade que fundava, e que, mal sabia ele, tinha de ser a capital de um grande império.

“O Instituto Histórico Brasileiro associou-se a este ato de homenagem de S. M. o Imperador, que, para lhe dar maior realce, ordenou que a festa de S. Sebastião, o santo mártir padroeiro da nossa cidade, que até aqui se celebrava na capela imperial, se fizesse este ano na primitiva Sé do Rio de Janeiro, na igreja do Castelo.

“Às 11 ³/₄ horas chegou S. M. o Imperador, acompanhado de seus semanários.

“Os Srs. Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Obras Públicas, o presidente da Câmara Municipal, o cabido e mais empregados da Sé catedral da imperial capela, o prefeito dos capuchinhos e seus missionários e os membros do Instituto Histórico saíram ao encontro de Sua Majestade, que foi recebido ao som do hino nacional, tocado pela banda de música da guarda de honra postada ao lado da igreja.

“O templo, erguido do meio de suas ruínas, não está ainda completo. Viam-se ainda algumas construções incompletas através de suas singelas galas. No teto abobadado do presbitério e por cima da campa do grande capitão sobressai um painel análogo à reconstrução da igreja. É um monge amparando um templo que se desmorona. Do céu como do seio de uma aurora boreal, saem estas palavras:

Vai, Francisco,

Repara a minha casa,

Que está caindo em ruínas.

“A igreja continha um numeroso concurso de pessoas de todas as classes e sexos. Começou para logo a cerimônia religiosa, e a música suave e melancólica, com toda a pompa da natureza brasileira, e digna por certo de José Maurício Nunes Garcia, ecoou nas restauradas naves do templo. Fez o panegírico de S. Sebastião, e recordou as tradições históricas de Estácio de Sá, o rev. cônego José Luís Gomes de Meneses. Finda a festividade, seguiu-se a cerimônia fúnebre. Ergueu-se no corpo da igreja uma eça, onde foi depositada, sobre uma padiola, a urna que contém os restos do grande capitão. É um cofre fabricado de pau-brasil, fechado a tornos, encerrando outro de chumbo com 16 polegadas de comprido, 10 de largo e 10 de altura, no qual foram postas as cinzas em 30 de novembro do ano passado, e depois soldado. Desse ato se lavraram dois termos de um só teor, assinados pelo presidente do Instituto, o Sr. visconde de

Sapucaí e seus secretários, os Srs. Drs. José Ribeiro de Sousa Fontes e Carlos Honório de Figueiredo, e o rev. prefeito frei Caetano de Messina.

“Entoou-se, ao som melancólico e religioso do órgão, um *memento*.

“Então. S. M. o Imperador, deixando o dossel, veio em pessoa prestar augusta homenagem a tão venerandos restos.

“Pegaram nas argolas da padiola S. M. o Imperador e o Sr. conselheiro Sinimbu à direita os Srs. marquês de Abrantes e visconde de Sapucaí à esquerda, e conduziram a urna para junto da campa. A fim de receber a urna, entrou o Sr. dr. Sousa Fontes no carneiro, construído de pedra de alvenaria e dividido em duas partes. Na parte de cima estava um caixão de cedro contendo os ossos duvidosos encontrados na campa. Na parte de baixo havia um vão, forrado de cantaria lavrada, destinado à urna de pau-brasil.

“S. M. o Imperador ordenou que se lesse o auto da exumação de cuja redação fora incumbido o Sr. J. Norberto de Sousa e Silva. O Sr. cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro procedeu à sua leitura, que foi ouvida com religiosa atenção, como 1º secretário do Instituto.

“Depositou-se depois o auto no vão formado pelas pedras de cantaria. O Sr. A. A. Pereira Coruja apresentou as gazetas publicadas no dia e as seguintes moedas, que foram colocadas no mesmo lugar: 1 de 20\$ e 1 de 10\$ do ano de 1861, e 1 de 5\$, de 1855, todas de ouro; 1 de 2\$, de 1857, 1 de 1\$, 1 de 500 rs. e 1 de 200 rs., de 1862, todas de prata. Frei Caetano de Messina ofereceu uma medalha de ouro sobre o dogma da imaculada Conceição da Santa Viagem com a effigie de Pio IX e outra de prata com as imagens de N. S. da Conceição e S. Francisco de Assis, as quais tiveram o mesmo destino e foram postas sobre o auto.

“Metida a urna no vão de cantaria, foi este hermeticamente fechado com uma lápide de mármore, tomada com cimento, contendo em letras indeléveis e douradas a seguinte inscrição:

Restos mortais de

Estácio de Sá,

exumados desta sepultura

em 16 de novembro de 1862, a ela restituídos em

20 de janeiro de 1863.

“A pesada lápide da antiga campa rolou então sobre o pavimento e ajustou-se sobre o carneiro. Eram 2¼ horas da tarde.

“S. M. o Imperador deu a cerimônia por concluída e retirou-se, descendo a ladeira da Ajuda, acompanhado de quase todas as pessoas que assistiram a este ato de tão grande acatamento e respeito pago ao fundador da capital do império.

“Aqui transcrevemos o auto da exumação dos ossos de que acima falamos.

“Aos 16 dias do mês de novembro do ano de 1862, nesta cidade do Rio de Janeiro, e na igreja de S. Sebastião do morro do Castelo, antiga Sé da cidade velha, achando-se presentes S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, acompanhado de seus semanários gentil-homem da imperial câmara, Augusto Duque-Estrada Meyer e guarda-roupa Dr. Antônio Dias Coelho Neto dos Reis,¹⁰⁴ o prefeito dos missionários capuchinhos que ao presente ocupam a mesma igreja, frei Caetano de Messina, e mais missionários e os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, visconde de Sapucaí, presidente Dr. Joaquim Manuel de Macedo, 2º vice-presidente, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, 3º dito, Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes, 2º secretário, bacharel Carlos Honório de Figueiredo, secretário adjunto, Antônio Álvares Pereira Coruja, tesoureiro, e os sócios conselheiros Antônio Manuel de Melo, comendador Manuel Ferreira Lagos, bacharel Felizardo Pinheiro de Campos e A. D. de Pascoal, e grande número de pessoas gradas, se dirigiram ao meio-dia ao presbitério da capela-mor da mesma igreja, onde junto aos degraus do altar se achavam sepultados os ossos de Estácio de Sá, primeiro governador e povoador do Rio de Janeiro, para proceder à sua exumação, visto ter entrado a igreja em conserto e ser necessário elevar o pavimento da mesma, a fim de que a todo o tempo conste o respeito e veneração que mereceu a conservação dos restos do fundador da capital do império, que na sua conquista adquiriu a glória do martírio pela coragem e afouteza com que barateou a vida nas batalhas de Urucumirim e Parana-puca, que foram ganhas aos tamoios e aos franceses seus aliados.

“E, sendo ordenada a exumação por S. M. o Imperador, procedeu-se à remoção de uma lápide de granito do país, lavrada, mas não

104 Depois, segundo barão, visconde com grandeza e conde de Carapebus.

polida, de nove palmos de comprimento, quatro de largo e um de espessura, que se achava rente com o solo e tinha gravado na face exterior o seguinte epitáfio, em letras capitais de caráter latino, sendo o algarismo em caracteres arábicos:

Aqui jaz Estácio de Sá, primeiro capitão e conquistador desta terra e cidade, e a campa mandou fazer Salvador Correia de Sá, seu primo, segundo capitão e governador, com as suas armas. E esta capela acabou no ano de 1583.

“Por baixo desta inscrição viam-se as armas de sua casa.

“E removida a lápide, com facilidade conheceu-se então que não havia depósito algum, como era de presumir, por isso que, sendo o corpo de Estácio de Sá sepultado em Vila Velha, povoação e fortaleza por ele fundadas nas imediações do Pão de Açúcar, só dezesseis anos depois é que seus ossos foram removidos para a nova povoação do morro do Castelo, traçada por Salvador Correia de Sá, que a firmou com o marco da conquista, que ainda existe à porta principal do templo, e que daí a um século se ficou chamando Cidade Velha, para distinção da novíssima povoação que se estendeu pelos vales de S. Bento, da Misericórdia e Ajuda, e ainda da primitiva, conhecida por Vila Velha. Assim pois, era uma sepultura rasa sobre o solo artificial da igreja, o qual foi cavado cuidadosamente na extensão de dez palmos sobre cinco de largo e cinco de profundidade.

“E, começadas as escavações, apareceram nas primeiras camadas de argila alguns ossos de criança, e depois ossos de adulto, e finalmente, onde terminava o aterro e começava o solo primitivo da montanha, encontraram-se ossos que por sua antiguidade mereceram ser recolhidos separadamente dos outros. E, tendo-se concluído a exumação, e levados os restos mortais para a capela provisória de S. Sebastião, estabelecida na sacristia da mesma igreja, entoou frei Caetano de Messina com os demais sacerdotes de sua missão um memento, a que assistiram S. M. o Imperador, as pessoas aqui declaradas e grande número de indivíduos de todas as classes; e finda a cerimônia religiosa recomendou S. M. Imperial que se lavrasse o presente auto, sendo os ossos previamente sujeitos a exame científico, de que foram encarregados pelo

mesmo augusto senhor os Srs. José Ribeiro de Sousa Fontes e Francisco Ferreira de Abreu,¹⁰⁵ para serem quanto antes encerrados convenientemente em urna duradoura e depositados no mesmo lugar, sob a lápide que os cobre há 279 anos.

“E, feito o exame ordenado por S. M. o Imperador, apresentaram os mencionados doutores as 12 seguintes conclusões:

“1ª Que foram evidentemente reconhecidos e com precisão determinados durante a exumação (pelo 1º perito) e pelos exames ulteriores feitos em comum, apreciada a disposição e natureza do solo, os limites da sepultura indicada como devendo conter os ossos de Estácio de Sá.

“2ª Que nessa sepultura não fora inumado cadáver algum, mas sim, depositadas as peças pertencentes a três esqueletos. Este fato se deduz naturalmente da falta de relações anatômicas em que foram encontrados os diferentes ossos, acumulados sem ordem, confundidos entre si, como assim do respectivo exame anatômico dos mesmos.

“3ª Que os ossos encontrados no primeiro jazigo ou camada superficial, a uma profundidade apenas de dois palmos mais ou menos, procedem de dois indivíduos distintos, o primeiro dos quais teria no máximo 15 anos de idade, e cujo sexo não pode ser determinado, e o segundo era um adulto.

“4ª Que as peças ósseas do primeiro jazigo, separadas das do segundo por uma espessura de terreno de três palmos pouco mais ou menos, e visivelmente distintas destas últimas por sua maior consistência e peso específico, pela melhor conservação dos seus elementos, e por outros caracteres mais, procedem indubitavelmente de indivíduos que sucumbiram posteriormente, e em uma época muito mais aproximada de nós. Procedem elas dos restos de outros membros da mesma família ou tronco, e que mais tarde foram também trasladados para o mesmo jazigo.

“5ª Que as peças ósseas encontradas no segundo jazigo, e em grande parte carcomidas ou destruídas pela voracidade do tempo, parecem pertencer todas a um único e mesmo esqueleto.

105 Depois, barão de Teresópolis.

“6ª Que este esqueleto pertenceu a um indivíduo do sexo masculino.

“As proporções e grossura geralmente observadas nas peças ósseas que melhor se conservaram; o notável desenvolvimento das desigualdades e asperezas destinadas às inserções musculares, como assim das espinhas ósseas e dos sulcos diversos; o volume das extremidades articulares dos ossos longos dos membros; o comprimento, a grossura e a notável incurvação da clavícula encontrada; a grande espessura do frontal, como dos fragmentos de outros ossos largos do crânio, que foram igualmente encontrados; os caracteres anatômicos das vértebras achadas, e sobretudo, a disposição das duas porções ilíacas dos respectivos ossos coxais, nos induzem com efeito a acreditar que o esqueleto de que se trata pertenceu a um indivíduo do sexo masculino. Não podendo, todavia, deixar de lastimar a impossibilidade em que nos achamos de apreciar a disposição geral da escavação da bacia, o grau de concavidade da face anterior do sacrum as dimensões e configuração dos buracos infrapúbicos, o grau de afastamento das cavidades cotilóides, como assim as dimensões dos principais diâmetros do pélvis. elementos cuja apreciação imprimiria a esta nossa conclusão o desejável caráter de certeza anatômica.

“7ª Que esse esqueleto procede de um indivíduo cuja idade pode, com grande verossimilhança, ser calculada entre 35 a 50 anos.

“Na deficiência dos elementos anatômicos que principalmente caracterizam semelhantes idades sobre o esqueleto; uma completa da primeira peça do *sacrum* com as outras: soldadura do apêndice xifóide com o corpo do *sternum*, como assim do *sacrum* com o cóccix: — baseamos esta nossa conclusão sobre — a completa soldadura dos discos epifisários das vértebras encontradas, e sobre o estado das suturas dos ossos do crânio. As metades do frontal eram perfeitamente reunidas ou soldadas. A sutura frontoparietal e as porções encontradas das suturas sagital e lambdoidal são ainda muito aparentes, conquanto a união das peças ósseas e o encravamento das suas dentilações seja assás completo. O segundo molar encontrado é alvo e pouco gasto na sua coroa.

“8ª Que este esqueleto devia pertencer a um indivíduo cuja estatura aproximada e provável deve ser avaliada em lm.74l, por isso que o osso tíbia tinha 0,36c.

“9ª Que esse indivíduo seria de um corpo regular, pois a clavícula encontrada tinha 0.14c., o que inculca que o peito na sua parte superior, de um extremo clavicular a outro, ofereceria mais ou menos 0,32c. Por outra, que era um indivíduo de tipo português e de estatura regular.

“10ª Que os ossos pertencentes a este esqueleto, despidos tanto quanto foi possível da terra argilosa que lhes era aderente, pesaram 7 libras e 5 onças ou 117 onças; a saber: os ossos que por muito quebrados não foram classificados e os detritos purulentos, 56 onças. Ossos classificados, 61 onças.

“11ª Que os ossos reunidos pertencentes aos dois esqueletos encontrados no primeiro jazigo pesam 128 onças.

“12ª Que, finalmente, as peças ósseas encontradas no segundo jazigo, e que fizeram o mais particular assunto dos nossos estudos e análise, estiveram indubitavelmente inumadas por um imenso período durante séculos, pelo menos dois, pois que séculos são necessários para reduzir os ossos humanos às condições em que foram encontrados os restos que, com todo o fundamento, se julga pertencerem a Estácio de Sá.

“E para que conste a todo o tempo se lavrou o presente auto, que é assinado por S. M. o Imperador e por todas as pessoas acima designadas – D. Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, Augusto Duque-Estrada Meyer, Dr. Antônio Dias Coelho Neto dos Reis, Frei Caetano de Messina, Visconde de Sapucaí, Dr. Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes, Carlos Honório de Figueiredo, Antônio Alves Pereira Coruja, Antônio Manuel de Melo, Manuel Ferreira Lagos, Felizardo Pinheiro de Campos, A. D. de Pascoal.”

No fim desta transcrição veio-me à lembrança que um homem sério, um desses altivos e carrancudos senhores que torcem o nariz a tudo quanto lhe cheira a poesia, achou *poesia, id est, extravagância e falta de juízo* na exumação dos restos de Estácio de Sá, e nas subseqüentes honras que foram prestadas à memória do assinalado varão, e olhan-

do-me um pouco de revés, teve a complacência de dirigir-me a palavra perguntando:

– Para que serve isso?

Isso é um adjetivo que, pronunciado com certa contração dos lábios, exprime o profundo desprezo que sente quem o pronuncia.

Confesso a minha vergonha. Não pude responder ao homem *sério*, porque receei perder o restinho de confiança que lhe merecia. Mas, pensando comigo mesmo nos tributos de gratidão que se devem pagar aos varões prestantes que floresceram no passado; pensando que as honras prestadas aos beneméritos que já não vivem são incentivos que excitam à prática de virtudes; pensando que a história do passado é um tesouro que só os brutos desprezam, pus-me a avivar na memória os feitos de Estácio de Sá. E, idéia desperta idéia, lembrança chama lembrança, recordei-me de um fato do tempo desse distinto capitão, fato que bem pudera ser aproveitado para a instituição de uma festa muito popular e muito útil, e que, sem a menor dúvida, teria o seu encanto pelas recordações que despertaria.

As regatas de Veneza, sem dúvida muito famosas pelo número, riqueza e velocidade das gôndolas que tomavam nelas parte, e pela pompa com que se celebrava essa festa nacional, não eram menos pela sua origem romanesca. Ninguém ignora que os venezianos comemoravam com as regatas a libertação das noivas venezianas que atrevidos piratas haviam raptado.

Pois bem. Nós temos igualmente uma origem histórica e romanesca para a instituição de regatas no Rio de Janeiro, e nesse ponto não nos levará vantagem a antiga rainha do Adriático. Mais ainda. Nos tempos primitivos da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, celebrava-se anual e regularmente uma solenidade que então tinha o nome de Festa das Canoas.

Para que algum incrédulo não pense e diga que estou improvisando, declaro alto e bom som que tenho por mim os valiosos testemunhos de dois veneráveis escritores, um que é o bom Santa Maria no seu *Ano Histórico*, tomo II, § 3º, pág. 397, e outro que é o maçantíssimo Simão de Vasconcelos na sua *Crônica da Companhia de Jesus*, livro III, § 96, págs. 352 e seguintes.

Em resumo, a história foi esta. Em dias de julho de 1566, quando Estácio de Sá tinha já lançado os fundamentos da cidade de S. Sebastião, perto do Pão de Açúcar, e se mantinha ali diante dos franceses e dos tamoios seus aliados, vieram alguns desses selvagens em vinte canoas simular um ataque, e realmente provocar os portugueses, que, deixando-se iludir saíram em quatro canoas a combatê-los. Fingiram-se os tamoios amedrontados e foram-se retirando. Com o que, ainda mais animados os portugueses, lançaram-se em seguida em perseguição do inimigo. Mas, de súbito, ao dobrar um cabo, viram-se no meio de duzentas canoas que cercaram as suas quatro. O combate era desigual e o êxito não podia ser duvidoso, tanto mais que alguns franceses animavam e dirigiam os índios. Sucedendo, porém, atear-se o fogo na pólvora de uma das canoas, e logo a mulher do principal ou Guaixará, que assim se chamava, ao ver o incêndio, começou, tomada de pavor, a bradar que era ardil dos portugueses para queimar a todos os tamoios, e logo deita a fugir, assim como o Guaixará e todos os seus companheiros de combate. Os portugueses atribuíram a milagre de S. Sebastião o terem escapado a tão grande perigo. O padre Simão de Vasconcelos diz que foi visto um soldado, muito gentil homem, aparecer de canoa em canoa, combatendo contra os selvagens, e referindo-se ao padre José de Anchieta, pretende que esse soldado fosse S. Sebastião. Certo é que voltaram à cidade nascente aqueles bravos de Estácio de Sá e os seus valerosos aliados, os índios do intrépido Ararigbóia; e em ação de graças por vitória tão assinalada, começaram a celebrar no dia 20 de janeiro, dedicado àquele santo mártir, a solenidade que por muito tempo ficou conhecida por Festa das Canoas.

Creio que os meus companheiros de passeio devem-me estar muito agradecidos pelo resumo que fiz de não sei quantas colunas no livro aterrador do padre Simão de Vasconcelos. Mas, em vez dos louvores que mereço por serviço tão relevante, eu peço em prêmio – a instituição de regatas – no Rio de Janeiro.

Digam-me cá. Os venezianos, armando-se em guerra e fazendo-se ao mar em perseguição dos piratas que lhes tinham roubado as suas noivas, e enfim batendo-os e trazendo em triunfo as suas belas, tiveram para as suas regatas origem mais interessante do que essas quatro canoas de portugueses e índios aliados, que não recuam diante de duzen-

tas canoas inimigas, e que, pelejando com ardor, têm por companheiro no combate o próprio S. Sebastião, que espanta os inimigos com um fogo milagroso, que se diria, naquele caso e por aquele motivo, uma celeste flama?

Que importa que o sobrenatural se misture nesta tradição com os fatos registrados na História? Todos os povos amam e guardam zelosos suas tradições com todos os milagres que as exaltam, e vêem nelas um encanto e a poesia do seu passado.

Aproveitemos o pouco que temos em uma curtíssima vida de três séculos e meio.

As regatas são instituições utilíssimas. Não é preciso demonstrá-lo.

Achar na sua história uma origem romanesca para a instituição das regatas é ouro sobre azul para qualquer nação.

Pois então?

Restaure-se entre nós a Festa das Canoas com a instituição das regatas. O dia da festa marítima está marcado pela História. É o dia 20 de janeiro.

Que nos falta? Quem queira ser o juiz da festa?

O juiz da festa acha-se natural e suavemente eleito sem empenhos nem cabala.

O juiz da festa deve ser a corporação da marinha brasileira, que prestará assim um grande e bonito serviço à pátria e ao mártir S. Sebastião.¹⁰⁶

Disse.

106 Muito antes de ler *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo, e de contribuir para a sua reedição, eu havia escrito no *Jornal do Brasil* uma crônica com o título “A Festa das Canoas”, lembrando o seu restabelecimento. Folgo agora de ver a minha idéia preconcebida pelo notável historiador e romancista, e ainda mais, atraindo para ela o patrocínio da minha classe e do padroeiro da minha cidade e da minha família. — G. P.

.....
Índice Onomástico

A

- ABAETÉ (visconde de) – Ver ABREU, Limpo de
- ABORIM, Mateus da Costa (doutor) – 234
- ABRANTES (marquês de) – Ver ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e
- ABREU, Francisco Ferreira de – 525, 526
- ABREU, Joaquim Severino Gomes de (padre-mestre) – 306
- ABREU, Limpo de – 313
- ABREU, Pedro José – 347, 353
- ABUNAIÚBA, Simeão Pereira de Morais – 352
- ADRIANO – 200, 201
- AFONSO (dom) – 173
- AFONSO VI, Dom (rei) – 454
- AFONSO, Martim – 350, 432
- AIRES, José Rodrigues – 140
- ALARCÃO, D. José de Barros (bispo) – 235, 455
- ALBERNAZ – Ver ALBERNAZ, Pedro Homem (padre)
- ALBERNAZ, Pedro Homem (padre) – 234, 235, 442
- ALBUQUERQUE, Aires de Saldanha de (general) – 464, 508
- ALBUQUERQUE, Félix Maria de Freitas (cônego) – 355, 359
- ALCÂNTARA, Pedro de, D. – 55
- ALEGRE, Manuel de Araújo Porto – 73, 321, 346, 355, 468
- ALMADA, Manuel de Sousa e (padre) – 235, 237, 458, 483, 507
- ALMEIDA, Antônio do Coração de Maria (frei) – 199, 217
- ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e – 322
- ÁLVARES, José Luís (procurador) – 499
- ALVES, José Luís – 352
- AMARAL, José de Santa Maria (frei) – 349, 352
- ANCHIETA – Ver ANCHIETA, José de (padre)
- ANCHIETA, José de (padre) – 59, 433, 435, 436, 445, 530
- ANDRADA, José Bonifácio de – 79
- ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de – 271
- ANDRADE, Gomes Freire de (governador) – 34, 146, 150, 151, 208, 210
- ANEMÚRIA (bispo de) – Ver ARRÁBIDA, D. frei Antônio de
- ANTÔNIO CARLOS – 78
- ANTÔNIO PEDRO (padre) – 306
- ANTÔNIO, Cosme de Santo (frei) – 178, 179, 180
- ANTÔNIO, Fernando de (frei) – 185
- ANTÔNIO, Francisco (padre) – 264
- AQUILA (conde de) – 79
- ARARIGBÓIA (cacique) – 530
- ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e – Ver PIZARRO

534 Joaquim Manuel de Macedo

ARCOS (conde dos) – Ver BRITO, D.
Marcos de Noronha de
ARCOS, Conde dos (vice-rei) – 39, 106,
107
ARRÁBIDA, D. frei Antônio de (bispo)
– 320, 324, 357
ARVELOS, Januário da Silva – 321
ARYOLOS, Januário da Silva – 355

B

BARATA, Cipriano – 78
BARBACENA (visconde de) – 116
BARBOSA, Alberto da Cunha (cônego)
– 277
BARBOSA, Januário da Cunha – 175,
176
BARBOSA, José de Oliveira (coronel) –
500
BARROS, Cristóvão de – 434
BARROS, João Álvares de (padre) – 239
BARROS, Sebastião do Rego – 322
BASTOS, Gabriel José Gonçalves Pereira
– 318
BATISTA, João – 56
BAULDRY – 245
BEIRA (príncipe da) – 498
BENEDITO XIII (papa) – 241
BENEVIDES, José Maria Correia de Sá
e – 344
BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e
– 441
BERNINI – 468
BITTENCOURT, Agostinho Petra de
(desembargador) – 43, 44, 45, 48
BITU – 448, 449, 450
BOBADELA (conde de) – 33, 34, 35, 36,
53, 54, 68, 73, 75, 97, 208, 442, 497

BORGES, Antônio Vieira – 271
BÔSCOLI, José Ventura – 346
BOTA-BICAS – 406, 407, 408, 409, 410,
411, 414, 416
BRADOS, Joaquim de Jesus Maria (frei)
– 216
BRAMANTE – 468
BRANCO, D. José Joaquim Justiniano
Mascarenhas Castelo (bispo) – 152,
192 246
BRASIL, Joaquim Pinto (bacharel) – 352
BRITO FREIRE – 431, 433
BRITO, Antônio Martins – 499
BRITO, D. Marcos de Noronha de (con-
de) – 117
BRITO, Sebastião Barreto de (padre) –
235, 425, 455
BUONAROTI, Miguel Ângelo – 468

C

CABRAL, Manuel da Costa (capitão) –
464
CABRAL, Pedro Álvares – 227, 232
CADAVAL (duque de) – 454
CAIRU (visconde de) – Ver LISBOA,
José da Silva
CALLEPI, Lourenço (dom) – 218
CALÓGERAS, João Batista – 353
CAMPISTA, Ana – 384, 386, 387, 388,
390, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398,
399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406,
407, 412, 413, 414, 415, 416, 417
CAMPOS, Felizardo Pinheiro de – 524,
528
CAMPOS, Francisco Gomes de – 317
CAPISTRANO, João (frei) – 216

- CARDOSO, Agostinho Pinto (padre) – 210
- CARDOSO, José Francisco da Silva (vigário) – 248
- CARLOS MANUEL (sargento-mor) – 495
- CARLOS, São (frei) – 54, 57, 173, 175, 176, 187, 193, 195, 199, 202, 203, 212
- CARNEIRO, Ana – 244
- CARNEIRO, Francisco (padre) – 453
- CARNEIRO, Plácido Mendes (cônego) – 305, 308, 310
- CARVALHO, Henrique Moreira de – 146
- CARVALHO, José Leandro – 53
- CASTRO, Eduardo de Sá Pereira de (bacharel) – 347
- CASTRO, Leandro Rebelo Peixoto e (padre) – 358
- CASTRO, Manuel José de (coronel) – 477
- CERQUEIRA, Maria – 240
- CHAGAS, Antônio das – 160
- CHAVES (cônego) – 474
- CHAVES, Duarte Teixeira (general) – 464
- COIMBRA, João de Figueiredo Chaves (cônego) – 246
- CONCHAS, Xavier das – 99, 101, 109, 110, 118, 121, 132
- CORREIA, Augusto Frederico – 473, 475, 476, 477
- CORREIA, Filipe da Mota Azevedo (bacharel) – 352
- CORREIA, José de Sousa – 357
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira – 523, 524, 528
- COSTA, Domingos Tomé da – 252, 255
- COSTA, João da (padre) – 234
- COSTA, Manuel da – 380
- COSTA, Manuel José da – 499
- COSTA, Manuel Rodrigues da – 72
- COSTA, Miguel Arcanjo da Silva – 352
- COUTINHO, D. José Caetano da Silva (bispo) – 306, 307, 314
- COUTINHO, José Lino (ministro) – 312, 313, 314, 316, 319, 320, 331
- CRAVEIRO, Tibúrcio Antônio – 346, 349
- CRISTO, Fabiano de (frei) – 175, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212
- CRUZ, D. Frei João da (bispo) – 146
- CRUZ, João da (frei) – 453
- CRUZ, Manuel da (frei) – 454, 455
- CRUZ, Manuel Salgado – 239
- CUMBERWORTH, Alberto – 352
- CUNHA (conde da) – 497
- CUNHA, Antônio Alves da (dom) – 442, 443, 444
- CUNHA, Filipe Ribeiro (vereador) – 316, 317
- CUNHA, Jerônimo de Sá da – 240
- CUNHA, Manuel da – 53, 425,
- D**
- D'ARC, Joana – 143
- D'ÁUSTRIA, Maximiliano (arquiduque) – 125
- DANIEL, Joaquim de São (frei) – 195, 202, 203
- DANTAS, Maria – 507
- DESPRÉ – 268, 269
- DESTERRO – Antônio Gomes do – 137

536 Joaquim Manuel de Macedo

DESTERRO, frei Antônio do (bispo) – 75, 150, 151, 156, 255, 256, 374, 376, 378, 379 481
 DIAS, Antônio Gonçalves – 349, 353
 DIAS, Antônio Machado (bacharel) – 346
 DIAS, Francisco da Silveira (padre) – 235
 DIAS, Froilão (padre) – 268
 DIAS, Henrique – 450
 DIOGO (São) – 212, 216
 DUARTE, José Pereira – 496
 DUCLERC – 137, 438
 DURÃO, José de Santa Rita (frei) – 109

E

ELIAS, Antônio de Santo (frei) – 223, 224
 EUCLIDES – 329

F

FABIANO (frei) – Ver CRISTO, Fabiano de (frei)
 FALETTI, Bernardo José – 349
 FARIA, José Custódio de Sá e (brigadeiro) – 465
 FASCIOTI – 56
 FEIJÓ, Diogo (padre) – 315, 316
 FERNANDES, João – 371, 374
 FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva (conselheiro) – 127
 FERREIRA, Vicente – 486
 FIALHO, Francisco José – 127, 129, 130, 132
 FIDALGO, Duarte Mendes de Sampaio (monsenhor) – 248
 FIGUEIREDO, Carlos Honório de – 523, 524, 528

FILHO, José de Resende Costa – 72
 FILIPE (cônego) – 389
 FONSECA, Anacleto Elas da – 499
 FONTES, José Ribeiro de Sousa – 252, 436, 522, 523, 524, 528
 FRANÇA, Ernesto Ferreira – 352
 FRANCISCO PEDRO – 73
 FRANCISCO DE SANTA EULÁLIA (frei) – 222–3
 FREIRE, Manuel (cônego) – 256, 277
 FREIRES DE ANDRADE (os) – 75
 FREITAS, José Inácio de Carvalho (padre) – 358
 FREITAS, Lopo de – 394, 395, 396, 397, 399, 400, 401, 402, 404, 405
 FRONTEIRA (marquês de) – 454

G

GABIZO (coronel) – 439
 GAEL, George – 348
 GALL – 201
 GAMA, Antônio Francisco da – 355
 GAMA, José Basílio da – 109
 GARCIA, José Maurício Nunes (doutor) – 201
 GARCIA, José Maurício Nunes (padre) – 54, 55, 279, 500
 GÊNOVA, Francisco de (frei) – 423
 GESTEIRA, José Severino – 308, 310
 GLAZIOU, A. – 127, 129
 GOIANO, José Joaquim – 355
 GOLDSCHMIDT, Bertoldo – 348
 GOMES FREIRE DE ANDRADE – 495
 GOMES, Gabriel de Medeiros – 349
 GONÇALVES, João Antônio (bacharel) – 347, 354

GONÇALVES, José (padre) – 138, 139, 144, 145, 146
GOULÃO (doutor) – 279
GRANT, Andrew – 120
GUADALUPE, D. Francisco Antônio de (bispo) – 40, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 247, 268, 270, 271, 307, 455, 461, 482
GUIMARÃES, Manuel Pinheiro – 499
GUTENBERG – 56, 449

H

HALBOUT, João Francisco – 347
HAYDN – 56
HENRIQUE (frei) – Ver SANTANA, Henrique de (frei)
HERODES – 445
HOPPE, Frederico – 355
HORÁCIO (mestre) – 194

I

INOCÊNCIO XI (papa) – 454
INOCÊNCIO XIII (papa) – 185
INSUA, Joaquim Antônio – 308, 310
IRAJÁ (conde de) – 271
ISTALONI – 271, 272
ITABORAÍ (visconde de) – Ver TORRES, Joaquim José Rodrigues

J

JANUÁRIA (dona) – 79
JEQUITINHONHA (Visconde de) – 78
JERÔNIMO, Francisco de São (bispo) – 459, 460, 461, 508
JERÔNIMO, Joaquim de São (frei) – 197, 224
JESUS, Frei Leonardo de – 160

JESUS, Frei Manuel de – 139
JOÃO HOMEM – 98
JOÃO IV, Dom (rei) – 374, 449, 454, 506
JOÃO V, Dom (rei) – 34, 74, 241, 458, 464, 496, 503
JOÃO VI, Dom (rei) – 44, 53, 56, 71, 217, 218, 220, 275, 309, 310, 340, 465
JOÃO, Dom (príncipe regente) – 306
JOAQUINA (dona) – 43
JOSÉ CAETANO, Dom (bispo) – 256
JOSÉ I (dom) – 75, 442
JOSÉ JOAQUIM (padre) – 305
JOSÉ LEANDRO – 219, 221, 275
JOSÉ MAURÍCIO (padre) – 223
JOSÉ, Jacinta de São – 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 152, 153

L

LAGOS, Manuel Ferreira – 524, 528
LAMARTINE – 140
LAVRADIO (frei) – 75
LAVRADIO (marquês de) – 82, 91, 117, 195, 259, 261, 381, 437, 497
LEANDRO (frei) – 118
LEANDRO JOAQUIM – 424, 425
LEÃO, Francisco Dutra de – 237
LEBRETON, Napoleão – 56, 270
LEÇA, Fernando Francisco – 347
LEITÃO, D. Pedro (bispo) – 233
LEOCÁDIA, Frei Joaquim de Santa – 173
LIMA, Manuel Buarque de Macedo (bacharel) – 347
LIMA, Pedro de Araújo – 316, 320, 322

538 Joaquim Manuel de Macedo

LISBOA, Baltasar da Silva – 69, 139, 447, 463
 LISBOA, José da Silva – 308, 344, 347, 491
 LOBO, Luís Antônio da Cunha (cônego) – 266
 LOIOLA – 442, 445
 LOPES, Antônio de Castro – 349
 LOPES, Elias Antônio – 74
 LOPES, José da Fonseca (padre) – 245
 LOUREIRO, Antônio Martim (padre doutor) – 235
 LUÍS XIV – 204
 LUZ, João Dias Ferraz da – 346, 349

M

MACEDO (padre) – 83
 MACEDO, Fuão de Tal (padre) – 426
 MACEDO, João de Araújo e (padre) – 268
 MACEDO, Joaquim Manuel de – 353, 524, 528
 MACIEL, Antônio Fernandes – 257
 MACIEL, Inocência da Rocha – 491
 MAC-MAHON – 462
 MADERNA – 468
 MAFRA, Maximiliano – 271, 272
 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves – 321, 352
 MAGNO, Alexandre – 461
 MAIA, Emílio Joaquim da Silva – 321, 323, 344, 345, 346
 MAISTRE, José (conde) – 204
 MAISTRE, Xavier de – 204
 MALHEIROS, Joaquim Mendes – 353
 MANUEL, Vítor (rei) – 340
 MARE, Diogo – 352

MARIA I, D. (rainha) – 54, 55, 104, 152, 260, 261, 496
 MARIA II, D. – 121
 MARIA, Francisca de Jesus – 144, 145, 146, 149, 153
 MARIA, Rosa de Jesus – 149
 MARINHO (cônego) – 474
 MARQUES, João dos Santos – 347
 MÁRTIRES, Antônio dos – 160
 MASCARENHAS, Inácio Manuel da Costa – 245
 MASCARENHAS, Luís de Almeida Portugal Soares Eça de Alarcão Melo Silva e (vice-rei) – 259
 MATILDE – 384, 386, 387, 388, 390, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 404, 405, 412, 413, 416, 417, 420
 MAURÍCIO, José – 56
 MAXIMILIANO (príncipe) – 125, 127
 MAYER, Pedro Guilherme – 355
 MAZE, Diogo – 321
 MEIRELES, Antônio Vieira de Sousa – 318
 MEIRELES, João Batista de (padre) – 305
 MEIRELES, Saturnino Soares de Meireles – 344, 347
 MELO (major) – 259, 260, 261, 262, 263
 MELO, Antônio Manuel de – 524, 528
 MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de – 354
 MELO, Pedro Américo de Figueiredo e – 271, 272, 273, 275
 MENDONÇA, Antônio Carlos Furtado de – 260
 MENDONÇA, Jorge Antônio da Cosa – 171

MENDONÇA, Jorge Furtado de – 321,
349, 358

MENDONÇA, José Furtado de – 322,
349

MENDONÇA, Lourenço (padre dr.) –
234, 235, 452, 453, 454

MENESES, Artur de Sá e (general) – 464

MENESES, Ciro Cardoso de – 352

MENESES, Fernando de São José de
(frei) – 223

MENESES, Francisco Barreto de (padre)
– 239, 270, 271

MENESES, Francisco de Paula – 346,
350, 351, 352

MENESES, José Antunes de – 350

MENESES, José Luís Gomes de – 522

MESSINA, Caetano de (frei) – 515, 519,
523, 524, 525, 528

MESTRE VALENTIM – Ver SILVA,
Valentim da Fonseca e

MEYER, Augusto Duque Estrada – 524,
528

MIGUEL (São) – 240

MIRANDA, Antônio Rodrigues (padre)
– 246

MONT'ALVERNE – (frei) – 54, 55, 175,
195, 197, 199, 202, 222

MONTEIRO, Domingos – 353, 511

MONTEIRO, Luís Vahia (governador) –
484

MONTEIRO, Maciel – 322

MONTEZUMA – 78

MONTSERRATE, frei Camilo de (padre
– mestre) – 353

MONTUANO, Fidélis de (frei) – 510,
511, 512, 519

MORAIS, Francisco de Castro e – 166

MOREIRA (cônego) – 474

MORGHEN, Rafael – 275

N

NAPOLEÃO (imperador) – 492

NEPOMUCENO, Narciso da Silva
(monsenhor) – 475

NEUKOMM – 56

NÓBREGA (coronel) – 199

NÓBREGA, Manuel da (padre) – 59,
232, 453

NOGUEIRA, Batista Caetano de Almei-
da (bacharel) – 347

NORRIS, Guilherme Fairfax – 352

NUNES, Mateus (padre) – 233

O

OLINDA (marquês de) – Ver LIMA, Pe-
dro de Araújo

OLIVEIRA, Estêvão Dias de – 374, 377,
380

OLIVEIRA, José de (pintor) – 53, 73

OLIVEIRA, José de (padre) – 305

P

PAIM, José – 318

PALACIOS, José Manuel Valdez y – 352,
353

PALÁDIO – 468

PARDAL, Cândido Mateus de Faria –
355

PASCOAL, A. D. de – 524, 528

PASCOAL, D. – 88,

PÁSSAROS, Xavier dos – 99, 101, 109

PAULO III (papa) – 441

PAULO V (papa) – 245

540 Joaquim Manuel de Macedo

PEDRO I, D. (príncipe regente, imperador) – 38, 40, 78, 173, 199, 200, 221, 247, 309, 311, 319, 320, 456, 491, 492
PEDRO II, Dom (imperador) – 55, 71, 73, 80, 119, 120, 221, 271, 311, 322, 326, 436, 466, 477, 507, 508, 524
PEDRO III, D. (rei) – 104, 121
PEPITA – 88
PEREGRINO, Antônio – 322
PEREIRA, Bartolomeu Simões (padre) – 234
PEREIRA, João Marcos Vieira da – 40
PEREIRA, José Clemente – 76
PEREIRA, José Saturnino da Costa (senador) – 324
PEREIRA, Luís de Lemos – 486, 487
PEREIRA, Manuel (frei) – 454, 455
PEREIRA, Maria de Lemos – 140
PEREIRA, Máximo (frei) – 234
PEREIRA, Pedro de Sousa – 244
PEREIRA, Rodrigo de S. José da Silva Pereira (frei) – 358
PERES, João (padre) – 91
PERES, Leôncio – 384, 385, 386, 387, 400, 402, 403, 404, 408, 411, 415, 416
PERES, Vicente – 91, 92, 93, 106
PERÚSIA, Antônio de (frei) – 508
PETRA – Ver BITTENCOURT, Agostinho Petra de
PIETRICH – 80
PILATOS – 445
PINHEIRO, J. C. Fernandes (cônego) – 346, 523
PINTO, Francisco da Luz – 355
PINTO, Francisco dos Santos (padre) – 264
PINTO, João de Santa Clara (frei) – 223

PIO IV (papa) – 474
PIO IX (papa) – 523
PIO VI (papa) – 246
PIO VII (papa) – 218, 466
PIQUET, Francisco Maria – 321, 347
PIRES, Francisco Xavier – 499
PIZARRO (monsenhor) – 37, 237, 244, 278, 279, 435, 443, 453, 454, 455, 460, 463, 483, 486, 487, 496, 506
PLANITZ (barão) – 348, 349, 353
POMBAL (marquês de) – 75
PONTES, Francisca de – 483
PORTUGAL, Marcos – 56
PORTUGUAL, D. Fernando José de – 117
POUSSIN, Nicolau – 176

Q

QUINTAVAL, Bernardo de (frei) – 222
QUINTILIANO – 330

R

RAIMUNDO – 53
RAMOS, Manuel Pereira – 144
RANGEL DE VASCONCELOS – Ver VASCONCELOS, Antônio João Rangel de (coronel)
RAVARA, Galiano – 352
REAL, Jerônimo de Monte (frei) – 508
REBELO, Lino Antônio – 346, 347
REBELO, Manuel Babo – 342, 343, 344
REGO, Joaquim Marcos de Almeida – 358
REIS, Antônio Dias Coelho Neto dos – 524, 528
REIS, Antônio Pedro dos – 248, 249, 257

- REIS, José de Jesus Maria – 178, 179, 180
- REIS, Manuel Pereira – 271, 272, 273, 275
- RESENDE (conde de) – 36, 458, 481, 496
- RESENDE, Alexandre Dias de (sargento-mor) – 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 270, 271, 278, 279
- RESENDE, Conde de (vice-rei) – 112, 116, 119,
- RIBEIRA, Marcelino José da (cônego) – 353
- RIBEIRO, Antônio da Silva – 486
- RIBEIRO, Santiago Nunes – 346, 350, 352
- ROCHA PITA – 433, 438, 439
- ROCHA, João José da – 355
- ROCHA, José Joaquim da (capitão-mor) – 78, 199
- ROCHA, José Joaquim da – 491
- ROCHA, Justiniano José da – 321, 353
- ROCHA, Manuel da – 380
- RODOVALHO, Antônio de Santa Úrsula (frei) – 162, 195
- ROMUALDO – 260
- S**
- SÁ, Antônio Maria Correia de (bacharel) – 347
- SÁ, Estácio de – 97, 431, 432, 433, 435, 436, 440, 512, 521, 522, 523, 525, 529
- SÁ, Martim de – 463, 464
- SÁ, Martinho Correia de – 437, 438
- SÁ, Mem de – 58, 61, 138, 431, 432, 433, 440
- SÁ, Salvador Correia de – 34, 58, 64, 433, 434, 435, 525
- SÁ, Simplicio Rodrigues de – 220
- SALEMA, Antônio – 434, 435
- SALGUEIRO, José dos Santos (abade) – 308
- SAMPAIO – 54, 55, 175, 176
- SAMPAIO (frei) – Ver SAMPAIO, Francisco de Santa Teresa
- SAMPAIO, Francisco de Santa Teresa (frei) – 77, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 218
- SANSOVINO – 468
- SANTANA, Henrique de (frei) – 202, 203, 227
- SANTO AMARO (marquês de) – 56
- SANTO ANTÔNIO – 161
- SANTOS, Antônio Rodrigues dos – 266
- SANTOS, José da Silva (coronel) – 465, 469
- SANTOS, Luís Gonçalves dos (cônego) – 118, 163, 247, 263, 264, 279, 424, 484, 488, 497, 498, 502
- SANTOS, Manuel Rodrigues dos – 266
- SANTOS, Manuel Vieira dos – 251, 252, 255, 270, 271
- SAPUCAÍ (visconde de) – 522, 524, 528
- SARDINHA, Pedro Fernandes – 232
- SARMENTO, João de Barros Pereira do Lago Soares de Figueiredo (marchal-de-campo) – 465
- SCANDIANO, Fabiano de (frei) – 519
- SCHIEFFLER, Guilherme Teodoro – 348
- SCHULZ – 270
- SEBASTIÃO, Dom (rei) – 431
- SILVA, Amaro Velho de – 499

542 Joaquim Manuel de Macedo

SILVA, Antônio Diniz da Cruz e – 510
 SILVA, Antônio Gonçalves – 347
 SILVA, Antônio José da – 396
 SILVA, Dr. Joaquim José da – 118
 SILVA, João Antônio Gonçalves da (bacharel) – 353, 354, 355
 SILVA, João de Castro e – 349
 SILVA, Joaquim Caetano da – 321, 324, 346, 348, 349, 357
 SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e – 523, 524, 528
 SILVA, Manuel Agostinho José da (padre) – 266
 SILVA, Manuel Antônio da (padre) – 318, 349
 SILVA, Manuel Pacheco da – 358
 SILVA, Valentim da Fonseca e – 85, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 105, 109, 110, 111, 118, 120, 121, 129, 381, 382, 383, 386, 404, 418, 419, 424, 469
 SIMÕES, Ventura – 319
 SIMONI, Luís Vicente de – 355
 SOARES, Belchior – 256
 SOARES, Gabriel – 463
 SOARES, Gil – 384, 386, 387, 392, 394, 398, 399, 400, 401, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 414, 415, 416
 SOLANO, Frei Francisco – 96, 169, 170, 171, 212, 219
 SOUSA, Antônio José de – 349
 SOUSA, Filipe Brito da Cunha e – 499
 SOUSA, Luís de Vasconcelos e – 31, 32, 75, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 93, 95, 97, 98, 101, 102, 103, 106, 108, 111, 112, 115, 116, 117, 119, 120, 171, 223, 261, 262, 381, 382, 383, 405, 410, 416, 417, 418, 419, 420, 423, 424, 465, 497
 SOUSA, Manuel de – 371, 372

SOUSA, Martim Afonso de – 229
 SOUSA, Pero Lopes de – 230
 SOUSA, Tomé de (primeiro governador-geral) – 231, 232
 SOUTO, Miguel Carvalho de – 407, 507
 SPURZHEIM – 200
 SUSANA – 88, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 106,
 SUSTROUVIL (condessa) – 319

T

TAQUES, Ambrósio – 385
 TAQUES, Lourenço – 384, 385, 386, 393, 397, 399, 400, 401, 402, 403, 404
 TAUBE, Guilherme Luís de – 355
 TAUTPHOEUS (barão) – 348
 TAVARES, Antônio Rolim de Moura (dom) – 444
 TÁVORA, Domingos Rodrigues (tenente-coronel) – 144
 TÁVORA, Francisco de (general) – 464, 467
 TÁVORA, Gonçalo – 237
 TELES – 40
 TELES, Rodrigo de Moura (dom) – 241
 THOUARS, M. Abel du petit – 124
 TINOCO, Francisco (padre) – 460
 TIRADENTES – 116, 510
 TIRONI – 194
 TORRES, Joaquim José Rodrigues – 322
 TOUSSAIN, Júlio – 355

V

VALE, João Gonçalves (frei) – 173

- VALENTIM, Mestre – Ver SILVA, Valentim da Fonseca e
VARNHAGEN – 450
VASCONCELOS, Antônio João Rangel de (coronel) – 120, 121
VASCONCELOS, Bernardo Pereira de (ministro) – 119, 320, 322, 357
VASCONCELOS, Feijó e (padre) – 313
VASCONCELOS, Luís de – Ver SOUSA, Luís de Vasconcelos e
VASCONCELOS, Simão de (padre) – 437, 440, 530
VASQUEANES, Martim Correia – 244
VASQUES, Martim Correia – 244-5
VELOSO, José Mariano da Conceição (frei) – 91, 95, 171
VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos – 445
VICENTE – Ver PERES, Vicente
VIDIGAL – 115
VIEIRA, João Fernandes – 184
VINCI, Leonardo da – 176, 275
VIRGÍLIO – 55, 274, 507

X

- XIMENES, José André Garcia – 352
XIMENES, José Correia (tabelião) – 464

Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro,
de Joaquim Manuel de Macedo, foi composto em
Garamond, corpo 12, e impresso em papel vergê areia
85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração
e Publicações), do Senado Federal, em Brasília.
Acabou-se de imprimir em abril de 2005, de
acordo com o programa editorial e projeto
gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal